

ORGANIZADORAS
ÉRICA SARMIENTO
VIVIAN ZAMPA
CARLA PENÃOLOZA PALMA

M MOVIMENTOS, TRÂNSITOS & MEMÓRIAS:

NOVAS PERSPECTIVAS (SÉCULO XX)

LIVRO 2



Organizadoras:

*Érica Sarmiento
Vivian Zampa
Carla Peñaloza Palma*

**Movimentos, trânsitos & memórias: novas perspectivas
(século XX)**

Editora
ASOEC – UNIVERSO

Niterói – RJ
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Capa e projeto gráfico: **Carlos Marcelo Paes**

Diagramação: **Celso Moreira Louzada Filho**

Importante!

O conteúdo e a revisão dos textos que compõem esta coletânea são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo
Campus Niterói

M935 Movimentos, trânsitos & memórias: novas perspectivas (século XX) / organizado por Érica Sarmiento, Vivian Zampa e Carla Peñaloza Palma. – 1. ed. – Niterói, RJ: Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura (ASOEC), 2019.
715 p.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-87879-98-1

1. América do sul - História - Séc. XX. 2. Ditadura - Brasil - História - Séc. XX. 3. Segurança nacional - Cone Sul - História - Séc. XX. 4. Instituto Superior de Estudos Brasileiros - História - Séc. XX. 5. Emigração e imigração - História - Séc. XX. 6. Planejamento territorial urbano - História - Séc. XX. 7. Militares - História - Séc. XX. I. Sarmiento, Érica. II. Zampa, Vivian. III. Palma, Carla Peñaloza. IV. Subtítulo: Novas perspectivas (século XX)

CDD 980.033

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Érica Sarmiento, Vivian Zampa, Carla Peñaloza Palma.....9

PARTE 01 – RECORDAÇÕES, NARRATIVAS E ANÁLISE DAS COTIDIANIDADES NA DITADURA

MEMÓRIAS E LUTAS SOCIAIS DE FAMILIARES DE DESAPARECIDOS POLÍTICOS NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR E SUA RELEVÂNCIA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Adriana Dias de Oliveira.....15

NEGO SETE: A VÍTIMA MAIS POPULAR DO ESQUADRÃO DA MORTE NO CLIPPING DA EDITORA ABRIL

Aline de Jesus Nascimento.....25

OS PROCESSOS DE VERDADE NA SUBJETIVAÇÃO DO INIMIGO INTERNO NA AMÉRICA LATINA E SEUS ATUAIS DESDOBRAMENTOS

Aline Hamdan de S. Vilas Boas.....38

O PASSADO POLÍTICO DE DILMA ROUSSEFF DURANTE AS ELEIÇÕES DE 2010

Eduardo dos Santos Chaves.....49

SOBREVIVENDO AO CHILE DE PINOCHET: MEMÓRIAS DISSIDENTES DE ALUNOS E PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS

Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes.....66

O EXÍLIO COMO TERRORISMO DE ESTADO NAS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL DO CONE SUL

Maria Cláudia Moraes Leite.....82

CONEXÕES INTERNACIONAIS: RESISTÊNCIA E REPRESSÃO

Tânia Gerbi Veiga.....98

TEOLOGIA DAS BRECHAS: A ATUAÇÃO DO REVERENDO JAIME WRIGHT NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DURANTE AS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL NO CONE SUL (1976-1988) Walter Angelo Fernandes Aló.....	115
---	-----

PARTE 02 – INTELLECTUAIS E IDEIAS EM TRÂNSITO

PARA UMA HISTÓRIA POLÍTICA DA AÇÃO INSTITUCIONAL DOS INTELLECTUAIS DO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB) (1955-1964). João Alberto da Costa Pinto.....	132
OS ORIENTADORES E A CONSTITUIÇÃO DE NICHOS HISTORIOGRÁFICOS COM PESQUISAS HISTÓRICAS DESENVOLVIDAS A PARTIR DE FONTES IMAGÉTICAS Khyara Gabrielly Mendes Fontanini.....	149
OS PROJETOS DE EDUCAÇÃO E DE NAÇÃO NO DEBATE INTELLECTUAL SOBRE A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL, NA DÉCADA DE 1920 Léa Maria Carrer Iamashita.....	166
A EXTREMA-DIREITA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O CASO DO MOVIMENTO MÍDIA SEM MÁSCARA Natalia dos Reis Cruz.....	184
ARQUEOLOGIA Y COLONIALISMO: BERNEDO MALAGA Y LA PREHISTORIA DE AREQUIPA Y EL SUR ANDINO HACIA 1950 Raúl Celestino Quisocalatorres.....	201
A MEDICINA E A REDENÇÃO DO JECA TATU: UM OLHAR SOBRE AS INFLUÊNCIAS E METAMORFOSES NO PENSAMENTO DE MONTEIRO LOBATO ENTRE 1914 E 1918 Rodolfo Alves Pereira.....	219

PARTE 03 – E/IMIGRAÇÃO

UMA FALÊNCIA, MUITOS PROBLEMAS: O CASO DA FIRMA RACHID & IRMÃO (1925-1926) Adilson Silva Santos.....	237
---	-----

A IMIGRAÇÃO DE BRASILEIROS PARA PORTUGAL Alex Guedes Brum.....	250
A IMIGRAÇÃO NA ARGENTINA, SEGUNDO GINO GERMANI: UMA ANÁLISE DAS ESTATÍSTICAS E DA ASSIMILAÇÃO DOS IMIGRANTES, ENTRE 1857 E 1958 Aline de Sá Cotrim.....	267
.INSERÇÃO E ESTABELECIMENTO – OS AÇORIANOS NO RIO DE JANEIRO Daniel Evangelho Gonçalves.....	282
UM OLHAR SOBRE A PRESENÇA DA DIÁSPORA BASCA EM SÃO PAULO. A CHEGADA DE NOVOS IMIGRANTES Dolores Martin Rodriguez Corner.....	297
A INSERÇÃO DE IMIGRANTES ESPANHÓIS NO RIO DE JANEIRO: BREVES RELATOS DE VIDA. Miriam Barros Dias da Silva.....	309
“GAROTA, TRADUZIDA” EM TRADUÇÃO (CULTURAL) Victória Cristina de Sousa Bezerra.....	326

PARTE 04 – CIDADES E SEUS MOVIMENTOS

SUSTENTABILIDADE EM CIDADES DE URBANIZAÇÃO DISPERSA: MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E A PERDA DA IDENTIDADE DO LUGAR Ana Claudia Nunes Alves.....	340
“SEPARA UM LUGAR NESSA AREIA”: A MARGINALIZAÇÃO GEOGRÁFICA RETRATADA EM MÚSICA NO RIO DE JANEIRO DA REDEMOCRATIZAÇÃO. Bruno Vinícius Leite de Moraes.....	351
“CAMINHANDO PELAS RUAS DE NOSSA CIDADE”: O CLUBE DA ESQUINA E A BELO HORIZONTE DO INÍCIO DOS ANOS 1960 Ciro Augusto Pereira Canton.....	366
VAI-SE A CAPITAL MAS “O RIO SERÁ SEMPRE O RIO”: A CRIAÇÃO DE BRASÍLIA E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DO RIO DE JANEIRO COMO CAPITAL CULTURAL (1956-1965) Cláudia Mesquita.....	382

URBANIZAÇÃO ALIENADA: A CIDADE COMO MERCADORIA Profª Drª Helenice Pereira Sardenberg e Renan de Souza Cid.....	397
LA FOTOGRAFÍA ANÁLOGA Y DIGITAL EN SALA DE AULA COMO HERRAMIENTA PARA LA COMPRESIÓN DE LA HISTORIA DE LA CIUDAD DE MEDELLÍN Y SUS TRANSFORMACIONES A LO LARGO DEL TIEMPO: PATRIMONIOS MATERIALES, MEMORIAS Y VALORES ESTÉTICOS POPULARES. Pablo Santamaría Alzate e Maria Isabel Giraldo Vásquez.....	408
DESASTRE: DO DESLOCAMENTO INVOLUNTÁRIO AO DESCOLAMENTO SOCIAL Norma Valencio.....	425
O CORONELISMO NA CIDADE DE MURIAÉ-MG DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA. Pacelli Henrique Silva Lopes.....	437
PICTOCARTOGRAFAR [PROBLEMATIZAR ARTEVISUALMENTE A CIDADE] Rogério Rauber.....	453

PARTE 05 – GOVERNOS, RELIGIÃO, MILITARES E FRONTEIRAS

FORMAS E CONTORNOS DA ADMINISTRAÇÃO FLUMINENSE: UM PANORAMA DA INTERVENTORIA AMARAL PEIXOTO NAS PÁGINAS DE “O FLUMINENSE” José Luís Honorato Lessa.....	468
O INSTITUCIONALISMO E AS INSTITUIÇÕES: POR UM DEBATE TEÓRICO Juliana Foguel Castelo Branco.....	479
O DESAFIO POLÍTICO DE CAMPOS SALES: O CONFRONTO NA ARENA DO CONGRESSO NACIONAL – 1898-1902. Marcos André Gomes.....	496
RELIGIOSIDADES NA CULTURA INTELLECTUAL BRASILEIRA: UM OLHAR SOBRE A PRIMEIRA REPÚBLICA Thiago Lenine Tito Tolentino.....	513

GOVERNO E PRÁTICAS POLÍTICAS: AZEVEDO AMARAL, UM INTELLECTUAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTADO NACIONAL DE GETÚLIO VARGAS Nara Maria Carlos de Santana.....	525
CRIMES CONTRA A ORDEM POLÍTICA E SOCIAL: POLÍCIAS NA ERA VARGAS Vivian Zampa.....	538
O DESPERTAR PENTECOSTAL PARA A POLÍTICA: A ASSEMBLEIA DE DEUS NA CRISTA DA ONDA Max David Rangel Cassin.....	551
UMA ABORDAGEM CONCEITUAL SOBRE A HISTÓRIA MILITAR E FRONTEIRAS: A GUERRA DO CHACO E A QUESTÃO LETÍCIA Fabio da Silva Pereira e Edna da Costa Silva.....	562
EXILADOS DA COLUNA PRESTES Isabel L. Aragão.....	578
A ASSISTÊNCIA RELIGIOSA DA FEB, ATRAVÉS DO CAPELÃO MILITAR, E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O MORAL DA TROPA NA 2ª GM Ricieri Alberici Neto.....	593

PARTE 06 – MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS

O MOVIMENTO INDÍGENA NOS ESTADOS UNIDOS (1970): MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior.....	609
RELIGIÕES AFRODESCENDENTES NA AGENDA POLÍTICA BRASILEIRA 2003-2006: UMA ANÁLISE DE SUAS ABORDAGENS. Caio Isidoro da Silva.....	621
O MOVIMENTO DIRETAS JÁ E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL Daniela de Campos.....	636

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO SENSO COMUM SOBRE AS PSICOPATIAS. Fernanda Raposos Braga e Dr ^a . Helenice Pereira Sardenberg.....	647
A FORMAÇÃO DO LATIFÚNDIO NO BRASIL E A REFORMA AGRÁRIA: REFLEXÕES A PARTIR DO ASSENTAMENTO PAPUAM II DE ABELARDO LUZ/SC Jordan Brasil dos Santos.....	660
“DEMOCRACIA TAMBÉM PARA AS LÉSBICAS”: O ATIVISMO DO GALF E A RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR Julia Aleksandra Martucci Kumpera.....	676
O FÓRUM MUNDIAL DO TRABALHO DO MOVIMENTO LAUSANNE E A (FALTA DE) RESPONSABILIDADE SOCIAL COM OS TRABALHADORES. Kelly Barreto Videira Chaves.....	691
SANTA DICA DE GOIÁS: A REVOLUCIONÁRIA PRODIGIOSA QUE DESPERTOU ATENÇÃO DAS AUTORIDADES GOIANAS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX Ubirajara Sampaio Bragança.....	703
ESCOLA SEM PARTIDO: CONFUSÃO ENTRE NEUTRALIDADE E OBJETIVIDADE. David Santos Pereira Chaves.....	717

APRESENTAÇÃO

As temáticas *movimentos, trânsitos e memórias* vêm se destacando nos últimos anos na historiografia, a partir de uma série de dimensões que passam a História Econômica, Social e Política até a História das Ideias e das Mentalidades. Devido a sua amplitude, o conceito movimentos encontra uma série de possibilidades de pesquisa, podendo ser refletido em perspectivas que vão desde mobilizações isoladas e/ou coletivas, em função de ideias e projetos/ações, até identidades e reivindicações, em torno de organizações sociais. Por outro lado, para além da Academia, tais perspectivas também se apresentam de forma recorrente em jornais, filmes, documentários e diferentes mídias, tendo em vista, de forma mais pontual, os movimentos imigratórios forçados, decorrentes de guerras e de diferentes situações de precariedade, intensificadas nas últimas décadas, e as disputas de memórias advindas de experiências autoritárias.

Da dinâmica nascida da problematização dos sentidos da memória, da história e dos movimentos no mundo moderno e contemporâneo localiza-se esta coletânea, realizada a partir das atividades desenvolvidas no *II Colóquio Internacional Movimentos: Trânsitos e Memórias*, realizado na Universidade Salgado de Oliveira entre os dias 09, 10 e 11 de abril de 2019. O II Colóquio contou com a parceria de Universidades nacionais e internacionais, tais como Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, UNISINOS, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación da Universidad Nacional de La Plata, Colegio de la Frontera Sur, além do Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora e com o financiamento do Programa de Apoio a Eventos no País (CAPES), de forma a estreitar os laços de cooperação entre pesquisadores das universidades participantes e consolidar as linhas de pesquisa de interesse comum, fortalecendo o processo de internacionalização da Educação Superior.

Dando continuidade às discussões e experiências do primeiro Colóquio, realizado em outubro de 2016, o *II Colóquio Internacional Movimentos: Trânsitos e Memórias* foi idealizado no intuito de pensar variados temas,

tendo como base a perspectiva de movimento – associada às transformações e confrontações que marcam as ações dos agentes históricos no tempo –, sendo dividido em 12 sessões coordenadas: Recordações, narrativas e análise das cotidianidades na ditadura; Intelectuais e ideias em trânsito; Tráfico e escravidão; Cristianismo e fronteiras: contatos e enfrentamentos; E/Imigração; Cidades e seus movimentos; Governos e práticas políticas; Movimentos sociais e seus desdobramentos; História militar e fronteiras; A família brasileira e suas interfaces, séculos XVIII a XX: arranjos e rearranjos; O mundo iberoamericano: movimentos de independências e projetos de nação; Serviços ao rei e corrupção nos Impérios ibéricos – séculos XVII ao XIX. Além das sessões, o evento também contou com mesas redondas, conferências, apresentação e debate de filme, apresentação de pôsteres e minicursos, com temáticas vinculadas ao exílio, migrações, ditaduras na América Latina, memórias e escravidão.

Como parte das apresentações das sessões coordenadas do II Colóquio, o volume “Movimentos, trânsitos & memórias: novas perspectivas (século XX)”, aqui apresentado, divide-se em seis Unidades, organizadas tendo por base os resumos dessas sessões. A saber:

Unidade I – Recordações, narrativas e análise das cotidianidades na ditadura

No período da Guerra Fria, os países do Cone Sul viveram ditaduras inspiradas na Doutrina da Segurança Nacional. Como consequência, surgiu o terrorismo de Estado dominando uma extensa geografia da América Latina. Uma prática repressiva sistemática, que perpassou todo o período ditatorial quase até o momento das eleições da transição, acarretou graves consequências em relação à violação dos direitos humanos, a ponto de ser consideradas como delitos de lesa humanidade. O desaparecimento forçado, o roubo e a mudança de identidade dos menores de idade, a prisão e a tortura permanente, a execução e o exílio em massa, formaram parte dessa cotidianidade das ditaduras. Também fizeram parte desse terrível cenário a introdução de um plano executado pelos serviços de inteligência da região que provocou o aumento dos delitos. Sem dúvida, existiu um controle social e uma

desarticulação das organizações sociais e políticas, mas, é importante salientar, que a atividade militante oriunda da resistência deu-se nas mais diferentes linhas de combate, seja na clandestinidade, no exílio e, também, nas prisões. Memórias e histórias desse passado recente foram sendo recuperadas, através de um entrelaçado de resistências e solidariedades, subjetividades e ações coletivas. Este simpósio convida todos a conhecer novos estudos, novos olhares que incluam, também, aspectos como as organizações sociais e políticas, as muitas expressões de solidariedade, as particularidades dos gêneros e as gerações.

Unidade II – Intelectuais e ideias em trânsito

Para refletirmos acerca dos intelectuais, é fundamental pensá-los inseridos em instituições de poder ou de Estado, ou seja, nos variados espaços da sociedade civil e da sociedade política. Os intelectuais transitam no campo do poder, engajando-se, dentre outros, em discussões sobre os rumos das nações, em seus múltiplos aspectos, social, político, econômico e cultural. Assim, seu *locus* de atuação situa-se na esfera pública. O objetivo desta sessão é abrigar estudos que estejam centrados na história intelectual e dos intelectuais. Pretende-se agregar trabalhos que foquem sua análise no movimento de ideias e nas relações entre intelectuais, cultura, sociedade, ciência e nação, com vias a ampliar os debates neste campo de pesquisa e contribuir para o estudo do papel dos intelectuais na sociedade civil e política.

Unidade III – E/Imigração

Os fenômenos migratórios têm merecido lugar de destaque nos ambientes acadêmicos com diferentes mudanças de enfoque nos modelos de análise, na metodologia e nas fontes utilizadas. Objetiva-se, a partir dessa sessão, reunir comunicações que apresentem uma abordagem a partir dos enfoques metodológicos e das perspectivas de análise tais como: os fenômenos de mobilidade econômica internacional da mão de obra ou do exílio político; mulher e gênero; os fluxos migratórios no processo de construção das

sociedades emissoras e receptoras; discursos, imaginários e representações do “outro” e-imigrante; processos de inserção nos espaços urbanos e criação de estratégias étnicas como as redes sociais, o associativismo formal e as iniciativas assistenciais; a emigração de retorno, os contatos entre origem e destino (massa média, redes e novas tecnologias) e, por último, a transnacionalidade e a interculturalidade.

Unidade IV – Cidades e seus movimentos

Ao longo dos tempos, as cidades têm sido o lugar por excelência de relações entre pessoas, que se congregam em seu espaço para múltiplas finalidades. Essa sessão tem o objetivo de reunir comunicações que tenham como temática a cidade. Serão aceitas abordagens que contemplem desde uma perspectiva mais teórica, com análises referentes ao pensamento e às formas de conceber a cidade, bem como trabalhos cujo enfoque esteja relacionado aos múltiplos movimentos que perpassam o viver em uma urbe, em seus âmbitos, econômico, político e cultural.

Unidade V – Governos, Religião, Militares e Fronteiras

Nessa Unidade, fizemos a adaptação dos artigos apresentados em três sessões Coordenadas: Governos e práticas políticas; História militar e fronteiras; e Cristianismo e fronteiras: contatos e enfrentamentos. O objetivo foi congregar em um mesmo debate, acadêmicos, militares, docentes e demais profissionais interessados na pesquisa de temas convergentes entre a história militar, governos e práticas políticas e religião.

Unidade VI – Movimentos sociais e seus desdobramentos

Agentes políticos por excelência – e por isso mesmo objeto tradicional da reflexão historiográfica – os movimentos sociais englobam todas as intervenções coletivas destinadas a transformar as condições de existência de seus atores de exercer sua cidadania, de contestar as hierarquias ou as relações

sociais gerando identidades coletivas e sentimentos de pertencimento baseados em valores comuns. Partindo dessas definições, propõe-se analisar os movimentos sociais, dando ênfase tanto àqueles mais estruturados e organizados (movimento operário, movimento estudantil, movimento camponês) quanto às irrupções de protesto de origem mais difusa; movimentos, todos eles, que abrangem situações políticas, econômicas, sociais e de mentalidades.

O *II Colóquio Internacional Movimentos: Trânsitos e Memórias* foi um encontro que, assim como o primeiro, proporcionou problematizações, diálogo e interlocução entre professores, alunos e pesquisadores de universidades brasileiras e internacionais, colocando em pauta relevantes contribuições para a historiografia e pesquisas em torno de suas questões. Um de seus resultados apresenta-se, nesse momento, sob a forma de E-book. Boa leitura!

As organizadoras

Érica Sarmiento (PPGH-UNIVERSO/UERJ)

Vivian Zampa (PPGH-UNIVERSO/UERJ)

Carla Peñaloza Palma (Universidad de Chile)



PARTE 1

RECORDAÇÕES, NARRATIVAS
E ANÁLISE DAS COTIDIANIDADES
NA DITADURA

MEMÓRIAS E LUTAS SOCIAIS DE FAMILIARES DE DESAPARECIDOS POLÍTICOS NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR E SUA RELEVÂNCIA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Adriana Dias de Oliveira

PUC SP

Introdução

Tendo como base teórica os autores do Curso de Especialização Epistemologias do Sul, com ênfase no pensamento de Santos (2002) e suas categorias analíticas de sociologia das ausências e sociologia das emergências, as fontes bibliográficas e experiências compartilhadas nos Seminários *Memorias, luchas sociales y procesos de reconciliación e Ecología feminista de saberes*, este trabalho discute a categoria dos desaparecidos e as diferentes percepções sobre as memórias e lutas sociais de familiares de desaparecidos políticos durante o período da ditadura militar brasileira, bem como analisar a atuação deste grupo de familiares na contemporaneidade.

Trata-se de compreender a temática dos *desaparecimentos políticos* no Brasil na década de 1970 e a luta de seus familiares pelo esclarecimento do destino dos corpos de seus entes queridos, tal como a participação de seus familiares no processo de abertura política e retomada da democracia brasileira.

Todavia, e com Mário Rufer (2018), reconhecendo que a memória é segregada, tensionada e fragmentada, portanto, dinâmica, em um processo constante de construção e reelaboração, também temos como objeto de análise a atualidade desta temática e a atuação deste grupo de familiares junto a outros movimentos sociais que denunciam a figura de *novos desaparecidos sociais*.

Acredita-se que as categorias de memória, história e movimentos sociais podem auxiliar na análise das publicações existentes a respeito da temática,

pois trata-se fundamentalmente de uma pesquisa bibliográfica, embora entrevistas com familiares de *desaparecidos* políticos tenham sido realizadas, encontrando-se em fase final de análise.

Assim, temos como objetivo principal analisar a luta de familiares de *desaparecidos* políticos pelo esclarecimento das circunstâncias da morte e o destino dos corpos de seus entes queridos no contexto histórico do Brasil na década de 1970. Entretanto, também procuraremos discorrer sobre as formas de participação do grupo de familiares no processo de retorno democrático brasileiro e refletir sobre as atuações conjunta deste grupo de familiares com outros movimentos sociais contemporâneos que recuperam e reconfiguram a figura do *desaparecido*¹.

A fim de alcançar os objetivos propostos, o texto está estruturado da seguinte maneira:

- Breve problematização e contextualização sobre os *desaparecidos políticos* no Brasil na década de 1970 e a luta de seus familiares pela busca de seus familiares, desembocando no processo de Anistia e redemocratização política.
- Apontamentos metodológicos sobre a pesquisa empírica realizada e análise pré-eliminar sobre a luta de familiares de *desaparecidos* na atualidade, analisando as aproximações e mudanças na concepção de *desaparecidos* no período da ditadura militar e na atualidade.

Por fim, procuramos explorar a temática dos *desaparecimentos* de modo a dar visibilidade às violações sofridas durante o período de ditadura militar, mas também enfatizar a existência de movimentos sociais de resistência que denunciaram e denunciam a sistemática violência estatal, fato este que torna o presente estudo de relevância social diante do panorama político-econômico brasileiro contemporâneo.

¹ Gatti (2017) ressalta a importância de a grafia de desaparecidos estar entre aspas. Acolhemos a orientação aqui utilizando-a em itálico.

Breve problematização e contextualização sobre os *desaparecidos* políticos no Brasil durante o período militar

A temática dos *desaparecidos políticos* foi motivo de pesquisa realizada por diversos autores, entre eles Fassin (2005) e Gatti (2017), ao investigarem o desenvolvimento histórico do conceito de *desaparecimento* como instrumento da exclusão social perpetuada pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado.

Segundo estes autores, a implantação do dispositivo dos *desaparecidos* por parte do Estado que tem como justificativa a manutenção da *ordem social* e que possui muitas vezes a conveniência de parte da elite civil, segue uma lógica seletiva e sistemática de incivilidade, introduzindo um modo de conceber o humano destituído de valor e desprovido da qualidade de bem jurídico e, portanto, dado como irrelevante e que pode ou deve ser eliminado.

Considerados como perigosos e ameaçadores para a vida social, os *desaparecidos* são indivíduos apontados como indesejáveis e, portanto, descartáveis, segundo a perspectiva da epistemologia do Norte que se encontra presente não apenas na Europa e América, como também no Sul Imperial, isto é, entre aqueles grupos dominantes que praticam a opressão em nome do capitalismo, colonialismo e patriarcado.

Gatti (2017) nos lembra que os *desaparecidos* são produtos da modernidade, introduzindo uma novidade radical que é a separação da linguagem da identidade, produzindo a figura da identidade incerta e desconhecida e que tem a potência de destruir o vínculo entre o corpo e o nome e das palavras e as coisas, produzindo nos seus familiares um constante e inacabado processo de administrar a catástrofe da presença-ausência de modo a reconstruir o laço identitário. Todavia, os *desaparecimentos* não podem ser concebidos como uma barbárie e sim como uma estratégia para manter a disciplina e a ordem propaganda pela modernidade exacerbada (SANTOS, 2002).

Assim, a noção de *desaparecimento* é aqui concebida na sua complexidade, isto é, analisada como parte integrante ou inserida em um contexto histórico e, portanto, possuindo matizes diversas conforme o tempo e o lugar em que é empregado, tendo compreensões distintas seja em um período de ditadura militar, seja em um período de regime democrático.

Neste sentido, os estudos de Sarlo (2007) sobre tempo passado, memória e história contribuem para a compreensão do momento histórico presente, sendo este uma construção social na qual a memória torna-se um instrumento importante para reorganizar o que se passou e se sabe por meio do relato do ocorrido, transformando a narração em uma dimensão ética já que proporcionam uma responsabilização pelo ocorrido.

Todo ato de discorrer sobre o passado tem uma dimensão anacrônica; quando Benjamin se inclina por uma história que liberte o passado de sua reificação, redimindo-o num ato presente de memória, no impulso messiânico pelo qual o presente se responsabilizaria por uma dívida de sofrimento com o passado, ou seja, no momento em que a história pensa em construir uma paisagem do passado diferente da que percorre, com espanto, o anjo de Klee, ele está indicando não só que o presente opera sobre a construção do passado, mas que também é seu dever fazê-lo. (SARLO, 2007, p. 57-58).

Também a discussão sobre a luta dos familiares argentinos pelo esclarecimento do destino dos corpos de seus entes queridos e a participação destes no processo de abertura política e retomada da democracia naquele país foi analisada por Padrós (2016) no entanto, sendo pouco explorada no caso brasileiro.

Ao abordarmos a luta pelo paradeiro dos *desaparecidos* políticos no contexto da ditadura militar no Brasil, procuramos reconstruir a memória, a verdade e a justiça, pois trata-se de adotar a sociologia das ausências, como a cartografia da linha abismal, como nos propõe Santos (2018), e considerar a não existência ou a invisibilidade de coletivos e seus saberes como forma de manter as relações de poder hegemônico.

Ainda Santos (2006), ressalta a importância de recuperar as experiências sociais ocultadas pois permite rever erros do passado, bem como fortalecer as lutas contra a opressão do presente, visando a construção de um futuro harmonioso. Trata-se de reconstruir o vivido como um processo de desvendamento de sujeitos ausentes tornando-os presentes, reconhecendo e valorizando seus saberes como forma de libertação e emancipação social.

Recuperar los conocimientos suprimidos, silenciados y marginados requiere comprometerse con lo que he denominado la “sociología de las ausencias”, un procedimiento que pretende mostrar que, dada la resiliencia de la línea abisal,

muchas prácticas, conocimientos y agentes que existen del otro lado de la línea abisal, de hecho, son producidos activamente como no existentes por los saberes dominantes en “este” lado de la línea abisal, y mucho más cuando están comprometidos en la resistencia contra las exclusiones abisales causadas por el capitalismo, el colonialismo y el patriarcado. (SANTOS, 2018, p. 36)

Portanto, os familiares dos *desaparecidos* podem ser designados como sujeitos coletivos, autores de conhecimentos e que por meio de suas lutas particulares e coletivas tiveram papel significativo na denúncia dos crimes cometidos pelo Estado e a sua responsabilização frente aos *desaparecimentos forçados* (GATTI, 2008)

A dor dos familiares segue invisível, pois ficou uma lacuna, um hiato que atravessa as fronteiras geracionais deixando marcas indeléveis e uma fenda na sociedade e na memória coletiva. O limbo permanente que Gatti (2008, p.52) se refere e que carrega a agonia da ruptura do sistema humano de filiação, isto é, o massacre dos vínculos e a fratura da memória.

No entanto, e apesar das famílias dos *desaparecidos* sofrerem uma tortura estendida, a atuação destes grupos não ficou restrita ao período da ditadura militar ou ao processo de redemocratização política do país. Sua atuação persiste até os dias atuais, unindo-se a outros grupos na luta contra outros tipos de *desaparecimentos*, que embora tenham sentidos distintos e atinjam diferentes grupos sociais quando praticados em um regime ditatorial ou liberal (TASSIN, 2017), sinaliza a continuidade da estrutura policial de utilização de instrumentos de tortura agora aplicada a presos comuns, principalmente aos homens pobres e negros dos grandes centros urbanos.

Assim, podemos considerar que embora existam diversos trabalhos nesta área circunscrita, principalmente sobre a realidade argentina e chilena, ainda há saberes a serem visibilizados e, quiçá, possam iluminar na compreensão do contexto sócio-político do Brasil contemporâneo e a ajudar encontrar pistas para resistir ao retorno do discurso de defesa da ditadura militar presente em parte significativa da sociedade brasileira.

Considerações sobre o universo pesquisado

A fim de alcançar os objetivos acima elencados, foi realizada pesquisa empírica qualitativa, com entrevistas em duplas e individuais, adotando questionários semiestruturados como instrumento de coleta de dados. A intenção em adotar o estudo de caso é condizente com a finalidade de entender e analisar a singularidade, estando o foco no que há de particular e não na representatividade estatística, embora possa auxiliar na reflexão de outros casos semelhantes.

Todavia e dado o potencial subjetivo da temática abordada, muitas vezes foi preciso recorrer à escrita do caderno de campo para o registro de conversas informais nas quais o discurso politicamente e a intimidação do gravador foram contornados e as representações sociais puderam ser explicitadas. Vale ressaltar que o silêncio e a linguagem corporal também são fontes de conhecimento, expressando muitas vezes aquilo que a fala não consegue suportar.

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p. 4).

Assim, dado o potencial subjetivo da temática abordada, muitas vezes foi preciso recorrer à escrita do caderno de campo para o registro de conversas informais nas quais o discurso politicamente e a intimidação do gravador foram contornados e as representações sociais puderam ser explicitadas.

Trata-se de trabalhar com políticas de emoções as quais são sofrimentos dos familiares dos desaparecidos, expressos nas dores do corpo, mas também na impotência dos processos que poderiam amenizá-los e que por isso acabam por potencializar os sofrimentos, mas sobretudo de admitir o caráter social destes sofrimentos, procurando compreender como estes são produzidos e reconhecidos, bem como vão se transformando em militância na busca do paradeiro de seus entes queridos, mas também na ação política de ajuda a outros familiares que vivenciam o desaparecimento (FERREIRA, 2013).

Os sujeitos da pesquisa foram familiares de desaparecidos políticos da cidade de São Paulo, em diferentes graus de parentescos, compostos de 2 grupos distintos. O primeiro composto por mãe e sobrinha de desaparecida política e o segundo de esposa e filho de desaparecido político.

A escolha dos/as participantes levou em conta a análise de gênero e, portanto, as diferentes percepções sobre a participação e o desaparecimento de homens e mulheres na militância política. Também a que se considerar a expressiva participação de mulheres, particularmente as mães, na busca por seus familiares e suas ações políticas para elucidar os desaparecimentos.

Também procurou-se analisar o discurso e a representação social do desaparecimento nas diversas gerações que de algum modo a experimentaram, isto é, privilegiou-se o encontro com um membro familiar que vivenciou o desaparecimento e com outro parente que não o experimentou diretamente, mas que de algum modo, está implicado neste acontecimento familiar e social. Assim, foi possível recuperar a história oral, por vezes restrita à esfera privada, dando-lhe visibilidade pública, e compreender as representações sociais das novas gerações sobre o ocorrido.

De modo sucinto, o quadro de análise foi composto por quatro sujeitos participantes: G1: Mulher desaparecida política: sua mãe e sobrinha; G2: Homem desaparecido político: sua esposa e filho.

O encontro para as entrevistas foi realizado em dois momentos: primeiramente foi feita uma entrevista conjunta com ambos participantes da pesquisa, para posteriormente serem realizadas reuniões individuais. Embora a pesquisa esteja em processo de análise, foi realizada uma devolutiva aos sujeitos participantes os quais fizeram observações e novas colocações o que nos sugere que a pesquisa foi importante instrumento para reelaborar o sofrimento, já que trouxe para a esfera pública a dor privada, criando a possibilidade de que o espaço social a reconheça e quiçá a acolha.

(In)Conclusões

Apesar de a análise estar inacabada, podemos considerar que o encontro com familiares de desaparecidos políticos possibilitou a compreensão dos diversos significados do sofrimento individual e social do desaparecimento,

evidenciando discursos de culpabilização e invisibilidade. Também os papéis sociais de homens e mulheres e suas atuações nos movimentos de militância puderam ser repensados, de modo a permitir uma análise da complexidade da ação política.

Por meio das entrevistas realizadas podemos apontar que há um forte reconhecimento da luta realizada pelos seus desaparecidos como uma ação política contestatória da ordem capitalista, patriarcal e colonialista vigente, visando uma sociedade mais justa e igualitária. Todavia, a representação da participação da mulher e do homem neste movimento social são distintas. Enquanto o grupo da desaparecida considera que esta foi *levada* ou *influenciada* a participar da organização clandestina, a participação do integrante homem é apontada por seus familiares quase como um ato de virilidade.

Também foram percebidas diferenças entre as gerações participantes. Enquanto os familiares que vivenciaram os desaparecimentos tendem a focar sua atenção no reconhecimento e esclarecimento do ocorrido, mas também sua incorporação na histografia política, as novas gerações parecem buscar na experiência familiar, formas de compor com outros setores sociais que sofrem com desaparecimentos forçados na atualidade.

De todos os modos e apesar do sofrimento imensurável provocado pelo desaparecimento e explicitado nas entrevistas, este possibilitou, nos casos analisados, o engajamento de seus familiares na luta pela visibilidade e legitimidade da problemática dos desaparecidos políticos como sendo um problema social, mas também os levou à atuação junto a outros segmentos sociais na denúncia da prática de desaparecimentos forçados que persiste na sociedade brasileira contemporânea, demonstrando assim, possibilidades concretas de dar voz aqueles/as historicamente ausentes e silenciados, mas, concomitantemente, formas de resistir às violências extremas que persistem no Sul global e no Brasil contemporâneo.

Referências

ARAÚJO, M. P. N.; SANTOS, M. S. dos. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v.79, p. 95–111, 2017.

- BIDASECA, K. *La revolución será feminista o no será. La piel del arte feminista descolonia*. Buenos Aires: Prometeo, 2018.
- FASSIN, D. L'ordre moral du monde. Essai d'anthropologie de l'intolérable. In: BOURDELAIS, P.; FASSIN D. (org.). *Les constructions de l'intolérable*. París: La Découverte, 2005. p. 17-50.
- FERREIRA, L. C. de M. De problema de família a problema social: notas etnográficas sobre o desaparecimento de pessoas no Brasil contemporâneo. *Anuário Antropológico*, Brasília, v.1, p. 191-216, out. 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/426>. Acesso em 24 mar. 2019.
- GATTI, G. *El detenido-desaparecido: narrativas posibles para una catástrofe de la identidad*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2008.
- _____. Prolegómenos. Para un concepto científico de desaparición. In GATTI, G. *Desapariciones. Usos locales, circulaciones globales*. Bogotá: Siglo del Hombre-Uniandes, 2007. p.13-15.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2006.
- PADRÓS, E. S. Luta por memória, verdade e justiça: o caso argentino. *Cadernos Andes*, Brasília, v. 27, p. 157-167, 2016.
- PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2006.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RIDENTI, M. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2(2), 2.sem. p. 113-128, 1990.
- ROVAI, M. G. de O. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, p. 108 – 132, jul./dez. 2013.
- RUFER, M. La memoria como profanación y como pérdida, *A contracorriente*, vol. 15, n. 2, p. 149-166, 2018.
- SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 1-45, 2002.
- _____. *A Gramática do Tempo*. Porto: Afrontamento, 2006.
- _____. *Construyendo las Epistemologías del Sur – Para un pensamiento alternativo de alternativas*. Buenos Aires: CLACSO, 2018.
- SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

- TASSIN, E. La desaparición en las sociedades liberales. *In: Gabriel Gatti (org.). Desapariciones. Usos locales, circulaciones globales.* Bogotá: Siglo del Hombre-Uniandes, 2017. p.105-110.
- TRAVERSO, E. *O Passado, Modos de Usar. História, memória e política.* Lisboa: Unipop, p. 29-53, 2012.
- TROUILLOT, M-R. El poder en la Historia, *In: Silenciando el pasado: el poder y la producción de la Historia.* Granada: Comares Historia Editorial, 2017. p. 20-25.

NEGO SETE: A VÍTIMA MAIS POPULAR DO ESQUADRÃO DA MORTE NO CLIPPING DA EDITORA ABRIL

Aline de Jesus Nascimento

*Orientadora: Tania Regina de Luca.
UNESP/Assis
FAPESP nº2017- 15451-9*

Esquadrão da Morte: origem e atuação

O Esquadrão da Morte (EM) foi um grupo paramilitar, apoiado implicitamente pelo Estado, com diversas vítimas no eixo Rio de Janeiro/ São Paulo e, posteriormente, se alastrou para os outros estados da federação, durante o período ditatorial brasileiro, para ser mais exato entre os anos de 1968 e 1985.¹

Foi na esfera policial que essa organização prosperou e as denúncias na imprensa sempre apontavam para a atuação de seus membros na segurança pública: policiais civis e militares, investigadores, delegados, desembargadores e funcionários de presídios. Logo, “O Esquadrão não nasceu grande. Foi cultivado pelo silêncio, a indiferença da cúpula policial, a falta de ação vigilante, a distância entre comando e subordinados, por ausência de subcomandos eficientes e atentos” (SOUZA, 2000, p.83).

O grupo se apresentava como justiceiro, eliminador de bandido e que tinha em mira livrar a sociedade de elementos indesejáveis. Tratava-se de proteger-se da violência utilizando como arma a própria violência, num momento em

¹ As ações do Esquadrão da Morte mencionadas nesse trabalho acompanham os dados contidos no *Clipping da Editora Abril*, isso significa que as ações da milícia aqui expostas fazem referência aos casos que ocuparam as páginas da imprensa escrita a partir do ano de 1968. Há estudos de atuações de grupos semelhantes antes desse período, já na metade do século XX, entretanto, é difícil estabelecer uma linha de continuidade entre os casos ocorridos na década de 1950 e os registrados em fins da seguinte. Para mais informações, ver: BARBOSA, A.. *Esquadrão da Morte: um mal necessário?* Rio de Janeiro, Brasil: Mandarin, 1971; HUGGINS, M. K. *Polícia e Política: relações Estados. Unidos/América Latina.* São Paulo, Brasil: Cortez, 1988.

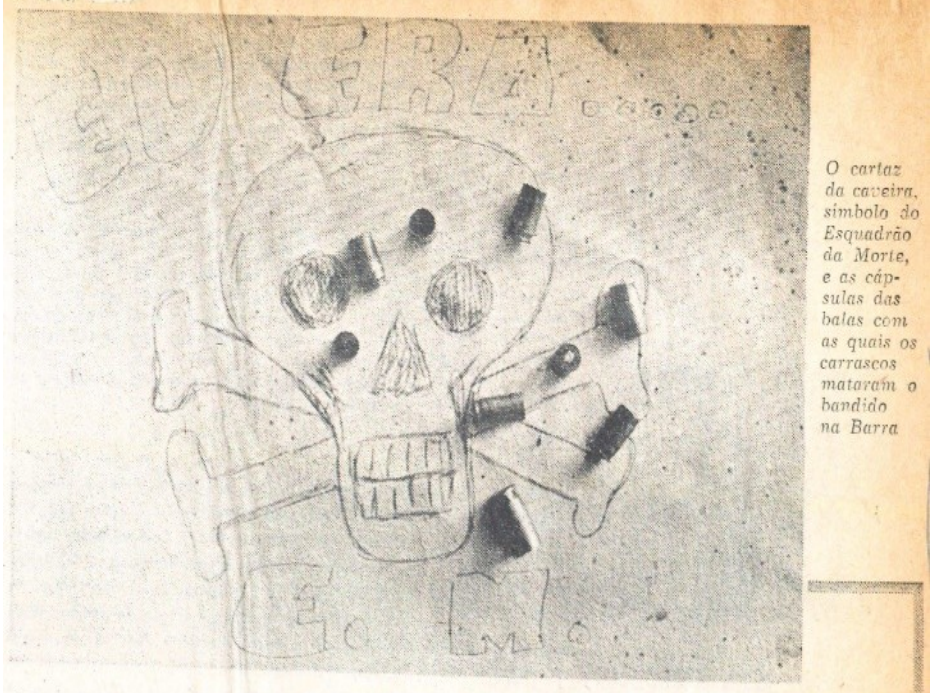
que os direitos humanos, civis ou de qualquer espécie tinham pouco ou nenhum valor.

As vítimas do grupo eram os considerados *homens perigosos* dentro da zona urbana, que crescia desenfreadamente na segunda metade do século XX.² Os ladrões irrecuperáveis, de acordo com a milícia, eram aqueles que realizavam furtos nos bairros (roubo de veículos, assalto a casas) e/ou estavam envolvidos com o tráfico de entorpecentes. Nesse novo contexto de rápido crescimento das cidades, problemas com violência se tornaram mais frequentes. Essa questão se refletiu na imprensa que acompanhou essas mudanças: “Em fins dos anos 60 e início dos 70, jornais e revistas começaram a dedicar mais atenção ao tema da violência urbana, particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo (COSTA, 1999, p.3).

O *modus operandi* do EM era bem específico: a vítima era encontrada em locais ermos da cidade, distante da cena do crime, com marcas de perfurações por armas de fogo em todo o corpo, lesões por algemas ou fio de náilon que sugeriam tortura e ausência de testemunhas. Ao lado das vítimas, eram colocados cartazes, com a imagem de uma caveira sobre dois ossos cruzados e as letras EM, no mais das vezes acompanhados de frases que identificavam o crime da vítima, sendo assim, é possível pensar que os cartazes afixados possuíam também a função de justificar publicamente o extermínio, ou a tortura, do sujeito, condenado sem julgamento por conta de serem considerados criminosos (DAEMON; MENDONÇA, 2011, p.4). As ações do EM eram rápidas e diretas, sem que os alvos pudessem se defender.

² Informações disponibilizadas em meio virtual pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Recuperado de <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 29 maio 2018.

Imagem 1: Cartaz Esquadrão da Morte



Fonte: Imagem originalmente publicada em O Globo, de 13 de março de 1970. Pasta Crime-Esquadrão da Morte/Investigação 1968-1970 Clipping da Editora Abril.

A imprensa denunciou casos de indivíduos que estavam sob tutela estatal, ou seja, no interior do presídio Tiradentes (SP), de onde foram retirados, executados e tiveram seus corpos abandonados em beiras de estrada.³ Tal circunstância evidencia a relação estreita do EM com o regime civil militar, que não só acobertava a milícia como permitia que se fortalecesse. Nem os presos estavam fora do alcance da sanha dos membros do EM.

A expressão Esquadrão da Morte não era uma novidade, no período que antecedeu a ditadura militar houve menções na imprensa sobre grupos que se valiam desse título, mas é inegável que a sua utilização espalhou-se a partir

³ Informações divulgadas na imprensa e no livro denúncia do jurista Hélio Bicudo. Bicudo, H.). *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. São Paulo, Brasil: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976. Exemplos de vítimas que foram retiradas do presídio Tiradentes: Airton Nery Nazareth (Risadinha), Antonio Russo (Zoinho), Francisco Pereira Filho (Neizão), João Piloto, Piragibe Marinho (Pirata), Rubens Saturino.

de 1968, data que marca o início dos anos mais sombrios da ditadura militar e quando multiplicaram-se as execuções (BICUDO, 1976, p.25). Foi justamente naquele ano que entrou em vigência o Ato Institucional nº5, que cerceou de vez as já combatidas liberdades democráticas que ainda restavam após o golpe de 1964, foi o *golpe dentro do golpe*.⁴

Com o AI-5 promulgado, o regime ditatorial pode agir sem limites impostos pela lei e pela ordem democrática, tanto que o presidente da República poderia decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, além de suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais (CODATO, 2004, p.17).

Os membros queriam que os cadáveres fossem vistos em um espetáculo público de violência com uma função quase pedagógica, deixavam nas entrelinhas a mensagem: para acabar com a criminalidade é necessário exterminar os marginais, esses quase sempre oriundos das zonas mais pobres da cidade.

Cabe ressaltar, ainda, que apesar de o EM manter relações com as forças de repressão, essas tinham em vista os opositores políticos, considerados inimigos do regime e submetidos à tortura com o objetivo de obter informações. Bem diversa eram os objetivos do EM, que possuía por meta o extermínio de supostos bandidos.

Clipping da editora Abril: uma descrição da fonte

O presente trabalho propõe analisar a representação de Antônio Souza Campos na imprensa a partir de uma documentação bem específica – o *clipping* da Editora Abril. Entende-se por *clipping* um conjunto de material de

⁴ Expressão utilizada com frequência para se referir ao período que foi decretado o Ato Institucional nº5 de 1968. O golpe por excelência aconteceu em 1964 quando o presidente João Goulart foi expulso pelos militares e o *golpe dentro do golpe* foi o momento de endurecimento do regime com a extinção dos direitos dos cidadãos. Entre as obras que utilizaram essa expressão pode-se citar: Arraes, M. (2006). *O Brasil, o povo e o poder*. Recife: Ed. Universitária da UFPE. Cunha, L. (2007). *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora:UNESP. Libanio, J. B. (2001) *As lógicas da cidade: o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*. São Paulo, Brasil: Edições Loyola. Ponte Junior, O.S.(2000). *Dualidade de poderes: um mal estar na cultura política da esquerda*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará.

imprensa, coletado e organizado em função dos interesses e da política de uma dada empresa. A fonte utilizada possui a peculiaridade de se tratar de uma seleção de recortes organizados pelo departamento da principal editora de periódicos da América Latina, a Editora Abril, e que objetivava construir um arquivo, o mais completo possível, a respeito de tudo o que fosse notícia no Brasil e no exterior. A finalidade desse acervo era bem precisa: reunir o que poderia ser utilizado em futuras edições de suas revistas semanais de informação. Havia, portanto, já de saída, um processo de escolha e seleção, afinal tratava-se de guardar o que poderia ser útil para a empresa e seus produtos.

Em 2002, todos os integrantes do departamento que se dedicavam a esse acervo foram demitidos, um dos motivos mais evidentes foi a criação da empresa Google, em 1998, que modificou o sistema de buscas e o tornou muito mais rápido e sem acúmulo excessivo de papéis. Assim, o material arrecadado anteriormente foi direcionado, no final de 2011, para a Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Câmpus de Assis, e atualmente faz parte do acervo do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP).⁵

O material foi organizado em *assuntos, empresas e personalidade*, todos acondicionados em caixas que contém pastas individuais para cada tema. Esse estudo vale-se do primeiro conjunto, mais precisamente das oito pastas que se referem ao Esquadrão da Morte e que cobrem o período compreendido entre 1968 e 1985, conforme se vê detalhado abaixo:

⁵ Para mais informações acerca desse centro de documentação, consultar página virtual. < <http://www.assis.unesp.br/#!/cedap>. Acesso em: 01/06/2018.

Quadro 1: Conteúdo das pastas intituladas Esquadrão da Morte (1968-1985)⁶

Título das Pastas	Período a que se refere	Total de recortes
EM/Caso Correirinha	0	53
EM/Execuções	0	67
EM/Execuções	0	62
EM/História	0	15
EM/Investigação	0	133
EM/Investigação	1971	84
EM/Investigação	0	110
EM/Julgamento	0	117
Total	0	641

Fonte: Clipping da Editora Abril

Uma das marcas desse acervo é a diversidade documental. Nas pastas, há variada gama de periódicos nacionais, como por exemplo: *Estado de S. Paulo* (São Paulo, 1875), *Folha de S. Paulo* (São Paulo, 1921), *Jornal da Tarde* (São Paulo, 1966-2012), *o Globo* (Rio de Janeiro, 1925), *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, 1891), *Correio Braziliense* (Brasília, 1960).

Os recortes possuem dimensões diferentes e modos distintos de tratar a notícia. Assim, trabalhar com esse material é um desafio, pois há que se levar em consideração as peculiaridades do conjunto que foi reunido. Apesar de o *clipping* englobar um rol vasto e abrangente da imprensa brasileira como um todo, é preciso não perder de vista os silêncios existentes, uma vez que se trata de escolhas da empresa, ou seja, dos periódicos que considerou merecedores de estar na sua base informacional, logo, é uma fonte que já passou por julgamento prévio.

Nego Sete: da emboscada aos jornais

Em uma manhã do dia 23 de novembro de 1968, algumas pessoas em trajes comuns e portando armas de fogo apareceram no largo da Igreja Nossa Senhora de Fátima, em Guarulhos, procurando um perigoso assaltante que

⁶ 16 documentos não estão contabilizados nesse quadro porque se referem ao período posterior ao analisado, mais precisamente abrangem de 1986 até 1996.

residia na região. O padre Geraldo Monzeroll, que estava na Igreja, viu a estranha movimentação e suspeitou que se tratava do Esquadrão da Morte, muito noticiado nos jornais nos dias anteriores. Então resolveu registrar com sua máquina fotográfica aquela intrigante ação.⁷

O assaltante procurado era Antônio de Souza Campos, o Nego Sete, condenado a dez anos de prisão em 1961 por ter cometido três assaltos, no qual cumpriu sete anos e depois fugiu, de acordo com as notícias publicadas pelo *Estado de S. Paulo*.⁸

Nessa caçada houve uma incerteza: em um barraco próximo ao de Nego Sete, morava Antônio Marques, conhecido como Sabiá, e, por serem parecidos, os indivíduos acreditaram ter encontrado o sujeito que buscavam e, de imediato, agrediram Sabiá, juntamente com sua companheira, Ana Anita Marques e apesar dele afirmar, várias vezes, que não era Nego Sete.

Desconfiados, acabaram por levá-lo à delegacia, o que era um óbvio indício da ligação dos agressores com a segurança pública. Sabiá, depois de dias na delegacia, foi transferido para Recolhimento Tiradentes (SP) e posteriormente liberado. Dentre os recortes do clipping que dedicam-se ao episódio, somente uma notícia publicada no *Jornal da Tarde* em 12 de outubro de 1970 explicou como a confusão foi desfeita: enquanto um grupo espancava o casal, outros policiais encontraram a mulher de Nego Sete.

Ainda no dia 23 de novembro, os policiais encontraram o endereço de Nego Sete: Avenida B, nº30 na Vila Barros. Informação provavelmente concedida por Arlinda da Silva Bonfim, uma das moradoras do terreno.⁹ De acordo com o *Jornal da Tarde* de 18 dezembro de 1970, a propriedade pertencia ao pedreiro João Batista de Oliveira e no local havia duas casas e seis quartos nos fundos. Um dos quartos era alugado para Nego Sete e sua mulher, Vanda.

⁷ Essa foi a versão narrada por todos os periódicos do *Clipping* que mencionaram o episódio. Em exemplo: *Jornal da Tarde* de 09/10/1970 e 12/10/1970; *O Estado de S. Paulo* de 02/12/1975 e 11/03/1981; *Jornal do Brasil* de 04/10/1970.

⁸ As notícias datam 08/10/1970 e 11/03/1981. O julgamento acerca desse episódio demorou anos para acontecer, isso explica a distância temporal, pois era sempre necessário retomar os pontos principais do caso aos leitores.

⁹ No recorte do *Jornal da Tarde* de 18/12/1970 não ficou claro se Arlinda da Silva Bonfim foi a responsável por ceder a informação. Entretanto, Arlinda diz ter reconhecido uma foto de Nego Sete que foi mostrada por um dos policiais enquanto realizavam a caçada.

Os policiais entraram no quintal. O pedreiro acordou e assustou-se quando sua mulher, Tereza Cardoso, informou a intensa movimentação em sua residência. João Batista foi até os indivíduos que se identificaram como sendo o Esquadrão da Morte e realizavam uma caçada, pois havia no quintal um elemento perigoso, conhecido como Nego Sete. Pediram para que o locador comprasse alimentos e cigarros, pois iriam esperar pelo inquilino (*Estado de S. Paulo*, 10/10/1970). Os policiais se distribuíram em locais estratégicos pela residência: dentro da casa, do lado de fora e na parte de cima, uma verdadeira emboscada.

Alguns recortes (*Jornal do Brasil*, 04/10/1970; *O Estado S. Paulo*, 10/10/1970, 11/03/1981; *Jornal da Tarde*, 12/10/1970, 18/12/1970; *JORNALIVRO/ MIL MORTES*) citam que os membros do Esquadrão da Morte tiveram contato com a mulher de Nego Sete, ela teria dito que seu companheiro somente chegaria por volta das 17 horas porque foi realizar uma visita a sua mãe. Após fornecer as informações, Vanda teria sido direcionada até um dos veículos, não foi mais localizada pela Justiça ou pela imprensa, fato este ressaltado pelo recorte do *Jornal da Tarde* de 13 de outubro de 1970, que evidencia a probabilidade dela ter sido vítima do grupo de extermínio.

Os membros do Esquadrão se dispuseram a esperar Nego Sete, não saíram do bairro enquanto que o procurado não chegou. Entre 16h e 17h, um homem desceu de um coletivo, vestia uma calça preta e camisa marrom esporte, debaixo do braço trazia discos (*Jornal da Tarde*, 18/12/1970). Ao entrar em casa foi surpreendido com a advertência “É a polícia”, levantou os braços em sinal de que estava desarmado e foi atingido por diversos tiros.

Foi deste modo que Antônio de Souza Campos entrou nas estatísticas de mortos pelo EM, mesmo sem representar nenhum perigo, pois não portava arma. O cadáver foi enrolado em um cobertor, levado para um dos veículos e encontrado posteriormente em uma estrada na direção de Mogi das Cruzes, nas imediações de São Paulo, com doze perfurações de arma de fogo.¹⁰ O local que estava o corpo foi informado por Lírio Branco, porta voz do grupo de

¹⁰Os recortes divergem acerca do número de perfurações que o cadáver possuía, por exemplo, a *Folha de S. Paulo* de 07 de outubro de 1970 informa que foram mais de vinte. Entretanto, a maioria afirma que foram doze.

extermínio, que por telefone comunicou a morte à sala de imprensa do Palácio da Polícia.¹¹

Essa narração dos acontecimentos é um panorama de como a história foi contada pelos recortes que fazem parte dos *clippings*. É difícil estabelecer a linearidade do episódio, visto que algumas informações divergem nos periódicos e/ou nem ao menos são citadas.¹²

Nego Sete era foragido da Justiça, apesar disso, poucos fragmentos do *clipping* se valeram de adjetivos estereotipados como marginal, bandido, ladrão (somente em 10 recortes se observa essas palavras ao se referir a vítima). Isso pode ser um indicativo de que a imprensa estava mais preocupada em noticiar o caso do que julgar.

O inquérito aberto pela polícia para desvendar o assassinato teve a seguinte conclusão “crime de autoria desconhecida” (*Jornal da Tarde*, 09/10/1970).¹³ É evidente que não houve um esforço em descobrir os responsáveis pelo assassinato, trata-se da polícia investigando um crime realizado por seus pares.

Quase dois anos depois do episódio, chegou aos cuidados do advogado Hélio Pereira Bicudo uma carta denúncia escrita pelo padre Geraldo Monzeroll.¹⁴ O momento foi oportuno, Bicudo tinha sido recentemente designado para assumir a supervisão e orientação das tarefas pertinentes ao Ministério Público, no que respeita à preservação da Lei e do Direito, no episódio do denominado “Esquadrão da Morte” por intermédio da Portaria nº1230- São Paulo, assinada pelo Procurador Geral da Justiça Dario de Abreu Pereira em 23 de julho de 1970 (BICUDO, 1976, p.19).

O caso de Nego Sete teve grande repercussão, e o jurista e precursor dos estudos sobre o tema, Hélio Bicudo, se dedicou à sua apuração, tendo narrado

¹¹ Lírio Branco foi o nome dado ao personagem que informava as mortes do Esquadrão da Morte em São Paulo para as delegacias ou para imprensa, não representava nenhuma pessoa em específico. A imprensa comumente o chamava de relações públicas do grupo.

¹² Há uma versão desse episódio no livro de Hélio Bicudo *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. Também é possível encontrar informações no Relatório da Comissão da Verdade. *Repressão política: origens e consequências do Esquadrão da Morte*. Relatório – Tomo I – Parte I. Recuperado de http://comissao-daverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo/downloads/_Tomo_Parte1_Repressao-politica-origens-e-consequencias-do-Esquadrão-da-Morte.pdf. Acesso em: 20/05/2018.

¹³ Não há menção em nenhum recorte sobre a data que esse inquérito foi aberto.

¹⁴ O fragmento do *Jornal da Tarde* de 18 de dezembro de 1970 informa que o Padre Geraldo Monzeroll não comunicou à polícia imediatamente após o acontecido porque os indivíduos que ali cometeram o crime se identificaram como policiais.

o caso em seu livro denúncia *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*.¹⁵ A obra foi escrita no momento em que as atividades do EM multiplicavam-se, e por este motivo, talvez, fosse mais correto tomá-lo menos como um acadêmico dedicado ao estudo do tema do que um advogado atuante e engajado na oposição à ditadura e defensor dos direitos humanos.

As investigações acerca do assassinato do Nego Sete tornaram-se efetivas somente quando o procurador Hélio Bicudo realizou as denúncias em 1970. Nesta ocasião, há efetivamente uma busca pelos culpados. Algumas testemunhas se somaram ao depoimento do padre Monzeroll, como Ana Anita Marques, companheira de Sabiá, e João Batista de Oliveira, locador da casa de Nego Sete.

As fotos capturadas pelo padre no dia 23 de novembro foram usadas no processo, entretanto, não ficaram com uma boa resolução, o que dificultou na identificação dos membros que apareciam nas imagens (*Estado de S. Paulo*, 15/12/1970).

Monzeroll afirmou que um dos homens era forte e tinha uma tipoia no braço, reconhecido posteriormente como Sérgio Paranhos Fleury, policial que atuou como delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo durante a ditadura civil-militar. Fleury era conhecido por perseguir os opositores do regime, acusado pelo Ministério Público pela prática de tortura e homicídios. Foi um dos poucos acusados que manteve a dualidade de pertencer ao EM e ser responsável pela tortura política.

Os fragmentos do *clipping* (*Jornal do Brasil*, 04/10/1970; *Folha de S. Paulo*, 07/10/1970; *Estado de S. Paulo*, 08/10/1970) apontam que outros quinze policiais foram indiciados pelo procurador Bicudo como coautores pela morte de Antônio de Souza Campos, entre eles estavam Astorige Corrêa de Paula (Correinha), Ernesto Milton Dias, Angelino Moliterno (Russinho), Alberto Barbour, Ademar Augusto de Oliveira (Fininho I), Antônio Augusto de Oliveira (Fininho II), João Carlos Tralli (Trailer), Abílio Armando Alcarpe, Cléomenes Antunes (Goiano), Walter Brasileiro Polim, Nathaniel Gonçalves

¹⁵ A obra de maior repercussão de Hélio Bicudo: *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*, que além das nove edições em português, teve tradução para o espanhol, italiano, francês e alemão. Esse livro foi escrito no momento em que as atividades do EM multiplicavam-se, mas nem sempre vinham a público, em função do contexto político do país.

de Oliveira, Eduardo Xavier, José Gustavo de Oliveira, José Campos Correa Filho (Campão).

Os indiciados por estarem envolvidos na morte de Antônio de Souza Campos aparecem em recortes do *clipping*, o que indica que não foram acusados na imprensa somente por esse assassinato.¹⁶

Em junho de 1971, o padre Monzeroll, após proferido seu depoimento como testemunha de acusação no processo na Justiça, caiu de um andaime em que estava a 10 metros do solo enquanto inspecionava uma obra em sua paróquia, sendo internado com traumatismo craniano (*Jornal da Tarde*, 11/11/1971; *O Estado de S. Paulo*, 02/12/1975).¹⁷ Não havia provas que ligassem o acidente ao Esquadrão da Morte, porém a imprensa ressaltou a coincidência.¹⁸

Ao fazer um mapeamento das notícias a partir do *clipping* da Editora Abril, percebe-se que Antônio de Sousa Campos aparece em uma quantidade significativa de reportagens: 77 recortes, dos 641 fragmentos de todo o material do *clipping* referente ao Esquadrão da Morte, o que representa 12%, sendo, deste modo, a vítima mais citada no conjunto documental. A porcentagem pode parecer insignificante em um primeiro momento, mas ressalta-se que as vítimas normalmente não eram sequer identificadas devido à situação em que eram encontradas. Em contrapartida, era comum, os membros desse grupo serem citados exaustivamente, pois alguns foram frequentemente acusados de pertencer a milícia.

¹⁶ Os nomes dos policiais que foram acusados de pertencer ao Esquadrão da Morte e a quantidade de recortes em que aparecem: Ademar Augusto de Oliveira (Fininho I) [154], Sérgio Paranhos Fleury [113], Astorinige Corrêa de Paula (Correinha) [87], Walter Brasileiro Polim [70], João Carlos Tralli (Trailer) [63], Angelino Moliterno (Russinho) [49], Antônio Augusto de Oliveira (Fininho II) [42], Ernesto Milton Dias[41], José Campos Correa Filho (Campão) [35], Alberto Barbour [25], Eduardo Xavier [23], Cléomenes Antunes (Goiano) [15], Abilio Armando Alcarpe [14], Nathaniel Gonçalves de Oliveira [14], José Gustavo de Oliveira [9].

¹⁷ O pároco sobreviveu à tentativa de assassinato, morreu vítima de um câncer em 1999, quando estava morando no Canadá. Informações disponíveis no Relatório da Comissão da Verdade. *Repressão política: origens e consequências do Esquadrão da Morte*. Relatório – Tomo I – Parte I. Recuperado de http://comissao-daverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo/downloads/_Tomo_Parte1_Repressao-politica-origens-e-consequencias-do-Esquadrão-da-Morte.pdf. Acesso em: 20/05/2018.

¹⁸ Inclusive Geraldo aparece em 23 recortes da fonte – 3,6%. Percival Souza em seu livro o afirma que o acidente foi causado Ademar Augusto de Oliveira (Fininho I), membro do Esquadrão da Morte. (200). *Autopsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo, Brasil: Globo, p.76.

Considerações Finais

O Esquadrão da Morte foi uma milícia que cometeu diversos assassinatos no decorrer da ditadura civil militar no Brasil, cujas atividades somente atingiram essa proporção porque o regime vigente possibilitou caminhos para sua existência. Essa falta de combate pelo Poder Público, demonstra, se não uma ligação direta com o poder, uma convivência por parte dele.

Antônio de Souza Campos, o Nego Sete, foi uma das poucas vítimas identificadas. O seu caso representou uma luta contra os membros do Esquadrão da Morte, engendrada pelo procurador público Hélio Pereira Bicudo. O padre Geraldo Monzeroll foi uma testemunha inusitada ao caso, seu depoimento foi considerado pela imprensa com alto teor de credibilidade, visto que não possuía nenhuma ligação com a vítima, muito menos com o EM.

Os recortes do *clipping* nem sempre elucidam o caso de modo nítido, as publicações da imprensa que constam nesse acervo são fragmentárias, muitas vezes, pouco explicativas. Entretanto, devido à publicidade do episódio, o público leitor daquele período, provavelmente, possuía condições de acompanhar os casos.

Inúmeros assassinatos foram de responsabilidade do grupo paramilitar, Nego Sete não foi a primeira vítima, tampouco a última. Seu caso simboliza um momento de extrema violência, no qual os supostos bandidos não teriam direito a existência física. Durante o episódio de Nego Sete, a ação do Esquadrão da Morte confunde-se com a de cunho policial, isso porque os membros eram os responsáveis pela segurança pública que deixam de seguir as normas da lei para agir de acordo com a sua própria mentalidade.

Diante de tal contexto, a imprensa foi importante para informar a população sobre os casos desse grupo paramilitar, fazer serem ouvidas as testemunhas e os familiares de vítimas, além de exigir respostas do Poder Público que muitas vezes preferiu negar a existência da milícia afirmando se tratar de conflitos entre os próprios marginais, isentando-se dessa maneira de qualquer responsabilidade.

Referências

- AQUINO, M. A. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968- 1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.
- BARBOSA, A. *Esquadrão da Morte: um mal necessário?* Rio de Janeiro: Mandarin, 1971.
- BICUDO, H. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. São Paulo, Brasil: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.
- CODATO, A. O golpe de 64 e o regime de 68. *História, Questões e Debates*, Curitiba, Brasil p.11-36, n.40, 2004.
- COMISSÃO DA VERDADE. *Repressão política: origens e consequências do Esquadrão da Morte*. Relatório – Tomo I – Parte I. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo/downloads/_Tomo_Parte1_Repressao-politica-origens-e-consequencias-do-Esquadrao-da-Morte.pdf>. Acesso em 20 maio 2018.
- DAEMON, F.; MENDONÇA, K. Entre a Lei e a execução: uma genealogia dos grupos de extermínio na imprensa carioca. *XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* – Recife, Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1246-1.pdf>>. Data de acesso: 04 jun 2017.
- HUGGINS, M. K. *Polícia e Política: relações Estados. Unidos/América Latina*. São Paulo, Brasil: Cortez, 1988.
- SOUZA, Percival. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo, Brasil: Globo, 2000.

OS PROCESSOS DE VERDADE NA SUBJETIVAÇÃO DO INIMIGO INTERNO NA AMÉRICA LATINA E SEUS ATUAIS DESDOBRAMENTOS

Aline Hamdan de S. Vilas Boas

Mestrado em Teoria e Filosofia do Direito – UERJ

É preciso pensar ainda hoje como o estado democrático de direito formula através de sua política de segurança, a figura do outro com a denominação de inimigo interno. Através do espetáculo midiático e aparelhamento ideológico do que se denomina opinião pública e militarização da vida é que se legitima o sujeito inimigo número um. O discurso ideológico pelo qual se trava efetivamente a favor desta subjetivação encontra pleno alicerce no conjunto de acontecimentos discursivos que por ora se entrelaçam em sociedades de controle¹. Desta forma, o marco da ditadura militar nos países da América Latina que interromperam a ordem democrática, para se fazer presente e justificar a obediência à nova ordem, efetiva um arsenal ideológico pelo qual se constitui o Outro como um excesso discursivo na medida em que se contesta o militarismo.

Por este viés, o método utilizado é o aniquilamento do sujeito político que se mantém através da articulação da organização política que é a representação de uma opinião por testemunho único e exclusivo do estado e a formulação deste discurso atesta uma ética da verdade pressuposta por uma nomeação por violência simbólica. deste desdobramento advém a imposição do nihilismo ético. No período ditatorial na América Latina, é através da política imperialista e o discurso de ódio que implementa a campanha militar contra o todo outro que reivindica uma vida militante. Esta capacidade que opera uma verdade do poder político autoritário se impõe através do comando em fazer obedecer a ordem ou fazer suportar o aniquilamento para se tornar um vivo na sua captura

¹ A expressão conjuntos de acontecimentos discursivos é uma expressão utilizada por Michel Foucault na *Ordem do Discurso*. P.57 No presente texto, para a representação da ordem de um discurso que trata de elementos que constituem de forma similar a formação de uma subjetividade intencional e populista articulada pelo terrorismo de Estado.

meramente reduzida a uma condição inumana pelo aprisionamento e tortura, esta é a condição que se reduz o militante na figura do “*procurado pelo regime.*” Neste sentido, a vida nua tem, na política ocidental, este singular privilégio de ser aquilo sobre cuja exclusão se funda a cidade dos homens (AGAMBEN, 2002). Por ora, a militarização da vida em tempos de falência de política é nada menos que uma “fabricação de cadáveres” (AGAMBEN, 2008), num estado de sítio movido pelo temor da morte e sob o império de denunciação caluniosa.

Em 1964 houve um golpe militar no Brasil, dois anos mais tarde, os militares tomaram o poder na Argentina. Este poder de polícia militar nacional na Argentina foi denominado de processo de reorganização nacional. A implantação do terror se consolida também pelo sequestro e desaparecimento de crianças, filhos de perseguidos políticos. Segundo organizações de direitos humanos, foram 30 mil mortos e desaparecidos políticos e mais de quinhentas crianças durante este período (DANIEL ARÃO et. al.,2014). A verdade do regime militar é imposta pela representação do seguinte pensamento “Torna-te como eu e respeitarei tua diferença” (BADIOU, 1995) e assim é naturalizado o aniquilamento do militante organizado como simplesmente a forma de eliminar o mal. O mesmo discurso público é assinalado pela ditadura chilena entre os anos 60 e 70. Neste sentido, é que em tais países, toda a construção do inimigo interno também era um plano muito bem executado pelo governo federal, afinal, o campo da segurança nacional coordenava os assuntos estratégicos a fim de proteger os interesses populacionais. A guerra ideológica fazia uma aliança de política de aniquilamento desse Outro. Por outro lado, havia o heroísmo salvacionista representado na figura dos mentores do regime militar. Há uma consideração relevante do filósofo Badiou que descreve muito bem como a figura do herói que irá salvar o mundo de todo o mal é bem retratado no livro O século:

Leremos neste livro de Badiou belas páginas dedicadas ao "axioma da fraternidade" e algumas linhas perturbadoras, em que a energia poética de Paul Celan converge com a dos ferroviários grevistas de 1995, opondo um imenso "Todos unidos! Todos unidos!" ao inverno glacial do cálculo egoísta. Mas, imediatamente, trespassa o gosto pela violência pura e desenfreada e até, além

do bem do mal, o fascínio pelo "nihilismo ativo, violento -ou mesmo terrorista-do século".²

A figura do salvador humanitário é o ideal de segurança que move o mundo contra as catástrofes humanas que ainda estão por vir, um futurismo alicerçado no fascismo da política de segurança, afinal, terrorismo é uma praga a ser combatida pelos seus próprios co-fundadores: o protagonista representado na figura do *direito do mesmo* (BADIOU, 1995), por um lado o homem branco ocidental civilizado e o direito do todo outro, ou seja, todo aquele que não é esse outro e que é o bárbaro. Se por um lado, há este nihilismo passivo da vítima à espera da morte, há a outra face da moeda, o nihilismo ativo, movido pelo ódio e a ira também cega e faz apenas se guiar pelo sentimento de vingança. A indústria do medo mantém também o arsenal das empresas responsáveis pela vigilância e armamento. Como consequência, o próprio povo porta a dor psíquica gerado pelo temor da violência e da morte, então acaba se tornando um problema sistêmico e generalizado. Como em toda política autoritária, a dor também gera o lucro, é na exploração do medo que se mantém a necessidade constante do armistício interno, da dependência das drogas lícitas, do consumo de enlatados, do aumento do suicídio. Por isso é que prevalece a opinião pública, é preciso uma propaganda contra o sujeito bárbaro, uma forte ameaça à paz interna. Em entrevista ao Le Monde sobre o episódio referente ao atentado na Charlie Hebdo, ele diz o seguinte:

Neste contexto desesperador montou-se uma espécie de peça histórica farsesca. Sobre a trama geral do “Ocidente”, pátria civilizada do capitalismo dominante, contra o “Islamismo”, símbolo do terrorismo sanguinário. Aparentemente teríamos, de um lado, os grupos de assassinos e indivíduos fortemente armados, acenando para garantir o perdão de Deus; e do outro, em nome dos direitos humanos e da democracia, selvagens expedições militares internacionais que destroem Estados inteiros (Iugoslávia, Iraque, Líbia, Afeganistão, Sudão, Congo, Mali...), que fazem milhares de vítimas, que chegam para negociar com os bandidos mais corruptos em busca de poços, minas, recursos alimentares e enclaves onde as grandes empresas possam prosperar.³

² A Depuração do Século. Publicada originalmente no Le monde e traduzida pela Folha de São Paulo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2702200514.htm>. Consultada em janeiro de 2019

³ Sobre o atentado em Paris. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2015/02/04/o-vermelho-e-o-tricolor-alain-badiou-sobre-o-charlie-hebdo/>. Consultada em dezembro de 2018

A questão nevrálgica desta situação é que em nome deste niilismo ético, o nacionalismo e outros movimentos de direita vão se expandindo também e dilacerando cada vez mais as relações sociais, isto culmina no essencialismo dos movimentos identitários. A imagem do inimigo interno perpassa por este liame dialético do niilismo passivo ao ativo. Um desdobramento ideológico é que toda esta fragmentação na batalha pela identidade, por quem é um “nacional de verdade” e quem não é resulta na fiscalização da polícia aos refugiados, na condição de apátrida e na perseguição política de movimentos revolucionários. Inclusive no relatório do comissário para os direitos humanos do Conselho da Europa, divulgado em 2015, o país passou a figurar na lista dos que sofrem "deterioração da coesão social".⁴ No mesmo relatório consta também um alto índice de antissemitismo e islamofobia, a ponto de ser o único país que, no ano de invasão de Israel em Gaza, proibiu manifestações a favor da Palestina.

Por outro lado, como a história é permeada pelas contradições, é percebido o quanto a universalização de valores tem um alto teor de superficialidade. E o fascismo faz suas vítimas internas também, não é só no expansionismo imperialista, no país que foi berço dos ideais democratas, pessoas de origem semita não só são discriminadas como também sofrem um “atentado reverso”, têm suas casas e locais de trabalho atacados por nacionais que se consideram puros etnicamente, é o estranhamento que torna o Outro um corpo inimigo. Toda esta dilaceração causada pela invenção do sujeito ativo e passivo no niilismo ético. A situação dos refugiados, por exemplo, é muito crítica:

A banalização do discurso discriminatório na França em relação a certas minorias – a mais visada é a comunidade de franceses muçulmanos – na boca de diversos políticos franceses, de esquerda como de direita e de extrema-direita, foi apontada pelo comissário de Direitos Humanos do Conselho da Europa como altamente preocupante. Segundo ele, esse tipo de linguagem envia um sinal à polícia, aos funcionários e aos cidadãos de que o discurso racista pode ser assimilado pela sociedade. Os policiais são frequentemente acusados de violência no tratamento com migrantes, vindos do mundo inteiro, que vivem ilegalmente em Calais, na esperança de atravessar o canal para chegar à Inglaterra.⁵

⁴ Fonte: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Racismo-em-alta-mancha-reputacao-da-Franca/5/32906>. Consultada em novembro de 2018

⁵ Entrevista citada em <https://vinteculturaesociedade.wordpress.com/tag/historia-europeia/page/9/>. Consultado em Outubro de 2018

Por isso, as diferentes etapas desde processo crucial de descoberta do aumento do fascismo ocorreram também nos países periféricos porque o capitalismo é sim um mal sistêmico. Embora diferentemente dos aspectos que levam a criar o inimigo interno como uma forma de legitimar o genocídio de determinada classe e raça, não é aqui demasiado consignar que esta tática leva também à exploração das diferenças tal como acontece com os imigrantes e se permeia por um universalismo que apaga as singularidades, tornando o alvo corpos matáveis e plenamente substituíveis. Assim torna-se um ato jurídico a garantia de que os filhos de trabalhadores de favela sejam alvo deste genocídio, quando não estão na condição de juventude economicamente explorada. Já na condição de inimigo de estado, a zona de criminalização está delineada aos efeitos da suspensão de direitos para além dos políticos. Trata-se, portanto, em propagar o processo das verdades em todas as suas redescobertas o que perpassa em se posicionar através de relatos de sobreviventes e arquivos históricos. Inclusive pode-se ver na própria história que o sequestro como ocorria na Argentina, já havia sido um método de niilismo ético realizado quando se tratava de loucura. Nas palavras de Foucault, “o seqüestro institucionalizado que produziu o grande encarceramento precisava separar o pobre “inocente” do pobre “culpado” (FOUCAULT, 1978). Por isso que a narrativa histórica deve ser alcançada também em suas raízes subalternas, no Rio de Janeiro, por exemplo, as favelas se uniram em 2011, pra lançar a comissão popular da verdade⁶.

Quando no Brasil, fala-se em juventude periférica que possui a vida militarizada pelas unidades de polícia pacificadora e cujo índice de morte violenta é alta, a investigação é realizada pela própria família, o que resulta numa impossibilidade de enlutamento, pois a dor da mãe da vítima é politizada para que o filho não seja responsabilizado como um infrator que mereceu a própria morte e o estado apenas efetivou um cumprimento de obrigação em nome da política de segurança. Com relação a esta juventude

⁶ A Comissão Popular tem sido construída por moradores das favelas, movimentos populares, organizações de direitos humanos, universidades, instituições de pesquisa e diversos mandatos parlamentares. Shirley Muriel, moradora da Rocinha e membro do Coletivo de Favelas, participa da construção da Comissão. Para ela, esse é um espaço muito importante para que os mais pobres consigam sobreviver e resistir à intervenção militar no dia a dia. Fonte: <https://deldi.jusbrasil.com.br/noticias/558710120/moradores-de-favelas-se-articulam-para-criar-a-comissao-popular-da-verdade-no-rio>. Consultada em fevereiro de 2019

marginalizada pelo estado, elucidado a situação através das palavras da professora Vera Malagutti:

Na saída da ditadura os meios de comunicação começaram a operar um deslocamento do "inimigo interno", ator fundamental para as políticas de Segurança Nacional. A crise econômica dos oitenta, que veio a consolidar-se nos noventa produzindo décadas perdidas, veio acompanhada da disseminação de medos e de novos inimigos. A política criminal de drogas imposta ao mundo pelos Estados Unidos forjou uma nova guerra e um novo inimigo: a ponta pobre do mercado varejista.⁷

De forma não linear e antecipando uma inquietação a respeito da análise de questões como essa, de forma estratégica, se a produção do conhecimento não for pensada no seguinte viés “O seu conhecimento serve para quem”? A ciência não é neutra e a filosofia é um pensamento, quando se trata de uma pesquisa empírica que dialoga com autores como Agamben, Hannah Arendt, Alain Badiou e se concretiza o intercâmbio com um corpus informal oriundo de instâncias populares e contextualizações regionais como a América Latina num determinado circuito de espaço- tempo, é fundamental um método que não sirva aos ideais conservadores, de certo modo, este também é um objetivo desta pesquisa. No ascenso do nazismo, por exemplo, muitos eram burocratas e outros contribuíram também na manutenção deste status quo através da pesquisa sob o viés de que a técnica era neutra. Assim, ela relata que ainda como nos últimos anos de guerra, Eichmann havia queimado parte do arquivo do seu departamento sobre a “Solução Final”, uma parte da história foi confirmada por testemunhos de sobreviventes ou de processos que ficaram intactos e que tratavam de pessoas que já não estavam mais vivas (ARENDDT, 1999).

Sobre a intervenção ou cooperação de organismos internacionais dos países centrais em relação aos periféricos, paira também a seguinte reflexão: De que adianta a descoberta da cura de um mal se ele vai servir a uma potência ou na melhor das hipóteses, ser distribuído de forma racionalizada pelos servidores das questões humanitárias nesta subserviência à economia. De imediato do

⁷ BATISTA, Vera Malaguti. A juventude e a questão criminal no Brasil. Publicado em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/1053773b21eb7cc6e5600f16cc0663e4.pdf>. Consultado em dezembro de 2018

que adiantaria os avanços da psiquiatria se ela continua a servir também como gestão da dor e ainda manter na classe média seus profissionais? Nas crises, tais filósofos, sociólogos e médicos ganham muito mais lucro. Em nome deste niilismo ativo representado na figura do herói, a própria ONU, fundada sob o princípio da proteção universal dos direitos humanos não desobedece a própria lei para proteger os humanos. Afinal direitos humanos para quem? É sempre uma pergunta que vai levar a uma contradição. Segundo Débora, uma psicóloga a serviço do Médico Sem Fronteiras, sobre a sua atuação em países que sofrem algum tipo de calamidade:

Onde está a vida possível naquele que morre talvez seja a questão que atravesse os tantos mundos que ela e os demais MSF alcançam. Mas a dor permanente é que não é possível interromper o ciclo de horrores enquanto a maioria não estiver disposta a enxergar os invisibilizados do mundo. Porque não é que sejam invisíveis, é que os tornamos invisíveis para o nosso conforto. E as vezes tudo o que homens e mulheres como Débora podem fazer é superar as fronteiras para se assegurarem de que não estejam sós na hora da morte. (NOAL, 2017)

Desde o período de intervenção militar com apoio de grandes potências, existe aqui uma ética niilista de exploração da dor para manter o humano na sua condição animal de vítima, seja ele um inimigo interno, vivo ou morto. Talvez por uma questão de alívio de consciência, alguns profissionais se joguem nesta jornada, enquanto outros acham que enfrentam a morte por conta do seu humanismo interfronteiras.

Este humanismo decadente oriundo do fim da guerra fria que ainda reforça a condição impostas pelas políticas de segurança nacionais, se reivindica como tudo o que é se traduz como uns nascem para a vida inclusive em condições materiais de praticar uma caridade ao outro, que não tem a menor chance contra a morte e seu único momento de humanização, ou seja, de estar na condição de direito do mesmo é quando se torna universal equivalente pelo maior equalizador que se ouve falar (antes ou depois da moeda?): a própria morte. No entanto, ao contrário do que foi dito aqui, toda pessoa e isto também serve para o animal que vai ser abatido, a luta é pela vida, ninguém quer morrer a não ser quem já está se sente entregue e então é uma condição niilista esta falta de vontade pela vida, ou seja, é uma exceção e não a regra, como na teoria do ser para a morte. Nas palavras de Badiou:

Bem, podemos dizer que niilismo é a subjetivação negativa da finitude; é fundamentalmente a consciência organizada ou anárquica (ambas são possíveis) de que, porque iremos morrer, nada importa. A figura mais clássica do niilismo é a declaração de que tudo é sem valor, sem simbolização e insustentável frente à morte. É uma equalização da totalidade de tudo que poderia ser valorizado, diante da radical finitude ontológica que a morte representa. Essa questão da relação entre niilismo e valores é, como se sabe, a questão central da filosofia de Nietzsche, que toma este tema do niilismo para fazer um diagnóstico muito importante, bem como seu uso crítico.⁸

Em decorrência disso, quando se trata da ideologização do inimigo interno nas amarras do niilismo pode -se deduzir que o niilismo é total. Além disto, a imposição da aceitação é feita mediante a reprodução das opressões e no famigerado lema, incluir por exclusão. Quem não se enquadra na política pública que a determinou vai permanecer na exclusão, seria a mesma situação de um apátrida, por exemplo.

Estes remanejamentos cruciais apenas se reordenam de tempos em tempos e em alguns períodos históricos explicam de forma violenta a luta de classes na democracia, na forma do bom mocismo de um lado e o vilanismo, do outro. Como no caso do genocídio indiano enquanto a Índia era uma colônia britânica:

Winston Churchill, the hallowed British War prime minister who saved Europe from a monster like Hitler was disturbingly callous about the roaring famine that was swallowing Bengal's population. He casually diverted the supplies of medical aid and food that was being dispatched to the starving victims to the already well supplied soldiers of Europe. When entreated upon, he said, "Famine or no famine, Indians will breed like rabbits." The Delhi Government sent a telegram to him painting a picture of the horrible devastation and the number of people who had died. His only response was, "Then why hasn't Gandhi died yet?"⁹

⁸ BADIOU, Alain Entrevista sobre a morte. Fonte: <https://lavrapalavra.com/2016/03/18/abaixo-a-morte/>. Consultado em outubro de 2018

⁹ Winston Churchill, o primeiro ministro da Guerra Britânica, que salvou a Europa de um monstro como Hitler, era perturbadoramente insensível com a fome rindo que estava engolindo a população de Bengala. Ele desviou casualmente os suprimentos de assistência médica e comida que estava sendo despachado para as vítimas famintas dos já bem abastecidos soldados da Europa. Quando implorada, ele disse: "Fome ou sem fome, os índios vão se reproduzir como coelhos". O governo de Deli enviou um telegrama para pintar uma imagem da horrível devastação e do número de pessoas que morreram. Sua única resposta foi: "Então por que Gandhi ainda não morreu?" Fonte: <https://yourstory.com/2014/08/bengal-famine-genocide/>. Consultado em novembro de 2018

A ética niilista que esvazia a política: não há empatia nem por Gandhi, líder democrata, o nazismo foi considerado um mal radical, um parâmetro para o período que sucedeu a segunda guerra mundial, outras questões eram males menores. Por isso, era possível pensar que as mortes durante este período selavam apenas o destino e a condição vitimária daquelas pessoas, a morte causa a sensação de que muitos se foram, porém, muitos outros virão, no final, são substituíveis, não há singularidades, nem nenhum ato de criação que os preserve na eternidade assim como há na originalidade artística, pode-se executar uma obra após muitos anos em que o autor já não existe mais. O que são centenas e centenas de anos, quando esses podem ser apagados em um instante?” (Bosseau)¹⁰. É claro que estas tragédias vão se multiplicar ao longo da história, estas repetições que tendem ao infinito são características do imperialismo e parte do processo civilizatório. Só que o sujeito constituído pelo ser uno vai se repetir apenas na busca de sentido, na banalidade das coisas cotidianas, em busca de uma unidade, como no mito de Sísifo.

Nas próprias palavras de Badiou: “quando se trata de niilismo na ética, se quer dizer que ela é serva da necessidade e o nome moderno da necessidade é, como sabemos, ”economia”. A objetividade econômica -que devemos chamar por seu nome: a lógica do capital.” (BADIOU, 1995) A anarquia de mercado juntamente com a política parlamentar esvaziada é que são responsáveis pelas tragédias genocidas.

Os direitos humanos na América Latina também não são universais e imprescritíveis como constam na declaração francesa. Eles são parte de um senso moral que impõe os princípios éticos da gestão da dor e da finitude da vítima. Nesta relação binária, atualmente, seria possível optar entre ser este sujeito que apazigua a morte através da caridade ou participando ativamente com as mãos sujas de sangue ou sendo a reprodução da própria subjetivação da finitude imanente. No entanto, apenas declarando querer aquilo que o conservadorismo decreta ser impossível e afirmando as verdades contra o desejo do nada é que nos afastamos do niilismo (BADIOU, 1995). É preciso agir ao acaso e com fidelidade às próprias experiências, assim é possível estar atento à originalidade da abertura ao novo, sempre impossível.

¹⁰ Op. Cit. Entrevista “Abaixo à Morte” de Alain Badiou.

Desta forma, de tempos em tempos também são considerados inimigos internos aqueles que rompem com a produção de um conhecimento que sirva fielmente aos parâmetros do poder estatal. Fazendo então uma última reflexão sobre os fins do conhecimento acadêmico produzido em tempos de exceção, da vida nua exposta, pode-se citar Agamben também quando se define que quando o termo dignidade passa a ser usado nos tratados da moral, ele nada mais faz do que reproduzir fielmente -a fim de o interiorizarem- o modelo da teoria jurídica (AGAMBEN, 2008). Por ora, é interessante pensar que a ficção criada para determinar o artifício do inimigo interno é a imposição do paradigma de que este é o não- homem (Agamben), também em termos de legalidade. Então é preciso considerar que a produção acadêmica também é um testemunho e que por ora cumpre o seu papel quando extrapola os cânones e serve de ponte entre a formalidade da escrita e a apresentação do que também se apresenta como testemunho da vida nua e crua em tempos de exceção.

A questão maior é que a verdade não pode ser um estatuto único, o que se pensou como um método neste artigo é a busca incessante pelos processos de verdade, um tipo de pensamento que se oriente na diversidade dos sujeitos e suas rupturas com a moral e a sua estrita normatividade. Desta forma, há sim uma coexistência dos diversos sujeitos políticos que apesar do risco da transmutação desta vida nua para a do vivente ainda que na forma de testemunho, por vida latente ou in memoriam, no dizer do outro transmitido a posteriori na figura de seus sobreviventes ou da incalculável multidão e seus poderes coletivos de transpor barreiras.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer, O poder Soberano e A Vida Nua I. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p 15.

_____ O Que Resta de Auschwitz. HOMO SACER III. São Paulo, Boitempo, 2008. p.37-47

REIS Filho, Daniel Arão. Organização [et al]. À Sombra das ditaduras: Brasil E América Latina. 1 ed. Rio de Janeiro; Maud X, 2014.p.146

- BADIOU, Alain. ÉTICA-Um Ensaio sobre a Consciência do Mal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p.35-46
- _____. O Ser e o Evento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996
- _____. Elogio ao Amor. Badiou, Alain e Truong, Nicolas. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- _____. A República de Platão Recontada por Alain Badiou. Tradução de André Telles. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- _____. Para uma Nova Teoria do Sujeito: Conferências Brasileiras. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. São Paulo. A fundação do Universalismo. São Paulo, Boitempo, 2009
- FOUCAULT, Michel. História da Loucura. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. As Palavras e as Coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- ARENDDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém. Um Relato sobre a Banalidade do Mal. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.p.143-146
- NOAL, Débora. O Humano do Mundo. Diário de uma psicóloga sem fronteiras. Editora responsável: Tainã Brito. São Paulo, 2017.

O PASSADO POLÍTICO DE DILMA ROUSSEFF DURANTE AS ELEIÇÕES DE 2010

Eduardo dos Santos Chaves

Instituto Federal de Santa Catarina

Introdução

No dia 1º de janeiro de 2011 assumia a presidência da República do Brasil a candidata do PT (Partido dos Trabalhadores), Dilma Vana Rousseff. Ela obteve 56,05% dos votos contra 43,95% obtidos por José Serra, candidato do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira)¹. A vitória de Dilma Rousseff contra José Serra se deu no segundo turno das eleições presidenciais de 2010 e se materializou como resultado de uma ampla e acirrada disputa, marcada por acusações das mais diversas. Destaco aqui três pontos que marcaram os debates nacionais e que envolveu a candidatura de Dilma Rousseff ao longo do pleito eleitoral. O primeiro é em relação ao temor que a possível legalização do aborto gerava. Parte da oposição à candidatura de Dilma acusava a petista de defender o aborto e alardeava que, se caso fosse eleita, colocaria em prática políticas públicas que “permitiriam o fim da vida”². Tal acusação surtiu alardes e pronunciamentos de diversos setores sociais e políticos, inclusive da própria acusada, que afirmava sua posição favorável à “família brasileira”. No entanto, os mais preocupados com a possível medida não só acusavam Dilma de “criminoso” ou “assassina”, mas

¹Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/eleicoes-2010>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2013.

² Durante a campanha, os adversários da candidata petista mencionavam a entrevista que Dilma concedeu a *Revista Marie Claire*, de abril de 2009, em que afirmava o seguinte em relação legalização do aborto: “Abortar não é fácil pra mulher alguma. Duvido que alguém se sinta confortável em fazer um aborto. Agora, isso não pode ser justificativa para que não haja a legalização. O aborto é uma questão de saúde pública. Há uma quantidade enorme de mulheres brasileiras que morre porque tenta abortar em condições precárias. Se a gente tratar o assunto de forma séria e respeitosa, evitará toda sorte de preconceitos. Essa é uma questão grave que causa muitos mal-entendidos”.

também de “ateia” e “subversiva”³. Essas acusações de inúmeros membros da Igreja Católica e das Igrejas Evangélicas que gradativamente ocupavam espaços importantes da discussão política. Este foi o segundo ponto que marcou o debate eleitoral em 2010. A partir daí foi possível perceber um leque de alianças políticas de ambos os candidatos com diversas Igrejas, sobretudo evangélicas de características altamente conservadoras. Os candidatos buscavam demonstrar à população o quanto eram adeptos dos valores cristãos e nacionais, assim como estavam empenhados a defendê-los. Nos jornais e programas televisivos era comum os candidatos aparecerem abraçados com bispos, padres e pastores e/ou caminhando em procissões católicas e em cultos religiosos. O terceiro e último ponto que entrou na pauta dos debates é referente à trajetória política de Dilma Rousseff durante a ditadura civil-militar. Durante a campanha eleitoral, Dilma foi acusada de ter participado de ações de organizações terroristas que, na época, buscavam levar o país a órbita comunista e soviética. Não se tem clareza sobre como e de que forma Dilma Rousseff atou nos grupos armados, o que é irrelevante neste trabalho. O que interessa é analisar de que forma esse passado foi apresentado e utilizado pela oposição e pela própria candidata do PT durante a campanha eleitoral de 2010. Ou seja, como e por quais motivos o passado político de Dilma foi pensado, reatualizado, utilizado e transformado no decorrer do pleito eleitoral.

³ Chamo a atenção para o site *ternuma que*, já com alguns anos de existência, conta com contribuições de várias organizações de direita, principalmente de militares, empenhadas em “denunciar” o que consideram como “crimes” proporcionados pelo “terrorismo”. Exemplo disso é a própria denominação da organização, *Grupo Terrorismo Nunca Mais*. Disponível em: <www.ternuma.com.br>. Acesso em 20 de janeiro de 2013

“Eu resisti à ditadura!”: os usos políticos do passado de Dilma pelo PT durante a campanha

A partir da Lei da Anistia, aprovada em agosto de 1979, salpicaram debates Brasil afora e proporcionaram à sociedade um primeiro exercício de memória a respeito do passado recente. Nesse quadro de discussões, afirmaram-se interessantes (re) construções históricas, denominadas pelo historiador Daniel Aarão Reis Filho (2010, p. 171) de verdadeiros “deslocamentos de sentidos”, os quais se fixaram na memória nacional como verdades irrefutáveis. Seriam, esses deslocamentos, marcados por três silêncios que fundamentaram e se estabeleceram em torno da Lei de Anistia de 1979.

O primeiro diz respeito ao silêncio em torno da tortura e dos torturadores. É incorreto afirmar que o silêncio em torno da tortura foi unânime. Sabe-se que vozes de vários cantos do país denunciavam, embora isoladamente, os assombrosos crimes que transcorriam nas prisões contra presos políticos, inclusive, havia aqueles que denunciavam de outras partes do mundo (REIS FILHO, 2010, p. 173)⁴. Porém, a partir de agosto de 1979, com a aprovação da Lei de Anistia, a grande maioria preferiu “não falar do assunto, ignorá-lo, ou simplesmente não pensar nele” (REIS FILHO, 2010, p. 173).

O segundo silêncio que viabilizou a anistia refere-se ao apoio da sociedade brasileira ao regime civil-militar. O que ficou cristalizado é que a sociedade brasileira, sempre prezando pela democracia, viveu a ditadura como um “pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve nada a ver com a ditadura” (REIS FILHO, 2010, p. 178). Tal abordagem esquece as diversas manifestações de adesão e simpatia que floresceram durante o regime civil-militar. Além das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, ocorridas antes e após o dia 31 de março de 1964, o regime contou com vários apoios, que colaboravam na legitimidade de suas ações⁵. Isso se reflete inclusive na sua duração, pois, como questionou Reis Filho (2010, p.

⁴ Um exemplo é a recente obra do historiador norte-americano James N. Green, que procurou demonstrar como norte-americanos e brasileiros exilados formaram e atuaram em redes de denúncia contra a ditadura militar. In: GREEN, J. N. *Apesar de vocês a oposição à ditadura militar brasileira nos Estados Unidos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

⁵ Para maiores detalhes a respeito, ver os seguintes trabalhos: PRESOT, A. A. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. 2004. 200f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro.

174): “como este durara tanto tempo sem viva alma que o apoiasse?”. A popularidade do general Garrastazu Médici exemplifica a grande adesão e apoio que parte da sociedade fornecia ao regime⁶. As expressivas votações obtidas pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), da mesma forma, apresentam o apoio que a ditadura recebeu, inclusive nas suas últimas eleições realizadas em 1978⁷.

O terceiro e último silêncio refere-se às propostas revolucionárias das esquerdas entre 1966 e 1973. Tais propostas são vistas pelos partidários da anistia como integrantes da resistência democrática, apontadas criticamente por Reis Filho (2005, p. 70) como “uma espécie de braço armado dessa resistência”. Desta perspectiva foram apagados quaisquer resquícios revolucionários que moldaram aqueles grupos armados atuantes em guerrilhas urbanas e focos guerrilheiros rurais. Além disso, tal ponto de vista silencia sobre a inexistência de projetos democráticos no horizonte desses grupos, francamente desprezados em seus textos (REIS FILHO, 2005, p. 70). E, para finalizar, é importante pensar que nem toda a sociedade acompanhou a aquela gesta revolucionária com simpatia. Não raramente, muitos denunciavam esses mesmos revolucionários, apontando-os à polícia ou, como em casos isolados, atuaram em prisões e na tortura⁸.

Esse triplo silêncio, ao viabilizar a anistia, consolidou uma memória em que a ditadura e a sociedade eram inimigas de longa data. Nesse processo de construção da memória social a respeito do regime, todos haviam resistido heroicamente ao regime. Além de ninguém configurar como cúmplice da ditadura, visto que isso soava estranho no final dos anos 70, a resistência a que todos procuravam se alinhar era democrática e contrária a tirania dos militares.

Nesse sentido é que procuro discutir neste trabalho o primeiro programa da campanha eleitoral da candidata Dilma Rousseff à presidência que foi ao ar no dia 17 de agosto de 2010. O programa do Partido dos Trabalhadores (PT)

⁶ Para maiores informações, ver o seguinte texto: CORDEIRO, J. M. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 85-104, 2009.

⁷ Sobre a atuação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) durante a ditadura, ver: GRINBERG, L. *Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA – (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2009.

⁸ Cabe, nesse caso, citar o caso de Henning Albert Boilesen, símbolo maior da colaboração de empresários à ditadura brasileira. Para maiores detalhes, ver: MELO, J. J. *Boilesen, um empresário da ditadura: a questão do apoio do empresariado à OBAN/Operação Bandeirante*. 2012. 250f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói.

tinha como objetivo apresentar aos eleitores, em rede nacional, a sua candidata. Embora Dilma tenha assumido outros postos em momentos anteriores, como Ministra Chefe da Casa Civil durante o governo Lula, era a primeira vez que concorria a uma eleição.

O primeiro elemento a ser discutido do programa eleitoral é o silêncio sobre a atuação de Dilma nos grupos armados entre os anos 1960 e 1970, as ações violentas postas em prática e os projetos não democráticos pensados por grande parte dessas organizações. A propaganda eleitoral visto aqui corrobora com a memória ancorada no mito da resistência democrática, na ideia de que a sociedade como um todo havia resistido à ditadura, desde sempre um regime estranho à índole pacífica e democrática do brasileiro. Como bem destaca Reis Filho (1999, p. 33),

Apropriar-se deste passado, monopolizar, se possível, a sua memória, passa a ser um objetivo crucial para os que vivem e estão em luta no presente. Inclusive porque, em larga medida, o controle do futuro passa, como se sabe, pelo poder sobre o passado, dado, por sua vez, aos que imprimem na memória coletiva a sua versão dos acontecimentos.

O programa ainda apresenta passagens da infância da candidata com algumas fotografias ao fundo. Dilma relata episódios em que ajudava crianças pobres, como no trecho abaixo:

Teve uma cena na minha infância que eu lembro perfeitamente. Apareceu um menino na porta da minha casa querendo comida. E aí ele falou para /mim que ele não tinha nada. E eu tinha uma nota de dinheiro. Então, eu peguei, rasguei, dei uma para ele e fiquei com a metade. Inclusive minha mãe dizia assim: que burrice! Como é que você foi fazer isso, de rasgar a nota? Não vale nada, não adianta isso⁹.

Ainda é enfatizado no programa o ambiente intelectualizado no qual a candidata vivia: “sempre cercada por livros¹⁰”. Dilma relembra das conversas com o pai, em que ele frisava a importância dos estudos e da leitura na formação da filha. Na sequência aparece o ingresso dela, aos 17 anos de idade, no Colégio Estadual de Belo Horizonte. Este local vai ser determinante,

⁹ Transcrição do vídeo disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=AY-u54xka24>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2012.

¹⁰ Idem.

segundo o programa e a partir de outras entrevistas concedidas da própria candidata, para sua politização e posterior envolvimento com as organizações de esquerda. Segundo o programa eleitoral, nesta escola ela vai encontrar uma nova realidade. E Dilma relata o seguinte:

Quando eu cheguei no Estadual Central era simplesmente no mês do golpe que deu origem a ditadura militar. Era 64. O Estadual Central era uma efervescência. Me senti como um peixe dentro d'água. Achei ali um máximo. Achei aquele negócio... o Brasil tem de mudar¹¹.

O uso do passado de Dilma Rousseff realizado neste caso parece não ser unicamente o de demonstrar sua luta por mudanças, pelo retorno da democracia. Além deste aspecto, é importante destacar o uso de imagens realizadas pelo programa. Muitas das fotografias são das primeiras manifestações contrárias ao regime, assim como das passeatas de 1968 e os embates entre as organizações de esquerda e as forças policiais que, largamente utilizadas, contribuem para uma boa imagem da candidata e para cristalização da memória social sobre este mesmo passado. Diante disso, novamente temos dois aspectos já destacados: 1) a crença de que toda sociedade resistiu à ditadura; e 2) a ideia de que as esquerdas não tinham propostas radicalizadas anteriores a 1964. O passado acionado é um passado positivado, no qual lutar pela democracia contra uma ditadura contribui para a candidatura de Dilma. A finalidade do programa era mostrar uma jovem que sonhava com o Brasil melhor, como foi narrado no programa: “Dilma inicia então sua luta contra a ditadura. Sua luta por um Brasil melhor¹²”.

O programa ainda destaca sua prisão em 1970 e sua transferência para o presídio Tiradentes. Esta passagem é narrada por duas amigas e ex-militantes dos grupos armados que atuavam na clandestinidade: Eleonora Menicucci de Oliveira e Rose Nogueira:

Quando eu cheguei no Tiradentes, fui recebida com um abraço. Uma das primeiras pessoas, talvez a primeira que me abraçou e choramos muito, foi ela [Dilma Rousseff]. Mas ao mesmo tempo em que chorava, dizia: quem diria, hein? Que de Belo Horizonte, da UFGM, nós iríamos nos encontrar aqui.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

Eu me lembro dela estudando sem parar. Ela gostava muito de estudar. E a Dilma tinha esse amor pelo Brasil. Essa questão nacional muito clara. Muito mais clara do que muita gente, do que eu também¹³.

Demonstrar que foi presa por lutar pela democracia e pelo Brasil alimenta um imaginário no qual os militares figuram como “gorilas” e que sozinhos fizeram a ditadura. E que as esquerdas, como todo o restante da sociedade apenas resistia aos militares. Assim as esquerdas eram compostas por jovens inocentes e aventureiros, como apontou Reis Filho (1999, p. 34) ao se reportar aos livros de Fernando Gabeira (1979) e Zuenir Ventura (1988),

A versão mais difundida apresenta os movimentos revolucionários dos anos 60 como uma grande aventura, no limite da irresponsabilidade: ações tresloucadas. Boas intenções, claro, mas equivocadas. Uma fulguração, cheia de luz e de alegria, com contrapontos trágicos, muita ingenuidade, vontade pura, puros desejos, ilusões. Diante do profissionalismo da ditadura, o que restava àqueles jovens? Ferraram-se. Mas demos todos boas risadas. Afinal, o importante é manter o bom humor.

Não há praticamente nenhuma passagem sobre as situações de tortura pela qual Dilma passou, nem mesmo as condições da cadeia. O único relato é da própria candidata que expõe o seguinte: “a arte de você aguentar uma cadeia é viver a cadeia. Você não pode se negar a viver¹⁴”. Após isso, o programa, numa espécie de “pulo”, relata sua liberdade três anos após, quando migra para Porto Alegre, onde se casa e se torna mãe. O programa ainda informa o eleitor sobre a formação superior da candidata em Economia e sua participação no processo de redemocratização do país no final da ditadura, tornando-se “uma líder política respeitada¹⁵”. As últimas declarações dela em relação ao regime são as seguintes: “eu resisti à ditadura. Participei também do processo de redemocratização (...) o processo de fechamento foi lento, só que aí a gente tinha uma esperança, que a gente via na sociedade a luz abrindo¹⁶”.

Esta última declaração de Dilma Rousseff, como bem enfatizou a historiadora Denise Rollemberg (2012, p. 47), vem ao encontro do que as

¹³ Idem.

¹⁴ Transcrição do vídeo disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=AY-u54xka24>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2012.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

esquerdas têm construído no campo da memória. No sentido de que a sociedade foi se tornando cada vez mais vítima do regime:

[...] as esquerdas têm recuperado [...] a partir do princípio de que a sociedade foi submetida, no momento do golpe e ao longo da ditadura, à força da repressão: as perseguições aos movimentos sociais, às instituições políticas e sindicais e às lideranças e aos militantes; os atos institucionais, a censura, os órgãos de informação, a prisão política, a tortura, os assassinatos, o exílio, o medo. *Diante da arbitrariedade, a sociedade resistiu*. O fim do regime fora resultado da luta dos movimentos sociais, desejosos de restaurar a democracia. A sociedade repudiava, enfim, os valores autoritários dos militares.

No entanto, como bem enfatizou a historiadora,

Na verdade, porém, os valores democráticos não estruturavam a sociedade brasileira. As tradições e a cultura política não haviam sido gestadas segundo referências democráticas. Às vésperas de 1964, o golpe estava no ar e podia vir – e vinha – de diferentes partes: a renúncia de Jânio Quadros, a recusa dos ministros militares à posse de João Goulart, a solução parlamentarista, a tentativa de o presidente já empossado governar sob estado de sítio, as articulações entre militares e civis, as tentativas de organização da luta armada, a formação de organizações que a defendiam (ROLLEMBERG, 2012, p. 47).

Silenciar que Dilma Rousseff foi uma guerrilheira, que tenha atuado ou não ativamente em ações armadas, cumpriu uma função social que colaborava na construção de uma imagem positivada de uma mulher que lutou pela democracia no país contra a tirania dos militares ditadores. Todavia, como afirmou o historiador francês Pierre Laborie (2011, p. 51), não se pode “fazer do ‘direito ao esquecimento’ uma virtude cívica. É preciso ir além e tentar desvendar os mecanismos através dos quais estas memórias permeadas de silêncios são construídas e consolidadas”. Neste passado recuperado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sua candidata não poderia estar inserida diante das esquerdas revolucionárias atuantes naquele período. Vistos como “terroristas”, afinal era essa imagem que a ditadura emoldurou em relação à luta armada, cabe notar que as esquerdas não apreciavam a democracia, como destacou Rollemberg (2012, p. 47-48),

[...] as esquerdas revolucionárias dos anos 1960 e 1970, como o resto da sociedade (...) não tinham a democracia como um valor supremo. A democracia

era burguesa, liberal, parte de um sistema que se queria derrubar. Após a revolução, o socialismo era o caminho para se chegar à verdadeira democracia, da maioria, do proletariado.

No entanto, lapidar a imagem de Dilma como uma figura que lutou pelo restabelecimento da democracia no país dá sentido ao presente e ao passado. Sua luta, porém, não poderia ser com armas. A sociedade, conforme a memória social já destacada tem aversão à violência e ao autoritarismo. Por isso, era preciso corresponder aos anseios da sociedade que apenas resistia, pois como foi dito pela candidata em seu programa eleitoral, “eu resisti à ditadura¹⁷”, ao autoritarismo, a tirania. Reafirmar em diversos momentos que resistiu significava também dizer que se correspondia com a sociedade, com a luta desta pela liberdade, pela democracia.

Contudo, uma citação de Daniel Aarão Reis Filho (2004, p. 48) sobre este aspecto talvez contribua na compreensão da falta de diálogo estabelecida entre os grupos armados e a sociedade daquele período:

Entretanto, as propostas revolucionárias não encontraram respaldo na sociedade. É certo que, em determinados momentos, algumas ações espetaculares chegaram a atrair simpatia em importantes setores da população dos grandes centros urbanos. Efêmera simpatia. De modo geral, a sociedade não se empolgaria com a luta armada. Os ecos das comemorações pelos gols marcados no México pela seleção tricampeã mundial ressoariam mais altos e cobririam os gritos dos que estavam nas câmaras de tortura da OBAN e dos DOI-CODIs – Destacamentos de Operações e Informações/ Centros de Operações de Defesa Interna. E, assim, aquela energia e aquela coragem foram despedaçadas e trituradas, nas cidades e nas áreas rurais, pela polícia política da ditadura.

Provavelmente explorar a imagem da menina estudiosa, que compreendia os graves problemas nacionais e, por esse motivo, lutou contra o regime civil-militar, cumpriu um importante papel na conformação do projeto de anistia guiado pela necessidade da conciliação social em torno da democracia e contra a ditadura. Da mesma forma, não posso deixar de mencionar as estratégias utilizadas pelo partido visando às eleições, tais como o marketing político, pesquisas de opinião, pesquisas diversas sobre o eleitorado, etc.

É importante pensar que o uso da memória implica um trabalho sobre o passado e que não significa, necessariamente, oportunismo ou qualquer outra

¹⁷ Idem.

má utilização desse mesmo passado, sendo que ele está inserido em um ambiente de luta entre diferentes atores que dão sentidos também diferentes ao passado em questão.

Da mesma forma que o Partido dos Trabalhadores (PT) apresentou Dilma Rousseff como resistente ao regime brutal dos coturnos militares, sem a imagem radical das esquerdas armadas dos anos 1960 e 1970, seus adversários apostaram em representações diferentes. Diversas matérias foram veiculadas sobre este aspecto. Para este texto, examino uma publicação da *Revista Época*, de 16 de agosto de 2010¹⁸.

“Os anos em que Dilma foi Estela, Luiza, Marina, Wanda e Maria Lucia”: a imagem da “guerrilheira” como criminosa

A *Revista Época*, assim como a *Revista Veja* e o jornal *Folha de São Paulo*, para citar alguns outros exemplos, foi taxativa na oposição a candidatura de Dilma Rousseff nas eleições de 2010. No entanto não se pretende aqui apontar as características gerais de uma disputa partidária que ocorreu nas eleições presidenciais, nem mesmo rotular ou qualificar a oposição à candidata do PT como de “direita” e/ou defensora dos interesses das classes dominantes. Entendo que o estudo dos grupos conservadores, e aqui incluo um leque de siglas partidárias e grupos sociais organizados a direita do espectro político, é fundamental para a compreensão da continuidade e/ou descontinuidade de regimes políticos contemporâneos, sejam eles democráticos e autoritários. Estudá-los com atenção é desafiador, visto que:

Em determinados meios – mesmo acadêmicos – ainda sobrevive à crença segundo a qual afirmar a legitimidade de um regime autoritário ou ditatorial, o apoio de significativas parcelas da sociedade, sobretudo quando se trata de camadas populares, é o mesmo que defendê-los. Como se a luta política contra o autoritarismo e a ditadura justificasse a deformação da análise, da interpretação, da informação. [...]. Aliás, a deturpação da informação, do conhecimento, não seria também um ato autoritário? (QUADRAT & ROLLEMBERG, 2010, p. 12).

¹⁸ REVISTA ÉPOCA. Rio de Janeiro: Globo, 16 de agosto de 2010.

A *Revista Época*, publicada em 16 de agosto de 2010 contou com treze páginas, relatando a trajetória política de Dilma Rousseff durante a ditadura civil-militar. Numa espécie de denúncia, a capa do periódico intitulada “*O passado de Dilma: documentos inéditos revelam uma história que ela não gosta de lembrar: seu papel na luta armada contra o regime militar*”¹⁹ procurava surpreender o leitor com um passado que precisa ser descortinado. O passado de Dilma que “ela não gosta de lembrar” diz respeito às ações dos grupos de guerrilha que, no decorrer da reportagem, são detalhados minuciosamente a partir dos processos militares e de entrevistas com amigos e ex-combatentes daqueles grupos armados. Dessa forma, não foram poupadas as atribuições de que Dilma assessorou e assaltou bancos, que tenha atuado no transporte de armas e dinheiro dos assaltos, bem como tenha adotado cinco nomes falsos.

Durante os cinco anos em que essa máquina funcionou com maior intensidade, de 1967 a 1972, a militante Dilma Vana Rousseff (ou Estela, ou Wanda, ou Luiza, ou Marina, ou Maria Lúcia) viveu mais experiências do que a maioria das pessoas terá em toda a vida. Ela casou duas vezes, militou em duas organizações clandestinas que defendiam e praticavam a luta armada, mudou de casa frequentemente para fugir da perseguição da polícia e do Exército, esteve em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, adotou cinco nomes falsos, usou documentos falsos, manteve encontros secretos dignos de filmes de espionagem, transportou armas e dinheiro obtido em assaltos, aprendeu a atirar, deu aulas de marxismo, participou de discussões ideológicas trancada por dias a fio em “aparelhos”, foi presa, torturada, processada e encarou 28 meses na cadeia²⁰. (“*Época*”, p. 36).

Ao levantar dados e informações sobre o passado de Dilma, o objetivo da reportagem parece o de demonstrar a candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) como uma criminosa. Ao invés de “expropriações”, termo largamente utilizado pelas esquerdas armadas, a revista enfatiza o termo “assaltos” a bancos para representar as ações das guerrilhas. Há outras denúncias, como o uso de nomes e documentos falsos e o transporte de armas e dinheiro obtidos nos assaltos.

¹⁹ Idem, capa.

²⁰ Idem, p. 36.

A reportagem ainda enumera oito dúvidas sobre o passado de Dilma Rousseff que, de acordo com a revista, “estão sem respostas²¹”:

- 1 – Dilma estava armada no momento em que foi presa?
- 2 – Que tipo de treinamento com armas ela fez?
- 3 – Que papel Dilma teve no roubo do cofre de Adhemar de Barros?
- 4 – Qual foi a extensão do papel de Dilma na organização de assaltos a bancos?
- 5 – Como foi a participação de Dilma nos congressos da VAR-Palmares?
- 6 – Qual foi o envolvimento de Dilma nas greves operárias de Minas Gerais em 1968?
- 7 – Dilma teve contato com organizações armadas de esquerda de outros países da América Latina?
- 8 – Dilma se arrepende de alguma atitude tomada naquele período?

De acordo com o historiador Benito Schimdt (2011, p. 92), “lendo-se entrevistas e declarações de Dilma para vários órgãos de imprensa, é possível constatar que ela respondeu a maioria dessas perguntas, em geral de forma negativa; porém, elas não deixaram de ser insistentemente retomadas”. Cito como exemplo a *Revista Veja*, de 15 de janeiro de 2003, que publicou uma matéria intitulada “O cérebro do roubo ao cofre: com passado pouco conhecido, envolveu-se em ações espetaculares de guerrilha”. Este texto também procura fazer uma espécie de denúncia contra a então Ministra das Minas e Energia do governo Luiz Inácio Lula da Silva, afirmando que só em 1969 ela teria organizado três ações de roubo de armamentos em unidades do Exército no Rio de Janeiro e coordenado o roubo ao cofre do governador paulista Ademar de Barros, em 18 de julho de 1969.

A resposta negativa de Dilma ao roubo de Ademar de Barros, assim como sua atuação em ações da luta armada pode ser, conforme destacou Schimdt (2011, p. 92), “indicativo da maneira como a sociedade brasileira - ou, ao menos, setores significativos dela - lida com os traumatismos de seu passado recente e, ao elaborá-lo em narrativas, aciona formas diversas de atestar sua veracidade”.

A *Revista Época* ainda na reportagem examinada utiliza os três processos penais conduzidos pelo Superior Tribunal Militar nas décadas de 1960 e 1970 e os depoimentos de ex-guerrilheiros como forma de se conhecer por completo a trajetória de Dilma na luta contra a ditadura. O processo contaria o passado,

²¹ Idem, p. 42.

exatamente como foi, pois como consta na reportagem, “[...] permite conhecer um período da vida de uma pessoa que mergulhou no ritmo alucinante de um tempo intenso²²”. A partir de então, a escrita da matéria se volta totalmente para o processo, em que narram seu ingresso nas atividades “subversivas” em 1967, levada pelo então noivo, Galeno Magalhães Linhares. As informações são obtidas em relatórios militares que, provavelmente, traduzem a maneira pela qual o aparelho repressivo entendia tais organizações armadas e seus componentes. O periódico ao utilizar tais documentos não procura indagar a respeito da veracidade ou não dos dados contidos nas mais de 5 mil páginas dos processos, mas atestar este como uma “verdade absoluta” sobre o passado de Dilma. O passado aqui surge para condenar a candidata. Para, em última análise, por em dúvida o leitor acerca da possibilidade de votar em uma candidata com um passado condenável.

A matéria segue afirmando que Dilma ainda foi “[...] responsável por ministrar aulas de marxismo, comandar uma “cédula” na universidade para atrair novos militantes para causa²³” e atuou em um dos grupos mais radicais existentes entre as esquerdas armadas, o Colina (Comando de Libertação Nacional). Em relação a esta última organização, a reportagem lista cinco ações que a representam como “terrorista”. A intenção, nesse caso, parece ser a de ligar as ações do grupo, ocorridas no passado, com o momento da candidatura de Dilma Rousseff a presidência da República, em agosto de 2010. O Colina entre 1968 e 1969, de acordo com a reportagem, cometeu o seguinte:

- Assalto ao banco Ultramarino, no Rio de Janeiro.
- Assalto a agência do Banco do Brasil, em Belo Horizonte.
- Assalto a agência do Banco Lavoura e Mercantil, em Sabará (MG).
- atentado à bomba às casas do interventor em um sindicato e de um delegado do Trabalho, em Belo Horizonte.
- Assassinato do oficial do Exército alemão Otto Von Westernhagen, no Rio de Janeiro²⁴.

²² Idem, p. 36.

²³ Idem, p. 36.

²⁴ Idem, p. 39.

Dilma ainda atuou em outras organizações, como VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares), e dessa forma, em outras incursões da luta armada. Sobre a VAR-Palmares, há três ações que figuram como crimes a serem denunciados pelo periódico: o roubo ao cofre do ex-governador Adhemar de Barros, no Rio de Janeiro; o assassinato do capitão Charles Chandler, do Exército dos Estados Unidos, em São Paulo; e o assassinato do marinheiro inglês David Cuthberg, no Rio de Janeiro²⁵. A reportagem também apresenta ao lado das ações armadas enumeradas, imagens das armas e dos explosivos da VAR-Palmares apreendidos pela polícia e documentos falsos utilizados por Dilma durante a clandestinidade. Ao lado das imagens, em letras maiores e em destaque a matéria informa que a VAR-Palmares era rica e comprava armas e documentos com facilidade. As imagens aparecem como provas documentais necessárias que esclarecem o leitor sobre a candidata Dilma Rousseff. É um passado recuperado e acionado que interessava a grupos opositores à candidatura de Dilma, inseridos em um campo de disputa política.

Considerações finais

Diferentemente do que se propôs o programa eleitoral de Dilma Rousseff, a preocupação da *Revista Época* era em saber a verdade sobre o passado de Dilma Rousseff, pouco conhecido pela população brasileira. Um passado da luta armada, das ações “terroristas”, dos atentados a bomba, dos assaltos a bancos, do uso abusivo de armas. Ao invés de enfatizar sua luta pela democracia e pela melhoria do Brasil, a intenção da revista foi de mostrar que tais organizações eram amadoras e carregavam os sonhos de uma juventude inspirada em modelos socialistas, praticando ações criminosas. É compreensível que a oposição à Dilma procure divulgar aquilo que candidata não quer falar, pois como já foi dito na primeira parte deste texto, era difícil apresentá-la como guerrilheira, que atuou em ações armadas como as que foram citadas, em uma campanha marcada pelo excesso de moralismo político e religioso. Era mais confortável, e foi divulgar a imagem de uma mulher que

²⁵ Idem, p. 39.

lutou ao lado da sociedade pelo fim do regime civil-militar e pelo retorno da democracia.

Não se buscou neste texto discutir quem estava certo ou errado ao falar do passado de Dilma Rousseff, mas como esse passado foi usado politicamente nas eleições presidenciais de 2010. Como o passado foi silenciado, reelaborado e retomado de maneira a lapidar uma imagem positiva ou negativa de Dilma. Neste texto foram discutidos os usos políticos do passado da candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) a presidência da República a partir de dois materiais: 1) o programa eleitoral de Dilma Rousseff; e 2) a publicação da *Revista Época*. Haveria outros programas eleitorais tanto de Dilma, como de seus opositores, entrevistas em jornais e revistas de grande circulação nacional quando esta não era ainda candidata, como na Folha de São Paulo, no Estado de São Paulo e na Carta Capital. Todo este farto material pode trazer novos elementos de análise na compreensão dos usos políticos da história recente brasileira ao historiador. Um passado que necessariamente pode não se referir a ditadura militar, como foi apontado no presente texto, pois como afirmou Marieta de Moraes Ferreira (2011, p. 108) “[...] o estudo da presença do passado incorporada ao presente das sociedades, iniciado pelos historiadores do tempo presente, abre novas temáticas e abordagens para pesquisadores de outros períodos da história”.

Nesse tempo presente, no entanto, as disputas pelo passado se tornam constantes. Em relação à ditadura civil-militar, essas “batalhas” suscitam cada vez mais discussões em torno da “verdade” sobre o passado recente brasileiro. Não somente historiadores, cientistas sociais e outros estudiosos, mas parcela importante da sociedade brasileira sente a necessidade de discutir temas relacionados aos “anos de chumbo”. No entanto, as memórias, mais do que a história, parecem ter conquistado o terreno das discussões, solidificando, ou melhor, cristalizando a imagem da ditadura ou como uma força externa à sociedade brasileira, como pensaram e/ou pensam as esquerdas, ou como um mal necessário na tentativa de livrar o país do comunismo, como acreditaram e/ou acreditam as direitas.

Talvez, aos estudiosos sobre o período cabe ainda definir com mais precisão as aproximações e as distinções entre memória e história para que a narrativa sobre a ditadura civil-militar brasileira, ao invés de se constituir em

um discurso político, possa contribuir para o conhecimento de um contexto mais complexo e dinâmico e menos completo e acabado. Não é objetivo do texto afirmar que a reportagem da *Revista Época* e o programa eleitoral do PT estão errados ou certos quando falam do passado de Dilma Rousseff, mas pensar também que suas narrativas fazem parte da batalha pela memória sobre o período e que, como afirma Schmidt (2008, p. 191), em relação à memória, isso faz parte da sua própria natureza. Nesse sentido, ao contrário de querer corrigir as falsificações da memória e suas prováveis “mentiras”, torna-se pertinente e profícuo compreender a constituição dessas mesmas memórias no campo da disputa política.

Referências

Fontes

Vídeo disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=AY-u54xka24>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2012.

REVISTA ÉPOCA. Rio de Janeiro: Globo, 16 de agosto de 2010.

Bibliografia

CORDEIRO, J. M. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.22, n.43, p.85-104, 2009.

FERREIRA, M. M. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, F (Orgs.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 101-124.

GABEIRA, F. *O que é isso companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GREEN, J. N. *Apesar de vocês: a oposição à ditadura militar brasileira nos Estados Unidos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

GRINBERG, L. *Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA – (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2009.

LABOURIE, P. *L'opinion française sous Vichy. Les français et la crise d' identité nationale, 1936-1944*. Paris: Editions Du Seuil, 2001.

MELO, J. J. *Boilesen, um empresário da ditadura: a questão do apoio do empresariado à OBAN/Operação Bandeirante*. 2012. 250f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói.

- PRESOT, A. A. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. 2004. 200f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro.
- QUADRAT, S. V; ROLLEMBERG, D. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- REIS FILHO, D. A. (org.) *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- _____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.23, n.45, p.171-186, jan./jun. 2010.
- ROLLEMBERG, D. “Esquerdas revolucionárias e luta armada”. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, v. 4, p. 43-91.
- SCHMIDT, B. B. "É da época e deu": usos do passado nas narrativas sobre a participação de Dilma Rouseff na luta contra a ditadura civil-militar no Brasil. *Perseu: História, Memória e Política*, v. 7, p. 82-104, 2011.
- _____. “Os historiadores e os acervos documentais e museológicos: novos espaços de atuação profissional”. *Anos 90*, v. 15, n. 28, p. 187-196, dez. 2008;
- VENTURA, Z. *1968 – o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

SOBREVIVENDO AO CHILE DE PINOCHET: MEMÓRIAS DISSIDENTES DE ALUNOS E PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS

Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes

Universidade de São Paulo (USP)

Introdução

O presente artigo faz parte do desenvolvimento da pesquisa de doutorado do autor, que visa analisar a relação entre a ditadura militar chilena (1973-1990) e as universidades, principalmente no que tange ao aspecto da construção de um novo imaginário de sociedade ou, segundo os novos donos do poder, de “refundação da nação chilena”. As medidas adotadas nas universidades foram influenciadas por duas principais correntes de pensamento: a dos monetaristas, que viriam a ser conhecidos como neoliberais e, especificamente no Chile, como *Chicago Boys*¹; e a dos *gremialistas*, liderados por Jaime Guzmán². Tanto o neoliberalismo como o gremialismo foram respaldados por medidas autoritárias no momento de aplicação de suas ideias. Tal afirmação é percebida pela análise dos documentos oficiais, dos documentos de resistência e das memórias dos indivíduos da época. Apesar da

¹ Antes de ser cunhado o termo *neoliberalismo*, o nome mais utilizado para definir políticas ultraliberais na área econômica, que são pautadas por uma total liberdade do mercado e uma mínima influência do Estado, era *monetarismo*. Os *Chicago Boys* foi um grupo de jovens economistas chilenos que tinham estudado na Universidade de Chicago e propunham fazer do Chile o país pioneiro na aplicação das medidas neoliberais. Um interessante documentário sobre a trajetória dos *Chicago Boys* e sua influência na ditadura de Pinochet e nos governos democráticos que se seguiram é: *Chicago Boys*. Direção de Carola Fuentes e Rafael Valdeavellano. 2015.

² O gremialismo defendia um Estado autoritário e uma sociedade organizada a partir de um corporativismo de raiz católica, em que entidades, instituições e grupos fariam a intermediação entre o indivíduo e o Estado. Igreja, família e universidade seriam exemplos de distintas entidades de intermediação (*cueros intermedios*). Guzmán, fundador do *Movimiento Gremial*, acreditava que a sociedade deveria permanecer alheia aos debates e decisões chaves para o desenvolvimento do país, focando em seus interesses próximos. O poder executivo, organizado de maneira autoritária, sem sofrer pressões das massas e sustentado por técnicos e intelectuais de visão, seria o responsável pelas resoluções que afetariam todo o conjunto da sociedade. Em 1974, Guzmán já formulava sua concepção de Estado e sociedade por meio da *Declaración de Principios de la Junta de Gobierno*, indicando o caminho a ser seguido pela ditadura de Pinochet. (VALDIVIA, 2006, p. 49-100).

tese não ter como objeto principal a memória sobre as universidades durante o período ditatorial, é justamente sobre esta que se concentrará o enfoque deste artigo.

O levantamento e o estudo das memórias dissidentes de alunos e professores universitários por meio da metodologia da História Oral, enriquecem a análise sobre os conflitos, os acordos, as disputas e as políticas relativas ao ensino superior durante a ditadura e contribuem “para relativizar conceitos e pressupostos que tendem a universalizar e a generalizar as experiências humanas.”(DELGADO, 2006, p. 18) Essas entrevistas diversificam narrativas sobre o mesmo contexto. Algumas narrativas encontram eco nas memórias hegemônicas ou emblemáticas, porém outras são marginalizadas por desestabilizarem e não se encaixarem nas categorias sociais das memórias predominantes. (STERN, 2009, p. 107) Nas entrevistas aqui apresentadas, as memórias individuais que se encaixam sem divergências em memórias emblemáticas se mesclam com aquelas que apresentam detalhes algumas vezes desconexos com o que se espera das memórias de determinados atores em um específico contexto como a ditadura. Dessa forma, “a maior potencialidade deste tipo de fonte é a possibilidade de resgatar o indivíduo como sujeito no processo histórico. Consequentemente, reativa o conflito entre liberdade e determinismo ou entre estrutura social e ação humana.” (FREITAS, 2002, p. 50)

Neste artigo serão analisadas dez entrevistas realizadas pelo autor com pessoas que foram alunos e alunas e que foram ou são professores e professoras de distintas universidades chilenas que já existiam na época da ditadura chilena. Optou-se por analisar apenas entrevistas realizadas pelo autor por haver um controle maior de todo o processo metodológico e teórico na concepção das fontes orais. O controle do quando, de quem, do como e do porquê em toda a concepção do projeto, como formulado por Meihy e Ribeiro, se fazem presentes quando analisado o conjunto das entrevistas, mesmo que em alguns depoimentos algumas daquelas interrogações sejam mais evidentes do que em outros. (MEIHY e RIBEIRO, 2011, p. 27-43) Esse mesmo conjunto de entrevistas revela como o conceito de memória coletiva é um relevante aporte na compreensão da construção e dos embates de memória como um todo. (HALBWACHS, 2006) Fortalecemos, enfraquecemos ou

completamos informações sobre um determinado evento quando buscamos outros testemunhos inseridos em um mesmo grupo. E nessa mesma inter-relação entre memória individual e coletiva, surgem os silenciamentos e esquecimentos. Questioná-los também é papel do historiador, que deve buscar conciliar memória e história, já que ambas – mesmo a memória com seus enganos e desvios –, ambicionam a verdade, como bem colocado por Ricoeur. (RICOEUR, 2007)

Efetuada essa brevíssima discussão teórica, cabe agora apresentar alguns aspectos dos entrevistados e da metodologia das entrevistas. Como já mencionado, foram entrevistadas dez pessoas provenientes de diferentes localidades do Chile, de regiões do sul, norte e centro do país, com identidades, filiações partidárias e experiências diversas. São quatro mulheres e seis homens, sendo um destes de origem mapuche. Vários recortes teóricos poderiam ser trabalhados a partir desses diferentes aspectos, como questões de gênero, de identidade étnica, de classe, de ideologia, entre outros, e, de maneira tangencial, serão considerados, sem, no entanto, serem o foco do artigo.

As entrevistas foram realizadas a partir de roteiros pré-estabelecidos, que sofreram variações de acordo com a demanda de cada depoimento. Foram realizadas entrevistas do tipo temática, que são “entrevistas que se referem a experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados.” (DELGADO, 2006, p. 22) Também foi privilegiado o tipo de entrevista temática indireta e dedutiva, ou seja, marcada “sempre por maior complexidade, as questões buscadas devem ser contextualizadas e seguir uma ordem de importância capaz de inscrever os tópicos principais em análises do narrador.” (MEIHY e RIBEIRO, 2011, p. 89)

Por fim, as entrevistas foram separadas de maneira geracional em dois grupos: os indivíduos que já eram adultos formados quando do golpe; e os que eram jovens estudantes universitários. O maior grupo se refere ao de adultos formados já em 1973 devido ao fato de que grande parte destas entrevistas (seis) terem sido feitas durante a pesquisa de dissertação do autor, entre 2013 e 2014, e serem direcionadas para essa geração específica. As outras quatro entrevistas são mais recentes, entre 2018 e 2019, e abarcam memórias de três pessoas que eram jovens estudantes universitários e a memória de uma pessoa

pertencente a geração anterior do primeiro grupo. A ideia de geração aqui proposta vai ao encontro das reflexões de Muñoz, que abre um vasto leque de análises a partir do conceito geracional, no qual este trabalho encontra mais suporte nos pontos da “geração como uma categoria associada ao moderno” e da “geração como categoria não absoluta em seu vínculo com o coetâneo”. (MUÑOZ, 2011, p. 31) Sendo assim, de quais organizações e espectros políticos esses professores e alunos faziam parte? Que tipo de perseguições sofreram? Permaneceram no país ou foram para o exílio? Como sobreviveram no Chile de Pinochet? Estas são perguntas que orientam e permeiam o estudo a ser apresentado.

Carreiras interrompidas pela ditadura: memórias de professores das universidades chilenas

O golpe de 1973 atingiu em cheio as oito universidades chilenas existentes na época. Algumas, consideradas mais *rojas*, sofreram um impacto maior que outras. As entrevistas apresentadas aqui reúnem sete pessoas que eram professores universitários no momento do golpe, sendo a maioria da *Universidad Técnica del Estado* (UTE) e uma professora da *Universidad de Chile* (UCh)/*Universidad Austral de Chile* (UACH).

Jaime Medina Calizaya passou a ministrar a disciplina *Evolución de la Técnica* na Faculdade de Educação da UTE em 1972. Apesar de ter simpatia pelo governo da UP, nunca participou de atos políticos, nem era militante de nenhum partido. Mesmo assim, foi exonerado em setembro de 1973, mas, por intermédio de um antigo colega, voltou a ministrar aulas na UTE até 1975.

En Junio de 1975, me informan oficialmente que por orden superior debía dejar mis funciones en la universidad. Apelé a la Rectoría y pedí audiencia a la autoridad máxima entregando copia de mis antecedentes profesionales y todo el material educativo que utilizaba para desarrollar mis clases, demostrando que no hacía proselitismo político, ni inculcaba ideologías a los alumnos. Hasta ahora -2013- no he tenido respuesta oficial. Por el desempeño de mi labor docente [...], fui propuesto asistir a un Curso de Cartografía en Ecuador por un periodo de tres meses, a través de un convenio que mantenía la universidad con el Instituto Geográfico Militar de Chile; curso que no se materializó[...]. Fue el instante en que recibía la exoneración de la universidad. También, por esa fecha, fui considerado para ser becado a España en 1976 en la Universidad

Complutense de Madrid para realizar estudios superiores en nuestra especialidad. El hecho de haber sido exonerado y alejado de la universidad, provocó el corte drástico en mi carrera docente y fue uno de los grandes daños y frustraciones que sufrí durante el gobierno militar. El estigma de ser exonerado me cerró las puertas para ingresar a cargos públicos.³

Medina amargou a interrupção drástica de sua carreira como docente, passando, porém, incólume a tortura ou outro tipo de violência física. O mesmo não ocorreu com outros professores, como Augusto Samaniego e Mario Navarro. Samaniego era professor de história do Departamento de Ciências Sociais do Instituto Pedagógico da UTE e militante do *Partido Comunista Chileno* (PCCh). Nos primeiros dias do Golpe, ele foi levado para o Estadio Chile, em seguida ao Estadio Nacional e, finalmente, ao “campo de concentração” de Chacabuco, no deserto do Atacama, sendo torturado em todos os lugares. Nenhuma acusação foi formulada contra Samaniego, que foi liberado após um ano, em setembro de 1974, e partiu em seguida para o exílio em Paris por ordens do próprio Partido Comunista, como ele mesmo relatou:

Y luego me detuvieron nuevamente, pero afortunadamente...la Policía de Investigaciones. Pero fue muy breve, en la práctica fue un día..un día...como una noche. Y oficiosamente, el policía que me interrogó me instó a que saliera del país. Yo no quería salir del país, pero el partido...el Partido Comunista me dio instrucciones perentorias de que debía salir del país y fui a la Francia. Tenía la visa francesa [...] yo tenía una hermana que vivía en París.⁴

Assim como Samaniego, Navarro também pertencia ao PCCh. Ser filiado a um dos partidos do espectro da esquerda foi decisivo em grande parte dos casos para o aumento do grau de violência da ditadura. O professor Navarro era diretor da Secretaría Nacional de Extensión y Comunicaciones da UTE e responsável por um grande contingente de funcionários da instituição.

A mi se me indica que me haga cargo de toda la gente de extensión y que...nos refugimos en la Escuela de Artes y Oficios, que es un edificio de ladrillos del siglo XIX, muy firme, etc. Y que, digamos, da mayor seguridad que las otras edificaciones, como la Casa Central. [...] Nosotros, la gente que trabajábamos en Extensión... y el equipo que estábamos en condiciones de producir manualmente comunicación, o sea, carteles, diseño etc., nos refugiamos

³ Entrevista com Jaime Medina. Santiago, 12 set. 2013.

⁴ Entrevista com Augusto Samaniego. Santiago, 22 abril 2014.

*completamente debajo del escenario del Teatro de la Escuela de Artes y Oficios. Claro... que es subterráneo...más seguro. Ahí guardamos los carnets militantes, ahí los escondimos.*⁵

Navarro, ao contrário de Samaniego, conseguiu escapar da prisão e tortura no imediato pós-golpe. Para isto, ele contou com a intervenção de um subordinado seu, que já havia trabalhado para as forças armadas e com um elemento classista, já que um dos militares responsáveis pelo cerco a UTE liberou de fato sua saída ao saber que ele morava em um bairro de classe alta de Santiago.⁶ A sorte de Navarro durou pouco. No dia 28 de setembro, ao se apresentar para receber seu salário na universidade, o agora ex-diretor descobriu que seu nome constava em uma lista de “subversivos” organizada por grupos de direita da própria UTE. Nesse momento, Navarro foi preso com outros importantes acadêmicos e chegaram a ser torturados até dentro do gabinete do reitor.⁷

*Ya había otros detenidos en el pasillo que enfrenta a la puerta de la rectoría. En el suelo, amarrados con alambres, estaban Ricardo Núñez, Secretario General de la Universidad, o sea, la segunda autoridad; Felipe Richardson, que era el jefe de planificación; Luis Isamitt, jefe de perfeccionamiento del personal. Me da la impresión que después llegó el profesor Antonio Clemente, un destacado profesor de Matemáticas de edad avanzada y muchos años en la Universidad, que había sido profesor de todos los estudiantes de ingeniería de la Escuela de Artes y Oficios. No interrogaban. Era solo golpear y garabatear. Muy indigno, muy duro. Además, era en la misma oficina donde yo había estado en las reuniones más importantes con el rector Kirberg. Entonces eso lo hacía más terrible. Garabatos, más garabatos. Me amarraron las manos con alambres en la espalda, las manos muy hacia arriba y la amarra pasaba por el cuello y los dedos pulgares, de modo que uno quedaba inmóvil y cualquier movimiento producía dolor.*⁸

O professor Navarro ainda foi levado para o *Estadio Nacional* e para uma penitenciária pública, permanecendo preso até o segundo semestre de 1974. Ao contrário de muitos professores perseguidos e exonerados pela ditadura,

⁵ Entrevista com Mário Navarro. Santiago, 14 abril 2014.

⁶ Entrevista com Mário Navarro. Santiago, 14 abril 2014.

⁷ O reitor da UTE, Enríque Kirberg se encontrava preso em um campo de trabalho forçado na ilha Dawson. (FERNANDES, 2016, p. 107-108)

⁸ Entrevista com Mário Navarro. Santiago, 14 abril 2014.

Navarro optou por permanecer no Chile e trabalhar em sua área de formação, Design Gráfico, em agências particulares de Publicidade.

A ditadura militar chilena também foi eficaz em desestruturar famílias inteiras de distintas maneiras. Marta Joignant, professora de matemática na UTE, foi dirigente do *Partido Socialista* (PS). Em 1973, ela assumiu como secretária política do Partido Socialista na universidade. Além disso, Joignant era irmã do diretor de Investigaciones (polícia especial de Santiago), Alfredo Joignant, que foi preso e torturado após o golpe de 1973. Marta Joignant, que teve uma reunião no campus central da UTE na noite do dia 10 de setembro, não chegou a ir à universidade no dia do golpe. Sabendo que a situação havia saído do controle, ela passou a ajudar seu irmão caçula, Fernando Joignant - secretário político de uma das maiores seccionais do PS na região metropolitana – a queimar os registros de militantes do partido que se encontravam em sua casa.

Bueno, mi hermano menor, Fernando Joignant, él era Secretario Político de la Seccional [?], que abarcaba todo este sector, ¡que era muy grande! Y él tenía todo ordenado ahí. Me acuerdo...entonces, núcleo por núcleo, la ficha de la persona, con su foto y todo. No solamente había San Miguel...La Cisterna, San Bernardo, [?], de Paine...toda esta zona sur. Y él me dijo...a levantarnos el otro día y ya estaba el golpe... [...] Y me dijo Fernando “sabe ha pasado esto y yo tengo que ir a ver cierta situación, te pido que por favor no vayas a trabajar, además Alfredo no ha llamado, significa que la situación no está controlada” y me dijo “hay que salvar la vida de los compañeros y tú te vas a quedarte en casa a destruir todo este material.”[...] Archivador por archivador, estaba, pero, ¡ordenadísimo! ¡Sí, imagina sí...la vida de cuantas personas, con la dirección, la foto, el nombre, todo! Bueno, lo quemé, quemé también un material que había, interno de partido, de la formación de núcleo, todo de cosa política [...] de Partido Socialista interno, pura documentación. Y quemé, no sé porque me dio, la Revista Punto Final, que mi hermano la tenía completa, la número uno hasta ese día, ¡completa! Esto está relacionado con el MIR, ¡Chao!⁹

Joignant foi exonerada em outubro e conseguiu escapar da prisão. Sua família, no entanto, sofreu o peso e as consequências da repressão de distintas formas. Seu irmão Alfredo permaneceu preso até 1974, entrando para a lista de chilenos torturados. Seu irmão caçula partiu para o exílio na França e ela só resolveu ficar no Chile por uma série de questões pessoais. Em 1974, ela

⁹ Entrevista com Marta Joignant. 1º out. 2014.

conheceu um rapaz que viria a se tornar seu marido, conseguiu um emprego em um colégio, testemunhou seu irmão sendo solto após meses de confinamento e atendeu ao pedido de sua mãe que queria que ela permanecesse no Chile para ajudar a família.

A violência da ditadura podia assumir contornos ainda mais sinistros com mortes e desaparecimentos de pessoas. Neuda Aguilar Duhau era militante socialista, ligada à direção do partido, e também professora de História na UTE. No dia 11 de setembro, não chegou a ir a UTE e, posteriormente, tomou conhecimento de sua exoneração. Duhau, sabendo do que se passava com seus amigos e colegas nunca foi à universidade pegar sua carta de demissão por medo de ser presa. Seu marido, Pablo, era militar e também militante socialista. Ele dava aulas na academia da Força Aérea e era chefe de um dos setores do Departamento de Extensão da UTE. Pablo apenas escapou da prisão por ser amigo do diretor da academia, que o aconselhou a sair de lá imediatamente após o golpe e não retornar mais. Após sua exoneração, Duhau viveu seu próprio drama familiar. Seu único irmão, político socialista no sul do país se tornou um dos desaparecidos políticos da ditadura chilena. Duhau passou seis anos procurando pelo paradeiro de seu irmão e sofrendo ameaças dos órgãos de repressão, enquanto buscava sobreviver com o marido, ambos sem empregos formais, como relata:

La verdad es que no volví porque yo tuve un problema que...mi hermano estaba en el sur de...governador de una ciudad en el sur y lo tomaron preso y no lo he visto nunca más. Entonces yo inicié a buscar a mi Hermano porque me decían que estaba en tal parte, en otra parte, que después que lo llevaron...después me dijeron que se había ido a Argentina él, que se había...bueno...total que pasé años en esa búsqueda, fíjate! Entonces fue...la verdad es que no me preocupé de la universidad...no me importó de...yo no iba a volver a la universidad, no, no!Pero después ya nos empezaron a seguir nosotros [...] nos allanaban la casa, entonces esos allanamientos eran horribles porque te rompían todo y nos llevó un momento que nosotros tuvimos que decidir: o seguir buscando a mi hermano, que ya no apareció y ya lo dábamos por muerto y...o si no sencillamente quedarnos aquí sin trabajo. Nosotros tuvimos sin trabajo de 73 hasta 79 cuando nos fuimos.¹⁰

¹⁰ Entrevista com Neuda Duhau. Santiago, 24 set. 2014.

Sem emprego, com o nome marcado em listas de “subversivos políticos da educação” e após mais de seis anos procurando seu irmão, Duhau e seu marido partiram para o exílio na Venezuela.

Como já pontuado, a repressão era bastante intensa para aqueles que possuíam um vínculo direto com os partidos que haviam pertencido a *Unidad Popular* (UP). Alguns entrevistados, porém, se valeram de contatos e familiares para tentarem se proteger da gana repressiva da ditadura de Pinochet. Mario Navarro conseguiu com que sua mulher soubesse onde ele se encontrava preso com a ajuda de um militar que trabalhava na prisão em que ele se encontrava preso. O marido de Neuda também escapou de um destino pior por ser amigo do diretor da academia militar onde ele lecionava.¹¹ Em alguns casos, o respaldo e proteção vinham da família e poderia ser ainda mais forte. Maria Angélica trabalhava no Instituto Pedagógico da UCh e na Editora Quimantu e era ligada ao Partido Socialista quando foi convidada pelo decano da Faculdade de Letras da UACH para organizar toda a parte de pesquisa educacional da universidade do sul, área em que ela havia se especializado. Em maio de 1973, ela partiu para Valdivia para organizar e trabalhar no Instituto de Pesquisa Educacional da UACH.

No dia do golpe, os militares invadiram a Faculdade de Letras da UACH com fuzis e prenderam o decano e o diretor, entre outros. Apesar de ser nova em Valdivia, ela se sentia protegida por causa de seu pai, um membro do Partido Radical com um posicionamento mais à direita que tinha uma importante posição no *Colégio de Abogados de Chile*, que ficava em Santiago. Ele chegou a trabalhar para a Junta Militar e era muito amigo do primeiro reitor delegado da UACH, Coronel Gustavo Dupuis Pinillos, e, dessa forma, Maria Angelica foi poupada da repressão inicial. Seguiu, inclusive, em um cargo diretivo de reorganização do Instituto que estava sendo formado. Mesmo buscando se manter afastada durante os anos 1970 de questões políticas, Maria Angelica não resistiu a segunda onda de exonerações, no início da década de 1980, quando centenas de professores foram demitidos das universidades. Pouco tempo depois, a professora conseguiu, por ter uma rede

¹¹ Entrevistas com: Mário Navarro. Santiago, 14 abril 2014; e Neuda Duhal. Santiago, 24 set. 2014.

de contatos influentes, um posto técnico na sede do Ministério da Educação em Valdivia.¹²

O fato de ser ligado a um partido político de esquerda trouxe a alguns professores atingidos consequências como prisões, torturas, perda de familiares e necessidade de se exilar em outro país. Carmem Vargas, professora do Instituto Pedagógico também foi uma das exoneradas políticas que partiu para o exílio. Diferentemente de vários colegas seus, Carmem não tinha militância em partido político, apesar de ser simpatizante do governo da UP. No entanto, o fato de ter lecionado na UTE dificultou que a professora conseguisse um emprego. Ela conseguiu passar em um concurso na UACH, mas foi impedida de assumir o cargo, segundo recorda, por ser exonerada da UTE. O diretor de uma das unidades da UACH disse que eles estavam contratando pessoas extremistas e sua entrada foi barrada:

Entonces hice el concurso y gané el concurso y cuando me nombraron, el decano de esa Universidad, cuando dio cuenta [...] que había ganado el concurso y llegaba... un profesor dijo que yo era de la Universidad Técnica y que él estaba llevando gente de... extrema. Y creo que echaron después al decano y echaron a otra persona porque era así la represión. [...] Si institucionaliza la delación y empieza a haber todo ese tipo de problema y el profesor es perseguido durante mucho...mucho tiempo, muchos años.¹³

Após um tempo lecionando em outro colégio, colegas e amigos lhe recomendaram que partisse para o exílio, pois ela possuía muitos “antecedentes”. Vargas se exilou na Venezuela, onde passou a lecionar na Universidad de Caracas.

As histórias desta geração, que vivenciaram o golpe e a ditadura já como adultos formados, são diversas e, mesmo nos casos mais similares, apresentam suas nuances. Algumas narrativas apresentam detalhes que quebram as memórias emblemáticas da esquerda, como é o caso de detalhes apresentados por Navarro e Duhau. A maioria evidencia como a ditadura desencadeou uma onda repressiva contra aqueles que eram considerados inimigos. No primeiro caso, o resgate da memória se faz necessário para que aquelas narrativas não sejam silenciadas. No segundo, elas reforçam e denunciam os crimes das

¹² Entrevista com Maria Angélica. Valdivia, 19 jul. 2018.

¹³ Entrevista com Carmen Vargas. 25 abril 2014.

ditaduras, cumprindo com uma das ideias do porquê se trabalhar com História Oral e recordando que “quem trabalha no *tempo presente* não tem como se alienar dos vínculos com o ‘aqui e agora’.” (MEIHY e RIBEIRO, 2011, p. 37)

O sonho acabou: memórias de estudantes da década de 1970

O golpe encontrou um enorme número de estudantes que faziam parte do processo de democratização e pluralização das universidades desenvolvido pelo governo de Allende. Se a efervescência política dos debates no âmbito universitário durante o governo da *UP* fez com que muitos jovens estudantes se engajassem nas reformas desenvolvidas, aquela também fez com que os setores reacionários que apoiaram o golpe e os militares vissem vários estudantes como perigosos criminosos que deveriam ser varridos do ensino superior e da sociedade como um todo.

Arturo Bravo foi um desses estudantes que estavam bastante engajados com as lutas do período. Atuando na *Frente Estudiantil Revolucionário* (FER), um dos braços do MIR, desde o ensino médio, ele entrou no curso de Belas Artes na UCh em 1969, mas não permaneceu durante muito tempo. Saiu da U. de Chile em 1971 para se dedicar a militância. Efetuado o golpe, Bravo passou para a clandestinidade e continuou se dedicando a várias ações realizadas pelo MIR até cair prisioneiro em 1974. Permaneceu dez meses preso e passou por várias sessões de tortura até ser liberado. Foi para o exílio político na Argentina em 1974 e depois para Cuba, onde se preparou para a guerrilha por seis meses. Apenas retornou ao Chile em 1978 e a partir daí passou a organizar diferentes associações, incluindo a *Coordinadora Nacional de Artesanos*, que fazia ampla resistência à ditadura pinochetista.¹⁴

A experiência de Bravo enquanto estudante foi incipiente, mas sua trajetória revela muito do espírito estudantil de esquerda que existia na época e que fez com que os militares atingissem as universidades e os estudantes com tanta força. No mesmo ano que Arturo Bravo largava a UCh, Juan Carlos Paredes ingressava na UACH. Diferente daquele, Paredes não era formalmente

¹⁴ Entrevista com Arturo Bravo. 12 jul. 2018.

filiado a um partido político, apesar de ser de esquerda e ter uma simpatia aos movimentos de esquerda cristãos. Durante os anos Allende, Paredes foi dirigente de uma moradia estudantil que concentrava estudantes de pedagogia, a grande maioria de esquerda. Quando ocorreu o golpe, a moradia estudantil de Paredes foi invadida e vários colegas e amigos foram presos e torturados. Alguns conhecidos de Paredes foram mortos e desaparecidos pelos militares. Paredes também foi vítima da violência militar nesse dia, mas não chegou a ser preso. Cinco dias depois do golpe, Paredes partiu para a casa de sua família e lá permaneceu por dois meses. Ao retornar para Valdivia descobriu que havia sido exonerado da UACH.

Regresé como dos meses después a ver aquí aquello que ocurría en la universidad y ahí me dijeron que estaba desmatriculado y..bueno..me quería ir pero después me llaman y me dicen 'mira, pero hay una posibilidad que puede apelar'...porque para mí digamos era lógico 'de que me acusan?'[...]Entonces, ahí iba con más miedo porque sabía mis compañeros que habían sido desmatriculados ya habían sido algunos fusilados. Entonces, yo vine con todo eso y a decir 'bueno, tengo la [?] limpia, díganme de que me acusan?' Finalmente me dijeron que el Servicio de Inteligencia Militar había enviado mi nombre para acá. Y un amigo que su padre era militar me dijo 'no, yo hablo con papá, vamos a ver qué pasa.' Fuimos allá al regimiento y me dijeron 'no, aquí no hay nada'[...] Creo que vino incluso un militar acá preguntar porque estaba yo. [...]Y esa acción cambia un poco... y me dicen 'no, pero puede volver como estudiante, pero'...como era 'condicional' [...]Y ahí fui matriculado de nuevo y pude terminar.¹⁵

O apoio de seu amigo, que possuía um pai militar, foi fundamental para que Paredes pudesse retornar a UACH e finalizar o seu curso. Ele também acredita que foi este contato que o impediu de ser preso no imediato pós-golpe. Mesmo como aluno condicional, ou seja, sendo vigiado mais de perto e tendo que se manter afastado de qualquer atividade política, Paredes começou a atuar de maneira clandestina, ajudando grupos remanescentes de esquerda a se reorganizarem. Após se graduar, em 1976, ele seguiu para Santiago, onde começou a cursar uma pós-graduação na *Pontificia Universidad Católica de Chile* (UC). O ano de 1978 trouxe as primeiras manifestações políticas estudantis da ditadura de cunho mais amplo e, conseqüentemente, um aumento da repressão. Paredes decide abandonar a pós e aceitar um emprego como

¹⁵ Entrevista com Juan Carlos Paredes. 10 out. 2018.

professor de educação básica em Punta Arenas, onde permanece até 1984, quando é convidado para ser professor temporário na UACH. Retorna a Valdivia em plena época das grandes manifestações contra a ditadura chilena e lá tem mais amigos assassinados pelos órgãos de repressão de Pinochet.

Bueno, aquí el año 84 para mí, digamos, igual me impacta porque yo vuelvo y, claro, yo me encuentro con un amigo de los cuales yo había sido nexo para recomponer algunas células de resistencia. Y...yo llegué en agosto, recuerdo, los primeros días de agosto y...a una semana de estar aquí, un día realmente le [?] en la plaza de Valdivia. Él va hacia al correo que está ahí y yo quiero conectarme con él, conversar, porque primero, que me expliqué porque estaba aquí, porque para mí era peligroso que él haya seguido estando aquí por las cosas que hacía, él era militante del MIR y trabajaba dentro de la universidad, igual era ingeniero forestal...Rogelio Tapia. Y no alcancé a hablar porque en ese día se escabulló, me vio y escabulló. Y como en la semana lo ejecutan aquí el camino a Niebla.¹⁶

As experiências de Juan Paredes na ditadura chilena são múltiplas e, assim como no caso de Navarro, se encaixam tanto em uma memória emblemática de esquerda que denuncia os crimes da ditadura, como em uma memória mais marginalizada, na qual os contatos com gente do “outro lado” são essenciais para a sobrevivência.

Algumas memórias do período também revelam como a luta contra a ditadura fez com indivíduos pudessem se reconectar com sua identidade de origem. É o caso de Rosamel Millaman, mapuche que havia entrado na *Universidad de Concepción* (UdeC) no mesmo ano em que Paredes ingressava na UACH. Millaman entrou na universidade já bastante politizado e atuante na *Jota (Juventud Comunista)*. Cursava Jornalismo quando o golpe ocorreu. Imediatamente o seu curso foi encerrado e Millaman permaneceu seis meses na clandestinidade, viajando por várias cidades do Chile. A repressão em Concepción foi intensa e, mesmo não tendo um cargo político destacado, ele achava que era perigoso permanecer lá. No dia do golpe, vários amigos e colegas foram presos e passaram por situações de tortura. O seu superior do PCCh foi assassinado, assim como alguns políticos de Concepción. Depois de seis meses fora, ele retorna à cidade e descobre que os estudantes dos cursos que haviam sido extintos poderiam pedir a matrícula na universidade em

¹⁶ Entrevista com Juan Carlos Paredes. 10 out 2018.

outro curso, desde que não tivessem antecedentes contra eles. Millaman retorna e passa dois anos sem atuar politicamente, até que em 1976 retorna a suas atividades políticas na Jota. Aos poucos a oposição estudantil à ditadura vai se organizando, principalmente por meio de atividades culturais. Millaman participa ativamente das atividades de enfrentamento à ditadura como militante comunista.

Y el año 78, 79 comienza entonces la aparición de esta ley de Pinochet que va a dividir las tierras indígenas. Y ahí salió mi identidad política, histórica, tradicional y todo eso [?] mi cuerpo y yo dije 'aquí tengo que estar yo'. Me transformé de un momento a otro en dirigente estudiantil en la Universidad de Concepción. Estaba en la Jota todavía, pero en movimiento estudiantil mapuche. Lo que hicimos fue ir en los archivos de la universidad y saber que estudiantes mapuches había en distintas carreras de la U de C. Un chequeo decimos. [...] Bueno, logo de todo eso, en mi caso personal yo voy dejando la universidad por el asunto de esa ley indígena. Yo había cumplido ya con todos los ramos, todos los cursos de la...y me quedaba la tesis. Y yo me dije '¡que mierda la tesis, la dejo! ¡No me importa! Y me transformo en un activo dirigente en Concepción. Hacemos la Semana Cultural Mapuche.¹⁷

A partir desse redescobrimento de sua identidade mapuche, Millaman foi se inserindo cada vez mais na luta indígena contra a ditadura no Chile. Em 1980, ele parte para Temuco e é eleito dirigente nacional mapuche. Ao mesmo tempo, a luta indígena ganha contornos internacionais e a política neoliberal de supressão da identidade indígena do governo de Pinochet é denunciada em todo o mundo. Em 1987, Millaman decide sair do país por achar que os comunistas estavam em perigo por conta do atentado malsucedido da Frente Patriótica Manuel Rodríguez contra Pinochet.

Entre estudos interrompidos, amigos assassinados e torturados e a necessidade de se engajar em lutas contra a ditadura, as memórias aqui apresentadas revelam sonhos de uma sociedade mais justa e inclusiva desfeitos por uma ditadura neoliberal e autoritária que buscou mudar o imaginário da população e, de certo modo, foi eficaz em seu intento.

¹⁷ Entrevista com Rosamel Millaman, 25 jan. 2019

Conclusão

Os relatos aqui apresentados são parte de um amplo conjunto de memórias que formam as grandes memórias emblemáticas sobre a ditadura e que disputam a forma como lidamos com o passado. Essas memórias individuais são os conteúdos e os relatos específicos que “energizan y proveen la materia prima para la memoria emblemática, y la específica sucesión de capas o matices con advertencias y calificaciones, varían de una persona a otra.” (STERN, 2009, p. 147) Dessa forma, as memórias aqui apresentadas contêm histórias e relatos que alimentam algumas memórias emblemáticas dos grupos dissidentes que eram contrários a ditadura pinochetista.

Algumas dessas memórias, no entanto, apresentam situações que não se conectam com as memórias emblemáticas, se perdendo nos processos de construção memorialística e, muitas vezes, sendo silenciadas. Dessa forma, elas não se validam enquanto símbolos de uma experiência coletiva, como explica Stern:

En la ausencia de un puente entre la memoria personal y la memoria emblemática de los grupos sociales, sin embargo, los recuerdos individuales permanecen de alguna manera ‘sueltos’. Desarticulados de los significados o marcos de grupo, el saber o las experiencias personales no pueden validarse como símbolos o emblemas de una gran experiencia colectiva. En el mejor de los casos pueden circular como anécdotas personales o curiosidades por los márgenes del imaginario social en muy pequeños o fragmentados círculos personales. (STERN, 2009, 147)

As memórias dos professores e estudantes apresentadas aqui se encaixam em memórias emblemáticas em sua formação geral. Porém, alguns detalhes permanecem soltos, como as histórias de Navarro, Paredes e Duhau, que foram ajudados por pessoas do outro espectro político. Outras histórias, como a de Maria Angélica, mostram que a repressão fez concessões quando os indivíduos que estariam na mira da ditadura tinham familiares influentes. Mas mesmo essas concessões possuíam seus limites. Dar voz e destaque também para essas narrativas são essenciais para compreender como a ditadura agiu em seus longos anos em que esteve em voga.

Trazer a tona todas as narrativas que evidenciam a complexidade do tema é uma obrigação ética do historiador que impede que a memória histórica se extinga e que as identidades desapareçam na passagem do tempo contínuo, já que “ao dedicarem-se à tarefa de fazer afluir o passado, através de diferentes versões, e de analisá-lo da maneira mais consistente possível, vinculam a razão histórica à memória.” (DELGADO, 2006, p. 53)

Referências

- DELGADO, Lucilia de Almeida Neve. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FERNANDES, Luan Aiuá Vasconcelos. *Professores universitários na mira das ditaduras: a repressão contra docentes da UFMG (Brasil, 1964-1969) e da UTE (Chile, 1973-1981) no contexto das reformas do ensino superior*. 2016. 241f. Dissertação (Mestrado em História e Culturas Políticas) - UFMG, Belo Horizonte.
- FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2006.
- MUÑOZ TAMAYO, Víctor. *Generaciones: juventud universitaria e izquierdas políticas en Chile y México*. Santiago: LOM Ediciones, 2011.
- MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- STERN, Steve J. *Recordando el Chile de Pinochet: En vísperas de Londres 1998*. Libro uno de la trilogía “La caja de la memoria del Chile de Pinochet”. Trad. Jacqueline Garreaud. Santiago: Universidad Diego Portales, 2009.

O EXÍLIO COMO TERRORISMO DE ESTADO NAS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL DO CONE SUL

Maria Cláudia Moraes Leite

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Introdução

A história do passado recente dos países que compõem a América Latina está marcada por um período de violência ocasionada pela ruptura da ordem institucional via golpes civis-militares. No Brasil, o golpe civil-militar de 1964 impôs uma ditadura que durou 21 anos. Durante as décadas de 1960 a 1980, várias ditaduras civis-militares se espalharam pelo Cone Sul latino-americano, tendo como política o Terror de Estado (TDE), mecanismo utilizado para empregar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), visando, de acordo com Enrique Padrós (2005, p. 43), “defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro e destruir as tendências de questionamento social e de exigência de mudança estrutural promovidas pelas organizações populares”.

O TDE se fundamenta numa lógica de governo que utiliza a intimidação. É, em suma, conforme coloca Padrós (2005, p. 64), “um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo”. Neste cenário, o TDE pode ser identificado como a repressão executada de forma ilegal, clandestina, através de atentados, assassinatos, sequestros, desaparecimentos, torturas. Na sua dinâmica de funcionamento, buscou atingir lideranças políticas, militantes sociais, intelectuais e também alvos indiscriminados, desde que de alguma maneira se enquadrassem como inimigos internos do governo (PADRÓS, 2005, P. 82-88).

Mesmo que primordialmente visando destruir a oposição, o TDE é bem sucedido e a esvazia ou a desmobiliza, “desestruturando suas formas de organicidade, de coesão solidária, para impedir posturas reivindicatórias pontuais ou de mudanças profundas na estrutura vigente” (PADRÓS, 2005, P. 94). Dessa forma, analisando a partir de uma estratégia globalizante, o TDE, segundo Padrós (2005, p. 94) “não se restringe a castigar delitos ‘subversivos’, mas também a enquadrar o movimento popular, liquidando seus quadros e suas reservas mediante o duplo movimento de perseguição-intimidação”. Partindo desses pressupostos, o exílio, utilizado como mecanismo de exclusão política, pode ser enquadrado como uma das práticas do TDE utilizadas para aplicar as premissas da DSN.

O exílio não foi um evento exclusivo das Ditaduras de Segurança Nacional. Ao longo do tempo, foi amplamente utilizado para afastar as pessoas que de alguma forma perturbavam o *status quo*. Tendo por base o envolvimento social e político, os indivíduos passam a ser perseguidos, sendo expulsos formalmente – com o banimento, por exemplo – ou sendo informalmente “empurrados para fora”, devido às circunstâncias repressivas. Após o golpe civil-militar de 64, foram os políticos e intelectuais ligados ao governo deposto no Brasil que encontraram no exílio um caminho alternativo na impossibilidade de se viver sob um regime de exceção. O exílio é parte das cotidianidades das ditaduras, assim como o desaparecimento forçado, o roubo e a mudança de identidade de menores de idade – como no caso da Argentina, por exemplo – , a prisão e a tortura permanente e a execução. Deve ser considerado como uma prática repressiva sistemática que acarretou graves consequências em relação à violação dos direitos humanos, exercendo uma desarticulação das organizações sociais e políticas. Dessa forma, e reiterando o que já foi dito, pretende-se, neste artigo, analisar o exílio como uma das práticas do TDE.

Exílio como prática do Terrorismo de Estado

Imediatamente após o golpe, diversos setores considerados subversivos também foram reprimidos pela junta militar que assumiu depois da deposição do presidente João Goulart: sindicatos, movimentos estudantis, partidos

políticos de esquerda. O novo governo teve como uma de suas bases a promulgação de inúmeros Atos Institucionais¹ – apenas oito dias após o golpe foi redigido e assinado em segredo o que posteriormente ficou conhecido como Ato Institucional nº 1 (AI-1). Esse Ato limitava drasticamente os poderes do Congresso Nacional e continha outras ações de controle do Judiciário e suspensão dos direitos individuais, destinadas a abrir caminho para a “operação limpeza” (ALVES, 1984, p. 54-55). Essa operação foi o codinome utilizado pelos militares para designar o conjunto de medidas² adotadas pelo novo governo para afastar e eliminar os seus opositores, num esforço destinado a ativar as forças repressivas e dar ao Estado o controle sobre as áreas políticas, militares e psicossociais (ALVES, 1984).

Dentre os artigos do AI-1, interessa o Artigo 10³, que autorizava a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais e a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão por um período de dez anos. Como explica Alves,

A suspensão dos direitos políticos eliminava o direito de voto, de candidatura eleitoral e de participação em atividades político-partidárias. O Ato continha uma lista daqueles que imediatamente perderiam seus mandatos eleitorais e teriam suspensos seus direitos políticos. O nome do Ex-Presidente encabeçava a lista, seguido por 40 membros do Congresso Nacional. Outras 100 pessoas mencionadas perderiam seus direitos políticos por 10 anos (1984, p. 55).

¹ Ao todo foram promulgados 17 atos institucionais e 104 Atos Complementares.

² Esse conjunto de medidas era formado por diversas estratégias. A primeira delas referia-se à mobilização das forças repressivas. Foram instalados Inquéritos Policial-Militares (IPMs), que deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares de níveis municipal, estadual e federal para identificar os que estavam envolvidos em atividades subversivas. A estratégia política, segundo a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG), dizia respeito à vigilância e controle dos partidos políticos, do Legislativo, do Judiciário e do Executivo. A estratégia militar refere-se ao controle dos militares, área de particular interesse para o Estado de Segurança Nacional. Uma série de mecanismos de controle foi criada para limitar a participação política e fazer valer os padrões hierárquicos, de modo a assegurar a predominância dos pontos de vista dos oficiais detentores do poder. A estratégia psicossocial concentrava-se especialmente nos movimentos sociais que ganharam força nos anos anteriores ao golpe de Estado. Manobras militares de busca e detenção foram conduzidas em universidades, sindicatos, ligas camponesas e nos muitos movimentos católicos de trabalhadores. (ALVES, 1984, p. 56-71).

³ “Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.” Ato Institucional nº 1 de 9 de abril de 1964.

No momento da assinatura do Ato Institucional, João Goulart já havia saído do país, uma vez que havia a perspectiva de sua prisão desde os primeiros momentos do golpe. Contudo, imersos neste contexto de suspensão dos direitos políticos e cassação de mandatos, encontravam-se os políticos ligados ao governo deposto ou que eram vistos como opositores ao novo regime, como Amaury Silva, Renato Archer, Cláudio Braga, Djalma Maranhão, Waldir Pires, Darcy Ribeiro e Leonel de Moura Brizola, que estava foragido desde os primeiros dias do golpe⁴. Grande parte desses políticos e intelectuais escolheu o exílio como destino no pós-golpe, uma vez que a dificuldade em permanecer no país era cada vez maior. Outros, inclusive, viram no exílio a única opção de sobrevivência.

O exílio não fez parte exclusivamente da vida política do Brasil, uma vez que a ditadura civil-militar instituída no país foi apenas a primeira de uma série de ditaduras que entraram em vigor no Cone Sul da América Latina durante as décadas de 1960 a 1980. Apesar de cada ditadura e cada exílio terem suas particularidades, havia características semelhantes entre elas. Uma delas, e talvez a mais importante para entendermos o que sustentou essas ditaduras é a denominada Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Partindo-se da hipótese formulada por Joseph Comblin (1980, p.13) de que “a permanência dos regimes militares latino-americanos supõe a existência de

⁴ **Amaury Silva:** tornou-se Ministro do Trabalho e Previdência Social no governo de João Goulart (1963). Após o golpe, acompanhou Jango na sua viagem ao Uruguai, onde ambos solicitaram asilo político. **Renato Archer:** atuou no Ministério das Relações Exteriores, mas deixou o Itamarati em junho de 1962 para concorrer às eleições legislativas. Foi um dos principais articuladores da Frente Ampla, lançada oficialmente em outubro de 1966 com o objetivo de unificar a oposição à ditadura civil-militar, aglutinando as forças lideradas pelos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. Mesmo com dificuldades, optou por permanecer no país. **Waldir Pires:** em maio de 1963 foi nomeado Consultor-Geral da República. Após um período de exílio no Uruguai, seguiu para a França onde se tornou professor da Faculdade de Direito da Universidade de Dijon, em 1966, e do Instituto de Altos Estudos da América Latina da Universidade de Paris, em 1968. Retornou ao Brasil em 1970. **Djalma Maranhão:** em 1960 foi eleito prefeito de Natal, Rio Grande do Norte, mas com o golpe foi afastado da prefeitura e preso preventivamente. No final de 1964 foi libertado por força de um “habeas corpus” concedido pelo Supremo Tribunal Federal. Conseguiu asilo na embaixada do Uruguai. Posteriormente foi morar naquele país, onde veio a falecer em 1971. **Darcy Ribeiro:** assumiu em 1962, no governo de João Goulart, o Ministério da Educação e da Cultura. Em 1963, por ocasião da volta do regime presidencialista, deixou o Ministério para assumir a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República. Com o golpe, Darcy exilou-se no Uruguai, onde lecionou antropologia na Universidade da República Oriental do Uruguai, em Montevideú. Em 1968 retornou ao Brasil, porém com o AI-5 foi preso e indiciado sob a acusação de infringir a Lei de Segurança Nacional. Permaneceu preso até setembro do ano seguinte, quando foi julgado e absolvido pela Auditoria da Marinha do Rio de Janeiro. Em seguida voltou a deixar o país, fixando-se na Venezuela e posteriormente no Peru. **Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.**

uma ideologia que ultrapassa as peculiaridades nacionais e mantém a estrutura e a coerência de cada um”, torna-se então necessária a análise da DSN.

A Doutrina de Segurança Nacional é resultado de uma situação de crise permanente, podendo atribuir-se o seu desenvolvimento na América Latina às estratégias norte-americanas de enfrentamento à União Soviética num contexto de Guerra Fria. Para Comblin (1980, p. 14), “é incontestável que esta doutrina vem diretamente dos Estados Unidos”, mesmo admitindo a grande influência do pensamento militar francês, herança da guerra da Argélia, na DSN aplicada nos países latino-americanos. De uma forma inicial, a Doutrina de Segurança Nacional apresentou-se como um corpo de princípios elaborados por civis norte-americanos membros do *National Security People*. A difusão na América Latina tinha por finalidade melhor preparar os oficiais da região no combate ao comunismo e contou com uma série de escolas que visavam colaborar com a formação desses militares. Dentre essas escolas, pode-se citar, por exemplo, o *National War College* e o *Industrial College of the Armed Forces*, em Washington. Corroborando com o trabalho de Comblin, Tapia Valdés enfatiza o caráter antidemocrático das tendências transmitidas aos militares latino-americanos durante os períodos de treinamento nas bases norte-americanas:

el entrenamiento y el adoctrinamiento que aquellos soldados reciben no se dirige a la protección de la Constitución, del Derecho y de los gobiernos legítimos de regímenes civiles y democráticos, sino hacia el aniquilamiento, bajo el pretexto de infiltración comunista, de todo gobierno de izquierda, populista o neutral, como asimismo de la forma democrática de gobierno (TAPIA VALDÉS, 1980, p. 85).

Na teoria formulada por Comblin, há dois princípios essenciais para a compreensão de como a DSN foi absorvida pelos governos militares: as noções de geopolítica e guerra total. A geopolítica vista pela doutrina, segundo o autor, “estuda a relação entre a geografia e os Estados, sua história, seu destino, suas rivalidades, suas lutas” (COMBLIN, 1980, p. 24). Com a DSN, a geopolítica ganhou novos contornos, apresentando-se como o fundamento racional dos projetos políticos. Na perspectiva de Comblin (1980, p. 28), “a grande tese geopolítica é a divisão do mundo em dois poderes antagônicos e a inevitável integração da América Latina em um desses blocos, por motivos

geopolíticos”. O autor não se refere à geopolítica nacional dos países latino-americanos, mas sim àquela que os fez integrarem o bloco anticomunista.

Já a noção de guerra total estaria relacionada à bipolaridade existente na época, ou seja, ao enfrentamento entre os blocos capitalista e comunista. Há três conceitos que interferem na elaboração da ideia de guerra total: a guerra generalizada, a guerra fria e a guerra revolucionária. A guerra generalizada prevê que ela é absoluta; sendo assim, a destruição do adversário é a sua meta por questões de sobrevivência e a guerra atômica é sua última consequência. A guerra fria é uma guerra permanente, travada em todos os campos – militar, político, econômico, psicológico –, evitando, porém, o confronto armado direto. A guerra fria tornou-se uma realidade presente em toda parte, sendo uma chave para interpretar o que pudesse acontecer no mundo. Segundo Comblin (1980, p. 40), “cada vez que o *status quo* fosse questionado, [...], cada vez que surgisse um governo desfavorável aos Estados Unidos, ou suscetível de tornar-se desfavorável, seria necessário ver nisso o espectro da guerra fria: a presença do dedo de Moscou”. Já a noção de guerra revolucionária (ou contrainsurgente) passa a ser a preferida dos militares latino-americanos a partir 1961/62, momento em que começam a funcionar os colégios militares destinados a preparar os oficiais e soldados no Canal do Panamá⁵. Dentro da perspectiva da DSN, todas as lutas e formas de contestação eram concebidas como movidas pelo comunismo. A guerra revolucionária seria então, para a União Soviética, o meio para conquistar o mundo.

Ao analisar a guerra revolucionária, Comblin afirma que esta implica no controle da população e que este é obtido pelo terror. A estratégia primeiramente adotada era a localização do inimigo – aqui entram os serviços de inteligência. De acordo com o autor, para detectar os membros da subversão são utilizadas as mais variadas técnicas:

presença permanente em toda parte: nos locais de trabalho, de transporte, de recreio; prisões rápidas, informações. Principalmente informações. Nesta guerra, a arma decisiva é a informação. Ela é necessária através de quaisquer meios. Os

⁵ Escola das Américas, Zona do Canal do Panamá: local onde o presidente Kennedy pôs em prática, com intensidade, programas de treinamento para a luta antiguerrilheira (TAPIA VALDÉS, 1980, p.71).

revolucionários sabem o que os espera. A tortura é a regra do jogo (COMBLIN, 1980, p. 46).

Os serviços de inteligência fazem esforços para reconstruir, a partir de pequenos indícios, toda uma trama de guerra revolucionária. Não fazem distinção nenhuma entre subversão, crítica, oposição política, guerrilha, terrorismo e guerra, considerando tudo manifestações de um único fenômeno, vendo em toda parte a presença do comunismo internacional e deformando sistematicamente a realidade. (COMBLIN, 1980).

Por fim, para uma melhor caracterização da guerra revolucionária, é necessário conhecermos as definições de “fronteira ideológica” e “inimigo interno”. O conceito de “fronteiras ideológicas” possibilitou a ação dos agentes da ditadura civil-militar brasileira para além dos limites políticos e territoriais do país. A apropriação desse conceito pautou o pensamento dos militares golpistas do subcontinente latino-americano:

A partir do conflito ideológico estabelecido com a Guerra Fria, o conceito de “fronteiras ideológicas” passou a traduzir uma tese geopolítica de que o mundo estaria dividido em dois blocos antagônicos, irreconciliáveis, o comunista e o anticomunista. Apesar de restringir-se ao mundo das ideias, a noção de “fronteira ideológica” está intrinsecamente ligada à noção de *nação*: a nação não seria apenas um território a ser defendido contra as forças armadas estrangeiras ou qualquer outra ameaça externa, mas um conjunto de crenças, instituições, religião e valores. Os militares, devido à “inabilidade” dos civis para lidarem com prováveis situações bélicas como essas, deveriam somar-se à política continental desenvolvida pelos Estados Unidos para a região (BAUER, 2009, p. 171).

O termo “fronteira ideológica” relaciona-se com o reconhecimento da existência de um *eu* e de um *outro*, sendo o último sempre identificado como um inimigo. Após a Revolução Cubana, esse *outro* passou a ser identificado como um “inimigo interno”⁶ disseminado na sociedade latino-americana. Mesmo com a implementação da ditadura brasileira o combate ao “inimigo interno” não se resolvia, pois este se deslocava para o outro lado da fronteira,

⁶ Esse inimigo interno passa a ser visto, de acordo com Ananda Simões Fernandes, “como sinônimo desde grupos armados, partidos democrático-burgueses de oposição, trabalhadores e estudantes, setores progressista da Igreja, militantes de Direitos Humanos até qualquer cidadão que simplesmente se opusesse ao regime; ou seja, é importante manter o conceito elástico para que haja possibilidade de enquadrar outros grupos como comunistas” (FERNANDES, 2009, p. 43).

mas continuava representando uma ameaça à segurança do seu país de origem, já que, supostamente, continuava conspirando, subvertendo e ameaçando a ordem estabelecida. Nesse sentido, o conceito de soberania desses países precisou ser revisto na medida em que esta não mais se basearia em limites geográficos e, sim, no caráter ideológico desses regimes, estabelecendo-se, assim, a percepção da existência de “fronteiras ideológicas”.

A partir de todo este aparato o TDE ajudou a aplicar as premissas da DSN nas ditaduras civis-militares latino-americanas. A promoção do TDE começa nas estruturas do próprio Estado quando, ainda segundo Padrós (2005, p. 86-87), “se organiza uma rede que envolve as instituições coercitivas, por onde se intensifica o fluxo de informação produzido pelos serviços de inteligência, publicamente inacessível, e que afunila no Poder Executivo”. No Brasil funcionava um complexo sistema de informação que teve como objetivo principal a manutenção da ditadura civil-militar.

O órgão centralizador deste sistema de informações foi o Serviço Nacional de Informações (SNI), que sistematizava as informações processadas pelos serviços secretos dos Ministérios militares e pelas Divisões de Segurança Interna (DSI) criadas no âmbito dos Ministérios civis e pelos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS). Com a consolidação da ditadura civil-militar no país, essas agências foram ganhando mais autonomia, operando muitas vezes sem orientação do SNI, visando a objetivos próprios. Pio Penna Filho (2009) considera que a estrutura do sistema de informações era composta pelo SNI – visto como o cerne do serviço da inteligência brasileira – e por diversos órgãos setoriais que o auxiliavam, a saber:

o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), as diversas Divisões de Segurança Interna (DSI), as FA-2 (Segunda Seção do estado Maior das Forças Armadas – EMFA), os E-2 (Serviços Secretos do Exército), os M-2 (Serviços Secretos da Marinha), os A-2 (Serviços Secretos da Aeronáutica), as S-2 (Segundas Seções dos três Ministérios militares), os Departamentos de Ordem Política e Social (DEOPS), as P-2 (Serviço Secretos da Polícia Militar, os Serviços Secretos da Polícia Federal, e os CODIs-DOIs (Centros de Operações de Defesa Interna – Destacamentos de Operações Internas) (PENNA FILHO, 2009, p. 56).

Esses organismos atuavam na coleta de informações no plano interno, buscando descobrir e eliminar os focos de resistência à ditadura, por mais tênues que fossem. Paralelamente à atuação desses serviços, a ditadura civil-militar brasileira criou uma agência especializada para atuar no plano externo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX), estrutura clandestina criada no âmbito do MRE para funcionar como serviço secreto voltado à busca encoberta de informações e interlocução com os serviços de inteligência estrangeiros⁷. No plano das informações, o objetivo da ditadura era, conforme explora Penna Filho

estar sempre um passo à frente daqueles que contestavam o regime, seja no país ou fora dele. A função maior do CIEX era justamente essa: monitorar, vigiar e seguir os passos dos exilados brasileiros que ainda estavam na atividade política e não aceitavam a nova ordem, abastecendo a dita comunidade nacional de informações a par do que acontecia no exterior. Mas mesmo antes da criação do CIEX, que só ocorreu em 1966, algumas embaixadas brasileiras já faziam o serviço de monitoramento dos exilados brasileiros (2009, p. 46).

Esse foi o caso da Embaixada brasileira em Montevideu que, agindo com liberdade, observava a atuação dos asilados e dos setores democráticos uruguaios que eram solidários à causa dos brasileiros. Segundo informações presentes no relatório final da CNV (2014), a estação da CIA no Rio de Janeiro também colaborou no controle dos exilados no Uruguai, interferindo, inclusive, na designação de diplomatas para aquela embaixada. Foi o caso de Manoel Pio Corrêa, nome indicado pela CIA e que, à frente da Embaixada na capital uruguaia articulou uma rede de informações entre políticos, militares, juizes, delegados de polícia, comerciantes e fazendeiros para vigiar as atividades dos exilados, prioritariamente as de João Goulart e Leonel Brizola.

Levaremos em consideração, a partir de agora, o caso de Leonel Brizola no exílio para exemplificar como foi o monitoramento de brasileiros no exterior pelos órgãos de repressão da ditadura e a atuação brasileira na política externa. O político e seu núcleo mais próximo foram monitorados por agentes das Forças Armadas e da Polícia Federal com apoio do Ministério das Relações Exteriores e colaboração dos países vizinhos. Brizola foi constantemente

⁷ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 976p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). p. 176.

vigiado no exílio e a documentação do CIEX revela detalhes sobre o seu cotidiano, atividades políticas e opiniões, chegando ao ponto de identificar pessoas que frequentavam seu apartamento, fornecendo, inclusive, o número das placas dos automóveis utilizados por esses indivíduos. Relatórios presentes nessa documentação permitiram, por exemplo, descobrir as conexões de Brizola com Cuba e com articulações de esquerda da América do Sul, o que fez o Brasil tomar providências para restringir a sua área de influência no país vizinho, pressionando o governo do Uruguai a confiná-lo em alguma localidade no interior do país. Carlos Maria Gutiérrez, em reportagem para *Marcha*⁸ do dia 15 de janeiro de 1965, afirma que essa pressão vinda do Brasil em relação aos exilados era parte de uma campanha de terrorismo diplomático encabeçada pelo Jornal do Brasil e por outros jornais brasileiros. A reportagem denunciava que a imprensa brasileira era cúmplice do golpe que depôs João Goulart e da própria ditadura, participando de campanhas de intimidação ao governo uruguaio e apresentando em suas páginas a usual chantagem de ruptura de relações entre os dois países e o fim do intercâmbio entre ambos, mesclado às ameaças de invasão territorial (GUTIÉRREZ, 1965).

Dessa forma, com a finalidade de aliviar as pressões brasileiras, o governo do Uruguai, dando um passo decisivo na sua submissão frente à ditadura civil-militar brasileira, optou pelo confinamento de Leonel Brizola. No entanto, concedeu ao político o direito de escolher a cidade na qual gostaria de viver, desde que não fosse Montevidéu e que estivesse a pelo menos trezentos quilômetros de distância da fronteira brasileira. Brizola optou pela cidade balneária de Atlântida como o local no qual ficaria limitado. Sua escolha estratégica o colocou a apenas trinca e cinco quilômetros da capital do Uruguai e quase no limite da proximidade permitida, isto é, distante apenas trezentos e um quilômetros da fronteira com o Brasil.

Esse fato repercutiu negativamente tanto na imprensa uruguaia quanto na Câmara de Representantes, onde vários deputados assinaram uma minuta de

⁸ Semanário de esquerda. *Marcha* apresentou uma linha de reflexão que desafiou os cenários intelectuais do seu tempo – sejam aqueles que seguiam com rigidez os caminhos acadêmicos, ou os que seguiam o periodismo mais tradicional, deixando-se levar por interesses partidários circunstanciais. O semanário soube articular, talvez como nenhuma outra publicação latino-americana as exigências e necessidades de um pensamento de maior projeção, internacionalista, voltado para debates e horizontes que davam ao local um sentido mais pleno (MORAÑA, 2003).

comunicação ao Poder Executivo acerca do confinamento de Leonel Brizola, conforme abaixo:

INTERNACION DEL EX GOBERNADOR DE RÍO GRANDE DEL SUR,
INGENIERO LEONEL BRIZOLA
MINUTA DE COMUNICACIÓN

La Cámara de Representantes, ante la decisión mayoritaria del Consejo Nacional de Gobierno, al aprobar el Decreto en la sesión del 4 de febrero de 1965, por el que se dispuso la internación del Diputado y Ex Gobernador de Río Grande del Sur, Ingeniero Leonel Brizola, se dirige al Poder Ejecutivo, en defensa de la dignidad nacional, por la coacción reconocida que en el caso promovió un Estado extranjero, para que se reconsidere y deje sin efecto el referido Decreto, que traduce una riesgosa anulación del Derecho de Asilo Político.

Montevideo, 17 de febrero de 1965.

Luis Riñón Perret, Representante por Montevideo; **Jacobo Guelman**, Representante por Soriano; **Eduardo Cardozo Brovotto**, Representante por Soriano; **Enrique R. Erro**, Representante por Montevideo; **Uruguay Tourné**, Representante por Montevideo; **Hugo Batalla**, Representante por Montevideo; **María V. Soares de Lima**, Representante por Canelones; **Alfredo F. Massa**, Representante por Montevideo; **Fernando Elichirigoity**, Representante por Montevideo; **Augustín C. Caputti**, Representante por Canelones; **Zelmar Michelini**, Representante por Montevideo; **Eduardo Pascual**, Representante por San José; **Enrique Martínez Moreno**, Representante por Montevideo; **Raumar Jude**, Representante por Canelones; **Alberto M. Rosselli**, Representante por Florida; **Raúl A. Ronzoni**, Representante por Colonia; **Dora Cóccaro**, Representante por Montevideo; **Francisco A. Forteza**, Representante por Montevideo; **Guido Machado Brum**, Representante por Rivera⁹.

O Uruguai vinha sofrendo havia alguns meses forte pressão do governo brasileiro acerca da expulsão dos deputados e do confinamento de Leonel Brizola. Para os deputados uruguaios, a imposição da ditadura brasileira foi aceita pelo governo uruguaio sem que o país reagisse energicamente às reiteradas pressões do Brasil, como corresponderia a uma República livre e soberana. O decreto de internação de Brizola também foi alvo de críticas por parte dos parlamentares, uma vez que não houve provas que sustentassem tal ação. Havia sido negado também a Leonel Brizola o direito de defesa, mesmo depois de ser assegurado ao político que nenhuma decisão seria adotada sem

⁹ Daáριο de sesiones de la Cámara de Representantes. XXXIX Legislatura, 2º período. Tomo 568, 17 de febrero de 1965, página 411.

que ele fosse previamente ouvido a respeito das acusações da ditadura civil-militar brasileira.

Mas esse não foi o único caso em que o Uruguai cedeu às pressões brasileiras em relação a Brizola. Em 1977, a já ditadura uruguaia, pressionada pela brasileira, resolve expulsar o político do país. No dia 13 de setembro, o documento nº 687 do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai deu conta da seguinte resolução:

VISTO: la Resolución del Poder Ejecutivo de fecha 2 de junio de 1964, por la que se declaro asilado político al ciudadano brasileño, Señor Leonel Brizola;
ATENCIÓN: a la información transmitida por el Ministerio del Interior con fecha 8 del corriente señalando que el referido asilado no há guardado las obligaciones inherentes a su condición de tal;

EL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA
R E S U E L V E:

1º - Revócase la Resolución de fecha 2 de junio de 1964, por la que se declaró al asilado político al ciudadano brasileño, Señor Leonel Brizola.

2º - Comuníquese, anótese, notifíquese al interesado que deberá hacer abandono del territorio nacional y archívese.

(Fdo.): MENDEZ

ALEJANDRO ROVIRA¹⁰

Brizola já havia recebido a acusação de ter infringido as regras de asilo político diversas vezes desde que havia chegado ao Uruguai. Mas a notícia da expulsão, sem qualquer aviso prévio ou circunstância aparente que o levasse a tomar certas precauções, pegou Brizola de surpresa. Não havia razão tangível, pessoal ou política, que justificasse a medida tomada. Todavia, Brizola não tinha dúvidas de que a ordem partira do Brasil. De acordo com Leite Filho,

o próprio Palácio do Planalto, através do porta-voz interino João Madeira, chegou a declarar que “o Governo brasileiro tinha conhecimento prévio de que o Uruguai iria suspender o asilo político de Leonel Brizola” (2008, p. 341).

Brizola tentava entender o porquê da sua expulsão, já que havia alguns anos que não atuava ostensivamente em relação à política brasileira. Soube, anos mais tarde, que a revogação de sua condição de asilado, aparentemente,

¹⁰ *Archivo Administrativo del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay*. Correspondência nº 687. Montevideo, 13 de setembro de 1977.

foi provocada pela disputa interna entre o Ministro da Guerra do Brasil, general Sílvio Frota, e o presidente Ernesto Geisel. Frota queria impor o próprio nome como candidato à sucessão presidencial; Geisel, por sua vez, apoiava João Batista Figueiredo, outro general. Para conseguir o seu intento, Frota articulava um golpe no estilo do que, em 1968, derrubara o vice-presidente Pedro Aleixo, civil que assumiria o poder em face do impedimento do presidente Arthur da Costa e Silva. Aleixo acabou surpreendido pelos generais que colocaram em seu lugar uma junta militar constituída pelos três ministros militares de Costa e Silva: general Aurélio Tavares, do Exército; almirante Augusto Rademaker, da Marinha; e brigadeiro Márcio Melo, da Aeronáutica (LEITE FILHO, 2008). Todavia, para que o golpe fosse seguro, Frota necessitava que a região sul, local onde se situava o III Exército, ficasse livre da presença de Brizola, uma vez que o político, residindo tão perto da fronteira, possivelmente retornaria ao Brasil para reeditar a Campanha da Legalidade, o que desestabilizaria ou até mesmo derrubaria o futuro regime frotista. Para Leite Filho (2008, p. 342), “essa seria a razão intrínseca do grupo de Frota, ao exigir, extemporaneamente, a expulsão de Brizola do país vizinho. Geisel teve de concedê-la e os militares uruguaios, de executá-la”. A disputa entre os grupos de Geisel e Frota acabou praticamente um mês após o decreto de expulsão de Brizola, quando o presidente, num golpe de força, demitiu Frota do Ministério e liquidou com a sua pretensão à presidência. Após tomar conhecimento do decreto que o expulsava, Brizola teve cinco dias para abandonar o país.

Com estes dois exemplos relativos ao exílio de Brizola, sem dúvida alguma muito peculiar, podemos constatar como o Brasil monitorava seus exilados na região, pressionando o Uruguai para atingir seus objetivos. Para *Marcha*, o golpe no Brasil não se restringiu apenas ao país, atingiu também outros países do subcontinente latino-americano, inclusive o Uruguai. O Brasil se constituiria, assim, em um adequado dispositivo continental para os múltiplos planos do Pentágono¹¹. Todas as ações tomadas contra Brizola e outros exilados em diversas situações, como podemos inferir, foram motivadas por informações provenientes dos serviços de informação, sustentáculo da DSN.

¹¹ Curriculum de un embajador. *Marcha*, 12 de febrero de 1965, p.7.

Considerações Finais

Desde o golpe, a ida de asilados para os países vizinhos constituiu-se, para a ditadura civil-militar brasileira, um problema urgente a ser resolvido. Entretanto, o exílio foi utilizado pela ditadura como um mecanismo de exclusão política, afastando do cenário de luta personagens importantes ligados ao governo anterior para a resistência em gestação. Isso não teria sido possível sem o uso do TDE, que tinha na “destruição da mobilização social e política o objetivo mais imediato para justificar a interdição da democracia e a intervenção na sociedade” (PADRÓS, 2005, p. 94).

Uma das orientações do TDE era “provocar o medo dissuasivo, o que de fato ocorreu, através de meios variados e eficientes como a coerção física, psicológica, econômica” (PADRÓS, 2007, p. 49). Assim os exilados foram “empurrados” para fora – com exceção daqueles que foram oficialmente banidos do território nacional – de uma forma indireta, com ameaças contínuas – veladas ou não –, com cerceamento das liberdades, intensificando o desequilíbrio de forças internas sociais, ocorrendo sem direito à proteção alguma da lei. A permanente vigilância que a ditadura exerceu sobre os exilados, por meio dos seus serviços de informações, também contribuiu para a manutenção de um clima de ameaça mesmo quando se estava fora do país. Ninguém estava a salvo das garras da ditadura.

O exílio decorrido dessas ditaduras de segurança nacional, dessa forma, e tendo por base os preceitos do TDE, tinha como orientação a quebra de uma oposição aos governos ditatoriais, tendo como objetivo desmobilizar a sociedade na defesa e exercício dos seus direitos, minando o enfrentamento da violência e do poder arbitrário. Muitos dos exilados ousaram resistir, não apenas em torno de um projeto político partidário mas em defesa da liberdade, mesmo sabendo que o inimigo era muito mais forte. Mas isso já é uma outra história.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.

- ANTUNES, Priscila. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- BAUER, Caroline Silveira. As Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul e o conceito de “fronteiras ideológicas”. In: GUAZZELLI, Cesar et al (Org.). *Fronteiras americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *O Brasil republicano* (vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2009.
- FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *O Brasil republicano* (vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.
- GUTIÉRREZ, Carlos Maria. El gobierno pone la otra mejilla. *Marcha*, Montevideo, 15 de janeiro de 1965, p. 15.
- LEITE, Maria Cláudia Moraes. *A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977)* Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2015.
- LEITE FILHO, FC. *El Caudillo Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008.
- MORAÑA, Mabel. Introducción. In: MORAÑA, Mabel; MACHÍN, Horacio. *Marcha y América Latina*. Pittsburgh: Biblioteca de América, 2003.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguai no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil Militar*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2005.
- PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. *Revista História & Luta de Classes*, nº 4, julho de 2007.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 52, n. 2, p. 43-62, 2009.

TAPIA VALDÉS, Jorge. *El terrorismo de Estado: la Doctrina de Seguridad Nacional en el Cono Sur*. México: Nueva Imagen, 1980.

CONEXÕES INTERNACIONAIS: RESISTÊNCIA E REPRESSÃO¹

Tânia Gerbi Veiga²

Universidade de Lisboa/Universidade Federal de Juiz de Fora

Esta comunicação irá centrar sua análise no controle exercido pelo regime militar do Brasil sobre os brasileiros que estavam no exterior durante a ditadura civil-militar³ – deve-se ressaltar que o fim do regime autoritário não coincidiu com a extinção do aparelho repressivo ditatorial do país⁴. Esta análise convergirá no estudo dos indícios da atuação do aparelho repressivo brasileiro e sua articulação com outros sistemas de vigilância, em especial da Operação Condor, portanto do aparelho repressivo latino americano. Desta feita, pergunta-se se brasileiros, exilados ou não, foram vigiados pela polícia política quando no exterior.

Outro ponto importante que este trabalho abordará é o papel exercido pelos civis no aparelho repressivo brasileiro. Em resumo, a questão que se coloca é: aos civis coube apenas financiar e apoiar as práticas que violaram os direitos humanos de tantos latino americanos?

¹ Este texto foi apresentado originalmente, e com pequenas modificações, como ensaio para o Seminário Repressão, Direitos Humanos e Exílio em Perspectiva Comparada, do CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales –, em dezembro de 2018.

² Doutoranda do Programa Interuniversitário de Doutorado em História, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com bolsa sanduíche reverso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

³ Tradicionalmente, a ditadura civil-militar brasileira é datada entre 1964 e 1985. Este período compreende o golpe de 1964, em 31 de março/1º de abril, que destituiu o presidente democraticamente eleito João Goulart – dentro das regras vigentes na Constituição de 1946 – até a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em janeiro de 1985 – dentro das regras da Constituição, imposta pelo regime militar em 1967. Entretanto alguns autores afirmam que, na realidade, o final do período ditatorial deve ser assinalado quando da promulgação da Constituição de 1988. Neste ensaio, será utilizada a datação mais aceita, embora a autora concorde que, entre 1985 e 1988, todo o arcabouço jurídico de tutela do executivo sobre os outros poderes e sobre a sociedade civil ainda estava em vigor.

⁴ O Serviço Nacional de Informações (SNI) era o órgão máximo de repressão e que coordenava as ações dos inúmeros organismos que atuaram na repressão no Brasil. Ele foi criado poucos meses após o golpe de 1964, sendo coordenado por um longo período por um dos maiores orquestradores do regime militar, o general Golbery do Couto e Silva. A extinção do SNI só ocorreu em 1990, durante o governo de Fernando Collor de Mello. Este fato evidencia que nem mesmo a aprovação da nova Constituição, em 1988, efetivou o fim do órgão máximo de controle da sociedade.

Define-se Estado autoritário com base nos escritos de Hannah Arendt, que afirma serem os regimes totalitários, assim como aqueles de contextos autoritários, desarticuladores não apenas do sistema legal ou das organizações políticas, mas também dos mais profundos e elementares princípios e valores de organização da vida social, (ARENDR, 2004, p.362). Este fato se consubstancia nas mais simples práticas cotidianas, levando à desarticulação dos laços de convivência na sociedade. Isto comprova-se pelo fato de que, no Brasil, durante a ditadura especialmente após o decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), mais de duas pessoas conversando entre si na rua eram vistas como um perigo ao regime, colocando todos os envolvidos em risco; risco de serem presos, o que significava ser interrogado e, invariavelmente, ser torturado; havia também a possibilidade de ser morto⁵.

Os vinte e um anos da ditadura civil-militar brasileira foram, de fato, um período conturbado da História nacional ainda não desvendado completamente, pois muitos de seus arquivos, ainda, não estão disponíveis para consulta⁶ Apesar das pesquisas sobre o período terem avançado muito nos últimos anos, a ocultação de arquivos brasileiros limita as análises; some-se a isto o fato de que o estudo das interligações entre as ditaduras latino americanas estarem a depender da disponibilização de arquivos dos países do Cone Sul⁷, algo que está se concretizando lentamente.

O período é pouco conhecido pela população brasileira, que, em sua maioria, vê aquela época como uma fase de censura à imprensa, perseguição aos estudantes e sem eleições para o cargo de presidente da República;

⁵ O AI-5, decretado pelo regime militar brasileiro em 13 de dezembro de 1968, determinava que não poderia ser realizada reunião de qualquer natureza sem permissão prévia da polícia.

⁶ A importância dos depoimentos é incalculável para o estudo de períodos ditatoriais. Entretanto, a importância dos documentos gerados pela repressão política é crucial para “perpetuar a memória dos povos, porque são um testemunho insubstituível da repressão que sofreram” (GONZÁLEZ QUINTANA, 2017, p.13).

⁷ Existe também a necessidade de disponibilização de mais arquivos internacionais para aprofundarem-se os estudos em torno da interligação de sistemas policiais e de vigilância. Por exemplo, arquivos estadunidenses, já que é evidente a ligação das ditaduras sul americanas com o governo dos Estados Unidos da América; arquivos europeus merecem, também, investigação, já que é de conhecimento público que os sistemas de vigilância da França e da Grã-Bretanha colaboraram com o treinamento das polícias brasileiras. A questão que fica é: teriam colaborado apenas com o treinamento das polícias e forças de repressão? Sabe-se que a então Alemanha Ocidental proporcionou recursos para propaganda anticomunista, antes e imediatamente após o golpe de 1964 (SILVA, 2000, p.128), financiando principalmente o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), entidade que serviu de fachada para a ação de militares e empresários que se movimentaram contra o governo de João Goulart, e que deu origem, após o golpe, ao SNI – berço de inúmeros quadros da ditadura.

quando, em verdade, foi criada “uma máquina repressiva da democracia política e dos movimentos de resistência, inclusive executando ações clandestinas de destruição física e psicológica dos inimigos e adversários do regime fora da sua própria legalidade arbitrária” (GENRO, 2015, p.50). Como afirma Martin Almada, impôs-se uma “era de *terrorismo de Estado*” (grifo do autor – ALMADA, 2009, p.217).

O golpe de 1964 situa-se no contexto geopolítico internacional da Guerra Fria e expõe as complexas relações entre a classe dominante brasileira e o imperialismo estadunidense, que as levaram a um ponto de convergência: a articulação da derrubada do governo do presidente João Goulart (1961-1964), que propunha um conjunto de reformas que se contrapunham aos interesses da elite local e estrangeira. Como resultado dessa trama orquestrada por civis e militares – junto com o governo dos EUA –, a ditadura instalada no Brasil assentava-se na incorporação e adaptação da *Doutrina de Segurança Nacional* para o caso brasileiro⁸.

O período da ditadura produziu profundas marcas na sociedade brasileira que se fazem sentir até hoje, décadas depois. O golpe feriu de morte a democracia, depôs um governo legitimamente eleito com amplo apoio popular e construiu um Estado policial-militar, cujo aparato moldou práticas policiais repressivas que subsistem até hoje⁹. A eliminação dos *inimigos internos*, os

⁸ “Se antes [de 1964, os militares] ocupavam temporariamente o poder político para logo darem lugar a um civil, dessa vez, eram os próprios militares que passaram a ser o governo permanente. Para entender como chegamos a essa mudança e ao papel dos civis, é preciso voltar os olhos para a chamada *Doutrina de Segurança Nacional*, a grande especificidade dos regimes autoritários da América Latina e da África da segunda metade do século XX. Composta por concepções morais conservadoras do catolicismo (*Opus Dei*, *Action Française*) e antimarxistas (liberalismo econômico ligado à defesa da propriedade privada), a Doutrina apontava a nova grande ameaça ao Ocidente: o comunismo [...]. O território, um dos elementos do Estado-Nação, expandia suas fronteiras da terra para a mente dos indivíduos e dos espectros culturais, inaugurando, portanto, as fronteiras ideológicas. Em se tratando de uma Guerra em que os valores supostamente universais do Ocidente estavam ameaçados, os inimigos objetivos passavam a ser subversivos e, sendo a Guerra ideológica, se travava em todos os lugares.” (LENTZ, 2015, p.319). Segundo Jair Krischke, historiador e fundador do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, a Doutrina da Segurança Nacional, elaborada pelos estadunidenses a partir do final da Segunda Guerra Mundial, tem muito componente nazista; pois “o nazismo é filho do pangermanismo e o pangermanismo é filho da geopolítica”. Assim, a influência do Brasil nas ditaduras do Cone Sul, ocorre exatamente para garantir um espaço capitalista na região, espaço vital. O que explica a formação de uma comunidade de informações entre as várias ditaduras da região, com o nome de Operação Condor (DÓRIA; SEVERIANO, p.159-167).

⁹ Os autos de resistência, muito utilizados pela Polícia Militar (PM) brasileira em suas ações nas periferias das grandes cidades são herança da ditadura; polícia esta criada durante o referido período.

subversivos, tornou-se a razão máxima do Estado¹⁰. As Forças Armadas passaram a ser um instrumento para garantir o projeto burguês de modernização conservadora do país, através do binômio: desenvolvimento e segurança. Foi montado um gigantesco “aparelho repressivo acoplado a uma onipresente *comunidade de informações* com a tarefa de trucidar os inimigos internos” (GRECO, 2015, p.296).

Direitos individuais foram suspensos, parlamentares que se opuseram ao regime foram cassados. Partidos políticos foram extintos, suprimidas as eleições à presidência, aos governos dos estados, das capitais dos estados e de cidades consideradas de segurança nacional, que passaram a ser nomeados pelos militares no poder.

Sindicatos sofreram intervenção e seus dirigentes foram presos e perseguidos. Movimentos e organizações sociais foram duramente reprimidos. Lideranças camponesas foram assassinadas. Agremiações estudantis foram fechadas e seus líderes expulsos das universidades. Intelectuais de renome foram afastados das universidades e de centros de pesquisa e obrigados a se exilar. Comunidades indígenas foram duramente atingidas, o mesmo ocorrendo com comunidades quilombolas e comunidades tradicionais, como caiaças e populações ribeirinhas¹¹.

Como os fatos evidenciam, o processo ditatorial brasileiro constituiu-se em fases. Em um primeiro momento, o regime instaurado a partir de 31 de março/ 1º de abril de 1964 afastou o presidente e seus apoiadores diretos dentro do Congresso Nacional, além de seu ministério; expurgou funcionários dos órgãos públicos (empresas estatais, administração pública e universidades) e que eram vistos como indivíduos comprometidos com o governo deposto,

¹⁰ “A PM foi criada para combater o inimigo interno, não para defender o cidadão e proteger a sociedade, diz (...) Anivaldo Padilha” [ex preso político e representante do Conselho Mundial de Igrejas]: (...) E essa ideologia permanece muito forte dentro da Polícia Militar (...) Este é um dos maiores nós a desatar para que tenhamos plena democracia: PM que ainda mantém a ideologia da segurança nacional do inimigo interno – que, em resumo vem a ser o próprio povo. (...) PM [que] ainda tem certa subordinação às Forças Armadas, ao Exército: a P2, serviço de espionagem da PM, está ligada à P2 do Exército. O problema é que a ditadura está presente, também, no dia a dia, nos corações e mentes de muita gente” (DÓRIA; SEVERIANO, 2015, p.111).

¹¹ A Comissão Nacional da Verdade informa que quase nove mil índios morreram em consequência direta de violência perpetrada pela ditadura sobre eles. Conferir Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade – a partir de agora tratada como CNV – em especial Parte IV, capítulo 14. Este capítulo trata da repressão a indígenas e camponeses na Guerrilha do Araguaia. Conferir também o capítulo “Violações aos direitos dos povos indígenas” da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap2.html>.

portanto qualquer um que não estivesse de pleno acordo com o novo projeto conservador; e, ainda, interveio nos sindicatos, urbanos e rurais, destituindo suas diretorias, perseguindo e prendendo seus afiliados¹².

Entretanto, a reação e a resistência civil ao golpe, como afirma Francisco Carlos Teixeira da Silva, convenceram “os militares que aquele arremedo de democracia organizado desde 1964 era inútil e mesmo contrário aos interesses da ordem” (SILVA, 2000, p.129). Em 1968, o decreto do AI-5 inaugura uma nova fase, quando o regime institui um Estado terrorista, com censura e perseguição a qualquer opositor. Como registrou o *Jornal do Brasil*, no dia 14 de dezembro de 1968, tentando driblar a censura:

"Previsão do tempo:
Tempo negro.
Temperatura sufocante.
O ar está irrespirável.
O país está sendo varrido por fortes ventos.
Máx.: 38°, em Brasília. Mín.:5°, nas Laranjeiras”.

Para garantir a ação repressora de seu aparelho policial – inclusive criando um novo organismo de investigação e controle, o DOI-CODI¹³ – e consolidar a nova face do regime, o AI-5 mudou até as normas da magistratura, retirando a estabilidade da carreira de juiz. Desta forma, muitos juízes foram cassados, inclusive ministros do Supremo Tribunal Militar e do Supremo Tribunal Federal¹⁴. Neste período, o sistema de repressão se infiltra em todos os níveis e aspectos da sociedade brasileira.

¹² Segundo João Pedro Stédile, integrante da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em entrevista concedida para o documentário *1964 – um golpe contra o Brasil*, muitos militantes dos sindicatos e associações de trabalhadores rurais foram assassinados pelos grandes proprietários de terras, sob a complacência do governo recém instaurado, nos primeiros dias após o golpe de 1964, em especial no Nordeste do país (FREIRE, 2013).

¹³ DOI-CODI era o Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna, órgão subordinado ao Exército, especializado em inteligência e repressão, criado a partir da Operação Bandeirante (OBAN) de São Paulo, com o objetivo de coordenar e integrar as ações repressivas a indivíduos ou organizações. Há provas de que o financiamento para a criação da OBAN foi conseguido através das federações e sindicatos setoriais do empresariado, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FI-ESP).

¹⁴ Os ministros do Supremo Tribunal Federal cassados foram Evandro Lins e Silva (1912-2002), Hermes Lima (1902-1978) e Víctor Nunes Leal (1914-1985). Do Supremo Tribunal Militar foi cassado o ministro Peri Constant Bevilacqua (1899-1990).

Os estudos realizados e a documentação existente sobre o sistema repressivo brasileiro desta época demonstram que este foi organizado com a colaboração dos sistemas repressivos britânico, francês e estadunidense, além da colaboração de países latino americanos, em especial os do Cone Sul. As técnicas de interrogatório – leia-se tortura – praticadas pelos franceses na Ásia (na Indochina) e na África (em especial na Argélia, durante a luta pela independência da região); as práticas dos britânicos, com a técnica de privação sensorial; e as técnicas estadunidenses utilizadas largamente nas guerras da Coreia e do Vietnã foram ensinadas às forças policiais e às Forças Armadas brasileiras¹⁵. Existem fortes indícios de que a polícia israelense teria treinado, também, as forças repressivas brasileiras. Um desses indícios seria a estada de Otávio de Medeiros, oficial do Exército brasileiro, como adido militar na Embaixada do Brasil neste país¹⁶, este oficial era importante membro da comunidade de informação do regime militar. A colaboração de agências de inteligência de diversos países se estabeleceu, também, através de trocas de informações e a criação de uma ampla rede de espionagem.

A mensagem ao Congresso dos EUA, em 1963, do presidente Johnson, já demonstrava a pré disposição estadunidense para criar tal rede: “nosso principal objetivo na América Latina é ajudar, onde for necessário, o contínuo desenvolvimento das forças militares e paramilitares capazes de proporcionar, junto com a polícia e outras forças de segurança, a necessária segurança interna” (ALMADA, 2009, p.228-229).

Com a paulatina sofisticação do sistema repressivo dos países do chamado Cone Sul, teriam os exilados brasileiros, onde quer que estivessem, sofrido monitoramento pelos órgãos de inteligência do Brasil e de outros países? As

¹⁵ É de conhecimento público que agentes das forças de segurança estadunidenses estiveram na América Latina durante a década de 1960 para treinar as forças repressivas dos países da região. Podem ser citados Daniel Mitrone, policial e agente da CIA, e o oficial do Exército dos EUA, Charles Chandler, como casos icônicos dessas atividades de colaboração com o sistema repressivo do Cone Sul. Na década de 1970, esteve no Brasil, como adido militar da embaixada francesa, o general Paul Aussaresses, que atuou na repressão aos argelinos durante a luta pela independência, que admitiu e defendeu a utilização da tortura até sua morte em 2013.

¹⁶ Octávio de Aguiar Medeiros (1922-2005), foi adido militar da Embaixada do Brasil em Israel entre 1973 e 1974, dirigiu a Escola Nacional de Informações de 1975 a 1978, quando foi nomeado chefe do Serviço Nacional de Informações (1978-1985); em 1985 assumiu o Comando Militar da Amazônia. Na época em questão (1968) estava lotado na 4ª Região Militar, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, com o posto de tenente-coronel. Muitos presos políticos mineiros o reconheceram como torturador, inclusive a ex presidente Dilma Rousseff (PRATES, 2012).

evidências respondem afirmativamente a esta questão. A abertura de arquivos nos últimos anos prova que as ditaduras latino americanas espionavam seus cidadãos, exilados ou não, em diversas partes do planeta. E não só espionavam, mas faziam ações de sequestro, tortura e assassinato em colaboração mútua.

O aperfeiçoamento e o recrudescimento do sistema repressivo brasileiro; a implantação dos regimes militares do Uruguai (1973), do Chile (1973) e do regime policialesco de Isabelita Perón na Argentina (1974) – que depois desembocou na ditadura argentina (1976) – permitiu, aos poucos, a criação de uma rede de informações que interligava os aparatos repressivos dessas ditaduras, sob os auspícios do sistema de inteligência e do Departamento de Estado estadunidense. Assim, foi criada esta rede, que em 1975 foi formalizada como Operação Condor, rede de repressão criada pelas ditaduras latino americanas em princípio da década de 1970¹⁷. Essa rede não só compartilhava informações, mas também articulava ações fora dos seus países para prender e/ou neutralizar dissidentes.

Desde o início dos anos 1960, o aparato repressivo do Brasil conectava-se com o escritório da *Central Intelligence Agency* (CIA) em Montevidéu para vigiar os vários exilados brasileiros que se estabeleceram no Uruguai, logo após o golpe de 1964 – portanto muito antes da existência formal da famigerada Operação Condor. Entre eles estava o próprio presidente João Goulart, Leonel Brizola e o almirante Cândido Aragão. É na esteira desta íntima colaboração entre a inteligência estadunidense e a brasileira que surgiu a Operação Condor. Para garantir o monitoramento dos exilados em solo uruguaio, a CIA sugeriu a indicação do diplomata Manoel Pio Correia, velho colaborador da agência de inteligência dos EUA no México. Com isto, o Ministério da Relações Exteriores (MRE) e o corpo diplomático também se consolidam como parte integrante do aparato repressivo brasileiro já no início da ditadura (BRASIL, 2014, p.229). Este mesmo MRE vai agir em completa colaboração com os militares chilenos após o golpe de 11 de setembro de 1973

¹⁷ A Operação Condor articulou também às já citadas ditaduras do Brasil, Uruguai, Chile e Argentina, o regime militar do Paraguai (1954-1989), na época governado por Alfredo Stroessner; e, também, contou com a colaboração da Bolívia, governada por Hugo Banzer (1971-1978). Deve-se salientar que importantes documentos da Operação Condor foram descobertos pelo prof. Martin Almada em 1992, no Paraguai, quando este encontrou o arquivo secreto de Stroessner, conhecido como Arquivo do Terror.

que derrubou o presidente Salvador Allende. A atuação de policiais e diplomatas dentro do Estádio Nacional está amplamente documentado no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014, p.237-245). A ditadura instituída por Augusto Pinochet no Chile foi peça fundamental para pavimentar a consolidação da rede internacional latino americana de repressão.

Casos notórios, praticados pela Operação Condor, são os assassinatos do general chileno Carlos Prats González em Buenos Aires (1974) e do diplomata chileno Orlando Letelier em Washington (1976) – ambos mortos pela polícia política chilena, a *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), quando da detonação de explosivos em seus respectivos carros – e o sequestro dos uruguaios Lilian Celiberti, seus dois filhos, ainda na infância, e Universindo Rodríguez Díaz, em Porto Alegre (1978).

Na morte do diplomata Orlando Letelier, que foi assassinado, junto com sua assistente, há evidências, constatadas pelo próprio *Federal Bureau of Investigation* (FBI), da colaboração de grupos anticomunistas, que vivem nos Estados Unidos. Neste ocorrido, assim como no assassinato do general Prats, houve a colaboração do estadunidense Michael Townley – que trabalhava para o serviço secreto norte americano, quando chegou ao Chile em 1973 e passou a ser agente da DINA (KORNBLUH, 1995-2015). Em 1975, o mesmo Townley armou a malfadada trama de assassinato do advogado chileno Bernardo Leighton Guzmán, em Roma, que vivia seu exílio na Itália após o golpe do general Augusto Pinochet. Aliás, Michael Townley, em seus depoimentos às autoridades estadunidenses, entregou toda a cadeia de comando chilena nesses crimes, chegando até o gabinete da Presidência da República, isto é, ao próprio Pinochet.

A ação de sequestro a Universindo Díaz, Lilian Celiberti e às crianças, perpetrada pela polícia política uruguaia no Brasil em 1978, foi realizada com a completa participação da polícia brasileira. Lilian Celiberti relatou para a Comissão Nacional da Verdade do Brasil (CNV) que

"Quem mais me batia eram brasileiros. Digo 'brasileiros' porque eles falavam em português. Me golpearam, me insultaram e começaram a revistar todo o apartamento, procurando. Ali não havia mais do que papéis (...) Me golpearam tanto que Yannone (o major), num momento se sentou no chão. Como seus

punhos estavam doendo, ele tirou o mocassim e começou a me bater com o salto” (BRASIL, 2014, vol. 1, p. 267).

As consequências aos sequestrados só não foram piores devido à atuação de jornalistas brasileiros, que denunciaram o fato, como atesta o documentário *Y cuando sea grande*. Esta denúncia acabou por criar um profundo mal-estar na sociedade brasileira e na comunidade internacional¹⁸; deve-se assinalar que o Brasil vivia um clima de distensão política, iniciada pelo governo de Ernesto Geisel., sendo que no final de 1975 fora criado o Movimento Feminino pela Anistia e, no próprio ano de 1978, o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), cuja bandeira era “anistia ampla, geral e irrestrita”, marco fundamental da abertura do regime, com a libertação dos presos políticos e o retorno dos exilados¹⁹.

Quanto aos brasileiros, existem documentos que falam do rastreamento de determinados exilados em solo europeu e seria ingenuidade imaginar que o serviço secreto brasileiro agiria sozinho na vigilância desses brasileiros exilados. Um exemplo desta vigilância é aquela feita sobre os passos do ex-governador do estado de Pernambuco, Miguel Arraes, que foi monitorado nas décadas de 1960 e 1970; na verdade, sua irmã, Violeta Arraes Gervaiseau, também teve suas ações espionadas na França. O mesmo aconteceu com a filha do historiador Nelson Werneck Sodré, Olga Sodré, que também foi vigiada pelo sistema de informações brasileiro (GOMES, 2014, p.3; p.18-19 e PEZZONIA, 2017, p.93).

Sabemos através de documentação que o serviço de inteligência nacional executou um amplo rastreamento e controle sobre a vida de muitos brasileiros exilados e banidos. Um caso emblemático, relatado no Relatório da Comissão Nacional da Verdade, é o do jornalista Flávio Tavares. Banido do Brasil em setembro de 1969, quando trocado pelo embaixador dos EUA, em julho de

¹⁸ Como registra o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, as embaixadas brasileiras ao redor do mundo começaram a receber centenas de cartas de protesto em relação à violação dos direitos humanos em território nacional (IDEM, p. 267).

¹⁹ Cabe lembrar que a Lei de Anistia brasileira, além de anistiar apenas parte dos opositores do regime militar, anistiou também TODOS os agentes do Estado que perpetraram crimes de lesa humanidade, como a tortura. A expressão “crimes conexos”, inserida no projeto da lei pelos congressistas do partido político que sustentava a ditadura, permitiu que os torturadores fossem anistiados em 1979 e que ficassem impunes pelos seus crimes até os dias de hoje. O Supremo Tribunal Federal teve a oportunidade de mudar este fato em 2010, mas acabou por manter a interpretação da Lei de Anistia, perpetuando impunidades. E como afirma Martin Almada: “a impunidade é incompatível com a democracia” (op.cit, p.227).

1977 o jornalista foi morar em Buenos Aires. Em sua trajetória entre estas duas datas, foi monitorado pelo serviço de inteligência brasileiro, como comprova farta documentação, por exemplo, do Centro de Informações do Exterior do Itamaraty (CIEx), quando viveu na Argentina e no México.

Em 1977, residindo novamente na Argentina, Flávio Tavares foi a Montevidéu a trabalho, quando foi seguido e, a documentação aponta, que se encontrara com o ex governador do Rio Grande de Sul, Leonel Brizola, um dos políticos cassados nas primeiras listas após o golpe de 1964. Quando tentou voltar para Buenos Aires, Tavares foi sequestrado pela polícia política uruguaia, no dia 14 de julho. Flávio Tavares foi torturado nas prisões uruguaias. Sua libertação só ocorreu depois de intensa campanha midiática nacional e internacional, promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Em janeiro de 1978, foi libertado e embarcou para Lisboa, onde viveu até a Lei de Anistia, em 1979 (CNV, p. 264-265).

Deve-se ressaltar que o agente que seguiu Flávio Tavares em Montevidéu chamava-se Alberto Octavio Conrado Avegno – uruguaio e filho de diplomata brasileiro –, era contratado pela Embaixada do Brasil na capital uruguaia para espionar brasileiros e antes fora um elemento infiltrado na esquerda peronista pela rede de espionagem montada pelos países do Cone Sul (CNV, p. 244). Este fato demonstra o profundo envolvimento do Itamaraty no sistema repressivo brasileiro, como escreve Edgard Telles Ribeiro em seu livro *O punho e a renda*; um conto de Maria José Silveira fala do monitoramento de exilados em Paris, no final dos anos 1960²⁰.

Na realidade, os exilados, familiarizados com os recursos da repressão, mesmo em terras estrangeiras, não baixavam a guarda e viviam em alerta. Como revela Pedro Andrade – militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), exilado em Portugal – em entrevista a Rodrigo Pezsonia:

²⁰ Edgard Telles Ribeiro, diplomata de carreira aposentado, acabou por revelar neste livro os corredores do Itamaraty durante a ditadura civil-militar e salienta, na apresentação, que os cenários são reais, não os personagens. Deve-se ressaltar que o embaixador brasileiro em Montevidéu a que se refere nas páginas de seu livro é de fato Manoel Pio Correia, que já foi mencionado anteriormente (RIBEIRO, 2010). Maria José Silveira foi exilada em Paris, ao que se evidencia o temor pela possível vigilância do sistema repressivo brasileiro era real (SILVEIRA, 2016).

“Havia o pessoal dos partidos todos e o pessoal do PCdoB, que, normalmente, não se misturava com essa gente. Pra começar, para não ‘puxar rabo’ pra gente. Imagina se eu fosse começar a frequentar comitês de anistia, lidar com aquela turma toda de exilado brasileiro, sei lá quem eram, sei lá quem falou na cadeia e quem não falou, ou mesmo foi solto para se infiltrar. Os que continuavam a trabalhar com os CODI ou CENIMAR da vida (...) O cara começa a ser seguido em Paris (...) e depois consegue seguir até lá dentro e derruba a organização no Brasil” (PEZZONIA, 2017, p.137).

O trecho acima evidencia que se resguardar de possíveis investigações, ficar atento em relação a quem se relacionar no exílio, era um preocupação constante, pois não só punha em risco a vida do exilado, mas poderia ameaçar a segurança da organização, ou o que tinha sobrado dela no Brasil, além de colocar em risco a vida de seus familiares – era sabido que os familiares de exilados eram vigiados, suas correspondências e suas ligações telefônicas controladas, e que poderiam ser presos a qualquer momento, se assim quisessem os órgãos de repressão. A ameaça aos familiares era uma prática comum, até crianças foram utilizadas para se obter declarações e ações dos opositores ao regime e foram, mesmo, torturadas; foi por isso que os embaixadores suíço e alemão em 1970 foram trocados por tantos familiares de militantes. E era claro o monitoramento dos opositores aos regimes ditatoriais quando ocorreu o atentado à bomba, em Buenos Aires, que tirou a vida do general Carlos Prats. Desta feita, toda a comunidade de exilados latino americanos entrou em estado de alerta.

Em entrevista a esta pesquisadora, Maria das Graças Sena, exilada brasileira em Portugal entre 1974 e 1979, afirmou que foi abordada por um casal que depois se constatou trabalhar para a polícia brasileira. Fato plausível, pois, após o 25 de Abril em Portugal, o recém empossado governo do general Ernesto Geisel (03/1974-03/1979), nomeou como embaixador brasileiro em Portugal o general Carlos Alberto da Fontoura, ex chefe do SNI²¹, fato que abalou temporariamente as relações entre os dois governos²² (FREIRE, 2010); esta nomeação pode ser enquadrada como uma forma de controle sobre os

²¹ Cargo que ocupou durante o período de maior repressão, entre abril de 1969 e março de 1974, saindo diretamente da direção do SNI para ocupar a cadeira de embaixador em Portugal entre 1974 e 1978.

²² Como demonstra a documentação do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, a partir de agora MNE, PEA 31/1974 – Processo 337, que aborda a alteração do tom da conversa entre os dois governos em questão.

exilados brasileiros em solo português. Este novo embaixador acompanhou de perto as atividades dos exilados em Portugal, muitas vezes protestando junto ao governo local para que intervisse e barrasse suas atividades, como demonstram os processos do MNE²³.

Estes exilados, por sua vez, integraram-se rapidamente à vida política do país de acolhida e passaram a denunciar, dos mais diversos modos, as arbitrariedades cometidas pelo governo militar. Seguem, portanto, a lógica da militância, continuaram no combate, a resistir ao regime. Para os exilados brasileiros, a mobilização permanente buscava expressar a resistência, e era isto que o regime militar queria impedir; era isto que o regime autoritário brasileiro não podia admitir. As denúncias, que arrebanhavam simpatizantes para causa da democracia, se faziam em peças teatrais – como as encenadas pelo grupo de teatro de Augusto Boal –, artigos de jornais, nas universidades – muitos brasileiros passaram a lecionar em universidades portuguesas após a Revolução dos Cravos, como Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, Valentina da Rocha Lima, Augusto Boal, Carlos Minc e Elizabeth Chachamovtz, – e finalmente organizando manifestações e comitês, como o Comité Pró Amnistia Geral no Brasil (CPAGB), sendo um de seus coordenadores o banido Domingos Fernandes. A embaixada brasileira protestava veementemente junto ao governo português, que respondia “às pressões brasileiras de forma genérica e pouco efetiva” (FREIRE, 2017, p.70).

Mesmo assim, os protestos do general embaixador continuaram. Por exemplo, quando da criação do número zero do jornal *Amnistia* – órgão de divulgação do CPAGB – no primeiro semestre de 1976, escreveu para o MNE: “trata-se de mais uma iniciativa no âmbito da campanha inspirada por esta corrente política-ideológica com o objetivo de desacreditar e isolar internacionalmente o regime brasileiro” (IDEM, p.70). Ou ainda quando em junho do mesmo ano, na “Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, foi realizado um ato público em memória do padre Henrique Pereira Neto, auxiliar de dom Hélder Câmara, assassinado em 27 de maio de 1969, pelas forças repressivas brasileiras” (IDEM, p.71).

O governo português – como demonstram Freire, os processos do MNE e do Ministério da Administração Interna (MAI) –, de fato, monitorava os

²³ PEA 2/1975 – Processo 315 e PEA 47/1975 – Processo 330/BRA.

exilados brasileiros, com uma atenção especial aos banidos, como Elisabeth Chachamovtz e Domingos Fernandes, mas sem interferir em suas atividades e, também, sem agir como queria o embaixador brasileiro e ex chefe do SNI. O MAI era o responsável pela observação dos estrangeiros; não só os brasileiros, é verdade, mas principalmente os brasileiros, porque eram numerosos no país e, também, porque suas atividades profissionais e políticas estavam profundamente entrelaçadas com os rumos do cenário político português – que entre 1974 e novembro de 1975 vivenciou seu período de maior radicalização e efervescência²⁴ – e, devido às posições relevantes assumidas pelos exilados brasileiros nas artes, na cultura e na educação de Portugal.

Mesmo após a Lei de Anistia, este monitoramento de atividades de brasileiros no exterior continuou. Por exemplo, em março de 1981, o IV Comando Aéreo Regional da Aeronáutica (COMAR) enviou para o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) e para a Polícia Militar de São Paulo, um documento confidencial que alertava sobre uma notícia do jornal *Granma* – órgão oficial do Partido Comunista de Cuba – da edição de 01 e de 08 de fevereiro de 1981. Esta notícia referia-se ao prêmio *Casa de las Américas*, cuja edição daquele ano contava entre seus jurados o professor universitário Antônio Cândido, o ator e dramaturgo Gianfrancesco Guarnieri, o sociólogo José de Souza Martins e os escritores João Ubaldo Osório Pimentel Ribeiro e Márcio Gonçalves Bentes de Souza. O documento inclui o discurso proferido por Antônio Cândido quando da constituição do corpo de jurados, além das falas dos outros brasileiros durante a premiação (FERNANDES, 2017, p.43-44). Esta comunicação enviada para o DEOPS e para PM fora, anteriormente, distribuída para toda a rede de inteligência nacional, a saber: SNI, Centro de Informação da Aeronáutica (CISA), Centro de Informação do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores e à Polícia Federal²⁵. Fica evidente a preocupação em manter sob olhos vigilantes os brasileiros que estavam no exterior, tanto que o Ministério das Relações Exteriores fora informado, o que comprova a participação do corpo diplomático no processo de vigilância. Neste documento estão grifados

²⁴ Para compreender este período da História de Portugal, conferir in REZOLA, 2017.

²⁵ MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. IV COMANDO AÉREO REGIONAL. Encaminhamento n.602 A-2-IV COMAR. 18 março, 1981. Documento confidencial. 50-D-26-6625. Acervo DEOPS-SP. APESP.

trechos selecionados do discurso de Antônio Cândido, como as críticas à imprensa brasileira, sempre tão lacônica em relação à Cuba, e elogios às publicações e cursos cubanos, entre outros. “Dessa forma, os grifos feitos são significativos pelo que revelam da atenção e dos objetivos dos agentes da repressão política: os nomes dos brasileiros, bem como as referências ao que fizeram e ao que falaram” (IDEM, p.44).

Tendo em vista o exposto acima, e sem esgotar todas as informações sobre o monitoramento e vigilância de brasileiros no exterior e a participação do aparelho repressivo do Brasil na Operação Condor²⁶, algumas considerações devem ser assinaladas. Primeiramente, fica muito claro, a cada novo documento que vem a público, o envolvimento de países de fora do Cone Sul na montagem da Operação Condor. Portanto, esta rede policial que espionou e violou os direitos fundamentais de milhares de pessoas não foi obra apenas dos governos militares e autoritários da América do Sul. Sua criação e articulação teve uma ampla participação dos serviços de inteligência das potências ocidentais.

Um segundo ponto é a ampla gama de atividades de vigilância e de ações clandestinas praticadas pelos sistemas repressivos dos países sul americanos. Atropelaram muitos tratados internacionais, os quais seus países eram signatários, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos (Pacto de San José de Costa Rica)²⁷.

No caso brasileiro, muitas ações praticadas pelos seus agentes de repressão estavam fora da legalidade autoritária imposta pela Constituição de 1967 – a Constituição do regime militar – como já foi assinalado anteriormente. Some-se ao fato que, mesmo após a Lei de Anistia, a vigilância de pessoas e movimentos sociais, políticos e culturais continuaram a acontecer como se nada tivesse mudado após 28 de agosto de 1979, quando da aprovação da lei que permitiu o retorno dos brasileiros que foram obrigados a viver no exterior.

²⁶ O Relatório da Comissão da Verdade tem muitos outros casos de ação dos agentes da repressão brasileira em conjunto com os agentes dos países latino americanos do Cone Sul. Conferir o volume 1 do referido relatório.

²⁷ Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai assinaram a Convenção Interamericana de Direitos Humanos em 1969.

E se a vigilância continuava externamente, é porque continuava internamente²⁸.

Outro aspecto importante é, ao analisar a atuação do corpo diplomático no sistema repressivo nacional, redimensionar o papel dos civis no regime militar. Desta feita, não foi apenas financiando o golpe e a montagem de seu aparato repressivo que os civis apoiaram aquele Estado de exceção; acabaram por constituir as entranhas do regime, sua comunidade de informações e de repressão.

As práticas repressivas utilizadas pelo aparelho policial do Brasil e pela Operação Condor, continuam a ser utilizadas pelas polícias brasileiras, que ainda veem a população como um inimigo a combater. Os sequestros, tortura e desaparecimentos ainda assolam as periferias das grandes cidades. As milícias e grupos paramilitares são reflexos de um passado autoritário que tem tentáculos, os quais agarram aqueles que questionam o autoritarismo. É o passado que não passa (COSTA PINTO; MARTINHO, 2014).

Referências

ALMADA, Martin. “Operação Condor: conspiração contra a sociedade do conhecimento” in SILVA, Haiker R. Kleber da (org). *A luta pela anistia*, São Paulo: UNESP/Arquivo Público do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, p. 217-230, 2009.

ARENDDT, Hannah. 6ª edição *As origens do totalitarismo*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2016.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório Final*. Brasília: CNV, vol.1, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assunto Jurídicos. *Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm, acesso em: 03 nov. 2018.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2017.

²⁸ Existem evidências de monitoramento de pessoas após a aprovação da Constituição de 1988. Muitos daqueles que foram exilados nas décadas de 1960 e 1970 ainda hoje são parados pelo sistema de segurança nos aeroportos brasileiros. Esta declaração foi dada a quem escreve este trabalho pela ex exilada Maria das Graças Sena, que foi barrada e revistada no aeroporto de Santos Dumont, no Rio de Janeiro, em 2018; informação confirmada pelo ex preso político Narciso Pires, integrante do Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná.

- COSTA PINTO, Antônio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *O passado que não passa – a sombra das ditaduras da Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- DÓRIA, Palmério e SEVERIANO, Mylton. *Golpe de Estado – o espírito e a herança de 1964 ainda ameaçam o Brasil*. São Paulo: Geração Editorial, 2015.
- FERNANDES, Pádua. “Arquivos e Direitos Humanos: documentos e violações durante a ditadura militar no Brasil”, in *Revista do Arquivo*, São Paulo, Ano III, nº 5, p.40-50, outubro, 2017.
- FREIRE, Alípio. **1964 – Um golpe contra o Brasil**; realização do Núcleo de Preservação da Memória Política e Televisão dos Trabalhadores, São Paulo/São Bernardo do Campo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ghol8FdFF6w&t=2s>. 2013.
- FREIRE, Américo. 2010. “Ecos da estação Lisboa. O exílio das esquerdas brasileiras em Portugal” in *Sociologia Problemas e Práticas*. São Paulo: Centro de investigação e estudos de sociologia, número 64. Disponível em: <https://spp.revues.org/241>, acesso em 23 jun. 2017.
- FREIRE, Américo. “Depois de Abril: brasileiros suspeitos em Portugal”, in GONÇALVES, Leandro Pereira; PAREDES, Marçal de Medeiros (org.), *Depois dos Cravos – Liberdades e Independências*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p.59-80, 2017.
- GENRO, Tarso. “Decadência do Estado de Direito e Limites da Justiça de Transição” in SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; SILVA FILHO, José Carlos Moreira da; PAIXÃO, Cristiano; FONSECA, Lívia Gimenes Dias da; RAMPIN, Talita Tatiana Dias (org.). *O Direito Achado na Rua, vol.7 – Introdução Crítica à Justiça de transição na América Latina*. 1ª edição. Brasília, DF: UnB, p. 46-50, 2015.
- GOMES, Paulo César. “Brasileiros na França: o exílio segundo a visão do Centro de Informações do Exterior (CIEEX) entre 1966 e 1968”, in *Revista Contemporânea – Dossiê 1964-2014: 50 Anos Depois, A Cultura Autoritaria em Questão*, ano 4, nº 5, vol.1. Rio de Janeiro: UFF, Núcleo de Estudos Contemporâneos, 2014.
- GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. “Políticas arquivísticas para a defesa dos direitos humanos”, in *Revista do Arquivo*, São Paulo, Ano III, nº5, outubro, p.10-23, 2017.
- GRECO, Heloísa. “Direito à memória, a verdade e à justiça: a luta pela Anistia ampla, Geral e Irrestrita” in SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; SILVA FILHO, José Carlos Moreira da; PAIXÃO, Cristiano; FONSECA, Lívia Gimenes Dias da; RAMPIN, Talita Tatiana Dias (org.). *O Direito Achado na Rua, vol.7 – Introdução Crítica à Justiça de transição na América Latina*. 1ª edição. Brasília, DF: UnB, p. 296-301, 2015.
- KORNBLUH, Peter. *Chile e Estados Unidos: documentos desclassificados relativos ao golpe militar, 11 de setembro de 1973*. Livro de instruções eletrônicas do Arquivo de Segurança Nacional nº 8. Nesta página estão anexados os links para a documentação produzida pelo Federal Bureau of Investigation e outros órgãos oficiais dos EUA. <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8.htm>. Acesso em 12 dez. 2018.

LENTZ, Rodrigo. “A participação de setores da sociedade civil na Ditadura Civil-Militar brasileira”, in SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; SILVA FILHO, José Carlos Moreira da; PAIXÃO, Cristiano; FONSECA, Lívia Gimenes Dias da; RAMPIN, Talita Tatiana Dias (org.). *O Direito Achado na Rua, vol.7 – Introdução Crítica à Justiça de transição na América Latina*. 1ª edição. Brasília, DF: UnB, p. 319-324, 2015.

PRATES, Maria Clara. “Medeiros, um nome ligado à tortura em Minas”, jornal *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2014. Disponível in: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/06/23/interna_politica,301947/medeiros-um-nome-ligado-a-tortura-em-minas.shtml. Acesso em 04 nov. 2018.

REZOLA, Maria Inácia. “Do Romantismo Revolucionário à Política Real: a Revolução Portuguesa de 1974-1975”, in GONÇALVES, Leandro Pereira; PAREDES, Marçal de Medeiros (org.), *Depois dos Cravos – Liberdades e Independências*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p.11-41, 2017.

RIBEIRO, Edgard Telles. *O punho e a renda*. Rio de Janeiro, Record, 2010.

SÃO PAULO. Brasil. Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2015. Disponível in: <http://comissoadaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/>. Acesso em 01 dez. 2018.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Ditadura”, in SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins, *Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2000.

SILVEIRA, Maria José. “Samedi a Montparnasse”, in *Felizes Poucos: onze contos e um curinga*. São Paulo: ZLF Editorial, p. 65 a 79, 2016.

Y cuando sea grande. Documentário realizado anonimamente por Cine Independiente del Uruguay, 1980. Disponível in: <https://www.youtube.com/watch?v=o0DVJ8PfGr8>. Acesso em 03 de set. 2018.

DOCUMENTAÇÃO

Acervo DEOPS – Arquivo Público do Estado de São Paulo

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. IV COMANDO AÉREO REGIONAL. Encaminhamento n.602 A-2-IV COMAR. 18 março, 1981. Documento confidencial. 50-D-26-6625. Acervo DEOPS-SP. APESP.

Ministério dos Negócios Estrangeiros – Portugal

PEA 31/1974 – Processo 337.

PEA 2/1975 – Processo 315.

PEA 47/1975.

PEA 330/BRA/1975.

TEOLOGIA DAS BRECHAS: A ATUAÇÃO DO REVERENDO JAIME WRIGHT NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DURANTE AS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL NO CONE SUL (1976-1988)

Walter Angelo Fernandes Aló

*Doutorando em História- Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ
Programa de Estudos de América Latina e Cariba- PROEALC / UERJ
Professor da FAETEC-RJ e SEEDUC-RJ*

“Estávamos conversando, Jaime Wright e eu, sobre as consequências do golpe militar, quando um disse para o outro - não sei mais quem tomou a palavra: Isso tudo vai ser esquecido na próxima geração, como foi esquecido tudo o que Getúlio Vargas praticou no tempo dele – e foram horrores”. (Dom Paulo Evaristo Arns)

“Jaime Wright optou por nadar contra corrente e dedicar-se aos perseguidos políticos, e muitos têm motivos para ser gratos por sua escolha”. (Jan Rocha)

Cidade de São Paulo. Janeiro de 1981. O famoso hotel Hilton se prepara para receber um convidado ilustre. Trata-se de Pierre Elliot Trudeau, o primeiro-ministro canadense, convidado de honra da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, cuja visita oficial ao Brasil fazia parte da estratégia de campanha pela América Latina visando a eleição ao cargo de secretário-geral da Organização das Nações Unidas-ONU.

Era uma oportunidade mais do que significativa para o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul- *grupo Clamor*- colocar em prática uma de suas marcas registradas, a eficaz estratégia da “*teologia das brechas*”, assim concebida pelo Reverendo presbiteriano Jaime Wright (1927-1999): “...o Clamor estava sempre ocupando as brechas e lacunas deixadas pelas ditaduras, misturando ousadia, criatividade e uma percepção aguçada das oportunidades para denunciar as violações de direitos humanos” (LIMA, 2003, p.167).

Além da denúncia internacional das violações praticadas pelas ditaduras de segurança nacional o grupo ainda tinha dois outros objetivos: acolher e apoiar materialmente os expatriados e chamar a atenção para a causa dos milhares de exilados e refugiados gerados pelo terror de estado.

O plano era entregar ao primeiro ministro uma carta explicando o trabalho do Clamor e documentando aquela tragédia humanitária. Roberto Grand-Maison¹, um padre de origem franco-canadense e ativista do Clamor, foi o escolhido para chegar até o primeiro-ministro:

A questão era como entregar uma carta nas mãos de Trudeau e não nas mãos de um assessor (...) Jaime comprou cinco ingressos para o almoço. Ele, mais Roberto, Michael, Luiz Eduardo e eu, chegamos cedo para conseguir lugares perto da mesa principal (...) decidimos que o melhor momento para Roberto entregar a carta seria um pouco antes da sobremesa. Esperamos tensos pelo momento exato...e quando chegou a hora, Roberto se levantou e caminhou rapidamente na direção da mesa principal. Quando ele chegou perto de Pierre Trudeau a sala inteira ficou em silêncio, surpresa. Roberto não perdeu tempo, cumprimentou Trudeau em francês, identificou-se, e disse que era colega do Covert, um padre que ele sabia ser conhecido de Trudeau. A essa altura Roberto já estava rodeado de seguranças, prontos para arrastá-lo para fora. Mas Trudeau pediu a eles que se afastassem. Escutou atentamente quando Roberto contou um pouco sobre o Clamor e pediu sua atenção para o problema dos refugiados, entregando a carta que havíamos preparado. Nosso amigo retornou da mesa triunfante. A tensão se dissipou e atacamos a generosa sobremesa. Quando Trudeau fez seu discurso após o almoço, ele mencionou a carta que já havia lido. Depois de voltar ao Canadá, a correspondência com o Clamor continuou” (ROCHA, 2018, pp.291-292).

Na verdade, a “teologia das brechas” já tinha sido aplicada antes em pelo menos duas ocasiões de grande relevância política. Em 1978, quando Jaime Wright, por intermédio de sua ligação com o Conselho Mundial de Igrejas e a comunidade protestante norte-americana, conseguiu um encontro relâmpago entre o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016) e o presidente norte-americano Jimmy Carter (1924-), de credo Batista e identificado com a questão dos direitos humanos. A bordo do veículo que conduzia o presidente ao aeroporto do Rio de Janeiro Dom Paulo entregou a Carter uma lista de desaparecidos brasileiros e sul americanos,

¹ - Pertencente a Ordem de Santa Cruz, Grand Maison, que tinha se incorporado ao Clamor ainda em 1978, costumava chamar a teologia das brechas de “improvisação organizada”.

E ainda em 1980, por ocasião da visita do Papa João Paulo II ao Brasil, quando Wright articulou uma agenda entre o Cardeal Arns e o pontífice, que passou a este último um dossiê denunciando as graves violações aos direitos humanos perpetradas pelas ditaduras do Cone Sul e uma lista de desaparecidos políticos de diferentes países, majoritariamente argentinos, estimulando o início de um trabalho maior, redundando na posterior confecção da “relação dos desaparecidos argentinos”, também entregue ao Papa em 1983. Uma cópia da mesma foi destinada ainda ao Rei Juan Carlos da Espanha.

Esta relação foi a base da listagem oficial da Comissão Nacional dos Desaparecidos Políticos - CONADEP, presidida pelo escritor Ernesto Sábato, nos primeiros momentos do governo Raul Alfonsín (1977-2009) na Argentina.

Quem era o grupo Clamor? Entre 1964 e 1976, cinco países da América do Sul sofreram rupturas de suas instituições democráticas, constituindo regimes ditatoriais sob inspiração da ideologia de segurança nacional: Brasil (1964), Bolívia (1964), Chile (1973), Uruguai (1973) e Argentina (1976).²

Produto típico da Guerra Fria, a Doutrina de Segurança Nacional se estrutura nos EUA, a partir de 1945, por intermédio do National War College, estabelecendo o conceito de guerra subversiva. Esses regimes de exceção acabaram por desestruturar, em diferentes níveis, as instituições democráticas latino-americanas, atingindo desde sistemas de frágil estruturação partidária, como o brasileiro, até as maduras experiências de continuidade institucional dos uruguaios e dos chilenos, estes últimos, verdadeiros “professores de democracia”.³

A partir de 1976 houve um expressivo aumento de exilados/refugiados no Cone Sul, fruto da intensificação das ações de “caça” da Operação Condor aos dissidentes e da brutalidade da ditadura implementada na Argentina, com os

² - A ditadura do general Stroessner no Paraguai, inaugurada em 1954, a despeito das excelentes relações e colaboração com os cidadãos, não se enquadraria no tipo de regime político militarizado como os do Cone Sul, assemelhando-se mais às ditaduras tradicionais, num padrão caudilhesco, como a Nicarágua de Somoza, a República Dominicana de Trujillo e Cuba de Fulgêncio Batista.

³ - A respeito da originalidade da experiência democrática chilena até 1973, verdadeira exceção numa América Latina “endemicamente” afetada pelos diversos exemplos de ruptura institucional, ver ALÓ, Walter Angelo Fernandes – artigo “*Professores de Democracia; a cultura política chilena nos últimos 160 anos*”. In: SYNTHESIS; cadernos do CCS/ UERJ, 2002, especial. P.53-61.

expurgos da lei de banimento, que concedeu liberdade aos presos políticos. E a partir de então:

...a chegada de latino-americanos ao Brasil, particularmente ao Rio de Janeiro, foi tão significativa – estima-se que cerca de vinte mil, principalmente argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios – que, em 1977, foi preciso abrir um escritório do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) na cidade para se encarregar de recebe-los e buscar outros países que pudessem servir como lugar de exílio (RIBEIRO, 2012, p. 56).

A legislação brasileira sobre refúgio deu o tom de urgência e perigo para a situação desses homens e mulheres. Ao ratificar em 1960 a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados (1951), o Brasil confirmou as reservas temporal e geográfica, reconhecendo como refugiados apenas os cidadãos europeus, vítimas de perseguição na Europa, antes de 1951.

Esses milhares de sul americanos recebiam visto de turista por 90 dias, prazo que o ACNUR tinha para encontrar um país que os acolhesse oficialmente como refugiados. Fora disso, o exílio era clandestinidade, penúria, sofrimento. E perigo de vida, o que Jaime Wright definiu como “uma clandestinidade civil dentro da clandestinidade política”.

Foi início do pesadelo desta massa de expatriados, que ao transitarem pelo Brasil, mais especificamente pelo Rio de Janeiro e por São Paulo, seja na condição de exilados/clandestinos e/ou refugiados, viveram momentos de dramática ambiguidade, experimentando tanto o medo e a angústia como encontrando também solidariedade e esperança pelas mãos de homens como Jaime Wright.

Destaque-se que dezenas de argentinos que chegaram ao nosso país nessa época vieram por iniciativa do Superior Provincial Jesuíta de Buenos Aires, o padre Jorge Mário Bergoglio, atual Papa Francisco, a partir de contatos com os cardeais do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente o marista Dom Eugênio Sales e o franciscano Dom Paulo Evaristo Arns⁴. Segundo obra

⁴ -Para maiores detalhes sobre as redes de solidariedade que atuaram no período protegendo e acolhendo exilados e refugiados do Cone Sul no Brasil destacamos os nossos artigos “*Solidariedade não tem fronteiras: a trajetória do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul – CLAMOR (1978-1990)*”, nas Jornadas de Trabalho Exílios Políticos do Cone Sul no século XX, na Universidade Nacional de La Plata / Argentina-<http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar/i-jornadas/ponencias/ALO.PDF/view?searchterm=None> e “*Pastor dos bons e dos maus: o Cardeal Dom Eugênio Sales e a rede de proteção carioca aos exilados sul americanos durante as ditaduras de segurança nacional (1976-1982)*”, apresentado na

lançada em 2013⁵, Bergoglio comandou, entre 1976 e 1983, uma rede de solidariedade clandestina que apoiou, protegeu e deu fuga a cerca de cem cidadãos argentinos perseguidos pela ditadura.

Clamor não era uma sigla. Era o nome do seu boletim informativo, inspirado no Salmo 88:2. A partir de 1977 o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, a jornalista Jan Rocha e o Pastor Presbiteriano Jaime Wright passaram a receber relatos de primeira mão de vários refugiados latino-americanos em trânsito pelo Brasil, narrando o drama dos perseguidos pelas ditaduras no Paraguai, Bolívia, Chile, Uruguai e, sobretudo, na Argentina, decidindo então procurar o aconselhamento e apoio de Dom Paulo Evaristo Arns, já então um crítico contundente do arbítrio e das violações praticadas pelo regime ditatorial brasileiro.

Apesar de se manter vinculado à Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, passando a funcionar na sala 19 do casarão da Av. Higienópolis, sede da Arquidiocese, o CLAMOR preservou, contudo, um caráter ecumênico, congregando católicos, protestantes, leigos, militantes da defesa dos direitos humanos e comprometidos com a solidariedade aos povos Cone Sul. Seu slogan era “solidariedade não tem fronteiras”.

A missionária norte-americana Mary Nolan, que passou a integrar o Comitê em 1979, relembrou mais detalhadamente a atuação dos primeiros tempos do grupo:

O primeiro boletim do Clamor saiu e começa com uma preocupação com o pessoal que vinha chegando desses países, e por várias razões, não queriam ser reconhecidas pelo ACNUR. E queriam ficar no Brasil. Porque ser reconhecido pelo ACNUR queria dizer que você teria que ir para a Europa. O Brasil não tinha, não permitia o refugiado ficar. Foi só posterior de toda uma luta do Clamor e de outras entidades de mudar a questão do refúgio no Brasil. Não tinha. Quem vinha e foi reconhecido como refugiado, era obrigado a sair do país. Isso queria dizer que a pessoa tinha que ir para a Europa, e muitas vezes você tinha gente que chegava e não sabia do resto da família. Ou o resto da família estava em perigo, e não queria ir para a Europa, então ficava clandestino (...) Então basicamente o Clamor começou a responder a uma necessidade

III Jornada de Trabalho Sobre Exílios Políticos no Cone Sul no século XX, realizada no Museu da Memória e dos Direitos Humanos, em Santiago do Chile, ao final de 2016 - <http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar/iii-jornadas/actas-2016/Alo.pdf/view?searchterm=None>

⁵ - SCAVO, Nello – A Lista de Bergoglio. São Paulo. Editora Paulinas e Loyola. 2013.

montada para esse pessoal. Achar casa, achar emprego, achar escola para as crianças. E denunciado as violações.⁶

O Clamor foi uma das várias “trincheiras” de luta do Reverendo Jaime Wright pela causa dos direitos humanos e das liberdades democráticas. Sua trajetória cristã fez-se, desde o início, com a preocupação social à luz do evangelho. Uma tragédia familiar, entretanto, vai potencializá-la rumo a uma atuação política mais direta e combativa naqueles tempos de arbítrio e de estado de exceção, marcada pela discricção, oportunismo, arrojo e contundência, pilares da “teologia das brechas”

É o que procuraremos mostrar a seguir, reconstituindo um pouco da sua formação cristã, intelectual e política, singularizada por uma prática ecumênica, bem como ainda destacando o legado histórico e humanista construído pelo “pastor dos torturados”⁷.

Comunista ou ecumenista?

Jaime Néelson Wright nasceu em Curitiba, no dia 12 de julho de 1927. Filho do casal de missionários presbiterianos norte-americanos Latham Ephraim Wright e Maggie Belle Wright, radicados no Brasil em 1923. Coursou o ensino primário e o segundo grau no Brasil, formando-se em letras e sociologia no College of the Ozarks, Arkansas e em teologia, pela Universidade de Princeton, em Nova Jersey.

Entre outros, foi profundamente influenciado por John Mackay⁸, reitor que “livrou” o seminário presbiteriano de Princeton do fundamentalismo teológico e pelo teólogo norte americano Richard Shaull⁹, ambos vinculados ao

⁶ - Entrevista da Irmã Michael May Nolan ao jornalista Samarone Lima, s/d, transcrita em 18/06/99, mediante cópia cedida pelo entrevistador. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro. *Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos Para os Países do Cone Sul*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2000. P. 122 e 123.

⁷ - Subtítulo da obra de DASÍLIO, Derval. *Jaime Wright; o pastor dos torturados*. Rio de Janeiro: Metanóia. 2012.

⁸ - John Mackay (1889-1983). Teólogo, missionário e educador escocês presbiteriano, defensor do movimento ecumênico e do cristianismo mundial.

⁹ - Richard Shaull (1919-2002). Teólogo e sociólogo norte-americano do presbiterianismo ecumênico. Foi missionário na América Latina, atuando no Brasil, Colômbia e Peru. É considerado referência teológica do

pensamento ecumênico, de diálogo com a igreja católica. Esse ecumenismo engajado, de visão social profunda, marcará fortemente a trajetória e a prática cristã e política de Jaime Wright.

Jaime atuou como missionário da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PC-USA) - Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nas décadas de 1950 e 1960, através da Missão Central do Brasil, em Brasília, na cidade satélite de Sobradinho e na Bahia, nos municípios de Itacira, Caetité e Bom Jesus da Lapa. Neste último “...fez uma (mini) reforma agrária autorizada eclesiasticamente, distribuindo propriedades da mesma igreja norte-americana” (DASILIO, 2012, p. 12).

O pensamento cristão protestante não ficou imune aos desdobramentos do histórico Concílio Vaticano II (1962-1965) da igreja católica. A opção em se abrir ao mundo secular e reorientar sua doutrina social preferencialmente para os pobres, realçada mais ainda após a Conferência Episcopal Latino Americana de Medelin (1968) e o surgimento da teologia da libertação, marcou diversos protestantes da geração de Jaime Wright na via de um engajamento político e cristão de transformação da realidade social opressiva:

O ecumenismo latino americano ocorre num contexto histórico específico entre nós. Coincide com os derradeiros momentos da desagregação da sociedade ruralista pré-industrial e da consolidação da civilização capitalista e industrial. A sua criação não é obra de um único líder protestante, como foi o extraordinário Richard Shaull ou John Mackay, antes dele, mas representa o resultado da elaboração de um conjunto de pensadores, pastores sintonizados com as profundas transformações que ocorriam e empenharam-se em compreender as novas situações de existência que estavam em curso para a vida da igreja cristã (...) seu formulado aponta o ecumenismo e o compromisso social acima de tudo, enquanto propõe a democratização parlamentar e conciliar em todos os níveis, desde a igreja local até a assembleia geral. Graças a líderes como ele (Jaime Wright) que o pensamento presbiteriano ecumênico é resultado de um parto doloroso que envolvia o autoritarismo militar associado ao fundamentalismo religioso. Um movimento capaz de questionar as velhas e carcomidas estruturas do protestantismo brasileiro (DASILIO, 2012, pp. 129-130)

A exemplo do que ocorreu com segmentos expressivos da igreja católica, lideranças importantes do meio protestante (luteranos, metodistas, batistas,

protestantismo latino americano, tendo seu pensamento identificado com a gênese da teologia da libertação.

presbiterianos) não apenas apoiaram o golpe civil militar de 1964, que derrubou o presidente João Goulart em nome da ideologia de segurança nacional, como deram legitimação à ditadura em boa parte de sua vigência.

Não raro essa legitimação transformou-se em colaboração direta com o regime, denunciando “subversivos” em suas fileiras e levando pastores e líderes denominacionais a pressionarem também pela “devolução compulsória” de missionários estrangeiros aos seus países. A expulsão sumária de seminaristas, a demissão de professores e a delação para as autoridades e a polícia política de “comunistas” em suas igrejas¹⁰ também foram práticas deste autoritarismo eclesiástico e persecutório.

Jaime Wright foi um dos primeiros pastores protestantes a se rebelarem contra essas perseguições e o colaboracionismo da alta hierarquia das igrejas protestantes com o regime ditatorial. Especificamente em sua Igreja Presbiteriana do Brasil – IPB conflitou com o poderoso reverendo Boanerges Ribeiro¹¹, dirigente maior da instituição e figura central na política de expurgos e delações.

Wright rompe oficialmente com a IPB em 1968. Por mais que fosse pressionado pelas vozes desse protestantismo conservador, fundamentalista e autoritário, inclusive com reflexos diretos sobre sua família, não podia ser expulso do país. Era brasileiro de nascimento. Renunciou à cidadania e ao passaporte norte-americanos. Prestou serviço militar no Brasil.

Foi um dos expoentes entre presbíteros, pastores, teólogos e professores presbiterianos, que a partir de 1976, passaram a discutir em alguns encontros nacionais novas perspectivas institucionais para o presbiterianismo ecumênico, liberal e democrático, com uma visão de evangelho

¹⁰ - Para um amplo panorama dessa “caça às bruxas” no meio protestante durante a ditadura civil militar brasileira indicamos o excelente documentário *Muros e Pontes: memória protestante na ditadura*, realizado em 2014 pela Koinonia Presença Ecumênica e Serviço e pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, no contexto do Projeto “Memória protestante no Brasil”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ycWCn7qAOo4&t=131s>.

Especificamente sobre a perseguição político- religiosa interna aos presbiterianos na ditadura brasileira destacamos o artigo de Valdir Gonzalez Paixão Junior- *Poder, memória e repressão: a Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar (1966-1978)*. In RIDU, v.2, n.2, junho 2014 – UNESP, Bauru, SP.

¹¹ -Boanerges Ribeiro (1919-2003) foi presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil entre 1966 e 1978. Teólogo, pastor e professor presbiteriano, foi ainda chanceler da Universidade Mackenzie em São Paulo. É referenciado como um dos dirigentes protestantes que mais colaborou com o regime militar brasileiro.

contextualizado na realidade social e política e de aceitação do ministério feminino.

Desses encontros nasceu em 1978, na cidade de Atibaia, em São Paulo, a Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas – FENIP, que em 1983 transforma-se na Igreja Presbiteriana Unida do Brasil – IPU, sediada em Vitória do Espírito Santo, da qual Jaime foi secretário geral de 1988 a 1993. Igreja que desde suas origens, em 1979, notabilizou-se também politicamente no seio cristão, pois “...circulava nos meios a ideia que a Igreja Presbiteriana Unida era vista como um refúgio para os presbiterianos perseguidos, acobertados sobre o patrocínio de Jaime Wright, e para os oprimidos de outras comunidades evangélicas, especialmente nas regiões Norte e Nordeste” (DASILIO, 2012, p.134).

Desde os primórdios de sua juventude missionária Jaime Néelson Wright mostrou-se um homem corajoso, de ação e de bons combates:

Seus dois metros de altura, sua voz potente e pausada, os óculos de armação pesada davam-lhe uma fisionomia grava. Seu grande porte, aliado à expressão facial que as vezes se mantinha inalterada, transmitia, muitas vezes, a imagem de um tanque de guerra. Difícilmente ele passava despercebido em algum lugar. Daquele gigante, no entanto, saíam palavras de esperança e solidariedade. Desde o golpe de 1964, Jaime engajara-se numa vertiginosa luta na defesa dos direitos humanos (LIMA, 2003. p. 31).

Entretanto “acusou o golpe” em 02 de setembro de 1973, quando chegou a notícia que seu irmão, Paulo Stuart Wright, tinha sido preso em um subúrbio paulistano. Catarinense de nascimento e seis anos mais novo do que Jaime, também pastor presbiteriano, estudou sociologia nos Estados Unidos. Retornando ao país radicou-se em São Paulo, trabalhando com a igreja Presbiteriana em fábricas e bairros operários.

De volta a Santa Catarina elegeu-se deputado estadual, sendo o único deputado catarinense cassado após o golpe de 1964, asilando-se no México. Regressando ao Brasil aderiu à luta armada, ajudando a fundar a Ação Popular Marxista Leninista – APLM. E passou a fazer parte da lista de desaparecidos políticos brasileiros.

Em sua dor Jaime foi pedir ajuda ao então já emblemático Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, que com sua “força serena” de franciscano

desde 1970 incomodava o regime ditatorial brasileiro, questionando sobre presos e desaparecidos políticos e apoiando famílias enlutadas. Era o “cardeal subversivo”.

Laços de solidariedade e de fraternidade cristã que começaram a se estreitar entre os dois religiosos, ainda mais depois que ambos concelebraram na Catedral da Sé de São Paulo, junto com Dom Hélder Câmara e o Rabino Henry Sobel o (a) célebre culto/missa ecumênico (a) pelo jornalista da BBC e diretor da TV Cultura, Vladimir Herzog, assassinado no DOI-Codi paulistano. Destaque-se que Sobel recusou-se a sepultar Herzog como suicida.

Nascia naquele momento uma amizade e parceria ecumênica genuína, entre “um franciscano com cara de presbiteriano e um presbiteriano com cara de franciscano”¹², inclusive com a deferência dispensada por Dom Paulo a Jaime Wright, “nomeado” seu “bispo auxiliar não oficial para assuntos ecumênicos”.

Parceria que se traduziria nos dez anos seguintes em ações concretas de defesa dos direitos humanos e de denúncia dos crimes e violações perpetradas pelas ditaduras do Cone Sul, bem como no trabalho de preservação da memória histórica daqueles tempos de arbítrio e terror de estado. A traumática perda do irmão foi um ponto de inflexão na visão e ação política de Jaime Wright, que longe de ser alienado da realidade social, passou a se dedicar intensamente ao trabalho de apoio aos perseguidos e torturados, o que o levaria ao Clamor em fins de 1977.

E no Clamor não faltava trabalho. Wright foi liberado pela Igreja Presbiteriana – PC-USA – Missão Prebiteriana Brasil Central, para trabalhar com Dom Paulo, se tornando o “executivo do Clamor, uma espécie de secretário geral”¹³. Junto com Dom Paulo foi signatário de outra eficaz tática, a “correspondência diplomática”, forma de atuação documentada do grupo que se dava através do envio de cartas com gestões/pressões políticas pela causa dos presos e perseguidos, junto a órgãos governamentais, parlamentos e a chefes de estado.

Como por exemplo os dirigidos ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR, para a elaboração de projetos de refugiados no

¹² - Entrevista com Anita Wright, filha de Jaime Wright. Rio de Janeiro. 06 de maio de 2018.

¹³ - Entrevista com Jan Rocha, uma das fundadoras do Clamor. São Paulo. 07 de maio de 2018.

Brasil e também ao presidente argentino da transição democrática, Raul Alfonsín, pleiteando a revogação da Lei Nápoli ¹⁴.

Mas ao final do ano de 1983, surpreendendo os outros integrantes, Jaime Wright resolve deixar o grupo Clamor:

Jaime Wright exausto física e mentalmente após cinco anos de atividades incessantes, decidiu que era hora de deixar o Clamor e fazer algo menos estressante. Não foi uma decisão fácil. Desde o primeiro momento, Jaime havia se entregado de corpo e alma ao Clamor, trabalhando madrugada a dentro, escrevendo artigos, respondendo cartas, desenhando o layout dos boletins, fazendo contas, lidando com minúcias da organização. Ele havia recebido em sua casa refugiados e exilados, trabalhadores de direitos humanos, operários, visitantes estrangeiros e feito muitas viagens para a Argentina, Paraguai e Chile. As suas ligações muito próximas com Dom Paulo, com Chuck (Charles) Harper, do Conselho Mundial de Igrejas, e com líderes de igrejas norte americanas e europeias, tanto católicas como protestantes, ajudou a assegurar fluxo constante de financiamento. Também criou uma relação especialmente próxima com as Abuelas, e continuou a visita-las depois de deixar o Clamor, como conselheiro e amigo. Para muitos, Jaime era a face pública do grupo (ROCHA, 2018, p.295).

Paralelamente ao Clamor, Wright já estava engajado em outro projeto ligado a defesa dos direitos humanos, especificamente vinculado ao Brasil. E um grande projeto, que tinha se iniciado clandestinamente em meados de 1979:

Era uma ideia simples e arriscada- tentar fotocopiar o maior número possível de processos que estavam no Superior Tribunal Militar, em Brasília. Desde 1979, quando fora promulgada a Anistia, qualquer advogado podia solicitar o processo durante 24 horas, para avaliar o que tinha acontecido com seu cliente. Um pequeno grupo decidiu fotocopiar processos inteiros. Neles, muitos ex- presos relatavam torturas e denunciavam nomes de torturadores. No STM adormeciam 707 processos contra mais de sete mil pessoas. Era a radiografia do período mais violento do regime militar, que vigorou no país de 1964 a 1979. Pelos cálculos do grupo envolvido na trama, cerca de 25% dos prisioneiros relataram as torturas nas audiências. Os juízes militares, seguindo uma burocracia interna, mandavam registrar os depoimentos, que acabaram se transformando em documentos para a história (LIMA, 2003, p.210).

¹⁴ - Lei que possibilitou a revogação de sentenças dos presos políticos condenados em processos militares sem o devido direito de defesa (1983).

Wright mais uma vez contactou o Conselho Mundial das Igrejas¹⁵, por intermédio de Philip Potter, para obter financiamento. Com o apoio do Cardeal Arns e de Luiz Eduardo Greenhalgh as três máquinas de fotocopiar trabalharam sigilosamente, reproduzindo os processos e contabilizando mais de um milhão de folhas.

O dinheiro para o projeto (o código era “chocolate”) muitas vezes foi trazido do exterior, em espécie, pelo próprio Jaime. Até o final do projeto, em 1985, com o lançamento do livro *Brasil: Nunca mais*, foram consumidos 350 mil dólares repassados pelo Conselho Mundial da Igrejas. A partir do livro, Jaime Wright “atuou como uma espécie de porta voz do *Grupo Nunca Mais brasileiro*. Concedeu inúmeras entrevistas, escreveu artigos, contou alguns detalhes de como fora possível trabalhar tanto tempo em sigilo absoluto” (LIMA, 2003, p.212).

É possível ainda afirmar, com boa margem de segurança, que Wright também atuou como “ponte” no repasse de recursos do mesmo Conselho Mundial de Igrejas para a rede de solidariedade carioca aos exilados do Cone Sul, comandada pelo Cardeal Dom Eugênio Sales e a Cáritas Arquidiocesana, que atuou contemporaneamente ao Clamor.

Seu arraigado ecumenismo o fez atuar ainda na década de 1970 em organizações não governamentais cristãs de defesa dos direitos civis e humanos, como o Serviço de Paz e Justiça Latino Americano - SERPAJ, fundado pelo ativista argentino Adolfo Pérez Esquivel, do qual foi presidente, além da Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE.

A frente desta última coordenou a edição de milhares de exemplares da Declaração Universal dos Direitos Humanos para ampla distribuição. No final da mesma década engajou-se fortemente na campanha da sociedade civil brasileira pela anistia, as “diretas, já!” e a redemocratização.

Em 1976, na qualidade de representante da Missão Presbiteriana do Brasil Central – PC-USA, fundadora em 1927 do Colégio 02 de julho em Salvador, conduz o processo de negociação com vistas a nacionalização da instituição, através da formação de um conselho superior de administração Brasil-EUA,

¹⁵ - Organização cristã ecumênica internacional fundada em 1948 na Holanda e sediada em Genebra. Congrega mais de 340 igrejas e denominações, englobando cerca de 500 milhões de pessoas, em 120 países.

vigente entre 1966-1976, transitando para a criação da Fundação 02 de Julho, mantenedora até os dias de hoje do Colégio e da Faculdade homônimas.

Desde meados da década de 2000 a Fundação/Faculdade 02 de Julho promove anualmente a Conferência e o Prêmio Jaime Wright Promotores da Paz e dos Direitos Humanos, conferido a pessoas e entidades que contribuíram na sociedade brasileira para a promoção de uma cultura de paz e de valorização dos direitos humanos.

A partir de documentação particular doada pela família do Reverendo, a Fundação 02 de Julho encontra-se em fase de implementação do Centro Jaime Wright de Estudos, Pesquisa e Documentação em Direitos Humanos – CNEDHU, que pretende se transformar em referência nacional na temática.

Em 1995 Wright foi uma das onze personalidades brasileiras indicadas pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso para comporem o comitê para escolha do vencedor do prêmio de direitos humanos do governo brasileiro.

Ao aceitar a indicação, entretanto não deixou de criticar o governo pela falta de empenho na aprovação congressual da lei que tipificava o crime de tortura, destacando ainda a resistência castrense ao projeto face ao envolvimento de setores das forças armadas na “guerra suja” durante a ditadura civil- militar brasileira.

Atualmente tramita na Câmara Federal brasileira o projeto de lei - PL nº 1836/2015 do Deputado Fábio Sousa, PSDB-GO, para “inscrição do nome de Jaime Néelson Wright no livro dos heróis da pátria e no panteão da liberdade e da democracia”¹⁶.

Concluindo, Leonardo Boff nos oferece um resumo do legado humanista de Wright, na plenitude de suas dimensões cristã e política:

O pastor Jaime Wright foi uma pessoa corajosa, que denunciou os torturadores, defendeu torturados e desaparecidos, recolhendo testemunhos sobre a tortura na ditadura militar, com outras pessoas que também arriscaram suas vidas para esse mesmo fim. Jaime Wright era movido por uma profunda fé. Acho que o caminho dele não era unicamente uma dimensão política, cívica. Era a partir da

¹⁶https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5B3E-DE7F2422ED8E973D8BC99549FFF1.proposicoesWebExterno1?codteor=1586836&filename=Avulso+-PL+1836/2015

fé cristã, juntamente com Dom Paulo Evaristo Arns, dizendo, os dois, que os opressores estavam tratando mal a imagem de Deus e o único caminho que temos de acesso a Deus é o ser humano. E quando violentamos e desfiguramos esse ser humano, nós perdemos a noção de Deus. Jaime será lembrado por isso. Dias atrás, numa sessão aberta da Comissão da Verdade, junto com representantes do Grupo Tortura Nunca Mais, ele foi reverenciado por sua importância nessa luta, ao não deixar que a verdade fosse afogada pela injustiça (DASILIO, 2012, p. 7-8).

Jaime Nelson Wright faleceu em 29 de maio de 1999, na cidade de Vitória do Espírito Santo, de infarto no miocárdio, aos 71 anos. Olhando retrospectivamente foram quase cinco décadas de uma trajetória de militância cristã ecumênica, com forte inclinação social e política, de opção pelos pobres.

Missionário, pastor, educador, jornalista, administrador, teólogo renovador do protestantismo brasileiro, ativista dos direitos humanos e defensor das liberdades democráticas. Uma vida de lutas contra a opressão, generosamente dedicada aos necessitados e perseguidos. O pastor dos torturados.

Referências

- ALÓ, Walter Angelo Fernandes. “Solidariedade não tem fronteiras: a trajetória do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos Para os Países do Cone Sul- CLAMOR (1978-1991). 2012. Disponível em: <http://jornadasesilios.fahce.unlp.edu.ar/>.
- ALÓ, Walter Angelo Fernandes. “Pastor dos bons e dos maus: o Cardeal Dom Eugênio Sales e a rede de proteção carioca aos exilados sul americanos durante as ditaduras de segurança nacional (1978 - 1982)”. 2016. Disponível em <http://jornadasesilios.fahce.unlp.edu.ar/>.
- ARNS, Paulo Evaristo, Dom. *Da esperança à utopia: Testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- BIEDEGAIN DE URÁN, A.M. *Nacionalismo, militarismo e dominação na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- COMBLIN, J. *A ideologia de segurança nacional: O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- D’ ARAÚJO, M. C. e CASTRO, C. *Democracia e forças armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- DASILIO, Derval. *Jaime Wright: o pastor dos torturados*. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2012.

- DINGES, J. *Os Anos do condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- FERNANDEZ, Jorge Christian. *Anclaos em Brasil: a presença argentina no rio Grande do Sul (1966-1989)*. 2011. Tese (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre.
- FICO, C. e FERREIRA, M.M. *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- GOMES, Paulo César. *Os Bispos Católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem (1971-1980)*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014
- LIMA, Samarone. *Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- MARIANO, N.C. *Montoneros no Brasil: terrorismo de estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - PUC, Porto Alegre.
- PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As Ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul; para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça*. Porto Alegre: Corag, 2006.
- QUADRAT, Samantha Viz (Org). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- _____ - *Caminhos e Descaminhos do Exílio Argentino no Brasil*. NEC/UFF, Niterói. 2006.
- RAFFO, J. C. A. *Meditacion del Exilio*. Buenos Aires: Editorial Nueva América, 1985.
- REIS FILHO, Daniel Aarão (Org). *À Sombra das ditaduras: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Mauad X. 2014.
- RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. “As redes políticas de solidariedade na América Latina”. In: *Revista Tempo & Argumento*. Florianópolis, volume 8, número 17. Janeiro/abril de 2016.
- ROCHA, Jan. *Solidariedade não tem fronteiras: a história do Grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras sul americanas e denunciou o plano condor*. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2018.
- ROLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record. 1999.
- SANJURJO, L. L. *Narrativas do exílio argentino no Brasil: nação, memória e identidades*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - UNICAMP, Campinas.
- SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SORBILLE, Rosana Núbia. *No olvidamos, no perdonamos, no reconciliamos; a constituição e atuação das organizações de familiares de desaparecidos políticos na Argentina e Brasil (1973-1975)*. 2002. Tese (Doutorado em História). USP/PROLAM, São Paulo.

WRIGHT, Delora Jan. *O Coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes. 1993.

Periódicos

-*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06/1979; 05/2000 e 07/2012; *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 03/2008 ; *Revista Carta Capital*, 18/10/13- www.cartacapital.com.br/revista ; *Revista Historia Viva*. Temas brasileiros-Igreja. www.historiaviva.com.br

Vídeos

Arquidiocese do RJ. 15/07/12. <https://www.youtube.com/watch?v=vh292BNsNU0>

Refugiados políticos. 09/2010. <https://www.youtube.com/watch?v=UkGsQcL8T8E>

Documentário “*Muros e Pontes: memória protestante na ditadura*”, 2014. <https://www.youtube.com/watch?v=ycWCn7qAOo4&t=131s>

Audiência Pública – Comissão da Verdade, Espírito Santo. Depoimento de Anita Wright. 2014. https://www.youtube.com/watch?v=Gns_h6ECk9A

Sites

www.ipu.org.br

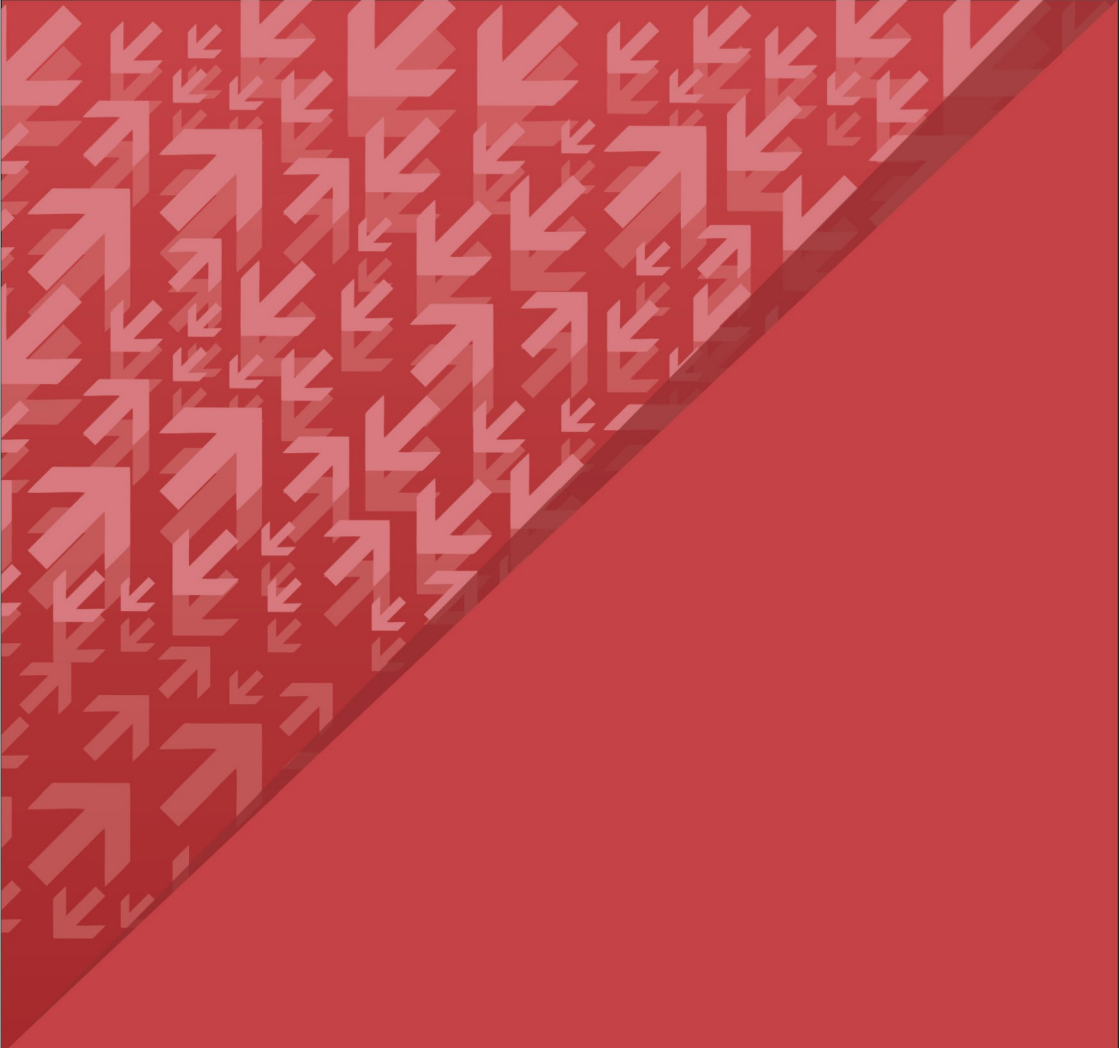
Entrevistas

-Júlio César A. Raffo, argentino, advogado, professor, ex assessor do ACNUR-RJ e exilado no Rio de Janeiro entre 1976 e 1984. Depoimento via e-mail em 06/06/2014.

-Cândido Feliciano da Ponte Neto, Procurador da Arquidiocese do Rio de Janeiro e Diretor da Cáritas Arquidiocesana, Rio de Janeiro, 19 de julho de 2016.

-Anita Wright, filha de Jaime Wright. Rio de Janeiro, 06 de maio de 2018.

-Jan Rocha, inglesa, jornalista, uma das fundadoras do Grupo CLAMOR. São Paulo, 08 de maio de 2018



PARTE 2

INTELECTUAIS E IDEIAS EM TRÂNSITO

PARA UMA HISTÓRIA POLÍTICA DA AÇÃO INSTITUCIONAL DOS INTELLECTUAIS DO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB) (1955-1964).

João Alberto da Costa Pinto

Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás

A comunicação propõe uma rápida notícia de pesquisa que desenvolvo sobre uma história político-intelectual do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) considerando toda a sua existência histórico-institucional (1955-1964). A pesquisa em andamento resulta de conclusões parciais e hipóteses levantadas no meu doutoramento e numa série de publicações que venho apresentando centradas em Nelson Werneck Sodré, na sua trajetória intelectual, especialmente na sua prática teórico-política como *isebiano* histórico¹ e agora desenvolvidas no estágio de pós-doutorado que realizo no Instituto de História da UFRJ².

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi uma instituição cultural de expressiva importância e repercussão no Brasil do período 1955-1964. Configurou-se a princípio como uma escola de altos estudos para os gestores-tecnocratas brasileiros, mas na processualidade das contradições das suas práticas institucionais foi muito além disso, tornando-se um dos principais cenáculos da intelligentsia de esquerda na cultura brasileira. Ainda se mantém a emblemática e já clássica definição de Caio Navarro de Toledo de o ISEB ter sido uma *fábrica de ideologias* para gestores (1997). E quase sempre, como também fez Toledo, a maioria dos estudos circunscrevem o ISEB à historicidade inicial, ao período que vai de 1955 a 1961, quando da renúncia do presidente Jânio Quadros e na sequência, o golpe do parlamentarismo contra o vice-presidente João Goulart. O período do segundo semestre de 1961 ao momento da sua destruição em abril de 1964 é

¹ Como partes derivadas da tese e referentes a Nelson Werneck Sodré, publiquei três capítulos de livros, dois artigos em revistas e um verbete de dicionário (vide bibliografia).

² Sob a supervisão do professor Renato Lemos.

mencionado, mas ainda pouco sistematizado analiticamente. Nesse outro período, temos um ISEB em evidente e definitiva rotação ao campo da esquerda nacionalista. Se Roland Corbisier, Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe foram os protagonistas iniciais (mesmo que com grandes diferenças ideológicas; Ramos e Jaguaribe saíram do instituto em 1959), a virada à esquerda terá em Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto seus grandes protagonistas. Com eles, a partir de 1961, alguns outros nomes também se fizeram presentes nos trabalhos internos da instituição (ou como professores ou como assistentes de professores), desses, destaco: José Américo Motta Pessanha, Carlos Estevam Martins, Helga Hoffmann e Wanderley Guilherme dos Santos. Na conjuntura de 1963-1964, quando o governo brasileiro propunha as “reformas de base”, o ISEB conectou-se a um radicalismo político de evidentes tintas marxistas heterodoxas, especialmente com Carlos Estevam Martins e Wanderley Guilherme dos Santos. Tenho como hipótese que com estes dois intelectuais o ISEB esgarçou os limites do máximo de consciência possível do nacionalismo reformista para apontar alternativas marxistas centradas no conflito de classes, proposições que sugeriam práticas anticapitalistas, perspectiva essa que levou Nelson Werneck Sodré a criticar em primeira hora essa radicalidade com a publicação de alguns artigos na grande imprensa, nesse sentido houve no ISEB, especialmente a partir de 1963, uma marca disruptiva ao campo da esquerda nacionalista com a esquerda marxista que teve nos trabalhos de Estevam Martins a principal marca teórico-ideológica³.

Desenvolvo uma montagem analítica das concepções teórico-políticas dos principais articuladores (intelectuais-gestores) do instituto, isto é, um estudo sistemático sobre a produção intelectual e intervenções políticas de Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Álvaro Vieira Pinto, Carlos Estevam Martins e Wanderley Guilherme dos Santos⁴. Esses foram os principais articuladores e protagonistas institucionais do ISEB⁵. Ao lado deles uma série de outros personagens tiveram seus percursos

³ Especialmente com a publicação do seu livro – *Introdução às contradições históricas do Brasil* (1963), o último livro publicado sob a chancela editorial do ISEB.

⁴ Informações gerais sobre os percursos institucionais dos personagens citados podem ser encontrados em VALE (2006, especialmente no capítulo 01, p. 27-66); e em GOMES (2012, capítulo 02, p. 57-91).

⁵ Dos trabalhos dedicados à integralidade do processo histórico-institucional do ISEB, destaco os estudos de ABREU (2007), GOMES (2012), PEREIRA (2002), TOLEDO (1997) e VALE (2006). Sobre as trajetórias

agregados conjuntamente ao ISEB, com rápidas passagens e que também merecerão a nossa atenção porque com essas intervenções muitas questões de ordem política ressalvam-se e explicam-se como resultado histórico para o percurso estrutural da instituição. Entre outros, destaco, por exemplo: Roberto Campos, Cândido Mendes e José Américo Motta Pessanha, com eles a determinação institucional se mostrou episódica, circunstancial. Os demais foram marcados como isebianos históricos, mesmo que não estivessem envolvidos com o percurso histórico integral da instituição. Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto foram os únicos que se envolveram com a instituição da sua fundação em agosto de 1955 à sua destruição e extinção em abril de 1964.

Estou de acordo com os argumentos de TOLEDO (1997) e de FRANCO (1978) quando afirmam que o grande debate nacional sobre o sentido ideológico do desenvolvimento capitalista nacional foi o principal eixo mobilizador da intelligentsia isebiana. Contudo, penso que as contradições do grupo em várias conjunturas internas (especialmente a de fins de 1958⁶, as do período de 1959 a 1962⁷, a de 1962⁸ e a de fins de 1963⁹) e suas consequências políticas devidamente descritas e analisadas propõem uma caracterização

individuais dos isebianos, destaco, sobre Álvaro Vieira Pinto, o excelente livro de CÔRTEZ (2003), além dos trabalhos de CAMPOS (2011), FREITAS (1998) e ROUX (1990). Sobre Guerreiro Ramos, destaco: OLIVEIRA (1995), ABRANCHES (2006), BARIANE (2011), MAIA (2012) e SOUZA (2009). Sobre Roland Corbisier (CASTANHO, 1993). Sobre Nelson Werneck Sodré, destaco: CUNHA & CABRAL (2011) e SILVA (Org. [2008]), TOLEDO (2001). Sobre Hélio Jaguaribe, destaco: LOVATTO (2010). Sobre Carlos Estevam Martins, destaco: TORRES (2011) e sobre Wanderley Guilherme dos Santos, destaco STEIN & SAPIA (2004).

⁶ O debate interno provocado pela publicação do livro de JAGUARIBE (1958) está integralmente reconstituído num dos volumes do IPM-481(ISEB) STM, o volume 15, das páginas 08 a 154.

⁷ Período marcado pela luta de Corbisier, Vieira Pinto e Sodré em manter o instituto funcionando e momento de aproximação institucional com o nacionalismo de bases populares da FPN, além dos amplos debates promovidos pela ADISEB pelo país.

⁸ Em 1962 evidenciou-se uma cisão “esquerdista” com a intervenção do isebiano Carlos Estevam Martins na organização junto à UNE, mas matizada conceitualmente das obras de Vieira Pinto e Werneck Sodré, do Centro Popular de Cultura (CPC), intervenção essa criticada de imediato como esquerdista por Sodré em dois artigos n’ *O Semanário* (edições de números 290 e 291 de 19 de julho [p. 09] e 26 de julho de 1962 [p. 09]).

⁹ No final do ano de 1963 o ISEB publicou o seu último livro, o livro de Wanderley Guilherme dos SANTOS (1963) que na sua essência radicalizava uma proposta marxista de revolução brasileira que ia muito além das perspectivas desenvolvimentistas ou nacional-reformadoras sugeridas pela tradição isebiana. Neste livro, o autor utilizando-se da historiografia sodreana e dos supostos teóricos de Álvaro Vieira Pinto procurava apresentar-se como o máximo de consciência possível da revolução marxista para além das contradições do capitalismo brasileiro, termo esse que acusava uma ruptura teórica no quadro ideológico dos nacionalismos isebianos e uma ruptura conceitual frente ao marxismo sodreano.

historiográfica da instituição para além de um sentido que ainda lhe é hoje comumente associado: o de ter sido uma “fábrica de ideologias”. Nesse sentido, a minha perspectiva de investigação vai de encontro à análise apresentada por ambos autores. Os trabalhos de Alzira Alves de ABREU (1984, 2005 e 2007) dão um quadro sinóptico explicativo bastante eficiente quando ao conjunto da processualidade interna da instituição, mesmo que a ênfase da análise reitere especialmente a cisão ocorrida em 1958/1959 (provocada pelos debates em torno do livro de Hélio Jaguaribe [1958]), a autora descreve o processo sem o uso de termos retoricamente desqualificadores tal como aparecem no argumento de Maria Sylvia de Carvalho Franco. E similar aos argumentos de Alzira Abreu também sugiro a hipótese de um ISEB marcadamente tecnocrático, um cenáculo de teóricos dos gestores-tecnocratas do capitalismo brasileiro (em seus vários matizes).

Junto aos milhares de páginas do IPM 481 (ISEB) tenho a fonte que me favorece para a partir do diálogo com os estudos de Abreu, Toledo e Franco na proposta de avançar na caracterização sistemática nas conjunturas indicadas e com essa organização crítico-analítica sobre a processualidade institucional do ISEB¹⁰ e elaborar uma história integral das institucionalidades das práticas teórico-políticas da intelligentsia isebiana.

O ISEB integrou um amplo universo de conexões institucionais. Ressalvo, entre outras possibilidades, estas conexões: a) a aproximação com seis estudantes do curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), recém-formados (em 1963) para a organização da coleção de livros didáticos *História Nova do Brasil* que com a chancela do MEC foi articulada e parcialmente desenvolvida em vários volumes sendo Nelson Werneck Sodré o seu principal organizador do grupo envolvido nesse projeto¹¹; b) reiterando o

¹⁰ O recorte cronológico mediado pelas circunstâncias de debates teórico-políticos conjunturais está inspirado nas descrições dos tempos históricos do ISEB apresentadas do Caio Navarro de TOLEDO (1997 [Anexo, p. 203-213]) e Alexandro Eugênio PEREIRA (In: TOLEDO [Org.] 2005, p. 253-260) e Alzira Alves ABREU (2007), ressalvo, no entanto, que essas particularidades conjunturais não foram desenvolvidas em análise detalhada por nenhum dos estudiosos da isebiana e tal lacuna está presente também no excelente livro de Fabrício Augusto Souza GOMES (2012) que enfatiza a documentação de militares *esguianos* produzida entre 1959 e 1961 contra o ISEB. O período posterior a 1961 é circunstanciado a breve descrição. As memórias de alguns dos personagens, especialmente as de Nelson Werneck Sodré, os depoimentos coligidos nas centenas de páginas do IPM-ISEB e outros mais recentes (especialmente aqueles envolvidos com o CPC e o Projeto História Nova) são fontes que cotejo com os materiais de imprensa encaminhando assim as possibilidades do estudo sistemático sobre a história institucional do instituto que venho desenvolvendo.

¹¹ Sobre o *Projeto História Nova do Brasil* consultar: PINTO, 2011a.

afirmado anteriormente, destaco a relação com o Centro Popular de Cultura (CPC) organizado no âmbito da União Nacional dos Estudantes (UNE), sendo o ISEB o seu principal irradiador institucional¹²; c) as relações com o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (entre outros sindicatos – como o dos Jornalistas, por exemplo), em cursos de extensão e como espaços de lançamento e divulgações dos livros que o ISEB publicava¹³; d) as relações dos professores do ISEB (especialmente Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto) com a Associação dos Diplomados do ISEB (ADISEB) na promoção de cursos e conferências em várias cidades do Brasil, locais em que se fundavam sucursais da ADISEB¹⁴; e) as relações (de assessoria) com a Frente Parlamentar Nacionalista¹⁵; f) e as relações com as editoras *Civilização Brasileira* e *Paz e Terra* (e em menor proporção com a Editora *Brasiliense*), principalmente quando da publicação da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, editada e publicada (com apoio do MEC) por Ênio Silveira (Editora Civilização Brasileira), essa coleção foi projetada e organizada por Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré¹⁶.

Conjuntamente à produção bibliográfica dos isebianos e das publicações feitas sob a chancela do ISEB, da imprensa através dos jornais *O Semanário*, *Tribuna da Imprensa*, *O Globo*, *Correio da Manhã*, além da Revista *Manchete*, são essenciais os trinta volumes do Inquérito Policial Militar nº 481 (IPM-ISEB) confeccionados ao longo de vários anos de inquéritos contra intelectuais isebianos e muitos outros no âmbito do Superior Tribunal Militar

¹² A conexão entre Oduvaldo Viana Filho e Carlos Estevam Martins em fins de 1961 caracteriza a relação do CPC/UNE com o ISEB. Consultar entre outros: BARCELLOS, 1994, p. 71-93; GARCIA, Miliandre, 2004, p. 127-162; e o depoimento de MARTINS, Carlos Estevam. História do CPC. In: *Arte em Revista*, Vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro, p. 77-82, março de 1980.

¹³ O lançamento dos livros de Nelson Werneck Sodré e demais professores do ISEB quase sempre se realizavam ou no Auditório Central do ISEB ou na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. A imprensa, especialmente os jornais *O Semanário* e *Última Hora*, sempre noticiavam e repercutiam tais ocasiões.

¹⁴ Além da cidade do Rio de Janeiro e Niterói outras cidades, como Porto Alegre, Curitiba e Vitória também tinham representações da ADISEB. O Jornal *O Semanário* por algum tempo manteve uma *Coluna da ADISEB* que noticiava os eventos promovidos pela entidade (ver por exemplo a chamada, na edição nº 271 [10 a 17 de agosto de 1961, p. 08], de título: “Pela sobrevivência do ISEB” quando é comentado o pedido de cinco milhões de cruzeiros de ajuda ao governo da Guanabara para a manutenção das atividades do ISEB). A ADISEB seguia um modelo institucional originado com a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Ambas associações eram prova incontestada das disputas ideológicas que tanto a ESG e o ISEB patrocinavam no debate público nacional.

¹⁵ Sobre a conexão dos isebianos com a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) consultar ABREU (2007).

¹⁶ Sobre os *Cadernos do Povo Brasileiro*, consultar LOVATTO (2010b).

(RJ). Nessa documentação encontram-se vastíssimos e detalhados depoimentos de dezenas de intelectuais que passaram ou estiveram diretamente envolvidos com a ação do ISEB ao longo da sua história. Nesses trinta volumes, o ISEB mostra-se por inteiro na sua estrutura de funcionamento.

Essa documentação conjuntamente com a produção bibliográfica dos intelectuais isebianos está perspectivada metodologicamente por uma orientação que se escuda no marxismo de Georges Lapassade, no que se refere à reflexão conceitual sobre grupos e instituições¹⁷, assim como no marxismo de Lucien Goldmann¹⁸ no que tange à perspectiva historiográfica de análise das estruturas de significados das concepções de mundo em disputa no interior do ISEB e externas contrárias ao ISEB, e ainda no marxismo de João Bernardo¹⁹ para uma caracterização teórico-metodológica do universo institucional dos Gestores como classe dominante capitalista em constituição histórica na expansão do processo produtivo capitalista articulado pelas institucionalidades do Estado Restrito (Poder público pensado como o espaço de atuação política do ISEB) e do Estado Amplo (Empresas privadas como espaço de ação política do capitalismo monopolista, onde, por exemplo, triunfaram ideologicamente o IPES e o IBAD). Em síntese: a investigação procura construir uma detalhada descrição da ação e contradições institucionais internas do ISEB (verbalizando os grupos em disputa, os grupos

¹⁷ De Georges Lapassade inspiro-me no seu trabalho clássico: *Grupos, organizações e instituições* (2016), especialmente nos capítulos: “As instituições e a prática institucional” (capítulo 04, p. 217-248) e “Dialética dos grupos, das organizações e das instituições” (capítulo 05, p. 249-284). Com Lapassade temos uma heurística clássica no marxismo contemporâneo (em diálogo com a matriz sartreana) para o estudo de instituições no capitalismo. Georges Lapassade é autor pouco utilizado pela historiografia das instituições, contudo, suas reflexões sobre burocracias e grupos em fusão auxiliam-me a perspectivar o ISEB como estrutura institucional do Estado brasileiro (Estado Restrito) no quadro governamental das Reformas de Base.

¹⁸ De Lucien Goldmann utilizo-me principalmente dos livros GOLDMANN (1984) e GOLDMANN (1972). Este autor marxista, hoje bastante esquecido, tem uma vigorosa reflexão teórico-conceitual no âmbito do marxismo lukacsiano que muito ajuda a entender, compreender e explicar os fatos culturais produzidos pela ação dos isebianos. Conceitos como: visão de mundo; máximo de consciência real; máximo de consciência possível; estruturas significativas e a totalidade como perspectiva historiográfica, mostram-se como ferramentas de grande utilidade.

¹⁹ Utilizo-me do marxismo de João BERNARDO (1991) quase que sistematicamente (especialmente no que se refere à estrutura conceitual da “democracia de mais-valia relativa” e “nacionalismos corporativistas”) e penso que o mesmo é perfeitamente coerente com as perspectivas de Lapassade e Goldmann. Sobre a teoria e a ação institucional dos gestores na organização do capitalismo, consultar dois pequenos artigos em que descrevo sinteticamente o modelo explicativo do marxismo bernardiano: ver PINTO (2011b) e PINTO (2013).

em constituição e formação de uma organização institucional sob perspectiva lapassadeana); uma detalhada análise dos significados ideológicos da produção intelectual dos isebianos e a consolidação de uma visão de mundo (em perspectiva goldmanniana) de capitalismo nacional corporativista direcionada e contraditada, a partir de 1963, por uma aposta política nacional-popular transformadora, igualmente corporativista, mas de cariz socialista; esta pesquisa vem tentando organizar uma detalhada descrição historiográfica que apresente as conexões externas do combate ideológico da intelligentsia nacionalista-reformadora propositora de um modelo capitalista autóctone, anti-imperialista (o debate ideológico da imprensa contra e/ou a favor do ISEB) e como síntese possível, uma análise historiográfica que perspetive como hipótese explicativa o ISEB como cenáculo ideológico de gestores-tecnocratas como classe dominante capitalista no sentido que o marxismo de João Bernardo sugere.

No ambiente do ISEB, o debate intelectual era múltiplo e transindividual, não havia uma matriz teórica unívoca e seguidores da mesma, o que havia era uma visão de mundo nacional-popular em formação com as suas estruturas de significado em consolidação. Desse modo, uma das indagações chave não saber que autor determinava ou influenciava mais, mas por que foram apropriadas naquele momento, determinadas teses agregadas à cultura nacionalista daquela conjuntura internacional que vivia acelerado processo político de autonomismos independentistas em África e Ásia. Entender o porquê do uso de tais estruturas explicativas é entender que a visão de mundo isebiana, centrada no máximo de consciência possível desenvolvido no debate interno e obras publicadas de Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto, Wanderley Guilherme dos Santos e Carlos Estevam Martins apontava para uma lógica de luta social que na conjuntura da Guerra Fria transcendia os limites internos do Brasil, circunscrevendo-a à lógica emancipacionista do ideário pan-africanista dos nacionalismos terceiro-mundistas, especialmente junto ao quadro ideológico internacional dos pan-africanismos, basta que consideremos, por exemplo, as intervenções ideológico-práticas de intelectuais como Albert Memmi, Franz Fanon, Amílcar Cabral, Kwame Nkrumah, Patrice Lumumba e a de Julius Neyerere, por exemplo.

O ISEB foi desde o início organizado para ser um instrumento institucional de coordenação e sistematização do conhecimento na formação de quadros nacionalistas para a gestão tecnocrática das instituições capitalistas brasileiras. Reitere-se que uma das práticas institucionais iniciais do ISEB foi a de prestar assessoria ao governo Juscelino Kubitschek e tal propósito manteve-se nas conjunturas seguintes, por exemplo, quando Álvaro Vieira Pinto, na condição de diretor da instituição prestou assessoria direta ao Primeiro-Ministro Brochado da Rocha em 1961²⁰ e nos trabalhos de assessoria junto à Frente Parlamentar Nacionalista. O ISEB enquanto instituição governamental agregadora de uma *intelligentsia* composta em vários matizes, determinado como já afirmado, por contextos de grande polarização ideológica, sempre esteve organizado para pensar o destino do Brasil no mundo. O sentido histórico do ISEB sempre foi o de apresentar alternativas ao desenvolvimento nacional. Mas também foi muito mais do que isso.

Conforme a sua definição estatutária, o ISEB era fundamentalmente um centro de estudos e que após 1958 transcendeu essa “limitação” e passou também a exercer de maneira progressiva uma grande influência sobre a sociedade civil quando passou a promover, entre outras práticas, “cursos para sindicalistas, para os militares nacionalistas e, principalmente, para os estudantes em busca de uma ciência social mais engajada do que a ensinada nas universidades” (PECAUT, 1990, p. 112). Hélio Jaguaribe em breves considerações sobre o ISEB afirma que o instituto inicialmente “se dedicava a um intento de análise estrutural-econômica, social, cultural e política da realidade brasileira, com o propósito de estabelecer os fundamentos de uma política de desenvolvimento nacional” (JAGUARIBE, 1979, p. 96). Tal propósito teórico tinha como corolário uma práxis política, isto é, “contribuir para a formulação de uma ideologia (...) adequada à mobilização da sociedade brasileira para os esforços necessários à realização do projeto de desenvolvimento nacional” (JAGUARIBE, 1979, p. 96). A ideologia em questão era o nacional-desenvolvimentismo.

²⁰ Nas páginas do jornal *Última Hora* encontram-se notícias sobre essa assessoria, além de se informar a possibilidade de Vieira Pinto em assumir o Ministério da Educação e Cultura (Consultar, respectivamente, as edições do *Última Hora* de 02 de agosto de 1962, p. 05 e de 11 de janeiro de 1963, p. 03). Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Jaguaribe afirma ainda que até 1958 o ISEB manteve uma postura “teorizante e problematizante”, e que posteriormente, com a influência predominante de intelectuais como Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, tal postura foi desviada para atividades mais militantes e menos teóricas. O nível de radicalização que assume o ISEB, principalmente após 1960, leva-o na direção, conforme Jaguaribe, de um “socialismo populista”. Em linhas gerais, afirma, o ISEB de uma posição inicial de centro-esquerda, que “por razões empírico-pragmáticas”, considerava que a condução do projeto nacional desenvolvimentista “caberia necessariamente à burguesia nacional”, acabou por caminhar com sua radicalização a uma posição “radical-populista” (JAGUARIBE, 1979, p. 97)

Muito sucintamente e retomando parcialmente algumas considerações que desenvolvi noutros textos aqui indicados, limito-me a observar que em alguns dos textos produzidos quando dos primeiros cursos regulares (no ano de 1956, por exemplo), aquilo que Jaguaribe chama de “radical-populista” (que para ele só se desenvolvera após 1960) já era endossado textualmente. Veja-se, por exemplo, o importante documento que é a conferência inaugural do curso regular de Filosofia do ano letivo de 1956, apresentada por Álvaro Vieira PINTO: *Ideologia e Desenvolvimento Nacional* (1960) Nesse texto não se encontra matizada a burguesia nacional, em específico, como o agente motriz da revolução brasileira em andamento. Ali, Vieira Pinto, elege as massas populares como o verdadeiro agente transformador. Fala da consciência popular como o elemento de autenticidade organizadora da real consciência nacional. O pensamento brasileiro dos novos tempos deveria ser autêntico, ideologicamente positivo, isto é, não corresponder a interesses específicos de classe ou a demandas de intelectuais alienados daquilo que chama de “comunidade nacional”. Vieira Pinto insiste que a “ideologia do desenvolvimento” para se consagrar como fato ideológico autêntico deveria antes de tudo ser “função da consciência das massas”, “o povo” é que deveria enunciar a consciência nacional. “O povo”, através de suas escolhas (seu voto) é que deveria escolher “aqueles” que se apresentarão historicamente como os “agentes” propositores das transformações necessárias. É aí que se definiria o papel do ISEB, o de ser um instrumento de aprendizagem geral para essas escolhas (se corretas ou não, pouco importa ao autor, o que lhe interessava é

que os atos de escolha através de eleições – por erro e acerto, desenvolveriam a consciência geral das massas). A função do ISEB seria então, historicamente processual, isto é, seria uma instituição que se definiria a partir da permanente investigação sobre o desenvolvimento histórico nacional, investigação essa que seria sempre ideologicamente positiva (porque partiria de carecimentos apontados pela demanda popular e não mais pelas vicissitudes específicas da vontade particular de cada intelectual – como sempre acontecera na história intelectual do país, segundo Vieira Pinto). Ideologicamente positiva porque trataria da *verdade* nacional, já que naquele momento de inserção histórica das massas populares no processo histórico nacional, e o ISEB sendo um dos alicerces institucionais dessa inserção, naquele momento, rompia-se com a alienação imposta do atraso colonial. O povo assumia-se em sujeito da História. A ruptura com o estatuto colonial da nação, negava ao povo, de maneira consciente, o estatuto de um povo entendido apenas como objeto histórico, visto sempre pela “consciência de outrem” (os intelectuais de antes do processo da revolução brasileira) (PINTO, 1960).

Estes termos de Vieira Pinto asseveravam estruturas de significado teórico-prático que também apareciam na obra de Nelson Werneck Sodré e na de Roland Corbisier. Desde o início, portanto, de funcionamento do Instituto, já se percebia a “radicalidade” a que Hélio Jaguaribe diz ter só aparecido após 1960. Após 1960, tal radicalidade será, isto sim, *hegemônica*, principalmente após 1962 (quando o ISEB terá em Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Estevam Martins e Wanderley Guilherme seus principais personagens).

Os isebianos, como afirma Renato ORTIZ (1994), na sua essência, sempre manifestaram uma natureza propositiva, para eles, a intervenção dos intelectuais sempre significava um vir a ser, daí “privilegiarem a história a ser feita”, “a ação social” (1994, p. 46). E mais, a nação brasileira não era algo a se encontrar no futuro, “pelo contrário, a existência de uma sociedade civil atesta que ela é uma realidade presente, mas que não se encontra ainda plenamente desenvolvida” (1994, p. 65). Os termos de Ortiz coincidem com os argumentos de Roland Corbisier quando afirmava em 1957 que o ISEB era “um instituto de luta, de combate” porque seus intelectuais estavam “empenhados na liquidação do colonialismo” (CORBISIER, 1978, p. 273). A argumentação de Renato Ortiz parece-me mais equilibrada e coerente do que a

crítica, ainda que metodologicamente correta, mas exagerada, senão equivocada na sua perspectiva, que Maria Sylvania Carvalho FRANCO (1978) imputa ao ISEB como uma emblemática fábrica de ideologias em “tempos de ilusões”²¹. Exceto pelos trabalhos de Alzira ABREU (especialmente o texto de 2007), de Caio Navarro de TOLEDO (1997), de Alexsandro PEREIRA (2002) e o de Fabrício Augusto Souza GOMES (2012), o que predomina na historiografia são estudos monográficos sobre alguns dos isebianos.

O ISEB foi criado por decreto do Presidente João Café Filho (o de n. 37.608, publicado no dia 14 de julho de 1955, decreto que atendeu de imediato a Exposição de Motivos n. 627, apresentada no dia anterior ao Presidente pelo Ministro da Educação, Cândido Mota Filho. Semanas depois, foi escolhida a sede do instituto na rua das Palmeiras, n. 55, no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro.

Sobre o ISEB uma reportagem de Adirson Barros na revista *Manchete*²², apresenta-se como valioso documento pela descrição da instituição nas suas dependências físicas assim como nalgumas de suas práticas teórico-práticas. O ISEB é definido como “um órgão de cúpula, afastado das massas, uma elite entre aspas, que não é importante” (BARROS, 1958, p. 76). E para “comprovar” essa *acusação*, a reportagem cita trecho de texto publicado na revista do IBESP (o instituto que antecederá o ISEB e que fora organizado quase que por todos aqueles que o vieram a fundar), a revista *Cadernos do*

²¹ A autora é quem prefacia o livro clássico de Toledo e desse prefácio elaborou extenso ensaio no qual analisa algumas das principais obras de isebianos históricos, especialmente a obra de Álvaro Vieira Pinto. Este ensaio: “O tempo das ilusões” compõe o livro – CHAUI & FRANCO (1978), p. 151-209. Este texto assevera a tese geral de Toledo, mas desenvolve uma análise, especialmente junto à obra de Vieira Pinto, que me parece reducionista e francamente maniqueísta, quando reduz o pensamento isebiano em geral à marca do logro ideológico imputando à instituição uma marca não científica nas suas práticas intelectuais denotando ao leitor o termo de que tal ciência exigida só poderia ser contemporânea da Universidade, local de onde parte a sua crítica ao ISEB. Com uma análise cheia de termos retóricos desqualificadores dos trabalhos dos intelectuais isebianos, a autora pode até acertar na crítica pelo atacado, mas erra grosseiramente na crítica pelo varejo. Caio Navarro de Toledo manteve a sua perspectiva inicial em publicações mais recentes (vide bibliografia), mas tem reelaborado a sua perspectiva geral sobre a totalidade do processo histórico do ISEB, adensando analiticamente o estudo de outras obras e trajetórias não trabalhadas sistematicamente no seu livro clássico (onde a ênfase analítica circunstanciou-se à produção isebiana de 1956 a 1960), caso, por exemplo, do estudo que dedica a Nelson Werneck Sodré. Ver TOLEDO (2001). Uma excelente descrição das implicações teóricas das críticas imputadas ao ISEB pelo livro de Toledo e o ensaio de Carvalho Franco é aquela apresentada por Norma CÔRTEZ no primeiro capítulo do seu livro *Esperança e Democracia*. As ideias de Álvaro Vieira Pinto (2003).

²² BARROS (1958). Recupero nos próximos parágrafos trechos do capítulo: “O ISEB por ele mesmo”, que publiquei como capítulo no livro: MENDONÇA, S. R. de (Org.). *Estado e historiografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFF / FAPERJ, 2006, p. 323-342.

Nosso Tempo, dessa revista retirou-se a seguinte “confissão” dos então “pré-isebianos”: “nosso plano é a infiltração lenta e progressiva na administração pública, até controlar os pontos chave. Então transformaremos o país” (Idem, p. 76). Logo a seguir, sem citar a autoria da informação, a reportagem, entre aspas, faz referência a uma contundente acusação ao ISEB, a de que os professores ali especializam-se em “preparar ideologias” para o governo e “fórmulas jurídicas para golpes de Estado” (Ibidem, p. 76).

Nas suas memórias, Nelson Werneck SODRÉ (1992 e 1994) lista um sem número de exemplos das críticas lançadas ao ISEB pela “ofensiva reacionária” daqueles que se afrontavam com o nacionalismo da instituição e nessa lista, também está arrolada a revista *Manchete*, que, conforme o autor, tratava-se de uma das publicações que mais se esmerou em iluminar o cenário conspirativo anti-isebiano. Voltando à reportagem em questão, esse tom conspirativo apresenta-se já pelo título da matéria: “*O mistério da nona mansão*”. Junto ao título, uma foto de duas páginas onde se vê à janela, Guerreiro Ramos conversando ao telefone, está apoiado no parapeito da janela, mas com uma das persianas à sua frente, protegendo-o do sol, uma imagem que corroborava o tom conspiratório que a crítica vinha impondo ao ISEB. Esse tom evidencia-se mais ainda nesta descrição do grupo de professores do ISEB, quando afirma que: “(...) eles não gostam de dar entrevistas. Agem discretamente, sigilosamente, e só deixam o velho casarão da rua das Palmeiras para realizar conferências, no Rio ou nos outros Estados, quando são convidados” (BARROS, 1958, p. 76). A caracterização de uma instituição administrada por um grupo de conspiradores profissionais.

Perguntado sobre o público que frequentava o instituto, a reportagem ouviu de Nelson Werneck Sodré que o ISEB “não pergunta ao professor ou ao estagiário sua ideologia”, as qualidades do público “seriam avaliadas numa entrevista do aluno com o professor, e exemplificando o procedimento, Sodré lembra-se de Carlos Lacerda (“um dos inimigos” do ISEB”, conforme a reportagem) para afirmar: “Não seria nem estagiário, porque não tem qualidades intelectuais” (Idem, p. 76). De Guerreiro Ramos, ao ser questionado sobre quais os compromissos institucionais com as classes sociais que promoveriam o desenvolvimento do país, a reportagem obteve esta

enfática resposta: “não fazemos o jogo dessas classes. Elas é que fazem o nosso jogo” (Ibidem, p. 76).

Vistas assim, essas “respostas” enfatizavam ainda mais o tom conspiratório montado pela reportagem. Em 1958, portanto, já era explícita a marca do confronto político contra o ISEB. E isso acontecendo antes “vazar” para o público em geral, através da imprensa, os fatos políticos internos surgidos com grande alarde em dezembro de 1958, provocados pela publicação do livro de Hélio Jaguaribe *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira* (1958) publicação, como já afirmei, que provocou aquela que foi a maior cisão política na história da instituição. Acontecimentos que provocaram a saída, em março de 1959, de Hélio Jaguaribe, e, logo a seguir, também a saída de Guerreiro Ramos, o responsável direto pelas críticas ao livro de Jaguaribe. O caso Jaguaribe acabou por ter grande repercussão e em vários órgãos da imprensa carioca, contrários ao ISEB, ampliou o coro das críticas. Nelson Werneck Sodré foi o único iseibiano a enfrentar esses ataques na imprensa através de sua coluna no jornal *Última Hora*. Com base na transcrição das notas taquigráficas do debate de 19 de dezembro de 1958 (presentes nas páginas 08 a 154 do volume 15 do IPM 481 (ISEB) organizo uma análise desse que foi o primeiro grande momento de ruptura ideológica e política da instituição.

Por causa dos acontecimentos de 1958 e pela saída de dois dos fundadores do Instituto, no ano de 1959, no mês de abril, foi aprovada, por decreto presidencial uma reformulação estatutária que deu mais autonomia de ação política e pedagógica ao ISEB, um triunfo político de Roland Corbisier junto ao MEC já que tinha sido derrotado na sua explícita demanda contra a presença de Hélio Jaguaribe. Segundo Roland Corbisier, a partir de 1959, o ISEB tornou-se “um organismo dedicado a participar do que poderíamos denominar precisamente: a revolução nacional brasileira” (Apud PÉCAUT, 1990, p. 112). Em suma, o ISEB a partir dessa data assumia posição de crescente radicalismo nacionalista frente a posições políticas também radicais que se antepunham ao movimento nacionalista e acompanhariam, posteriormente, o golpe militar de 1964.

Nelson Werneck Sodré num de seus livros, ao comentar a perspectiva analítica de Caio Navarro de TOLEDO (1997), referindo-se as possibilidades de estudos historiográficos sobre o ISEB, numa breve reflexão de ordem

metodológica, ali afirmou que “(...) a instituição foi planejada a partir de determinada intenção, segundo determinado projeto”, mas que “na realidade, partindo desse projeto, resultou, através de sucessivas mudanças, em coisa muito diversa”. E indaga o autor: “Qual a verdade sobre ela – a do projeto, a de uma das etapas dessa mudança?” E conclui: “A verdade sobre a instituição só pode surgir de sua história. Isto significa que sem historicidade não existe representação do real (SODRÉ, 1987, p. 79). Essa perspectiva mantém-se permanentemente válida.

Referências

- ABRANCHES, A. M. *Nacionalismo e democracia no pensamento de Guerreiro Ramos*. 2006, 198f., Tese (Doutorado), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro.
- ABREU, A. A. *Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)*. In: FERREIRA, J. & REIS, D. A. (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ABREU, A. A. A ação política dos intelectuais do ISEB. In: TOLEDO, C. N. de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.
- ABREU, A. A. de & BELOCH, I. (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983* (2o. vol.). Rio de Janeiro: Forense Universitária / FGV / CPDOC / FINEP, 1984 (verbete: Instituto Superior de Estudos Brasileiros [ISEB], p. 1617 - 1919).
- BARCELLOS, J. *CPC da UNE: Uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- BARIANI JÚNIOR, E. *Guerreiro Ramos e a redução sociológica*. Capitalismo e sociologia no Brasil. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.
- BARIANI JÚNIOR, E. *Uma intelligentsia nacional: grupo de Itatiaia, IBESP e os Cadernos de Nosso Tempo*. In Revista *Caderno CRH*, Vol. 18, nº 44, Salvador, UFBA, p. 249-256, 2005.
- BARIANI JÚNIOR, E. ISEB: Um recenseamento bibliográfico. In: *Revista Achegas.net*, nº 26, Rio de Janeiro, novembro / dezembro de 2005. www.achegas.net/numero/vinteeseis/anexo_bib_iseb_26.htm Acesso em 4.07.2018.
- BARROS, A. *O mistério da nona mansão*, Revista *Manchete*, nº 335, Rio de Janeiro, p. 72-76, 20 de setembro de 1958.

- BERLINCK, M. T. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas, SP: Papyrus, 1984.
- BERNARDO, J. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- CAMPOS, D. de M. *História e Projeto*. A filosofia e a trajetória de Álvaro Vieira Pinto no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1956-1964). 2011, Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás), Goiânia, 2011.
- CASTANHO, S. E. M. *Nasce a Nação*. Roland Corbisier, o nacionalismo e a teoria da cultura brasileira. 1993, 195f., Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, SP.
- CHAUÍ, M. & FRANCO, M. S. C. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra / CEDEC, 1978.
- CORBISIER, R. *Autobiografia Filosófica: das ideologias à teoria da práxis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CÔRTEZ, N. *Esperança e democracia: as ideias de Álvaro Vieira Pinto*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- CUNHA, P. R. da. *Um Olhar à Esquerda: A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan, São Paulo: FAPESP, 2002.
- CUNHA, P. R. da & CABRAL, F. (Orgs.). *Nelson Werneck Sodré entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora da UNESP / FAPESP, 2011.
- DEBERT, G. G. *O Desenvolvimento econômico acelerado no discurso populista*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 03, nº 08, Rio de Janeiro, p. 39-56, 1986.
- FREITAS, M. C. de. *Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama*. São Paulo: Cortez / USF / IFAN, 1998.
- GARCIA, M. A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). In: *Revista Brasileira de História*, Vol. 24, nº 47, São Paulo, p. 127-162, 2004.
- GOLDMANN, L. *Epistemologia e Filosofia política*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.
- GOLDMANN, L. *A Criação Cultural na Sociedade Moderna: Por uma Sociologia da Totalidade*. São Paulo: Difel, 1972.
- GONZALEZ, J. A. *Cultura, educação popular e transformação social nas formulações do MEC e do CPC (1961-1964)*. 2011, 135f., Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, SP.
- GUILHERME, W. *Quem dará o Golpe no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- GUILHERME, W. *Reforma contra reforma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

- GUILHERME, W. *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1963.
- JAGUARIBE, H. *ISEB: um breve depoimento e uma reapreciação crítica*. In *CADERNOS DE OPINIÃO*, n. 14, Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 94-110, 1979.
- LAPASSADE, G. *Grupos, organizações e instituições*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- LOVATTO, A. *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do Iseb*. São Paulo: Xamã Editora, 2010a.
- LOVATTO, A. *Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. 2010b, 385f., Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- LOVATTO, A. *Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Helga Hoffmann: presença feminina nos Cadernos do Povo Brasileiro nos anos 1960*. In: Revista *Mediações*, Vol. 14, nº 02, UEL, Londrina, PR, 2009. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4513> Acesso em 20.07.2018.
- MAIA, J. M. E. *Reputações à brasileira: o caso de Guerreiro Ramos*. In: Revista *Sociologia & Antropologia*, Volume 02, nº 04, Rio de Janeiro, outubro/dezembro, 2012. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752012000400265 Acesso em 12.06.2018.
- MARTINS, C. E. (Depoimento). *História do CPC*. In: *Arte em Revista*, Vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro, p. 77-82, março de 1980.
- OLIVEIRA, L. L. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.
- ORTIZ, R. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- ORTIZ, R. *Ciências Sociais e Trabalho Intelectual*. São Paulo: Olho d'água, 2002.
- PÉCAUT, D. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREIRA, A. E. *O ISEB na perspectiva do seu tempo: intelectuais, política e cultura no Brasil (1953-1964)*. 2002, 324f., Tese (Doutorado em História), FFLCH/USP, São Paulo.
- PINTO, Á. V. *Por que os ricos não fazem greve?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- PINTO, J. A. da C. *Os impasses da intelligentsia diante da revolução capitalista no Brasil: História e Política em Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré*. 2005a, 295f., Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.
- PINTO, J. A. da C. *Historiografia, projeto teórico e práticas institucionais*. Um estudo de caso: Nelson Werneck Sodré e o ISEB. In: MENDONÇA, S. R. de. *O Estado brasileiro: agências e agentes*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura / Editora da UFF, 2005b, p. 245-264.

- PINTO, J. A. da C. *O ISEB por ele mesmo*. In: MENDONÇA, S. R. de (Org.). *Estado e historiografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFF / FAPERJ, 2006, p. 323-342.
- PINTO, J. A. da C. *A origem e o sentido político do projeto História Nova do Brasil (1963-1965)*. In: CUNHA, P. R. da & CABRAL, F. (Orgs.). *Nelson Werneck Sodré entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora da UNESP / FAPESP, 2011a.
- PINTO, J. A. da C. *Sobre a identidade do intelectual na produção da sociedade capitalista*. In: *Revista UFG*, nº 10, Goiânia, p. 111-119, junho de 2011b. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/download/48362/23700>
- PINTO, J. A. da C. *O Estado e o poder de classe dos Gestores*. In: *Revista História & Perspectivas*, nº 48, Uberlândia, p. 191-214, janeiro-junho de 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/23322/12841>
- RAMOS, G. *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- RAMOS, G. *A Crise do Poder no Brasil* (problemas da revolução nacional brasileira). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- RODRIGO, L. M. *O Nacionalismo no pensamento filosófico: aventuras e desventuras da filosofia no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- SILVA, M. (Org.). *Nelson Werneck Sodré na Historiografia Brasileira*. Bauru, SP: EDUSC / FAPESP, 2001.
- SODRÉ, N. W. *Ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- SODRÉ, N. W. *A Fúria de Calibã: memórias do golpe de 64*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- SODRÉ, N. W. *História e Materialismo Histórico no Brasil*. São Paulo: Global, 1987.
- SOUZA, M. F. de. *Guerreiro Ramos e o desenvolvimento nacional*. Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2009.
- STEIN, L. de M. e SAPIA, R. *Ciências sociais e trajetória intelectual: entrevista com Wanderley Guilherme dos Santos*. In: *Revista Estudos de Sociologia*, nº 16, Araraquara, SP, p. 37-55, 2004.
- TOLEDO, C. N. de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. 2ª. Edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- TOLEDO, C. N. de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.
- TORRES, C. M. R. *Carlos Estevam Martins e a Arte Popular Revolucionária*. In: *ANAIS do V Congresso Internacional de História*, Universidade Estadual de Maringá, 2011. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/173.pdf> Acesso em 15.07.2018.

OS ORIENTADORES E A CONSTITUIÇÃO DE NICHOS HISTORIOGRÁFICOS COM PESQUISAS HISTÓRICAS DESENVOLVIDAS A PARTIR DE FONTES IMAGÉTICAS

Khyara Gabrielly Mendes Fontanini

Mestranda em História Cultural pela UNIFESP

Introdução

É certo que os pesquisadores universitários – que são ao mesmo tempo professores e orientadores – possuem eixos de pesquisa sobre os quais debruçam-se por toda uma carreira. Consequentemente, os orientandos que dirigem-se a estes pesquisadores e são escolhidos por eles possuem algo de semelhante em seus projetos de pesquisa ao do pesquisador. Seja afinidade por tema, período, assunto ou fonte de análise. Desta forma, criam-se configurações historiográficas que fazem parte da história da historiografia universitária brasileira.

Tendo isso em vista, este artigo tem por objetivo investigar quais são as configurações historiográficas presentes nos Programas de Pós-Graduação brasileiros em relação à utilização de objetos imagéticos como fonte histórica. Compreendendo onde ocorre com maior ou menor incidência e o porquê da criação ou não de tais nichos. Via de regra a existência de orientadores proeminentes na pesquisa com algum tipo imagético específico é o fator de maior diferenciação de alguns Programas, ou ainda a existência de linhas de pesquisa e grupos de estudo que privilegiam tais fontes.

Para tornar viável esta investigação foram escolhidas teses produzidas e defendidas nos Programas de Pós-Graduação em História da UFF, UFMG, UFRGS, UFRJ, UNICAMP e USP durante o período de 2007 a 2017, estabelecidas com vistas a alcançar a produção historiográfica mais atual. A delimitação de tais PPGH como universo de investigação explica-se por se

tratarem de Programas de excelência, que obtiveram notas entre 6 e 7 nas avaliações realizadas pela CAPES ao longo do período.¹ É importante notar que este critério não se pretende qualitativo *per se*: tal como no caso da periodização, ele busca ser um recorte manejável para a seleção das fontes; ao mesmo tempo, como os Departamentos de História das Universidades listadas são centros de referência historiográfica no país, sua produção pode ser tomada em termos do potencial de impacto na área como um todo.

A opção pelo recorte sobre a utilização de fonte imagética justifica-se, por sua vez, por se tratar de um campo de debate entre História e Imagem que vem se expandindo no Brasil. Observa-se a criação de laboratórios de pesquisa como o LEDI-UEL: Laboratório de Estudos da Imagem ou o NINFA-UFMG: Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Imagem. Além disso, a existência de linhas de pesquisa em diferentes Programas que privilegiam os estudos de Cultura Visual e a realização de simpósios temáticos ou sessões coordenadas nos mais diferentes eventos de História ou interdisciplinares, também se voltam para o estudo das imagens.

Ademais, uma preocupação de Peter Burke é um motivador para tal investigação e serviu de baliza para a escolha de um recorte temporal contemporâneo, leia-se:

Nos próximos anos, será interessante observar como os historiadores de uma geração exposta a computadores e televisão praticamente desde o nascimento, que sempre viveu num mundo saturado de imagens, vai enfocar a evidência visual em relação ao passado (BURKE, 2017, p. 23).

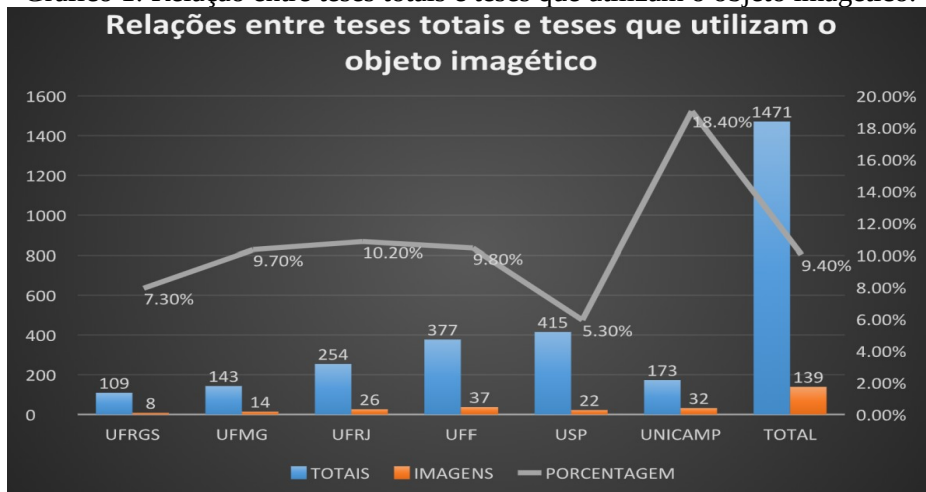
Em suma, 139 teses foram selecionadas como portadoras de análise imagética de um total de 1471 produções que foram defendidas entre 2007 e 2017 nos seis PPGH. Percentualmente, as teses que utilizam fontes imagéticas são 9,4% da produção total considerada. Tal número expressa o quanto esta modalidade está presente na historiografia brasileira recente, portanto deve ser compreendida e analisada.

¹ Disponível em <<http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2>>, acessado em 27/04/2018. Cabe notar que apenas dois Programas dentre os selecionados tiveram variação de nota no período: em 2007, a UFRGS possuía nota 5, depois subindo e mantendo-se com 6; já a UFRJ passou de 6 para 5 em 2017. Um caso e outro, contudo, não afeta o critério de seleção, por serem pontuais e também porque os respectivos Programas passaram a maior parte do período no estrato superior da avaliação.

Dados por Universidade

Conforme já mencionado, os PPGH escolhidos foram aqueles que obtiveram as melhores notas nas últimas quatro avaliações realizadas pela CAPES. O gráfico abaixo relaciona o total de teses produzidas em cada uma das Universidades ao longo dos 11 anos analisados e a quantidade destas que utilizaram imagens como fonte. Tem-se, portanto, os dados das seis Universidades e a quantidade total na última coluna horizontal. Já a linha verticalizada que transpassa o gráfico indica as porcentagens de cada Universidade do número de teses que utilizam o objeto imagético em relação ao total de teses da Universidade, bem como a porcentagem total.

Gráfico 1: Relação entre teses totais e teses que utilizam o objeto imagético.



O gráfico permite perceber que em ordem crescente de produções totais nos 11 anos os PPGH da UFRGS e da UFMG são os com menor número de produções totais. Já os da USP e da UFF são o de maior produção. Uma hipótese possível para tal fato vem a ser o tempo de existência de cada Programa. Os dois primeiros citados passaram a oferecer os cursos de Doutorado em 1995 e 2000, respectivamente. Já os dois últimos são mais

antigos, a USP possui teses em História desde os anos 40 e foi credenciada pela CAPES em 1971, a UFF por sua vez deu início ao Doutorado em 1985². O maior tempo de trabalho possibilita a ampliação dos Programas, que adquirem maior porte e financiamento, oferecendo mais vagas e garantindo a permanência de mais alunos.

Contudo, a ordem de maior produção total não é igual à de maior produção, utilizando o objeto imagético como fonte. O exemplo demonstrado no gráfico percentual entre a USP e a UNICAMP é o exemplo mais agudo desta diferença. Em se tratando de números absolutos a ordem crescente de teses que utilizam imagens como fonte seria UFRGS- 8; UFMG- 14; USP- 22; UFRJ- 26; UNICAMP- 32 e UFF- 37. No entanto, este ainda não se constitui no índice de impacto mais interessante.

A linha verticalizada das porcentagens é que demonstra dados mais relevantes. Consideremos sete pontos principais: o das Universidades e a porcentagem do total. Em ordem crescente de porcentagens teríamos: USP; UFRGS; *Total*; *UFMG*; *UFF*; *UFRJ* e UNICAMP. Os quatro nomes destacados em *itálico* correspondem a um índice de estabilidade dentre a frequência percentual, ou seja, os três Programas das Universidades e o Total possuem um índice percentual de trabalhos que utilizam imagens como fonte histórica em relação ao total de sua produção que varia entre 9 e 10%. Democráticamente, pode-se afirmar que o índice geral de produção de teses com estes objetos beira os 10% nos diversos Programas de Pós-Graduação. Reforçando este número, tem-se que nos mesmos Programas de Pós-Graduação o número percentual total de dissertações de Mestrado que utilizam o objeto imagético como fonte é de 10,36%.³

Já os três que não estão em *itálico* são os que apresentam números que destoam da variação de 9 a 10%. A USP é a que possui o menor percentual com apenas 5,3%, seguida pela UFRGS com 7,3%. Já a UNICAMP tem um percentual altíssimo, que difere-a exorbitantemente das outras, sendo que 18,4 % da sua produção volta-se para o objeto imagético. Investigando a causa de tais fenômenos, pode-se constatar que pelo menos dois fatores contribuíram para tais índices: a presença ou não de Orientadores renomados em relação ao

² UNICAMP- início do Doutorado na década de 80 (não especificado pelo site do Programa). UFRJ - início do Doutorado em 1983.

³ 223 de 2152 dissertações.

uso da análise imagética; bem como a expressividade de linhas de pesquisa que privilegiem tais objetos.

No caso da UNICAMP fica evidente que a existência da linha de pesquisa História da Arte é o catalizador dos trabalhos com análise imagética, usando principalmente a análise de quadros/pinturas, adiante a linha ainda se subdivide em três vertentes⁴, fato que amplia ainda mais as possibilidades de pesquisa. No entanto, não somente esta, mas também outras linhas são expressivas, como a de História Cultural e suas diferentes subdivisões e dentro da linha Política, Memória e Cidade a vertente Cultura Visual, História Intelectual e Patrimônio.

Em relação aos Orientadores da UNICAMP é notavelmente relevante a contribuição do Prof. Dr. Jorge Coli, pois dentre as 32 teses selecionadas, 7 foram orientadas por ele. Todas estão temporalmente circunscritas aos séculos XIX e XX, a maioria discute quadros/pinturas relevantes nacionalmente e internacionalmente, mas ainda pode-se encontrar pesquisas sobre paisagens no cinema e muralismo em suas orientações. Seguidamente, outros dois Orientadores são de destaque: a Dr^a Claudia Valladão de Mattos e o Dr. Luiz César Marques Filho. É interessante notar que a UNICAMP possui o Programa com maior número de Orientadores que mediarão mais que um trabalho com análise imagética, dentre as 32 pesquisas selecionadas há 15 Orientadores diferentes, sendo que 9 deles acompanharam mais de um trabalho. Nos outros Programas analisados o mérito da produção recai, geralmente, em apenas um ou dois Orientadores, enquanto os outros orientaram apenas um trabalho. Na UNICAMP, a produção é menos concentrada e mais recorrente para cada Orientador.

Um exemplo antagônico é apresentado pelo Programa da USP, conforme já mencionado, o Programa possui o menor percentual de produção de pesquisas que têm por fonte o objeto imagético. Uma hipótese factível para explicar essa situação é que não há no Programa um Orientador expoente nesta prática, para as 22 teses selecionadas há 15 Orientadores diferentes, 7 deles orientaram duas pesquisas, o restante apenas uma. Analisando estas teses é possível definir que os Orientadores não eram especialistas em análise de algum tipo

⁴ Diga-se: Estudo das Tradições Clássicas; Questões de Arte Moderna e Contemporânea; Questões de Arte Não-Europeia.

imagético específico, mas sim especialistas no tema ou no período que em que a fonte se enquadra.

No Programa da UFRGS, onde o porcentual também é menor que da média geral, o mesmo padrão que ocorre na USP pode ser observado, porém em menor escala. A UFRGS não dispõe de um especialista ligado aos objetos imagéticos, desta forma mesmo que o Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazelli tenha orientado três dos oito trabalhos selecionados neste Programa, os temas tratam de três⁵ objetos imagéticos distintos, que se ligam pelos assuntos às pesquisas já desenvolvidas por ele. No entanto, espera-se que este quadro mude e haja mais produções, tendo em vista que uma das linhas intitulada “Cultura e Representações” elege, entre outros temas, os estudos de iconografia e iconologia como demandas a serem pesquisadas.

A respeito das linhas de pesquisa dos seis Programas, pode-se afirmar que a maioria deles preza pela relação entre História e Imagem em alguma de suas vertentes ou assuntos. A USP possui a linha “Cultura Material e Visual, Historiografia e Documentação” e ainda conta com o grupo de estudos Laboratório de Teoria e História das Mídias Medievais (LATHIMM-USP) coordenado pela Prof^a. Dr^a Maria Cristina Correia Leandro Pereira, esta pesquisadora orienta trabalhos que utilizam o objeto imagético, no entanto tratam-se de dissertações e não teses, por este motivo não contabilizaram neste momento da pesquisa. A UFRJ possui três linhas e entre os assuntos eleitos como cabíveis às três estão a “História e Imagem” e a “História da Arte”; UNICAMP e UFRGS possuem as linhas já citadas. Apenas a UFMG e a UFF não possuem descrições específicas a este respeito, no entanto ambas possuem professores que são especialistas em determinados objetos imagéticos.

A professora Dr. Ana Maria Mauad e o professor Dr. Paulo Knauss são dois grandes expoentes nos trabalhos que envolvem História e Imagem, ambos estão no Programa de Pós-Graduação da UFF e são responsáveis por boa parte das teses já defendidas neste sentido. Mauad orientou 9 dos 37 trabalhos e Knauss 7, ambos fazem parte do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF, além de terem escrito diversas produções que tratam por diferentes viesses e temas relacionados à História e Imagem. Na UFMG também há um representante destes estudos, o professor Dr. Magno Moraes Mello que

⁵ Artes Visuais em Bienais; Imprensa Ilustrada e Cinema.

orientou 4 das 14 pesquisas selecionadas neste Programa, estas tinham objetos imagéticos diversificados, porém alinhavam-se ao tratar de iconografias, ou seja, de conjuntos imagéticos.

Neste sentido, procurou-se apresentar o gráfico e as hipóteses a respeito da formação desses dados, futuramente com o aprofundamento da pesquisa será possível explorar outras hipóteses e notar outras tendências, como também cruzar mais informações como as que foram aqui apresentadas, a partir da análise também de dissertações. O gráfico apresentado prioriza demonstrar as separações e especificações por Universidade, bem como uma média geral delas.

Orientadores – Escolas

A partir do levantamento realizado, uma análise pode ser feita sobre os Orientadores que se destacaram numericamente na orientação de trabalhos que utilizaram como fonte objetos imagéticos, sendo eles: a Prof.^a Dr.^a Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus, docente titular do Departamento de História da UFF; o Prof. Dr. Jorge Sidney Coli Júnior, docente da UNICAMP e o Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça, professor da UFF⁶. Ressaltamos que estes não são os únicos - principais pesquisadores - que adentram o universo imagético e sim aqueles que se sobressaíram a partir do recorte proposto dos seis PPGH, tendo em vista que estes seis são considerados de excelência, portanto espera-se que seja um respaldo desta configuração historiográfica como um todo.

Lembrando que serão pontuadas as características das teses encontradas dentro do recorte proposto, de 2007 a 2017. Evidentemente, ampliando-se o recorte temporal outras pesquisas certamente existem, isso sem entrar no mérito das dissertações de mestrado que também seriam um número considerável. Ainda que a pesquisa se limite a determinados recortes, é possível observar características particulares de cada orientador a serem discutidas.

A começar pela Prof.^a Dr.^a Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus, conforme destacado ela é professora titular do Departamento de História da

⁶ Dados retirados dos CV Lattes.

UFF. Dentro da Pós-Graduação sua área e linha de pesquisa estão ligadas a: História Social; História Contemporânea II e a linha de Cultura e Sociedade. Dentre as 37 pesquisas destacadas no Programa de UFF, 9 foram orientadas por ela. Nestas teses é possível destacar determinadas constantes como, por exemplo, a eleição do século XX como período de estudo, todas as teses referem-se – variando entre décadas – ao século XX. Assim como a eleição do Brasil, com proeminência de estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro como local, sendo que 8 pesquisas se referiam ao Brasil e apenas uma à América Latina.

Em relação à natureza dos objetos imagéticos têm-se a presença de dois eixos principais: as fotografias e o cinema. Tal fato não é inesperado, tendo em vista a formação curricular de Mauad. Três de suas quatro principais linhas de pesquisa envolvem o universo imagético, seja na História Cultural, História da Imagem ou por meio do Laboratório de História Oral e Imagem. Os diversos grupos de estudos desenvolvidos por ela, elegendo principalmente a fotografia como objeto, fizeram com que, provavelmente, surgissem muitas pesquisas de graduandos, mestrandos ou doutorandos.

Entre as nove dissertações selecionadas, os temas são todos diferentes e amplos. Percebe-se em alguns temas, as possibilidades de estudos viabilizadas pelas imagens, tendo em vista que uma pesquisa feita somente por meio de documentos oficiais ou textos, não lhe permitiriam atingir certas complexidades. Há também uma preocupação com determinados conceitos, como o de: memória, modernidade, urbanização e revolução. Em suma, sinteticamente, os temas foram: imagens sobre as campanhas de erradicação da malária; comparação entre o Instituto de Cinema do Estado Novo com o do Fascismo, com vistas a educar jovens com ideias nacionalistas; a pesquisa histórica desenvolvida para composição de filmes; o Candomblé e a Umbanda no cinema brasileiro; a construção da memória da cidade Marechal Cândido Rondon através de fotografias; as ideias de identidade e revolução no Nuevo Cine Latino-Americano; moda e revolução das fotografias do Jornal Correio da Manhã; a modernidade urbana carioca representada no cinema; o acervo fotográfico de Mario Baldi e sua fotografia jornalística e etnográfica sobre os indígenas.

Sobre algumas produções de Mauad, destacamos o capítulo de livro escrito por ela e por Ciro Flamarion Cardoso intitulado “História e Imagem: Os Exemplos da Fotografia e do Cinema”. Tendo em vista que este capítulo, ainda que breve, aborda questões referentes às metodologias empregadas pela autora, como conceitos de destaque encontramos a ideia de imagem documento e imagem monumento. A primeira refere-se aos aspectos da vida material de uma determinada época, que podem ser observados nas imagens, como por exemplo: a arquitetura, as estéticas, as tecnologias, os tecidos etc. Ou seja, aquilo que se vê em uma imagem e materialmente se refere a uma época por suas possibilidades de existência material. Já a imagem monumento evidencia linhas mais sutis de interpretação, porque deseja-se registrar determinada cena ou pessoa e não outra? Que memórias são retomadas ao silenciadas ao se enquadrar determinada imagem? Conforme ressaltam os autores, uma fotografia, por exemplo, é uma escolha feita em meio a inúmeras outras possibilidades e sua circulação também depende de infinitas circunstâncias, por vezes propositais ou não.

A abordagem semiótica adotada pelos autores possui algumas especificidades, em suma, os signos não são somente ou totalmente representações fieis daquilo a que se referem, mas sua interpretação pode não ser completamente hermenêutica. Em equilíbrio, as representações são moldadas por fatores sociais, bem como as escolhas de composição imagética. Desta forma, elegeu-se a definição de Uberto Eco como a semiologia mais próxima do que se pretende compreender por meio das imagens “Os signos não se remetem ao que se vê. Mas sim ao que se sabe ou se aprendeu a ver”. Ou seja, os signos estão sempre vinculados ao social, seja na sua produção ou na sua interpretação.

É certo que estas reflexões são apenas partes mínimas de toda produção de Mauad, mas já servem de orientação para entender os caminhos metodológicos traçados por ela, e que, provavelmente, foram visitados pelas pesquisas de seus orientandos. Com o desenvolvimento da presente pesquisa espera-se compreender os caminhos teóricos metodológicos gerais seguidos pelos pesquisadores brasileiros, que certamente recebem influência da produção de seus orientadores.

Ainda no PPGH da UFF, analisamos as teses orientadas pelo Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça, também pertencente às mesmas linhas de pesquisa de Mauad. Porém, diferentemente de Mauad, Knauss não possui eixos imagéticos tão bem circunscritos. O pesquisador aventura-se na orientação de trabalhos com objetos imagéticos de diferentes naturezas, logo as pesquisas encontradas são mais diversificadas, bem como os temas. Novamente, dentre as 37 pesquisas selecionadas no PPGH da UFF, sete foram orientadas por ele.

Em relação aos períodos a variação ainda não é tão extensa, sendo que variam entre os séculos XIX, XX e XXI. Os lugares aos quais se referem as pesquisas já se ampliam para além do Brasil, também abarcam a América Latina e os Estados Unidos da América. Porém, é a diversidade da natureza dos objetos imagéticos que mais chama a atenção, abrangendo: gravuras, fotografias, filmes, documentários, decoração, grafite urbano e histórias em quadrinhos. Podemos observar – tal reflexão será desenvolvida mais adiante – que tamanha diversidade possui respaldo nas produções de Knauss.

Em se tratando dos temas das pesquisas, pode-se descrever sumariamente: a história do Ballet da Juventude através de fotografias, filmes e documentários; o olhar decorativo em ambientes domésticos no Rio de Janeiro oitocentista; o grafite urbano como uma forma de expressão globalizada; a construção da historiografia da arte brasileira com análise em gravuras autorais e gravuras de reprodução subordinada; um olhar latino-americano de histórias em quadrinhos; construção da memória norte-americana através das histórias em quadrinhos da Marvel Comics; há também um título cuja tese completa não conseguimos encontrar, porém referia-se aos sentidos da arte no Brasil no tempo dos leilões (não há mais informações)⁷.

Entre as muitas produções de Knauss, destacamos um artigo em especial no qual o pesquisador demonstra sua atualização no campo historiográfico relacionado às imagens, intitulado “Aproximações disciplinares: história, arte e imagem”. Neste artigo, o autor faz um panorama sobre as várias definições que veem sendo discutidas a respeito da Cultura Visual, dividindo-as em duas

⁷ Cabe ressaltar aqui alguns problemas metodológicos da pesquisa: alguns bancos de teses e dissertações não possuem todas as informações devidamente preenchidas, sendo que algumas, à exemplo desta, não possuem informações sobre o resumo, palavras-chave, linha de pesquisa e link para acesso ao trabalho completo.

principais vertentes: as aproximações anglo-saxãs e as aproximações germânicas. Percebe-se na discussão engendrada pelo autor, a utilização de uma ampla bibliografia internacional relacionada ao assunto, ou seja, há riqueza de aproximações de conceitos, há riqueza de referenciais e olhares sobre as definições sobre a cultura visual, que em geral, privilegiam o fato da cultura visual englobar múltiplas imagens, sejam da arte, do design, digitais ou nos demais suportes. Desta forma, é metodologicamente compreensível o porquê de Knauss aceitar trabalhos com imagens dos mais diferentes tipos.

A respeito da aproximação anglo-saxônica, o autor destaca duas principais vertentes – entre tantas outras – a respeito da definição de cultura visual, uma mais abrangente e outra mais restrita. A mais abrangente é defendida por W. J. T. Mitchell e por Martin Jay, que cunharam os termos *Pictorial Turn* e *Visual Turn*, respectivamente. Ambos com a intensão de enfatizar a importância do visual e da visualização, em que “a cultura visual serve para pensar diferentes experiências visuais ao longo da história em diversos tempos e sociedades” (KNAUSS, 2008, p. 157).

Já a definição mais restritiva é defendida por Chris Jenks e Nicholas Mirzoeff, o primeiro entende que a cultura visual enquanto prática social é um desdobramento da cultura ocidental, assim o ocularcentrismo (a centralidade do olhar) é pautada na observação e empirismo que são base do pensamento científico ocidental. Mirzoeff acrescenta que a cultura visual é uma característica cultural da contemporaneidade, pois há muito mais consumo e meios técnicos de se produzir imagens, principalmente, virtuais e digitais.

A vertente germânica possui o nome de *Bildwissenschaft*, que traduzido significaria uma ciência da imagem, neste sentido a palavra *Bild* (imagem) designa um campo mais amplo em relação aos tipos imagéticos, o qual não possui tradução para o inglês ou português. Esta ciência da imagem alargaria a história da arte de modo que abarcasse todas as imagens, evitando assim a formação de um outro campo disciplinar. Para Hans Belting a *Bildwissenschaft* seria uma nova forma da iconologia, uma iconologia reformulada, que leva em conta a antropologia da imagem e a história do olhar. A corrente anglo-saxônica é considerada por alguns autores alemães como não tão inédita, tendo em vista que Aby Warburg e Erwin Panofsky

anteriormente já haviam expressado interesse por imagens consideradas não-artísticas.

De modo geral, pode-se concluir que independente das vertentes a Cultura Visual agrega todos os tipos de imagens, sem categorizá-las de forma positivista devido aos seus suportes materiais, seja como expressão contemporânea ocidental ou em diversas sociedades e tempos. Além disto, é expressivo no texto a relação de autores que são contemporâneos ao debate sobre a Cultura Visual, além dos já citados pode-se ressaltar nomes como: Svtlana Alpers, Malcolm Barnard, Michael Baxandall, Horst Bredekamp, James Elkins, Margaret Dikovitskaya, Francis Haskell e Karl Erik Scholhammer. Assim, percebe-se o quanto Knauss possui uma grande perspectiva sobre o debate do tema na historiografia internacional.

Prosseguindo, apresentar-se-á as teses orientadas pelo Prof. Dr. Jorge Coli, ele é professor titular do Departamento de História da UNICAMP, opera na linha de História da Arte, na subdivisão de Questões de Arte Moderna e Contemporânea. Foi ganhador do Prêmio Florestan Fernandes I Capes, como melhor orientador em Ciências Humanas e possui Livre-Docência desde 1995. Possui experiência nas áreas de artes, história da arte, pintura, estética e cinema. Dentre as 32 teses selecionadas no PPGH da UNICAMP, sete foram orientadas por ele.

Em termos gerais, todas as pesquisas orientadas por ele referem-se temporalmente aos séculos XIX, XX e XXI. Em relação aos locais, a maior parte fala sobre objetos brasileiros, um sobre os Estados Unidos da América e outro sobre a França. Percebe-se uma constante em relação à natureza dos objetos imagéticos eleitos pelas teses, sendo a maioria deles: quadros, pinturas ou murais. Apenas uma pesquisa refere-se a um filme, no entanto mesmo nesta, busca-se a interpretação das paisagens apresentadas no filme.

Sumariamente, as teses dizem a respeito sobre: a feminilidade e maternidade no Tríptico La Faiseuse D'Ange do pintor Pedro Weingartner; pinturas e interpretações de Moema; catálogo das pinturas de Eliseu D'Ángelo Visconti; paisagens dos filmes do cineasta norte-americano Clint Westwood; pinturas femininas na obra de Theodore Chasseriau; o retrato de Arthur Timótheo da Costa por Carlos Chambelland; o crescimento vertical, urbanização e muralismo em São Paulo.

Jorge Coli é um exímio historiador da arte e supõem-se que suas reflexões em relação às imagens e sobretudo a forma de se pensar a obra de arte tenham influenciado a pesquisa de seus orientandos. No capítulo “A Obra Ausente” escrito por ele para o livro intitulado “*Como Pensam as Imagens*”, há muitas prescrições sobre o que o autor pensa a respeito das imagens e obras de arte.

O aporte principal do texto é que as imagens pensam, elas condensam pensamentos por si mesmas, independentemente de seu autor “A arte não produz objetos, produz sujeitos. Sujeitos pensantes que não pensam por palavras” (COLI, 2012). Por mais que os autores possam dizer algo sobre suas obras, isso não retira delas sua autonomia de uma expressão sem palavras, a materialidade delas e as memórias criadas em seu entorno constituem uma forma pensamento próprio. Conhecer a biografia do autor é conhecer apenas uma parte da gênese da obra. O conjunto das obras de um autor também exprime por si só características genéricas que não são constatadas em palavras, através do conjunto. Como um demiurgo que se encontra na fundação de seu mundo, logo após criá-lo, o mesmo ganha autonomia.

Outra constatação muito importante adotada pelo autor é a de que o substancial não deveria ser apenas a originalidade da obra, mas também a sua reprodução. Obra e reprodução como objetos de análise, tendo em vista que a semelhança é algo importante. Coli enfatiza o fato de a História da Arte Contemporânea ter início com as coleções fotográficas. A possibilidade de reprodução das obras permitiu a comparação entre diferentes imagens e tal operação nada mais é que uma interpretação silenciosa, que se apresenta aos olhos e não tão somente às palavras. Por mais que se tenha acesso aos originais, as análises são feitas através de imagens de imagens. Ao contrário do que pensa Walter Benjamin, isso não lhes confere menos áurea, mas sim diversas possibilidades de reprodução e reapresentação que lhes aderem à memória.

O pensamento de Coli, baseado nas interpretações de Marcel Proust, estão diametralmente opostos às críticas feitas por Benjamin em “*A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica*”, segundo Coli a ideia de perda da áurea devido à reprodutibilidade é romantizada e possui a fetichização pelo original. Uma obra é seu original, mais tudo o que foi produzido por semelhança a ela, assim cria-se uma áurea muito superior à da originalidade,

pois conta com mais acessos, com mais apropriações e, conseqüentemente, com mais memórias construídas a seu respeito. Desta forma o lugar real do original perde seu status, as representações por semelhança criam “uma verdade superior à existência, embora sejam alimentadas por ela” (COLI, 2012, p. 49).

Em síntese:

Semelhanças e analogias criam uma substância artística maior do que seus limites materiais. [...] Essas obras não são feitas apenas de um original. Delas fazem parte, como elemento constitutivo profundo, e não como sucedâneos desprovidos de alma, a reprodução, a marca deixada na memória, as sobrevivências nas réplicas, nas cópias, nas imitações: todas as formas de representação, ou antes, de re-apresentação, todas as formas de associações presididas pela semelhança. Material e imaterial, a obra é tudo isso, é feita de tudo isso (COLI, 2012, p. 50).

Lembrando, mais uma vez, que todos os excertos descritos são apenas uma parte selecionada do potencial de produção dos três Orientadores citados. Porém, algumas orientações teóricas já podem ser constatadas, espera-se – futuramente com o desenvolver da pesquisa – encontrar os reais respaldos destas orientações nas teses escritas pelos pesquisadores-orientandos. E, desta forma, localizar na historiografia brasileira o debate teórico-metodológico a respeito da utilização de imagens como fonte histórica.

Referências

- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Trad. Sergio Paulo Rouanet, São Paulo, Brasiliense, 1985. Vol. I.
- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- _____. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru, SP: UNESP, 2017.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: Os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Cap. 18. p. 300-320.

- CARLOS, Fico; POLITO, Ronald. *A História do Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1992.
- COLI, Jorge. A Obra Ausente. In: SAMAIN, Etienne. *Como Pensam as Imagens*. Campinas, Sp: Editora Unicamp, 2012. Cap. 3. p. 41-50.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- _____. *El mundo como representación*. Ensayos sobre história cultural. Barcelona: Gedisa, 1992.
- DUPRAT, Annie. *Historie et Images*. In: *Historiographies Concepts et Débats*. Direção: DELACROIX, Christian; et.al². Gallimard: France, 2010, p. 307- 340.
- GRAHAM, Richard. Os números e o historiador não-quantitativo. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p.19-39, jun. 2008. Semestral.
- KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e História: A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Ed.). *O historiador e as suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. Cap. 1. p. 9-27.
- KNAUSS, Paulo. *Aproximações disciplinares: história, arte e imagem*. In: Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.151-168, dez. 2008.
- NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2018. 232 p.
- PAIVA, Eduardo França. *História e Imagens*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 120 p.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco; COSTA, Eduardo Augusto (Org.). *Cultura Visual e História*. São Paulo: Alameda, 2016. Disponível em: <Ebook>. Acesso em: 06 jan. 2019.

Teses analisadas/fontes

- CERBINO, Ana Beatriz Fernandes. *Cenários Cariocas: O Ballet da juventude entre a tradição e o moderno..* 2007. 00 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em História, História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- FONSECA, Vitória Azevedo da. *O cinema na história e a história no cinema: pesquisa e criação em três experiências cinematográficas dos anos 1990*. 2008. 302 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- IPANEMA, Rogéria Moreira de. *Arte da imagem impressa: a construção da ordem autoral e a gravura no Brasil do século XIX*. 2007. 252 f. Tese (Doutorado) - Curso de pós-graduação em História Social, História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

- MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. *Imagens da memória: uma história visual da malária (1910-1960)*. 2007. 260 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em História, História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- ROSA, Cristina Souza da. *Para Além das Fronteiras Nacionais: um estudo comparado entre os Institutos de Cinema Educativo do Estado Novo e do Facismo (1925-1945)*. 2008. 420 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em História, História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. *IMAGENS DO CANDOMBLÉ E DA UMBANDA: etnicidade e religião no cinema brasileiro nos anos 1970*. 2009. 355 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em História, História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- TEIXEIRA, Marize Malta. *O olhar decorativo: Ambientes domésticos em fins do Século XIX no Rio de Janeiro*. 2009. 00 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- GREGORY, Lucia Teresinha Macena. *RETRATOS, INSTANTÂNEOS E LEMBRANÇAS: a trajetória e o acervo da fotógrafa Írica Kaefer, Marechal Rondon (1954 - 1990)*. 2010. 00 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- CHRISTOFOLETTI, Patrícia Ferreira Moreno. *AMÉRICA EM TRANSE: Cinema, Identidade e Revolução na América Latina (1965-1971)*. 2011. 233 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011
- RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *Moda e Revolução nas páginas do correio da manhã: Rio de Janeiro 1960-1970*. 2012. 00 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- PINTO, Carlos Eduardo Pinto de. *Imaginar a cidade real o cinema novo e a representação da modernidade urbana carioca (1955-1970)*. 2013. 344 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013
- LOPES, Marcos Felipe de Brum. *Mario Baldi - Fotografias e narrativas da alteridade na primeira metade do século XX*. 2014. 327 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- SILVA, William da Silva e. *Grafite Urbano Contemporâneo: Cultura na era da Globalização*. 2014. 179 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- GOMES, Ivan Lima. *Os sentidos dos quadrinhos em contexto nacional-popular (Brasil e Chile 1960 e 1970)*. 2015. 00 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

- GUERRA, Fábio Vieira. *A crônica dos quadrinhos: Marvel Comics e a história recente dos EUA (1980 - 2015)*. 2016. 474 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016
- PAULITSCH, Vivian da Silva. *Impasses no exercício da feminilidade e da maternidade no triptico La Faiseuse D'Ange do pintor Pedro Weingartner (1853-1929)*. 2009. 375 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- MIYOSHI, Alexander Gaiotto. *Moema e morta*. 2010. 420 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- SERAPHIM, Mirian N. *A catalogação das pinturas a óleo de Eliseu d'Angelo Visconti: o estado da questão*. 2010. 621 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- MARINS, Dirceu Carlos. *Deriva e outsiders: modulações nas paisagens afetivas de Clint Eastwood*. 2012. 225 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- COSTA JUNIOR, Martinho Alves da. *A figura feminina na obra de Théodore Chassériau: reflexões sobre nus, vítimas e o fim de século*. 2013. 417 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

OS PROJETOS DE EDUCAÇÃO E DE NAÇÃO NO DEBATE INTELECTUAL SOBRE A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL, NA DÉCADA DE 1920

Léa Maria Carrer Iamashita

Universidade de Brasília

O artigo é desdobramento de pesquisa em curso, a respeito dos projetos de modernização do Brasil, via projetos educacionais. A memória sobre a atuação da elite intelectual envolvida nestes projetos foi consolidada nas décadas de 1930-40. A atual pesquisa sinaliza que, quando a elite intelectual brasileira ascendeu a postos no Estado pós Revolução de 30, como gestores de políticas públicas, produziu um discurso que favorecesse a valorização de suas experiências na década anterior, de forma a legitimar suas ideias e métodos frente ao novo Estado centralizador.

Mediante o contexto político da década de 1930 e de seu novo lugar de fala, a elite intelectual produziu um discurso sobre sua atuação na década de 1920, atribuindo conteúdos políticos simplificadores em relação às suas intenções, às suas práticas, e às suas discordâncias, encobrimdo os significados da politização durante aquela década. Esclarecer aquela historicidade é fundamental para o objetivo amplo de nossa pesquisa, que é compreender as raízes de nossa cultura política autoritária e como ela se perpetua, inclusive por meio de nossa cultura educacional.

No mesmo sentido refletiu a historiadora da educação Marta Maria Carvalho que, ao tratar dos renovadores da educação na década de 1920, refere-se a Fernando de Azevedo como o principal responsável pela criação da memória sobre o movimento Escola Nova, na década de 1940. (CARVALHO, 2003: p.331) Segundo a autora, interessado na legitimação da política educacional do Estado Novo, Azevedo apresentou-a como o coroamento dos anseios de modernização e homogeneização sociocultural, partilhado pelo movimento de renovação educacional na década de 1920. Essa memória consolidada organizou o campo da investigação, “produzindo a História da

Educação como história do que não houve e deveria ter sido”.(CARVALHO, 2003:p.342)

Se há algo que ficou oculto sob esse discurso consolidado sobre o movimento educacional na década de 1920 é a relevância que o escolanovismo conferiu a esses debates e, principalmente, o teor dos conteúdos políticos desses projetos, que acabou sendo homogeneizado pela expressão *Pioneiros da Escola Nova*, presente no título do documento monumento *O Manifesto dos educadores*, em 1932.¹

Bem, podemos argumentar que a *Escola Nova* em sua origem não foi um projeto, mas um movimento internacional de renovação da concepção do que é ou do que deveria ser educação e dos melhores métodos de educar; que principiou na França, ao final do século XIX, cuja liderança inicial foi atribuída a Adolph Ferrière, por ter sido este o organizador do *Bureau International des Écoles Nouvelles*, em 1889.²

Pretendemos aqui analisar as ideias sobre educação e reformas educacionais empreendidas no Brasil na década de 1920 e cotejá-las frente às ideias do movimento internacional da Escola Nova, no mesmo período. Investigaremos o quanto daquele debate pode ser atribuído às propostas escolanovistas.

Ideias matriciais acerca da educação pública, única, patriótica e gratuita como construtora da nação e da nacionalidade

Carlota Boto estudou o debate pedagógico inserido na Revolução Francesa, uma vez que, com a Revolução, tratava-se da fundação de uma nova sociedade

¹ Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932.

² As primeiras “Escolas Novas” (também chamadas de Escolas Progressivas ou Escolas Ativas), surgiram em Instituições privadas de diferentes países europeus, depois de 1880. Época na qual também se publicaram os trabalhos iniciais de observação experimental da aprendizagem. Com o título de “*Bureau International des Écoles Nouvelles*” (Oficina Internacional das Escolas Novas), dirigido por longo tempo pelo grande educador Adolphe Ferrière, em 1889, os propugnadores do movimento, que já eram suficientemente numerosos, criaram uma entidade coordenadora de caráter internacional, que ajudou a difundir pelo mundo as suas ideias educativas, de caráter teórico e prático. No I Congresso do Movimento, em 1921, na cidade de Calais, os participantes acordaram que o Bureau passasse a ser denominado como “Liga Internacional das Escolas Novas”. RODRIGUES, José Paz. O movimento da ‘Escola Nova’ entre as duas guerras mundiais, num documentário de Joanna Grudzinska. In: Portal Galego da Língua, em 14 de janeiro de 2015, acessado em 11/02/2019.

– a de igualdade jurídica. Para alcançar esta organização social, entendia-se ser preciso fabricar um novo homem, o homem do contrato social. Assim, no debate revolucionário, engendrou-se uma pedagogia do Estado Nacional, a discussão de uma escola única, ou seja, de uma mesma escola que igualasse a todos, juridicamente; que garantisse um estudo mínimo e também o ensino patriótico. (BOTO, 1996: p.21)

Segundo a autora, tratava-se de substituir a pedagogia das almas (a jesuítica) pela pedagogia do Estado. O amor do súdito ao rei deveria ser substituído pelo amor do cidadão à nação e ao Estado-Nação, eixo organizador da nova identidade nacional. Para tanto, era necessário que o Estado ascendesse ao posto de mantenedor do ensino nacional.

Se é no iluminismo francês que se encontra a ideia do potencial transformador contido no ato de educar, é da Revolução Francesa a ideia de que o homem pode ser pedagogicamente reformado com o fim de alcançar a reforma social. Na Revolução se encontram os momentos fundadores da ideia de escola pública, ou de democratização do ensino público como alicerce de construção da nacionalidade que marcaram os horizontes mentais da modernidade ocidental e a cultura pedagógica daí advinda. (BOTO, 1996: p.12)

Assim, podemos atribuir à Revolução Francesa o momento de articulação íntima da educação e da instituição escola à formação do sentimento nacional e de percepção da escola como estratégia de regeneração ou de construção da sociedade almejada, ou da sociedade modelo. A instrução emergiu como força salvífica da nação, com a pedagogia conectando-se à esfera pública e ao próprio civismo, a escolarização e a educação pública tornando-se valores fundantes da democracia. A partir daquele contexto, a formação da cidadania dependeria da competência republicana no campo das políticas públicas, o Estado deveria agenciar a escola como instituição sua, enquanto a escola, ao mesmo tempo, gerenciaria e protegeria a República. (BOTO, 1996: p.16-69) A obra de Boto nos diz então que, se a educação sempre existiu, foi naquele momento que ela ressurgiu como força política, com o vigor de uma utopia revolucionária.

Falta-nos ainda destacar que, ainda naquele contexto, a função da escola republicana extrapolaria a simples alfabetização do indivíduo, o ensino básico do "ler-escrever-contar". Percebia-se como fundamental a formação para a

moralidade, a interiorização de regras de conduta social e de civismo republicano: “enfiar uma moral republicana não é só ensinar, é educar moralmente o homem inteiro”. (BOTO, 1996: p.104)

A partir de 1880, na França, configurou-se o movimento educacional chamado Escola Nova, que também defendia a educação como exclusivo elemento eficaz para a construção da sociedade. Além da defesa de escola pública e laica, argumentando que a educação estava em descompasso com as atualidades do mundo, os escolanovistas elegeram os seguintes valores como essenciais à educação: a valorização do indivíduo, as noções de que a aprendizagem são produto da experiência do próprio aluno, a crítica à escola dogmática e repressora, a crítica à educação livresca e bacharelesca, e a função do professor como de mediador/facilitador da aprendizagem.

No Brasil, Ruy Barbosa é considerado o precursor da Escola Nova no país por ter feito referência a ela no famoso parecer que ele, como integrante da Comissão de Instrução da Câmara Imperial, apresentou a esta Câmara, em 13 de abril de 1882. O parecer era sobre o Decreto do Executivo, nº 7247, de 19/04/1879, que tratava da Instrução Pública no Império.³ Embora o Projeto de Lei de que tratava o parecer não tenha sido objeto de debate pelos parlamentares, seu texto teve grande repercussão. Foi lido e comentado pelo Imperador, que inclusive entrevistou Ruy Barbosa sobre o assunto, em 1884.⁴

O texto é citado, melhor dizendo, *louvado* pelos intelectuais brasileiros durante a primeira metade do século XX. Com mais de 600 páginas, trata-se de amplo panorama sobre a atualizada visão científica de educação à época, suas finalidades, as diferentes metodologias, princípios normativos, filosofia pedagógica, a análise da organização e administração de diferentes sistemas de instrução estrangeiros, dos níveis jardim de infância ao Superior, estatísticas, programas, currículos e outras análises. Tudo referenciado em fundamentação científica, ampla bibliografia e erudição.

³ De fato, trata-se de dois pareceres, porque Ruy Barbosa apresentou-o à Câmara em duas partes. 1º Reforma do Ensino Secundário e Superior, em 13/04/1882; e Reforma do Ensino Primário, apresentado em 12/09/1882 e só publicado nos Anais em 1883. Ruy Barbosa era o deputado relator da Comissão de Instrução Pública, composta dos outros dois deputados Thomaz do Bomfim Espinola e Ulisses Maobado Pereira Vianna. Reforma do Ensino Secundário e Superior. **Obras Completas de Rui Barbosa**. V. IX, 1882, Tomo I. Rio de Janeiro: MES, 1942.

⁴ Thiers Martins Moreira. Prefácio e Revisão de **Obras Completas de Rui Barbosa**. V. IX, 1882, Tomo I. Rio de Janeiro: MES, 1942.

Ruy abriu seu parecer anunciando a lastimável situação da educação no Brasil: “entre nós tudo está por fundar”,⁵ “é desgraçada a organização do ensino no país”.⁶ Contrapôs a essa situação a defesa da Educação Pública como a solução pelo desenvolvimento da nação e da civilização do povo: “Foi a educação que ergueu a Alemanha da derrota de 1808 para a França, até sua hegemonia continental, de 1870”. Como também, “os filósofos franceses atribuíam a derrota de 1870 aos avanços educacionais da Alemanha, ao triunfo de suas universidades, de seus ginásios, de seus institutos de ciências, de sua ideologia educacional nacionalista, lançada por Fichte, por volta de 1810”.⁷ Enalteceu a ciência como norteadora da correta educação:

nossos ginásios e liceus apresenta o vício de ser quase exclusivamente literário todo o futuro de nossa espécie, todo o governo das sociedades e das nações, dependem da ciência; ... em vez de educar no estudante os sentidos, de industriá-lo em descobrir e pensar, a escola e o liceu entre nós cuida de memorizar e repetir... o bacharelado deve ser reformado; não pode continuar a cindir-se em filosófico ou científico. Estes são caminhos indissociáveis.⁸

Segundo o intelectual, é a orientação científica que fundamenta a defesa da liberdade de pesquisa e ensino:

O direito de enunciar e discutir livremente todas as opiniões é inerente à ciência. O Estado não tem competência para definir, ou patrocinar dogmas; ... segundo os preceitos rigorosos da lógica experimental, um país que libertou o direito político das peias da seita, não pode deixar de emancipar a ciência das restrições da teologia.⁹

Além de posicionar-se pelo ensino laico, o relator do parecer confirma a indissociabilidade entre a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino. Para ele, em uma instituição democrática não pode ser outro o fito dos sacrifícios impostos ao Estado pela difusão gratuita dos rudimentos da educação intelectual, senão a necessidade de que eles sejam comuns a todos os habitantes válidos do país. Além disso, “é um direito irrecusável a toda

⁵ Ruy Barbosa. Reforma do Ensino Secundário e Superior, *op cit*, p. 7.

⁶ *idem, ibidem*, p.12.

⁷ *idem, ibidem*, p.152-153.

⁸ *idem, ibidem*, p. 35-39.

⁹ *idem, ibidem*, p.47.

criatura humana, de que a sociedade lhe subministre no primeiro período da evolução individual os princípios elementares de moralidade e intelectualidade, sem os quais não há homem responsável”.¹⁰

Na defesa da educação pública, o relator critica os que argumentam que a tarefa educativa pode ser deixada para a iniciativa privada, que buscará a qualidade por atuação da concorrência. Ruy argumenta com veemência: "a iniciativa individual é incapaz de substituir o poder público no seu papel de grande propulsor da educação popular e da alta cultura científica... em matéria de ensino, não se pode contar com os efeitos ordinários da concorrência. Cita Horácio Mann reformador da educação estadunidense que, ao incursionar pela Europa, advertiu em seu relatório a seu Estado

que onde não se estabeleceu um sistema de educação, tudo corre ao sabor da iniciativa particular... adaptada a conveniências particulares... a maioria fica ao desamparo, sem níveis equivalentes de educação; e assim se cria o vulgo na ignorância. Aí jaz a origem das maiores desigualdades.¹¹

Assim, Ruy enfatiza a importante articulação entre ensino sob responsabilidade da iniciativa privada e manutenção das desigualdades sociais. Finalmente, o autor defende a urgência da criação de um Ministério da Instrução Pública, “pois a continuar dentre a massa de negócios sob a incumbência do Ministério do Império, os interesses do ensino ocupariam sempre posição subalterna”.¹²

Vimos assim que o valor social da educação já fora reconhecido no Brasil oitocentista, que a instrução elementar já era associada à preparação de professores, através da criação de escolas normais, criadas algumas no país desde 1835, embora convivesse com a educação doméstica, por meio de preceptores, ou a religiosa, por meio de educandários confessionais. Mas foi após a instauração da República no Brasil que a escola se transformou numa instituição educacional fundamental para a sociedade, o símbolo da instituição republicana, projeção, imagem e referência dos novos tempos que se anunciavam”. (GOMES, 2002: p. 387)

¹⁰ Ruy Barbosa. Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública. **Obras Completas de Rui Barbosa**. V. X, 1882, Tomo I. Rio de Janeiro: MES, 1947, p.181-182.

¹¹ *idem, ibidem*, p.85, 86, 113.

¹² *idem, ibidem*, p. 115-116.

A República, a educação e a modernização

A República investiu então no discurso educacional como meio de transformação da realidade social. No campo educacional manteve-se a descentralização. Como no Império, coube aos estados e municípios a competência de criar e desenvolver o ensino público primário e secundário, e à União, o ensino superior. Importante mudança foi a instituição da laicidade do ensino.¹³

Grande avanço ocorreu na representação da escola. Reinventou-se sua imagem como a da moderna instituição social que projetaria o futuro civilizado. Investiu-se em prédios especialmente projetados, materializando arquitetonicamente a ideia de educar. Os prédios escolares deveriam ser autênticos templos da civilização, onde conhecimentos, sentimentos e valores seriam ensinados a todo povo. Um espaço planejado e construído de forma sólida, higiênica e funcional para as tarefas a que se destinavam. (GOMES, 2002: p. 395)

Tomemos como exemplo a Escola Normal Caetano de Campos, na cidade de São Paulo. Criada em 1846, foi transferida para novo espaço, adequado à atividade escolar, em 1894. A ampla área onde se acolhiam gados, conhecida como Largo dos Curros, foi escolhida para sediar a *Praça da República*, onde ergueu-se o novo prédio para a escola, um portentoso edifício com três pavimentos. Observemos que, ocupando a posição central da praça, ergueu-se um templo da ciência e do conhecimento, e não mais uma igreja. A escola possuía laboratórios, biblioteca, jardim de infância, todo o necessário para formar bem os professores segundo o moderno método educacional, ao mesmo tempo que os professores se formavam lecionando em uma escola completa e científica.

A educação institucional por meio da escola passou a ser intensamente debatida no meio intelectual e podemos dizer que, na primeira década republicana, predominou na retórica e nas iniciativas educacionais, os

¹³A primeira novidade da “educação republicana” no Brasil foi o fato de que seria empreendida por um Estado Laico, posto que, com o Decreto 119-A, publicado em 17/01/1990, ainda no Governo Provisório, foi abolido o padroado. Estabelecia-se, assim, no Brasil, o regime de separação entre o Estado e a Igreja Católica, passando o país a ser um Estado não confessional. O ensino religioso foi retirado das escolas públicas. Não havia exclusões no acesso a escola e o Estado era obrigado assegurar gratuidade e a obrigatoriedade do ensino elementar. A medida foi confirmada pela Constituição Republicana, de 24/02/1891.

princípios de natureza democrático-liberal. Naquele momento, um argumento sempre presente na defesa da escola republicana era atender à exigência constitucional da alfabetização para a representação política.

Mas nesse projeto político-educativo, configurado no contexto da Belle Époque, entremeava-se um grande problema para as elites intelectuais: construir uma nação de igualdade jurídica, a partir de um povo percebido essencialmente desigual quanto às origens e às tradições culturais. No contexto do cientificismo, positivismo, determinismo e evolucionismo social, ideias provenientes da Europa, a elite projetava um Estado-nação moderno, por meio da construção de um cidadão republicano bem comportado, que deveria viver dentro dos limites da lei.

O problema para a elite era como modelar a diversa população brasileira a esse padrão civilizacional. Por isso, o grande drama expresso na pena de nossos intelectuais era a forja do caráter nacional. E por caráter não estamos nos referindo apenas à identidade nacional, ao sentimento de pertença e partilha de um repertório cultural comum, que implica em se reconhecer membro de uma comunidade, obedecer ao Estado. Por forjar um caráter nacional entendia-se não só formar quanto ao civismo, mas também homogeneizar comportamentos e sentimentos, de forma a atender ao ethos burguês.

Para os intelectuais era preciso esculpir, dilapidar um caráter porque consideravam que o brasileiro não o tinha, e quando era reconhecido a existência de algum caráter, não se atribuía a ele valor algum, portanto, tal caráter deveria ser reconstituído.

A questão da *reconstituição do caráter nacional* poderia ser traduzida por: como integrar em uma cultura, ou à cultura nacional (aquela imaginada como ideal pela elite) populações brancas, negras, indígenas e, sobretudo, mestiças?

Para esclarecer melhor esse questão, vejamos a defesa de José Veríssimo quanto ao caráter e a formação moral. Intelectual contemporâneo de Rui Barbosa, autor de *Educação Nacional*, escritor, jornalista, educador, crítico literário e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, Veríssimo defendia a educação como única via de civilização para o Brasil, porque, “não é o governo definido que poderá mudar radicalmente as condições da nação, é o povo”. (VERÍSSIMO, 1906)

O autor assumira a causa da educação *nacional* como medida necessária para *homogeneizar os costumes* e centrava sua defesa na formação moral do cidadão. Ensinar ler, escrever e contar não seriam suficientes. Para o Brasil, o sistema ideal e necessário seria a educação de valores morais, para despertar o sentimento de pertencimento à pátria e criar a unidade moral da nação, diante nossa *falta de caráter nacional*, ou porque *o estado moral do Brasil e ainda seu estado material era propriamente desanimador*.

O caráter que nos atribuía era o da indolência, da passividade, "molle pelo clima, molle pela raça, o sangue pobre, o caráter nullo". Portanto, por serem díspares, nossos caracteres deveriam ser unificados, e o que de caráter se reconhecia, era renegado. Portanto, deveria ser reconstituído, ou seja, outro deveria ser construído no lugar, por meio da educação.

A defesa da educação *nacional* ganhou ímpeto com as preocupações advindas da Primeira Guerra Mundial e o acirramento do nacionalismo. Paralelamente à guerra internacional, acumulavam-se muitas insatisfações com os resultados dos primeiros anos do Regime Republicano: o controle político das oligarquias, as fraudes eleitorais, a manipulação da representação política popular, a neutralização da força política urbana com o pacto de Campos Sales, e outras.

Desde de 1910 surgiram pelo país mobilizações cívicas urbanas em torno de representação e justiça, articuladas à defesa da alfabetização, com o sentido de ampliar o eleitorado e a consciência do voto. Articulando as insatisfações com o regime político e o contexto da I Guerra, organizou-se no Brasil, em 1916, a Liga de Defesa Nacional, sob liderança de Olavo Bilac, a qual se articularam outras ligas nacionalistas pelo país.¹⁴

Do impacto da Liga no debate educacional que vinha se desenvolvendo queremos destacar aqui o apelo à formação moral do brasileiro. Uma moral centrada no civismo, na defesa do voto secreto, do serviço militar obrigatório e do alistamento eleitoral, que fizesse frente ao "perigo externo" advindo da guerra mundial. A defesa da instrução justificava-se pela necessidade de

¹⁴ A Liga de Defesa Nacional foi fundada em 1916, no Rio de Janeiro, por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, sob a presidência de Rui Barbosa, que era favorável ao apoio brasileiro aos Aliados na Primeira Guerra Mundial. A guerra ajudava a popularizar a ideia do serviço militar obrigatório e reforçava a importância das Forças Armadas. Por defender a ideia do "cidadão-soldado" e do serviço militar como escola de cidadania, a Liga recebeu desde o início o apoio do Exército. Verbete **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

combater o perigo interno de “quebra de unidade, de depauperamento do caráter e de definhamiento do patriotismo”.(NAGLE, 1970: p. 262)

Com efeito devastador, a Primeira Guerra, também impactou a reflexão sobre a educação na Europa, em meio aos esforços de reerguimento social na década de 1920.

A década de 1920: efervescência política, cultural e movimento educacional no Brasil; na Europa, o auge da Escola Nova

O aclamado filme “A revolução da escola, 1918-1930”, de Joanna Grudzinska, França, 2015, tem início com vozes de crianças em uma escola, recitando lições de patriotismo: “A França é minha pátria. Eu amo a França. Eu a amo assim como amo meu pai e minha mãe. Como prova do meu amor, quero agora ser uma criança esforçada e sábia, para que assim, ao crescer, eu seja um bom cidadão e um bom soldado”. Enquanto vemos cenas de época de crianças brincando de pelotão de fuzilamento, diz a narradora do documentário:

1918. As crianças que recitaram a lição de patriotismo na escola foram mortas no campo de batalha, assim que se tornaram adultas. Por toda a Europa, médicos, filósofos e professores chegam a mesma conclusão: a escola que desejava formar um cidadão esclarecido, também preparou toda a sociedade para obedecer até o sacrifício. Chega de submissão. É preciso extinguir a antiga escola e construir a próxima geração, um novo território. Inventar uma nova escola para uma nova criança, que nunca fará guerra.¹⁵

A *Escola Nova* delineada e iniciada ao final do século XIX, ganhou novo impulso no pós Guerra, pois o trauma bélico fez nascer um ideal pacifista coletivo. Pensadores e intelectuais refletiram sobre as causas do conflito e concluíram que a culpa fora da educação tradicional e da sua filosofia, do egoísmo do grupo e de uma ausência total de pensamento crítico. Educadores como Maria Montessori, Célestin Freinet, Ovide Decroly, Alexander Neil investiram em projetos educacionais centrados na criança, na liberdade de pensar e de criar do indivíduo, em instituições de vida comunitária, uma

¹⁵A revolução da escola, 1918-1930, de Joanna Grudzinska, França, 2015. Título original: *Un Frêle Bonheur, l'Éducation Nouvelle entre les deux Guerres Mondiales* (Uma frágil felicidade, a Educação Nova entre as duas guerras mundiais).

educação sem coerção, na que o autoritarismo fosse substituído pelo autogoverno da comunidade escolar, enfim, “um projeto revolucionário de mudar o mundo, mudando a escola”.(RODRIGUES, 2015) Foi na década de 1920 que o escolanovismo na Europa alcançou seu auge, até que o fascismo arrebatasse suas iniciativas

Enquanto na década de 1920 europeia o auge da Escola Nova visava a educação libertária, centrada na autonomia do indivíduo, no cooperativismo, no pacifismo e contra o nacionalismo civilista acrítico, que os educadores europeus entenderam ter sido o propiciador para a guerra; no Brasil, tivemos a expansão do movimento educacional centrado em um nacionalismo fervoroso, com cunho militarista, disciplinador e, podemos dizer inclusive, com a obsessão de domesticar o caráter do povo.

Vejam os teor desse discurso na fala de Sampaio Dória, considerado o intelectual que abriu o debate educacional na década de 1920, quando defendeu uma reforma educacional no estado de São Paulo, empenhando-se na expansão do ensino público no estado. Por isso, seu nome é associado ao movimento da Escola Nova no Brasil.

Na concepção da reforma, e com o objetivo de alfabetizar e colocar na escola grande parte das crianças fora dela no estado, Dória concebeu a ideia de reduzir o ensino primário de 4 para 2 anos de duração (para os dois anos iniciais), além de prever a cobrança de taxas aos 2 últimos anos, que passariam a se chamar anos complementares. Além de ser Diretor da Instrução Pública de São Paulo, Dória foi o principal produtor dos discursos da Liga Nacionalista de São Paulo, por meio da escrita de panfletos, livros e conferências para sustentar os objetivos desta Liga, que foi criada em 1916 e tinha como lema “o soerguimento moral da nacionalidade”.(CARVALHO, 2010: p.23)

O projeto da reforma previa a definição em lei do número de aulas de história, geografia e língua portuguesa no currículo das escolas públicas e privadas do estado, que apenas brasileiros natos pudessem ministrar aulas de português, que crianças não pudessem frequentar escolas em outros idiomas, antes de serem alfabetizadas no idioma pátrio.¹⁶ Tratava-se da defesa do

¹⁶Annaes do Senado de São Paulo, Ano 1920, Conferência anexada à 55ª sessão de 06/12/190 a pedido do Dep. Valois de Castro, p. 468.

nacionalismo, contra a *estrangeirização do Brasil*, no contexto da grande presença de imigrantes no país e do pós I Guerra Mundial.

O projeto causou polêmica na Câmara em torno do argumento de inconstitucionalidade.¹⁷ O deputado Aureliano Gusmão defendeu a constitucionalidade do mesmo, alegando que a legislação estadual prescrevia que o ensino primário deveria ser gratuito, leigo e obrigatório, portanto, não definia o conceito de ensino primário, nem a extensão dele. O que fazia o projeto era justamente o que o texto constitucional não fazia: definia o que era ensino primário e a extensão dele.¹⁸ Já o deputado Luiz Paiva sugeriu reduzir o primário para no mínimo 3 anos, pois “em 2 anos não se forma o espírito nacional escolar”.

Assim, citando a extensão do ensino primário e não o respeito à idade escolar explicitada na lei, o deputado Aureliano Gusmão jogava com a distorção das palavras e intenções do texto constitucional, alegando que se tratava apenas de dinamizar o combate ao analfabetismo, e não de desarticular o sistema de ensino. Afirmção enganosa, pois que se tratava de uma mudança profunda.

Estes eram os teores do debate parlamentar: nacionalismo, moralismo cívico, alfabetização a qualquer custo. A reforma foi aprovada, mas não como concebida por Dória, o que motivou-o a exonerar-se da Direção da Instrução Pública, em 1922. Como lembra Maria Marta Carvalho, a importância da reforma acabou por ser a abertura do debate qualidade X quantidade no ensino público, motivo pelo qual o texto marca o debate educacional da década. (CARVALHO, 2010: p.30)

Analisemos agora o debate intelectual promovido pela ABE, Associação Brasileira de Educação, organizada em 1924, na cidade do Rio de Janeiro, que passou a liderar o debate educacional no país, pelo número de atividades que promovia, pela articulação com intelectuais de outras instituições, nacionais e internacionais, e pela divulgação de seus trabalhos na grande imprensa, na *Revista Educação* e no *Boletim* que publicavam.

¹⁷ Projeto nº 47, de 1920, Reformando a Instrução Pública do Estado. *Annaes do Senado de São Paulo*, Ano 1920. p. 454-456

¹⁸ *idem, ibidem*, p.439-440.

Dentre as atividades da ABE, as que alcançaram maior repercussão foram as Conferências Nacionais de Educação, realizadas em diferentes estados da federação. Na década de 1920 foram realizadas três edições do evento: a primeira Conferência em 1927, em Curitiba; seguida pela de 1928, em Belo Horizonte e de 1929, em São Paulo.

As conferências significaram um avanço dos intelectuais educadores no sentido de construir elos entre o governo federal, governos estaduais e representantes da sociedade civil: professores, cientistas, médicos, jornalistas e lideranças políticas. Na I e II Conferências foram tratados os mais variados problemas de natureza educacional. Destacavam-se nos discursos da Primeira a atribuição da essência política e transformadora da educação, definida como única via de modernização do Brasil; os diagnósticos da *má qualidade* ou da *falta de caráter* do povo brasileiro, de modo a justificar reformas educacionais; a demanda por uma escola integral, que possibilitasse não apenas alfabetizar, mas que formasse moralmente o brasileiro e que lhe incutisse uma identidade nacional, e a questão do ensino primário, articulado à defesa da unidade nacional, pela educação moral.

Nos interessa aqui comentar as referências feitas ao escolanovismo. Quando referida, a Escola Nova é sempre acolhida pela ideia da educação ativa, característica moderna e contrária à educação tradicional e à passividade a que esta limitava os alunos. Por exemplo, para diremir dúvidas na discussão sobre a expressão “nacionalização da escola ativa”, Lysimaco Ferreira da Costa esclareceu que

a escola ativa foi criada em oposição à escola passiva, na qual a atividade era toda do professor. No Brasil, os professores despendem enorme esforço diante das crianças, cujo aproveitamento ficava reduzido a quase nada... E os professores que exerceram ou praticaram no Brasil a escola ativa não tiveram o espírito de coordenação dos processos educativos conhecidos em todo o mundo, daquelas admiráveis escolas criadas na Bélgica, com o intuito de sanar as dificuldades da escola passiva. Assim, resumindo meu pensamento, acho que a expressão "nacionalização da escola ativa" é um tanto forte. Não é possível essa nacionalização.¹⁹

¹⁹ Lysimaco Ferreira. III Conferência Nacional de Educação, São Paulo, setembro/1929. Arquivo ABE. Rio de Janeiro, p. 170-171.

Nos seus discursos, alguns intelectuais também acolhiam as propostas de reforma ética da sociedade, defendidas pelo escolanovismo. Na Europa, particularmente na década de 1920, o movimento criticava a crise do mundo capitalista e incentivava a solidariedade e a cooperação. Mas em evento onde o que mais se defendia era a moral, muitos se apropriavam da defesa da ética para associar, por exemplo, a moral religiosa católica. Uma apropriação que acabava por distorcer um princípio fundamental da Escola Nova que era a laicidade, a ideia de que a educação pública, como instituição de *todos*, não pode subordinar-se ao interesse de *uma* religião, qualquer seja ela.

Acolher as iniciativas “modernas” que eram atuais lá fora era postura comum, mas o importante é refletir sobre como essas iniciativas forma pensadas aqui. Na I Conferência, no relatório que fez dos trabalhos da Comissão da Escola Ativa, disse Gustavo Capanema:

“o que caracteriza a escola ativa é o seu espírito e os métodos do seu ensino...Vem reformar a escola tradicional tanto na sua finalidade como nos seus métodos. É dever das novas gerações nacionalizá-las, isto é, adaptar os seus princípios à fisionomia do nosso meio.”²⁰

Nessas adaptações se encontram as brechas para aderir à noção de escolanovismo, selecionando apenas os elementos de interesse ao *nosso meio*. Ou seja, adaptando-o ao meio nacional, considerado atrasado, e ao povo brasileiro percebido como sem qualidade, sem caráter moral, que precisava interiorizar um comportamento moral ordeiro, trabalhador, disciplinado, seguidor das novas regras de civilização.

Selecionava-se o que interessava à elite intelectual e/ou política, e descartava-se outros elementos, ainda que fossem essenciais ao escolanovismo, como a centralidade do processo educacional no indivíduo, na autonomia deste e na dignidade humana. Era difícil para a maioria de nossos intelectuais projetar a “concessão” de autonomia a indivíduos percebidos como sem cultura civilizada, sem capacidade intelectual e criativa, ou respeitar a dignidade onde nada se percebe de digno.

Por isso, a constante reivindicação pela *unidade moral da população brasileira*, que pode ser traduzida como imposição à nação de “uma” moral, a

²⁰ Gustavo Capanema, III Conferência Nacional de Educação, *op cit*, p.173.

considerada adequada pela elite intelectual, como se evidencia na fala de Antônio Cavalcanti de Albuquerque, da ABE: “No Brasil, por não possuímos uma consciência nacional geral, a unidade da Pátria só depende da moral das classes superiores”.²¹

Muito além de alfabetizar, por trás da formação moral, considerada essencial na composição da educação integral e nacional, encontramos o autoritarismo de uma elite refletindo sobre projetos de educação adequados à realidade do Brasil de 1920, sob sua liderança e mando: de abertura ao capitalismo, à industrialização, à expansão urbana; de forma a organizar o crescimento da nação aos seus interesses. A igualdade jurídica ou a igualdade de dignidade humana extensiva a todos os cidadãos brasileiros passava longe da percepção de mundo de nossos intelectuais. Por trás de suas propostas está a autoritária percepção política de sociedade *naturalmente* fragmentada em cidadãos de primeira e de segunda categoria.

Essa visão ainda mais se esclareceu na III Conferência, onde se privilegiou a questão do ensino secundário. Nos discursos desta, sobressai a articulação entre educação e expansão da riqueza econômica.²² Debatia-se a formação de trabalhadores adequados às necessidades percebidas pela elite brasileira, como na fala do Comandante Armando Pinna, que pediu a criação do ensino profissional marítimo:

Na exploração da pesca pelo litoral do Brasil arregimentam-se 80 mil praiheiros.... vivendo infelizes diante das riquezas que não sabem e não podem explorarNo ensino ministrado no litoral, criminalmente se os encaminha para atividades contrárias às suas tendências naturaes... de um filho de praieiro...nós fazemos um mau, um péssimo, um horrível advogado, medico, engenheiro, condutor de trem....²³

Na defesa de Pinna e na conclusão da Comissão do Ensino Secundário, de que é conveniente criar dois tipos de ginásios: o técnico, para formar nas profissões superiores; e o clássico, para o ingresso nas universidades

²¹ I Conferência Nacional de Educação, Curitiba, 1927, Tese nº 86, "A unidade da pátria pela cultura moral", apresentada por Antônio V. C. Cavalcanti de Albuquerque, da ABE.

²²Veja o discurso de Fábio Barreto, Secretário dos Negócios do Interior do estado de São Paulo, na sessão de instalação dos trabalhos da 3ª Conferência. III Conferência Nacional de Educação, São Paulo, setembro/1929. Arquivo ABE, p. 50.

²³ Armando Pinna, III Conferência Nacional de Educação, *op cit*, p. 272.

científicas,²⁴ evidencia-se que a autonomia não era franqueada aos populares, na acepção da elite brasileira.

Considerações finais

Vimos que no debate educacional dos anos 1920 o escolanovismo estava presente, mas não era a principal questão do debate. Era consenso entre nossa elite intelectual que o Estado assumisse a educação pública e gratuita em uma nação de miseráveis, porque entendiam que o povo deseducado precisava aprender a obedecer leis e a acatarem um repertório cultural homogeneizado, padronizado. O centro do interesse não era o povo miserável, doente e ignorante, nem a situação de desigualdade extrema no acesso aos bens materiais e culturais alcançados pela nação.

Na discussão de organização do ensino evidenciam-se amplos projetos de organização do Estado e o de plasmar a nacionalidade. A grande defesa era a educação moral do povo brasileiro, de modo que este acatasse o papel subalterno que lhe era oferecido pela elite intelectual, econômica e/ou política, em conformidade com o projeto burguês.

A análise dos argumentos, das forças políticas que operavam naquele contexto histórico, das ideias, vocabulários, símbolos e imagens que representavam o cidadão ou os ideais de modernização da nação brasileira, não contemplavam uma modernização social, uma sociedade mais justa ou mais igual. Ao mesmo tempo que se dizia querer um novo cidadão para o Brasil, portador de uma identidade "moderna", inventava-se a representação de um cidadão passivo, pacífico, conformado com sua posição submissa na sociedade.

Portanto, o debate intelectual e as demandas por reformas educacionais da década de 1920, às quais se atribuiu o epíteto de pioneiras do escolanovismo, tiveram amplitude bastante limitadas e, se comparadas à amplitude da Escola Nova na Europa ou nos EUA, estiveram esvaziadas da noção de autonomia do indivíduo e de construção da democracia efetiva.

²⁴ Barbosa de Oliveira, III Conferência Nacional de Educação, *op cit*, p.244.

Referências

Fontes

Annaes do Senado de São Paulo, Ano 1920. Arquivo da Câmara Estadual de São Paulo.

BARBOSA, Ruy. Reforma do Ensino Secundário e Superior. *Obras Completas de Rui Barbosa*. V. IX, 1882, Tomo I. Ministério da Educação e da Saúde. Rio de Janeiro, 1942.

BARBOSA, Ruy. Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública. *Obras Completas de Rui Barbosa*. V. X, 1882, Tomo I. Ministério da Educação e da Saúde. Rio de Janeiro, 1947.

VERÍSSIMO, José, *A Educação Nacional*, Rio de Janeiro: Typografia da Livraria Francisco Alves, 1906 (1ª edição:1890).

I Conferência Nacional de Educação, Curitiba, 1927. COSTA, Maria José *et al*(org.). *I Conferência Nacional de Educação* Brasília:INEP, 1997.

III Conferência Nacional de Educação, São Paulo, setembro/1929. Arquivo ABE. Rio de Janeiro.

Páginas da História: notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE. Belo Horizonte, 1928. SILVA, A. (org.). Brasília: INEP, 2004

Bibliografia

BERSTEIN, S. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BOTO, C. *A escola do homem novo:entre o iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: UNESP, 1996.

CARVALHO, M.M.C., A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, Marcos Cezar de.*Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____, *Sampaio Dória*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massananga, 2010.

GOMES, Â. C., PANDOLFI, Dulce, ALBERTI, Verena (orgs.), *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

IAMASHITA, L.M. C., "Educação, Civilização e Eugenia nos projetos de nação brasileira, na década de 1920". In: IAMASHITA, L.(org.), *Nação e Modernização no Brasil Republicano: narrativas plurais*, Brasília: Verbena Editora, 2016.

- LUPPI, S., *Condenados pela civilização: a eugenia e o projeto de aperfeiçoamento físico e moral da população brasileira nas três primeiras décadas do séc. XX*. Dissertação/ Mestrado/ História/ UnB. 2011.
- NAGLE, J., Educação na Primeira República. In: HOLANDA, Sérgio B., *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1970, Tomo 3, v. 2.
- RODRIGUES, J.P . O movimento da 'Escola Nova' entre as duas guerras mundiais, num documentário de Joanna Grudzinska. In: *Portal Galego da Língua*, em 14 de janeiro de 2015, acessado em 11/02/2019.file:///C:/ESCOLA%20NOVA/O%20movimento%20da%20'Escola%20Nova

A EXTREMA-DIREITA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O CASO DO MOVIMENTO MÍDIA SEM MÁSCARA

Natalia dos Reis Cruz

*Prof.^a Associada do Departamento de Historia da Universidade Federal
Fluminense de Campos dos Goytacazes*

Introdução

O Brasil vem sendo palco de diversos movimentos de extrema-direita nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. A reestruturação do capitalismo, a fragmentação da classe trabalhadora, enfraquecendo sua identidade de classe, e a instabilidade econômica e social que coloca as classes médias em uma situação de insegurança e predispostas a medos coletivos socialmente construídos, contribuiu para que o terreno político e social brasileiro torne-se fértil para o surgimento de movimentos sociais extremistas situados à direita do espectro político, com discursos elaborados em torno da idéia de inimigo e de nacionalismo extremado.

O presente trabalho estuda o movimento *Mídia Sem Máscara (MSM)*, criado e liderado por Olavo de Carvalho, que faz uso dos mais modernos meios de comunicação, como as redes sociais, para difundir sua visão de mundo e suas narrativas sobre os problemas brasileiros e mundiais, com o objetivo de alcançar a opinião pública e persuadi-la a aderir às suas propostas discriminatórias e excludentes de organização da sociedade brasileira.

O *Mídia Sem Máscara* foi fundado em 2002, tendo como principal instrumento de divulgação de suas idéias a rede mundial de computadores. Localizado no site <http://midiasemmascara.org>, tem como fundador e editor-chefe Olavo de Carvalho (oriundo de uma família da nova pequena burguesia brasileira), que possui um site próprio, www.olavodecarvalho.org, se denomina filósofo e ministra cursos no Seminário de Filosofia – o qual também possui um site, www.seminariodefilosofia.org. Olavo de Carvalho

preside o *The Inter-American Institute* (<http://theinteramerican.org>), integrado, segundo o próprio, por intelectuais "de alto calibre dos EUA e da América Latina".

A atuação de Carvalho nas redes sociais engloba também um canal no youtube (<https://www.youtube.com/user/olavodeca/featured>), facebook (<https://pt-br.facebook.com/carvalho.olavo/>) e twitter (<https://twitter.com/odecarvalho>), nos quais são apresentadas ideias, discussões e entrevistas sobre variados temas, e tais meios de comunicação alcançam um número razoável de seguidores. No caso do twitter, por exemplo, Olavo possui 570 mil seguidores e há cerca de 12,7 mil curtidas em suas postagens. Já no facebook, o número de seguidores é de 570.734, enquanto no youtube existem 650.222 inscritos em seu canal.

O site Mídia Sem Máscara foi fundado com o objetivo de "denunciar" o que chamam de "viés esquerdista" da mídia brasileira, que esconderia ou distorceria idéias e notícias. Assim, o site se pretende "sem máscara", ou seja, apresentaria notícias sem distorções. O movimento se apresenta, portanto, como "objetivo" e "neutro", imagem esta totalmente inverídica pelo viés direitista das narrativas de seus membros.

Os temas abordados pelo movimento são variados e são englobados nas categorias de política, economia, cultura e religião. A idéia principal contida no discurso do *MSM* é a de que o noticiário da mídia nacional estaria manipulado pelos esquerdistas, afirmando que o esquerdismo representa o "mal" e possui propósitos maléficos em relação à sociedade brasileira.

A filiação ideológica do *MSM* pode ser percebida pelos links existentes em seu facebook para páginas do *Instituto Mises Brasil* (que defende as idéias neoliberais no mundo) e de Jair Messias Bolsonaro (famoso político brasileiro de origem militar, eleito à Presidência do Brasil nas eleições de outubro de 2018, sendo o principal representante das idéias de extrema-direita no país e defensor dos regimes militares instituídos no Brasil após o golpe de 1964). Assim, o *MSM* conjuga a defesa do neoliberalismo na economia e do conservadorismo de caráter autoritário na política e na sociedade.

Lucas Patschiki (2012) desenvolveu uma dissertação de mestrado sobre o *MSM*, na qual ele discorre sobre os intelectuais que compõem o movimento e analisa o *MSM* no período de 2002 a 2011. Segundo o autor, Olavo de

Carvalho criou o *MSM* para agrupar vários intelectuais de direita em torno do anticomunismo, no contexto das eleições presidenciais de 2002 em que Luiz Inácio Lula da Silva, do *Partido dos Trabalhadores (PT)* foi eleito para o cargo pela primeira vez. O anticomunismo do movimento teria servido como base ideológica comum para o espectro fascista da sociedade brasileira, com vistas a acirrar a luta de classes no país. (Idem)

Olavo de Carvalho foi filiado ao *Partido Comunista Brasileiro (PCB)* e pertenceu "à ala mariguêlista" (de Carlos Mariguêla, conhecido guerrilheiro durante a ditadura militar) do partido, tendo acompanhado os preparativos do movimento de guerrilha que lutou contra o regime militar brasileiro. Carvalho afirma ter abandonado o partido em 1968 por discordar da luta armada, afirmação esta sem sentido, pois os que abandonavam o partido nesta época o faziam para entrar na luta armada, e não por serem contra essa forma de luta. (Idem, pp. 27)

Carvalho chegou a ingressar no curso de Filosofia no *Conjunto de Pesquisa Filosófica da PUC* do Rio de Janeiro, que cursou durante três anos, mas não o concluiu devido ao fechamento do curso após a morte de seu principal promotor, o Padre Stanislavs Ladusãns (filósofo estoniano residente no Brasil). (Idem, pp. 28)

No final da década de 1980, passou a se dedicar mais ativamente à Filosofia, criando cursos permanentes, os chamados Seminários de filosofia, época em que firmou-se como intelectual "de certo renome". Porém, na imprensa, Carvalho emergiu no espaço deixado pela morte de Paulo Francis, em 1997, período em que a grande mídia defendia ostensivamente o neoliberalismo, fazendo parte dessa rede *Jornal do Brasil*, *O Globo*, a *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Em 1996, lançou o livro *O imbecil coletivo: atualidades inculturais brasileiras* pela Editora da UniverCidade do Rio de Janeiro, foi autor de vários livros sobre astrologia, política e filosofia e, nos anos 2000, trabalhou em vários jornais, revistas e editoras, como *O Globo*, *Zero Hora*, *Jornal do Comércio* e *Jornal do Brasil*. (Idem, pp. 42-43)

O site próprio de Olavo de Carvalho, por sua vez, foi lançado em 1998, quando passou a atuar intensivamente nas redes sociais. Já em 2002, o *Mídia Sem Máscara* é fundado e, através dele, Carvalho passa a aglutinar em torno de si vários intelectuais, sendo um poderoso meio de unificação ideológica e

organizacional da extrema-direita brasileira. O site seria bancado pela publicidade da Livraria Cultura, por doações através da ONG *Instituto Brasileiro de Humanidades*, e alegadamente pela *Associação Comercial de São Paulo (ACSP)* – embora este último patrocínio não possa ser confirmado, mas apenas o apoio da *ACSP* a Carvalho através de publicações e promoções. (Idem, pp. 46)

Em 2005, Carvalho foi demitido de diversos jornais e revistas em que trabalhava, como dos jornais *O Globo* e *Zero Hora*, e ele passou a viver do *Jornal do Comércio*, mantido pela *Associação Comercial de São Paulo (ACSP)*. A explicação que Carvalho dá para as demissões é sua tese de perseguição ideológica, por suas "denúncias da existência do *Foro de São Paulo* e dos laços entre partidos políticos e quadrilhas de narcotraficantes e seqüestradores." Depois das demissões, Carvalho mudou-se para os EUA, residindo em Richmond, Virginia, como correspondente do *Diário do Comércio*. (Idem, pp. 47)

Carvalho fundou também o *Instituto Olavo de Carvalho (IOC)*, em 2009, que tornou-se um importante espaço de formação ideológica de futuros intelectuais, para servirem de quadros do *Mídia Sem Máscara*, através do oferecimento de cursos de filosofia e línguas e grupos de estudos literários. (Idem, pp. 58)

Para abordar o discurso do MSM, o conceito de ideologia é fundamental. Para a análise aqui realizada, adotaremos a concepção crítica de Thompson (2002), segundo o qual a ideologia é, por natureza, hegemônica, pois serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e para reproduzir a ordem social que favorece determinados grupos dominantes. A concepção de ideologia de Thompson pode, inclusive, ser articulado com o trabalho de Norman Fairclough (2001), que aborda a relação dialética entre estrutura social e discurso, enfatizando que o discurso é moldado pela estrutura social, mas é também socialmente constitutivo. Este mesmo raciocínio pode ser aplicado à ideologia, que, embora esteja relacionada a uma dada estrutura social, é também constitutiva dessa estrutura.

Temas, argumentos e estratégias discursivas

São várias as temáticas que aparecem no discurso de Olavo de Carvalho e do movimento criado por ele. Podemos destacar o anti-esquerdismo (aqui englobado também o anti-comunismo, o anti-petismo e a aversão aos diversos movimentos sociais progressistas) e a islamofobia, temáticas que serão abordadas neste trabalho. A criação da idéia de inimigo nacional e teorias da conspiração acompanham essas temáticas, que o fazem associado ao espectro político da extrema-direita.

O anti-esquerdismo

Um dos eixos principais do discurso do Mídia Sem Máscara é o anti-esquerdismo, que aparece na forma de anti-comunismo, aversão a movimentos sociais progressistas e no anti-petismo. O objetivo do discurso é desqualificar qualquer idéia associada à esquerda em geral e aos princípios que defende, o que é feito através de um conjunto de estratégias discursivas manipuladoras e baseadas na total desconsideração para com o conhecimento histórico e conceitual.

Para abordar essa temática, serão usados dois artigos de Heitor De Paola¹, publicados no site do MSM: Stalin ganha mais uma, de 18 de agosto de 2017 (<http://midiasemmascara.org/artigos/charlottesville-stalin-ganha-mais-uma/>) e O Manifesto Cartunista – A Esquerda na Mira do Humor, de João Spacca, de 5 de julho de 2017. (<http://midiasemmascara.org/colunistas/prefacio-o-manifesto-cartunista-esquerda-na-mira-do-humor-de-joao-spacca/>)

O primeiro artigo trata dos recentes conflitos entre neonazistas e anti-fascistas em Charlottesville. A tese central baseia-se na idéia de que os conflitos foram uma grande armação, em decorrência da ação de forças “direitistas” e “esquerdistas”, que sempre atuariam em conjunto. Haveria um plano para implementação do comunismo totalitário no mundo todo. No discurso existe uma tese subjacente: O que se chama direita e esquerda seria

¹ Heitor de Paola escritor é comentarista político, membro da International Psychoanalytical Association e Clinical Consultant, Boyer House Foundation, Berkeley, Califórnia, e membro do Board of Directors da Drug Watch International. Possui trabalhos publicados no Brasil e exterior. Ex-militante da organização comunista clandestina Ação Popular (AP), é autor do livro *O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial*.

na verdade o mesmo grupo – dominado pelos esquerdistas. O objetivo da "armação" seria prejudicar a imagem do presidente Trump, que criticou tanto um lado como o outro. A “confrontação” teria sido preparada por eles para demonstrar que todos os apoiadores de Trump são supremacistas brancos, nazistas, antissemitas e misóginos! A intenção seria incrementar os movimentos anti-Trump com a finalidade de derrubá-lo do poder.

As estratégias discursivas usadas para fundamentar a tese seriam retomada e interpretação de fatos passados, totalmente descontextualizados, como por exemplo os acordos entre a URSS e a Alemanha nazista – pacto Ribbentrop-Molotov. A tese é corroborada com fotografias de Stalin ao lado dos dois ministros das relações exteriores no momento da assinatura do pacto. Não há nenhuma análise do contexto histórico de assinatura do pacto, construindo-se uma narrativa de que se houve um pacto entre comunistas e nazistas seria porque ambos eram aliados ideológicos.

O autor afirma existir um trabalho de infiltração do comunismo nos EUA desde o fim da segunda guerra mundial, atingindo as entidades de trabalhadores, estudantis e de professores e o Partido Democrata. E coloca a Klu Klux Klan (uma organização racista de extrema-direita) associada ao Partido Democrata com o objetivo em comum de destruir os Estados Unidos como líder no mundo livre.

A tese da infiltração do comunismo no mundo “livre” é apontada como similar à política nazista de Hitler, usando como fonte o livro de Gary Allen e Larry Abraham, *None Dare Call it Conspiracy*, que revelaria as agendas da elite global que controla os processos políticos dos Estados Unidos e grande parte do resto do mundo.

Segundo o livro, este grupo de integrantes do establishment teria sido historicamente responsável por estabelecer secretamente e, em seguida apoiar, os regimes comunistas totalitários na Rússia, na China e em grande parte do mundo; as filosofias globalistas que são atualmente implementadas, pediria que um sistema uniforme de governo similar seja eventualmente imposto a toda a população do planeta em uma “Nova Ordem Mundial” totalitária.

Uma das partes mais extravagantes do artigo é a idéia de que a “Nova Ordem Mundial” totalitária teria sido idealizada por Lenin e implementada por Stalin através da criação da ONU e outros organismos globalistas. Este

projeto incluiria a progressiva união de países sob elites não eleitas com força total para implementar suas regras e leis. Dessa forma, haveria um projeto esquerdista mundial: o fim das democracias ocidentais e de todo e qualquer poder escolhido pelo voto e tal projeto seria semelhante ao projeto nazifascista, pois se opõe à democracia, definida como renovação periódica do poder através do voto popular, para acabar com a liberdade e a distribuição da riqueza pelo trabalho.

O delírio não termina por aí. O projeto maior seria a abolição de grande parte da humanidade para gozo pleno das elites, conforme diz C. S. Lewis em *The Abolition of Man*. Para tanto, seriam utilizadas técnicas eugênicas e de controle populacional, como aborto, eutanásia, seleção dos mais capazes, homossexualidade e transgenerismo (infertilidade).

Há, no artigo, um conjunto de operações discursivas que visam criar uma narrativa convincente de que a extrema-direita nazista e fascista é semelhante ao comunismo. Tais estratégias possuem os seguintes elementos: descontextualização dos fatos (como ao se referir ao pacto Ribbentrop-Molotov), desconsideração das diferenças gritantes entre os projetos de sociedade fascista e comunista, ênfase na forma dos regimes (totalitário ou autoritário) e desprezo pelos seus conteúdos substantivos, uso do conceito de totalitarismo sem nenhuma discussão aprofundada sobre o mesmo (como se seu uso fosse imposto pela “verdade dos fatos” e não fosse debatido e criticado dentro dos trabalhos acadêmicos), teoria da conspiração beirando à paranóia visando queimar a imagem da esquerda na opinião pública, discurso invertido (associar a um grupo social e político idéias e práticas do grupo opositor).

Chama a atenção a dissociação da figura de Trump do campo político da extrema-direita, e associação deste à esquerda. Assim, Trump aparece como defensor do mundo livre e democrático em oposição aos totalitários. Outro destaque é o discurso que associa democracia e conservadorismo com liberdade e distribuição da riqueza a partir do trabalho. Discurso ancorado no ideário liberal de enriquecimento via trabalho. Os totalitários, ao contrário, são anti-democráticos e contrários à liberdade, pois querem distribuir a riqueza para quem não trabalha.

Não existe no artigo nenhuma discussão conceitual sobre o que é o comunismo e quais suas verdadeiras propostas, relaciona o comunismo à tese do globalismo, dissociando por completo a ordem capitalista do processo de globalização, não apresenta um debate sério sobre o que é a globalização e cria uma narrativa conspiratória e delirante que visa associar pautas de movimentos sociais progressistas com um suposto plano de destruição da humanidade levado a cabo por elites “comunistas”.

O segundo artigo também aborda uma suposta dominação esquerdista, baseado em uma suposição delirante de que tudo é esquerda e tudo é comunismo. A tese central é a de que a esquerda representa a barbárie, o desconhecimento e a mentira. Em oposição a ela estariam os representantes da verdade, do conhecimento e da civilização, cujo maior mentor seria Olavo de Carvalho.

O artigo é um prefácio à obra do humorista João Spacca, “O Manifesto Cartunista – A Esquerda na Mira do Humor”. O autor apresenta a obra contando uma história que tem como personagem central Olavix Carvalhovix (representando Olavo de Carvalho), um druída “possuidor de grande conhecimento do Carvalho”. O carvalho seria uma árvore que possuiria uma poção mágica, o visco, que seria o conhecimento e a verdade. “O visco bebido em líquidos conferia fertilidade e era um antídoto para qualquer tipo de veneno.” O personagem então extrairia o visco da árvore e a distribuiria a seus seguidores. O mestre e seus discípulos lutariam contra a barbárie, as tropas do Cesar Vermelho, que pretendem destruir a verdade. Os bárbaros vermelhos serviriam o veneno.

Os bárbaros vermelhos são associados à esquerda em geral, incluindo o PT. Spacca teria pertencido aos “bárbaros vermelhos”, pois foi de esquerda na juventude. “Era inteiramente de esquerda e petista, bem nutrido de Henfil e MPB”. Segundo o próprio Spacca: “Fiz até animação de graça para a campanha do Suplicy, frequentei as feijoadas petistas. Uma vez fui levado a um sítio para receber aulas e panfletos de uns militantes sandinistas”. Spacca teria iniciado seu afastamento desse passado quando começou a ter contato com o meio empresarial e percebeu que seu pensamento não correspondia à realidade. Acusa a esquerda de adaptar os fatos às suas teorias, e não o contrário, iniciando seu processo de distanciamento do esquerdismo.

A obra de Olavo de Carvalho teria sido a centelha que acendeu seu amor pelo conhecimento. Antes, trabalhava para os segmentos ligados ao que chama de Massacre Cultural espalhados nos mais diversos segmentos de comunicação, garantindo em todos a visão da esquerda. Aparece então o conceito de “marxismo cultural”, ou seja, afirmação de que a esquerda é hegemônica nos meios culturais.

Segundo Spacca, para resistir à máquina da propaganda esquerdista, seriam necessárias duas condições: “Em primeiro lugar é fundamental que, mesmo aderindo temporariamente à onda, o caráter seja íntegro. Assim, mesmo que a superfície da pessoa possa ser invadida, seu cerne resiste às investidas por ter fortes muralhas espirituais. O caráter é o último baluarte, se sucumbir, nada mais resta. Em segundo lugar, é preciso encontrar a “poção mágica”, o conhecimento que está à disposição dos homens, que embasa a retomada de posse das regiões invadidas.” Spacca afirma ainda que a esquerda se disfarça de direita, como é o caso dos tucanos, que seriam “a esquerda especializada nos meios institucionais para fazer o mesmo de uma forma, digamos, mais folclórica e estabanaada”.

Uma das charges humorísticas de Spacca apresentada no artigo tem o título “Vitimilson o petistérico”, e mostra um caminhão de lixo com o dizer “lixo da história” comandado pelo lixeiro com a cara de Marx, que pergunta a um sujeito com chapéu contendo a estrela vermelha do PT segurando um retrato de Lula: “Como é, vai jogar fora ou não vai?”. O sujeito responde: “Peraí. Ainda não decidi se vai pro lixo ou reciclagem”.

A mensagem da charge é clara: ao colocar a figura de Marx à frente de um caminhão com o dizer “Lixo da História”, sugere-se que as idéias marxistas não servem pra nada, pertencem ao passado e devem ser destruídas como se faz com o lixo. Associa o PT e Lula com o marxismo e sugere que o petismo reciclou a figura de Lula para fazê-lo sobreviver politicamente e aparentemente dissociado do marxismo. Logo, se Marx é lixo, o PT e Lula também seriam. O anti-comunismo está, portanto, associado ao anti-petismo, como se fossem a mesma coisa, desconsiderando-se a história do partido, suas divergências internas e a realidade histórica dos governos petistas, associados ao social liberalismo, e não ao comunismo.

O artigo é todo construído em uma operação discursiva calcada em categorias binárias e opostas: verdade e mentira, civilização e barbárie, conhecimento e desconhecimento, atribuindo à esquerda em geral o lado negativo. Desconsidera a ampla variedade do que se pode chamar de esquerda no Brasil, ampliando consideravelmente o seu leque, abarcando partidos claramente neoliberais e de direita, como o PSDB. Relaciona o posicionamento à esquerda com o mal, dando-lhe inclusive uma dimensão espiritual, já que a acusa de tentar subverter o caráter do indivíduo, estágio que, se alcançado, tornaria o mal irreversível. Trata-se de um discurso totalmente simplista, que reduz questões complexas à simples oposição bem x mal, verdade x mentira.

A islamofobia

No que diz respeito à islamofobia, podemos definir a postura de Carvalho como racista e que visa difundir uma imagem estereotipada e preconceituosa acerca do islã em geral, e dos muçulmanos, contribuindo para gerar atitudes de intolerância contra eles. A abordagem do tema será baseada em dois artigos de Olavo de Carvalho: *A Revolução Abrangente*, de 2013, e *As Garras da Esfinge – Rene Guenon e a Islamização do Ocidente*, escrito em 2016.

O primeiro artigo coloca o islamismo no conjunto de movimentos e pautas sociais associados ao "esquerdismo", como o indigenismo, o estatismo, a negritude, a liberação das drogas, o homossexualismo, o feminismo, apresentados sempre de forma pejorativa e em oposição aos valores do ocidente cristão.

O islã é apresentado como ligado ao suposto objetivo de islamizar a sociedade, colocando no islã objetivos "maléficos" de uma suposta dominação da sociedade, sendo elementos impuros, afetando a "pureza" da sociedade cristã ocidental. A islamofobia aparece também quando associada ao movimento revolucionário, dando ao Islã todos os atributos negativos e pejorativos apresentados em relação aos movimentos revolucionários em geral, quais sejam, hipocrisia, falta de sinceridade no discurso dos mesmos, ausência de princípios ideológicos positivos, pois que baseados apenas no ódio e no desejo de poder ilimitado. O islã é associado ao totalitarismo e à dominação (ao pretender interferir em todas as esferas da sociedade) e é

colocado em uma oposição binária ao cristianismo, ou mais precisamente à visão que Carvalho tem deste, na medida em que desconsidera que a prática cristã também tem o potencial de impactar em todos os setores da vida social.

Carvalho (2013) coloca no mesmo patamar islamismo, comunismo e nazismo como representantes do “mal”, desconsiderando totalmente as especificidades de cada um e os projetos sociais diferenciados. Observa-se uma operação discursiva que visa representar também o nazismo como pertencente ao dito “movimento revolucionário”, o que é conceitualmente falando uma distorsão da essência de um regime que foi essencialmente conservador.

Ao construir uma oposição binária entre islamismo e cristianismo, Carvalho confere a este um viés altamente conservador em termos sociais e políticos, com ausência de qualquer intenção transformadora da realidade social, e dotado de capacidade de adaptação. Por isso, não sendo revolucionário, o cristianismo seria necessariamente algo bom, em oposição a um islã revolucionário.

Uma das estratégias discursivas são os não-ditos e os silêncios presentes no discurso servindo para dar ao seus argumentos uma aparência de legitimidade. Carvalho esconde os reais propósitos dos elementos ditos como “revolucionários”, suas pautas e a justeza das mesmas, os condicionantes sociais e políticos que levaram ao surgimento de tais pautas e a importância delas para a luta contra situações de opressão. Assim, o autor consegue transformar movimentos que possuem causas humanamente compreensíveis e justas em “inimigos terríveis” e no “mal absoluto”.

No que diz respeito ao islamismo, o autor omite as causas sociais e econômicas que levam milhares de pessoas de religião muçulmana a imigrarem de seus países de origem para a Europa, causas estas muitas vezes provocadas pelos próprios países europeus em sua expansão imperialista pelas periferias do mundo, ocasionando guerras e instigando conflitos locais. Assim, o grande número de muçulmanos na Europa pode ser interpretado como ocasionado por “conspirações islâmicas”, e não resultado de processos históricos de caráter econômico e social. Transforma-se as populações muçulmanas, as quais muitas vezes vivem em situação precária e marginalizadas nos países europeus, em algozes da civilização judaico-cristã.

Quanto à associação de esquerdismo com islamismo, só parece lógico ao se omitirem informações de caráter histórico que mostram não haver tal associação, como a oposição dos talibãs ao governo comunista do Afeganistão e, por sua vez, o apoio dos EUA (um país de cultura cristã) às forças muçulmanas fundamentalistas contra o governo apoiado pelos soviéticos (Vizentini, 2002) e as relações geopolíticas e comerciais entre os EUA e países de regime islâmico fundamentalista, como a Arábia Saudita. (Little, 2004)

A própria idéia de que o cristianismo não pretende transformar realidades sociais em oposição ao islamismo que o pretende é simplificadora da história dessas práticas religiosas, que, não podem ser vistas de forma monolítica, sendo mais apropriado falar em cristianismos e islamismos. O autor omite a existência de diversos grupos fundamentalistas cristãos, tanto nos EUA como no Brasil, que pretendem dirigir todos os aspectos das vidas dos cidadãos dos seus países, utilizando o poder do Estado para tal, impondo a pauta moral do cristianismo a todos, recusando inclusive que o Estado aja de forma laica em relação a todos os cidadãos, independente de suas crenças e praticas. Um exemplo, nos EUA, é o dominionismo, que defende o controle pelos cristãos de todas as instituições da sociedade, incluindo o governo e os tribunais, com decisões jurídicas baseadas nos 10 mandamentos, defendendo a punição do homossexualismo com a pena de morte. Sua figura principal é Rick Perry, que governou o Estado do Texas.²

A tese da islamização das sociedades ocidentais, aparece principalmente no artigo *As Garras da Esfinge – Rene Guenon e a Islamização do Ocidente*, escrito em 2016, usando como fonte a obra de Rene Guenon, *Ocidente e Oriente*, publicada em 1924. Para desenvolver sua tese, o autor realiza um debate filosófico, no qual ele se contrapõe à corrente tradicionalista e perenialista, cujas idéias centrais são apresentadas ao leitor e depois desconstruídas.

Ao dialogar com Lee Penn, Carvalho reafirma a tese deste baseada em uma suposta criação de uma religião mundial, enfatizando que o autor apresenta

² Um exemplo, nos EUA, é o dominionismo, que defende o controle pelos cristãos de todas as instituições da sociedade, incluindo o governo e os tribunais, com decisões jurídicas baseadas nos 10 mandamentos, defendendo a punição do homossexualismo com a pena de morte. Sua figura principal é Rick Perry, que governou o Estado do Texas.

muitas fontes primárias, dando um sentido de legitimidade e verdade à obra. Nela está presente o que ele interpreta como uma paródia satânica, demonizando um projeto que supostamente existe e apontando para a idéia de um mal a ser combatido. Carvalho (2016) aceita o pressuposto de Lee Penn como verdade absoluta, apresentando a tese do autor como praticamente incontestável, já que apenas “*descreve e documenta com abundância de fontes primárias*”, ou seja, ele isenta o trabalho de Lee Penn de qualquer processo de interpretação das fontes usadas, nada diz de como o autor trabalhou as fontes, passando ao leitor a idéia de que seria um trabalho neutro e de que as fontes primárias por si só revelam a realidade.

Carvalho apresenta também um discurso anti-ecumênico, criticando o ecumenismo e associando-o a um projeto de dominação mundial por uma única religião. Além disso, ao desenvolver o tema da metafísica no texto, definindo-a como uma “*estrutura da realidade universal*”, que se manifesta nos diversos níveis ou planos da existência, Carvalho conclui que a Tese da Unidade Transcendente das Religiões, defendida por Guenon e sua corrente, está correta, porque todas as crenças se referem à existência de tal realidade metafísica. Mas o tema da metafísica é introduzido no texto para dar início a uma concepção exclusivista que hierarquiza umas crenças em relação às outras, ou desqualifica todas, com exceção de uma, que no caso do autor, seria o cristianismo. Assim, Carvalho critica a visão de Guenon e Schuon, segundo a qual todas as crenças atingem a perfeição porque todas elas permitem o acesso à metafísica, ou seja, à chamada realidade universal ou Verdade Primordial, e apresenta um discurso exclusivista. Afirma que, embora todas as crenças permitam o acesso ao mundo metafísico, o conhecimento desse mundo não é perfeito em todas elas, o sendo apenas no cristianismo.

Toda essa discussão acerca da percepção tradicionalista e da tese guenoniana é apresentada como um fio condutor para a tese central de todo o artigo: a ameaça sobre o ocidente por um projeto de islamização. Todo o restante do texto é dedicado a induzir o leitor a perceber tal projeto, tendo como pano de fundo a tradição perenialista, o islã e a obra de Guenon. O discurso apresenta o ocidente cristão como a vítima de uma conspiração. Ao apontar para as sugestões que o perenialismo oferecia ao católico, a partir dos

anos 1960, Carvalho leva o leitor a perceber que todas elas visavam a destruição do ocidente cristão. A primeira sugestão seria a conversão pura e simples ao islã; a segunda seria se abrigar na Igreja Ortodoxa Russa onde ainda haveria resíduos de esoterismo; a terceira seria a filiação a uma tariqa multiconfessional, onde se poderia praticar ritos iniciáticos islâmicos sem conversão formal ao islã. (Idem)

Ao abordar a tese de Guenon, Carvalho mostra o que seria, para o autor, possíveis desenvolvimentos: a queda na barbárie; a restauração da tradição católica sob a orientação de mestres espirituais islâmicos; e a islamização total, ou por meio da infiltração e propaganda ou através da ocupação militar. Deduz então, que o autor defendia a sujeição do ocidente ao islã. (Idem)

Carvalho associa o islamismo com o fascismo. Há uma estratégia discursiva de usar alguns exemplos particulares para culpabilizar todo o islã e seus adeptos pelo extermínio dos judeus pelo nazismo alemão. Observamos, contudo, que esta estratégia está cheia de omissões. Nenhuma palavra é dita do apoio ostensivo de setores institucionais do cristianismo ocidental ao fascismo e ao nazismo, da criação do Estado do Vaticano como resultado do acordo entre o fascismo italiano, sob direção de Mussolini, e a Igreja Católica de Roma, das indenizações recebidas pelo Vaticano devido à perda de terras durante o processo de unificação italiana, do apoio de igrejas protestantes e da Igreja Católica ao nazismo alemão, tendo como motivo principal o combate ao comunismo. (Kertzer, 2017) Assim sendo, se o raciocínio de Carvalho estivesse correto em relação ao islã, ele deveria ser estendido também ao próprio cristianismo ocidental. Mas como o objetivo do autor é criar um estereótipo de toda uma civilização islâmica com base em condutas individuais ou de alguns setores islâmicos, ele omite que setores cristãos também apoiaram o fascismo. Mas nem por isso, somos autorizados a dizer que todo o ocidente cristão ou todos os cristãos foram fascistas.

A outra estratégia discursiva de Carvalho é associar intimamente islamismo e comunismo, estabelecendo junto ao leitor um sentimento de aversão aos dois grupos transformados em inimigos e ameaçadores da integridade do ocidente cristão. Carvalho aponta para uma suposta colaboração entre governos islâmicos e regimes comunistas, faz acusação à esquerda de modo geral de apoiar a suposta islamização do ocidente, através

da defesa da imigração em massa de muçulmanos para o ocidente. A suposta correlação entre comunistas e regimes islâmicos em sua empreitada de dominação do ocidente seria feita por meio do apoio ao chamado terrorismo islâmico, desenvolvendo aqui a idéia de que islamismo é sinônimo de terrorismo.

Há algumas inferências do autor, suposições passadas como se fossem verdade: haveria uma conspiração islâmica para dominar o ocidente, a imigração em massa dos muçulmanos para o ocidente seria parte de tal conspiração, quem defende os imigrantes compactua com tal projeto. Assim sendo, o fato de grupos à esquerda do espectro político tenderem a se contrapor à xenofobia contra imigrantes, incluindo os de fé islâmica, baseados na idéia de tolerância e inclusão social, é interpretado por adeptos de teorias conspiratórias como prova de seus pressupostos, embora não haja racionalmente ligação alguma entre uma coisa e outra. Tudo está no âmbito do discurso baseado numa visão binária de mundo em que o ocidente cristão é a vítima de um oriente islâmico ameaçador, relacionando atos ou idéias que não possuem ligação entre si, para envolvê-las numa teia conspirativa sem prova alguma.

Carvalho pressupõe que as idéias defendidas por Guenon possuem um objetivo político-religioso, estariam a serviço do projeto conspiracionista de dominação do ocidente cristão pelo islamismo. A representação do mundo é binária, simplificando-se seus elementos em lados opostos e excludentes, o “bem” e o “mal” (os movimentos revolucionários). O islã seria algo totalmente ruim, pois é naturalmente revolucionário, já que pretenderia moldar toda a humanidade futura à sua interpretação abrangente da história universal; o cristianismo, por sua vez, seria algo bom porque se opõe a essa pretensão de construir uma nova sociedade, sendo sua única intenção a salvação das almas. O autor mostra uma representação ideológica do cristianismo, ao defini-lo monoliticamente como sendo essencialmente conservador social e politicamente, desconsiderando que existem diversas formas de apreender a mensagem de Cristo e vivenciá-la nas interações sociais, assim como no islamismo.

O autor parte, portanto, de um pressuposto político conservador: o de que o dever de todo cristão é se adaptar à realidade, e nunca tentar transformá-la,

pois transformações da realidade são algo necessariamente ruim, o bom seria a manutenção das estruturas sociais, não importando a quem elas servem; o Islã seria naturalmente autoritário, pois teria um caráter revolucionário – e o autor associa revolução a autoritarismo – e expansionista, daí a idéia de que haveria um projeto de islamização de toda a sociedade.

Se o movimento revolucionário é ruim, as resistências a ele seriam automaticamente coisas boas e positivas, e Carvalho cita os valores religiosos (menos os valores religiosos do islã, ou seja, pressupõe-se que são os valores judaico-cristãos), os sentimentos patrióticos e os interesses econômicos de grupos e facções (leia-se os interesses das classes dominantes).

As omissões e os não-ditos do texto possibilitam que o discurso de oposição entre Islã e Europa ou ocidente judaico-cristão em termos do “mal” contra o “bem” pareça crível, quando, na verdade, é uma representação ideológica e simplificadora da realidade com base numa visão dualista.

Conclusão

O movimento *Mídia Sem Máscara*, liderado por Olavo de Carvalho, contribui para disseminar o ódio e o preconceito para com os movimentos sociais associados a uma visão de mundo crítica das estruturas sociais e econômicas dominantes, utilizando de estratégias discursivas manipulatórias com o objetivo de influenciar a opinião pública de forma contrária a tais movimentos, relacionados no imaginário do autor ao “mal” que deveria ser combatido pelas nações que cultuam os valores cristãos.

Através da escrita de artigos diversos, de cunho político-ideológico claro, os autores fazem da produção de textos uma ação política, que visa a manutenção das estruturas sociais dominantes, através da persuasão sobre formas de pensar e agir dos leitores, de modo a conquistar a hegemonia na sociedade para suas ideias, calcadas numa representação binária do mundo e na construção de estereótipos acerca dos inimigos eleitos pelo grupo, entre eles, o islã e as esquerdas em geral.

O discurso do *Mídia Sem Máscara* e do seu líder, Olavo de Carvalho, é, portanto, uma prática social e política de caráter conservador, que possui

elementos fascistas, devido ao seu teor anti-esquerdista, intolerante, xenófobo e racista, que desumaniza o outro e o transforma em um inimigo nacional.

Referências

Fontes

CARVALHO, O. A Revolução Abrangente. *Diário do Comércio*, 27 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/a-revolucao-abrangente/>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

_____, O. As garras da Esfinge – René Guénon e a islamização do Ocidente. *Verbum*, Ano I, Números 1 e 2, Julho-Outubro, 2016. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/as-garras-da-esfinge-rene-guenon-e-a-islamizacao-do-ocidente/>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

DE PAOLA, Heitor. O Manifesto Cartunista – A Esquerda na Mira do Humor, de João Spacca, de 5 de julho de 2017. Disponível em: <<http://midiasemmascara.org/colunistas/prefacio-o-manifesto-cartunista-esquerda-na-mira-do-humor-de-joao-spacca/>>. Acesso em: 12 de março de 2019.

_____, Heitor. Stalin ganha mais uma, 18 de agosto de 2017. Disponível em: <<http://midiasemmascara.org/artigos/charlottesville-stalin-ganha-mais-uma/>>. Acesso em: 12 de março de 2019.

Bibliografia

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: UNB, 2001.

KERTZER, D. Hitler, Mussolini e o Papa. O silêncio do Vaticano e os sussurros do Duce diante da ascensão do Führer. *Piauí*, 126, março, 2017. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/hitler-mussolini-e-o-papa/>>. Acesso em: 2 out. 2018.

LITTLE, D. *American Orientalism: the United States and the Middle East since 1945*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004.

PATSHIKI, L. *Os Litorais da nossa Burguesia: O Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária (2002-2011)*. 2012. Dissertação de Mestrado em História. UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VIZENTINI, P. F. *Oriente Médio e Afeganistão: um século de conflitos*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

ARQUEOLOGIA Y COLONIALISMO: BERNEDO MALAGA Y LA PREHISTORIA DE AREQUIPA Y EL SUR ANDINO HACIA 1950

Raúl Celestino Quisocalatorres

Universidad Nacional de San Agustín Arequipa, Perú

El Perú entre el siglo XX y el XXI

Hacia la segunda mitad de la década del 60 del siglo XX, el fenecido historiador Jorge Basadre, argumentaba que el aporte más significativo de las ciencias sociales era la de haber incorporado al indio en sus preocupaciones. En efecto, millones de seres humanos, conocidos como “indios”¹ habían sido expulsados de la historia, carentes de “su” pasado, o vistos tras un pasado fundado a expensas de la memoria del conquistador. El indio no había sido ajeno a las preocupaciones de intelectuales del XIX o del XX, sino que este figuraba con un pasado ya establecido de “antemano” por el presente, y este mismo presente prefiguraba el futuro, no solo ya de los “indios”, sino de la nación peruana? En su conjunto, por tanto no tenía sentido estudiar al indio para esa generación del XIX y muy entrado el siglo XX². La lógica argumentativa de Basadre, buscaba señalar el estudio del indio, no ya como ente pasivo sino como protagonista de la Historia.³

¹ El concepto “indio” destila una gravedad de significados subyacentes al mismo, de hecho ninguna persona estaría orgullosa de denominarse “indio” en los parámetros latinoamericanos, pero esta corre paralelo a las épocas de uso del término. Hoy en el Perú, enormes cantidades de personas reivindicando su indigeneidad, por tanto se reclaman indios de hecho y de derecho. Hacia la época de inicios del XX, era muy peligroso el reconocerse como “indio” o descendiente de los mismos.

² el auge de la eugenesia, las teorías de la degeneración natural, el problema de Lombroso, los aporte de Ingenieros, nutrieron gran cantidad de intelectuales latinoamericanos, el mismo Mariátegui; y aun Gonzales Prada sufrieron as influencias de sus ideales. Si a ello sumamos las teorías darwinianas o el darwinismo social, se desprende que no hubiera preocupación alguna por estudiar al indio, sino para explicar su estado de degeneración por causas naturales.

³ Enormes textos como los de Arguedas o Desborde Popular de Matos Mar no podrán combatir las memorias construidas por la oligarquía peruana. Recién en la década de los noventa y entrado el 2000, empezara una masificación y consecuente toma de conciencia respecto al proceso de incorporación del indio como protagonista de la Historia Peruana y por ende con Historicidad. Los supuestos revolucionarios de las men-

Por tanto no existía un desprecio por la Historia, sino que se buscaba en ella la explicación “real” de las cosas, y esa realidad ya estaba prefigurada de antemano y se podía comprobar a través de la situación “real” de los indios contemporáneos de la época en cuestión. De allí, la escasa preocupación por las instituciones que se encarguen de la preservación de la memoria “nacional”. La aparición de los museos o de los estudios arqueológicos no va a contar con los ánimos actuales.⁴ La aparición de instituciones encargadas de su estudio son muy tardías, así temas como los museos se van a deber más a iniciativas personales o empujadas por la presencia de objetos “museables”⁵. Otro problema va a acontecer respecto a las disciplinas de estudio, propiamente dichas.⁶

Queda claro entonces el problema de la disciplina Histórica de la cual se desprende lo que conocemos como pre historia que estaba matizada por los preceptos de la primera, pero ambas otorgaban “valor” a los sujetos. Estos sujetos podían reconocerse en la Historia.

Arequipa, es una ciudad en medio del camino, que siendo serrana, niega tal condición, sin ser costeña abraza tal epíteto. Ciudad en medio del camino, de la costa a la sierra, ciudad que no es ni extremadamente fría, ni extremadamente caluroso, pues es peligroso estar en los extremos, ambos son peligrosos para el pensamiento profundo, siempre desde la teoría de los climas de la época.

Arequipa tiene su contraparte, Puno, por ejemplo, ciudad de mestizos, así como Arequipa, pero con clima distinto. Ciudad donde Arequipa materializa su capitalización, ciudad donde conjugan una diversidad de formas de producción, desde la capitalista, signada solo en el dinero como medio de

talidades populares peruanas están muy lejos de ser explicadas a partir de estos textos fundacionales. La revolución que supone la migración no se corresponde de forma automática con una revolución de la memoria, esta estuvo y está anclada y capturada bajo los moldes oligárquicos coloniales.

⁴ El problema de la aparición de sujeto turístico corre paralelo a la industria sin chimeneas y esta misma supone la arcaización de pueblos, denominados indígenas; por ende indios, pero nunca la revalorización de estos pueblos como alternativa de desarrollo peruano.

⁵ Arequipa fue declarada patrimonio de la humanidad, pero dicha declaración se contiene dentro de la conservación del patrimonio que evoca los tiempos coloniales. La añoranza por España tiene vieja raigambre y tiñe gran parte de la memoria evocativa de los ¿arequipeños? Contemporáneos.

⁶ La aparición de disciplinas como la arqueología, esta se va a deber a iniciativa privada, la aparición de una escuela de antropología en Arequipa se va a deber a iniciativa de un foráneo intelectual y tardíamente primera mitad del 70 del siglo XX. La misma escuela de Historia va a funcionar como Instituto de Historia, pero su lógica gnoseológica va a ser construida a partir de que la Historia se hace con documentos ¿escritos?, ello suponía que esta arrancaba con la aparición de los españoles y terminaba con los tiempos actuales.

transacción hasta la basurización del ser signado en el Sueño del Pongo de Arguedas. En fin, no ciudades más ni ciudades menos, depende en que ciudad has nacida para ver la “calidad” de hombre que eres. Esa es la composición del sur andino. Hombres distintos dentro de una misma nación.

Bernedo Málaga y el problema de la prehistoria de Arequipa

Nace en Yarabamba, un 15 de junio de 1891, hijo de José Bernedo Arenas y de doña Benita Málaga Vargas, tiene entre sus familiares hombres de raigambre religiosa como Fortunato Bernedo Málaga que llegó a ser Canónigo del Cabildo Metropolitano de la Arquidiócesis de Arequipa, de vieja raigambre española⁷. Después de terminar la secundaria hizo estudios en Santiago de Chile, Colombia y París en mérito del cual aprende el francés y el griego.

En Europa logra conocer, aprender, las ideas de Einstein, Plank, Bergson y Brandy. Llega a la Paz y se desempeña como profesor de Seminario, llegando a ser Rector del Seminario de Cochabamba, y, en 1922 llega a Lima como Vice Rector de la Escuela Apostólica de la Congregación Lazarista. Es trasladado hacia la ciudad de Arequipa como Párroco de las doctrinas de Pocsi y Quequeña, vicario y párroco de Chuquibamba (1935) por espacio de 10 años. Hacia 1945 gana un concurso de Canongia Magistral en el cabildo de Arequipa hasta llegar hasta al alto rango de Dean. Director en dos oportunidades del Diario El Deber⁸, fundador del Museo Arqueológico de la Universidad de San Agustín, Miembro del Instituto Geográfico de Lima, profesor del Colegio Independencia y del Colegio Militar Francisco Bolognesi, donde se desempeña como capellán hasta 1963, dejando de existir

⁷ En la provincia vasca de Alceva, en España, existe la ciudad de Bernedo que, en el idioma vasco significa hondonada... los pobladores originarios de esta acogedora región... se diseminaron con el correr de los tiempos (Bernedo 1977; 57). La Historia arequipeña tuvo un alto desarrollo, pero ello signado en las biografías que traducían el orgullo del ser arequipeño. Así, el maestro Francisco Mostajo, quien era el depositario de la Historia de Arequipa, se preocupaba por demostrar el origen o blasón de estos encumbrados hombres que Arequipa había entregado al Perú ya sean como ministros u otros pero de alto raigambre político. Mariano Melgar... cuya gloria se asentaba en descender de España y no de tristes y pobres indios. El Municipio de Arequipa ha reeditado la obra “Los Fundadores de Arequipa”, desde la lógica de la conquista. Se construye una tradición sin futuro y se niega la presencia de indígenas en su pasado ya que “estos no sabían fundar”.

⁸ La politización de la religión católica en Arequipa fue muy alta, con un diario, un partido, un candidato, enorme cantidad de tierras, ultraderechista. Hoy día la Universidad Católica San Pablo pretende llenar ese vacío, rescatar a las ovejas descarriadas...nos están ganando, alguna diría una célebre autoridad católica arequipeña.

un 20 de febrero de 1977, un año después de haber obtenido la Medalla de Oro de la Ciudad, a la edad de 86 años, testigo de una serie de transformaciones en la sociedad peruana. Entre su producción intelectual tenemos: La Cultura Helénica, La Cultura Puquina y Los Collahuas, esta última inédita.

Su primera obra, La Cultura Helénica, obra de juventud que fuera publicada hacia 1933, con prólogo de Manuel Suárez Polar, muy a parte de ser un trabajo ajeno a nuestras preocupaciones, recibe la Medalla de Plata del Honorable Consejo Provincial de Arequipa y una honrosa felicitación de parte del Rey de Grecia⁹. Es un trabajo voluminoso que excede las 300 páginas y desde un inicio marca la lucha contra el materialismo:

“La ciencia prehistórica materialista se ha esforzado y se esfuerza en atribuir al primer hombre las notas características del salvaje más embrutecido y hasta se ha atrevido a cubrirlo con la ridícula máscara de un simio”, esta era la reacción frente al ascenso del comunismo en la época y la aparición de sistemas totalitarios en el marco universal, pues la única que podría ser una esperanza para el hombre era la religión: “La historia afirma que los moradores milenarios de las cavernas no pudieron borrar del todo la memoria de su antigua grandeza (La de Adán y Eva) que Dios permitió que conservaran un caudal inmenso de sabiduría que lograron transmitir a las primeras razas que fundaron los antiguos pueblos de Asia...” (Bernedo 1933; 4, El paréntesis es nuestro).

Para Bernedo hay una clasificación; los pueblos de Asia, los chinos, de raza amarilla deberían de recibir un caudal inmenso de sabiduría de parte del mundo heleno:

“De este mísero estado de postración vergonzosa en que se encontraban sumidos la mayor parte de los pueblos del mundo antiguo, fueron elevados y ennoblecidos por el genio vigoroso y fecundo y entusiasta de una raza extraordinaria... este pueblo genial dictó leyes soberanas e inmutables... fue el de los antiguos helenos...” (Ibid 79).

Ya que eran:

⁹ Los referentes hacia la cultura Griega no son nuevos, desde inicios de siglo era la máxima aspiración de un ciudadano medianamente informado, los usos de nombres griegos como seudónimos y el cultivo de la poesía nos informan ya de su preferencia: Demóstenes, El Olimpo, El Fénix, El Ateneo, nombres estos últimos que eran dados a los teatros y que aún permanecen.

“de una estatura mas alta que mediana, fónido y admirablemente bien proporcionado, abundante cabellera rubia, en forma de bucles y a veces ligeramente ondulada que caía sobre sus espaldas, servía de marco a un rostro de perfectas líneas, verdaderamente hermoso, noble y expresivo e iluminado por unos ojos rasgados, inteligentes y llenos de fuego. Era el tipo caucásico, módulo acabado de la más seductora belleza...” (Ibid 12).

Para Bernedo era lícito una clasificación de razas, unas que habían nacido sin esa inteligencia, y por lo tanto deberían de obedecer a aquellas que dictarían leyes sabias acorde a sus requerimientos, pero estos no podían surgir en cualquier lugar “sino en los lugares más hermosos y pintorescos” esta era una condición sin la cual no había de surgir dichas inteligencias¹⁰. Con esta forma de pensar la cultura y la sociedad es que Bernedo Málaga inicia sus investigaciones en Arequipa.

Arequipa, para Bernedo, reúne una condición:

“El espléndido panorama... con sus imponentes volcanes coronados de nieve, con sus extensas y fértiles campiñas, es el oasis mas ameno y pintoresco del gran desierto de la costa peruana... nos persuadimos y convencemos firmemente en la creencia que el cielo azul, las majestuosas montañas... son causas favorables a que los sentidos del hombre se eduquen y perfeccionen...” (Bernedo 1933).

Arequipa cumplía con el principal requisito que se exigía para la afloración de inteligencias profundas y promisorias.

Su obra cumbre “La Cultura Puquina” en su primera publicación es dada en forma lujosa por el Ministerio de Educación, hacia 1949, y reeditada años después por la Universidad San Agustín, a través de su Instituto de Extensión Cultural en 1958, recibe el premio Garcilazo de la Vega y felicitación y prólogo de distinguidos intelectuales de la época como Luis E. Valcárcel, Rafael Larco Hoyle, etc.¹¹

¹⁰ Si bien es cierto que los griegos constituían para la época la aspiración más grande en materia de inmigración por sus antecedentes histórico no todos los países los recibían como tales, pues no había una prueba de conservar la pureza de su raza de la antigüedad.

¹¹ Ganó el monto de los premios “Ignacio Merino”, “Baltazar Gavilán” y “Daniel Alcides Carrión” donde el jurado ratifica los objetivos culturales y nacionalistas... el la primera edición incluye láminas y bibliografía. En torno a los intelectuales, años antes ya habían estado en Arequipa los doctores Julio C. Tello, Valcárcel y Manuel Suarez Polar inspeccionando las ruinas de Huactalacta y Pocsí.

La principal y primaria intención del autor es llenar un vacío en la historia arequipeña, pues de hecho esta no comenzaba con los españoles, aunque lo sustentaban sus intelectuales, así tenemos¹²: “Nuestros constantes anhelos de descubrir un abolengo Puquina para nuestra histórica y legendaria ciudad blanca estaban cumplidos. *Ya existía pre historia arequipeña, es decir el primer capítulo que faltaba a su brillante historia colonial y republicana...*” (Bernedo 1949; 146-147).

El anhelo, la búsqueda se había cumplido, ahora se podría establecer una linealidad histórica. Pero cabría un interrogante hablar de Puquinas era hablar de autóctonos peruanos por tanto no podían ser otra cosa que indios, pero estos a la vez no eran la máxima expresión a la llegada a los españoles, sino que eran parte de la sociedad incaica, ¿qué particularidades guardaban unos respecto de otros?, ¿acaso no era lo mismo hablar de Puquinas que incas? Por lo tanto aquella linealidad histórica de Bernedo quedaba trunca, daba un salto hacia más atrás, y por consecuencia ¿qué diferencias o similitudes guardaban lo Puquinas frente a los indios contemporáneos en la década de los 40 en Arequipa?

La imagen de Bernedo frente a los indios no puede comprenderse sin antes no tenemos una clara visión de la segregación racial que preconiza. Pues siguiendo a su maestro Posnansky¹³ argumenta que hay dos tipos de indios unos que son braquicéfalos y otros que son dolicocefalos cada uno con sus respectivas características de desarrollo unos mas inteligentes que otros. Para Bernedo por tanto los incas, quechuas y aimaras eran braquicéfalos¹⁴

¹² De hecho el Himno de Arequipa abarcaba los 4 siglos de gloria, se fundaba la tradición a partir de la llegada de los españoles pero de manera alguna se pensaba en torno al indio, este no existía para la historia arequipeña.

¹³ “Después de la destrucción de Tiahuanaco, las razas que moraban en las islas y orillas del gran lago, en las faldas de la cordillera atravesaron un largo período en el cual sostuvieron continuas guerras entre sí, hasta que vino a esta región una inmigración nueva y sojuzgó en partes a las tribus que vivían dispersas”. “La antropología moderna distingue especialmente a las razas de acuerdo con los índices craneanos dolicocefala...braquicefala...como aruwakes estarían compuestos en su mayoría por elementos que fuesen dolicocefalos... el otro grupo el de los kollas ... braquicefalia... grupos raciales casi entre los genuinos ariwakes, los puquinas, los uros...” “Este supuesto tipo “judío” se nota también especialmente en el mestizo que es las mas de las veces el producto de la mezcla del colla con el europeo... y si uno posee un cráneo colla al lado de uno semita, midiendo ambos se constata el hecho de que los índices son iguales” Posnansky: 1954. Argumentos todos que fueron aplicados por Bernedo para Arequipa pre-hispánica y contemporánea en los indios del 50.

¹⁴ El indio arahuaque, es, por naturaleza, dolicocefalo, es decir, tiene la cabeza alargada y baja, cara ancha con zigomas sobresalientes, paladar angosto... el colla es braquicefalo... el quechua es mesocéfalo...” (Bernedo 1958; 35-36).

“Lo que demuestra claramente que los americanos no son una sola raza es que poseen índices cefálicos diferentes, así tenemos en la parte oriental de América dolicocefalos extremos, en la parte austral del continente mesaticefalos, y desde los andes hasta el Pacífico predominantemente braquicefalos; no son pues los americanos una sola raza...” (Suárez 1942).

Quien escribe estas líneas es Manuel Suárez Polar, el pionero de la arqueología en Arequipa, de allí podemos concluir que esta cuestión, de la división racial, no era únicamente una propuesta personal de Bernedo sino, antes que nada propuesta que tenía una gran mayoría de aceptación entre los “historiadores” que compartían plena y abiertamente¹⁵. Así los Uros y Puquinas serían los dolicocefalos, los mas indicados para llenar aquel vacío prehistórico de la brillante historia colonial y republicana de Arequipa.

Pero estos tienen su origen en la raza Arahuac, el cual debería de constituir el verdadero origen de las razas en América, a las cuales luego de mezclarse con otras darían lugar a unas sub razas, tribus, etc. Las cuales cambiarían profundamente ya sea por el lugar, que era bello, ya sea por las condiciones climáticas, etc. De esta raza se dividieron tres ramas principales unas que se quedaron en las Antillas, otras que remontando el río Amazonas llegaron hasta el Océano Pacífico, estableciéndose en el norte de Chile con una característica eran pescadores, la tercera y última fue la de los Uros o Puquinas y se asentó en el Altiplano Peruano Boliviano¹⁶. De esta manera se podría explicar el

¹⁵ “Establecido el Estado Tiahuanacuense fue dominando bien por medios guerreros o bien por medios pacíficos a los Uros que siempre fueron y se conservaron endógamos a los aimaras o Collas del Tucumán, a los Changos del Loa... tribus estas que se mezclaron entre sí... (40)” “si se examinan los cráneos encontrados en Tiahuanaco, se encontraron cráneos dolicocefalos, braquicefalos y mesaticefalos... si la raza que construyó Tiahuanaco fue únicamente la Quechua y la Aimara porque la diversidad de especies en sus restos humanos...”. Al examinar los dos monolitos que se encuentran colocados a la entrada de la iglesia del actual pueblo de Tiahuanaco notaremos que la nariz es chata, ancha en la punta, y estrecha en la base, la boca grande, los labios gruesos... la frente pequeña y huyendo hacia atrás, el aire de su fisonomía sombrío triste y fiero, agrupaciones exogámicas que se unieron constantemente con los aimaras... la braquicefalía de los Atacamas y Calchaquis nos induce a suponerlos como otros de los pueblos que formaban la hegemonía de los Tiahuanacu. Existen dos monolitos que tienen todos los distintivos propios de esta raza: cráneo braquicefalo, de poquísimas capacidad, las órbitas grandes y redondas, la nariz casi iguales en su base como en la punta y ancha, el aire es vivo y altivo propio de la vida cazadora que llevaban... los Uros, los renegridos, sin policía, sin limpieza, enemigos de la civilización, que habitan a orillas del lago Titicaca... se encontraron también representados en la Confederación sus cráneos excesivamente dolicocefalos, y sobre todo sus órbitas pequeñas y casi cuadriláteras, son los factores que caracterizan a una enorme cabeza monolítica desenterrada en la indicada ciudad...” José A. Mendoza del Solar: 1920; 41-42. Para mayores detalles véase Bernedo 1958: 34-35.

¹⁶ Véase Bernedo: 1958; 30-35, así como Posnansky: 1943, no existe un criterio unívoco frente a esta postura, racista de antemano, pues algunos hacen ver al Kolla como dolicocefalo y al Arhuac como braquicefalo o su inversa, originando confusión para su estudio. Esta tesis era muy aceptada en la sociedad de entonces,

origen de las culturas en el Perú, particularmente Tiahuanaco, aunque las versiones no eran las mismas:

“La tradición existente en la isla del sol de un hombre rubio venido de la costa del Pacífico que casó con una india y tomó el apellido de Inga. El enseñó a los indios cosas desconocidas por ellos. Hizo las construcciones al sistema europeo... el oro no tuvo mas que un valor decorativo antes de los incas y durante la época de estos. Recién con el entrenamiento de Wiracocha (Hombre europeo) fue que principiósse a dar gran valor al oro... (testigos son)... los kerus antiguos con escenas de europeos a caballos...” (Posnansky 1944)

Pero de una u otra manera se hacía ver que las futuras creaciones o eran extrañas o eran producto de una raza superior, fuerte y vigorosa que irradiaba desde un centro, donde la periferie debería de esperar dicha irradiación, pero de ninguna manera, se podían atribuir alguna creación, muchos menos ordenar el caos en el que vivían los indios contemporáneos quechuas y aimaras.

La manifestación de estos pueblos superiores se dio a través de Tiahuanaco, arqueológicamente, se había comprobado que por su geografía habrían pasado tres pueblos los cuales en formas sucesivas se habían apoderado de su territorio y le imprimieron su forma de vida, su civilización, es decir, los arahuques, aimaras y quechuas, de los cuales se irradiaría la cultura hacia el Collao y el Cusco pues “son las tres razas que desde tiempos remotos lucharon tenazmente por el predominio de las regiones mas privilegiadas del Perú Precolombino” (Bernedo 1958;36).

Y una prueba clara y contundente era la aplicación de las características craneanas a los monumentos arqueológicos como mudos testigos de las facciones de sus primigenios pobladores, venían a corroborar, sin querer, teorías que a unos ponían en la gloria y a otros en el zócalo de la organización cultural. (véase Bernedo 1958: 36).

Por lo tanto Tiahuanaco era expresión de los Uros o Puquinas en su etapa de esplendor, de decadencia y destrucción con los quechuas y aimaras, ya que estos desalojaron en forma violenta y cruel a los creadores de una civilización:

por ejemplo Posnansky, su publicación es una Conferencia en la Sociedad Geográfica de la Paz hacia el año en mención. 1949.

“Fueron siempre perseguidos por los aguerridos y feroces Kollas de uno y otro confín de la zona interandina... y esta raza siempre maldita y combatida de los Uros soportó con ánimo audaz y con resignación estoica, los indecibles infortunios y amarguras de su prolongado cautiverio... los aimaras ... hacían trasladar con estos pobres parias durante siglos, enormes bloques de piedra, algunos de 15 a 20 toneladas, en sus balsas de gran desplazamiento... obedeciendo (los Uros) a sus feroces caudillos vencedores murieron millares, ya enterrados vivos en los cimientos de esos soberbios edificios” (Bernedo 1958: 39)

A la inteligencia superior, habría que sumarle el heroísmo y la permanente rebeldía ante sus opresores aimaras, y, todo ello gracias a que pudieron permanecer puros, endógamos, por naturaleza sin mezclarse unos con otros pueblos que desvirtuaran las características congénitas de la raza. Los Uros eran permeables a la civilización, un entendimiento claro y concreto, una aceptación de todo aquello que se le da en nombre de la civilización, de costumbres sobrias y refinadas, aceptaban la religión cristiana muy gratamente antes que los quechuas y aimaras contemporáneos que no reunían aptitudes para ese entendimiento.

Pero esta cuestión era posible gracias a las deformaciones craneanas, no por distinción, sino por el desarrollo de facultades intelectuales ya que a unos les facilitaba la práctica de operaciones abstractas y a otros las operaciones mecánicas, por tanto los Uros, históricos, podían controlar las ocupaciones futuras de sus pobladores. Pero además entre ambos tipos de indios guardaban diferencias fundamentales:

“Como se ve, la ocupación favorita del indio uro es la de navegar, vivir en continuo contacto con el agua, bañarse, zambullirse en ella con frecuencia en busca del exquisito pescado... fue la causa poderosa para que fuera amigo de la higiene, de la limpieza como en ningún otro en América Precolombina. El baño diario y continuo no les permite acumular sobre sus personas y vestidos, la mugre repugnante y olor nauseabundo del que hacen tristísima ostentación los demás indios quechuas y aimaras de la extensa meseta andina...” (Bernedo 1958: 46).

A las anteriores características de los Uros habría que agregarle el de la pobreza o la humildad de vivir sin ambiciones, lo cual era producto de su propia industria: la pesca, y, por ende, tenían la costumbre de vivir con moderación. Acaso no era este el ideal que propugnaba la iglesia católica: "la

riqueza cuando no es bien empleada y aprovechada por las naciones y los imperios les sirve de vehículo nefasto para precipitarse en el abismo de su decadencia...” (Ibid: 48). Era éste el indigenismo de Bernedo basado en un indio sumiso, civilizado, limpio, modesto, inteligente e industrioso, y además, lo fundamental, eran héroes, valientes, dignos de ser parte de la historia de Arequipa.

Mas esta situación no era corroborada plenamente por la historia la cual hacia traslucir una visión muy contradictoria a la de Bernedo respecto a los Uros (véase Ibid: 55) para lo que el ilustre sacerdote llamaba a conocer primero al hombre antes que arribar a una cuestión. Con esta postura Bernedo se encumbraba en el conocimiento, no se repetía las fuentes históricas tal cual eran sino que las sometían a un juicio crítico, mas no pasaba lo mismo cuando se hacía uso de la teoría de las razas que pasaba para la época por un mal momento en el marco extra arequipeño.

En efecto ya Jorge Polar hacia 1900 había puesto en tela de juicio las afirmaciones de dolicocefalos y braquicefalos, por lo tanto esta postura no era nueva, en el mundo sufría una crisis, ya al publicar sus trabajos Posnansky en la Revista América Indígena, hacia 1943, anotaban en torno a su estudio:

“Sentimos no estar de acuerdo con nuestro distinguido colaborador, el profesor ingeniero Arthur Posnansky, respecto a la existencia de grupos indígenas cuya capacidad mental sea innatamente superior o inferior a la de otros, pues sería tanto como adoptar una posición racista lo cual está en pugna con el criterio científico moderno y con los ideales del Instituto Indigenista Interamericano” (en América Indígena volumen III Nro. 1, nota 9).¹⁷

Pero esta postura siguió guiando estudios históricos, los cuales no siempre estaban de acuerdo a su posición, pues argumentaban que los incas eran una raza y otra muy diferente la de los indios. Otra postura identificaba a los indios como raza hembra frente a lo hispano como el macho o eje rector de la cultura. Algunos estudios, traducidos en tesis, argumentaban que los aimaras eran dolicocefalos antes que los quechuas. Pero todas estas apreciaciones no hacían sino trazar una visión histórica negativa del indio contemporáneo para 1950, de la cual lógicamente ningún arequipeño, podía sentirse orgulloso.

¹⁷ Para mayores comentarios véase Juan Comas; 1951 en la misma Revista.

Una demostración de lo anterior está representada en los trabajos de José María Morante, discípulo y seguidor de Bernedo, para quien la historia no debe servir sino para confirmar las cualidades mas saltantes de un pueblo, de modo tal que, sus conclusiones deberían de ser un orgullo¹⁸. Así en esta vertiente publica un estudio en torno a Sinchi Roca, hacia 1942, de quien reproduce sus rasgos psicológicos “este era prudente y valeroso... prudente y tolerante en la paz, valeroso hasta el heroísmo en la guerra” (Morante 1942) acaso estas cualidades no podían encontrarse en los conquistadores imperiales del cual eran herederos los arequipeños, traducido en aquella célebre frase republicana “León del Sur” (Ibid).

En efecto Morante no rompía una unidad, antes la engarzaba con otra y prolongaba la gloria de Arequipa hacia el futuro como al pasado, pues ésta debería de servir para mantener viva la tradición hispana de Arequipa. “Y fue él, el que sometió a los Uros y Puquinas *un valiente debe de someter a otro valiente* y esa cualidad ha de transmitirse de generación en generación”.(Ibid)

Respecto a sus primeros pobladores, materia de estudio de Bernedo, esta no era una afirmación gratuita sino que ya “P. Rivet había argumentado que la zona alta y baja de Arequipa había sido invadida por los Uros Puquinas por tanto no sólo hay que dilatar nuestro abolengo de nuestra prosapia incaica hasta Sinchi Roca, sino mas allá” ya que no son despreciables desde luego nuestros ancestros... este remoto origen étnico, mas que el castellano explica el orgulloso yo del arequipeño, de personalidad definida, perseverante y acerada, su rebeldía creadora en momento decisivos, como los puquinas, que han soportado los embates de los siglos y de los hombres...” (Morante: 1943).

Pero esto era ya otra historia, Sinchi Rosa era inca y estos para Bernedo poco o nada tenían que hacer con aquella prolongación de la tradición arequipeña, pues o bien era quechua o aimara menos Puquina, y años mas tarde, 1958, el propio Morante se encargará de ampliar los estudios de Bernedo, siguiendo a su maestro (véase Morante 1958)¹⁹.

¹⁸ Así el Padre Víctor M. Barriga afirmaba. “Arequipa heroica y legendaria, llamada por el Manco de Lepanto, la ciudad de la eterna primavera, uno de nuestros eminentes literatos la denominó Esparta por el valor guerrero de sus hijos, Atenas por la inteligencias de sus hombres notables, Roma por su espíritu e influencia en la historia del Perú...” En Documentos para la Historia de Arequipa, tomo I Editorial La Colmena 1939.

¹⁹ “Quiero sólo ocuparme de los primeros habitantes del litoral de Arequipa... que corresponden a dos inmigraciones de pescadores... como lo demuestra Uhle... son los restos de los gigantes antropófagos, dolicocefalos que invadieron nuestras costas... fueron exterminados por una nueva inmigración, dolicocefala tambi-

Si esta era la cuestión de un historiador que después llegaría a influir en las futuras generaciones, como por ejemplo en Paz de Novoa, notable arqueólogo. Otra era la cuestión hacia la parte “contraria”. Ya hacia 1930, el marxismo peruano de Mariátegui había calado hondo en la sociedad peruana y con discípulos en Arequipa, uno de ellos era Vladimiro Bermejo; que había compartido las preocupaciones del Amauta, junto a Mercado, Rickets, Gibson, etc. o los Nuñez Valdivia que siguiendo los pasos de JCM sentó una posición respecto al problema del indio: antes que nada era el problema de la tierra allí radicaba su solución. Pero ocurre que los resultados finales no siempre traducen sus ingredientes. Bermejo de ser un abanderado del progresismo²⁰, compartía las opiniones de Posnansky en torno a Tiahuanaco como eje irradiador de cultura, acepta la división entre dolicocefalos y braquicefalos (Bermejo 1947: 82), los primeros dominando sobre los segundos, argumenta así mismo que:

“El problema del indio la única solución que se ha ensayado es el de la instrucción... sostenemos que el problema del indio es absolutamente un problema económico, vale decir, el problema de la tierra. Siendo la tierra el problema capital, surgen dos aspectos del mismo problema. El sentido reivindicatorio que será a la larga un grave problema para el país y el sentido pleitista del indio, que por cualquier incidente pueril lleva a los tribunales sus pretensiones con gran contento de tinterillos... sostenemos que el problema del indio es un problema del indio mismo” (Bermejo 1947: 115).

Para Bermejo la cuestión de la tierra y el afán pleitista, congénito del indio, no debería de pasarse por alto, puesto que antes de ser un problema social es un problema de su propia raza, en la cual no han intervenido sino ellos: “Hay que ir al indio mismo para enseñarle prácticamente los beneficios de la civilización... para quitarle ese complejo de inferioridad” (Ibid 121-125). Esta propuesta llevaría a presentar una ponencia al Segundo Congreso Indigenista Interamericano que se celebraba en Cusco, cuyo título era “el indio, problema

én pero de baja estatura... se mezclaron los braquicefalos americanos del Pacífico con los dolicocefalos de la región Atlántica, de la que ha resultado la mesatifalia, según Riva A.... llegan al Perú los uros a arahuac dolicocefalos ... fueron los primeros habitantes del litoral de Arequipa... eran sólidamente plantados y vigorosos, de 1.60 los hombres, y de 1.45 las mujeres, el tronco era largo en proporción a sus miembros, la frente no muy angosta pero baja y huyente...” Morante 1958.

²⁰ “Al invocar el nombre del apóstol y del gran luchador, la palabra se enreda y el corazón pugna por saltar. Y es que Mariátegui requiere unción, requiere sinceridad, corazón... es tan definida su ideología que no da lugar a interpretaciones capciosas...” V. Bermejo en Clarín 3, Nro. 82, 31-03-1931 en (AFM sp)

del indio” hacia 1949 (Bermejo 1952) en la que sostenía de que el indio no estaba preparado para la vida civilizada y menos para una acción patriótica, y, que debía incorporársele mediante la escuela, la cual debería de ser para todos sin diferencia de raza, pero desde la escuela primaria se haría por especialistas, teniendo en consideración las áreas geográficas en relación a la población, en la aplicación de una rigurosa selección de niños aptos, mediante test de capacidad. Aunque Bermejo no lo dice su posición selectiva y diferenciadora era clara y concreta, porque: “Lo poco que han aprendido del blanco y del criollo ha sido lo mas malo: el incumplimiento del trabajo la embriaguez, el hurto, la costumbre de pleitar por cualquier cosa...” (Bermejo 1942: 84).

Entonces la visión de Bernedo Málaga no era pues unilateral, no era voz aislada, sino social. Los estudios en ciencias sociales, en Arequipa, todavía ni siquiera estaban pensados, pues se partía de la realidad; si hoy los indios son ladrones, perezosos, sucios y vagos que mas pudieron ser en el pasado. Así los Uros les cabía una misión casi religiosa pues estos empezaron: “su éxodo hacia el Pacífico desde los primeros años del cristianismo” (Bernedo, 195; 62) empujados en gran parte por los aimaras, gente bárbara y belicosa. Asentados en Arequipa empezaron a crear civilización, tal como hicieron los helenos traducidos en aquellas obras de ingeniería, los andenes, etc., que para dar mayor veracidad se lograba comprobar mediante los restos arqueológicos, los primeros eran Puquinas, luego aimaras y a la superficie los quechuas.

Si bien es cierto que Bernedo hace constar la presencia de notables intelectuales en su quehacer científico, es evidente que gran parte de ellos compartían sus puntos de vista mas notables, pero en su obra no se refleja aquella discusión de clasificación racial, como por ejemplo la propuesta de Troll, o la voz de Valcárcel que para la época no era un indigenista claro y concreto. En cuanto a Tello la situación era diferente, pues, es citado en cuanto consolida sus propuestas arqueológicas, mas no sabemos su postura frente a lo racial. Bernedo manipula la información para otorgar credibilidad a su estudio: “Esta población de pescadores y cazadores fue, después presionada, y desalojada por la segunda ola, constituida por los aimaras los constructores de Tiahuanaco, portadores de una civilización altamente desarrollada, inventores de los procedimientos agrícolas andinos y primeros domesticadores y criadores de la llama y la alpaca” (Troll; 1935: 178) y, para

que no que dudas: “la antitesis de poblaciones pescadoras y cazadoras, las criadoras de ganado o las dedicadas a ocupaciones agrícolas no deben atribuirse a la diferente altura de civilización de estas razas, representan mas bien una adaptación... la forma de civilización a la que llegaron fue la apropiada para sus territorios y por consiguiente no puede ser considerada como primitiva o atrasada...” (Ibid 181). Así argumentaba Troll, mas Bernedo al manipular la información incurría en una fragmentación de la realidad, pero esto no se podía ver, cuando la propuesta satisfacía una necesidad: fundar una tradición prehistórica acorde a la tradición histórica arequipeña.

Quede claro entonces que los Puquinas de Bernedo fueron los artífices de Tiahuanaco en su época de esplendor, de la andenería, del cultivo de la papa, de la domesticación de la llama y la alpaca y que los incas sólo fueron sus herederos y destructores. Y que para honra de Arequipa aún quedaban restos de esa gran tradición en los distritos de Pocsi, Quequeña y Puquina que se mantienen puros alejados de los demás indios, quechuas y aimaras, aquellos hombres que “por los años 350 a 400 de J.C., época en que el imperio Romano de Occidente caía destrozado por las numerosas invasiones de los bárbaros germanos, tuvo lugar el gran éxodo doloroso de la raza Puquina de la gran meseta andina con dirección a los valles de la costa” (Bernedo; 1958: 121) y para suerte fue Arequipa la escogida, la muy noble y siempre leal ciudad blanca²¹. Así se desplazaba a los indios contemporáneos como a los históricos.

Arequipa no se satisfacía con las majestuosas obras de los incas, pues estas ***no eran suyas?***, sino herencia de los uros. Por tanto lo que los estudiosos de las Cs. Ss. en Arequipa buscaban era prolongar la tradición histórica de ésta y para ello partían de un prejuicio, cuando no condición: La búsqueda del heroísmo arequipeño; debiendo tener sus antecedentes en otros héroes y no en simples indios, que para la época eran sirvientes de los gamonales, sucios, ladrones, criminales, de sangre impura, de tez oscura, mentirosos, pleitistas que no debían, ni podían ser, lógicamente, un antecedente, siquiera lejano, de esta histórica y legendaria ciudad.

²¹ Una influencia de la superioridad de los puquina está traducido en la aparición del vocero “Chakawayo”, órgano de la juventud puquina” que tiende a revalorar a su raza. Enero de 1934 en (AFM s/r).

Referências

FUENTE DOCUMENTAL

ARCHIVO REGIONAL DE AREQUIPA ARAR

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE AREQUIPA

UNIVERSIDAD NACIONAL DE SAN AGUSTÍN AREQUIPA/Biblioteca Central de Ciencias Sociales.

BIBLIOTECA DE ESTUDIOS AREQUIPEÑOS LANDAZURI RICKETTS

ARCHIVO FRANCISCO MOSTAJO (AFM)

BIBLIOGRAFÍA PRIMARIA

BALLON L. A. Los Hombres de la Selva. Apuntes para un Ensayo de Sociología Aplicada. 1912, Tesis Doctoral en Letras UNMSM. Tipografía La Opinión Nacional. Lima.

BERMEJO, V. El indio, Problema del Indio. En: II Congreso Indigenista Interamericano Cuzco, Perú-1949. 1952.

BERNEDO M. J. Los Niños. Diálogos Educativos y Recitaciones Escogidas. Arequipa. Tipografía Santiago Quiróz, 1936

BERNEDO M. J. Memorias para la Historia de Yarabamba. Imprenta El Sol, Arequipa. 1977

BERNEDO M. L. La Cultura Helénica (con prólogo de Manuel Suárez Polar). 1933

BERNEDO M. L. La Cultura Puquina. Segunda edición. Arequipa. Ediciones Populibros, 1947

CHIRINOS P. B. Hacia un Perú Nuevo. Arequipa. Imprenta Rumbos. 1932

CHIRINOS P. B. Organicemos la paz perpetua. Arequipa. Editorial Portugal, 1946

CORNEJO, L. y A. MAZEIRA. Educabilidad difícil y Delincuencia Infantil en Arequipa. Tipografía Cuadros, 1938

FUENTES, A. Programa Analítico de Sociología. Arequipa. Tipografía Caritg, 1930

GIBSON, C. D. El Ciclo Indiano. Revista Universitaria año I N° 1. Segundo Semestre. 1926

LIGA DE HACENDADOS. Memoria de 1922. Arequipa. Tipografía Quiróz, 1923

LOPEZ A. E. Cuentos Andinos. Tercera Edición. Lima. Librería Juan Mejía Baca editor, 1950

MALAGA, M. La Hija de la Patria (Prólogo de Francisco Mostajo). Arequipa. Tipografía Quiróz, 1916

- MEMORIA DE LA LIGA DE HACENDADOS. Memoria... Arequipa. Tipografía Quiróz, 1922
- MENDOZA DEL SOLAR, J. A. Génesis y Evolución de la Propiedad en el Ayllu. El Deber 1° Enero de 1920. 1920
- MORALES DE RIVERA, Renato. Cirrus (Con Prólogo de Francisco Mostajo). Arequipa. Tipografía Quiróz, 1909
- MORANTE, J. M. La Ascendencia Prehistórica de los Pescadores del Litoral de Arequipa: Los Changos. Revista Universitaria Año XXX N° 47-48. 1958
- MOSTAJO, F. (Prólogo). Pliegos al Viento. Arequipa. Tipografía Quiróz, 1908
- NUÑEZ URETA, T. Arequipa y su Paisaje. S/f
- PASTOR, F. El Indígena en el Perú. 1931
- PINILLA, Antonio. Los Núcleos Escolares Rurales en el Perú. América Indígena Vol XII N° 3 Julio 1952.
- POLAR, J. Memoria del Rector. Año 1900/1901. Imprenta La Bolsa, Arequipa. 1902
- POLAR, Mario. Viejos y Nuevos Tiempos. Cartas a mi Nieto. Lima. Francisco Moncloa Editor, 1969
- POSNANSKY, A. Los dos tipos Indígenales en Bolivia y su Educación. América Indígenas. México. Vol. III N° 1, 1943
- POSNANSKY, A. Páginas Inéditas. En: Boletín de la Sociedad Geográfica de la Paz, La Paz. Año LXIV N° 71-72. 1954
- RICKETTS, C.A. Ensayos de Legislación Pro Indígenas (Con epílogo de Francisco Mostajo). Arequipa. Tipografía Cuadros, 1936
- RIVERO, A. Instrucciones a los Empadronadores del Censo de la Ciudad de Arequipa. Junio de 1917. Arequipa. Tipografía Córdova, 1917
- SUAREZ POLAR, M. Historia de América (Apuntes para el dictado del curso en la UNSA) mecanografiado. Patricio Ricketts editor. 177 páginas a una sola cara. 1942
- TALAVERA, J. Degeneración Contemporánea. Revista Universitaria. N° Extraordinario en conmemoración de su Centenario de su Independencia. 1828-1928. Año IX Tomo IX Número especial. 1928
- YAÑEZ P. Luis. Influencias del Indigenismo en la Poesía Arequipeña... Tesis para optar el grado de bachiller en el Instituto de Literatura y Castellano. S/f

BIBLIOGRAFÍA COMPLEMENTARIA

- BALLON L. H. Mostajo y el Folklore Arequipeño. Arequipa, Ediciones Jhaider. 1999

- BASADRE, J. Perú Problema y Posibilidad. Quinta Edición. Lima, Studium Editorial., 1987
- BOURRICAUD, F. Los Intelectuales y las Pasiones Democráticas. México, UNAM Editorial, 1990
- BOURRICAUD, F. Poder y Sociedad en el Perú Contemporáneo. Bs. As., Sur Editorial, 1967.
- BURGA, M. y A. Flores G. Apogeo y Crisis de la República Aristocrática (Oligarquía, Aprismo y Comunismo en el Perú: 1895- 1932). Lima, Ediciones “Rikchay Perú”, 1979
- CADENA, M. de la. La Decencia y el Respeto: Raza y Etnicidad entre los Intelectuales y los Mestizos Cusqueños. Lima IEP. Editorial (Documento de trabajo 86). 1997
- COMAS, J. Reivindicación del Indio y lo Indio. En América Indígena Vol XI N° 2, 1951.
- COTLER, J. Clases, Estado y Nación en el Perú. 5ta Edición. Lima. IEP. Editorial, 1988
- DEGREGORI, C. Et al. Indigenismo, Clases Sociales y Problema Nacional: La Discusión sobre “El Problema Indígena” en el Perú. Lima CELATS Editorial, 1978
- FLORES G., A. Buscando un Inca. Instituto de Apoyo Agrario Editorial, Lima. S/f
- GERBI, A. Viejas Polémicas sobre el Nuevo Mundo. Lima. Banco de Crédito del Perú Editor, 1943
- GRAMSCI, A. La Formación de los Intelectuales. México. Grijalbo Editorial, 1967
- KAPSOLI, W. y Wilson REATEGUI. El Campesinado Peruano: 1919-1930. Lima. UNMSM. Editorial, 1987
- KAPSOLI, W. El Pensamiento de la Asociación Pro Indígena. Cuzco. Centro Bastolomé de las Casas Editorial, 1980
- KRISTAL, E. Una Visión Urbana de los Andes. Génesis y Desarrollo del Indigenismo en el Perú: 1848-1930. Lima. Instituto de Apoyo Agrario Editorial, 1991
- LAUER, M. El sitio de la Literatura: Escritores y Política en el Perú del siglo XX. Lima. Mosca Azul Editorial, 1989
- LEIBNNER, G. El Mito del Socialismo Indígena en Mariátegui. Fuentes y Contextos Peruanos de Mariátegui. Lima. PUCP Editorial, 1999
- MACERA, Pablo. El indio y sus Intérpretes Peruanos del Siglo XVIII. En Trabajos de Historia, tomo II. INC Editorial, Lima. 1977
- MENDEZ, C. Incas sí, indios no: Apuntes para el Estudio del Nacionalismo Criollo en el Perú. (2ª edición). Lima. IEP Editorial, 1995
- MARIATEGUI, J. C. [1928] Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana. 25ava edición. Lima. Amauta Editorial, 1986

- POOLE, D. *Visión, Raza y Modernidad. Una Economía Visual del Mundo Andino en Imágenes*. Lima. Sur, Casa de Estudios del Socialismo, Editorial. 2000
- SANDERS, K. *Nación y Tradición: Cinco Discursos en Torno a la Nación Peruana: 1885-1930*. Lima. PUCP Ed. 1997
- WIESSE, C. *Historia del Perú y de la Civilización Peruana*. Lima. Librería Francesa Científica E Rosay, 1917
- YEPES DEL CASTILLO, E. *Perú 1820-1920 ¿Un Siglo de Desarrollo Capitalista?* 2ª edición. Lima. Signo Universitario Editorial, 1981

A MEDICINA E A REDENÇÃO DO JECA TATU: UM OLHAR SOBRE AS INFLUÊNCIAS E METAMORFOSES NO PENSAMENTO DE MONTEIRO LOBATO ENTRE 1914 E 1918

Rodolfo Alves Pereira

Mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira; Professor de História da SEE-MG e SEEDUC-RJ

Introdução

A primeira versão do Jeca Tatu, confeccionada em 1914, por Monteiro Lobato, apresentava deveras uma visão negativa a respeito do caboclo. O caipira, sempre a vegetar de cócoras, preguiçoso, afeito à cachaça, para quem nada pagava a pena, foi comparado a um piolho e a um fungo, um urupê que vive como um parasita a sugar a seiva de um pau podre no sombrio das matas. Com a popularidade dos contos e da obra de Monteiro Lobato, bem como do debate em torno do Jeca Tatu enquanto um representante da nacionalidade interiorana brasileira, o personagem tornou-se um símbolo, um ícone da cultura caipira, ultrapassando a barreira geográfica de sua origem, o Vale do Paraíba. Jeca virou sinônimo de atraso e de ignorância, porém, na mente de seu criador, ele não permaneceu assim. Jeca sofreu uma grande metamorfose na medida em que as ideias de Lobato mudaram e ele fora convencido de que o caboclo não tinha culpa por ser tão preguiçoso, sendo que tal preguiça não seria algo inato à raça, mas provocada por fatores exógenos, como germes e micróbios, por exemplo. Em carta enviada a Rangel em 1917, Lobato já dava sinais da mudança que se operava em sua mente. Ao amigo mineiro, disse: “Virei a casaca. Estou convencido de que Jeca Tatu é a única coisa que presta neste país” (LOBATO, 1944. p. 160).¹ Ora, o que teria feito Lobato virar a casaca e passar a acreditar que o Jeca, antes o piolho da terra, constritor, urupê

¹ Carta enviada ao amigo Godofredo Rangel, de São Paulo, em 08 de Dezembro de 1917.

de pau podre, era a melhor coisa do Brasil? O que levou Lobato a se interessar mais pelas causas e problemas que envolviam o Jeca? Neste artigo, pretendemos demonstrar como a expansão da medicina e o diagnóstico de que o Brasil era “um imenso hospital” influenciou e alterou o pensamento lobatiano acerca do povo brasileiro. Tal mudança em seu pensamento contribuiu para que o notável escritor paulista revisse sua obra e reescrevesse a história do Jeca Tatu sob novo prisma, resultado das influências e ideias científicas que circulavam no país, na década de 1910, especialmente, entre homens de letras, de ciências e políticos.

Eis que surge um novo Homem: a salvação que vem da Medicina e a regeneração do Jeca

A transformação no pensamento de Lobato operou-se, efetivamente, no momento em que se mudou para São Paulo, após a concretização da venda da fazenda da Buquira. Na capital paulista, Lobato “vivia” na redação do “Estadão”, era um sapo, no jargão da época, e também frequentava o escritório da *Revista do Brasil*, a qual ele adquiriu em 1918, por onde passavam centenas de intelectuais. Foi, portanto, a partir do contato e do convívio com os intelectuais que chegavam à sede da Revista oriundos de várias partes do Brasil que Lobato criou uma rede de sociabilidade importante. Inclusive, passou a se corresponder regularmente com vários amigos que fez nessa época, como, por exemplo, os médicos Arthur Neiva, Belisário Penna e Renato Kehl – expoentes da medicina, do higienismo e do eugenismo no país. Com os sucessivos encontros com intelectuais na função de editor e proprietário da Revista, Lobato deve ter se embriagado por novas ideias. Foi o que ocorreu, sem dúvida alguma, com a questão do saneamento rural, a qual se desenhara desde 1916, com o brado de Miguel Pereira. Além disso, o médico Arthur Neiva assumiu a chefia do Serviço Sanitário estadual de São Paulo, sendo o responsável pela elaboração do Código Sanitário do estado, que contemplava, além das áreas urbanas, as zonas rurais. A somatória desses eventos em torno da popularização da campanha do saneamento rural foi chamando a atenção de Lobato e atraindo-o para as falanges dessa causa.

O estabelecimento de novas relações profissionais e de amizade com os médicos, especialmente Belisário Penna e Arthur Neiva, concorreu diretamente para a mudança de pensamento de Lobato acerca do homem do campo. Ele começou a repensar o caboclo que havia pintado nos artigos *Velha Praga* e *Urupês*. A figura preguiçosa e improdutivo do Jeca Tatu encontrava na medicina social, advogada por Penna e Neiva, uma das causas para os males do caboclo – a doença. Para os médicos sanitaristas, a moléstia era o caráter distintivo do povo brasileiro dos sertões, regiões abandonadas pelo Estado, carentes de serviços públicos essenciais, como saúde e educação, produzindo um tipo de gente analfabeta e doente que não tinha a menor noção de cidadania e de identidade nacional. As informações trazidas à lume pelo relatório dos médicos acerca do estado de abandono e do elevado grau de morbidez da população rural, publicadas em 1916, chocaram a elite política e intelectual brasileira. Houve amplo debate na imprensa e no Congresso Nacional sobre as endemias rurais e a urgência do saneamento. Existiam defensores árdios de uma política nacional de saúde e outros que consideravam a versão médica exagerada. Contudo, prevaleceu, após intensos debates no parlamento, fundação de agremiações médicas e campanhas na imprensa para convencimento das elites e do poder público, a versão de que o Brasil era um país enfermo e carecia de cuidados. Essas informações parecem ter atingido em cheio a mente e o coração de Lobato, pois os dados expostos no relatório Penna-Neiva em muito se assemelhavam ao tipo literário que ele criara, porém sem se deter nas origens dos males que afligiam o pobre Jeca. Bastou Lobato ser convertido pela argumentação da medicina que tratou logo de se redimir e, já nas primeiras edições de seu primeiro livro, *Urupês* (1918), no prefácio da obra, escrevia uma EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA, por meio da qual fazia um pedido de desculpas ao caboclo. Vejamos:

E aqui aproveito o lance para implorar perdão ao pobre Jeca. Eu ignorava que eras assim, meu Tatu, por motivo de doença. Hoje é com piedade infinita que te encara quem, naquele tempo, só via em ti um maparreiro de marca. Perdoas?²

A partir de então, Monteiro Lobato foi convertido à causa do saneamento sobretudo por seus contatos com os médicos Artur Neiva e Belisário Penna

² Prefácio à segunda edição de *Urupês*, 1918.

(HOCHMAN, 2013, p. 71), o último era considerado um místico em prol da higienização dos sertões e da revitalização do homem brasileiro. Lobato, vivendo na capital paulista, proprietário da *Revista do Brasil* e colaborador do jornal *O Estado de S. Paulo*, começou a publicar, em meados de 1918, uma série de artigos defendendo a necessidade de sanear o país, reverberando vozes das mais conceituadas autoridades médicas e dos discípulos de Oswaldo Cruz. Tais artigos, reunidos posteriormente, originaram o livro *Problema Vital*, lançado também em 1918. Aliás, toda a literatura consultada afirma que 1918 foi o ano chave para a inflexão de Monteiro Lobato a respeito da mudança de sua visão sobre a situação do caboclo e de seu engajamento, por meio da imprensa, livros e panfletos, em favor da campanha pelo saneamento. O cientista político Aluizio Alves Filho explica que, a partir de 1918, “o ex-fazendeiro, e agora editor constrói a identidade do Jeca por novo prisma. Lobato passa a representá-lo como um produto das endemias rurais” (ALVES FILHO, 2003, p. 67). A antropóloga Lilia Moritz Schwarcz também esclarece a mudança de percepção ocorrida no pensamento lobatiano naquele ano. Segundo ela, após a publicação do referido livro, “Lobato parece ter mudado de posição, quando, desviando a atenção para o problema racial, apresentava Jeca Tatu não como o resultado de uma formação híbrida, mas como o fruto de doenças epidêmicas” (SCHWARCZ, 1993, p. 325). Já Enid Yatsuda Frederico argumenta que:

A retomada do tema do Jeca impunha-se pela necessidade de repensar as teorias racistas importadas da Europa e pela modernização das relações de trabalho que obrigava ao enquadramento das "raças inferiores" à economia de mercado (FREDERICO, 1997, p. 228 apud GOUVEA, 2001, p. 67).

Com isso, “a figura do Jeca Tatu parecia se revestir de novos significados, comprovar a falência do argumento degeneracionista racial (...),” e ao mesmo tempo realçar “a importância de uma educação sanitarista” (SCHWARCZ, 1993, p. 325) com vistas à recuperação da saúde do caboclo, à construção de um projeto de nação e à inserção do povo regenerado na economia de mercado.

Desse modo, o criador do Jeca Tatu pode respirar aliviado ao tomar ciência, fruto de seus contatos e amizades estabelecidas com os médicos

provenientes de Manguinhos, de que o problema do país não era racial e nem climático. Havia outra razão para as mazelas nacionais, as quais poderiam ser explicadas por conta da displicência do poder público com o interior, que relegado à própria sorte era vítima das epidemias. Bastava levar àquela gente educação, higiene e cuidados médicos, assim o povo deixaria a posição de cócoras e se tornaria tão produtivo quanto qualquer outro homem da face da Terra. O alívio foi expresso num dos artigos em que defendia a medicalização para recuperação dos desamparados. O autor coloca os recursos médicos como medida redentora em oposição ao determinismo racial: “Respiramos hoje com mais desafogo. O laboratório dá-nos o argumento por que ansiávamos. Firmados nele contraporemos á condenação sociologica de Le Bon a voz mais alta da biologia” (LOBATO, 1951, p. 298). Para Lobato, o “verdadeiro sabio não emite opinião: consulta o laboratorio e repete o que o laboratorio diz, sem enfeite nem torsão” (LOBATO, 1951, p. 229). Ele parece depositar uma fé cega na ciência e no poder da medicina de curar as moléstias, combater os microrganismos e erradicar as doenças do brasileiro. Assim o microscópio tornou-se um instrumento revelador de um novo mundo, o dos parasitas, e bastou usá-lo para ver “que o problema brasileiro se visse, pela primeira vez, enforcado sob um feixe de luz rutilante” (LOBATO, 1951, p. 297). Quando escreve sobre Manguinhos, Lobato assegura que: “Só de lá tem vindo, e só de lá ha de vir, a verdade que salva e vence” (LOBATO, 1951, p. 229). As teses defendidas pelos sanitaristas, alinhadas ao crescente nacionalismo das décadas de 1910 e início de 1920, negavam o determinismo racial³ e climático, outrora vistos, por parte da intelectualidade, como os motivos do atraso do país. A medicina social, as campanhas sanitárias no Rio de Janeiro e em São Paulo e os estudos desenvolvidos nos laboratórios – principalmente em Manguinhos e no Instituto Butantan – apresentavam o diagnóstico de uma nação enferma, cujo povo analfabeto e abandonado pelo Poder público estava sendo massacrado por germes e microrganismos nocivos à saúde e, o pior, sem que nenhuma medida governamental impusesse obstáculo à ação devastadora das endemias rurais. Por isso, nada colocava os homens do campo de pé,

³ “Para alguns intelectuais [brasileiros], os obstáculos representados pela base racial eram insuperáveis. Influenciados por teóricos como Gobineau, Agassiz e Le Bon, só viam num programa intenso de imigração uma saída favorável para a nação brasileira. Nessa perspectiva, o grande problema da nacionalidade radicava-se no povo que, no limite, deveria ser substituído”. (LIMA, HOCHMAN, 1996, p. 27).

excetuando algumas regiões da Bahia e de Pernambuco, onde, apesar das dificuldades e problemas locais, as populações ainda se apresentavam fortes e resistentes. Para o grupo de médicos e eruditos referidos anteriormente, a obra de Euclides da Cunha, *Os sertões*, “é vista como um marco crucial de referência para os intelectuais da campanha do saneamento, que ao tema do isolamento do sertanejo, sugerido por Euclides da Cunha, associam o termo abandono (...)” (LIMA, HOCHMAN, 1996, p. 29), culpando as elites intelectuais e política por tal situação.

Alinhado à campanha dos sanitaristas, Lobato pôs-se a escrever e a denunciar, diligentemente, nas páginas do jornal da família Mesquita, a situação do Brasil revelada pela ciência, o “Brasil Real” distinto da “idealização do país característica das análises originárias de informações de gabinete” (LIMA, HOCHMAN, 1996, p. 27). A responsabilidade pelas mazelas nacionais fora deslocada do povo e de sua suposta incapacidade racial para os dirigentes da república, cuja negligência deixara os sertões num total isolamento, resultando numa população doente e sem identidade. Seria necessário inculcar na opinião pública e nas elites do país a ideia de que, somente através do saneamento e do higienismo, num grande esforço federal, a partir da implementação de ações coordenadas com os estados e municípios, seria possível construir uma nação forte, integrando o sertão ao litoral e resgatando o sertanejo. Para que isso ocorresse, as barreiras do federalismo e dos interesses das oligarquias locais deveriam ser suplantadas pelo interesse maior e pelo projeto de nação idealizado pelos mentores do saneamento. Daí a importância central que Lobato ocupou na causa, primeiro por ser talentoso escritor e colaborador de um grande jornal – o *Estadão* – depois porque seu personagem literário, o Jeca Tatu, passou a representar as populações interioranas do Brasil, sinônimo de atraso derivado em razão da doença, a qual se multiplicava pois encontrava ambiente fértil para isso, uma vez que o Estado só se preocupava com o litoral e não tinha um projeto de nação com políticas públicas que contemplassem o vasto sertão brasileiro. O convencimento das elites e dos dirigentes foi peça fundamental para que a campanha acontecesse de fato, já que existiam opositores que questionavam os dados dos relatórios médicos, acusando-os de exagerados, e tinham receio de que, com a expansão das atribuições federais no campo da saúde, houvesse

desequilíbrio no poder exercido pelos chefes locais. O que os sanitaristas precisavam era ganhar a opinião pública e persuadir o Governo a lhes destinar verbas e suporte material e humano a fim de que os médicos e higienistas pudessem resgatar a nacionalidade perdida nos rincões do Brasil.

Alguns dos artigos publicados por Lobato foram reunidos em livro em 1918, o já mencionado *Problema Vital*. O título é bastante sugestivo – trata-se de uma interpretação do Brasil sob a ótica dos dados referentes à saúde do povo levantados pelos médicos e cientistas de Manguinhos. A epígrafe da obra enterrou de vez a visão fatalista que Lobato tinha em 1914, quando pintou a figura do Jeca Tatu, ao passo que fez emergir uma releitura das causas que afligiam o Jeca e o condenavam a viver de cócoras – “O Jéca não é assim; está assim”. Entendemos que Jeca Tatu não é preguiçoso e avesso à civilização e ao progresso por conta de sua natureza racial e mestiça. Ele encontrava-se naquelas condições de pauperismo e de apatia para o trabalho, pois estava doente, sofria de amarelão e não tinha recurso algum para se tratar, nada que aliviasse seu problema e lhe ajudasse a resgatar as forças para ser um homem sadio, forte e produtivo. Lobato só foi compreender isso em 1918, depois dos contatos e das relações profissionais e de amizade que estabeleceu com os médicos sanitaristas. Nas palavras do criador do Jeca,

Quando sarei, quando comecei a sentir em todo o seu horror o horror da miséria humana (de que o Jéca não passa de humilde ilustração) era tarde – minha obra literária já se havia cristalizado, e morto estava o meu interêsse pelas letras. Reagí de outra maneira. Escreví uma violenta série de artigos no “Estado”, sob o título “Problema Vital”, em que denunciava a doença do nosso homem da roça e o crime dos que na cidade, parasitariamente, se gozavam do produto do seu doloroso trabalho (NEVES, 1948, p. 274).

O livro *Problema Vital*, publicado com o apoio da Liga Pró-Saneamento e da Sociedade Eugênica de São Paulo, apresentava um prefácio escrito por Renato Kehl, médico paulista considerado por Lobato o “pai da eugenia no Brasil”. Essas informações evidenciam como se constituiu a rede de sociabilidade do escritor com os médicos. A relação entre as partes era pautada por uma agenda comum – convencer as elites dirigentes a implementar a campanha do saneamento rural, por meio da imprensa,

publicação de livros e reuniões nas agremiações e universidades que debatiam o assunto.

Os textos de *Problema Vital* faziam coro a outra obra importante também publicada em 1918. Trata-se do livro de Belisário Penna, presidente da Liga Pró-Saneamento, *O saneamento do Brasil*, no qual o autor faz um diagnóstico dos problemas de saúde pública no campo e aponta soluções para o saneamento rural, como indicações de construção de fossas sépticas, de unidades habitacionais mais salubres e outras medidas preventivas e profiláticas para debelar as três grandes endemias rurais: Opilação ou Amarelão (ancilostomíase), Impaludismo (Malária) e o Mal de Chagas (Tripanossomíase Americana).

A revisão de Lobato sobre o Jeca em sua “tentativa” de reformar a imagem de eterno preguiçoso avançou na quarta edição de *Urupês*, impressa em 1919. Novamente ele usou o prefácio da nova edição para fazer, desta vez, uma “Explicação desnecessária” e “assumia uma cristalina revisão ao pedir perdão ao pobre e doente homem.” (SANTOS, 2007, sem indicação de página)

Cumpr-me, todavia, implorar perdão ao pobre Jeca. Eu ignorava que era assim, meu caro Tatu, por motivo de doenças tremendas. Estás provado que tem no sangue e nas tripas um jardim zoológico da pior espécie. É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga, inerte. Tens culpa disso? Claro que não. Assim, é com piedade infinita que te encara hoje o ignorantão que outrora só via em ti mamparra e ruindade. Perdoa-me, pois, pobre opilado... (LOBATO apud LEITE, 1986, p. 82)

Nesse prefácio, o criador pede desculpa à sua criatura e alega que quando o criou, em 1914, só vira “ruindade”. Quando publica a nova edição do livro em 1919, Lobato já era apóstolo convertido ao saneamento e olha para os Jecas com um novo prisma, sob as lentes do microscópio que revelaram um “jardim zoológico” parasitando o organismo do caboclo, deixando-o exangue, fraco, preguiçoso e improdutivo, inadaptável ao capitalismo agrário. Lobato absolve o Jeca de culpa, afinal o que poderia o caipira fazer se não havia médico e nem educação para receber instruções básicas de higiene? Os responsáveis eram os bacharéis da república e das elites mesquinhas que não se preocupavam em sanear e em higienizar o Brasil e não enxergavam que a defasagem da saúde coletiva era o principal inimigo do país.

Em 1924, Monteiro Lobato escreveu um conto – *Jeca Tatu: a ressurreição* – destinado ao público infanto-juvenil. O título do texto é bastante sugestivo e solidifica a reinterpretação do Jeca por parte de seu criador, o qual passa a considerar fatores como a desnutrição, a doença e o descaso do governo como os causadores do abandono, da preguiça, do alcoolismo e da improdutividade do homem rural. O autor narra a ressurreição de seu célebre personagem por meio da intervenção médica e da adoção de hábitos de higiene. Concorreu para a popularização do texto o fato de Lobato ter feito uma parceria com o farmacêutico Cândido Fontoura, que pretendia divulgar seus remédios para combater as verminoses e usou o conto, readaptado por Lobato, como uma peça publicitária para ser distribuída, aos milhares, em escolas de todo o país. Apesar desse texto ser destinado às crianças, Glaucia Soares Bastos alerta que havia uma convergência entre as obras de literatura geral e infantil, “já que as duas séries constituem parte do mesmo projeto de construção, via literatura, da identidade nacional” (BASTOS, 2009, p. 139-40). A cartilha caiu no gosto do público, e a história foi apelidada de *Jeca Tatuzinho*. Com isso, Lobato e o Jeca Tatu tornaram-se garotos-propaganda “do Biotônico, o Jeca Tatuzinho vendia a cura para todo o sertanejo do país, pobre e desnutrido” (DIWAN, 2007, p. 102).

Imagem 1: Anúncio do Ankilostomina Fontoura

- Jeca, porque não trabalhas?

Pergunta Monteiro Lobato, o autor de Urupês, a Jéca Tatú

— Não é preguiça “seu” Lobato. É uma dôr na cacunda, palpitação, uma canceira que não acaba nunca!..

— Sim, eu sei, Jéca Tatú amigo. Sofres de AMARELLÃO (ou opilação). Tens no sangue e nas tripas um jardim zoológico da peor especie. É essa bicharia que te faz papudo, feio, molengo e inerte. Só tens um remedio, o verdadeiro especifico do amarellão:

**ANKILOSTOMINA
FONTOURA**

J. CAMPOS

Fonte: Almanaque do Biotônico, 1935. Ilustração de J. U. Campos. Disponível em: <<http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1035&sid=7>>. Acesso em: 12 fev. 2018

No anúncio, Lobato mostra-se compreensivo com a preguiça do Jeca, pois sabe que a origem dela não é da natureza e nem da índole do caboclo, mas sim devido ao fato de o camponês sofrer de opilação e estar contaminado, no sangue e nas tripas, por um jardim zoológico da pior espécie. Os vermes que o faziam “papudo, feio, molengo e inerte”. O remédio aliviaria os sintomas e contribuiria para revitalizar esse organismo doente, transformando-o num novo homem, ativo e trabalhador. Se a princípio o Jeca estava condenado, agora aparecia isento de culpa, pois seu autor identificou, “na precariedade de

sua saúde, a causa dos males do caipira, descartando as determinações de raça e meio anteriormente consideradas” (BASTOS, 2009, p. 141).

No conto que narra a ressurreição do Jeca, o personagem “passa a ter nas doenças de que é vítima a causa de sua indolência”, bem diferente da caricatura de 1914, “fatalmente preguiçosa e ignorante” (BASTOS, 2009, p. 142). Houve adaptações do conto original de 1924, anexado ao final do livro *Problema Vital*, para a versão distribuída como propaganda pelo Laboratório Fontoura⁴. *Jeca Tatuzinho*, editado pelo farmacêutico Fontoura, contava com ilustrações e tinha exercícios de fixação do texto para as crianças com evidente caráter didático e pedagógico, sendo distribuído, aos milhões, gratuitamente. De acordo com as informações de Luzimar Goulart Gouvea, na trigésima quarta edição da cartilha, havia o registro de que 80 milhões já tinham sido impressos e era a “obra de maior divulgação em todo o Brasil” (GOUVEA, 2001, p. 63).

Após começar a seguir as orientações médicas, Jeca é curado e transforma-se num novo homem. A preguiça desapareceu, apavorava as árvores quando ele pegava no machado, derrubava a capoeira e abria novas áreas de cultivo. Ficou até valente a ponto de enfrentar a onça que encontrava no meio do mato. Jeca também aumentou sua casa, adquiriu implementos e gado, sua roça nunca foi tão bonita. Queria ficar rico! O médico visitou-o novamente e ficou assustado com a mudança, todos estavam calçados, até os animais. Ao ser interpelado pelo exagero de calçar os bichos, Jeca respondeu que queria dar um exemplo aos caipiras broncos que por lá apareciam e que, quando viam aquilo, jamais se esqueciam da história.

Com o progresso, o protagonista comprou um caminhão Ford e livros, aprendeu a ler e aprendeu inglês. Modernizou sua fazenda, que passou a ter eletricidade, rádio e telefone. De seu escritório, Tatu controlava tudo e, com um telescópio que importara dos Estados Unidos, observava o que ocorria em sua propriedade. Até o processo de produção foi automatizado; com um simples toque num botão enchia o cocho com ração.

⁴ No artigo *Jeca Tatuzinho: patriotismo e propaganda* (2009), Gláucia Soares Bastos compara as adaptações empreendidas no texto para fins de propaganda. A título de exemplo, no texto original, a cura do Jeca se dá pelo uso de um medicamento fitoterápico. Já no texto publicitário, a cura vem através da prescrição médica de *Ankilostomina Fontoura*, redigido em caixa alta, para destacar a marca do remédio.

Depois de ter ficado rico e ultrapassado o seu vizinho italiano, Jeca não parou. “Hei de empregar toda a minha fortuna nesta obra de saúde geral, dizia ele. O meu patriotismo é este. Minha divisa: curar gente. Abaixo a bicharia que devora o brasileiro...” (LOBATO, 1951, p. 339). Assim criou postos de saúde para atender os enfermos na roça. Viveu até os 89 anos e, embora não tivesse recebido homenagens e nem honrarias, havia cumprido o seu dever até o fim. O conto termina com um recado para as crianças: “Meninos: nunca se esqueçam desta historia; e, quando crescerem, tratem de imitar o Jéca” (LOBATO, 1951, p. 340). Jeca Tatuzinho deixara um ensinamento moral, o personagem “transformara-se não apenas num homem rico, mas num incansável educador sanitário que transmitia a seus empregados todos os conhecimentos que aprendera” (HOCHMAN e LIMA, 1996, p. 32). Essa era a responsabilidade social do fazendeiro-empendedor, transmitir ensinamentos ao povo, numa cruzada patriótica, para que ele pudesse ajudar a restabelecer a saúde de seus patrícios por meio da educação higiênica e da adoção de novos hábitos, bem como contribuir para o bem-estar coletivo.

Crianças do Brasil inteiro cresceram lendo *Jeca Tatuzinho* e aprendendo os novos hábitos de higiene, popularizando a marca Fontoura e, acima de tudo, o nome de Monteiro Lobato e de seus personagens – o Jeca Tatu e o Tatuzinho. Devido à longevidade da cartilha *Jeca Tatuzinho* e de seu “duplo caráter pictórico, o da escrita e o da ilustração”, é possível afirmar que ela fincou “fortes raízes na lembrança popular” (GOUVEA, 2001, p. 63).

Jeca Tatu havia passado por uma metamorfose, fruto das mudanças na mente de seu criador e do próprio desenvolvimento da ciência no Brasil, o que teve impacto na visão de mundo de Lobato e na forma como concebia o caboclo. Conforme exposto anteriormente, as transformações no pensamento lobatiano devem-se às relações pessoais e profissionais que estabeleceu com os médicos sanitaristas em São Paulo, sobretudo a partir de 1918. Se o Jeca de 1914 pode ser interpretado como uma representação pessimista e fatalista do homem do campo, com o passar dos anos, a percepção de Lobato “foi evoluindo para uma atitude mais atenta e cuidadosa, acompanhando o movimento das ideias, no quadro do pensamento nacional” (BASTOS, 2009, p. 147). Ele passou a prestar atenção em outros detalhes: as causas e os fatores que condicionavam a vida do Jeca, como, por exemplo, o abandono pelo poder

público e as más condições de vida, alimentação, saúde e moradia. De todo modo, o Jeca degenerado e o Jeca medicalizado foram alçados à símbolo de brasilidade, representando o homem do campo, para o mal e para o bem. Os contos escritos por Lobato alcançaram enorme popularidade e foram amplamente debatidos nos círculos literários, políticos e sociais. Seus artigos sobre saneamento publicados no “Estadão” reverberavam os ecos do movimento sanitaria que tomava forma, contribuindo para convencer as elites políticas e econômicas a aderirem à causa. A Ideologia do saneamento, expressão utilizada por Luiz Antonio de Castro Santos (2003), criou o ambiente favorável para que as ideias se transformassem em ações e, gradativamente, a ação estatal unificada e centralizada no governo federal foi rompendo os limites do federalismo para implantar em várias regiões do Brasil as primeiras políticas nacionais de saúde. Assim construía-se a nacionalidade brasileira por meio de investimentos na área de saúde coletiva e da expansão do Estado, o qual passou a se fazer presente no território através de postos de saúde, profissionais, médicos e educadores que passavam a cuidar das populações interioranas.

É bem verdade que a campanha pelo saneamento teve limites e foi insuficiente para debelar todas as endemias rurais, pois em alguns casos as regiões a serem saneadas obedeciam ao critério do valor econômico, o que beneficiava alguns locais e fazia com que outros permanecessem esquecidos. Seu êxito, entretanto, foi maior no campo ideológico do que no campo prático (CASTRO SANTOS, 2003, p. 233). Mas o movimento sanitaria da década de 1910-1920 lançou as bases para as políticas de saúde subsequentes⁵ e para o aprimoramento das legislações, além de possibilitar a criação de um Ministério da Saúde e da Educação e de outros órgãos federais que tratavam de saúde pública.

⁵ Um exemplo da retomada da ideia de saneamento dos sertões ocorreu no governo do presidente Juscelino Kubitschek, quando foi criado um Departamento especial para combater a Boubá no interior do Brasil. Para maiores detalhes ver: *Basta aplicar uma injeção?* Saúde, doença e desenvolvimento: o programa de erradicação da boubá no Brasil (1956-1961), dissertação de Mestrado de Érico Silva Alves Muniz, Rio de Janeiro, 2009.

Considerações finais

Em 1914, quando escreveu os artigos *Uma Velha Praga* e *Urupês*, Monteiro Lobato, um promissor escritor paulista, pintou a imagem do caboclo do Vale do Paraíba, figura soturna e dotado de uma preguiça inata. Nascia o Jeca Tatu, o personagem que se tornaria célebre no meio literário e cultural brasileiro. Jeca tornou-se sinônimo de atraso e de ignorância do homem do campo.

Embora a intenção de Lobato não fosse a de descrever um tipo nacional, a imagem do Jeca Tatu foi amplamente difundida devido à publicidade dos artigos, que, posteriormente, passaram a fazer parte de um livro – *Urupês* (1918).

Em 1918, contudo, Monteiro Lobato retifica sua visão sobre o Jeca Tatu, alega no prefácio de sua obra que ignorava as razões que afligiam o caboclo, detendo-se injustamente somente na causa. O escritor paulista havia ignorado que o pobre Tatu era preguiçoso, improdutivo e incapaz pois estava abandonado, não tinha acesso à educação e nem aos serviços de saúde. Logo, era um ser doente que vivia a vegetar de cócoras. A culpa não era do Jeca, mas sim dos dirigentes da república, os quais nada faziam para mitigar os problemas sociais brasileiros, como as epidemias que grassavam nas cidades, nos portos e nos sertões vitimando milhares, emperrando o progresso nacional e a construção de um país forte.

A mudança na percepção social de Lobato se dá em virtude do contato estabelecido com os médicos sanitaristas, especialmente Arthur Neiva e Belisário Penna. Eles trocaram correspondências, trabalharam em projetos editoriais e chegaram e Lobato chegou a viajar junto com Neiva para averiguar o estado de saúde da população de Iguapé, no litoral paulista. Constatado a ausência de políticas públicas de saúde que garantissem o mínimo de condições o desenvolvimento da vida social, Monteiro Lobato engaja-se na campanha em prol do saneamento dos sertões. Publica artigos, enfeixa-os em livro, defende que o saneamento trará a salvação do povo e do país.

O Jeca Tatu torna-se símbolo da campanha, um exemplo do que ocorria ao povo quando o governo não se responsabilizava pelas oferta de saneamento básico, fornecimento de educação e atendimento médico.

Em 1924, Lobato escreve um conto para crianças, *Jeca Tatuzinho*, trabalho que obteve enorme popularidade. O conto virou um panfleto publicitário do Laboratório Fontoura, com milhões de impressões, divulgando medicamentos que ajudariam a evitar moléstias, como a ancilostomíase. A cartilha fez grande sucesso, milhares de crianças cresceram lendo e aprendendo noções de higiene com a estória do Jeca Tatuzinho.

Devido à longevidade da cartilha *Jeca Tatuzinho* e de seu “duplo caráter pictórico, o da escrita e o da ilustração”, é possível afirmar que ela fincou “fortes raízes na lembrança popular” (GOUVEA, 2001, p. 63).

Jeca Tatu havia passado por uma metamorfose, fruto das mudanças na mente de seu criador e do próprio desenvolvimento da ciência no Brasil, o que teve impacto na visão de mundo de Lobato e na forma como concebia o caboclo. Conforme exposto anteriormente, as transformações no pensamento lobatiano devem-se às relações pessoais e profissionais que estabeleceu com os médicos sanitaristas em São Paulo, sobretudo a partir de 1918. Se o Jeca de 1914 pode ser interpretado como uma representação pessimista e fatalista do homem do campo, com o passar dos anos, a percepção de Lobato “foi evoluindo para uma atitude mais atenta e cuidadosa, acompanhando o movimento das ideias, no quadro do pensamento nacional” (BASTOS, 2009, p. 147). Ele passou a prestar atenção em outros detalhes: as causas e os fatores que condicionavam a vida do Jeca, como, por exemplo, o abandono pelo poder público e as más condições de vida, alimentação, saúde e moradia. De todo modo, o Jeca degenerado e o Jeca medicalizado foram alçados à símbolo de brasilidade, representando o homem do campo, para o mal e para o bem.

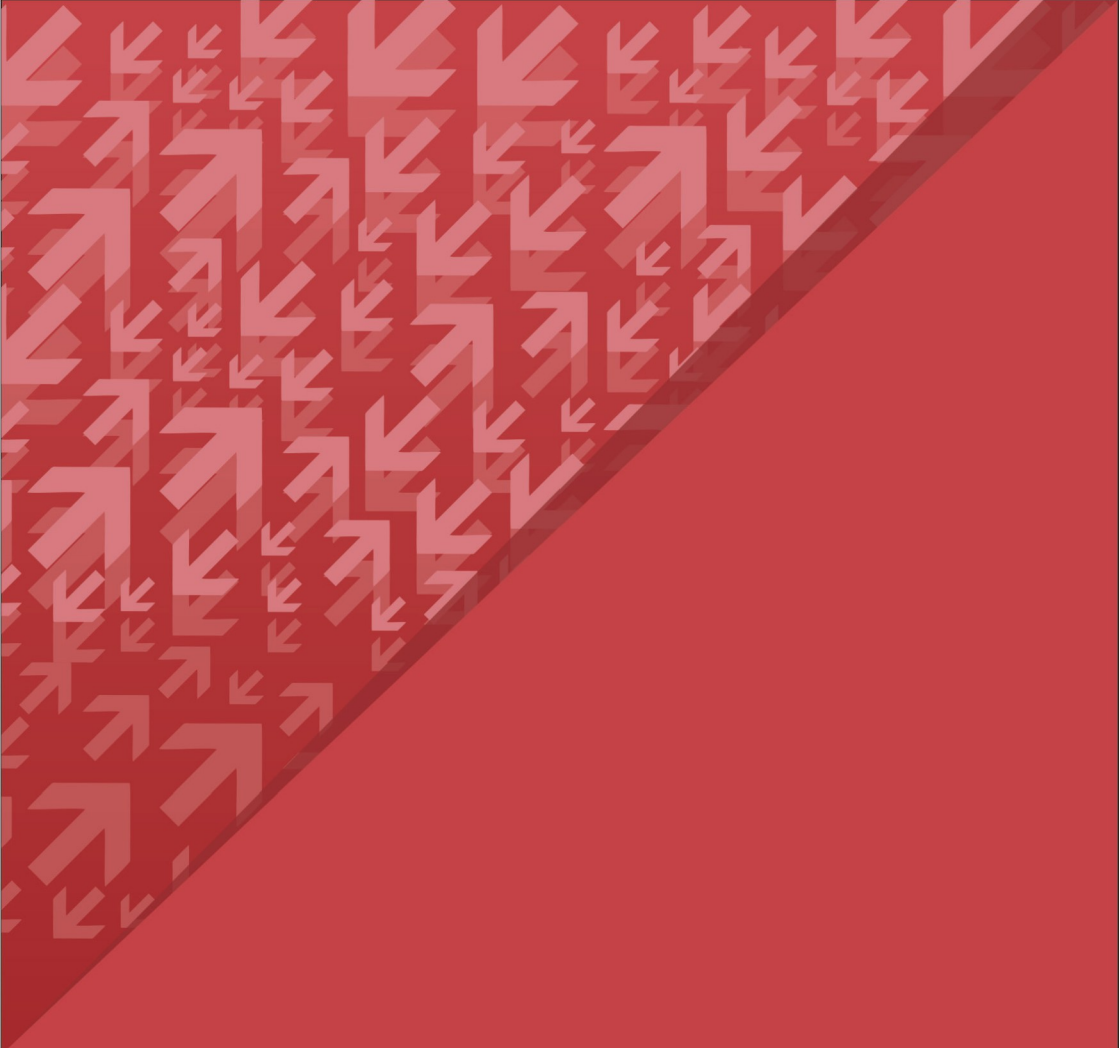
A metamorfose no pensamento de Lobato colaborou com os objetivos da campanha do saneamento rural que estava em curso no Brasil, o prestígio do escritor e seu personagem literário favorecerem a construção da opinião pública, ajudando a criar o ambiente favorável para que as ideias se transformassem em ações e, gradativamente, a ação estatal unificada e centralizada no governo federal foi rompendo os limites do federalismo para implantar em várias regiões do Brasil as primeiras políticas nacionais de

saúde. Assim construía-se a nacionalidade brasileira por meio de investimentos na área de saúde coletiva e da expansão do Estado, o qual passou a se fazer presente no território através de postos de saúde, profissionais, médicos e educadores que passavam a cuidar das populações interioranas. Ao mesmo tempo, a ressurreição do Jeca, o conto de 1924, refletia o pensamento de Lobato sobre o potencial do povo brasileiro, o qual, uma vez curado, seria tão capaz quanto os argentinos, norte-americanos ou europeus.

Referências

- ALVES FILHO, Aluizio. *As metamorfoses do Jeca Tatu : a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato*. Rio de Janeiro: INVERTA, 2003.
- AZEVEDO, Carmem Lucia de et al. *Monteiro Lobato: furacão na botocúndia*. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 1997.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. *O pensamento social no Brasil: pequenos estudos*. Campinas: Edicamp, 2003.
- CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- CECCANTINI, João Luíz; LAJOLO, Marisa (orgs.). *Monteiro Lobato, livro a livro: obra infantil*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- GOUVEA, Luzimar Goulart. *O homem caipira nas obras de Lobato e de Mazzaropi: a construção de um imaginário*. 2001. 141 f. Dissertação (Mestre em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270187/1/Gouvea_LuzimarGoulart_M.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 2013.
- KOSHIYAMA, A. M. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 2006.
- LAJOLO, Marisa; MARANHÃO, Ricardo; ROCHA, Rute. *Monteiro Lobato*. São Paulo: Abril Educação, 1981.

- LEITE, S. H. T. de A. *Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista (1900-1920)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1996.
- LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Brasiliense, 1944.
- _____. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1951.
- _____. *A barca de Gleyre*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- _____. *Urupês*. 2 ed. São Paulo: Editora Globo, 2009.
- MAIO, Marco Chor (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.
- NEVES, Arthur. Monteiro Lobato. *Revista Fundamentos: Revista de cultura moderna*. n.º. 4/5, Setembro/Outubro 1948; São Paulo. p. 266-85.
- PIETRA, Diwan. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- VALENTE, T. A. *Monteiro Lobato nas páginas do jornal: um estudo dos artigos publicados em O Estado de S. Paulo (1913-1923)*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.



PARTE 3

E/IMIGRAÇÃO

UMA FALÊNCIA, MUITOS PROBLEMAS: O CASO DA FIRMA RACHID & IRMÃO¹ (1925-1926)

Adilson Silva Santos

Doutorando em História (UFES)

Introdução

Mimoso era um distrito da cidade de São Pedro de Itabapoana. Esta cidade estava localizada no extremo sul do Espírito Santo, fazendo divisa com o estado do Rio de Janeiro. A principal atividade econômica da região era a produção de café, que se realizava em grandes propriedades, cujo escoamento era feito pelo porto fluvial de Limeira, principalmente. Com a chegada da ferrovia ligando o Rio de Janeiro a alguns distritos de São Pedro de Itabapoana, a partir de 1895, o café passou a ser transportado pela via férrea. Um desses distritos era o de Mimoso (MEDINA, 1932?).

A produção cafeeira foi responsável pelo acúmulo de capitais, traduzido em diversas transformações na economia e sociedade capixabas. Essas transformações se verificaram tanto em relação ao processo de urbanização de várias localidades, como também no desenvolvimento de vias de comunicação, no crescimento populacional e na grande circulação de riqueza. Os fluxos migratórios também se beneficiaram desse processo e, em Mimoso, se assetaram indivíduos oriundos de cidades do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e da região nordeste.

Da mesma forma imigrantes europeus e asiáticos se estabeleceram em terras mimosenses, entre os quais italianos, japoneses, sírios e libaneses. Estes últimos destacaram-se no comércio de secos e molhados, no ramo de hotelaria, bares, armarinhos e construíram grandes casas comerciais, beneficiados pela grande circulação de riqueza proporcionada pela produção de café. Uma dessas firmas foi a Casa Rachid, instalada na Praça Nestor Gomes, n. 9, em Mimoso, de propriedade dos irmãos Jorge e João Rachid. Era um armazém de

¹ O nome da firma e o de seus sócios é fictício.

secos e molhados, que vendia tecidos, produtos de armarinho, chapéus, ferragens, louças e outros produtos².

A ação de falência

No dia 9 de dezembro de 1925, Miguel Laginestra & Cia, estabelecido no Rio de Janeiro entrou com um pedido de falência da firma Rachid & Irmão por causa de uma dívida de sete contos e duzentos e dez mil réis, além dos juros. O valor, dividido em 4 duplicatas, a primeira vencida em dezembro de 1924, não havia sido pago. Não obstante o fato de não terem pago as dívidas contraídas, os credores afirmavam que Rachid & Irmão vinham praticando uma série de irregularidades e fraudes, que estariam prejudicando outros fornecedores³.

Assim é que escripta foi organizada ultimamente as pressas, segundo consta aos supplicantes e por um rapido exame nos livros V. Ex. poderá verificar; por outro lado, não tendo credores naquella praça de Mimoso, emittiram elles promissorias [...] em favor de terceiros residentes na mesma praça ao valor approximado de sessenta contos de réis, com o intuito fraudulento de lesar o seu verdadeiros credores (sic) [...]. A um commerciante [...] de Mimoso, com cartorio abarrotado de títulos de seu aceite protestados, emittiram Rachid & Irmão promissorias no valor de 15 a 20 contos [...]⁴.

No dia seguinte, os devedores foram citados pela justiça para apresentarem sua defesa, num prazo de 24 horas. Por meio de uma petição enviada por seu advogado, Pedro O' Reilly de Souza, Rachid & Irmão solicitaram ao juiz três dias para elaborar sua defesa, o que foi aceito. Para se defenderem, Jorge e João Rachid tentaram primeiro anular a ação de falência, porque, de acordo com eles, ela não teria seguido o rito constante do código civil. Da mesma forma, destacaram as razões pelas quais não puderam pagar a dívida contraída com a firma Miguel Laginestra & Cia:

² Ação de falência de Rachid & Irmão, 09/12/1925. Cartório do 1º Ofício da Comarca de São Pedro de Itabapoana.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

A crise commercial ultimamente verificada em nossa paiz, com a baixa do café e a alta do cambio, determinou um desequilíbrio na balança comercial, de modo que ficaram desvalorizados os stocks de mercadorias anteriormente adquiridas, agravada ainda esta crise com as exigencias dos credores que suppõem a desvalorização ainda maior d'agora em diante⁵.

No dia 16 de dezembro de 1925, o juiz declarou aberta a falência da casa comercial Rachid & Irmão, a começar a partir do dia 1º de setembro daquele ano. No mesmo dia foi nomeado o síndico das massas falidas, que foi o comerciante Corinto Barboza Lima. Corinto era sócio na firma Barboza Lima & Cia, de um sírio e libanês chamado Jorge Elias Massadar. Inclusive, os credores da firma Miguel Laginestra & Cia criticaram a escolha desse síndico. De fato, ele devia ser alguém próximo dos sócios da firma Rachid & Irmão, mas sua atuação não ocorreu para beneficiá-los.

Na lista de credores da Casa Rachid constam comerciantes predominantemente do Rio de Janeiro, mas há os de São Paulo, Minas Gerais, Campos dos Goitacazes, Mimoso, Cachoeiro de Itapemirim etc. Entre eles estão negociantes italianos, portugueses, judeus e sírios e libaneses, que são a maioria. Podem ser citados Dáu & Cia, F. Penedo, Pinheiros dos Santos & Bastos, Nigri & Cia, Farah & Cia, Eduardo José & Irmão, Merhy & Cia, Antônio Nunes Acha, Gabriel Jorge, Francisco Melhem, Satyro Pinheiro Franca, Salvador Guimarães, entre outros⁶.

A data da assembleia de credores, marcada inicialmente para o dia 12 de janeiro de 1926, foi adiada algumas vezes por solicitação do síndico das massas falidas e por razões diversas. Foi realizada no dia 3 de fevereiro. Nesse ínterim, entre a abertura da falência e a ocorrência da assembleia de credores, aconteceu um fato inusitado. Jorge e João Rachid foram acusados pelo síndico de extraviar intencionalmente algumas mercadorias de sua casa comercial. O intuito era omitir, do balanço, a existência de mercadorias no valor estimado de 12 contos de réis⁷.

Três caixas de mercadorias foram desviadas. Uma estava na casa comercial de Adão F. Nunes. Outras duas estavam na padaria de um patrício de nome Antônio Felipe: uma embaixo de uma esteira que um empregado utilizava

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

como cama; outra, atrás do forno da padaria. Diante desse extravio, o síndico fez uma denúncia ao Ministério Público, que decretou a prisão temporária dos sócios da firma Rachid & Irmão. No dia 3 de fevereiro, dia da assembleia de credores, Corinto Barboza Lima fez um duríssimo relatório, que colocava em cheque a credibilidade dos irmãos Rachid⁸, que, inclusive, se encontravam presos.

A respeito das causas da falência alegadas por Jorge e João Rachid, que foram a baixa do preço do café a crise mundial que atrofiava o comércio, o síndico afirmou que não era verdade, porque eles não negociavam em café. Por isso, a baixa do preço desse produto não era razão suficiente para influir em seu comércio varejista, que só vendia à vista e em pequena escala. Já sobre a crise mundial, o síndico afirmou que foi apenas um pretexto “[...] para um quebra sem motivos confessáveis e honestos”⁹. De acordo com ele, a principal razão da falência é que eles se preocuparam em enriquecer às custas do sacrifício dos outros.

Os motivos da falência são questionáveis, porque a década de 1920 foi uma época de crescimento econômico para o Espírito Santo. De acordo com Wanick (2009), neste período o estado se beneficiou da elevação contínua dos preços do café. Além disso, havia a apropriação do excedente da produção capixaba em virtude da atração do café do sul para Vitória, por meio da ferrovia. Por outro lado, a conclusão do síndico de que o fato de não comercializarem em café não teria afetado seu comércio é extremamente controversa.

Na realidade, a economia capixaba - e a de Mimoso - dependia quase exclusivamente da produção desta rubiácea e, portanto, se fosse verdadeira a informação de baixa do preço do café, o impacto sobre a economia seria terrível, levando-a à crise. Afetaria toda cadeia produtiva. Inclusive o comércio varejista, porque se os produtores não vendessem sua produção a preços satisfatórios, haveria diminuição do consumo de mercadorias no comércio, levando os comerciantes à grandes dificuldades e, em alguns casos, à falência.

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem.

As crises do café provocaram a derrocada de muitos fazendeiros, afetando diretamente e de maneira considerável as grandes casas comerciais que abasteciam e forneciam a crédito. Muitos comerciantes brasileiros e libaneses faliram e outros apropriaram-se das propriedades que estavam em débito (CAMPOS, 1987, p.89).

Ao fazer o levantamento dos bens da firma Rachid & Irmão, o síndico Corinto Barboza Lima apurou o valor de 63:368\$990 (sessenta e três contos trezentos e sessenta e oito mil e novecentos e noventa réis). O valor era referente às mercadorias existentes na loja, mais móveis e utensílios, bem como aos produtos que haviam sido desviadas pelos sócios. Incluía, também, um imóvel em construção. Não foi possível apurar o montante da dívida, já que o processo não trouxe essa informação. Em relação aos procedimentos dos devedores antes e depois da decretação de falência, o síndico informou que foi sempre o mais incorreto possível.

Feita a arrecadação no estabelecimento dos fallidos e dado o diminuto stock encontrado, entrou esta syndicancia a apurar certas referencias que se faziam abertamente naquelle povoado de Mimoso sobre a conducta deles, que eram accusados de desviarem mercadorias de seu estabelecimento comercial, nas vésperas de ser decretada a sua fallencia. Antes, pore, de qualquer providencia outra, fez esta syndicancia uma analyse rápida na escripturação dos fallidos e chegou logo á conclusão de que aquellas referencias tinham procedência¹⁰.

Portanto, corria em Mimoso o boato de que os irmãos Rachid desviavam mercadorias, boato confirmado pelas declarações do síndico dos falidos. Inclusive, para fundamentar suas suspeitas, Corinto Barboza Lima afirmou que em relação às mercadorias compradas e as recebidas havia uma diferença de quase 19 contos de réis, mas no balanço que Jorge e João Rachid entregaram, relativo aos anos de 1924 e 1925, essa cifra não chegava a dez contos. Tanto que solicitou a prisão dos dois irmãos, que foram postos à disposição das autoridades pelo desvio das mercadorias.

A prisão estava prevista na Lei de Falências, lei n. 2.024, de 17 de dezembro de 1908, no artigo 37, parágrafo único:

¹⁰ Ibidem.

Faltando ao cumprimento de qualquer dos deveres declarados em os ns. 1 a 4 ou ausentando-se sem licença do juiz, embaraçando as funções dos syndicos ou liquidatarios, occultando bens por qualquer modo, recebendo quaesquer quantias pelos creditos, subtrahindo documentos, desviando a correspondencia, que deva ser entregue aos syndicos ou liquidatarios, poderá o fallido ser preso por mandado do juiz.

Da prisão cabe agravo de instrumento sem efeito suspensivo.

A prisão não poderá exceder de 60 dias e será decretada desde que, por meio summarissimo, se verifique a exactidão dos factos aguidos.

A prisão nos casos deste artigo poderá ser requerida pelos syndicos, liquidatarios ou representante do Ministerio Publico e tambem ordenada pelo juiz *ex-officio*¹¹.

Concluindo seu relatório, o síndico das massas afirmou que a falência dos irmãos Rachid era fraudulenta:

I- Porque fizeram constar dos livros de balanço, despesas e dividas simuladas e fantasticas, taes como de Gabriel Jorge, por todos os moradores de Mimoso sabido tio dos fallidos, por uma nota promissoria de dez contos de reis emittida dias depois de haverem elles dado a seu tio em hypotheca fantástica o prédio em construcção por dez contos, para dias depois da emissão da promissoria receber deles a quitação da divida hypothecaria, o mesmo não acontecendo com a promissória; accrescendo [...] de que esta divida hypothecaria não consta da escripturação dos fallidos, não se sabendo como entrou nem como sahiu tal importancia. II- Porque são fantasticas a divida com Francisco Melhem e os lançamentos de operarios e depezas com o immovel em construcção [...]; III- Porque diminuíram o activo e aumentaram o passivo, sonegando bens que foram aprehendidos e apresentados créditos fatasticos. IV- Constrahiram a hypotheca do prédio em construcção, com seu tio Gabriel Jorge, com simulação e fingimento. V- Parece tem escripturação confusa e difficil, de modo a embaraçar a verificação dos créditos e liquidação do activo e passivo. VI- Porque deixaram rasura no “Diario”¹².

Diante da situação constrangedora na qual estavam envolvidos e seguindo o trâmite normal diante da ocorrência de um pedido de falência, Rachid & Irmão fizeram uma proposta de concordata. Propuseram pagar 30% de seus créditos aos credores, proposta aceita e homologação pelo juiz. Neste mesmo dia, em virtude da homologação da concordata, dois irmãos foram liberados da

¹¹ BRASIL. Lei 2.024, de 17 de dezembro de 1908. Reforma a lei sobre falências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-2024-17-dezembro-1908-582169-publicacaooriginal-104926-pl.html>. Acesso em 12/11/2018.

¹² Ibidem.

prisão. Como era praxe, teriam de pagar as custas do processo, orçadas em mais de quatro contos de réis. No entanto, o imbróglio não terminou aí.

Rachid & Irmão foram acionados judicialmente por Antônio Barreto dos Santos, porque não estariam pagando os aluguéis de um imóvel alugado à firma. Em 14 de março de 1926, Antônio Barreto dos Santos entrou com uma ação executiva cobrando aluguéis desde outubro de 1925, isto é, 6 meses de aluguéis atrasados. O juiz mandou citar os executados a que pagassem o débito e, se não o fizessem, que seus bens fossem penhorados para o pagamento da dívida. Jorge e João fizeram o pagamento em 18 de março e o juiz encerrou a ação, em 30 de abril de 1926¹³.

Um desdobramento direto do processo de falência da firma Rachid & Irmão ocorreu mais de dois anos depois. Um dos credores entrou na justiça para que fosse anulada a garantia hipotecária feita pelos irmãos Rachid e Gabriel Jorge e sua mulher. João do Livramento e sua esposa, credores de Jorge e João Rachid, reclamaram junto à justiça o fato de Gabriel Jorge ter conseguido, como garantia hipotecária, o prédio de propriedade desses irmãos. Alegaram que os irmãos agiram levemente, no intuito de fraudar os credores porque quando emitiram a nota promissória em favor de Gabriel Jorge, já se encontravam falidos, o que era proibido por lei¹⁴.

Para piorar a situação, no dia da audiência do caso, Gabriel Jorge e sua mulher não compareceram, sendo considerados réus confessos, conforme determinava a lei. Diante da situação, o juiz deliberou pela anulação da hipoteca do prédio de propriedade de Rachid & Irmão outorgada a Gabriel Jorge e sua esposa, no valor de 30 contos de réis¹⁵. Do pedido de decretação de falência, passando pela prisão dos irmãos Salim, até a proposta de concordata e a sua soltura, o que se observou foi um processo em que a atuação desses indivíduos corroborou uma visão que figurava no imaginário coletivo a respeito dos sírios e libaneses: o das trapaças para se obter vantagem em um negócio.

¹³ Ação Executiva por Aluguéis, n. 528, movida por Antônio Barreto dos Santos contra Rachid & Irmão. Comarca de São Pedro do Itabapoana, 14 de março de 1926.

¹⁴ Livro de Registro de Sentenças n. 2, Cartório do 1º Ofício da Comarca de São Pedro de Itabapoana. 08 de setembro de 1928.

¹⁵ *Ibidem*.

Da inserção de sírios e libaneses no comércio mimosense à decretação de falência

A dedicação de sírios e libaneses às atividades comerciais foi uma marca desses imigrantes na economia brasileira. O início dessa inserção se deu por meio da mascateação e, depois, através da abertura de lojas de tecidos, armarinhos, armazéns de secos e molhados, bares, restaurantes, hotéis. As transformações econômicas vivenciadas pelo Brasil nas primeiras décadas do século XX favoreceram a rápida acumulação de capitais de boa parte dos imigrantes da primeira geração. De acordo com Gattaz (2012, p. 95), foram “[...] anos em que o Brasil passou de país monocultor-escravista a industrial-imigrantista, quando a urbanização favoreceu a formação de grandes fortunas”.

Não foi possível apurar o ano de chegada dos irmãos Rachid ao Brasil, tampouco a Mimoso, porém a posse de um armazém de secos e molhados pode ser um indicativo de que já estavam na região há algum tempo. Mimoso possuía uma colônia síria e libanesa bastante numerosa, chegada à região por volta de 1895 e 1899. Por isso, a trajetória de ambos pode ter sido a mesma de muitos outros, que se assentaram no sul do Espírito Santo. Vindos do Oriente Médio sem capital, mascatearam pelo interior do município com a ajuda de patrícios para, em seguida, abrirem a Casa Rachid.

Jorge e João Rachid foram certamente atraídos pela grande produção cafeeira, que transformou a região em que o distrito de Mimoso estava localizado, oportunizando investimentos em urbanização e meios de transporte, com destaque para a ferrovia. O comércio também era pujante. Na realidade, a economia capixaba vivia um bom momento na década de 1920 e os governos estaduais que se sucederam foram favorecidos por essa boa situação econômica de alta nos preços do café. Os irmãos Rachid alegaram exatamente o oposto disso, como sendo os motivos para a falência da firma, o que é bastante intrigante, já que contradiz os estudos a respeito desta década.

Para se ter uma noção de como a alegação de Jorge e João Rachid é contraditória, no ano em que a falência é decretada, que foi 1925, o Espírito Santo estava sendo governado por Florentino Avidos (1924-1928). Seu governo foi um dos mais emblemáticos da Primeira República, na medida que

foram realizadas diversas obras fundamentais para o desenvolvimento do estado. De acordo com Oliveira (2008, p. 449), “O alto preço do café proporcionou ao sucessor de Nestor Gomes [Florentino Avidos] respaldo firme para uma administração bem sucedida”. Essa versão é corroborada por Saletto (2008).

Ao fazer uma análise do governo de Florentino Avidos, essa autora argumenta que o café do sul capixaba e até de Minas Gerais passou a ser exportado pelo porto de Vitória. Havia diversificação e sofisticação do comércio varejista. Vitória, a capital do estado, vivenciou a realização de grandes obras, como construção de bairros, conclusão e reforma de vias de acesso; abertura da Avenida Capixaba e reforma da Avenida Jerônimo Monteiro; construção de várias escadarias; construção de edifícios públicos, como os do Arquivo Público Estadual, dos mercados da capixaba e Vila Rubim. Por fim, a construção das Cinco Pontes, que ligavam Vitória ao continente.

Mas não foi só Vitória que se viu beneficiada pelas obras deste governo. Florentino investiu na construção de estradas e de pontes, entre as quais aquela sobre o rio Doce, em Colatina, tão importante para a ocupação do norte do Espírito Santo (SALETTTO, 2008). Vale ressaltar que muitas das obras realizadas por Florentino Avidos já se encontravam em construção dada a excelente atuação de seu antecessor, o governador Nestor Gomes (1920-1924). Segundo Saletto (2008, p. 3),

A excelente situação das finanças estaduais, propiciada pela conjugação de alta dos preços do café e aumento de sua produção, permitiu ao governo empreender numerosas obras em todo o estado. [...] Pela primeira vez, desde o governo de Moniz Freire, o Espírito Santo atravessava uma fase de prosperidade, e esta seria mais duradoura, além do que o crescimento econômico se daria sobre uma base ampliada. Basta considerar que a exportação de café, motor da economia capixaba, atingira 410 mil sacas em 1895 e chegava a um milhão de sacas nos primeiros anos da década de 20.

Essa alusão à algumas das realizações dos governos Nestor Gomes e Florentino Avidos objetiva demonstrar que a situação econômica capixaba ia muito bem, ao contrário do que alegaram os irmãos Rachid. Não se quer com isso saber se estão dizendo a verdade, mas o desejo é questionar uma alegação

que vai na contramão daquilo que a historiografia capixaba vem discutindo nos últimos anos. E se a alegação de ambos não se confirmava, por que utilizaram esse argumento para justificar a falência do estabelecimento comercial de sua propriedade?

O cenário econômico assinalado pelos irmãos Rachid era mais característico do final da década, porque foi a época da Crise de 1929, que levou à ruína muitos comerciantes, entre os quais sírios e libaneses. Se fosse esse o momento, seus argumentos encontrariam fundamento. Esse período do final da década foi analisado por Truzzi (1991, p. 62), ao afirmar que

A crise geral no final dos anos 20 fez com que muitos tivessem de começar do zero. Uma vez que os comerciantes da colônia em geral operavam com os maiores níveis de risco do mercado, uma boa parte foi à ruína em função do calote geral. Muitos hoje se orgulham de uma falência honesta do pai, num evidente esforço de contraposição de tantos outros casos de falências fraudulentas. A insistência no tema revela quão comum devem ter sido estas últimas.

Neste trecho, Truzzi chamou a atenção para o caso de falências fraudulentas, mesmo termo utilizado pelo síndico das massas falidas de Rachid & Irmão. Essa situação foi observada por Knowlton e, de acordo com este autor,

Outros sobreviveram em parte devido à sua falta de escrúpulo nos métodos de negócio. Bastante honestos em suas relações mútuas, muitas firmas sírias e libanesas frequentemente faziam grandes encomendas e então, depois de esconder a mercadoria, abriam falência. Uma vez terminado o processo legal, os negociantes entrevam de novo no comércio sob nomes trocados (KNOWLTON, 1961, p. 142).

Knowlton concluiu dizendo que muitas fortunas de comerciantes sírios e libaneses foram construídas dessa maneira, isto é, por meio de falências fraudadas. E acrescentou que muitos negociantes dessa etnia eram o terror dos fiscais, porque não tinham a escrita organizada e os livros dificilmente eram localizados. Do mesmo modo, estes aspectos foram denunciados pelo síndico da massas, Corinto Barboza Lima. Entre as irregularidades praticadas por Jorge e João Rachid, ele afirmou que havia a rasura de livros contábeis, escrita

feita às pressas com fim de fraudar o processo, bem como o extravio de mercadorias.

Para reforçar os argumentos de Knowlton a respeito das falências fraudulentas, o síndico também informou em seu relatório que o principal motivo da falência de Jorge e João Rachid era que eles quiseram enriquecer às custas do prejuízo dos outros. E aí cabe uma observação fundamental: os irmãos Rachid não questionaram o relatório do síndico, tampouco contra argumentaram. Isso reforçou as questões elencadas por Corinto Barboza Lima, de que pode ter havido má fé desses negociantes sírios e libaneses no caso desta falência.

Considerações finais

O imbróglio proveniente da ação de falência movida por Miguel Laginestra & Cia contra Rachid & Irmão teve desdobramentos surpreendentes, entre os quais a prisão dos sócios da firma, solicitada pelo síndico das massas falidas, assim como pelo Ministério Público. As irregularidades supostamente cometidas por eles, apresentadas no relatório do síndico diziam respeito ao desvio de mercadorias para que não fossem contabilizadas, registros contábeis feitos às pressas, além da rasura em livros de registro das transações comerciais.

Esses elementos já haviam sido apurados por Knowlton (1961) em relação aos sírios e libaneses de São Paulo. Segundo esse autor, as falências fraudulentas estavam na origem de muitas fortunas amealhadas por esses imigrantes. O fato de não contestarem o relatório do síndico Corinto Barboza Lima apresentado na assembleia de credores é um indício muito forte de que essas irregularidades podem ter sido cometidas. De acordo com Corinto, o boato que circulava no distrito de Mimoso, de que Jorge e João Rachid desviavam mercadorias, se confirmou com as três caixas encontradas, escondidas em dois lugares diferentes.

Isso reforçava a ideia cristalizada de que muitos comerciantes sírios e libaneses faziam qualquer negócio e, na tentativa de negar tal procedimento e se explicar, lambuzavam-se ainda mais e “[...] mostravam que de certa forma o assunto fazia sentido, compartilhando das acusações [...]” (TRUZZI, 1991,

p. 73). Nesse sentido, é possível falar em um estigma, isto é, em uma marca depreciativa (GOFFMAN, 1988), que fez parte da trajetória desses indivíduos em seu processo de inserção na sociedade brasileira e que, de certa maneira, alimentou o preconceito e a discriminação contra eles.

No entanto, é preciso fugir das narrativas totalizantes. Embora houvesse os que se envolveram em falências fraudulentas, fraudar os seus credores não foi o caso da maioria esmagadora dos comerciantes sírios e libaneses, que acabaram vendo seus negócios falirem. Pelo contrário! Essa atitude de alguns comerciantes não foi a regra, mas a exceção. O que se observa da bem sucedida trajetória construída por esses imigrantes é que valores, como o trabalho árduo e honesto, e a dedicação à família, fizeram com que galgassem importantes posições na estrutura social brasileira, capixaba e mimosense.

Referências

Leis

BRASIL. Lei nº 2.024, de 17 de dezembro de 1908. Reforma a lei sobre falências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-2024-17-dezembro-1908-582169-publicacaooriginal-104926-pl.html> > Acesso em 12/11/2018.

Fontes primárias

Ação de falência de Rachid & Irmão, 09/12/1925. Cartório do 1º Ofício da Comarca de São Pedro de Itabapoana.

Ação Executiva por Aluguéis, n. 528, movida por Antônio Barreto dos Santos contra Rachid & Irmão. Comarca de São Pedro do Itabapoana, 14/03/1926.

Livro de Registro de Sentenças n. 2, Cartório do 1º Ofício da Comarca de São Pedro de Itabapoana. 08/09/1928.

Bibliografia

CAMPOS, M. A. *Turco pobre, sírio remediado, libanês rico: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo*. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1987.

GATTAZ, A. *Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes*. 2.ed. Salvador: Pontocom, 2012.

- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988
- KNOWLTON, C. S. *Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial*. São Paulo: Anhambi, 1961.
- MEDINA, G. F. *História do antigo município de São Pedro do Itabapoana, estado do Espírito Santo: páginas de nossa história (1534-1931)*. [s.l.]: [s.n.], [1932?].
- OLIVEIRA, J. T. de. *História do estado do Espírito Santo*. 3.ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.
- SALETTTO, N. *A política capixaba na Primeira República*, 2008 (inédito).
- TRUZZI, O. M. S. *De mascates à doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1991.
- WANICK, F. C. *Aristeu Borges de Aguiar, um presidente atropelado pela História: a política e a economia capixabas durante os anos 1928 a 1930*. Vitória: Flor & Cultura, 2009.

A IMIGRAÇÃO DE BRASILEIROS PARA PORTUGAL

Alex Guedes Brum

Doutorando em História, Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV)

Introdução

Atualmente, entre três a quatro milhões de brasileiros vivem no exterior (BRUM, 2017, 2018). Com 116.271 brasileiros residindo em Portugal (MRE, 2015), o país abriga a quinta maior comunidade de nacionais no estrangeiro. Embora relativamente modesta em tamanho, a comunidade brasileira em Portugal se agiganta em virtude da pequena população nativa e das profissões de prestígio que os imigrantes brasileiros conseguem manter na sociedade portuguesa (MARGOLIS, 2013).

O objetivo do presente artigo é a análise da imigração de brasileiros para Portugal do final da década de 1960 até os dias atuais. De maneira específica, os propósitos que perseguem o artigo são os seguintes: proporcionar uma contextualização das migrações internacionais a partir do Brasil, tanto das do passado, como, sobretudo, das que estão ocorrendo recentemente; descrever as características gerais da comunidade brasileira no contexto de recepção através da análise de seus principais traços socioeconômicos, assim como o papel e a posição que tem esse fluxo no panorama português; e, finalmente, examinar os motivos da emigração e da eleição do destino migratório.

Estas linhas iniciais buscam apresentar as considerações teóricas e, em seguida, apresentar o Brasil como um país de emigração. A terceira parte analisa a imigração de brasileiros para Portugal durante o período de tempo compreendido do final da década de 1960 até os dias atuais. Em seguida, são abordados os fatores de escolha de Portugal como país de destino.

Considerações teóricas

Ainda não foi possível criar uma teoria geral para a migração (FERNANDES; DE CASTRO, 2013). Levando em conta as múltiplas facetas do fenômeno, diversas disciplinas, ou áreas do conhecimento, vêm trazendo contribuições que visam explicar a natureza, o desenvolvimento e a gênese de casos singulares de migração (ZLOTNIK, 2003). Apesar de ainda não ser possível contar, no campo teórico, com uma visão geral e única, existe a possibilidade de se definir algumas linhas de contribuições que buscam explicar a migração, quer seja ela interna a um país ou internacional.

Para Neide Patarra (2006), as teorias da migração internacional podem ser classificadas em dois grupos: no primeiro entram os modelos que determinam o surgimento do movimento internacional contemporâneo; no segundo estão as teorias que explicam a migração e a perseverança dos fluxos migratórios e a sua continuidade ao longo do tempo. Nessa perspectiva, deve-se iniciar a análise dos modelos teóricos que explicam a migração de brasileiros a partir desses conceitos, que determinam como o movimento foi começado. Desse grupo, a mais conhecida é a perspectiva neoclássica, que, no nível macroeconômico, enfatiza a desigualdade na distribuição internacional de capital e a mão de obra como principal fator de movimentos populacionais (BRZOZOWSKI, 2012). Por conseguinte, existem países mais densos e mais rarefeitos em capital: ao mesmo tempo em que as áreas abundantes de capital são os pólos de atração para os migrantes, pois ofertam remunerações relativamente altas; as regiões carentes desse fator de produção, nas quais os salários são baixos, se tornam os principais pólos de exportação da população (MASSEY et al., 1998).

A abordagem neoclássica fornece também explicação para o comportamento dos migrantes no nível microeconômico. Nesse aspecto, como afirmam Castles e Miller (2009), o conceito central da teoria neoclássica é o de “capital humano”, que poderia ser descrito como a decisão pessoal em investir na migração, do mesmo modo que se decide investir em educação ou outra atividade de aperfeiçoamento, porque isso colaboraria para ampliar a capacitação do migrante e acarretar ganhos futuros. Por conseguinte, o deslocamento é consequência do cálculo realizado pelos fatores racionais, que

têm como objetivo maximizar suas necessidades (BRZOZOWSKI, 2012). Nas palavras de Fusco, “[o] indivíduo migra porque espera um retorno financeiro que supere os gastos com a mudança e com os investimentos em capital humano” (2005, p. 16).

Como afirma Soares (2002), a macro e microteoria têm limites, já que não consideram questões relacionadas às políticas nacionais e à economia internacional. Além disso, as hipóteses de partida não são realistas e os efeitos reais da migração de trabalho diferem dos calculados nestas teorias¹. O reconhecimento das limitações das teorias neoclássicas ocasionou novas proposições sobre a relação economia e migração, que ficaram mais conhecidas como nova economia da migração (FERNANDES; DE CASTRO, 2013). Para tal perspectiva, o movimento populacional deve ser analisado no contexto das imperfeições existentes no mercado de trabalho nos países em desenvolvimento (que são os principais exportadores de mão de obra), mas também nos outros mercados: de capitais, de produtos rurais, ou educacionais (BRZOZOWSKI, 2012). A unidade familiar, que nessa abordagem é considerada o principal agente econômico, tem a estratégia diferente daquela, que foi descrita na teoria neoclássica. No lugar de maximizar suas necessidades, aqui o principal objetivo é a minimização do risco econômico.

Como apontam Fernandes e De Castro (2013), além da visão econômica, dever ser mencionada a abordagem que trata das redes migratórias ou redes sociais. Para os autores,

[a]s redes migratórias podem ser definidas como o conjunto de relações interpessoais que vinculam imigrantes, emigrantes retornados ou candidatos à migração com parentes, amigos ou compatriotas, quer no país de destino, quer seja no país de origem. Estas redes proporcionam informações, indicações de emprego, moradia, e uma série de apoios de natureza diversa. Elas podem ser vistas como um capital social que irá permitir o acesso a empregos com melhor

¹ Para Fernandes e De Castro, “[a]lgumas constatações empíricas contribuem para mostrar os limites desta teoria. Por exemplo, há casos em que não são os mais pobres que migram e sim os mais qualificados que têm uma propensão maior a emigrar e, dependendo da situação, contribuem para ampliar as desigualdades entre o país de destino e o de origem. Ademais, muitas vezes os países fornecedores de mão de obra possuem salários bem superiores àqueles dos países mais pobres. Afinal, a migração internacional é um empreendimento custoso e os migrantes, geralmente, partem de regiões que estão experimentando crescente integração com a economia internacional” (2013, p. 103).

remuneração e outros bens de valor econômico (FERNANDES; DE CASTRO, 2013, p. 104).

Essa abordagem possibilita a compreensão de diversas situações que surgiram com o desenvolvimento recente do processo migratório. Vários dos deslocamentos ocorridos na atualidade podem ser explicados pela existência de redes sociais e fatores como a reunificação familiar, que está na ordem do dia em vários países de destino (FERNANDES; DE CASTRO, 2013).

O Brasil como país de emigração

Durante as migrações em massa do final do século XIX e princípio do século XX, o Brasil se converteu em um dos principais destinos desses fluxos migratórios, originários, sobretudo, da Europa e do Japão (MASANET; PADILLA, 2010). Os principais pólos de recepção foram a região sudeste (sendo São Paulo um dos principais estados receptores) e os estados da região sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) (MASANET; PADILLA, 2010). A partir de 1930 e durante a Segunda Guerra Mundial houve uma redução da chegada de imigrantes ao Brasil. Do término da Segunda Guerra Mundial até a década de 1970, ocorreu outra fase da imigração para o Brasil, embora com uma magnitude muito menor que a anterior, cujo principal destino era a cidade de São Paulo, que carecia de mão de obra especializada para o desenvolvimento de seu parque industrial e de outros setores urbanos (MASANET; PADILLA, 2010). Entre 1872 e 1972, as principais nacionalidades dos imigrantes chegados ao Brasil foram portugueses, italianos e espanhóis (LEVY, 1974 apud MASANET; PADILLA, 2010).

Desde a década de 1960, a imigração para o Brasil diminuiu significativamente e o país deixou de ser um pólo de atração de população² (MASANET; PADILLA, 2010). Nesse período, ocorreram dois fenômenos paralelos relacionados com a mobilidade humana:

² De acordo com Masanet e Padilla, *[a] este hecho contribuyó el cese de los factores de expulsión de las antiguas migraciones europeas, sobre todo después de la Segunda Guerra Mundial, y el re-direccionamiento de la emigración originaria del Sur de Europa hacia los países de Europa Central para su reconstrucción, apoyados por el Plan Marshall* (2010, p. 54).

[p]or un lado, tienen lugar las migraciones internas, intensificándose los procesos de urbanización dentro de Brasil. Y por el otro, y coincidiendo con las sucesivas dictaduras brasileñas entre la década de 1960 y 1980, tuvo lugar la salida de exilados y refugiados políticos en dirección a otros países (MASANET; PADILLA, 2010, p. 54).

Apesar da saída de cidadãos brasileiros para outros países ter se iniciado com a emigração de exilados, é a partir de meados da década de 1980 que emigração de brasileiros ganha proporções significativas (SALES, 2009). Tal afirmação foi confirmada pelo *World Economic and Social Survey 2004*, relatório elaborado pela ONU. Segundo o referido estudo, a partir primeiro quinquênio dos anos 1980, o Brasil passa a ter saldos migratórios constantemente negativos, característica que lhe confere, nos dias atuais, a classificação de “país de emigração” (ONU, 2004, p. 36). A principal motivação para a emigração de brasileiros é de ordem econômica (GOZA, 1994; MARGOLIS, 1994; MARTES, 1999; SALES, 1999; BESERRA, 2005; FARIA, 2015; BRUM, 2017, 2018a). Todavia, o fator político, relacionado com as esperanças e frustrações dos primeiros anos da redemocratização, também teve influência na decisão dos brasileiros de emigrar (SALES, 1995, 1998)³.

Embora a saída em massa de brasileiros ter se iniciado nos anos 1980, associada a uma situação conjuntural, atualmente está relacionada à nova etapa da globalização econômica (PATARRA, 2005). Para Harvey (1992), a emergência dos movimentos migratórios internacionais está vinculada com a dinâmica recente do capitalismo. Esta condição do capitalismo, afirma o autor, está caracterizada pela globalização da produção, se baseia na flexibilidade dos processos de trabalho, do mercado de trabalho, dos produtos, e dos padrões de consumo. Portanto, a emigração brasileira se insere no contexto mundial do capitalismo e seria uma expressão das crescentes desigualdades socioeconômicas entre os países e das necessidades de mão de obra dos países

³ Para Sales, “[é] preciso não esquecer que também foi nessa década [1980] que o Brasil passou por importantes processos políticos – a luta por eleições diretas, o processo de redemocratização, o processo de impeachment do primeiro presidente eleito pelo voto popular direto após 24 anos de governos militares – criando expectativa e frustrações que se juntam aos motivos econômicos (representados sobretudo pelas elevadas taxas de inflação), para desencadear os fluxos migratórios que se avolumam a partir de 1985 até o final da década” (1998, p. 78).

ricos (MASANET; PADILLA, 2010). Além do mais, a globalização dos hábitos de consumo e dos estilos de vida dos países desenvolvidos através dos meios de comunicação de massas, origina aspirações que não podem ser satisfeitas nos países de origem, o que se traduz em potencialidades migratórias (MASANET; PADILLA, 2010).

A questão da mobilidade social também tem sido um fator chave na explicação da emigração brasileira (MARGOLIS, 1994; BRITO, 1995; PATARRA; BAENINGER, 1995), ao encontrar-se esta estreitamente relacionada a uma mobilidade social estancada para um setor da população brasileira (MASANET; PADILLA, 2010).

En las últimas décadas, las posibilidades de movilidad social dentro del país se vieron reducidas y la emigración internacional se convirtió en una posible opción para realizar las aspiraciones de progreso social y de mejora de vida en un país distinto (MASANET; PADILLA, 2010, p. 56).

Vários dos chamados fatores que “empurram” a emigração afetaram as decisões dos brasileiros, ou seja, as condições que os levaram a deixar o Brasil (MARGOLIS, 2013). Atualmente, entre três e quatro milhões de brasileiros vivem no exterior (BRUM, 2017, 2018a). Embora a emigração atinja apenas entre 1% a 2% dos cerca de 200 milhões integram a população do país, isso significa um deslocamento de um grande número de pessoas (MARGOLIS, 2013). De acordo com estimativas populacionais das comunidades brasileiras no mundo elaboradas pelo Itamaraty, os países que abrigam as maiores concentrações de brasileiros são: Estados Unidos da América (1.410.000); Paraguai (332.042); Japão (170.229); Reino Unido (120.000); e Portugal (116.271) ⁴.

A imigração brasileira em Portugal

Portugal passou, em um curto espaço de tempo, de país de emigração para país de imigração. No país se constata características das chamadas “novas migrações”, próprias dos demais países europeus e dos países ricos, tais como

⁴ Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Estimativas%20RCN%202015%20-%20Atualizado.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.

a globalização, a aceleração, a diferenciação, a feminização, e a politização das migrações (PEIXOTO, 2009; CATARINO; OSO, 2000), bem como o uso de processos de legalização extraordinários de legalização (MARTINEZ BUJÁN, 2003; PADILLA, 2007). É neste contexto geral que devemos interpretar a presença brasileira em Portugal (MASANET; PADILLA, 2010).

A imigração de brasileiros para Portugal não é um fenômeno novo (PADILLA, 2007). Há brasileiros no país há várias décadas. Desde o final dos anos 1960 até 1980, ocorreu uma imigração importante de refugiados políticos do regime militar brasileiro (MASANET; PADILLA, 2010). Em seguida, a partir da entrada em 1986 de Portugal na Comunidade Econômica Europeia, atualmente União Europeia, migraram profissionais e técnicos de alta e média qualificação, pertencentes às classes média e média alta, que foram importantes durante o processo de transição português (PEIXOTO, 2002; PADILLA, 2007; MASANET; PADILLA, 2010). Naquele momento, o país necessitava da *expertise* dessas pessoas em áreas associadas à modernização como marketing, propaganda e produção televisiva (MARGOLIS, 2013). Esse grupo também incluiu muitos dentistas, embora sua chegada tenha causado um grande impacto na sociedade portuguesa, pois significou um enfrentamento contra os dentistas nacionais para conseguir um espaço para desempenhar profissionalmente (MACHADO, 2003). O caso dos dentistas foi o primeiro conflito luso-brasileiro por questões de imigração (MASANET; PADILLA, 2010). No entanto, *“a largo plazo la llegada de estos profesionales significó la modernización de la profesión, ya que se creó la carrera de odontología y la profesión de odontólogo en Portugal”* (MASANET; PADILLA, 2010, p. 60).

Para Feldman-Bianco (2001), a “problematização” da imigração brasileira em Portugal ocorreu no início dos anos 1990, quando as características intrínsecas dos fluxos migratórios começaram mudar: aumentando a quantidade e mudando a qualidade, já que os recém-chegados já não pertenciam às famílias abastadas como seus antecessores, sim às classes mais populares e menos privilegiadas, produzindo um processo de “proletarização” (PADILLA, 2006a, 2006b). Portanto, é a partir desse período que os brasileiros começaram a ser associados com a migração a migração laboral, a pobreza e ao subdesenvolvimento (MASANET; PADILLA, 2010). Naquele

momento, as próprias necessidades internas do mercado de trabalho mudaram e evidenciou-se uma crescente demanda por mão-de-obra menos qualificada, sobretudo pelo boom da construção liderada pelas obras públicas (construção de novas estradas, construção da segunda ponte sobre o rio Tejo, construção da infraestrutura para a Exposição Mundial de 1998 em Lisboa, construção dos estádios de futebol para o campeonato europeu de 2004, etc.) (PADILLA, 2007).

Como assinala Padilla (2007), a posição que os brasileiros passaram a ocupar no mercado de trabalho português era diversificada, com concentrações em determinados nichos. Segundo a autora, tal concentração é fruto da dinâmica e das demandas do próprio mercado de trabalho e das características atribuídas aos brasileiros, atributos como a simpatia e a alegria foram apontados (MACHADO, 2003; PADILLA, 2006a) como características que facilitam o contato direto com o público, como o atendimento em bares, restaurantes e lojas.

De acordo com dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), os brasileiros com títulos de residência representavam durante a década de 1990 entre 10% e 11% dos imigrantes em Portugal. Porém, desde o início do século XXI, diversos processos de legalização (Extraordinário de 2001, o específico para brasileiros em 2013/2014 e o aberto de forma permanente desde 2007 com a lei 24 de imigração) têm contribuído os brasileiros tenham se transformado na maior comunidade de imigrantes em Portugal, superando as comunidades imigrantes advindas dos países das ex-colônias portuguesas na África (sobretudo Cabo Verde, Angola, Guiné Bissau, entre outras) (MASANET, PADILLA, 2010). Os brasileiros mudaram a composição dos fluxos migratórios em Portugal, caracterizada historicamente pelo predomínio dos PALOPS (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) (BAGANHA; GÓIS, 1999). Segundo o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2017⁵, a nacionalidade brasileira, com um total de 85.426 cidadãos, mantém-se como a principal comunidade estrangeira residente, tendo aumentado 5,1% em relação a 2016, invertendo assim a tendência da diminuição do número de residentes

⁵ Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2017.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.

desta comunidade que se verificava desde 2011⁶⁷. Atualmente, dos 421.711 imigrantes que vivem em Portugal, 20,3% são brasileiros. Vale comparar o registro do número de brasileiros em Portugal fornecido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) com os dados fornecidos pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil⁸⁹, no mesmo ano (Quadro I).

Quadro 1: Censos de Portugal e do Brasil: resultados comparativos

Ano	Portugal	Brasil
2017	85426	0
2016	81251	0
2015	82590	116271
2014	87493	166775
2013	92120	162190
2012	111445	140426

Fonte: SEF (2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017); MRE (2012, 2013, 2014, 2015).

⁶ Como aponta Fernandes e De Castro, “[n]o momento em que a crise de 2008 atinge Portugal, o mercado de trabalho passa por momentos difíceis, com uma taxa de desemprego para esta subpopulação mais elevada do que para os nacionais. [...] Além das dificuldades de se encontrar trabalho, vários brasileiros se viram privados do apoio dos serviços sociais portugueses que, por cortes orçamentários, reduziram em muito o atendimento às populações em situação de vulnerabilidade” (2013, p. 100).

⁷ De acordo com reportagem publicada pela *Folha*, esse número não inclui aqueles têm dupla nacionalidade (portuguesa ou de outro país da União Europeia), o que indica que a quantidade efetiva de brasileiros em solo lusitano é ainda maior. O próprio relatório traz estatísticas que atestam essa subestimação. Uma delas mostra que o número de italianos vivendo em Portugal aumentou 50% no último ano. Desses, 17% também são nacionais do Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/numero-de-brasileiros-em-portugal-volta-a-subir-depois-de-seis-anos.shtml>. Acesso em: 17 mar. 2019.

⁸ Como aponta Margolis (2013), números são difíceis de obter. Nas palavras da autora, “contar as pessoas que moram num país de maneira ilegal é no mínimo difícil, de forma que as estatísticas oficiais sobre o número de brasileiros em uma dada localidade são, a princípio, suspeitas” (MARGOLIS, 2013, p. 102).

⁹ As estimativas do número de brasileiros no estrangeiro feitas pelo Itamaraty procuram levar em conta diversos fatores, como: dados oficiais fornecidos por autoridades migratórias locais; censos oficiais; número de eleitores registrados na jurisdição; número de matriculados nos consulados; sondagens junto à comunidade; solicitações de passaportes e outros documentos por brasileiros; movimento geral da repartição e de consulados itinerantes; dados disponíveis sobre saída do país e retorno de brasileiros; percentuais de redução de remessas; publicações da Organização Internacional para as Migrações (OIM); estudos da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE); trabalhos acadêmicos e artigos na imprensa. Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/no-exterior/brasileiros-no-mundo>. Acesso em: 17 mar. 2019.

Como apontam Masanet e Padilla (2010), desde 2003, o grupo brasileiro se feminizou, alcançando 53,8% em 2008. Nas palavras das autoras,

[l]a tasa de feminización puede indicar algunas tendencias. Por un lado, el aumento de la inmigración femenina, ya sea en proyectos familiares y de reunificación familiar o bien en proyectos individuales; y, por otro lado, una parte de estos flujos pueden estar asociados al mercado del sexo y la prostitución (MASANET, PADILLA, 2010, p. 61).

Atualmente, vivencia-se uma nova onda da imigração de brasileiros para Portugal. Para reportagem da *Carta Capital*, Jorge Malheiros define que uma parcela dos brasileiros que chegam a Portugal é de pessoas com “nível de instrução alto e com capital, que utilizam os recursos do governo português para atrair imigrantes, mas, sobretudo, para atrair capitais”. Segundo a mesma reportagem, tal declaração pode ser confirmada pelos números do mercado imobiliário no país. A compra de um imóvel em Portugal facilita a autorização para residência em Portugal através dos “vistos gold”, programa do governo português para quem investe acima de 500 mil euros no país. Todavia, somente uma minoria dos imigrantes brasileiros consegue um visto gold.

A comunidade brasileira que atualmente reside em Portugal é composta por pessoas com diferentes status legais e de vários estratos socioeconômicos, como provam os dados dos censos (PEIXOTO; FIGUEIREDO, 2007). No entanto, pode-se afirmar que o perfil dos brasileiros em Portugal é de pessoas jovens, com nível educacional intermediário, superior ao português médio, mas que desempenham ocupações inferiores a suas capacidades e seu nível de formação (PADILLA, 2006a).

Fatores da escolha de Portugal como país de destino

Segundo Masanet e Padilla (2010), os motivos para empreender a emigração e os fatores que influem na escolha do destino migratório se sobrepõem ao estar mutuamente inter-relacionados. Um dos principais motivos para eleger Portugal é a existência de redes sociais no destino. Após terem realizado pesquisa de campo no referido país europeu, as autoras apontam que “[l]a gran mayoría de las personas entrevistadas afirman haber

elegido [...] Portugal por tener algún familiar, amigo o conocido en el país destino que les facilitará la acogida e inserción en el nuevo lugar” (MASANET; PADILLA, 2010, p. 75).

A maior facilidade de entrada em Portugal em comparação com outros países tradicionais de imigração com políticas mais restritivas, como os Estados Unidos e o Reino Unido, também constitui fator na eleição do país de destino¹⁰ (MASANET; PADILLA, 2010; MARGOLIS, 2013). A ausência de exigência de um visto para a entrada de brasileiros em Portugal faz com que muitos nacionais entrem de forma legal, como turistas, mas permaneçam ou trabalhem de forma irregular no país de destino (MASANET; PADILLA, 2010).

Para Portes (1995), Sayad (1998) e Sassen (1988), os fluxos migratórios entre os países são fruto da existência de vínculos históricos. A história de relações entre Brasil e Portugal, primeiro com a colonização e posteriormente com a imigração de portugueses para o Brasil, explicam, em parte, a crescente migração do Brasil para Portugal (MASANET; PADILLA, 2010). Nessa linha, Bógus (1995) afirma que as causas da emigração de brasileiros para a Europa estavam baseadas, em princípio, em dois tipos de vínculos: a criação de laços culturais e de sangue fruto da emigração colonizadora, principalmente de portugueses e italianos; e as importantes relações estabelecidas com os capitais industriais e financeiros dos países do capitalismo central (Alemanha, França e Portugal).

As relativas vantagens legais dos brasileiros em Portugal também foram um fator de atração para Portugal, principalmente as facilidades na regularização através dos vários processos de legalização e acordos bilaterais¹¹

¹⁰ Para Masanet e Padilla, “*en algunos casos se detecta que la intención o proyecto inicial era migrar a los EEUU por motivos esencialmente económicos (allí se gana más), pero posteriormente cambian el rumbo migratorio a [...] Portugal debido a las dificultades de conseguir un visado de entrada en el país americano. Esta situación se ha tornado más evidente desde los eventos del 11 de Setiembre de 2001, que indistintamente ha hecho*” (2010, p. 76).

¹¹ Como apontam Masanet e Padilla, “[p]osteriormente al proceso de legalización de 2001 que fue general para todos los inmigrantes, los brasileños se beneficiaron de un proceso de legalización exclusivamente para ciudadanos oriundos de Brasil. La firma de un acuerdo bilateral conocido como el Acuerdo Lula en el año 2003, y que comienza a ser aplicado en 2004, marcó un hito sin precedentes que permitió la posibilidad de legalización a los brasileños recién llegados (entre 2001 y 2003) y a aquellos que no habían conseguido la residencia en el proceso de legalización anterior. En visita oficial a Portugal, el Presidente Lula da Silva firmó un acuerdo bilateral con el objetivo de facilitar la contratación de nacionales (brasileños en Portugal y portugueses en Brasil), permitiendo la regularización. Las barreras surgieron posteriormente en la reglamentación del acuerdo, de modo que, de todos los pre-registrados (30.000), aproximadamente la

(MASANET; PADILLA, 2010). A excepcionalidade dos brasileiros em Portugal também se reflete em outros benefícios. Um deles é o estatuto de igualdade que os brasileiros residentes em Portugal podem solicitar e que os equipara em quase todos os direitos aos cidadãos portugueses (exceto ser Presidente da República) (MASANET; PADILLA, 2010). Outros benefícios são os acordos de segurança social e de assistência consular, entre outros, que antecedem os acordos ibero-americanos firmados mais recentemente (PADILLA, 2008b, 2009). Segundo Masanet e Padilla, “[e]sta excepcionalidad ilustra, básicamente, una cercanía entre los estados más que una cercanía entre pueblos” (2010, p. 79).

Por fim, outra razão que atraiu brasileiros para Portugal foi a força do euro em relação ao dólar norte-americano, uma vez que as remessas enviadas de volta ao Brasil aumentavam o valor caso convertidas para a moeda da União Europeia (MARGOLIS, 2013).

Considerações finais

O desenvolvimento do presente artigo possibilitou uma análise da imigração de brasileiros para Portugal durante o período de tempo compreendido entre o final da década de 1960 até os dias atuais.

Concluiu-se que os brasileiros chegaram a Portugal em diferentes “ondas”. Tal divisão, apesar de arbitrária, justifica-se, pois permite um melhor entendimento da história da presença brasileira no país europeu em tela. Do final dos anos 1960 até a década de 1980, chegaram refugiados políticos da ditadura militar. Logo após, a partir 1986, quando Portugal entrou na Comunidade Econômica Europeia, imigraram profissionais e técnicos brasileiros de alta e média qualificação para trabalhar com marketing, propaganda, produção televisiva ou como dentistas. Já no início da década seguinte, ocorreu uma “proletarização” do fluxo migratório em tela. Recentemente, vivencia-se a quarta onda migratória, fruto das crises econômica (desde 2014) e política (desde 2016) que recentemente assolam o

mitad consiguieron la regularización” (2010, p. 79).

país de origem. Tal onda se distingue da anterior pela chegada de brasileiros com alto nível de instrução e com capital para investir.

À luz das teorias abordadas, verificou-se que os brasileiros escolheram Portugal como país de destino por diversas razões, tais como: a existência de redes sociais; a maior facilidade de entrada quando comparado com outros destinos; a presença de vínculos históricos e culturais; e a força do euro em comparação ao dólar estadunidense.

Referências

- BESERRA, B. *Brasileiros nos Estados Unidos: Hollywood e outros sonhos*. São Paulo: HUCITEC, 2005.
- BOGÚS, L. M. M. Migrantes brasileiros na Europa ocidental: uma abordagem preliminar. In: PATARRA, Neide (coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, p. 111-121, 1995.
- BRITO, F. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In Patarra, Neide. (coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo, FNUAP, p. 53-65, 1995.
- BRUM, A. G. *As políticas de vinculação do Brasil para os brasileiros e seus descendentes no exterior: o caso da comunidade brasileira na Flórida (1995/2016)*. 2017. 224 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos). Instituto de Estudos Estratégicos. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.
- _____. *Brasileiros no exterior: o caso da Flórida*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.
- BRZOZOWSKI, J. Migração internacional e desenvolvimento econômico. *Estudos avançados*, v. 26, n. 75, p. 137-156, 2012.
- CASTLES, S.; MILLER, M. J. Migration in the Asia-Pacific region. *Migration Information Source*, 2009.
- CATARINO, C.; OSO, L. *La inmigración femenina en Madrid y Lisboa: hacia una etnización del servicio doméstico y de las empresas de limpieza*. *Revista de Sociologia*, n. 60, p. 183-207, 2000.
- FARIA, M. R. F. *Migrações internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa brasileira*. Brasília: FUNAG, 2015.
- FELDMAN-BIANCO, B. Entre a ‘fortaleza’ da Europa e os laços afetivos da ‘irmandade’ luso-brasileira: um drama familiar em só um ato. In: CASTRO, Mary Garcia. *Migrações Internacionais: contribuições para Políticas*. Brasília: CNPD, 2001.

- FERNANDES, D.; DE CASTRO, M. C. G. Migração e crise: o retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. *REMHU – Rev. Interdiscipl. Mobil. Hum.*, v. 21, n. 41, p. 99-116, 2013.
- FUSCO, W. A formação de comunidades-filhas no fluxo de brasileiros para os Estados Unidos. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 3, p. 55-63, 2005.
- GOZA, F. Brazilian Immigration to North America. *International Migration Review*, v. 28, n. 1, p. 136-152, 1994.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista de Saúde Pública*, v. 8, p. 49-90, 1974.
- MACHADO, I. J. de R. Cárcere Público: Processos de Exotização entre Imigrantes Brasileiros no Porto, Portugal. 2003. 329 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.
- MASANET, E.; PADILLA, B. La inmigración brasileña en Portugal y España. ¿Sistema migratório ibérico? *Obets. Revista de Ciencias Sociales*, v. 5, n. 1, p. 49-86, 2010.
- MARGOLIS, M. L. *Little Brazil: Imigrantes brasileiros em Nova York*. Campinas: Papirus, 1994.
- _____. *Goodbye, Brazil: emigrantes brasileiros no mundo*. São Paulo: Contexto, 2013.
- MASSEY, D.; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, E. *Worlds in motion: Understanding international migration at the end of the millennium*. Oxford: Clarendon, 1998.
- MARTES, A. C. B. *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MARTÍNEZ BUJAN, R. La reciente inmigración latinoamericana a España. *Serie Población y Desarrollo*, n. 40, 2003. Santiago de Chile, CEPAL. Disponível em: http://www.migracion-remesas.hn/document/inmigracion_espana.pdf. Acesso em: 27 jul. 2018.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Brasileiros no mundo. Estimativas, 2012*. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/APENDICE%20Diplomacia%20Consular%20-%20Brasileiros%20no%20Mundo.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.
- _____. *Brasileiros no mundo. Estimativas, 2013*. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/estimativas-populacionais-das-comunidades-brasileiras-no-mundo-2013/estimativas-2013.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.
- _____. *Brasileiros no mundo. Estimativas, 2014*. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/esti>

mativas-populacionais-das-comunidades/estimativas-populacionais-brasileiras-mundo-2014/Estimativas-RCN2014.pdf. Acesso em: 17 mar. 2019.

_____. Brasileiros no mundo. Estimativas, 2015. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Estimativas%20RCN%202015%20-%20Atualizado.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.

MIRANDA, G. Número de brasileiros em Portugal volta a subir depois de seis anos. *Folha de São Paulo*, 29 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/numero-de-brasileiros-em-portugal-volta-a-subir-depois-de-seis-anos.shtml>. Acesso em: 17 mar. 2019.

ONU - DEPARTAMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. World Economic and Social Survey. 2004. Disponível em: <http://www.un.org/desa/analysis/wess/>. Acesso em: 17 mar. 2019.

PADILLA, B.. Integração dos «Imigrantes Brasileiros Recém-Chegados» na Sociedade Portuguesa: Problemas e Possibilidades. In: MACHADO, I. (Ed.). *Um Mar de Identidades: a imigração brasileira em Portugal*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006a.

_____. Brazilian Migration to Portugal: Social Networks and Ethnic Solidarity. CIES Working Paper, n. 12, 2006b. Disponível em: <http://cies.iscte.pt/documents/CIES-WP12.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.

_____. Brasileiros en la Diáspora: Políticas de Vinculación. In: SIMPOSIO NUEVOS RETOS DEL TRANSNACIONALISMO EN EL ESTUDIO DE LAS MIGRACIONES, Barcelona, 2008b. Disponível em: <http://docsgedime.files.wordpress.com/2008/02/tc-beatriz-padilla.pdf>.

_____. A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise. In: MALHEIROS, Jorge. (Coord.). *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I. P.), 2007.

_____. Engagement policies of the Brazilian State: developing a closer relationship with the Diaspora and a new paradigm in International relations?. In: XII CONGRESSO MUNDIAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, Santiago de Chile, p. 12-16, 2009.

PATARRA, N.; BAENINGER, R. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In: PATARRA, Neide. (coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo, FNUAP, p. 78-88, 1995.

PATARRA, N. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo. Volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2005.

- _____. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estudos avançados*, v. 20, n. 57, p. 7-24, 2006.
- PEIXOTO, J. Strong markets, weak states: the case of recent foreign immigration in Portugal. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 28, n. 3, p. 483-497, 2002.
- _____. New Migrations in Portugal: Labour Markets, Smuggling and Gender Segmentation. *International Migration*, v. 47, n. 3, p. 185-210, 2009.
- PEIXOTO, J; FIGUEIREDO, A. Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal. In: MALHEIROS, Jorge (Ed.). *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, p. 87-111, 2007.
- PORTES, A. *En torno a la informalidad: ensayos sobre teoría y medición de la economía no regulada*. México: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 1995.
- SALES, T. O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais. In: PATARRA, Neide. (coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, p. 89-103, 1995.
- _____. *O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- _____. Brasileiros nos Estados Unidos. In: I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior, Brasileiros no Mundo. Brasília: FUNAG, 2009. p. 383-398.
- SASSEN, S. *The mobility of labor and Capital*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SOARES, W. *Da metáfora à sustância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga*. 2002. 344 f. Tese (Doutorado em Demografia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002.
- SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS. Estatísticas. Relatório de imigração, fronteiras e asilo, 2012. Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa%202012.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.
- _____. Estatísticas. Relatório de imigração, fronteiras e asilo, 2013. Disponível em: https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2013.pdf. Acesso em: 17 mar. 2019.
- _____. Estatísticas. Relatório de imigração, fronteiras e asilo, 2014. Disponível em: https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2014.pdf. Acesso em: 17 mar. 2019.
- _____. Estatísticas. Relatório de imigração, fronteiras e asilo, 2015. Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2015.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.

- _____. Estatísticas. Relatório de imigração, fronteiras e asilo, 2016. Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2016.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.
- _____. Estatísticas. Relatório de imigração, fronteiras e asilo, 2017. Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2017.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.
- WELLE, D. Portugal, o novo eldorado da classe média brasileira. Carta Capital, 06 fev. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/portugal-o-novo-eldorado-da-classe-media-brasileira>. Acesso em: 17 mar. 2019.
- ZLOTNIK, H. Théories sur les migrations internationales. In: CASELLI, Graziella; VALLIN, Jacques; WUNSCH, Guillaume (orgs.). *Démographie: analyse et synthèse. Les déterminants de la migration*. Paris: Editions INED, 2003.

A IMIGRAÇÃO NA ARGENTINA, SEGUNDO GINO GERMANI: UMA ANÁLISE DAS ESTATÍSTICAS E DA ASSIMILAÇÃO DOS IMIGRANTES, ENTRE 1857 E 1958

Aline de Sá Cotrim

Doutoranda no CPDOC/FGV

Introdução

A imigração na Argentina entre 1857 e 1958 renovou substancialmente a população no país, tamanho o seu volume e intensidade. Ela constituiu um processo muito singular se comparada com outros países da América Latina, visto a enorme quantidade de imigrantes que entraram no país. Os números são expressivamente maiores que de países como o Brasil, apesar da diferença de tamanho territorial. Em 1895, os imigrantes representavam 5% da população brasileira de 30 milhões; e 25% da população argentina de 9 milhões de pessoas (em 1869, esse número era de 10%) (OLIVEIRA, 2011). Entre 1882 e 1915, o território argentino recebeu 4,2 milhões de imigrantes, estando atrás somente dos Estados Unidos no continente americano, que receberam 31 milhões no mesmo período¹ (KLEIN, 2000).

Considerando isso, este trabalho se pretende a analisar os principais números do processo imigratório na Argentina até 1958, focando naqueles relacionados à assimilação dos imigrantes e ao fenômeno do regresso. Para isso, me debruçarei sobre um relatório elaborado pelo sociólogo argentino Gino Germani, em 1959, onde ele apresenta dados históricos e recentes, coletados em pesquisas de campo e análises de bibliografia, e reflete sobre a participação dos imigrantes no desenvolvimento da Argentina, considerando fatores econômicos, sociais e culturais². Por meio deste relatório, percebe-se a

¹ Em terceiro lugar, nesse período, vem o Brasil, que recebeu 2,9 milhões de imigrantes, e, em quarto o Canadá, com 2,5 milhões (KLEIN, 2000).

² Agradeço ao professor Antônio Brasil Jr. por me disponibilizar o relatório em questão, além de um vasto material sobre a sociologia na Argentina.

intensa modificação que ocorre na sociedade argentina em virtude da entrada massiva de estrangeiros no país.

Gino Germani (1911-1979) foi um sociólogo argentino, professor da Faculdade de Filosofia e Letras, da Universidade de Buenos Aires (UBA). Italiano, chega a Argentina em 1934 e entra na UBA como professor em 1938, teve papel fundamental no processo de institucionalização da sociologia no país. Em suas pesquisas sobre o processo de modernização da Argentina, Germani enxergava no imigrante ultramar um dos principais portadores das mudanças sociais (BRASIL, 2013), entendendo-o como um “agente modernizador”. Os trabalhos do sociólogo argentino vão muito além do relatório preliminar de uma pesquisa de campo realizada por ele que será apresentado aqui, no entanto, não me interessa aqui fazer um histórico da sua extensa produção, e sim focar na fonte sobre a qual me debrucei.

Antes de destrinchar a fonte principal deste trabalho, se faz necessário uma breve apresentação da história da imigração na Argentina, processo extenso e complexo que procuro sintetizar nas páginas a seguir. Feita esta introdução, adentro o relatório, focando inicialmente nos dados gerais sobre a imigração no país, conforme destacados por Germani. Em seguida, discuto seus dados e conclusões acerca do processo de assimilação dos imigrantes na Argentina. Por fim, retomo os principais pontos do artigo e faço alguns comentários finais sobre o relatório.

A imigração na Argentina ao longo de cem anos

O processo migratório na Argentina teve um impacto difícil de ser mensurado, tanto em números absolutos como proporcionalmente a população local. Entre 1857 e 1880, houve uma média inferior a 10 mil imigrantes entrando na Argentina por ano. Na década de 1880, essa média aumenta para 64 mil. Na década de 1900, a média chega a 112 mil imigrantes. Há um pico nos anos anteriores a Primeira Guerra Mundial, alcançando o número de 200 mil imigrantes por ano (GERMANI, 1959; DEVOTO, 2003).

Após a guerra, na década de 1920, volta-se a registrar saldos migratórios muito altos. A partir de 1930, a junção entre a depressão econômica e mudanças política na Argentina (populismo) e nos países emigrantes (em

especial, na Itália com o nacionalismo de Mussolini), há uma interrupção na imigração ultramar, que se estende até 1946. Entre 1947 e 1951, a média anual de entrada de imigrantes volta a crescer, chegando a 90 mil pessoas. Esse número volta a cair a partir de 1952. Além disso, a partir de meados de 1930, inicia-se uma imigração de países vizinhos, muitas vezes ilegais (GERMANI, 1959; DEVOTO, 2003).

Alguns ditos populares argentinos, trazidos por Oliveira (2011, p. 3), ilustram o destaque dos imigrantes naquela sociedade, como por exemplo, “o argentino é um italiano que fala espanhol e que se vê como um francês” e “os mexicanos descendem dos Astecas, os peruanos dos Incas e os Argentinos do barco”. Segundo o autor, a Argentina de antes da imigração, que começou aos poucos a partir de 1850, se parece muito pouco com a Argentina pós-Primeira Guerra Mundial.

Mariana Pérez destaca que:

Al promediar el siglo XIX, nadie em los círculos intelectuales y políticos de la Argentina ponía en duda las grandes virtudes de la inmigración europea. Esta era concebida como una de las herramientas centrales para traer civilización a la sociedad argentina y para lograr el tan ansiado y postergado progreso (entendido como bienestar material y como desarrollo moral de la sociedad). (PÉREZ, 2014, p. 9).

O desejo da imigração europeia no país aparece na Constituição de 1853, que deixava claro que ela era parte obrigatória do progresso e necessária para a construção de uma nova nação. Entre em 1862 e 1876, houve alguns projetos de lei que regulamentavam a imigração na Argentina. Em 1862, por exemplo, aprovou-se uma lei que tratava da colonização de terras nacionais por estrangeiros. Em 1870, propôs-se projetos de lei que fomentavam a imigração e colonização de territórios despovoados no país, especialmente na região do Chaco (PÉREZ, 2014). No entanto, a principal lei de imigração e colonização da Argentina no século XIX vai ser aprovada somente em 1876 sob um discurso que incentivava a seleção do imigrante ideal, ditada pelo presidente Avellaneda, como europeu, nórdico, branco.

Essa lei, chamada de Lei 817 de “Inmigración y Colonización” ou Lei Avellaneda, atribuiu ao imigrante o vínculo da modernização econômica e social. Ela cria, por exemplo, o Departamento Geral da Imigração, que tem

como função dar suporte ao imigrante, atentando para as suas condições sanitárias e facilitando a sua instalação no país (OLIVEIRA, 2011, p 4). Na prática, as questões mais importantes tratadas na lei eram a implementação de uma política de subsídios de passagens para os imigrantes, diretamente relacionada a um processo de colonização estabelecido pelo governo, afim de povoar o país (FERNÁNDEZ, 2017).

Intelectuais e políticos se preocupavam com o vazio territorial da Argentina, espaços ainda desconhecidos e pouco controlados pelo governo de Buenos Aires. Para Juan Alberdi, “governar es poblar”³; e para Sarmiento, “o imigrante deve colonizar o país” (OLIVEIRA, 2011, p. 4). Já o presidente Avallaneda, em 1875, foi mais longe e definiu que “a imigração europeia constituía o meio mais adequado para assegurar a prosperidade” (FERNÁNDEZ, 2017, p. 56). Desde o início das discussões sobre a imigração na Argentina, estes e outros políticos e intelectuais pretendiam selecionar o “imigrante ideal” para compor a sociedade e o imaginário nacional do país.

Gino Germani destaca em seu relatório, que será analisado na sequência, que a imigração foi um esforço das “elites argentinas que dirigiam a organização do país para substituir sua velha estrutura, herdada da sociedade colonial, com uma estrutura social, inspirada nos modelos dos países mais avançados do ocidente”. (GERMANI, 1959, p. 5). Se formulou uma espécie de plano para desenvolver o país baseado na imigração massiva; na educação universal e obrigatória; e, na modernização da economia (GERMANI, 1959, p. 6).

Dessa forma, o objetivo das elites e do governo argentino não era somente povoar os territórios desérticos no interior do país, como conta da história oficial. Mas também mudar substancialmente da população, modificar o caráter nacional do povo argentino para que se adequasse àquele visualizado pelas elites: um estado nacional moderno, segundo o modelo de alguns países europeus, e principalmente os Estados Unidos. Na concepção da elite era necessário “europeizar” a população, produzir uma “regeneração das raças”.

³ “Governar é povoar... No entanto, quando se povoa com imigrantes trabalhadores, honestos, inteligentes e civilizados; isto é, educado. Porém, povoar é feder, corromper, brutalizar, empobrecer o solo mais rico e mais saudável, quando se povoa com imigrantes da Europa mais atrasa e corrupta” (ALBERDI, 1983, p. 27 in OLIVEIRA, 2011, p. 4, tradução minha).

Para isso, era necessário transformar as características psicossociais da população, e isso se faria trazendo fisicamente a Europa para a América.

O relatório e seus principais dados

O relatório elaborado por Germani fez parte de um projeto financiado pela Fundação Rockefeller na década de 1950 na Argentina chamado “El impacto de la inmigración masiva sobre la sociedad y la cultura argentina” (1960), que aconteceu em parceria com o historiador argentino José Luis Romero (BRASIL, 2013). A sua versão preliminar deste relatório foi preparada com a cooperação de Jorge Graciarena e Miguel Murmis, baseado na análise de materiais estatísticos e outras fontes, com o fim de proporcionar um quadro geral do problema estudado, e é o material analisado aqui.

Germani elabora o relatório baseado em pesquisas estatísticas, bibliográficas e de campo, afim de entender a assimilação dos imigrantes à sociedade argentina entre 1857 e 1958. Ao longo deste estudo preliminar, ele apresenta inúmeras tabelas que com o levantamento de dados quantitativos da sua pesquisa. Contudo, como é um relatório de pesquisa e não um texto formal, há poucas citações e referências bibliográficas⁴. De todo modo, o trabalho traz uma rica sistematização dos dados do processo imigratório e dos seu impacto na Argentina até a década de 1950.

Germani inicia o relatório destacando a importância do processo imigratório para o desenvolvimento da Argentina. Ele afirma que:

Una investigación sobre la asimilación de los inmigrantes en la época actual no podría realizarse, en un país como la Argentina, sino teniendo en cuenta las particulares circunstancias histórico-sociales que han influido en su formación y en particular el papel desempeñado por la inmigración masiva en su estructura social. Estas mismas consideraciones no podrían omitirse tampoco en el examen de los factores de éxito y fracaso en la inmigración y en las causas de retorno de inmigrantes que, en años recientes, han ingresado al país con la intención de arraigarse definitivamente en el y que luego optaron por abandonar tal propósito. (GERMANI, 1959, p. 5)

⁴ Vale destacar que o projeto teve os seus principais resultados publicados, em 1965, no livro *Argentina: sociedad de masas*, organizado por Gino Germani, Jorge Graciarena e Torcuato di Tella (BRASIL, 2013).

Para o sociólogo, a Argentina contemporânea não pode ser entendida sem uma análise da imigração massiva que chegou ao país a partir da segunda metade do século XIX, por dois motivos principais (GERMANI, 1959, p. 5). Primeiro, porque ela foi parte integrante e fundamental no processo de transformação da sociedade tradicional argentina em uma nação moderna. E, segundo, porque o volume e a intensidade da imigração em relação à população nativa foram tão grandes que houve uma renovação substancial na constituição da população argentina nas áreas centrais do país, e isso seria uma excepcionalidade do caso argentino, segundo o autor. Este volume pode ser identificado na tabela abaixo, apresentada pelo sociólogo no relatório.

Tabela 1: População total e quantidade estrangeiros (GERMANI, 1959, p. 11)

Ano	População total	Estrangeiros
1869	1.737.000	12,1%
1895	3.955.000	25,5%
1914	7.885.000	30,3%
1920	8.754.000	24%
1930	11.746.000	23,5%
1940	14.055.000	18,4%
1947	15.894.000	15,3%
1950	16.961.000	15,7%
1959	20.438.000	14,1%

Fonte: Censos nacionais e dados da Dirección Nacional de Estadística

Vale destacar o aumento da população argentina como um todo, pois em 1869, o país tinha 1.700.000 habitantes, e, em 90 anos esse número aumenta quase doze vezes, chegando a 20 milhões de habitantes, em 1959. Durante quase 40 anos, a população estrangeira representou quase um terço da população total na Argentina. Germani afirma que não é possível medir completamente a contribuição que estes estrangeiros tiveram no desenvolvimento do país, mas considerando que a proporção de imigrantes na idade ativa era muito maior que a população argentina, é possível concluir que eles contribuíram enormemente para a expansão da capacidade reprodutiva do país.

Alguns lugares do país sentiram mais o impacto do volume de imigrantes, sobretudo as cidades. Há uma concentração dos estrangeiros nas cidades, e dessa forma, a imigração de ultramar representou a base do extraordinário crescimento urbano na Argentina, o que pode ser observado pela formação de uma aglomeração em Buenos Aires, que concentrava entre 40 e 50% dos estrangeiros no país. A imigração estrangeira na Argentina foi, portanto, um fenômeno urbano. (p. 13)

Dessa forma, houve uma baixa concentração de estrangeiros no meio rural, apesar de este ser o seu local de destino inicial. Isso se dava, segundo Germani, por conta do regime de terras na Argentina. Como havia grandes latifúndios concentrados nas mãos de poucas famílias, havia poucas oportunidades para os imigrantes nestes espaços. Essa concentração de terras nas mãos dos latifundiários dificultou a realização de um dos propósitos principais da imigração em massa: o estabelecimento de populações europeias nas áreas rurais desertas ou quase desertas do país. Ou seja, para Gino Germani, o regime terras na Argentina, com a concentração de grandes latifúndios, é responsável pelo fracasso, até certo ponto, do projeto das elites de povoamento do país que havia inicialmente com o incentivo à imigração massiva.

Por conta disso, Germani afirma que a política agrária argentina condicionou os imigrantes a não povoar as regiões rurais quase desertas, mas sim as cidades, proporcionando assim uma abundante mão-de-obra urbana. O crescimento das cidades, o surgimento das indústrias e a consequente transformação da estrutura social foram partes deste processo. Os imigrantes constituíam cerca de $\frac{3}{4}$ da burguesia urbana, comercial e industrial, especialmente em Buenos Aires. E constituíam cerca de $\frac{2}{3}$ dos trabalhadores brancos do setor privado. Ou seja, os estrangeiros se concentravam mais nos setores que iam surgindo de acordo com o desenvolvimento da sociedade (especialmente, o industrial) do que nos setores pré-existentes a sua chegada.

As principais conclusões de Gino Germani acerca da imigração

No início do período imigratório, a população nativa (base da assimilação) era muito reduzida e a densidade territorial extremamente baixa, mas ela ainda era suficientemente grande para garantir a possibilidade assimilação, ou pelo menos para resistir ao impacto migratório. Contudo, Os estrangeiros se concentravam de duas maneiras: geograficamente (em certas regiões e centros urbanos) e demograficamente (segundo idade e sexo). Em termos relativos, isso significou que os estrangeiros chegavam a proporções de 70 a 80% em muitas áreas geográficas, centros urbanos e categorias socioeconômicas. Buenos Aires, por exemplo, em 1869, tinha uma população com 12 mil argentinos e 48 mil estrangeiros; e, em 1895, com 42 mil argentinos e 174 mil estrangeiros (GERMANI, 1959, p. 27).

Essa concentração teve impacto direto no processo de assimilação, pois, conforme Germani (1959, p. 27) argumenta, quanto mais massiva a imigração, maior a tolerância para a preservação da identidade de origem. Apesar do processo de assimilação ser normalmente a assimilação da população externa a população local, Germani argumenta que no caso da Argentina foi o contrário. Segundo ele, em todo processo deste tipo, há uma dupla influência, onde a estrutura do país imigrante e seu “caráter nacional” são afetados pelos recém-chegados, assim como imigrantes adquirem características da cultura local para conseguirem integrá-la. No entanto, o resultado da imigração na Argentina foi o desaparecimento quase que completo da cultura nativa em lugar da “cultura imigrante”, isto é, criou-se um novo tipo social nativo, baseado mais na mistura das culturas de origens dos imigrantes do que na cultural da população nativa (GERMANI, 1959, p. 27-28).

É possível questionar essa interpretação de Germani argumentando que ele está desconsiderando potência e importância da história e da cultura argentina prévia a chegada dos imigrantes. O sociólogo aponta que a população nativa pré-imigração era caracterizada pela figura do gaúcho, que era um tipo tradicional de homem que vivia nos pampas argentinos, seguia suas próprias regras sociais, não tinha hábitos de regularidade, poupança, previsão e cálculo racional em seu comportamento. Para ele, “se tratava claramente de um tipo

de personalidade correspondente a uma ‘sociedade tradicional’, prévia às formas modernas de organização econômica e social” (GERMANI, 1959, p. 29). Contudo, esta é uma definição simplificada da figura do gaúcho, que foi fundamental para o desenvolvimento da Argentina, não só em termos econômicos e sociais, mas também que se concerniu a formação do seu Estado-nação e do seu território.

Vale destacar, contudo, que esta diminuição da importância do gaúcho na história argentina não aparece somente no relatório de Germani. Tradicionalmente, o gaúcho era caracterizado pela honra crioula, o culto nacional da coragem, o desprezo pela lei, a vida isolada nos pampas, rodeada de perigos, sem lei nem autoridade. Ele seria a origem do caudilhismo na Argentina, que para Sarmiento era um fenômeno dos campos, relacionado à ruralização do poder, e era caracterizado pela barbárie e pela anomia (MYERS, 1998). O autor, muito influenciado por leituras norte-americanas, pensava o caudilhismo a partir da dicotomia “barbárie X civilização”, onde de um lado teríamos o atraso do campo, onde o caudilhismo se fazia forte, e, de outro, a modernidade, idealizada como a sociedade europeia e as suas cidades do século XIX, onde prevalece a civilização.

Com o passar dos anos, a intelectualidade argentina, juntamente com o poder estatal e o impacto da imigração em massa, conseguiram reconfigurar a história oficial do país tornando o discurso da Argentina com um país dos imigrantes, Buenos Aires como Paris das Américas, e o povo argentino como civilizado e europeu, um senso comum. De certa forma, se apagou da história do país a importância do caudilho na formação nacional, por bem e por mal, assim como foi feito com os indígenas, ditos como bárbaros⁵, e os escravos africanos, que raramente são mencionados.

Essa reconfiguração do discurso ganha força principalmente nos anos 1930, com a disseminação da educação popular, e por meio dela a criação de uma memória coletiva (PAMPLONA, 2003). Pollack (1992) argumenta que a memória coletiva tem pontos de referência: tem suportes de fixação e modos e estratégias de transmissão e manutenção, mais ou menos formalizados (de rituais, comemorações a práticas cotidianas) e pela educação. Além disso, para

⁵ Passetti (2009), em artigo onde descreve alianças e conflitos entre indígenas e criolos na Argentina século XIX, argumenta que o indígena é tido como um problema a ser solucionado e que após a política de dizimação dos povos nativos, se cria um discurso nacional que não os inclui.

ele, essa memória é fundamental para reforçar a coesão do grupo e envolve sempre um passado dito como comum a todo. Nessa chave, na compreensão de Pamplona, se fabrica uma identidade nacional baseada numa etnicidade e racialidade fictícias, apoiadas na presença dos imigrantes na sociedade argentina.

Pamplona destaca que tendências semelhantes são observadas também no Brasil e no México. No Brasil, o governo de Getúlio Vargas impôs um modelo de identidade nacional e história oficial por meio da ampliação da educação e aprovação das leis de nacionalização. A nova legislação estabelecia que não poderia haver, no território nacional, escolas estrangeiras e jornais que não fossem editados em português, justamente para reforçar a cultura nacional e a assimilação dos imigrantes que se encontravam no país naquele momento. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, a repressão contra japoneses e alemães que descumprissem essas leis aumentaram, inclusive por conta da imagem que se tinha destes imigrantes como inimigos da nação (SEYFERTH, 1997).

Na Argentina, especificamente, a reconfiguração do discurso da identidade nacional argentina acontece, segundo Svampa (1998), apoiada no movimento trabalhista, de raízes europeias e imigrantes, que reafirmavam sua diferença em relação ao caudilho e a sua importância para o desenvolvimento da Argentina. A transformação imposta pela imigração silenciou as características positivas do caudilhismo. Isso não significa dizer que o papel do imigrante na história da Argentina não foi fundamental, apenas que houve a fabricação de um discurso que diminuiu a importância de grupos sociais que haviam no país previamente a chegada massiva dos imigrantes.

Na interpretação de Germani, o imigrante europeu não foi somente o portador dos traços culturais de seu país de origem, mas também de atitudes distintas no que se tratava do trabalho, da agricultura, da poupança e as das aspirações de ascensão. Isto é, ele “civilizou” a Argentina, pois o imigrante não se desfazia facilmente de sua cultura europeia, pelo contrário, como mostra Germani (1959, p. 30). Havia um isolamento nas colônias rurais e a manutenção da cultura de origem, por meio, por exemplo, de casamentos internos e o uso cotidiano do próprio idioma, além de segregações por

nacionalidades também nos centros urbanos, principalmente na capital Buenos Aires.

A imprensa imigrante, as associações voluntárias as ações dos governos de seus respectivos países e de seus representantes locais auxiliavam na manutenção da cultura de origem no espaço público e privado. De acordo com o sociólogo, os escritos políticos das primeiras décadas do século XX identificavam a baixa taxa de assimilação se baseando em problemas no que concernia o idioma, as escolas, a ausência da tradição argentina nos grupos de imigrantes e a sua falta de participação política⁶.

Esse quadro só se altera, segundo ele, a partir da interrupção da entrada de mais imigrantes na Argentina em 1930. Essa interrupção dura até 1947, tempo suficiente para que a população estrangeira se acomodasse no território argentino, se espalhasse para além dos seus núcleos étnicos e se misturasse com outros grupos. As associações voluntárias são fundamentais para a demora do processo de assimilação, no entanto, Germani (1959, p. 37) identifica, que, com a entrada das gerações mais novas, elas passam por mudanças e perdem cada vez mais seu caráter étnico específico.

Estas novas gerações são responsáveis, na interpretação de Germani, pela criação de um novo tipo cultural argentino, onde a cultura imigrante prevaleceria sobre a cultura nativa. Nas palavras de Germani:

Somo se empezó a señalar a propósito de la transformación de la cultural rural, el resultado del “aluvión inmigratorio” como se lo suele denominar en esta literatura, no fue la asimilación de los inmigrantes a la cultura argentina preexistente, o de esta a algunas de las corrientes extranjeras más numerosas; fue por el contrario una síntesis que originó – sobre esto caben muy pocas dudas – un tipo cultural nuevo, que todavía, no se halla estabilizado. (GERMANI, 1959, p. 39)

Isso significa que para o sociólogo argentino não houve a assimilação à cultura argentina, e sim o oposto, se criou um novo tipo cultural baseado num sincretismo das culturas imigrantes. O tango, segundo Germani (1949, p. 39), é uma prova disso, pois é uma mistura de aspectos culturais espanhóis e italianos, mas que é confundido com elementos criolos.

⁶ Vale reforçar que Germani não cita em detalhes as suas fontes encontradas nas pesquisas de campos, e que muitas das informações foram coletadas por ele por meio de entrevistas e relatos de pessoas da época.

Os portadores do novo tipo cultural seriam os filhos dos imigrantes e seus descendentes, segundo esta interpretação, pois eles estariam aculturados e se identificavam com a Argentina, carentes, em geral, de qualquer identificação com a nacionalidade de origem de seus antepassados. Esse processo de assimilação era reforçado ainda pelo fato de haver cada vez mais casamentos mistos, visto estes constituíam, em 1947, 20,4% dos casamentos em Buenos Aires. Ainda, deste número, 75,4% correspondiam a casos em que o membro estrangeiro era o pai, ou seja, o agente socializador da família era a mãe, era nativa, o que seria um facilitador para a assimilação e integração à sociedade argentina (GERMANI, 1959, p. 46).

Contudo, não foi só o processo de assimilação que Gino Germani registrou em seu relatório, mas também o regresso aos países de origem. Após mais de uma década e meia interrompida, em 1947, a imigração é retomada na Argentina, e, em 1949 atinge-se o maior número de entradas de estrangeiros (154.000), e novamente, os grupos mais comuns eram os italianos e os espanhóis. Porém, este período também é marcado pelo regresso de uma quantidade razoável de pessoas. Entre 1947 e 1957, 525.000 pessoas retornaram para os seus países de origem (GERMANI, 1959, p. 47).

Alguns pontos diferenciam esta fase das outras, e, para Germani (1959, p. 49), houve duas questões principais que diferenciava este momento dos anteriores: problemas econômicos, a expansão econômica havia parado, e o desenvolvimento industrial, apesar de existente, era fraco; e, menos homogeneidade cultural, pois a população nativa era a maioria, os estrangeiros mais antigos tinham um alto grau de assimilação e a relação numérica da corrente imigratória era bem menor agora. Além disso, as condições nos países de origem eram melhores, com condições econômicas e sociais das classes populares muito superiores às do fim do século XIX, e os níveis de instruções, em geral, eram mais elevados.

Germani (1959, p. 50) se pergunta como a situação foi percebida pelos grupos implicados nela. Para ele, os imigrantes novos tinha alta expectativas quanto a imigração para Argentina, com uma imagem idealizada do que seria este processo. Eles se guiavam pelo mito de “fazer a América” e a rápida ascensão social, esperavam encontrar trabalho e melhores níveis de vida. Além disso, eram pessoas que vinham de níveis sociais mais altos do que os

imigrantes do início do século, e, portanto, tinham melhores condições de vida em seus países de origem, que esperavam superar no país adotivo. Para a população argentina, em grande parte descendentes dos imigrantes antigos, conservavam a imagem da imigração sofrida, em que era preciso batalhar para atingir conquistas. Por fim, não houve sensibilidade dos velhos imigrantes com os novos.

Em geral, a imigração recente é vista como um fracasso, tanto por não ter atingido altos números de entradas como por, do outro lado, ter registrado altas taxas de retorno. Contudo, a ideia de que a imigração recente fracassou está ligada a existência de determinadas expectativas quanto ao seu êxito. Do mesmo modo, é uma questão de perspectiva considerar a imigração em massa da virada do século XIX para o XX um fracasso. Ela não resultou no povoamento dos territórios desérticos da Argentina, mas povoou o país como um todo, principalmente os centros urbanos.

Considerações finais

Ao longo do relatório, Gino Germani apresenta dados e conclusões comuns à historiografia argentina sobre o tema da imigração. Contudo, a grande riqueza do seu trabalho está na unificação dos dados afim de identificar como se deu e ainda estava se dando, na década de 1950, o processo de assimilação dos estrangeiros à sociedade argentina. Ele se utiliza de dados quantitativos para concluir que o processo de assimilação estava em curso, apesar de não se dar da maneira que o conceito tinha sido definido. O esperado era que o imigrante se assimilasse ao novo meio, que adaptasse os seus padrões culturais e de comportamento de acordo com as normas locais, contudo, Germani conclui que na Argentina acontecia o inverso, devido a força com que a imigração tinha acontecido.

No entanto, Gino Germani era um sociólogo na década de 1950 buscando caracterizar o processo de modernização da Argentina, e em meio a sua pesquisa encontra no imigrante o papel de agente modernizador. Apesar de muito imigrantes virem de países subdesenvolvidos, eles ainda significaram um poderoso impacto de modernização na agricultura e no desenvolvimento econômico no país. Dessa forma, o processo imigratório na Argentina teve um

resultado ambíguo. Ele não resultou na ocupação dos territórios do interior, desertos, como se objetivava, e sim no desenvolvimento da economia em regiões específicas, especialmente nos centros urbanos e na capital, Buenos Aires. Por outro lado, em virtude do impacto quantitativo da imigração massiva no país, houve uma reinvenção quase que completa dos valores culturais argentinos, tornando-os mais “civilizados” e “europeizados”.

O relatório preliminar da pesquisa de Germani traz dados e reflexões a respeito do processo imigratório na Argentina que são importantes de serem considerados e discutidos. Contudo, não se pode ignorar que o sociólogo concorda, em certa medida, com argumentos da história oficial argentina a respeito do papel “civilizador” que o imigrante teria tido. Ele desconsidera a influência e a importância dos aspectos da cultura da população nativa argentina na formação do Estado-nação. Tal fato poderia ser relevado se lembrarmos que Germani também era um imigrante e que reafirmar o valor que o estrangeiro tinha tido no desenvolvimento do país era reafirmar a sua própria identidade. Contudo, isso não impede que seja feita uma crítica sobre o papel diminuto que ele dá no relatório analisado àqueles que não eram imigrantes (ou descendentes de) na formação da Argentina enquanto país.

Referências bibliográficas

- BRASIL Junior, Antônio da Silveira. *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. São Paulo: Hucitec, 2013.
- DEVOTO, Fernando. *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.
- FERNÁNDEZ, Alejandro. La ley argentina de inmigración de 1876 y su contexto histórico. *Revista Almanack*. Guarulhos, n.17, p.51-85, dezembro de 2017.
- GERMANI, Gino. La asimilación de los inmigrantes en la Argentina y el fenómeno del regreso en la inmigración reciente. FFyL-UBA, publicación interna n. 14, 1959.
- KLEIN, Herbert. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, pp. 13-32.
- MYERS, Jorge. Las formas complejas del poder: la problemática del caudillismo a la luz del régimen rosista. In: GOLDMAN, Noemi; SALVATORE, Ricardo. *Caudillismos*

- rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Editorial Universidad de Buenos Aires, 1998, pp. 83-100.
- OLIVEIRA, Márcio de. Políticas de imigração na Argentina e no Brasil, 1886-1924: semelhanças e diferenças. In: *XXVI Simpósio Nacional de História*, 2011. São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, 2011.
- PAMPLONA, Marcos. Ambiguidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a ideia de nação na Argentina e no Brasil. *Revista Estudos Históricas*, v. 2, n. 32, 2003, pp. 3-31.
- PASSETTI, Gabriel. Confederações indígenas em luta por participação política, comercial e territorial: Argentina, 1852-1859. *Revista de História*, 28(2), 2009, pp. 107-142.
- PÉREZ, Mariana. *Inmigración y colonización: los debates parlamentarios en el siglo XIX*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento; Buenos Aires: Jefatura de Gabinete de Ministros, 2014.
- POLLACK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, pp. 200-212.
- SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, 1997, pp. 95-131.
- SVAMPA, Maristella. La dialéctica entre lo nuevo e lo viejo: sobre los usos y nociones del caudillismo em la Argentina. In: GOLDMAN, Noemi; SALVATORE, Ricardo. *Caudillismos rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Editorial Universidad de Buenos Aires, 1998, pp. 83-100.

.INSERÇÃO E ESTABELECIMENTO – OS AÇORIANOS NO RIO DE JANEIRO

Daniel Evangelho Gonçalves

*Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)
Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)*

Emigração açoriana

A principal característica do povo açoriano desde o povoamento das ilhas até os dias de hoje é a emigração. Separados de todos os continentes por léguas e léguas de mar, os açorianos sempre sobreviveram mediante toda a adversidade. Espalharam-se pelo mundo e, no Brasil, ajudaram a colonizar o território, semeando a terra não só com alimentos, mas com cultura, religiosidade e tradições.

A todo momento em que o açoriano se viu ameaçado por uma quebra de colheitas, estiagem, dificuldades comerciais, diminuição dos fluxos de mercadorias estrangeiras, vulcões, sismos ou pressões políticas e religiosas; olha para o mar e se lança à emigração. Um dos principais destinos era, e ainda é, a América, com destaque para os EUA e Brasil. Porém, embora deixem sua terra natal, carregam consigo uma forte identidade regional que semeou e continua a dar frutos em diversas culturas.

O açoriano está imerso em um processo histórico balizado em uma estrutura social favorável à emigração. Seja nos primórdios de um domínio senhorial que evoluiu para uma desigualdade de classes oriunda do mau aproveitamento agrícola e para um baixo investimento tecnológico exemplificado na falta de indústrias ou pelas epidemias e guerras que faziam o açoriano vislumbrar outras realidades fora de seu lar. A concentração de terras nas mãos de poucas famílias sempre fizeram com que o arrendamento das mesmas aumentasse a desigualdade social, já que a maioria dos açorianos estava preso ao pagamento do uso das “quintas”.

O estudo de Carlos Enes (1994) aponta que “no arquipélago, o período mais agudo da emigração decorreu na primeira década do século XX: os 57.853 indivíduos emigrados correspondem a uma saída média diária de 15, 8 pessoas” (p. 38), número considerado elevado para uma pequena população. Segundo o mesmo historiador, entre 1901 e 1920, a emigração para os Estados Unidos correspondia a 80,9% no distrito de Angra (capital da Ilha Terceira). Entretanto, entre 1921 e 1930 a emigração portuguesa direcionada ao Brasil correspondia a 66% e para os Estados Unidos apenas 5%.

A diminuição do fluxo para as terras Estadunidenses ocorreu devido ao entrave criado por leis americanas, direcionando a população migrante para outros continentes. Este período apresenta, pela primeira vez, a emigração de açorianos de forma significativa para o Rio de Janeiro e São Paulo, advindos, principalmente da Ilha Terceira e da Ilha de São Miguel. Ambas as ilhas enfrentaram grande crise econômica oriunda da diminuição da demanda mundial, causada, entre outros fatores, pelo advento da Primeira Grande Guerra. A Ilha Terceira, entretanto, sofreu maior impacto devido a não diversificação da sua economia, diferente da Ilha de São Miguel, que procurou se adaptar ao mercado, mas também contou com grande número de imigrantes assolados pela crise.

Prováveis causas da escolha do Rio de Janeiro como destino

Concentrando-nos no recorte temporal do início até meados do século XX, podemos constatar que a imigração portuguesa para o Brasil tende a se concentrar nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Isto porque a economia açucareira no Nordeste advinha de longa crise e nada foi feito para diversificar sua economia, que sofrera ainda mais com o fim da escravidão. A produção de algodão que vinha crescendo em meados do século XIX no Maranhão, decaiu rapidamente após a recuperação da agricultura Norte-Americana em consequência da Guerra Civil. Assim como o ciclo da borracha na Amazônia teve seu fim rapidamente graças a concorrência Asiática.

Enquanto São Paulo atraía imigrantes para substituir os escravos nas lavouras de café, produto que sustentava a economia do país, por meio de uma

imigração subvencionada ou subsidiada pelo governo brasileiro, no Rio de Janeiro, a maioria dos imigrantes chegava por conta própria ou com o auxílio de familiares e amigos, atraídos pelo sucesso de seus conterrâneos no setor comercial.

O Rio de Janeiro era a capital da República. Cidade em franca expansão econômica, maior centro comercial e bancário do país, pioneiro na industrialização, e por isso, atraía milhares de imigrantes de todas as partes do mundo, principalmente portugueses, graças a proximidade cultural e linguística, além das redes comerciais e sociais estabelecidas desde os tempos colônias.

Haviam cerca de 30 milhões de habitantes no Brasil em 1920. Dentre eles 1.565.961 eram imigrantes, dos quais 433.567 eram portugueses e sua maioria concentrava-se no Distrito Federal (Rio de Janeiro), totalizando 172.338, a maior colônia, representando 14% do total de estrangeiros na cidade (LOBO, 2001, p. 44).

De acordo com Eulália Lobo (2001, p. 34), os portugueses eram proprietários ou ocupavam grande parte dos postos de trabalho dos setores comerciais e industriais de atacado e varejo; eram também donos de imóveis (recebendo grandes quantias oriundas dos aluguéis) e estavam presentes nos setores bancários, além de serem um destacado mercado consumidor de artigos de exportação lusos. Antônio Torres (1925), jornalista antilusitano, afirmava que os portugueses eram proprietários de 85% das empresas comerciais do Distrito Federal em 1923, dando preferência para a importação de artigos portugueses e empregavam exclusivamente seus conterrâneos, remetendo seus lucros para Portugal, o que prejudicava a economia brasileira. Dentre estes portugueses estavam também os açorianos.

Nas décadas de 1920 e 1930, os açorianos estabelecidos com sucesso davam sempre preferência à contratação de seus conterrâneos criando uma rede de apoio local. Estes imigrantes chegavam por meio das *Cartas de Chamada*. Nesta época, o governo Vargas procurou bloquear a vinda de estrangeiros por meio da Lei de Cotas de Imigração, que reforçava sua política nacionalista, com exceção dos de nacionalidade portuguesa, devido ao acordo bilateral firmado com o Presidente de Portugal António de Oliveira Salazar.

As Cartas de Chamada eram dirigidas aos parentes, amigos ou conhecidos bem referenciados, mas sem suporte econômico. O emissor da carta convidava o emigrante e ficava responsável por ele (inclusive legalmente), estreitando os laços de solidariedade. Esta prática marcou a vinda de quase todos os emigrantes açorianos nesta e em outras épocas futuras.

Quanto a legislação sobre as Cartas de Chamada, ressalta-se que, em 1911, foi lançado um ordenamento regulamentando a imigração no Brasil. O decreto nº 9.081 estabeleceu normas para a entrada dos estrangeiros no país. Mais tarde, em 1945, entrou em vigor uma nova legislação que aprimorava ainda mais as normas para a entrada de imigrantes no país, a fim de reordenar os diversos grupos que não paravam de chegar devido ao pós-guerra, procurando proteger os interesses do trabalhador nacional e desenvolver a imigração, com o intuito de se tornar um fator de progresso para o país, conforme está descrito no Decreto Lei n. 7967 de 18 de setembro de 1945 (Croci, 2008).

Os açorianos chamavam os amigos e parentes por confiarem apenas neles, isso contribuía para uni-los ainda mais, estreitar os laços de reciprocidade e manter a comunidade fechada. Posteriormente, o contato destes amigos e parentes contribuía para os casamentos dentro da própria comunidade e novas relações comerciais de sociedade. Conforme salientado por Judite Evangelho: “a acolhida solidária aos recém-chegados perpetuava-se com atitudes de confiança recíproca patrão-empregado. A profissão se diferenciava por uma mão de obra sem exigências especializadas, mas ligada a laços familiares e sociais de origem.” (2012, p. 92).

Nos anos 1920 a 1940, foi registrada a saída de 5.025 açorianos, sendo 44.5% (2.234) com destino ao Rio de Janeiro e 36.8% (1.851) com destino à São Paulo, fora os açorianos com destino ao Brasil, sem definição de Estado, que somavam 16.5% (833). São Miguel e Terceira somadas contribuem com 90,65% das emigrações, 2.930 (58,31%) oriundos de São Miguel e 1.625 (32,34%) da Terceira. Isto porque tinham o maior contingente populacional e sofriam mais com as crises econômicas do arquipélago.

Três quartos deste contingente emigratório foram registrados na década de 1920. Entre 1931 e 1940 a taxa de emigração declinou, chegando ao mínimo, no ano de 1931, de apenas 30 emigrantes (0,60%). Provavelmente devido à crise causada pela Revolução de 1930 e as mudanças governamentais que

traziam incertezas ao emigrante. Para o Rio de Janeiro, a Ilha Terceira registou o maior número de emigrantes, e para São Paulo, aqueles nascidos em São Miguel. Quanto a profissão, os registros apontam 48,05% de agricultores o que explica a ocupação laboral desta população ao chegar no Brasil (Evangelho, 2012).

A década de 1950 ressurgiu com grande vocação migratória devido ao Salazarismo. Um estudo do fenômeno migratório (Rocha, 2009) aponta que, entre 1966 e 1975, no fim do Governo de Salazar, as saídas chegaram ao ápice, sendo registradas em torno de 10.800 pessoas por ano em um total de 108.000, mesmo que o Brasil não tenha sido o destino mais procurado, já que as leis que barravam os emigrantes nos EUA se modificaram. Segundo Elis Angelo:

Durante o período do Estado Novo, que se iniciou em 1933 – e por isso é relevante para a compreensão de parte das saídas das ilhas açorianas -, surgiram algumas questões que se tornaram definitivas para a tomada de decisão dos sujeitos que almejavam melhores condições de vida. Nos depoimentos e nas pesquisas efetuadas os elementos que aparecem com mais frequência como aquelas que concorrem para a emigração no decorrer dos anos 1950, são a ausência de emprego, fundamentando a questão econômica, e a fuga de possíveis alistamentos para atuar na África, onde as colônias estavam constantemente em conflito com Portugal. No entanto, eram principalmente os problemas financeiros que impossibilitavam a permanência no país. (2015, p. 35-36)

Elis Angelo explica também em sua obra o quanto a fuga das Guerras coloniais no final do Governo de Salazar foi determinante para o aumento da emigração, e que a escolha pelo Brasil, especificamente para Rio e São Paulo, estava ligada às redes de reciprocidade já estabelecidas aqui:

Praticamente todos os entrevistados emigraram para fugir da ‘guerra’ – alguns para salvar seus filhos, outros para se esquivarem da obrigatoriedade de servir ao exército. Buscavam junto a amigos e parentes trabalho, casa e melhores oportunidades. (...) O Brasil era a melhor saída, haja vista que muitos açorianos já se encontravam no país e mandavam notícias de possibilidades de emprego e de um cotidiano sem tantas adversidades, como pobreza, falta de infraestrutura, calamidades, terremotos, entre outras. (2015, p. 89-90).

Após o fim do Governo de Salazar, diminuíram drasticamente os registros da imigração para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Este fenômeno pode ser explicado pelas melhores condições de vida no próprio arquipélago, geradas pelas inovações tecnológicas que previnem as catástrofes naturais, pela Autonomia Política e Administrativa diante do Governo Central de Portugal e devido aos outros locais, como a América do Norte, voltarem a ser mais atrativos do que o Brasil.

Inserção social e econômica dos açorianos no Rio de Janeiro

A emigração atingiu todas as ilhas dos Açores e é raro ter alguma família no arquipélago que não tenha um parente emigrado. Entre as décadas de 1920 e 1970, dos açorianos emigrados para o Rio de Janeiro, a maioria foi de terceirenses. Para a maior parte deles, a cidade do Rio representou estabilidade financeira e prosperidade oriunda do trabalho manual, a ponto de criar uma nova classe média nos Açores, por meio das remessas de dólares enviadas às famílias ou formada pelos próprios açorianos que regressaram, gerando uma economia solidária em relação aos parentes desfavorecidos e incentivando a emigração de outros que os viam como exemplo.

O Rio estava em constante expansão e atraiu os emigrantes portugueses por ser o principal porto (entrada e saída de produtos e capitais devido a recuperação do café), na cidade estavam as primeiras fábricas (principalmente tecidos) que geravam emprego na indústria e o crescimento da cidade aumentava a demanda na construção civil. Neste início da República, os portugueses passam a dominar setores da economia tais como: transporte (carroças), setores de serviços financeiros, pequenas indústrias, abastecimento das cidades (hortas e vacarias) e principalmente comércio.

Wagner Chagas Mendes (1998) fez um levantamento do pequeno comércio varejista (açougues, padarias, secos e molhados, peixarias, restaurantes, casas de pasto, botequins, armarinhos e fazendas) e constatou que 60,6% pertenciam aos portugueses. Estes chegavam a dominar quase 50% dos estabelecimentos comerciais do centro do Rio. Portugueses e descendentes eram mais da metade da população carioca. Os açorianos estavam inseridos nesse contexto com

predominância nas Vacarias, do início da década de 1900 até 1937, ano de sua decadência.

Entre as décadas de 1900 e 1930, na cidade do Rio, a atuação profissional destes ilhéus de maioria terceirense, estava ligada portanto à produção de leite em estábulos, distribuídos por toda a cidade, principalmente nas regiões Central e Zona Norte, demonstrando a continuidade das ocupações laborais exercidas nos Açores, já que a Ilha Terceira era a maior produtora de leite do arquipélago. Na maioria dos casos, os ilhéus chegavam sem capital para investir e passam anos trabalhando para outros açorianos abastados, acumulando tudo que podiam até abrir seu próprio negócio.

A importância desta inserção econômica era notória. Eram os açorianos que abasteciam os lares cariocas de leite, distribuídos de porta em porta. Sua ocupação acabou por contribuir para características geográficas que diversos bairros cariocas adquiriram. Os ilhéus, inicialmente moravam “de favor” nos lares de amigos e parentes até adquirirem condições de ter sua própria moradia. Os laços de reciprocidade e solidariedade estabelecidos entre eles faziam com que escolhessem locais próximos de seus conterrâneos, tanto para residir quanto para exercer sua ocupação comercial. Acabavam por deixar marcas culturais nos locais escolhidos. Portanto, a paisagem dos bairros do Rio de Janeiro também era definida pelas ocupação dos açorianos.

Em sua obra, Judite Evangelho (2012) faz um levantamento sobre esta ocupação comercial. Segundo a autora haviam 352 estábulos na Cidade do Rio em 1903. Em 1907, o número de vacas chegava a 3.045. Os estábulos apresentavam mão de obra familiar. Entretanto, em sua maioria, contavam também com quatro a cinco funcionários contratados (geralmente conterrâneos e, em alguns casos, brasileiros). Cada estábulo detinha cerca de cinco a sete vacas no início da década de 1920. Com o sucesso do empreendimento, chegaram a possuir entre 20 e 40 vacas.

Preparava-se a alimentação (basicamente capim) e forragem para o gado. Ordenhava-se bem cedo. Depois, limpava-se o estábulo, enchiam-se os tonéis e partiam para a distribuição do leite nas redondezas. O transporte era feito em carroças, bicicletas ou até a pé, assim como era feito nos Açores. Em alguns casos, levava-se a própria vaca com seu filhote ao lado para retirar o leite na hora. Muitos estábulos mantinham em anexo açougues ou armarinhos.

Geograficamente, ocupavam o espaço dos bairros da Tijuca, Maracanã, Santa Tereza, Catete e Estácio.

Para o infortúnio dos açorianos, a relativa prosperidade durou pouco. Durante o governo Vargas, a paisagem e as estruturas da cidade mudaram, seguindo as novas diretrizes políticas sanitárias e urbanísticas. A preocupação com a saúde pública culminava em pesadas multas a quem descumprisse as novas normas. O fim das vacarias estava próximo. Desde 1904, quando foi decretada a remoção dos excrementos de gado em vias públicas e a extinção dos capinzais em áreas urbanas, a produção de leite e a circulação das vacas já se tornara dificultosa, entretanto a fiscalização não era tão rigorosa quanto veio a se tornar. Nos finais da década de 1930, a abertura de novas ruas e avenidas contribuíram para o fechamento dos antigos estábulos que estavam pelo caminho traçado por conta das reformas modernizadoras. Passar com as vacas por estas novas ruas já não era possível.

A concorrência também se tornou desleal. Crescia a produção industrial leiteira em Minas Gerais que distribuía seu leite por meio de ferrovias com vagões refrigerados e investiam em tecnologia de conservação e distribuição da mercadoria. Todas as etapas da produção e distribuição deste leite seguiam as normas do Governo, enquanto os açorianos lutavam com a ajuda de seus sindicatos para adequar sua produção aos novos tempo. Outro fator importante foi o aumento da vigilância promovida pela saúde pública. Muitos açorianos tiveram suas vacas confiscadas com suspeita de estarem com tuberculose. Era comum dizer que esta doença poderia ser transmitida pelo leite aos seres humanos. Após apreendidas pelos agentes de saúde, muitas vacas não retornavam aos seus donos. Não havia a confirmação se estavam doentes ou não, e o governo não pagava nenhuma indenização pelas propriedades confiscadas, mesmo que os açorianos batalhassem por isso intermediados pelo sindicato responsável. Havia também a suspeita dos açorianos misturarem água ao leite para aumentar seus lucros, contribuindo para o clima de desconfiança que diminuía a clientela.

Todas estas medidas foram diminuindo o capital financeiro dos açorianos no Rio de Janeiro e os novos decretos forçavam os ilhéus que pretendiam continuar no ramo das vacarias a se afastar dos centros urbanos e migrar para outras regiões, como Campo Grande, Realengo e Jacarepaguá.

Todavia, com a “derrota” dos estábulos, a maioria dos açorianos migrou para botequins, restaurantes, agricultura, frigoríficos e outros, mudando de ramo comercial, com destaque para os açougues (“talhos”). Não existe uma comprovação, mas tudo indica que a mudança para o comércio de carnes foi natural. Já havia açougues nos anexos de suas propriedades, era uma prática conjunta. Também havia uma rede de contatos com aqueles que trabalhavam com os talhos. Foi uma alternativa para não deixar a cidade.

Com o passar dos anos, o açoriano começou a dominar o mercado de açougues e as redes de reciprocidade ou de apoio fizeram com que emigrantes perpetuassem esta prática. Isto porque, o açoriano, em sua maioria, tinha pouco estudo e qualificação, e acabava por ocupar cargos em que seu sustento dependesse da força motriz de seu próprio esforço físico.

A história oral contribui para corroborar, exemplificar e/ou enriquecer narrativas históricas, ou até para colaborar com a construção de teorias e conceitos. Neste artigo utilizaremos duas entrevistas com açorianos, que emigraram em momentos distintos, oriundos da Ilha Terceira, convergindo com as hipóteses levantadas. A primeira delas foi realizada no dia 19 de outubro de 2018, com o Sr. João Vaz Teixeira, emigrado na década de 1950, quando os açougues começavam a assumir o lugar preponderante no sustento da comunidade açoriana; e a segunda com o Sr. Manuel Gonçalves Borba, realizada no dia 10 de novembro de 2018, que chegou ao Rio de Janeiro na década de 1960, época próspera, que consolidou a primazia açoriana neste tipo de comércio. A seguir, destacamos aspectos relevantes da entrevista do Sr. João Vaz:

Eu vim sozinho em 1956. Pensava: “vou ficar 5 ou 6 anos no Brasil, arrumar um dinheiro e voltar pra resolver minha vida. Escolhi o Brasil porque para a América eles não aceitavam. Não foi tanto por causa de amigos ou família, e sim porque queria “arrumar minha vida”.

Então escrevi uma carta para meu primo Antônio, filho de irmãos do meu pai. Mas, quem ficou responsável por mim foi o pai dele, o meu tio Francisco Anicete. Cheguei e já fui logo trabalhar no açougue dele na rua Grão Pará, no Lins de Vasconcelos. A gente vinha da ilha pra trabalhar, quem chamava a gente tinha açougue então era pra lá que a gente ia. Até tinha outras coisas, se a gente procurasse, mas já queríamos “ganhar a vida”, então, já começávamos no açougue.

A casa trabalhava bem. Mas eles não percebiam os erros. Teve uma vez que eles limpavam a carne e cobraram 28 cruzeiros e 50, eu cobreí 29 e ele achou ruim. Eu falei que, se ele pesasse antes, ia ter 100 gramas a mais. Ele teimou comigo e eu falei pra ele arrumar outro funcionário porque eu ia “arrumar a minha vida” e fui embora. Eu não queria passar por ladrão sem ser. Ai ele disse: “Tu aqui não vais ganhar dinheiro nunca!”

Eu fiz apenas o primário quando estava servindo a tropa no Exército, com 21 anos e nunca tinha sido comerciantes antes de vir para o Brasil. Não gosto muito de ler, mas contas era comigo. Em menos de dois anos eu já comprei a sociedade de um açougue. Cheguei a ter sociedade em 11 ou 12 açougues ao mesmo tempo. Está bom para quem não ia ganhar dinheiro né?! Quando fui casar lá na Ilha Terceira, levei 18 mil dólares dentro de um baú, naquele tempo isso era muito dinheiro, para casar e ajudar a família e ainda trouxe dinheiro de volta. Quando vim para o Brasil queria ficar pouco tempo, mas aqui era tão bom, tão bom que casei, trouxe minha mulher e quis fazer minha vida aqui.

Vale ressaltar que a fala do Sr. João Vaz corrobora com os motivos da escolha pelo Rio de Janeiro. Para ele, a saída da ilha era necessária para alcançar uma melhor qualidade de vida. De início, os açorianos almejavam enriquecer e retornar, mas o sucesso no Brasil os fez querer ficar. As leis anti-imigração Norte Americanas e as guerras coloniais na África contribuíam para o deslocamento dos emigrantes para o Brasil. Ressaltamos também a trajetória das remessas de dinheiro dos emigrantes que ajudavam a sustentar o arquipélago.

Abaixo, constam outros pontos importantes destacados na fala do Sr. Manuel Borba:

Na Ilha Terceira eu trabalhava na lavoura, estudava de noite, aí quando foi no tempo da guerra do Salazar resolvi vir para o Brasil. Não era para eu ir para o Brasil, eu via meus amigos embarcando e dizia que eu nunca sairia da ilha. Mas acabei indo por conta da guerra. Meus pais não queriam assinar porque eu era de menor. Aí eu perguntei a minha mãe: “A senhora quer que eu vá para guerra ou para o Brasil? Ela respondeu que preferia qualquer coisa menos a guerra e correu com tudo para que eu viesse para o Brasil.

Em 1961, meu irmão José fez a minha carta de chamada. Eu tinha 16 anos, e o processo não demorou nada, dei sorte, em três dias chegou a carta, aí eu cheguei dia 07 de novembro de 1961.

Trabalhei com meu irmão, de empregado, por quase 7 anos. Depois comecei a namorar minha esposa Lourdes. O irmão dela, o tio Luís, estava querendo parar de trabalhar e resolveu me chamar para vir para o açougue dele. Aí eu respondi: pô! Como é que vou comprar sua parte no açougue se eu não tenho dinheiro? Aí ele respondeu: “não se preocupe, não é minha única fonte de renda (ele tinha uns imóveis já que rendiam uns aluguéis), você vira meu sócio, vai me pagando

por mês um pouquinho, sem juros até que pague tudo e acertamos o negócio”. Aí eu fiquei com a metade do açougue e estive lá quase 49 anos, na mesma casa sempre, na Haddock Lobo, na Tijuca, e também comecei a investir em imóveis com o dinheirinho que ia juntando, no Brasil e também nos Açores, na minha terra! E não uma casa qualquer, comprei a casa que era dos meus pais! Reformei e aumentei! E esta foi a minha vida, toda vez que sobrava um pouquinho eu comprava um imóvel, e foi assim devagarinho até eu chegar lá. Dava até pra ficar uns meses na Ilha sem me preocupar muito, deixa o meu sócio e os empregados tomando conta enquanto eu ia com a família de férias. Voltei 14 vezes a ilha, sempre que podia eu ia.

Quando cheguei aqui, fui trabalhar em açougue. Encontrava os açorianos, mas poucas vezes, na década de 1960 a gente trabalhava sem parar, e estava cada um em um canto da cidade, Leblon, Tijuca, Zona Sul, Zona Norte, Centro. A gente se encontrava pouco, só Domingo de tarde, na nossa única folga na semana, porque trabalhávamos todo dia, até no domingo de manhã.

Nesta entrevistas, podemos constatar que os motivos da saída dos Açores não são tanto o desejo de prosperidade econômica e sim a fuga das guerras do Governo de Salazar. Podemos observar também que os açougues eram uma escolha natural. Seguiam o caminho dos emigrantes anteriores. Mesmo com a baixa escolaridade, o almejado enriquecimento era não só esperado como possível e, via de regra, conseqüente, caso houvesse o empenho necessário. O comércio era próspero a ponto de poderem investir o excedente dos lucros e retornar à sua terra para passear.

Fica notória também a importância das redes de apoio local, fortalecidas pelas Cartas de Chamada, que possibilitavam moradia e sustento ao emigrante, geralmente encaminhados diretamente aos açougues como garantia de emprego com grandes possibilidades de prosperar, como afirma Judite Evangelho (2012):

Eles formavam um clã profissional que recrutava quase sempre funcionários dos Açores, a grande maioria terceiristas, principalmente para cargos de maior responsabilidade e confiança, como gerentes, sócios, caixas. Em várias ocasiões os imigrantes evoluíram rapidamente de simples empregados a sócios-proprietários ou então funcionários com percentagens nos lucros líquidos. (p. 92)

O Brasil enfrentou, no final da década de 1980 e no início da década de 1990, um cenário de crise econômica e inflação descontrolada. Em seguida, a reforma econômica ocasionada pela implementação do Plano Real, em 1994,

responsável pela interrupção desta inflação galopante da moeda Cruzeiro, estabilizou a economia e desvalorizou o dólar. Muitos açorianos trocavam suas economias por dólares para viajar ou como investimento. Em consequência de tais acontecimentos, todo o comércio ressentiu-se drasticamente, os açougues também foram diretamente atingidos. O declínio desta atividade econômica acompanhou as décadas de crise brasileira. Além dos fatos relatados, nesta mesma época, acirrou-se a forte concorrência dos hipermercados, autorizados a vender carne por um preço consideravelmente menor. Estes fatores fizeram com que o nicho comercial açoriano no Rio de Janeiro entrasse em franco declínio até atingir a falência.

Novos estudos estão sendo realizados para comprovar o surgimento, a evolução e a desvalorização deste setor produtivo majoritariamente açoriano. Em teoria, a ocupação comercial dos “talhos” ou açougues por parte dos ilhéus iniciou logo após a falência das vacarias, no fim da década de 1930, evoluiu nas décadas de 1940 e 1950, perdurou e prosperou entre as décadas de 1960 e 1970 e declinou do fim da década de 1980 até os anos 2000, quando praticamente deixaram de existir.

Este comércio tradicional, que unia os açorianos, entrou em decadência. As novas gerações foram incentivadas pelos seus pais a ter ensino superior e a se tornar professores, funcionários públicos, atores sociais em diversificados setores produtivos, até atingir o patamar atual de sincretismo cultural e econômico com a população carioca, abrindo a comunidade e não mais ocupando um lugar comercial específico.

Considerações finais

Os açorianos que vieram para o Rio de Janeiro, migraram devido às dificuldades econômicas, calamidades geoclimáticas e fuga das guerras coloniais durante o governo de Salazar. Escolheram seu destino orientados pela proximidade linguística, acordos bilaterais entre os países envolvidos e redes de apoio local que os acolheram, oferecendo abrigo, trabalho e amparo de amigos e familiares.

Os locais receptores dos imigrantes têm características próprias que vão moldar o constructo destas comunidades. De maneira geral, o açoriano que

vem para o Rio de Janeiro é oriundo da Ilha Terceira, produtora de gado e laticínios. Mantém, portanto, no local de destino, as atividades produtivas de sua ilha, focando na produção e comercialização do leite, permanecendo, assim, ligado ao meio rural. Retiravam da produção leiteira, inserida no coração da cidade, o seu sustento, tornando-se responsáveis por abastecer os lares cariocas com esta mercadoria. Posteriormente dominaram o mercado de açougues e, por meio do contato social que setor comercial proporciona, espalharam hábitos, costumes e tradições que perpetuam até os dias atuais.

Entretanto, o impacto das políticas públicas sanitárias do governo Vargas forçou os açorianos do Rio a saírem dos estábulos e migrar para os açougues. Comércio este que também teve sua falência decretada na década de 1990, devido à forte concorrência dos hipermercados e às crises e modificações econômicas dos governos brasileiros.

Estas mudanças moldam a comunidade açoriana a ponto de ocorrer sincretismo cultural com os cariocas, já que agora precisam se relacionar economicamente e socialmente, adaptando-se muito mais à burocracia estatal e às crises financeiras para sobreviver e prosperar. Seus descendentes não mantiveram as características de isolamento de seus antepassados, misturando-se a sociedade local.

A comunidade açoriana era extremamente fechada. Por essa razão a manutenção de vínculos sociais ou comerciais restringia-se ao âmbito interno. Poucos registros da presença açoriana são encontrados. Entretanto, em futuras pesquisas, aproveitar-nos-emos destes laços de solidariedade com seus pares para buscar fontes que corroborem com a continuidade dos estudos a respeito desses imigrantes, por exemplo, em escritórios de contabilidade gerenciados e ligados à comunidade açoriana no Rio de Janeiro. A busca de dados estatísticos sobre a presença açoriana nas vacarias e no varejo de carnes ao longo do século XX, também será feita no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, na Junta Comercial do Rio de Janeiro e nas Delegacias Fiscais da Prefeitura do Rio, que contém dados de registros de casas comerciais. Também serão consultados os bancos de dados de sócios da Casa dos Açores do Rio de Janeiro e a lista de doadores das Irmandades Particulares do Divino Espírito Santo, espalhadas pela cidade, que podem confirmar a existência, a abonação e o desaparecimento deste tipo de comércio.

Ressalta-se, ainda que, desde a década de 1980, a economia dos Açores vem crescendo e oferecendo condições para que seus habitantes parem de emigrar. Dentre essas condições destacam-se: as reformas ocasionadas pela reconstrução de parte da Ilha Terceira, após o grande terremoto de 1980; a entrada de Portugal na União Europeia e a consequente injeção de capital financeiro; as inovações tecnológicas e, principalmente, o fato do arquipélago ter se tornado autônomo em 1977, garantindo controle sobre suas leis, impostos e políticas públicas, oferecendo, portanto, uma melhor condição de vida e emprego aos açorianos.

Estes são fatores explicativos para o enfraquecimento das comunidades açorianas no mundo, pois não há mais imigração em grande escala e, os que emigraram já estão envelhecendo e morrendo. Hoje acontece um contra fluxo, os descendentes de açorianos buscam o arquipélago devido as melhores condições de vida oferecidas nas ilhas.

Admitindo o legado deixado pela comunidade açoriana, as marcas na memória de seus descendentes, na vida econômica e social da cidade que os acolheu, é necessário produzir e registrar a trajetória destes emigrantes, por meio de sua ocupação comercial, em solo carioca. Esperamos, assim, em estudos futuros, contar um pouco mais da evolução histórica da cidade do Rio de Janeiro por meio do olhar, das marcas e das contribuições deixadas pelos imigrantes açorianos.

Referências:

- ANGELO, Elis Regina Barbosa. *Trajetórias dos Imigrantes Açorianos em São Paulo: Processos de Formação, Transformação e as Resignificações Culturais*. Jundiaí, Paco Editorial, 2015.
- CARLEIAL, Adelita. *Redes sociais entre imigrantes*, 2004.
- CROCI, Frederico. *O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil*. Locus. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. Vol. 14, n. 2, 2008.
- ENES, Carlos. *A Economia Açoriana Entre as Duas Grandes Guerras Mundiais*. Lisbon: Salamandra, 1994.

- EVANGELHO, Judite T. *Os Açorianos no Rio de Janeiro, 1860 – 2000*, Letra Capital, 2012.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. *Repensando a História Comparada da América Latina*. Revista de História, 153, p. 11-33. (2, 2005).
- PACHECO, Alisalda. *Terra Lavrada de Trigo. Nova Gráfica – Lda*. Ponta Delgada, 2016.
- PIRES, António M.B. Machado. *Congresso dos Emigrantes Açorianos*, Angra do heroísmo, 1978.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. *A emigração nos Açores nos séculos XIX e xx - a necessidade, a solução, a valorização*. Disponível em: Acesso em: 12 jun. 2018.
- RUANO-BORBALAN, Jean-Claude. *La construction de L'identité*. In: *Identité(s): L'individu, Le groupe, La société*. Coordinné par HALPERN, Catherine et RUANO-BORBALAN, Jean-Claude. Éditions Sciences Humaines. 2004.
- TORRES, Antônio. *As razoes da inconfidência, obra histórica enriquecida de muytas e variadas notas*. Rio de Janeiro: A. J. Castilho, 3ª ed., p. LXXI e LXXII. 1925.
- SERPA, Caetano Valadão. *A Gente dos Açores, Identificação – Emigração e Religiosidade – Séculos XVI – XX*, Lisboa, 1978.

UM OLHAR SOBRE A PRESENÇA DA DIÁSPORA BASCA EM SÃO PAULO. A CHEGADA DE NOVOS IMIGRANTES

Dolores Martin Rodriguez Corner

LEER-USP e LABIMI-UERJ

Introdução

Embora o processo imigratório dirigido ao Brasil apresentasse um grupo diminuto de imigrantes bascos, se comparados aos demais espanhóis de outras regiões, com contingentes mais expressivos, eles se destacam por suas particularidades e cultura, incluindo-se idioma próprio o *euskera*, remanescente do período pré-neolítico. Os espanhóis eram considerados os mais pobres entre os demais europeus. No entanto, as pessoas que provinham do País Basco eram distinguidas por possuírem melhor escolaridade, além de convicções, posicionamento político, idioma próprio e cultura milenar contrastando com os demais.

A diáspora se formou e encaminhou-se em busca de um lugar de paz. Os destinos favoritos eram os Estados Unidos, e na América do Sul a Argentina, Chile, Uruguai e Brasil, preferencialmente os estados do sul ou a cidade de São Paulo que vivia um bom momento com a indústria automobilística necessitando de mão de obra. Este fato atraiu alguns bascos que reemigraram de países da América do Sul.

Passados os anos desde a chegada, os bascos ainda mantêm seus costumes enraizados, o uso do *euskera* idioma que os identifica e os une. Isto se deve em parte, ao papel desenvolvido pelo associativismo na cidade de acolhida, fator importantíssimo na construção e reconstrução de sua cultura, em festas e eventos.

Centro Basco Eusko Alkartasuna

Neste contexto multicultural, após passarem por um período de adaptação, os bascos sentiram a necessidade de obter um território próprio, um espaço para convivência e lazer, um local que lhes recordasse a “casa” deixada, e permitisse recriar sua cultura.

Surgiu assim, o Centro Basco Eusko Alkartasuna que os acolheu auxiliando na adaptação e permanência, e que está comemorando este ano sessenta anos da sua fundação com muitas atividades e festividades, somente possível com o esforço de todos para adquirir a sede própria, narrada por José Antonio Alava em entrevista (2017)

As primeiras reuniões dos bascos eram feitas em casa de amigos, principalmente de Ignacio Beotegui, em Congonhas e depois passaram a reunir-se às margens das represas de Guarapiranga e Billings. Posteriormente, adquiriram a atual sede de *Gernika Kutun*, onde foi construída uma piscina, depósito de água, *frontón*, churrasqueira etc. Ali se reuniam todas as semanas para conversar, jogar futebol ou mesmo, merendar o assar carnes, etc.

Alguns dos fundadores do Centro Basco Eusko Alkartasuna, conforme informações oferecidas pela diretoria: José Elzaguire, Luis Izquierdo, José Antonio Vergareche y su esposa Victoria Maitre Jean, José Ramon Zubizarreta Oteiza, Tolosa, Ricardo Matesanz Aranburu, Gloria Madariaga San Sebastián, Miguel Celaya Zubizarreta y su esposa Milagros Vazquez, José Ramón Urraza Ugarriza, Paben Garaizabal Insasti, J. Alberti, Azurmendi, J. Goialde, G. Jaio, López Zarate, B. Rekalde, J. Ezkiogo, J. Fernandez, A. Artigas, J. Arresegor, Vicente Moreno y Crucita su esposa, Ignacio Beotegi Inza y Maria Cruz Corres Perez de San Pedro su esposa, Victor Salazar, Vicente Murua Etxeberria y su esposa Maria Dolores Iñarra Orcaizaguire, Pedro Jayo Bernedo y su esposa Madalena Pita Jayo, José Maria Sanz Navarro y su esposa Ermenegilda Velasco Matute, Dora Lucia Alberdi, Rafael San José Rodriguez, Elias Etchegoyen Tabar, Angel Orue Pagazaurtundua, José Antonio Trazabares Artigas, Luis Maiztegui Arando, Jesus Alberdi Eguren, José Fernandez, José Ezquioga Irurvano, Domingo Argote Arteaga, José Xavier Arresegor Gorriaran, Francisco Alaba, José Antonio Alaba, Luis Maria Etchegoyen Roitegui, Jorge Beitia Sepulvida, Amable Martinez-Conde y

Elustondo, Domini Peinado y Agapito, Antonio Vale Ojeda, Evaristo Martin Sanz, Juan José Lizaso Oronoz, Pedro Jayo Bernedo, Jesus Aguirrebeitia Mendibe y su esposa Maria Carmen Arenaza Aranburu, Juan José Arrue Uriaga, Victor Lascurain Ariznabarrena y su esposa Angeles Arizaga.

Muitos destes sócios fundadores já faleceram pelo passar do tempo. Segundo informação recente (2018) apenas dois deles ainda vivem, mas não frequentam o Centro Basco pela idade avançada. São eles; a senhora Maria Carmen Arenaza, chamada carinhosamente de Carminha e o senhor Amable Martinez-Conde y Elustondo. Com o passar dos anos, muitos bascos de nascimento incluindo os da parte francesa passaram a frequentar o Centro Basco que conta atualmente com 174 sócios.

No entanto, é notório o cuidado que os sócios dedicam a suas origens, preservando seus costumes, sua vestimenta e características desde a compra do terreno que demonstra a força da união dos bascos. Elias, sócio fundador, permaneceu por muitos anos como secretario do Centro Basco Eusko Alkartasuna e conserva em suas memorias toda a luta que travaram os pioneiros para comprar o terreno para construção do mesmo:

Criamos o Centro Basco como uma arma para poder sobreviver numa cidade onde não conhecíamos ninguém. Unindo as forças de sessenta e cinco bascos, nativos do País Basco, compramos a chácara de uns alemães. Éramos todos recém-chegados, trabalhando para o sustento de nós mesmos, juntamos o dinheiro entre nós para comprar a chácara. Um dos sócios colocou de seu bolso o dinheiro que faltava, uns 300 mil reais... Pena que não temos mais tempo e eu já não tenho aquela eloquência que tinha antes.

As casas construídas no País Basco têm estilo único são imensas, preparadas para abrigar todos os membros da família, consideradas o centro de tudo, com um significado especial para eles e por este motivo permanecem no imaginário dos imigrantes. Neste sentido, atendendo a esta ausência sentida, construíram uma casa nos mesmos moldes daquela que ficou em suas memórias, a qual se tornou um elemento agregador, despertando um afeto natural, por representar mais que tudo as suas raízes e servindo como lugar de chegada: “... ela, a casa, representava na viagem circunvalar Brasil-País Basco-Brasil que existiu e existe uma estação ou apeadeiro: a *Euskal Etxea*”. (UGARTETXEA ARRIETA, 2004, p.34)

Nesse sentido, a Casa Basca¹ passou a ser *a casa*, o território que promovia a união dos membros e descendentes e oferecia oportunidades de encontros e convivência, além de manter a memória e a identidade em outro país. Ela aliviava as enormes distâncias que costumam transcender o tempo e o espaço numa espécie de realidade inventada.

Na cidade, cada família de imigrante buscou seus caminhos visando à sobrevivência. Eles contavam com os esperados fins de semana para se reunirem e conversar em seu próprio idioma no Centro Basco. O local escolhido por eles, na época era afastado da cidade à beira da represa de Guarapiranga, um verdadeiro paraíso que permitia o lazer e o descanso. Assim sendo, o Centro Basco de São Paulo representava um oásis em meio à turbulência da cidade e das incertezas próprias do afastamento da terra, dos amigos e familiares, oferecendo apoio e ajuda mútua, permitindo as conversas entre eles, bem como notícias do país de origem, o que amenizava a distância que os separava da terra.

Embora os bascos estivessem em pequeno número, o Centro Basco de São Paulo apresenta uma atuação dinâmica e uma agenda² que promove a sociabilidade, o relacionamento e a comunicação entre os membros do grupo, em encontros mensais, festivais de projeção de filmes do País Basco, um coral de músicas entoadas no idioma, aulas de *eukera*, festas e jantares em restaurantes com *chefs* especializados da culinária para revelar os pratos mais emblemáticos e os *pintxos* já popularizados.

Na festa há liberação de tensões como uma “válvula de escape” às intempéries da vida na cidade, além disso, torna-se um repositório imenso de costumes e tradições e faz circular as culturas. Fatos que se refletem nas festas das associações regionais, pois permitem a renovação dos elos sociais e familiares. Quando os costumes e rituais são realizados e perpetuados ao serem passados à geração seguinte, momentos que representam o lazer e o ócio, o não trabalho, o rompimento da rotina, permitindo a sociabilidade e a interação entre as pessoas de mesma origem. “A rememoração, além de reforçar os laços entre as pessoas de um grupo, do coletivo, mantém vivos os costumes e tradições, constituindo uma espécie de resistência do grupo.”

¹*Euskal Etxea* - Centro Basco ou Casa de cultura basca.

² Conforme anexo 1

(AMARAL, 2001, p.13) Ela evidencia momentos únicos de sociabilidade e confraternização através da música, da cozinha étnica, da dança incluindo os jogos e a prática do idioma que reforçam o pertencimento e identificação, principalmente em se tratando de grupos de imigrantes.

Os eventos se voltam para a cultura basca, e destacam a música e o canto como traços marcantes da mesma e para manter a memória, os grupos de canto coral oferecem aos descendentes e aos bascos remanescentes a oportunidade e o prazer de falar e cantar no idioma pátrio.

Os cuidados e a atenção que os sócios dedicam as suas origens são perceptíveis nos frequentadores do Centro Basco, como José Antonio Alava Ugarte e sua família, esposa e filhos com total empenho procuram manter e divulgar as tradições. A atual secretária do clube, responsável pela documentação e registros de atas Maite Alava disse em entrevista (2018) o que para ela é ser basco: “Ser basca para mim é pertencer a uma etnia única, de Cultura ancestral que mantém sua força e suas raízes através da preservação de costumes, porém sem medo da modernidade, sem se excluir e isolar-se como povo.” Também por meio de entrevista a autora (2017), Pilar Alava assim se expressou:

Tenho orgulho de pertencer a este povo, sendo desafiador manter nossas tradições e levar para o maior número de pessoas, um pouco sobre nossos costumes, língua, gastronomia e folclore. É um desafio constante manter o Centro Basco vivo, tendo em vista as tantas opções de lazer que a cidade de São Paulo nos proporciona.

O que se sobressai no contato com o grupo é sentir o orgulho de ser basco, tanto da geração de imigrantes, como de seus descendentes, que com muita luta conseguiram seu espaço para promover o encontro e o fortalecimento dos costumes e tradições. Bernard Otondo, oriundo do País Basco francês em entrevista (2017) conseguiu resumir em uma frase o orgulho de suas raízes: “Para mim ser basco é pertencer a uma etnia singular com tradições e valores morais fortes.”

Sabe-se que são apreciadores da música e da dança, suas festas são animadas pelo canto perpetuado em suas memórias e a partir delas forjam-se

olhares de vivências e a manutenções dos movimentos de representação da terra deixada.

No Face book do Centro Basco Eusko Alkartasuna de São Paulo encontra-se a descrição feita por Elias Etchegoyen, com sua facilidade de escrita, da organização do Centro Basco foi sonhado:

O sonho de construir uma *Euskal Etxea* no Brasil desembarcou aqui em 1936. Perseguido pela Guerra Civil Espanhola, o jovem José Antonio Vergareche chegava a Uruguaiana disposto a recomeçar a vida. A cidade tinha um significado especial para aquele basco: era ali que tinha nascido e vivido na infância, até que seus pais decidissem voltar à terra natal. Por mais de 20 anos, o Brasil se tornou uma terra distante e esquecida. Os estudos em Navarra, a vida próspera em Bilbao, o casamento com Vitoria Maitre-Jean, tudo apontava para uma vida bem-sucedida no País Basco. Com a chegada da guerra, o Brasil ocupou novamente os pensamentos de Vergareche: era a saída. Mas não foi fácil. Foi preciso passar por muitos portos para chegar ao Brasil. E foi preciso esperar quatro anos para trazer a esposa e o filho que haviam ficado na Espanha. Quando a família voltou a se reunir, Vergareche já vivia em São Paulo, trazido por amigos bascos. Os bons tempos finalmente chegavam. E com eles, a ideia de reunir os bascos que viviam nas vizinhanças. Depois de tanto trabalho, Vergareche fundava o primeiro centro basco do Brasil. Viveu tanto pelo centro que se tornou o nosso *lehendakari* mais duradouro.³

Toda hospitalidade que os bascos dizem haver sido dispensado pelos brasileiros à sua chegada pode ter originado essa reciprocidade garantindo o ingresso de brasileiros, filhos e netos de bascos na sociedade. Em reconhecimento à boa acolhida recebida, os bascos mantiveram em seu estatuto⁴, diferente de outros Centros, a aceitação de pessoas não bascas de nascimento, seja família, filhos, netos ou até mesmo simpatizantes.

O mais interessante é que, enquanto em outros Centros Bascos instalados em diversos países da América, como Chile, Guatemala, Colômbia, Peru e Cuba se destacavam as cláusulas restritivas em seus estatutos, permitindo a inscrição somente aos originários das províncias bascas, no Brasil já no primeiro artigo de seu estatuto se destacava a aceitação do sócio “sem distinção de nacionalidade, religião ou raça.” (CHUECA INTXUSTA, 2008, p.113- 128)

³ Site do Centro Basco “Nossa História, o 1º. Lehendakari de nossa Euskal Etxea.

⁴ Estatuto Centro Basco Eusko Alkartasuna de São Paulo.

Este fato comprova a vontade dos bascos em manter suas raízes culturais no país que com respeito os acolheu, destacando a vontade unificadora e da associação de esforços de pessoas.

Elías Etchegoyen semeou e cuidou em seu jardim durante anos, e quando as árvores cresceram plantou solenemente uma no Centro Basco em 1965.

Ressaltando que a árvore de Guernica⁵ a *Gernikako Arbola* cujas sementes (*bellota del roble*) foram trazida pelos fundadores há mais de sessenta anos, de presença majestosa ainda reluz à entrada do local como símbolo do amor e respeito as suas tradições. Mais recentemente foi plantada outra árvore ao lado da primeira igualmente com sementes oriundas do País. José Antonio Ugarte em entrevista a autora relata a origem da mesma: “Agora já temos um novo broto, como sucessor, plantado no ano passado, 2016; este foi semeado e cuidado durante cinco anos em minha casa com sementes trazidas de *Gernika*, por Simón Aguirre.”

⁵ Apenas recordando, Guernica foi a cidade escolhida como alvo para ser bombardeada pelos alemães por possuir esta árvore sagrada, onde nobres e sábios juravam lealdade as leis bascas. Os experimentos bélicos utilizados pelos alemães sob comando de Hitler, no momento que se preparavam para ações a desenvolver na II Guerra Mundial, imortalizada na obra de Picasso que retratou toda a dor e o sofrimento pelo ato agressivo e imoral que arrasou uma cidade.

Imagem 1: Cerimonia junto a árvore



Fonte: Foto cortesia de Bernard Otondo ao Centro Basco – 9/12/2009

Consideravam um espaço de compartilhar, a seu modo, os acontecimentos da semana e as notícias que chegavam de *Euskal Herria*, ou País Basco. Este espaço sintetizava os sentimentos dos bascos com relação aos encontros e as conversas tão esperadas pelos associados ao sentirem-se no Centro Basco: “Este era o referencial de nossas origens aos quais íamos e voltávamos com frequência em nossas conversas, como querendo atualizar nossa condição de cidadãos bascos em terras brasileiras”. (CHUECA INTXUSTA, 2008, p.113-128) E complementa sua ideia dizendo da satisfação e da necessidade de juntarem-se para criar um espaço que oferecesse legalidade a origem que sempre está presente, do prazer de sentir-se em casa, como em sua própria terra, a sua maneira, desde suas sensibilidades culturais, linguagem e condição particular, com uma enorme percepção do entorno que os circunda, ao mesmo tempo em que os deixa ser de onde são.

No entanto, o ápice desses encontros são os momentos de reverência a um dos seus símbolos mais respeitados e mais representativos aos que deixam a Pátria, é a saudação à árvore, entoam seu hino diante dela, que representa a Democracia e o Parlamento mais antigo da Europa, bem como uma promessa de respeito às leis bascas, sendo o símbolo da liberdade, num cerimonial realizado nos Centros Bascos distribuídos pelo mundo.

Essas marcas reforçam a identidade e a memória daqueles que encontraram terra fértil fora de seu país, bem como os símbolos identitários que não desaparecem, nem mesmo após a saída do país.

Mais recentemente, a 8 de agosto de 2009, foi criada o segundo Centro Basco em Itapevi, a Casa Basco Brasileira ou *Eusko Brasildar Etxea* por Oskar Goitia⁶ devido ao tamanho da cidade, segundo o qual, para atender os moradores de bairros distantes como Alfa Ville, Guarulhos, Arujá e Osasco. Posteriormente transferida para Guarulhos e atualmente, a sede da *Eusko Brasildar Etxea* está situada na zona norte, bairro Tremembé, em um local privilegiado, com uma casa construída no estilo das casas bascas. O imóvel foi alugado pelos filhos de um austríaco que ali residia e vem sendo usada como uma representação da casa basca na cidade.

Seu presidente ministra aulas de *euskera* para formar *euskadum*, ou seja, pessoas que dominam esse idioma milenar na Sociedade Hispano-Brasileira e na Casa Basca presencialmente aos sábados ou por meio eletrônico. Possui uma agenda gastronômica que privilegia não só os pratos bascos, como *marmitako*, mas a *paella* espanhola e os pratos brasileiros como a tradicional feijoada ou vaca atolada.

⁶ Oskar Goitia foi associado ao Centro Basco de São Paulo, por dez anos, inclusive apresentou-se como seu representante no Congresso Mundial de 2007 em Bilbao.

Considerações finais

Conhecer um pouco da cultura do País Basco, de sua origem ainda não esclarecida, do *euskera* idioma usado até o dia de hoje pelos bascos, originado no período Neanderthal, um desafio a quem deseja estudá-lo, de sua história tão complexa contribuiu para desvendar um pouco desta diáspora. Num país tão diversificado em suas regiões, destaca-se o orgulho do pertencimento, bem como por manter suas tradições mesmo distantes.

Há muito que compreender a respeito da história dos bascos, pois este trabalho apenas pontuou alguns aspectos, se faz necessário aprofundar os estudos sobre essa região e sua história, por parte de pesquisadores da cultura.

Os bascos se fortaleceram, permaneceram unidos sob a proteção do Centro Basco Eusko Alkartasuna de São Paulo formado em 1958, época da chegada de vários imigrantes a São Paulo. Num esforço conjunto foi realizada a compra de um lugar aprazível, à beira da Represa Billings que permitia passeios de barco, bem como a construção de um *frontón* para a prática da pelota basca. Mas, sem dúvida o principal, a casa basca, reprodução fiel, construída nos moldes daquelas deixadas em seu país de origem era utilizada em encontros de fins de semana, onde podiam confraternizar em seu idioma e saber notícias da terra deixada. Um lugar no meio de uma cidade que se transformava em metrópole, para encontros e lazer.

Ali o reencontro era possível, as horas passavam muito rápido nos piqueniques onde compartilhavam seus pratos caseiros, e as amizades se consolidavam proporcionando aos filhos interagir com a cultura de seus pais. As histórias de vida são muitas e relatam a travessia desse povo a outra realidade, diferente do seu “habitat” natural.

O Centro Basco Eusko Alkartasuna de São Paulo é o mais antigo formado no Brasil, em 1958 completando sessenta anos de missão cumprida no acolhimento aos bascos do período pós-guerra e na plena divulgação da cultura basca na cidade. Sua presença amenizou as dificuldades passadas pela diáspora em São Paulo, uma vez que alimentava os costumes, a união tornando-se a distância e as ausências menos intensas.

Quantos obstáculos, medos, incertezas e perigos os bascos tiveram de vencer. Alguns retornaram, outros permaneceram no Brasil, tendo voltado

apenas para rever sua terra, uma vez que formaram famílias, filhos, netos, vida profissional muitas vezes bem-sucedidas, outras não, mas que marcaram suas vidas para sempre. Se a mudança radical de suas vidas foi por fado ou destino, isto nunca saberão.

Referências

- AMARAL, Rita. *Festa à Brasileira: Sentidos do festejar no país que “não é sério”*. Tese (Doutorado em Antropologia) - FFLCH-USP, São Paulo, 2001.
- CHUECA INTXUSTA. Josu. *El asociacionismo vasco en América*. In: el asociacionismo en la emigración española a América. In: BLANCO-RODRIGUEZ. Editorial UNED. Zamora. p.113- 128. 2008.
- DOUGLASS, William A. *La Vasconia global: ensayos sobre las diásporas vascas*. Vitoria-Gasteiz. Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco. 2003.
- UGARTETXEA ARRIETA. Arantxa. *et. ali. Lectura Pedagógica de la Realidad Vasco-brasileña. Donostia*. Eusko Ikastaria. Livros de Educação. 2004.

Entrevistas realizadas pela autora com sócios do Centro Basco

Bernard Otondo – nascido no País Basco francês

Carlos Alonso – membro do Centro Basco

Elias Etchegoyen – membro fundador e secretário

José Antonio Alava Ugarte – ex-presidente

Pilar Garcia Alava – presidente Centro Basco *Eusko Alkartasuna*

Oskar Goitia – presidente Casa Basco Brasileira ou *Eusko Brasildar Etxea*

Internet

Site do Centro Basco Eusko Alkartasuna. “Nossa história”. Disponível em: 15 nov. 2017.

<https://www.facebook.com> › Places › São Paulo, Brazil › Youth Organization

Anexo 1

Agenda anual do Centro Basco

DATA	ATIVIDADE	LOCAL
	MARTXOA - MARÇO	
24 e 25/03/18	Intensivão de Euskera para Iniciantes	Av. Paulista
	APIRILA - ABRIL	
08/04/18	Festa Aberri Eguna – Dia da Pátria Basca	Centro Basco
26/04/18	81ª Aniversário Bombardeio de Gernika	Redes sociais
	MAIATZA - MAIO	
09/05/18	Euskal Gazteria – Encontro de Jovens	A definir
	EKAINA – JUNHO	
20/06/18	A essência da Cozinha Basca	A definir
	UZTAILA - JULHO	
29/07/18	Festa Santo Inacio de Loyola	Centro Basco
	ABUTZULA – AGOSTO	
De 01/08 a 30/09/18	Concurso de Fotografia – Tema: 60 urte Eusko Alkartasuna de São Paulo	Redes sociais
	IRAILA – SETEMBRO	
16/09/18	Pintxo Eguna – Dia do Pintxo	Centro Basco

A INSERÇÃO DE IMIGRANTES ESPANHÓIS NO RIO DE JANEIRO: BREVES RELATOS DE VIDA.

Miriam Barros Dias da Silva

Mestre em História do Brasil (UNIVERSO)

Introdução

O imigrante é todo indivíduo que deixa o seu país de origem para morar em outro, sabendo previamente ou não, aonde vai trabalhar. Podemos dizer que faz referência a ação de chegar a um país para se estabelecer entre os naturais deste e que deve sempre ser analisado dentro de uma política de imigração. A maioria dos imigrantes espanhóis no Rio de Janeiro eram da região da Galícia. No caso da imigração galega, há uma peculiaridade: a organização familiar camponesa, na qual em seus minifúndios desenvolviam uma agricultura de subsistência capaz de custear os gastos das viagens. Por isso, muitos galegos não dependeram da política das passagens subvencionadas pelo Estado, porque eram baseadas numa imigração espontânea através de laços de parentesco e de cadeias migratórias¹.

Uma cadeia migratória seria o contato pessoal e os favores entre amigos, familiares e compatriotas que estão em sociedades distintas (a emissora e a receptora) por conta da imigração. Ela surge naturalmente, e é muito comum o chefe de uma família partir sozinho da sociedade de origem e depois enviar as informações e os recursos necessários para que a sua família ou até mesmo os amigos cheguem à sociedade de destino (TRUZZI, 2008, p.199). Entende-se que as cadeias migratórias não só facilitavam a imigração com a difusão das informações, o pagamento das passagens e de instalações, como também orientavam e determinavam a inserção profissional do recém-chegado (ALONSO, 1995,p.227).

¹ Em 1960, surge o termo cadeia migratória, definido por Oswaldo Truzzi como migrações em cadeia que surgem como um modo natural de desenvolvimento de um fluxo migratório para aqueles que não são pioneiros, os desbravadores de um novo destino (TRUZZI,2008,p.201).

No caso do governo brasileiro, entre o fim da Era Vargas e o governo de Juscelino Kubitschek, época do desenvolvimento da industrialização no país, a política imigratória assume um caráter mais técnico, quando passa a buscar o imigrante que seja um profissional qualificado para suprir a carência de uma mão de obra especializada. Por isso, o governo passou a fazer parte do Comitê Internacional das Migrações Europeias (CIME), adotando a partir de 1957, um programa para atrair operários estrangeiros- contava com o auxílio do Consulado. A difusão de informações brasileiras sobre a carência de mão de obra técnica atraiu muitos imigrantes para o Brasil, especialmente, no período posterior a Guerra Civil espanhola.

Para compartilhar algumas experiências vivenciadas por imigrantes espanhóis que chegaram ao Rio de Janeiro entre 1940 e 1970, foram realizadas algumas entrevistas com no *Centro Social de Mayores* (CSM) da Casa de Espanha do Rio de Janeiro. Por meio da História Oral, pretende-se identificar nas lembranças individuais os fatos mais repetitivos, buscando uma base comum ou divergente em cada história: as causas para imigrar, o modo de pensar e o de sentir e o período de adaptação. A fonte oral tem como suporte as lembranças que ajudam a reconstruir um passado recente, a partir de pontos de vista diferentes ou opostos sobre o mesmo fato. E esta seria a maior potencialidade deste tipo de fonte; resgatar o indivíduo como sujeito no processo histórico, pois ele experimentou e vivenciou fatos ocorridos no passado.

A Guerra Civil espanhola e a imigração.

A Guerra Civil espanhola (1936-1939) ocorreu durante a expansão das doutrinas totalitárias na Europa. Neste conflito, o general Francisco Franco obteve apoio de grupos que representavam as mais tradicionais instituições da sociedade espanhola, como a Igreja Católica, os latifundiários e o Exército. O general ainda contava com a ajuda externa dos governos alemão e italiano, que a qual foi um dos ingredientes da sua vitória: “ Aviones franquistas llegaron a bombardear con pan blanco algunas ciudades republicanas para demostrar su superioridad nutritiva y desmoralizar la resistencia adversaria” (CORTÁZAR,

1993, p.582). O general Franco manteve-se à frente do poder até o ano de 1973, um período que ficou conhecido na história como “franquismo”.

Alicia Ocampo Fernandez é uma imigrante galega que aos oito anos de idade, ao lado de sua mãe, embarcou em um navio para o Brasil em 25 de fevereiro de 1959. Ela contou que a sua família morava na província de Pontevedra, na Galícia, e que naquela época a vida na roça não era fácil, pois não tinha água encanada e o fogão e o banheiro ficavam do lado de fora da casa. Por causa da Guerra Civil espanhola, a sua família vivenciou um período muito difícil e, para tentar melhorar às condições de vida de seus entes queridos, o seu pai decidiu deixar a Espanha ao lado de alguns amigos. Ele embarcou em uma viagem, cujo destino era o Brasil. Segundo Alicia Ocampo,

Assim que chegou ao Brasil meu pai logo arrumou um emprego. Ele trabalhava muito e sempre se preocupava com a família, e para tentar amenizar o nosso sofrimento, sempre que podia enviava para a Espanha uma ajuda financeira, peças de roupas e alimentos como café e pêssego em caldas.²

Na Espanha, esse foi um período onde houve o racionamento de alimentos e as cadernetas de distribuição de rações mínimas. Quando ainda era pequena, uma outra espanhola Concepción Estevez Vazquez relatou que também vivenciou este período de racionamento durante o franquismo e, em suas palavras:

Eu me lembro, tipo assim, sabe as lembranças que eu tenho era que as coisas eram racionadas. Só dava 1 kg de açúcar. Isso eu me lembro. Eu era pequena. Era 1 kg de açúcar e aquilo tinha que render não sei por quanto tempo. E pão, era tudo racionado. Entendeu? Foi uma época muito triste. Muito triste! Minha mãe tinha que fazer uma tortilla e dividir para cinco filhos. Era um pão e, em casa quando tinha banana era uma festa. Dividiam a banana para dois ou três.³

De acordo com o depoimento de mais uma imigrante, Manuela Lorenzo Losada, em relação ao período do franquismo, as pessoas que não tinham a

² Alicia Ocampo Fernandez em 28/01/2015, concedida à Miriam Barros Dias da Silva e Washington Luiz Pereira no Centro Social de Mayores (CSM) da Casa de Espanha do Rio de Janeiro, para o Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

³ Concepción Estevez Vasquez, concedida em 21/01/2015, à Érica Sarmiento e a Miriam Barros Dias da Silva no CSM para o LABIMI/UERJ.

posse da terra, que não eram da roça, passavam muita fome na Espanha⁴, uma situação que também foi abordada por Concepción Estevez Vazquez.

Infere-se que algumas famílias que moravam na roça e tinham uma área para o plantio, conseguiam viver em condições melhores do que aquelas que nada podiam plantar. O sofrimento da população estimulou em muitos o desejo de ir para outros países, iniciando assim o segundo ciclo imigratório (1940-1970), como ocorreu com a família de Otilia Gonzalez Martinez, de Pontevedra. O seu pai era canteiro, e eles desfrutavam de uma vida estável na Espanha, trabalhava esculpindo estátuas de pedras para os cemitérios e ainda possuía um serviço extra no campo. A sua família chegou a ter uma empregada doméstica. Mas, durante a Guerra Civil espanhola, as dificuldades surgiram e seu pai viajou sozinho para o Brasil. Posteriormente, em 03 de março de 1959, ela embarcou para o Rio de Janeiro onde começou a trabalhar como copeira “francesa”.

Eu lembro de uma vida difícil na época do franquismo, porque meu papai já estava no Brasil. E nós somos do interior, do campo. E tínhamos que trabalhar com a nossa mãe no campo. Então, perdemos muita coisa, por culpa do papai por já está no Brasil. E veio procurar uma situação melhor, porque lá estava uma situação difícil. Por culpa da política que eu não sei nem te explicar e nem quero.⁵

Claramente, nota-se que ela preferiu reprimir as suas lembranças neste momento da entrevista pela forma como as palavras foram ditas e como o assunto foi cortado. A reação de Otilia Gonzalez nos traz uma problemática que é o mal do passado, que em algumas pessoas podem provocar muitos sentimentos ambivalentes e, quando o indivíduo se depara com uma situação que lhe causou sofrimento ou trauma, a vontade de esquecer esta parte de sua história pode gerar o silêncio. De acordo com Claude Olievenstein, durante a entrevista uma análise interna é feita e o entrevistado faz uma seleção em suas lembranças e, a partir daí estabelece o dito e o não-dito. Para o autor,

⁴ Manuela Lorenzo Losada em 04/02/2015, 1ª entrevista concedida à Miriam Barros Dias da Silva no CSM para o LABIMI/UERJ.

⁵ Otilia Gonzalez Martinez, entrevista concedida em 03/06/2015, à Miriam Barros Dias da Silva no CSM da Casa de Espanha do Rio de Janeiro, para o LABIMI/UERJ.

Existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, não-ditos. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento (POLLACK,1898,p.8).

A escolha de Otilia Gonzalez Martinez em não querer falar sobre o franquismo é um exemplo real do que Claude Olievenstein (citado em Pollack) entende por fronteiras que são estabelecidas no mundo das lembranças - onde alguns mecanismos psíquicos bloqueiam acontecimentos do passado que para alguns tornam-se assuntos proibidos .O caso de Otilia Gonzalez não foi o único, porque outra imigrante chamada Rosa Abal de Allo escolheu relatar apenas as suas experiências vividas no Brasil. Esta segunda espanhola explicou que não poderia falar da sua vida na Espanha, porque não teria condições emocionais. E, realmente, foi possível constatar que ela falava a verdade, pois só em mencionar a palavra pai começou a chorar. Então, rapidamente mudamos de assunto, porque a entrevista deveria ser um momento agradável para ambas as partes. O estudo migratório quando utiliza uma fonte de origem pessoal esbarra na questão da memória subjetiva, das experiências vividas e do testemunho oral de alguém que foi protagonista do processo histórico. Mas, devolver a voz a estes protagonistas é, sem dúvida, um requisito para se compreender melhor algumas faces obscuras tanto na individual quanto na coletiva (NÚÑEZ, 2005, p.483).

Para Maria del Carmen Barreiro Barros falar sobre a Guerra Civil e o franquismo não era um problema. Esta imigrante que nasceu em Cortegada da província de Ourense em 10 de fevereiro de 1946, conhece alguns fatos durante o conflito porque foram contados por seu pai, Santos Barreiro (chegou ao Brasil em 1953), um espanhol que trabalhava como guarda civil na Espanha até ser convocado para lutar na Guerra Civil pelo lado do general Franco. Nas palavras de sua filha que chegou ao Brasil em 1962 : “ Ele adorava o Franco. Para ele, o Franco era tudo na vida. O meu pai gostava tanto do Franco, que ele guardou como recordação um binóculo que usou durante toda a Guerra Civil espanhola”.⁶ Após o falecimento de Santos

⁶ Entrevista concedida por Maria del Carmen Barreiro Barros em 08/07/2015, à Miriam Barros Dias da Silva e Washington Luiz Pereira no CSM para o LABIMI/UERJ.

Barreiro em 2011, aos 96 anos de idade, Maria del Carmen Barreiro Barros passou a guardar o binóculo que foi usado pelo seu pai na guerra como um objeto de recordação. Apesar de lamentar a morte de seu pai, ela demonstrou sentir uma grande alegria porque conseguiu conviver ao lado dele durante muitos anos. Já outras famílias, não tiveram a mesma felicidade.

Segundo Concepción Estevez Vasquez, que chegou ao Brasil em 20 de maio de 1946, o seu pai morreu com muito ódio do general Franco, porque o seu irmão mais novo faleceu durante a Guerra Civil:

Só lembro que meu pai morreu odiando o Franco. Meu pai nunca voltou à Espanha. Meu pai morreu com ódio do Franco. Tinha horror” Falasse da Espanha e, tinha ódio do Franco. Morreu com ódio do Franco. Detestava , porque me lembro que ele tinha um irmão mais novo que morreu na época da guerra. Acho que atiraram no barco e, era na época que ele estava no navio e atiraram. E o barco afundou e, morreu o irmão mais novo dele.⁷

O conflito também atingiu a família de Angelo David Torres Garcia. Ele relatou que, durante a Guerra Civil, homens armados foram duas vezes na casa de seu pai e perguntaram sobre o seu tio José, que era comunista e presidente dos sindicatos dos pedreiros. O seu tio fugiu para Vigo e passava todos os dias escondido em um buraco que foi cavado na terra e que era coberto por um pouco de grama. O seu tio José só saía do esconderijo à noite para comer e dormir. Até que um dia, um outro parente que estava doente precisou sair durante o dia para ir ao médico e, tempo depois ao ouvir um barulho o seu tio José saiu do esconderijo, porque queria ter notícias da pessoa que estava enferma. Ele pensou que fossem os seus familiares chegando, entretanto, eram aqueles homens que dias atrás estavam a sua procura. O seu tio foi assassinado aos 36 anos de idade.⁸

Como consequência da Guerra Civil espanhola, muitas famílias perderam os seus entes queridos provocando sentimentos diversos como : a tristeza , o rancor e o ódio – como o pai de Concepción Estevez Vasquez sentia pelo general Franco, que era bem diferente do que sentia o pai de Maria del Carmen Barreiro Barros- além da perda de bens materiais e da redução do

⁷ Concepción Estevez Vasquez, concedida em 21/01/2015, à Érica Sarmiento e a Miriam Barros Dias da Silva no CSM para o LABIMI/UERJ.

⁸ Angelo David Torres Garcia, concedida em 01/04/2015, à Miriam Barros Dias da Silva e Washington Luiz Pereira no CSM para o LABIMI/UERJ.

poder aquisitivo. Para estas famílias, a Espanha apresentava muitos fatores de expulsão, enquanto outros países, como o Brasil, dispunham de elementos de atração.

A inserção sócio -profissional dos imigrantes no Rio de Janeiro.

As redes migratórias apresentam um papel muito importante na vida do imigrante, pois não só o influenciava a imigrar como também o orientava aonde ele iria morar e trabalhar na sociedade receptora. Segundo Érica Sarmiento da Silva, a imigração galega no Rio de Janeiro foi baseada nos laços de parentesco e nas cadeias migratórias. Enquanto aqueles que imigraram primeiro, os chamados pioneiros, definiam o seu espaço social segundo as suas condições financeiras, os imigrantes do segundo ciclo migratório faziam as suas escolhas baseados nas redes migratórias (SILVA, 2011, p.115). Muitos espanhóis recebiam cartas que relatavam as facilidades, as dificuldades, os sucessos e os fracassos daqueles que decidiram viver em uma nova terra e, sobre a influência das cartas Blanca Sánchez Alonso diz que para cada carta de chamada se produzia a saída espontânea de quatro espanhóis (ALONSO, 1995,p228). O conhecimento direto com pessoas que imigraram influenciava outras pessoas a tomarem a mesma decisão, o que caracteriza as cadeias migratórias e a manutenção das redes migratórias.

Nota-se que as cadeias migratórias tiveram um papel determinante na vida sócio-profissional de muitos imigrantes, pois formaram grandes redes sociais que atuavam como facilitadoras na inserção quase que imediata do imigrante no mercado de trabalho da sociedade receptora (FARIAS, 2011, p.166). Mas, o fato de facilitarem o acesso do imigrante ao mercado de trabalho e atender algumas de suas necessidades básicas como oferecer um quarto a um patrício, não quer dizer que este imigrante recém-chegado na sociedade receptora teria uma vida tranquila, pelo contrário, ele teria que trabalhar e economizar boa parte do seu salário para transformar os seus sonhos em realidade.

Entre 1945 e 1962, muitos imigrantes espanhóis que chegaram ao Brasil dedicaram-se ao ramo da hotelaria e no comércio. Na década de 1950, alguns espanhóis que chegaram ao Rio de Janeiro, foram trabalhar em hotéis como porteiros ou camareiras ou, então, como babás ou empregadas domésticas na

residência dos proprietários ou de seus familiares. Foi trabalhando como camareira no Rio de Janeiro, que a portuguesa Maria Estevez Teixeira conheceu o espanhol José Martinez Amado, com o qual se casou. Ele chegou ao Brasil, em 02 de janeiro de 1953, e ficou em uma hospedaria na rua do Lavradio nº 138, porque era um dos lugares mais barato da cidade. E foi neste período que ele trabalhou no comércio e poupou recursos para custear um curso de eletrônica e depois montar a sua própria oficina na rua Figueiredo Magalhães nº 870. José Martinez Amado relatou:

Trabalhei seis anos numa loja e depois montei a minha oficina própria de eletrônica. Fiz curso de eletrônica e outros cursos para se aperfeiçoar e para ter mais prática. Tive pouco contato com espanhol no Brasil. Muito pouco. Porque quando chegamos quase não conhecia espanhol aqui. E havia poucos, aqui eu fui um dos primeiros. E lembro que quando cheguei aqui, não havia muito eletrônica, quase ninguém tinha televisão. Pouca gente tinha televisão! Depois foi crescendo⁹.

Ao dizer que havia poucos espanhóis no Rio de Janeiro, José Martinez Amado estava se referindo a presença deles no ramo de eletrônica. Pois sabe-se que a participação deste grupo étnico no comércio era mais notável em bares, cafés, hotéis, pensões e restaurantes. Este imigrante se especializou no setor e chegou a ter três lojas no Rio de Janeiro, mas continua sendo proprietário de apenas duas, porque a sua primeira loja foi vendida há alguns anos. Atualmente, José Martinez Amado está aposentado e mantém uma loja de eletrônica na rua Mem de Sá nº 127, que é administrada pelo seu único filho, Alexandre Teixeira Amado.

A imigrante Maria del Carmen Barreiro Barros quando chegou ao Brasil também trabalhou no comércio como costureira no Atelier de Costura São Marcos, na Rua do Lavradio e, posteriormente, na loja A Casa da Criança (os proprietários eram portugueses) que ficava próximo a rua Sete de Setembro no Rio de Janeiro. Maria Barreiro casou-se com Luis Costa Barros, que foi bancário, taxista e dono de um restaurante em Cascadura, e trabalhou no comércio até se aposentar.¹⁰

⁹ José Martinez Amado entrevista concedida em 08/07/2015, à Miriam Barros Dias da Silva no CSM para o LABIMI/UERJ.

¹⁰ Maria del Carmen Barreiro Barros entrevista concedida em 08/07/2015, à Miriam Barros Dias da Silva e Washington Luiz Pereira no CSM para o LABIMI/UERJ.

Outro caso bastante interessante é o da Izolina Casais Lema Casais, que nasceu em 27 de janeiro de 1945 em Corunña e chegou ao Brasil em 20 de agosto de 1963. Esta senhora foi casada com um proprietário de uma hospedaria na Praça XV e, com ele, teve um casal de filhos. Mas, após o falecimento do esposo, começou a trabalhar como passadeira e manicure para sustentar a família. Izolina Casais trouxe para o Rio de Janeiro um presente que ganhou de seu pai quando ainda era jovem: uma máquina de costura que na década de 1960, que era considerada uma das mais modernas. Ao ser perguntada se ela era costureira respondeu que sempre trabalhou com costura, venda de roupas, mas que nunca usou a máquina que o seu pai lhe deu. Nunca costurou nela. Mas a máquina a acompanhou em todas as casas que ela já morou no Rio de Janeiro, porque ela sempre se lembra do seu pai quando a olha. Hoje, Izolina mora e trabalha em Olaria e há 20 anos ela mantém uma barraca de roupas femininas na tradicional Feira de Olaria.¹¹

A imigrante Rosa Abal de Allo nasceu na província de Pontevedra em 07 de setembro de 1930, e aos 22 anos de idade decidiu deixar a Espanha. Ela desembarcou no Brasil em 14 de janeiro de 1952, chegou sozinha neste país para substituir a sua prima que tinha recebido uma proposta de emprego, mas que teve que desistir da viagem porque a mãe adoeceu. E com uma proposta de emprego definida Rosa Abal de Allo chegou ao Rio de Janeiro e, assim como Ana Maria Perez Quintela Couceiro (nascida em Orense, chegou ao Rio de Janeiro em 13 de junho de 1963), também ficou assustada quando viu no porto brasileiro pela primeira vez algumas pessoas negras. Segundo Rosa Abal no momento em que avistou um homem negro falou “Madre mia. Não sabia que existia gente negra”¹², já Ana Quintela informou que logo lhe disseram: “ No Brasil vai ver muitos”.¹³ A atitude delas não pode ser considerada preconceituosa e nem racista, porque naquela época na Espanha, onde elas moravam não havia pessoas negras, hoje na região já existem. E elas mesmas contaram que rapidamente passaram a conviver normalmente com muitas pessoas negras após chegarem ao Brasil.

¹¹ Izolina Casais Lema Casais entrevista concedida em 10/06/2015, à Miriam Barros Dias da Silva e Washington Luiz Pereira no CSM para o LABIMI/UERJ.

¹² Rosa Abal de Allo, entrevista concedida em 29/04/2015, à Miriam Barros Dias da Silva e Washington Luiz Pereira no CSM da Casa de Espanha do Rio de Janeiro para o LABIMI/UERJ.

¹³ Ana Maria Perez Quintela Couceiro, concedida em 04/2/2015, à Miriam Barros Dias da Silva e Washington Luiz Pereira no CSM, para o LABIMI/UERJ.

Durante a entrevista, Rosa Abal de Allo lembrou que na época tinha um casal de espanhóis que faziam contato com quem estava na Espanha e era assim que conseguiam trazer alguns trabalhadores para o Brasil. Isso acontecia porque muitos espanhóis no Brasil preferiam contratar empregados que tivessem a sua nacionalidade. E foi assim que ela foi trabalhar na residência da neta de Dom Victor Fernandez, um espanhol muito rico – o dono do Hotel Novo Mundo. Ela começou a trabalhar em Copacabana como babá de três crianças e nele permaneceu por quase dois anos. Ao ser perguntada sobre o motivo da sua saída deste trabalho, ela respondeu que uma das crianças, chamada Gilda, lhe tirava a tranquilidade durante o expediente. Em suas palavras: “Ela era terrível! Terrível! Eu chegava em casa sangrando pelas mãos, por causa das mordidas dela”. O comportamento da criança a incomodou muito e preferiu pedir demissão. Posteriormente, foi trabalhar em outras casas de famílias de brasileiros e de estrangeiros como: argentinos e portugueses¹⁴.

Uma outra imigrante que também trabalhou como babá foi Maria del Carmen Pastoriza Brandariz, que nasceu na província de Corunña em 18 de agosto de 1942. Ela chegou ao Rio de Janeiro em 14 de setembro de 1959 para ser babá de quatro crianças no bairro de Laranjeiras. Mas Maria del Carmen Pastoriza Brandariz disse que “as quatro crianças eram muitas levadas”¹⁵. Assim como Rosa Abal de Allo pediu demissão do emprego, porque uma das crianças lhe dava muito “trabalho” o mesmo ocorreu com Maria del Carmen Pastoriza Brandariz, a diferença é que a segunda tinha a ajuda da sua irmã no serviço e, mesmo assim, só conseguiu trabalhar durante sete dias. Diante do que foi mencionado, acreditamos que o estresse – no primeiro caso - e a falta de experiência em conviver com crianças- no segundo caso- possam ter sido as causas para os pedidos de demissões.

A pesquisa nos permitiu conhecer a história de duas irmãs espanholas: Purificación Estevez Perez e Concepción Estevez Perez, que partiram de Pontevedra, na Galícia, com a ajuda da Ação Católica que auxiliava nas passagens das famílias de baixa renda que tinham mais de 3 filhos. Elas

¹⁴ Ibidem. Idem.

¹⁵ Maria del Carmen Pastoriza Brandariz, entrevista concedida em 29/04/2015, à Miriam Barros Dias da Silva e Washington Luiz Pereira no Centro Social de Mayores da Casa de Espanha do Rio de Janeiro, para o LABIMI /UERJ.

chegaram ao Brasil no dia 30 de agosto de 1962, e começaram a exercer funções que não necessitavam de curso técnico ou ensino superior. Purificación Estevez Perez (nascida em 05 de fevereiro de 1944) chegou ao Brasil aos 18 anos de idade, mas somente aos 21 anos começou a trabalhar como babá, uma atividade que exerceu por sete anos com uma única finalidade, juntar dinheiro para voltar a morar na Espanha. Posteriormente, ela começou a trabalhar como costureira. Sobre o desejo de voltar a morar na Espanha, Purificación mencionou que o governo espanhol concedia o prazo de um ano de adaptação na sociedade de recepção e, aqueles que não se adaptassem, poderiam voltar ao seu país de origem, desde que lá tivesse alguém para recebê-los e que fossem maior de 21 anos. Ela não conseguiu retornar à Espanha porque a sua família estava no Brasil. O seu pai imigrou primeiro em 1952, o seu irmão em 1955, e foi através do trabalho deles como eletricitista e encanador, que a sua família conseguiu adquirir um pequeno terreno aonde eles construíram uma casa¹⁶. Já a sua irmã, Concepción Estevez Perez (nascida em 20 de maio de 1946) chegou ao Brasil aos 16 anos de idade e durante três anos trabalhou como babá para a família de um médico brasileiro e, depois mudou de emprego e assumiu uma nova função, a de governanta.

Assim como a sua irmã, Concepción Perez também teve dificuldades para se adaptar porque inicialmente não gostou da Ilha do Governador - local onde seu pai comprou um terreno e construiu uma casa de madeira. Em suas palavras, era difícil morar em uma barraco de madeira, que não tinha se quer um fogão e uma rua com asfalto. Por isso, ela também pensava em voltar a morar na Espanha. Mas, aos 25 anos de idade, casou-se com um imigrante espanhol que durante 55 anos trabalhou ao lado do irmão na mesma barbearia e, ele só parou de trabalhar porque adoeceu¹⁷.

Apesar da proximidade da língua galega com o português, muitos imigrantes tiveram uma dificuldade com o idioma como Purificación Estevez relata: “Eu falo brasileiro, mas foi muita dificuldade de pegar o brasileiro,

¹⁶ Purificación Estevez Perez, entrevista concedida em 28/01/2015, à Miriam Barros Dias da Silva no CSM para o LABIMI/UERJ.

¹⁷ Concepción Estevez Vasquez, concedida em 21/01/2015, à Érica Sarmiento e a Miriam Barros Dias da Silva no CSM para o LABIMI/UERJ.

porque eu não falava o brasileiro, eu falava o espanhol”¹⁸ e Maria del Carmen Bua da Costa afirma que “A única dificuldade que teve no Brasil foi com o português”¹⁹. Para Joaquim Sanchez Pacheco sua maior dificuldade não foi a língua portuguesa (embora tenha estudado o idioma brasileiro, porque se preocupou com as aulas que daria nas universidades) e nem o entrosamento com as pessoas, e sim os diferentes hábitos e os costumes. Mas, como ele era muito jovem e tinha vontade de aprender, facilmente conseguiu se acostumar com os hábitos dos brasileiros.²⁰ Diante do mencionado, é possível concluir que os imigrantes espanhóis conseguiram se adaptar a língua portuguesa e a maioria demonstrou uma preocupação em ensinar aos seus filhos o língua espanhola.

Outra problemática que envolve a imigração é a questão da alimentação, porque muitos imigrantes tiveram uma dificuldade em se acostumar com alguns pratos brasileiros como abobrinha, jiló, aipim, arroz, carne seca e miúdos de boi porque era uma alimentação bem diferente da espanhola (CÁNOVAS, 2000, p.435). A espanhola Manuela Lorenzo revelou que, ao chegar ao Brasil, passou quase 15 dias comendo somente pão e banana:

Não estava acostumada com feijão preto. Não estava acostumada com a comida daqui. Eu não comia. Para agüentar o dia todo pegava uma banana sem ela ver. Aí um dia ela me disse: Você não está comendo?! Não. Eu não gosto desta comida. O que comia? Eu comia batata, pão, carne de porco, essas coisas que eu comia. Nunca mais esqueci. Meu marido comprou uma penca de banana d’água e colocou no quarto. Eu sentei e comi tanta banana, mas tanta banana, tanta banana. Que quando ele chegou disse: “Manoela ta passando fome ? E voltei a chorar. Chorei. Essa comida daqui não tô conseguindo.”²¹

Manuela Lorenzo Losada sentia muita fome e diante da dificuldade em se adaptar a comida brasileira, o seu marido pediu para ela sair do emprego, mesmo tendo receio de não conseguir outro serviço. Posteriormente, ela foi trabalhar como doméstica em várias casas de família e, aos poucos, foi

¹⁸ Ibidem. Idem.

¹⁹ Maria del Carmen Bua da Costa em 29/04/2015, em 08/07/2015, entrevista concedida à Miriam Barros Dias da Silva e Washington Luiz Pereira no CSM para o LABIMI/UERJ

²⁰ Joaquim Sanches Pacheco concedida em 10/06/2015, à Miriam Barros Dias da Silva no CSM para o LABIMI/UERJ.

²¹ Manuela Lorenzo Losada em 04/02/2015, 1ª entrevista concedida à Miriam Barros Dias da Silva no CSM para o LABIMI/UERJ.

degustando a comida brasileira e foi se acostumando. Na casa de uma patroa, ela experimentou um prato típico do brasileiro: o bife com fritas e, hoje para quem nunca tinha visto um feijão preto, agora fala “ o feijão preto pra mim é um banquete”.²²

Esta espanhola ainda mencionou que era acostumada a trabalhar na roça com a terra, a batata, o milho e não a trabalhar em casa de família. Este simples caso mencionado retrata um dos problemas das fronteiras. O imigrante se depara com novos hábitos e costumes que muitas vezes são diferentes dos seus. As pautas socioculturais aprendidas em seu país de origem com os novos hábitos sociais adquiridos no país de destino, desenvolvem uma percepção individual destas novas experiências, que contribuem para reforçar novas identidades, pessoais e coletivas (NÚNEZ, 2005, p.487).

As entrevistas revelaram que muitos imigrantes de diversas ocupações profissionais como babá, comerciante, barbeiro, camareira e empregada doméstica continuaram chegando no Brasil durante o segundo ciclo migratório, apesar do governo brasileiro começar a incentivar a vinda do imigrante técnico e especializado para estimular o processo de industrialização que estava em expansão. A difusão da imagem do Brasil como um país próspero e com grande potencial econômico, favoreceu o desenvolvimento de campanhas publicitárias na imprensa espanhola, depois que o presidente Juscelino Kubitschek visitou Madrid. O jornalista Juan Carlos Bertiori do periódico *Solidaridad Nacional*, em 1957, publicou o artigo “*Viaje por el Brasil*” descrevendo as maravilhas das principais cidades e estados brasileiros. O Rio de Janeiro é mencionado como uma cidade marcada pela beleza, alegria, terra do samba e de grande desenvolvimento industrial,

[...] existe um Río de Copabana, pero también existe el Río del aeropuerto de Congonhas (sic) que es el segundo del mundo, del que parte o llega un avión cada minuto. Existe el Río del samba, pero también el Río de las industrias y las oficinas(...) Hoy Río de Janeiro es una de las modernas ciudades del mundo (...) Se vive aquí tan febrilmente como en Londres, Roma, París o Nueva York (GIMÉNEZ, 2012, p.108-109).

²² Ibidem. Idem

Sobre a importância da publicidade como um fator de atração, Esther Gímezes, apresenta uma outra notícia publicada pelo correspondente Manuel Suárez González do *El Pueblo Gallego* que, em 1967, descrevia a cidade de São Paulo como o coração do Brasil, uma cidade que não podia parar (GIMÉNEZ, 2012, p.108). Nesta época, o imigrante desejável era aquele que tivesse um conhecimento técnico e especializado para estimular o crescimento de industrialização que o Brasil vivenciava e o uso da imprensa escrita, dos programas radiofônicos e os convites feitos por estrangeiros que já estavam no Brasil se fez necessário. Foi assim que Joaquim Sanchez Pacheco desembarcou no RJ em 19 de dezembro de 1964, após receber um convite de um amigo.

Joaquim Sanchez Pacheco (nascido em 31/05/1939) pertence a uma família da província de Salamanca que se dedicava à agricultura e à pecuária (criação de gado, ovelhas, porcos e cabras). Mas os seus pais não queriam que ele trabalhasse no campo. Por isso, o colocaram em um colégio interno para que se dedicasse aos estudos. Aos 25 anos de idade já estava formado em engenharia elétrica e industrial quando encontrou um amigo na cidade de Bibao aonde iria começar a trabalhar. E foi a partir de uma conversa entre eles que surgiu o convite de emprego em uma universidade no Brasil: a Pontifícia Universidade Católica no Rio de Janeiro (PUC-RJ). A sua resposta ao convite foi que ele aceitaria a proposta, mas a verdade é que não esperava que desta conversa informal surgisse um real compromisso de trabalho. Para a sua surpresa, uma carta trouxe-lhe a notícia que a PUC-RJ estava iniciando os cursos de pós-graduação e que ele estava sendo convidado à trabalhar na montagem dos laboratórios de engenharia elétrica e enviaram junto com a mensagem a passagem para o Brasil, que nas palavras dele,

A passagem para mim foi um susto! Porque eu não estava pensando em sair da Espanha tão cedo. Mas, mesmo assim, pesei os prós e os contra e, finalmente, como era um período transitório de quatro anos, aceitei. Aí, vim pra cá, o Rio de Janeiro e fui contratado imediatamente pela universidade²³.

²³ Joaquim Sanches Pacheco entrevista concedida em 10/06/2015, à Miriam Barros Dias da Silva no CSM para o LABIMI/UERJ.

Iniciado o projeto de criação dos laboratórios na PUC-RJ, a universidade renovou o seu contrato de trabalho, convidando-o para lecionar nas aulas práticas e, posteriormente, nas aulas teóricas. Este imigrante espanhol trabalhou, concomitantemente, em três importantes instituições no Rio de Janeiro: o Instituto Militar de Engenharia (IME), a Pontifícia Universidade Católica- PUC-RJ (durante 37 anos) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (30 anos) e só parou quando se aposentou como professor do ensino superior. Infere-se que devido ao conhecimento técnico, muitos imigrantes puderam ascender profissionalmente nas empresas que os contrataram passando a exercer outras funções profissionais como é o caso de Joaquim Sanchez Pacheco, que ao lecionar nos cursos de graduação deu a sua contribuição para a formação da mão-de-obra nacional.

Considerações finais

Um processo característico das imigrações em cadeia é que primeiro o chefe da família vai sozinho para a sociedade de destino e depois envia informações e recursos para trazer os seus familiares. As próprias redes migratórias se auto-sustentam devido ao *efeito estoque*, isto é, o imigrante incentiva, facilita e financia a vinda de seus familiares e amigos às sociedades de destino. Foi durante o período do franquismo que muitos espanhóis chegaram ao Rio de Janeiro. Por meio das entrevistas, alguns galegos contaram as suas experiências e a de seus familiares durante a Guerra Civil espanhola relembrando fatos marcantes como o racionamento de alimentos, as dificuldades financeiras e a perda de entes queridos durante o conflito.

Na época, a política migratória no Brasil assumiu um caráter mais técnico ao buscar o imigrante especializado e, muitos dos que chegaram ao Rio de Janeiro foram inseridos na vida sócio-profissional na sociedade receptora através da atuação das cadeias migratórias. Pelas entrevistas percebemos que os imigrantes fazem uma reeleitura do seu passado e, mesmo que algumas lembranças se sobressaíam mais do que outras, verificou-se a intenção de destacar e reforçar os sentimentos de pertencimento de um grupo e de definir e fortalecer as suas fronteiras sociais. E é a partir destas lembranças que tudo, ou quase tudo que foi vivido e aprendido podem ser transmitidos pela história

oral. Analisamos uma história que foi vivida e sentida por um grupo que veio para o Brasil buscando uma vida melhor para si e sua família. E eles acabaram deixando a sua contribuição na construção da história.

Referências

- ALONSO, Blanca Sánchez. *Las causas de la emigración española 1880- 1930*. Alianza Editorial,1995,p227
- CAMARDO, Aspásia. *História oral e política*.In: FERREIRA, M. (Org). *História Oral e multidisciplinarida- de*. Rio de Janeiro: CPDOC/FINEP, 1994.
- CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. *Imigrantes Espanhóis na Paulicéia: Trabalho e Sociabilidade Urbana (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000.
- CORTÁZAR, Fernando García; VESGA, José Manuel González. *Historia de España: Breve Historia de España*. Madrid: Alianza Editorial, 1993.
- CONER, Dolores Matin Rodriguez. *Da fome à gastronomia:Os imigrantes galegos e andaluzes em São Paulo (1946-1960)*. 2011. 287 f. Tese de Doutorado em História Social. PUC-São Paulo.
- DEVOTO, Fernando. *Historia de la Inmigración em La Argentina*. 1ªedição, Buenos Aires:Editorial Sudamericana,2003
- GIMÉNEZ, Esther Gambi. *La emigración Castellano-Leonesa a Brasil, 1946-1962*. 1ª edición.Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2012,p.155-162
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Inmigración: achegas sobre a historia entre bastidores. Portugueses e espanhóis como estudo do caso (Río de Xaneiro, 1890-1930)*. In: Estudos Migratorios. Revista Galega de Análise das Migracións Nova xeira, Vol. IV, Núms. 1 e 2 (2011), p.125-144
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé . *Otras Miradas a La historia de La emigración gallega:sobre cartas, memórias y fotos*. In: Estudios Migratorios Latinoamericanos. Ano 19, nº58, 2005, p.483-503
- Olievenstein, Claude. *Les non-dits de l'émotion*. Paris. Odile Jacob,1988. Apud: POLLACK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº3, 1989, p.8
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: FFLCH, Centro de Estudos Rurais e Urbanos- CERU, 1983

- SARMIENTO, Érica. *Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970)*. 2006. 485f. Tese de Doutorado. Universidade de Santiago de Compostela.
- SARMIENTO, Érica. *Um passeio pelas ruas do Rio Antigo: os pioneiros galegos, a Rua da Ajuda e o mercado ambulante*. In: Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Nº3,2009,p.103
- SARMIENTO, Érica. *As parroquias cariocas: vivenda e traballo dos galegos nas parroquias centrais de Río de Xaneiro (final do século xix e século xx)* . In: Estudos Migratorios. Revista Galega de Análise das Migracións Nova xeira, Vol. IV, 2011, p.115
- SOUZA, Ismara Izepe de. *Solidariedade Internacional. A comunidade espanhola do estado de São Paulo e a Polícia Política diante da Guerra Civil da Espanha (1936-1946)*. São Paulo: Associação Ediatorial Humanitas, Fapesp, 2005.
- TRUZZI, Oswaldo. *Redes em processos migratórios*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, volume 20,n.1. Junho de 2008, p. 199-218.

“GAROTA, TRADUZIDA” EM TRADUÇÃO (CULTURAL)

Victória Cristina de Sousa Bezerra

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Introdução

A identidade, em tempos de pós-modernidade, volta a ser discutida e problematizada pela teoria social e também pelo próprio indivíduo, isso porque o caráter de imutabilidade que a acompanhava desde o período moderno foi se perdendo, fazendo com que a identidade passasse a ser compreendida como um conceito que está em constante processo de formação e transformação, como atestam os estudos de Stuart Hall e Dennys Cucho.

A diluição das fronteiras territoriais concorre para que o sujeito, antes ligado a um território, torne-se um sujeito cosmopolita, que interage com diversas culturas e deambule por diferentes territórios. Considerando os deslocamentos territoriais, que estão cada vez mais presentes em nossa sociedade, construtos como a identidade nacional e cultural também são modificados.

O indivíduo se vê frente a um processo de tradução cultural. Tal processo, descrito por Homi Bhabha, deriva do próprio conceito de tradução, exposto por Walter Benjamin, em “A tarefa do tradutor” (2013). Aqui vale ressaltar que o conceito de tradução cultural já era existente na antropologia britânica, porém com uma visão diferente da que é trabalhada por Bhabha.

Ao longo deste trabalho, será discutido o conceito de identidade, observando, sob diversos aspectos, como este foi construído e está em desconstrução. Mais à frente, trabalhar-se-á com o conceito de tradução cultural. Com o devido aporte, será feita uma análise sobre o processo de tradução cultural que ocorrem em “Garota, traduzida”, de Jean Kwok, e como a identidade cultural da personagem é reconfigurada.

Identidade cultural

A identidade é um produto do discurso e passou a ser um conceito muito discutido a partir dos anos 70, principalmente com os Estudos Culturais, no qual começou a se questionar o a identidade como algo fixo, muitos teóricos trouxeram contribuições para a área, sempre apresentando uma ruptura com a concepção da identidade anteriormente existente.

Dentre as diferentes concepções, Dennys Cuche (1999) debate a identidade a partir de perspectiva culturais, mostrando que as formas de representação da identidade cultural foram, por muito tempo, condicionadas por perspectivas objetivistas, que, em síntese, viam a identidade como um vínculo indissolúvel do sujeito com seu grupo, com modelos identitários que o indivíduo era levado a interiorizar e reproduzir. A perspectiva objetivista aborda a definição da identidade

a partir de um certo número de critérios determinantes, considerados como "objetivos", como a origem comum (a hereditariedade, a genealogia), a língua, a cultura, a religião, a psicologia coletiva (a "personalidade básica"), o vínculo com um território, etc. Para os objetivistas, um grupo sem língua própria, sem cultura própria, sem território próprio, e mesmo, sem fenótipo próprio, não pode pretender constituir um grupo etno-cultural. Não pode reivindicar uma identidade cultural autêntica (CUCHE, 1999, p.180).

Segundo a perspectiva objetivista, a identidade seria estável e, por conta dos critérios, algo definitivo ao sujeito.

Em contrapartida, mais recentemente, Cuche (1999) aponta o surgimento de perspectivas subjetivistas que, ao invés de pressuporem um vínculo indissolúvel, propõem um sentimento de identificação vinda do sujeito a uma coletividade imaginária. Segundo Cuche (1999), ambas perspectivas apresentam alguns impasses, enquanto a concepção objetivista pode levar a uma racialização de indivíduos e de grupos, a concepção subjetivista reduz a identidade a uma questão de escolha individual arbitrária, o que efetivamente não acontece.

O antropólogo mostra, portanto, que a identidade é relacional e situacional, já que “a identidade é uma construção que se elabora em uma relação que

opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato” (CUCHE, 1999, p. 182).

Stuart Hall (2003) concentra a questão identitária na pós-modernidade, mostrando que as identidades modernas estão em processo de fragmentação. Para tanto, Hall (2003) traça um caminho apresentando configurações identitárias, as quais ele denomina: 1) sujeito do Iluminismo; 2) sujeito sociológico e; 3) sujeito pós-moderno. Compreende-se o sujeito do Iluminismo como um indivíduo centrado, com sua identidade unificada, com uma essência que não se modificaria. Com mudanças na sociedade que possibilitaram uma democratização, o indivíduo se viu em um novo processo de configuração identitária, assim, o sujeito antes individualista precisou participar de uma estruturação mais democrática. Nesse momento, que Hall (2003) classifica como “modernidade tardia”, a identidade do sujeito sociológico era então concebida a partir da interação com o outro indivíduo. Dessa forma, a identidade não era mais autossuficiente e centrada.

A concepção mais sociológica da identidade acabou sendo um elo para o sujeito pós-moderno, pois abriu espaço para o deslocamento. A partir de avanços na teoria social e nas ciências humanas, que Hall (2003) chama de descentramentos, o conceito de identidade passou a ser também descentrado. Assim, o sujeito pós-moderno abarca um indivíduo com uma identidade fluída, uma identidade que é “formada e transformada histórica e continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2003, p. 13).

Para Antonio Ciampa (1987), o que Stuart Hall chama de fragmentação identitária é, na verdade, uma metamorfose proporcionada pelo próprio indivíduo, que é formada a partir do contexto sócio-histórico “todos nós – eu, você, as pessoas com quem convivemos – somos as personagens de uma história que nós mesmos criamos, fazendo-nos autores e personagens ao mesmo tempo” (CIAMPA, 1989, p. 60). Segundo Bauman (2005), as identidades, ao longo do tempo, tornaram-se voláteis, isso porque o indivíduo agora se vê preso entre o que “deve ser” e o que “é”, o que acaba gerando uma crise de pertencimento.

Com a modernidade e a pós-modernidade, a crise de pertencimento acabou por se agravar, principalmente, para sujeitos que vivem em situação de

migração, isso porque tais indivíduos estão vivendo entre culturas, a cultura de origem e a cultura de chegada, que muitas vezes podem ser extremamente díspares. O indivíduo vive, então, um processo de tradução cultural.

Tradução Cultural

A tradução cultural, segundo Homi Bhabha (1990), tem início do trabalho “*A tarefa do tradutor*”, de Walter Benjamin. Benjamin (2013) argumenta que a tradução não é uma cópia perfeita do texto dito original, mas que, na verdade, o texto é uma forma que se vale de sua “traduzibilidade” (BENJAMIN, 2013, p. 102), que será como a obra terá sua significação. Para Benjamin (2013), a tradução teria como finalidade expressar o relacionamento entre as línguas, mas não uma tradução entendida como cópia do original, já que não é possível haver uma transposição da palavra poética como no original. Dessa forma, uma tradução nunca terá a significação do original, contudo, como afirma Benjamin (2013) “graças à traduzibilidade do original, a tradução se encontra com ele em íntima conexão” (BENJAMIN, 2013, p. 104).

Através dessa traduzibilidade, uma obra teria uma “sobrevida”, não como uma cópia do “original”, mas uma transformação, além de mostrar uma relação entre as línguas, entretanto, por ser uma transformação, o significado poético de uma palavra na obra “original” não será transposto para a tradução. A tradução, mais do que uma forma de mostrar a relação entre as línguas, acaba sendo “um modo provisório de lidar com a estranheza das línguas” (BENJAMIN, 2013, p. 110).

É a partir da retomada do conceito de traduzibilidade de Benjamin (2013) que Homi Bhabha (1990) pensa a ideia de “tradução cultural” e a apresenta com uma nova forma. Aqui vale fazer uma diferenciação entre os diferentes tipos de tradução cultural. A tradução cultural existe como um conceito da etnografia da antropologia britânica, desde a primeira metade do século XX, na etnografia, a tradução cultural ocorreria como a descrição de uma cultura estrangeira, dessa forma, o etnógrafo “traduziria” fazendo uma descrição de uma determinada cultura para a língua inglesa. Contudo, vale ressaltar que em tal tradução não havia contato, no sentido de tentar compreender a cultura do

outro, mas sim de observar o outro a partir do seu próprio olhar, portanto, a cultura do outro era, muitas vezes, traduzida com um olhar estereotipado.

Homi Bhabha (1990) retoma o conceito de “tradução cultural”, apropriando-se da ideia trabalhada por Walter Benjamin (2013), usando-a como metáfora e pautando-se em um contexto pós-colonial, no qual nações e indivíduos foram marcados por deslocamentos e apagamentos. Bhabha (1990) vai além da ideia de tradução linguística, fazendo, então, uma união entre linguagem e cultura, para isso, tem-se em mente a ideia de que não há uma concepção de sujeito universal que compreende a cultura como uma prática também universal, mas que, na verdade, a cultura, assim como os sujeitos são resultados de práticas.

Assim, Homi Bhabha (1990), em uma entrevista, desenvolve a ideia de tradução cultural a partir dos escritos benjaminianos:

O pressuposto de que em algum nível todas as formas de diversidade cultural possam ser compreendidas nas bases de um conceito universal particular, seja “ser humano”, classe” ou “raça”, pode ser tanto perigoso quanto limitante ao tentar-se compreender os modos em que cada prática cultural constrói seu próprio sistema de significação e de organização social. Relativismo e universalismo ambos têm suas formas radicais, mas mesmo estes são basicamente parte do mesmo processo. Deste ponto gostaria de introduzir a noção de “tradução cultural” (e o meu uso é desenvolvido a partir das observações originais de Walter Benjamin sobre a tarefa da tradução e do tradutor) para propor que todas as formas de cultura são de alguma forma relacionadas entre si pela cultura ser formada através da significação ou atividade simbólica [...]. (RUTHERFORD et al. 1990, p. 209).

A tradução cultural, segundo Bhabha (1990), pretende, ao invés de tratar o Outro como uma imagem contrária, negando um espaço de fala e prática, evidenciar tal alteridade. Isso porque toda cultura perpassa pela seara da alteridade, portanto, evidenciar tal questão faz com que a ideia de uma cultura central seja discutida. Dessa forma, considerando o contexto pós-colonial, a tradução cultural está ligada a construção identitária do sujeito, Bhabha (1990) analisa a relação entre sujeitos e a representação dos mesmos, contrário à ideia de fazer análises de imagens pré-estabelecidas e estereotipadas, tal qual a tradução cultural etnográfica. A tradução cultural, segundo Homi Bhabha (1990), tende a verificar o indivíduo como um sujeito construído através de

discursos ideológicos e históricos. A pessoa, portanto, ao viver numa situação de deslocamento, como a imigração, por exemplo, estará sujeita a tradução cultural, pois ao viver entre duas culturas, o indivíduo a partir de sua “traduzibilidade” se tornará diferente do que era anteriormente.

A situação de tradução cultural levará o sujeito a uma identidade híbrida, pois o contato com outrem o modificará, para Anthony Pym (1970) “onde quer que haja o cruzamento de fronteiras, o resultado será a tradução cultural”¹(PYM, 1970, p. 142. Tradução minha.). Desse cruzamento de fronteiras surge o “terceiro espaço”, um espaço híbrido no qual o sujeito, através do deslocamento, poderá questionar narrativas homogeneizadoras, e, por conseguinte, ocupar esse lugar de negociação entre culturas. Homi Bhabha (1990) afirma que:

Agora se conceito de hibridismo [...] no ato da tradução cultural (tanto como representação quanto reprodução) nega o essencialismo de uma cultura anterior original ou originária, então vemos que todas as formas de cultura estão constantemente num processo de hibridismo. Porém, para mim, a importância do hibridismo não é poder traçar dois momentos originários a partir dos quais surge um terceiro; ao invés disso, o hibridismo para mim é o ‘terceiro espaço’ que possibilita o surgimento de outras posições. Esse terceiro espaço desloca as histórias que o constituem, e estabelece novas estruturas de autoridade, novas iniciativas políticas, que são mal compreendidas através da sabedoria normativa” (BHABHA, 1990b, p. 211).

O migrante é o indivíduo que retrata bem essa situação de tradução cultural pois a partir de suas experiências pode subverter discursos que lhes são colocados como essenciais, resignificando-os. A tradução cultural, nesse caso, se torna um ato de sobrevivência, Lynn Souza (2004) ilustra a tradução cultural com exemplo de cosmopolitas anglo-asiáticos,

Nesse ato tradutório, suas histórias específicas e locais, muitas vezes ameaçadas e reprimidas, são inseridas nas ‘entrelinhas’ das práticas culturais dominantes, forçando a visibilidade do hibridismo tanto da cultura britânica quanto de suas culturas locais de origem. Para esses anglo-asiáticos, em seu drama cotidiano pela sobrevivência, não lhes resta outra opção a não ser participar desse ato tradutório. (SOUZA, 2004, p. 17).

¹ “Wherever borders are crossed, cultural translation may result.” (PYM, 1970, p. 142).

A tradução cultural torna-se algo bastante presente no contexto em que vivemos de deslocamentos territoriais mais frequentes e o hibridismo é o resultado dessa tradução, e tal hibridismo representa, em termos benjaminianos a intraduzibilidade, de uma cultura. Segundo Rodrigo Graça (2016), “a intraduzibilidade se refere à impossibilidade de uma assimilação completa dos migrantes nas metrópoles ‘ocidentais’ e, ao mesmo tempo, a não-fixação numa origem prévia determinada” (GRAÇA, 2016, p. 111).

A Garota em Tradução

O romance *Garota, Traduzida* foi escrito por Jean Kwok, tendo sua edição americana publicada em 2010 e a edição brasileira em 2011. É possível perceber uma projeção de histórias da própria autora. Faz-se importante, então, estabelecer o contexto da narrativa para que se compreenda os processos aqui explicitados.

Garota, Traduzida narra o processo migratório de Kimberly Chang, que ao início da narrativa está com 11 anos, e sua mãe, que saem de Hong Kong e migram aos EUA, por conta da situação financeira. Por conta disso, ambas acabam vivendo em uma área desfavorecida do Brooklyn. Quem possibilita a ida de ambas aos EUA é Paula, tia de Kimberly, que oferece moradia, escola e trabalho, contudo, por mais altruístas que essas atitudes possam parecer, tia Paula tem inveja de sua irmã e das conquistas de sua sobrinha e parece esquecer-se de sua condição também migrante.

Assim como a maioria dos migrantes, Kimberly vivencia diversos choques culturais. Enquanto vivia na China, com o pai ainda vivo, Kimberly e sua mãe estavam em uma situação confortável, contudo ao chegar aos EUA a situação é completamente diferente, a começar pela casa. A casa que tia Paula oferece para as duas está em péssimas condições, não tem muitos cômodos, está sem vidros nas janelas, as paredes têm rachaduras e vive infestado de baratas. A fábrica, onde Kimberly e sua mãe trabalham e tia Paula é uma das donas, é um lugar onde imigrantes trabalham de forma ilegal e, portanto, acabam recebendo muito menos do que deveriam. Kimberly percebe que sua tia não tem boas intenções:

Ela fizera tudo de propósito: permitira que fizéssemos a mudança em um dia de semana, e nos dera alguns presentes no último minuto. Usando a fábrica como desculpa, queria nos largar ali e ir embora rapidamente, enquanto ainda estávamos agradecendo sua bondade. Tia Paula não iria no ajudar. Estávamos sozinhas. (KWOK, 2011, p. 10).

Desde que chegam, Kimberly e sua mãe vivenciam o choque entre as culturas americana e chinesa, e assim como muitos imigrantes que chegam aos EUA com a ideia do *American Dream*², ambas vivenciam a desilusão deste sonho. Dessa forma, Kimberly acaba vivendo uma vida dupla, durante o dia é uma estudante, contudo após a escola precisa trabalhar na fábrica para ajudar sua mãe. A personagem, por sua condição migrante, acaba enfrentando situações muito diferentes das que tinha em sua cultura de origem, e ao longo do romance precisa adaptar-se e passa pelo processo de tradução cultural.

Kimberly vivencia o choque cultural em seu próprio nome, uma vez que precisa “americanizar” o nome para que, assim, seja aceito. A personagem que se chama *Ah-Kim*, na forma oriental, precisa trocar para Kimberly, para que não pareça uma imigrante recente, esse choque torna-se importante, pois o nome é uma das primeiras formas de contato com a identidade. Ao ter dois nomes, é possível perceber a fragmentação identitária da personagem.

Kim vê-se muito confusa com essa mudança, já que precisou enfrentar a partida do conforto de sua cultura de origem e tem a sua frente um futuro misterioso. A escola torna-se para Kimberly um local onde ela percebe o choque entre as culturas de forma mais clara. A personagem acaba precisando lidar com a diferença entre os sistemas educacionais, pois o sistema educacional chinês é mais rígido e hierárquico, dessa forma, a figura do professor é, um tanto quanto, temida, enquanto o sistema educacional estadunidense não segue um sistema tão restrito. Segundo Sumei (2018),

Na China, a aula pertence à professora / ao professor. Quando o(a) professor(a) ensina, os alunos ouvem com atenção, tomando notas e tomando por base livros didáticos e respostas dos professores; é uma educação de ensinamento. Existe falta de uma comunicação estreita entre estudantes e professores, resultando numa aceitação passiva do conhecimento por parte dos alunos. [...] Os métodos de ensino são muito diferentes, para diferentes fins. Nas aulas na China, os professores ensinam principalmente conhecimentos e os alunos precisam de

² Sonho Americano

memorizar e aplicar esses conhecimentos. No entanto, nas aulas ocidentais, o professor orienta os alunos para que pensem e se expressem, e é uma aula dirigida para os alunos. (SUMEI, 2018, p. 28-29).

Kimberly acaba tendo problemas, principalmente, com a questão de postura e hierarquia, pois não está acostumada com a liberdade comportamental, como no trecho subsequente:

Sentei-me ereta e dobrei as mãos atrás das costas para tentar acompanhar o que ele dizia, embora não estivesse entendendo nada. [...] Olhei ao redor. A maioria dos alunos estava espichada nas cadeiras. [...] Em Hong Kong, os alunos devem manter as mãos dobradas atrás das costas quando o professor está falando, em sinal de respeito. Lentamente, desdobrei os braços e pousei as mãos sobre a mesa (KWOK, 2011, p. 23).

Em relação ao assunto, Sumei (2018) aponta a questão da disciplinarização, onde “os alunos devem levantar a mão para falar, ser disciplinados e são criticados se não concordarem com a opinião do professor” (SUMEI, 2018, p. 35). Tal situação é exemplificada na situação acima.

Ainda no colégio, Kimberly vivencia o choque entre línguas, uma vez que está acostumada com o chinês, e o inglês que aprendeu é a variação britânica, pois Hong Kong já foi uma colônia britânica. A personagem enfrenta, portanto, dificuldade de compreender e ser compreendida, principalmente quando fala com seu professor, o sr. Bogart:

- Pede desculpa, senhor – murmurei. Era bem claro para mim que ele não queria saber se eu tinha escoltado alguém. Mas o que dissera? Embora tivesse tido aulas de inglês básico, em Hong Kong, a pronúncia do meu velho professor não se parecia em nada com o que eu andava ouvindo no Brooklyn (KWOK, 2011, p. 24).

Por ter aprendido uma variedade britânica do inglês, Kimberly tem problemas com algumas pronúncias, o que faz com que seja alvo de piadas. Como quando pede uma borracha emprestada, Kim pede uma *rubber*, que significa borracha, no inglês britânico, porém nos EUA a palavra significa camisinha, no inglês americano coloquial.

Ao vivenciar tais situações, a personagem fica desiludida com a escola, pois na China era considerada uma aluna brilhante, porém por conta dos

choques ela passa por dificuldades, isso faz com que evite a escola por um tempo. No entanto, ela percebe que através dos estudos conseguirá prover uma vida melhor para si e sua mãe.

Após a escola, Kimberly une-se a sua mãe na fábrica de tecidos, e é na fábrica que Kim tem contato com a realidade de muitos imigrantes, que vão aos EUA com a ilusão do sonho americano, porém encontram uma vida ilegal, difícil e sem muito prospecto de futuro, e que tende a perpetuar-se nas futuras gerações.

Tia Paula nos conduziu até nossos postos de trabalho, passando por uma mesa enorme que não tínhamos visto. Uma combinação de senhoras muito velhas e crianças muito novas estavam ao seu redor, cortando todas as linhas soltas das costuras. Parecia ser um trabalho fácil.
- Elas vêm para essa mesa ainda crianças e saem dela já avós – disse Paula piscando um olho. – É o ciclo da vida na fábrica (KWOK, 2011, p. 27).

Kimberly encontra-se em meio a um processo tradutório, uma vez que mantém a memória de sua cultura de origem, mas ainda vai adaptando-se ao novo território, a nova cultura. As memórias de sua cultura trazem um conforto para a personagem, que se vê dividida entre dois mundos. Kim mantém o movimento de memória, principalmente, por meio da comunidade de Chinatown, que reúne traços da cultura chinesa, como a comida, a língua e a religião, mas também mantém o processo de conciliação com a cultura estadunidense.

Em sua adolescência, a personagem, por viver uma vida dupla, se torna muito reservado em relação aos amigos, tendo somente uma amiga, a Anette, que é uma representação da classe média estadunidense, que perpetua e acredita na ilusão de que os EUA são uma terra onde todos vivem em paz e harmonia sem desigualdade,

Ela me perguntou o que eu fazia depois das aulas. Quando respondi que geralmente trabalhava na fábrica, ela falou com o pai sobre o assunto ao chegar em casa. No dia seguinte, me falou que eu tinha dito uma bobagem, pois crianças não trabalhavam em fábricas nos Estados Unidos (KWOK, 2011, p. 52).

A medida que ambas vão crescendo, Anette tem contato com a realidade de Kim e de tantos outros imigrantes, quando surpreende a amiga, indo a sua casa:

- Eu sabia que você não tinha muito dinheiro, mas isso é ridículo. Ninguém nos Estados Unidos vive assim.
- Afirmar o óbvio.
- Na verdade, muita gente vive assim (KWOK, 2011, p. 195).

Assim que passa a compreender o sistema no qual está inserida, Kimberly se traduzindo aos poucos. A personagem resolve fazer um teste de naturalização para obter cidadania americana para que assim possa usufruir de certos benefícios, como obter uma bolsa de estudos. Contudo, ao ficar grávida, Kim precisa adiar a faculdade por um tempo. Ao final, doze anos mais tarde, Kimberly consegue alcançar seus objetivos e se torna cirurgiã pediátrica e tem seu filho, Jason.

Ao longo da narrativa, Kimberly vai traduzindo-se culturalmente. O deslocamento vivido pela personagem torna sua identidade fragmentada, como o sujeito pós-moderno de Stuart Hall (2003), a personagem ao vivenciar o choque e a fusão entre diferentes culturas tem sua identidade deslocada e partida, mas sem ignorar nenhuma identidade. Ela não rejeita sua cultura de origem nem sua cultura de chegada, a personagem começa a compreender sua situação cosmopolita, e a pós-modernidade fluida, e vai criando um novo caminho, fazendo com que sua identidade se torne cada vez mais híbrida.

Conclusão

A pós-modernidade traz para os indivíduos a necessidade de refletir a questão identitária, principalmente em situação de deslocamento. Pensar o que é identidade cultural e como ela modificou-se e ainda se modifica torna-se importante para que possamos compreender a nossa identidade e a identidade do outro, não mais numa situação binária entre Eu x Outro, que causa o estigma, mas numa circunstância pós-moderna, na qual podemos perceber a multiplicidade e hibridação.

No contexto de deslocamentos, faz-se importante compreender a tradução cultural e como esta tem estado cada vez mais presente, para compreender a situação de choque cultural vivenciada pelo migrante e também pelo indivíduo que vivencia uma cultura diferente, e como é possível se tornar um indivíduo multicultural.

O romance *Garota, Traduzida*, de Jean Kwok, retrata o processo de tradução cultural através de Kimberly Chang, que tem sua identidade fragmentada e hibridizada. A novela retrata ainda a realidade experienciada por muitos imigrantes que partem aos EUA esperançosos com o sonho americano, mas que, em sua maioria, acabam vivendo em condições difíceis, tendo que trabalhar de forma ilegal, perpetuando essa condição para as futuras gerações.

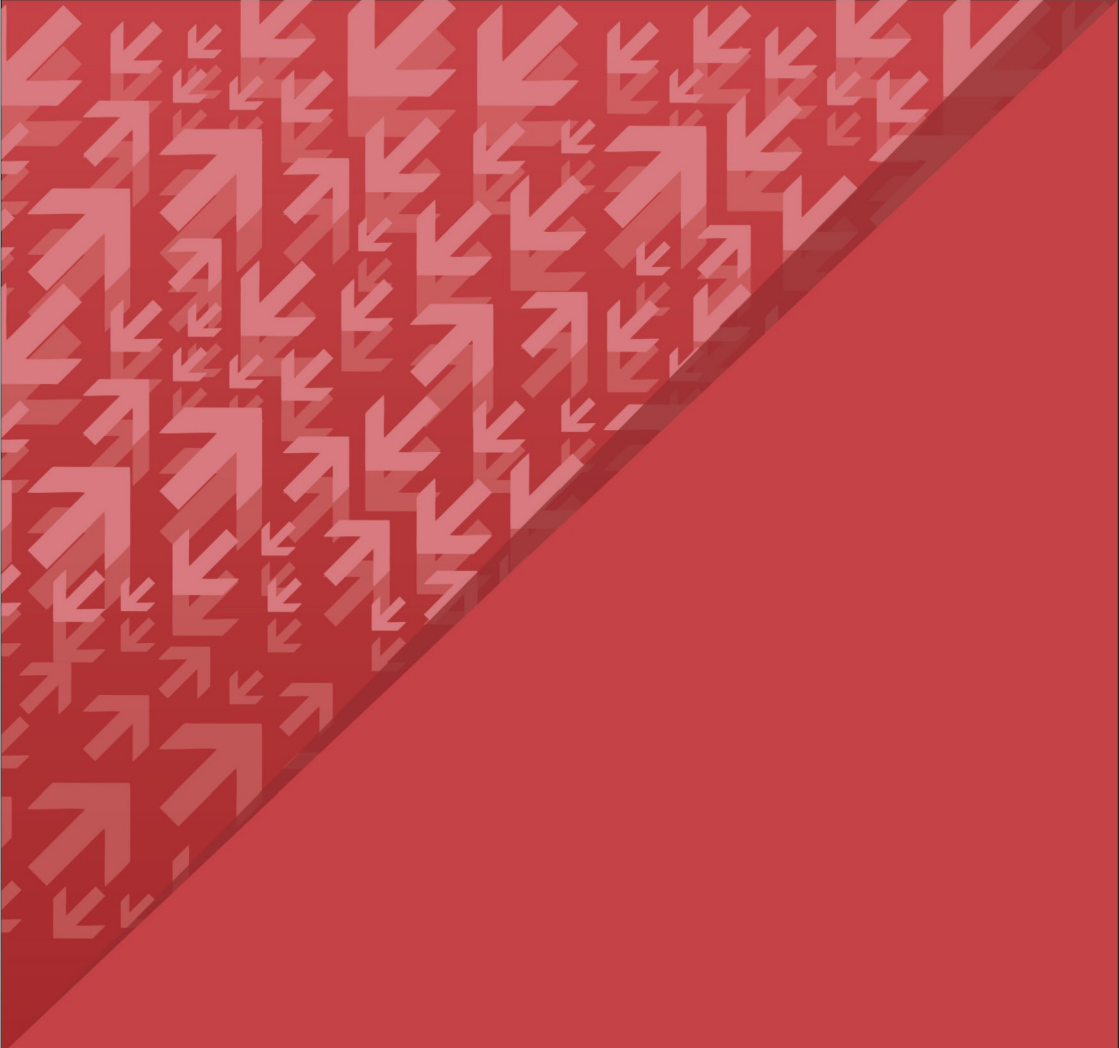
O choque cultural é extremamente presente na narrativa, através da língua, do sistema educacional, e de condições migratórias, por exemplo. O modo de lidar com essas situações, compreendendo as culturas, faz parte da tradução cultural vivenciada pela personagem.

Ao final, Kimberly traduz-se culturalmente, mantendo sua raiz chinesa e incorporando os traços da nova cultura. Sua identidade cultural torna-se, então, híbrida e fluida.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt, *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman*. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BENJAMIN, Walter. A tarefa do tradutor. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. (Org.) *Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)*. São Paulo: Ed. 34, 2013.
- BHABHA, Homi. *A questão do "outro": diferença, discriminação e o discurso do colonialismo in Buarque De Almeida*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- _____. *The Location of Culture*. London: Routledge, 1994.
- CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley. *Psicologia Social*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 58-75. Disponível em: <<https://psico48.files.wordpress.com/2012/04/ciampa-a-identidade.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

- CUCHE, Dennys. Cultura e identidade. In: *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 175-202.
- GRAÇA, Rodrigo Souza Fontes de Salles. *Tradução cultural e política: recepção de Walter Benjamin em Homi Bhabha*. São Carlos: Ufscar, 2012. 10 p. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~sempgfil/wp-content/uploads/2012/05/rodrigograca.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- GRAÇA, Rodrigo Souza Fontes de Salles. Tradução cultural e política em Homi Bhabha: recepção de a tarefa do tradutor de Walter Benjamin. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, São Paulo, n. 27, p. 96-113, abr. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cefp/issue/view/8623>>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- KWOK, Jean. *Garota, Traduzida*. Tradução de Paulo Afonso. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- PYM, Anthony. Cultural Translation. In: PYM, Anthony. *Exploring Translation Theories*. London: Routledge, 1970, p. 138-158. Disponível em: <<http://cw.routledge.com/textbooks/translationstudies/data/samples/9780415837897.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- RUTHERFORD, J. The Third Space. Interview with Homi Bhabha. In: Ders. (Hg): *Identity: Community, Culture, Difference*. London: Lawrence and Wishart, 1990.
- SOUZA, Lynn Mario T. Menezes de. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin (org). *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 113-133. Disponível em: <<http://www.osdemethodology.org.uk/texts/lynnbhabha.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- SUMEI, Zou. *Análise de Diferenças Culturais Entre a Educação Chinesa e a Ocidental*. 2018. 57 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Português Com Língua Segunda Ou Estrangeira, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: <<https://run.unl.pt/bitstream/10362/37776/1/%E7%BB%88%E7%A8%BF%20Dissertac%CC%A7a%CC%83o-Ta%CC%82nia.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2019.



PARTE 4

CIDADES E SEUS MOVIMENTOS

SUSTENTABILIDADE EM CIDADES DE URBANIZAÇÃO DISPERSA: MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E A PERDA DA IDENTIDADE DO LUGAR

Ana Claudia Nunes Alves

*Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU-UFF
Professora EBTT-Arquitetura do Instituto Federal Fluminense*

Introdução

O uso e ocupação do solo no modelo disperso monofuncional modernista, com o zoneamento de funções, estímulo ao crescimento e ao uso do automóvel como meio de transporte preferencial vem se mostrando insustentável, tanto do ponto de vista ambiental, como econômico e social, pois gera grandes transtornos em termos de mobilidade, além de elevar o custo de infraestrutura urbana. Nele a topografia é alterada, a mata destruída e a paisagem ganha contornos artificiais através da distribuição de funções em grandes edifícios com um paisagismo formal composto por árvores esparsas, grandes áreas descobertas e gramados.

Nossa reflexão parte das cidades dispersas e desta ‘artificialidade’ da paisagem para pensarmos a questão das identidades forjadas, onde o enraizamento e o sentimento de pertencimento parecem tão esgarçados e fragmentados quanto à própria conformação dos espaços.

Para isso, utilizaremos as essências espaciais da paisagem e do lugar, pois “qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes” (MEINIG, 2002, p.35). Desta forma, haveria uma aproximação entre a paisagem e o lugar em sua relação com a identidade a partir de experiências, símbolos e significados atribuídos ao espaço, ainda que esta relação se dê de maneiras distintas.

Isso porque, segundo LYNCH (1997), as imagens ambientais seriam o resultado de uma interação mútua entre o observador e o ambiente. Nela, o ambiente com suas especificidades e o observador, com seus objetivos e percepção, selecionaria, organizaria e daria novos significados àquilo que percebe. Assim, andar a pé proporcionaria uma ampliação de imagens ambientais. E,

Uma boa imagem ambiental oferece a seu possuidor um importante sentimento de segurança emocional. Ele pode estabelecer uma relação harmoniosa entre ele e o mundo à sua volta. Isso é o extremo oposto do medo que decorre da desorientação; significa que o doce sentimento da terra natal é mais forte quando não apenas esta é familiar, mas característica. (LYNCH, 1997: 5)

Desta maneira, a questão da paisagem e da relação entre observador e ambiente seria essencial à sensação de pertencimento e de segurança, o que nos faz refletir sobre os movimentos migratórios especialmente verificados em cidades de urbanização dispersa e certa fragilização da identidade urbana com conseqüente perda da memória coletiva.

Urbanismo (In) sustentável

O planejamento urbano disperso muito difundido após a expansão imobiliária dos anos 1970 inspirado no modelo racionalista, setorizado conforme o uso do solo, com traçado em quadrícula, de baixa densidade e pressupondo expansão ilimitada, além de desconsiderar características morfológicas e ambientais do sítio, acaba por tornar os espaços públicos desprovidos de valores simbólicos e históricos.

Este modelo moderno de planejamento sofreu inúmeras críticas por estudiosos de diversas áreas, tendo como um dos principais expoentes a jornalista Jane Jacobs, que em seu livro *Morte e vida de grandes cidades* (2000), analisa o urbanismo de diversas cidades americanas. Ela tece suas críticas sobre aquelas baseadas em quadras retangulares com grandes edifícios cercados de gramados, sistema viário hierarquizado voltado ao uso de automóveis e observa relações muito próximas destas com as cidades-jardim de Ebenezer-Howard.

Para a autora, a Ville Radieuse de Le Corbusier seria uma inspiração aperfeiçoada deste modelo, ainda que as cidades-jardim tivessem uma proposta de cidades compactas, com restrições ao crescimento urbano ilimitado. Ambas, ou ainda a City Beautiful de Burnham, seriam modelos que tornaram-se estéreis, sem vida e acabaram por gerar espaços públicos degradados e inseguros por utilizarem espaços monofuncionais, descaracterizando o espaço da rua como de convivência e gerando o isolamento e segregação social.

Segundo Jacobs (2000), estes modelos trabalhariam com usos e ocupações utópicos, negligenciando o cotidiano da população. Ela argumenta que a rua pertence às pessoas, defendendo a permanência de espaços de usos mistos e multifuncionais, onde os mesmos tenham frequentadores diversos durante o dia e a noite, promovendo vida e segurança ao ambiente urbano.

Todavia, ainda que com muitas críticas de diversos setores, o modelo moderno de hierarquização e setorização de usos ainda pode ser considerado como o predominante no planejamento urbano atual, sendo observado em diversas cidades brasileiras. Ele privilegia o uso do automóvel e estimula o crescimento econômico e populacional ilimitado das cidades, ainda que gerando grandes impactos sociais e ambientais, além de desvalorizar a história, descaracterizar costumes e transformar os espaços públicos em áreas desérticas, sem valor simbólico para seus usuários.

No Brasil, assim como em países dos EUA e Europa, a urbanização dispersa, caracterizada por constelações de ocupação, muitas vezes realizadas por iniciativas privadas que adquirem áreas antes rurais a preços baixos muitas vezes sem infraestrutura adequada, especialmente na franja das metrópoles, ocasiona usos, morfologias e relações simbólicas com o espaço que vem sendo debatidas e ainda compreendidas por estudiosos da área.

Como descrevem Costa & Bentes (2014),

O fenômeno da dispersão urbana é estudado, no Brasil, com base na constatação da descontinuidade do tecido urbano, com identificação de áreas distantes da ocupação urbana principal, convivente com *interlands*, vazios urbanos, ou extensos espaços livres, com predominância de baixas densidades e dependência de mobilidade distinta daquela que se apoia em diversos sistemas da estrutura viária local ou interurbana (COSTA & BENTES, 2014, p.5).

A expansão residencial verificada nessas áreas foi acompanhada da desconcentração de atividades industriais, comerciais, educacionais, de serviços e lazer, ampliando a necessidade de deslocamento interno entre os bairros periféricos e centrais, bem como intensificando a migração intermunicipal. Esse esgarçamento do tecido urbano afeta as relações sociais e fragiliza o sentimento de pertencimento da população local.

Para Silva e Romero (2011) esse modelo de cidade leva a espaços urbanos impessoais, reforçando que a consequência deles é a eliminação de um valor simbólico como referência para as edificações, o que neutraliza o entorno, diminuindo o sentido de vizinhança. Portanto, as pessoas não se reconhecem e passam a negar os espaços que ocupam face à ausência da noção de pertencimento, resultando no abandono do espaço público e na rápida obsolescência urbana.

Paisagem e lugar

Pode-se considerar que a paisagem como ambiente abrange tudo o que vivenciamos, não só a percepção em termos de sentidos, mas as relações que se estabelecem nas mesmas. Para Meinig (2002),

Aqueles interessados em localidades particulares participam da crença de que uma das grandes riquezas da Terra é sua imensa variedade de lugares. É uma visão que transcende em muito a procura banal do turista pelo exótico, os verdadeiros crentes são abrangentes. Literalmente cada lugar tem algum interesse. De fato, é uma visão de sugere que um sentido bem cultivado de lugar é uma dimensão importante do bem estar humano. (MEINIG, 2002, p.44)

Além disso, a partir dos lugares, se dão as paisagens. Como observado por Holzer (2006) e por Meinig (2002), paisagem é utilizada de tantas formas e sob tantos olhares que acaba sendo um termo ambíguo, muitas vezes definido através da negação. Assim, o presente trabalho possivelmente incorpora esta característica da paisagem, enfocando apenas um de suas múltiplas visões no intuito de aproximar a paisagem ao lugar na interpretação de identidades urbanas.

Assim, seguindo a proposta metodológica da geografia humanística, segundo a qual busca-se compreender as relações simbólicas que se dão no tecido urbano através de suas expressões artísticas, visuais, sociais, de usos, ocupações e outras capazes de presentificar a relação da população com determinados lugares. Conforme Cosgrove propõe:

A ideia de aplicar à paisagem humana algumas das habilidades interpretativas que dispomos ao estudar um romance, um poema, um filme ou um quadro, de tratá-la como uma expressão humana intencional composta de muitas camadas de significados, é claramente estranha para nós. Entretanto, isto é o que me proponho explorar, sugerindo maneiras de tratar a geografia como uma *humanidade* e como uma ciência social. (COSGROVE, 2004, p.97)

Paisagem cultural e identidade

A identidade é relacional, pois precisamos de uma identidade externa para fornecer as condições de existência da nossa. Desta forma, podemos dizer que a identidade é baseada na diferença, ou seja, na comparação do eu e do outro. Além disso, ela é marcada por meio de símbolos. (WOODWARD, 2012)

Woodward (2012) afirma que as identidades podem se estabelecer por seus antecedentes históricos, buscando reafirmar suas identidades e, podendo até criar novas identidades a partir do passado.

O *social* e o *simbólico* referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são ‘vivas’ nas relações sociais. (WOODWARD, 2012, p.14)

A paisagem tem assim, um sentido político, sendo um “poderoso meio através do qual sentimentos, ideias e valores são expressos” (COSGROVE, 1993, p. 8) e simultaneamente modelam esses mesmos sentimentos, essas ideias e esses valores. Por meio da perspectiva dos significados Cosgrove vai além da morfologia da paisagem, enriquecendo o conhecimento sobre a paisagem cultural. (CORREA, 2014, p.42)

A identidade do lugar refere-se ao passado ambiental do sujeito, trazendo um conjunto de memórias, ideia, sentimentos e interpretações a respeito dos diferentes espaços e lugares vivenciados ao longo da vida. Essa identificação com determinados lugares é adquirida ao longo de nossas experiências de vida. Todas estas sensações formam esquemas perceptivos que determinam percepções futuras, ou seja, proporcionam o que chamamos de visão de mundo. A relação entre a paisagem cultural e os lugares se dará, porém, em diferentes escalas de uso e apropriação. Ambos apresentando impactos na identidade urbana.

Na medida em que as cidades de urbanização dispersa, especialmente as situadas na franja das metrópoles, baseiam-se em sistemas de transporte que privilegiam o uso do automóvel, as trocas simbólicas, a percepção do ambiente e a construção de memórias coletivas alteram-se também, criando novas identidades ainda pouco conhecidas e exigindo métodos de reconhecimento que traduzam as subjetividades humanas dessas ocupações. Com isso,

A ideia de aplicar à paisagem humana algumas das habilidades interpretativas que dispomos ao estudar um romance, um poema, um filme ou um quadro, de tratá-la como uma expressão humana intencional composta de muitas camadas de significados, é claramente estranha para nós. Entretanto, isto é o que me proponho explorar, sugerindo maneiras de tratar a geografia como uma humanidade e como uma ciência social. (COSGROVE, 2004, p.97)

Considerando ainda que a cultura é determinada e determinante das ações humanas,

Revelar os significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira autoconsciente e, então, *re-presentar* essa paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos. (COSGROVE, 2004, p.103)

A interpretação da paisagem, enquanto paisagem cultural implicaria, então, um cuidado com a linguagem e com a atenção ao espaço e tempo para que não venhamos a cair na tentação de inserir nossa imaginação. Essa interpretação pode incluir os próprios produtos culturais como poemas, músicas e objetos

que nos auxiliam a encontrar os significados de determinadas paisagens e lugares.

Do ponto de vista da geografia cultural [...] É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. e por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política, etc. (BERQUE, 2004, p.86)

A compreensão dos valores simbólicos e da identidade dos lugares se torna possível, então, com o apoio dos estudos da paisagem cultural, pois se a identidade é relacional, uma vez que precisamos de uma identidade externa para fornecer as condições de existência da nossa, ela é construída a partir de um outro que não é. Desta forma, podemos dizer que a identidade é baseada na diferença, ou seja, na comparação do eu e do outro. Além disso, ela é marcada por meio de símbolos. (WOODWARD, 2012)

Woodward (2012) afirma que as identidades podem se estabelecer por seus antecedentes históricos, buscando reafirmar suas identidades e, podendo até criar novas identidades a partir do passado.

O *social* e o *simbólico* referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são 'vivas' nas relações sociais. (WOODWARD, 2012, p.14)

E se nas cidades dispersas as relações homem-ambiente se dão também de maneira fragmentada, podemos indagar até que ponto são forjadas novas identidades e em que medida o sentimento de pertencimento pode se dar.

Paisagem e identidade do lugar como elementos da sustentabilidade urbana

O planejamento urbano sustentável considera não só a materialidade das cidades, mas sua identidade e seus valores simbólicos. Considera-se aqui como principal estratégia de proteção o “fortalecimento do sentimento de pertencimento dos habitantes e suas cidades, como de promoção de uma imagem que marque a cidade por seu patrimônio biofísico, estético ou cultural em sentido amplo.” (ACSELRAD, 2001, p.44)

“Todos os lugares possuem identidade devida a três componentes interrelacionados: traços físicos, atividades e funções observáveis, e significados ou símbolos.” (HOLZER, 2006, p.119)

A partir dos sentidos de orientação e identidade, funções psíquicas essenciais para que os espaços transformam-se em lugares (SCHULZ, 1976), seria possível resgatar o sentido de pertencimento e as relações simbólicas dos espaços públicos como lugares de encontro, aumentando a vivacidade, segurança e preservação social, cultural e ambiental.

Conforme os espaços são humanizados e agregam experiência de vida a seus habitantes, tornam-se lugares. E estes só existem à medida que adquirem definição e significado, se manifestando através da personalidade e da história individual de cada habitante em seu relacionamento com o espaço, um núcleo de significados que conferem ao ambiente características e afetos singulares compartilhados entre os indivíduos que utilizam estes espaços. Esta troca mútua confere aos lugares uma identidade.

Se Lynch (1997) já destacava a importância prática e emocional das imagens mentais e da orientação para a noção de pertencimento, Silva e Romero (2011) são enfáticos quanto à importância desta relação íntima com os espaços, observando que quando se perde o domínio visual da paisagem, se aceita a negação sensorial, o que implicaria em não se importar ou não destacar as qualidades de determinado lugar.

Considerações finais

Apesar da preocupação crescente com a sustentabilidade e de diversos estudos que demonstram a insustentabilidade do modelo disperso de planejamento urbano, este ainda se mantém por razões de ordem principalmente econômica.

Com o aumento da globalização e da dispersão urbana, sobretudo em áreas que estimulam o uso do automóvel, se perderia essa relação perceptual do caminhar, ocasionando, ainda, uma perda de significado simbólico de certos espaços, principalmente áreas públicas destinadas às trocas, tais como praças, mercados públicos e outros. A segmentação, segregação e fragmentação de usos, associada aos fluxos migratórios ocasionariam, então, perda da identidade e pertencimento.

Por outro lado, em modelos de planejamento urbano que se pretendem sustentáveis, a permanência de múltiplos usos e ocupações dos espaços públicos e aqueles entre as edificações, tais como as ruas, pois poderiam proporcionar vida, significado e identidade às cidades como uma forma de resistência ao apagamento das memórias e da perda das trocas simbólicas nos espaços públicos das cidades.

Pode-se dizer que essa nova maneira de planejar também estabeleceria uma nova relação espaço-tempo dos habitantes com o ambiente, na medida em que tenderia a reduzir as distâncias e proporcionar o deslocamento a pé, estimulando relações de pertencimento com o lugar, o que fortaleceria a proteção do patrimônio material e imaterial, incluídos aí os aspectos históricos, sociais, culturais e ambientais. Estes estudos, porém, destinam-se apenas a lançar algumas questões iniciais a respeito do tema.

A geografia humanística, a partir dos estudos sobre a paisagem cultural, possibilita a ampliação no olhar de arquitetos e urbanistas sobre o planejamento urbano e ambiental, considerando dimensões sociais, simbólicas e poéticas na apropriação dos espaços, o que pode ser considerado como essencial em reflexões sobre a memória e preservação de determinados lugares em seu potencial de significação para a população local.

Referências

- ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- CORREA, Roberto Lobato. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a Paisagem e o Passado. Rio de Janeiro: Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 4, N.1, p. 37-46, 2014.
- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: Paisagem, tempo e cultura. CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. 2ª Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p.92-123.
- COSTA, Maria de Lourdes P. M. & BENTES, Julio Claudio da Gama. Dispersão urbana e os desafios para propostas inovadoras. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo: arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo, 2014. p.1-14. <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST-CDR-008-1-COSTA-BENTES.pdf> . Acesso em mar 2019.
- HOLZER, Werther. Sobre paisagens, lugares e não-lugares. In: Geografia, percepção e cognição do meio ambiente. OLIVEIRA, Livia de; FERREIRA, Yoshiya N.; GRATÃO, Lucia H. B.; MARANDOLA Jr, Eduardo (org). Londrina: Edições Humanidades, 2006, p.109-128.
- HOLZER, Werther. Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI. Tese de doutorado em geografia. São Paulo: USP, 1998.
- JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. Tradução Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MEINIG, Donald W. O olho que observa: dez versões da mesma cena. Tradução Werther Holzer. Espaço e Cultura, n. 13, p. 35-46, 2002 [1976].
- SILVA, Geovany Jessé Alexandre da; ROMERO, Marta Adriana Bustos. O urbanismo sustentável no Brasil. A revisão de conceitos urbanos para o século XXI (parte 01). Arquitextos, São Paulo, ano 11, n. 128.03, Vitruvius, jan. 2011 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.128/3724> . Acesso em dez 2017.
- SILVA, Geovany Jessé Alexandre da; ROMERO, Marta Adriana Bustos. O urbanismo sustentável no Brasil. A revisão de conceitos urbanos para o século XXI (Parte 02). Arquitextos, São Paulo, ano 11, n. 129.08, Vitruvius, fev. 2011 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.129/3499> . Acesso em dez 2017.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. Genius loci. Towards a phenomenology of architecture. Edinburg College of Art Library, Rizzoli Ed., 1976.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. SILVA, Tomaz Tadeu da. (org) 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p.7-72.

“SEPARA UM LUGAR NESSA AREIA”: A MARGINALIZAÇÃO GEOGRÁFICA RETRATADA EM MÚSICA NO RIO DE JANEIRO DA REDEMOCRATIZAÇÃO.

Bruno Vinícius Leite de Morais¹

Universidade Federal de Minas Gerais

O texto que aqui se inicia foi inspirado por uma questão norteadora: Qual o real sentido de "democracia" evocado quando falamos na redemocratização brasileira? Por certo essa pergunta, se não de resposta impossível, ao menos não há de ser fácil, indiciando ou evidenciando, quando nos aproximamos do contexto, uma gama de sentidos contrapostos mobilizados pelos atores contemporâneos. Tendo em vista que a população brasileira viveu, até o momento, duas experiências ditatoriais – uma, entre 1937 e 1945, comumente retratada como Era Vargas e outra após o golpe de Estado, de natureza civil e militar, ocorrido em 1964 resultando em uma ditadura militar que perdurou até 1985 – é prudente circunscrever qual dos períodos de reestabelecimento democrático referimos. A redemocratização abordada será a transcorrida na década de 1980, quando amplos setores da sociedade brasileira reivindicam o Estado democrático em oposição à ditadura militar que perdurava desde abril de 1964.

A aparente concordância na reivindicação pela democracia, porém, não deve sugerir um consenso sobre o conteúdo reivindicado para além de um ponto de convergência mínimo: as representações políticas, particularmente na presidência da República, serem eleitas pela população civil, em detrimento à sucessão militar interna e indicações “pelo alto” para os cargos do executivo que ocorriam nos anos de ditadura. Evocar a democracia, portanto, permite remeter a uma variedade de significados. Para o filósofo francês Jacques Rancière o conceito significaria não uma forma de governo – o das eleições diretas, como ficou fixado no senso comum – mas um processo constante de

¹ Doutorando em História e Culturas Políticas com orientação de Miriam Hermeto de Sá Motta. Bolsista CNPq.

luta dos grupos marginalizados contra um sistemático projeto de exclusão ao qual são submetidos (RANCIÈRE, 2014). Definição que parece conciliável ao conjunto de movimentos e atores sociais que se encontram na cena pública brasileira no apelo democrático. Mulheres, pessoas negras, homossexuais, associações de bairro, sindicalistas, ecologistas, etc., cada qual projetando e inserindo na democracia a ser reestabelecida o conteúdo de suas pautas.²

A variedade de significados e conteúdos possíveis à “democracia” no contexto citado é ressaltada pelo historiador Marcos Napolitano, ao apresentar a questão democrática como um ponto de convergência entre os opositores do regime no decorrer da década de 1970:

Se a questão democrática era um ponto de convergência, as várias leituras do que significava democracia e os vários projetos de transição política que elas encerram eram pontos de tensão dentro da sociedade. Para as associações profissionais identificadas com a tradição liberal, como a OAB e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), democracia era o “estado de direito”, marcado pelo império da lei, pelo equilíbrio dos poderes de Estado, pelas liberdades civis (reunião, manifestação e expressão) e pela igualdade jurídica entre os indivíduos. Para os movimentos sociais de esquerda, era isso e algo mais, configurando a chamada “democracia substantiva”, marcada pela efetiva participação popular nas decisões dos governos, pela construção de políticas de distribuição de renda e limites ao direito de propriedade. Para setores ainda mais à esquerda, de tradição marxista, era a realização da democracia popular de massas, de caráter delegativo e calcada mais em direitos sociais do que propriamente políticos (NAPOLITANO, 2014, p. 248).

O conteúdo e os limites da reivindicação por uma “democracia substantiva”, portanto, angariavam maiores dimensões com a mobilização na cena pública dos “novos” atores sociais referenciados acima. O encontro igualitário de dessemelhantes em um *comum*, raiz da noção de democracia e de política de Rancière, contudo, não parece ter orientado o processo da redemocratização brasileira, apesar da amplitude progressista da Constituição promulgada em 1988, que ficaria conhecida como “a constituição cidadã”. Partindo desta constatação, o recorte proposto no presente texto busca fugir das dimensões macro da política institucional a fim de investigar, na dimensão micro do social, um mecanismo de exclusão, uma “estética da política” quanto

² Um interessante documento de época sobre os diversos movimentos emergentes na cena pública é SINGER, P. & BRANT, V. (orgs.) *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980.

a quem é permitido tomar parte na configuração de um espaço comum. Acredito que na análise micro sugerida é possível identificar elementos de um movimento e esforço de setores das classes médias e elites em manter uma realidade segregada, que alude, ou ao menos permite referenciar, ao projeto de manutenção de hierarquias e exclusões sociais que sairia vitorioso no plano macro, apesar da elaboração de uma constituição mais inclusiva no contexto.

Deste modo, a análise proposta para este texto pretende, como em um jogo de escalas, aludir à exclusão social na democracia republicana através dos discursos de segregação no espaço pontual de uma praia. O objeto, no contexto da redemocratização, alcança o eco do esforço para a manutenção de antigas hierarquias sociais, demarcadas também em separações geográficas no espaço urbano. Um esforço que repercutiu na sensibilidade artística representada e documentada no formato canção, através de uma canção lançada em meados dos anos 1980 pela banda de rock paulista Ultraje a Rigor, o objeto desta análise. A abordagem ainda é introdutória, carecendo de maior densidade, mas ainda assim, passível de proveito ao leitor.

A banda Ultraje a Rigor foi formada na cidade de São Paulo no início da década de 1980, sendo umas das precursoras do chamado Brock – o rock brasileiro oitentista – no mercado fonográfico. A banda tem como membros fundadores os amigos Roger Rocha Moreira (líder e principal compositor, sendo o único membro presente em todas as formações do grupo) e Leonardo Galasso, de nome artístico Leôspa. Após viverem juntos uma temporada nos Estados Unidos da América entre 1979 e 1981, a dupla de amigos retorna a São Paulo e decide formar uma banda cover de Beatles e de bandas de rock dos anos 1950 e 1960. A Roger e Leôspa, respectivamente cantor/guitarrista e baterista, juntam-se o baixista Silvio Jansen e o guitarrista Edgard José Scandurra Pereira - este que logo se tornaria o nacionalmente conhecido líder e compositor de outra consagrada e longeva banda da mesma geração, o Ira!. Scandurra batizou o grupo de Ultraje a Rigor, referenciando, humoradamente, à performance descomprometida com a qual executavam os covers. Ainda nesses primeiros momentos Silvio deixaria a banda, ingressando Maurício Fernando Rodrigues ao contrabaixo, que permaneceria até 1990.

No contexto inicial de abertura comercial ao "novo rock brasileiro", após o sucesso da banda carioca Blitz a partir do disco compacto inicial "Você não

soube me amar”, em 1982, a formação Roger, Leôspa, Edgar e Maurício logo seria contratada pela multinacional Warner e ainda no primeiro semestre de 1983 lançaria um primeiro disco compacto contendo suas composições “Inútil” e “Mim quer tocar”. Os versos iniciais *A gente não sabemos escolher presidente,/ a gente não sabemos tomar conta da gente*, de “Inútil”, potencializam o impacto da recepção do compacto, que venderia cerca de 30 mil cópias.³ Referia-se a um tema caro ao contexto imediato da produção da canção e seu lançamento, a campanha pelas *Diretas Já*, que então levavam milhares de brasileiros às ruas em diversas regiões do país entre os anos de 1983 e 1984, reivindicando participação direta na eleição presidencial que ocorreria em 1985. O país vivia tempos de grandes expectativas quanto à propagandeada reabertura política, após completar quase 21 anos em um governo autoritário, e a campanha pelas eleições diretas então concentrava as demandas e os anseios democráticos que tomavam a cena pública brasileira.

A campanha pelas Diretas Já apoiava a Proposta de Emenda Constitucional nº05/1983, intitulada *Emenda Dante de Oliveira Pereira de Carvalho* em referência ao deputado federal que a propôs. Enquanto milhares de pessoas saíam às ruas, a canção “Inútil” do recém lançado compacto do jovem grupo de rock ganharia apelo popular e se tornaria um dos hinos informais do movimento. A primeira parte do verso fazia referência direta à tentativa de limitação da extensão do voto pela eleição indireta – a feita pelo próprio congresso nacional. O complemento da segunda parte do verso citava ecoava um comentário do ídolo futebolístico Pelé, que, em contraponto às reivindicações, teria dito às mídias nacionais que os brasileiros não estavam preparados para votar pra presidente. Apesar do amplo apelo popular e mobilização nas ruas, os setores da sociedade civil pleiteadores do voto direto seriam derrotados e a emenda seria reprovada. O processo de transição política brasileira teria seu primeiro presidente civil após 21 anos, Tancredo Neves, escolhido sem a participação direta no voto popular.

Voltando ao Ultraje, a segunda canção presente no compacto citado, composta por Roger Moreira, assim como a anterior, seria o reggae “Mim quer tocar”. Embora de menor repercussão do que “Inútil”, o Lado B também

³ A vendagem é citada em ALEXANDRE, Ricardo, 2002. P. 165. A referência biográfica da banda é baseada neste livro e em ASCENÇÃO, Andréa, 2011. 352 p.

abordava o tema das Diretas Já em um breve verso de sua segunda estrofe: *Mim é brasileiro/ Mim gosta banana/ Mas mim também quer votar/ Mim também quer ser bacana*. Ambas as canções, embora com comentários políticos (mais pontual, no caso da segunda), eram apresentadas de forma sarcástica, com uso do humor tanto nas letras quanto na performance executada. Aliás, o humor e o escárnio compunham parte do principal aspecto da proposta da banda, já definido desde a escolha do nome, como falado outrora.

A inserção do Ultraje a Rigor na indústria fonográfica, portanto, poderia sugerir uma banda que, embora de forma irreverente, apresentasse temas com uma destacada preocupação ou mesmo engajamento social – uma contraparte politizada à banda Blitz, também caracterizada por uma performance cômica, sendo pioneira nesses primeiros passos do rock na indústria fonográfica com o sucesso do compacto “Você não soube me amar”, lançado em julho de 1982. Essa leitura e expectativa inicial poderia ser ainda ratificada por possíveis efeitos para a imagem da banda das repercussões do compacto, como no episódio de destaque que citamos abaixo:

Um comício de Curitiba, também em janeiro [de 1984], gerou mais comentário acerca de “Inútil”, quando Carlos Átila, o porta-voz do presidente João Figueiredo, declarou que as manifestações populares só serviam para “desestabilizar a sucessão”. Em resposta, o deputado Ulisses Guimarães, do PMDB, disse à imprensa que mandaria a Átila uma cópia do single *Inútil* para que ele “tocasse e ficasse ouvindo”. (ALEXANDRE, 2002: 164).

O trecho acima, citado por Ricardo Alexandre, narra um episódio que se tornaria célebre no histórico do grupo. Necessário ponderar, no entanto, que o caso pode não ter ocorrido da forma canonizada, conforme pontua a jornalista Andréa Ascenção, biógrafa da banda:

O sucesso de *Inútil* é inegável, mas Carlinhos revela: *Ulysses Guimarães nunca falou para Carlos Átila comprar o compacto do Inútil, esta história não é verdade, foi inventada por um jornalista. Só vim a descobrir um tempo depois*. Certa vez, a caminho de um show, os ultrajes encontram o deputado na sala VIP de um aeroporto de Brasília. Cacá Prates incentiva uma conversa. E Carlinhos descobre que Ulysses Guimarães não tem conhecimento de tal declaração. Já o empresário da banda vê a situação de outro ângulo. *Isso são coisas do folclore, que têm na política, na música, no futebol. Como político, você pode num*

momento falar que não disse nada disso, mas ter dito. Porque, também, um jornalista nunca vai dizer alguma coisa que não seja correta. O Doutor Ulysses ponderou à maneira dele, político. (ASCENÇÃO, 2011: 62).

O “Carlinhos” citado pela jornalista é Carlos Bartolini Castello Branco, músico que assume a guitarra solo na banda pouco após o bem sucedido lançamento do primeiro disco compacto. O guitarrista de até então, Edgard Scandurra, vendo o crescimento do Ultraje e o consequente aumento das demandas profissionais, opta por deixar a banda a fim de se concentrar na sua banda principal desde essa época – até a atualidade – o Ira!. Quanto à dúvida de Carlinhos, tendo ocorrido ou não o comentário de Ulysses Guimarães, a recepção inicial do Ultraje a Rigor incluiria uma dimensão política. A banda, porém, em entrevista publicada em 1984, conforme Ascensão, buscaria relativizar sua vinculação a essa impressão inicial:

Devido às críticas que as duas primeiras músicas trazem nas entrelinhas de suas letras, o Ultraje a Rigor é rotulado de rock político. Em entrevista à Roll, uma das primeiras revistas segmentadas em rock e com abertura para as bandas nacionais, Roger confessa que *foi chato, mas todo mundo acaba se interessando por política, mesmo que não queira. Você vê a crise, vê essa palhaçada de eleição (...)* Mas, na verdade, o público não cobra essa posição política da gente, não. E Maurício reconhece o quanto essas músicas são importantes para projetar a banda num momento mais do que oportuno. (ASCENÇÃO, 2011: 42).

Amenizando as possíveis afiliações da banda com a temática política estrito senso, o segundo disco compacto lançado pelo Ultraje, em setembro de 1984, inclui as canções “Eu me amo” e “Rebelde sem causa”, já com o guitarrista Carlinhos. A primeira das canções ironiza com uma retratação egocêntrica e a segunda apresenta teor satírico à rebeldia da juventude de classe média. Ambas as canções, porém, novamente investindo na perspectiva irreverente que caracteriza a proposta de composições e performances do grupo.⁴ O impacto comercial inicial e volume de shows encorajariam a Warner a lançar o primeiro LP da banda, que sairia em julho de 1985 (um tempo

⁴ O uso do humor foi uma característica de diversas bandas que tiveram destaque midiático nos anos 1980. Além do Ultraje e da já citada Blitz, nomes como Eduardo Dusek, Herva Doce, João Penca & Seus Miquinhos Amestrados são exemplares, entre diversos outros, do uso de um humor escrachado. Um artigo interessante sobre o humor na década de 1980, embora focando na produção de quadrinhos undergrounds, é MARTINS, Aline, 2014, pp.165-185.

longo, a pensar na lógica da indústria fonográfica e considerando o sucesso do compacto inicial, lançado dois anos antes), com um repertório selecionado através de votação do público e já bastante executado nos shows da banda. (ASCENÇÃO, 2011: 64). Apesar do repertório já testado ao vivo predominar, o disco seria intitulado pela canção de composição mais recente entre o repertório gravado, *Nós vamos invadir sua praia*.

A canção “Nós vamos invadir sua praia”, assim como todas as quatro do Ultraje a Rigor anteriormente lançadas no circuito comercial e a maioria das presentes no disco são de autoria solo de Roger Moreira, letra e música. Apenas duas das onze canções presentes no LP de estréia são parcerias de Roger com outros membros da banda. Além das quatro canções presentes nos compactos anteriores e da canção título, as demais escolhidas para integrar o álbum foram “Zoraide”, “Ciúme”, “Marylou” (Edgard/Roger/Maurício), “Jesse Go”(Roger/Maurício), “Se você sabia” e “Independente futebol clube”. As demais canções deste primeiro álbum prosseguem em temas mais triviais, geralmente retratando relações amorosas, sem comentários de natureza política como os presentes nas canções oriundas do compacto inicial.

Se a temática predominante no disco *Nós vamos invadir sua praia* pode ser considerado mais trivial, a letra da canção na qual o título se baseia ainda refere a uma temática social:

Daqui do morro dá pra ver tão legal/ O que acontece aí no seu litoral/ Nós gostamos de tudo, nós queremos é mais/ Do alto da cidade até a beira do cais/ Mais do que um bom bronzeado/ Nós queremos estar do seu lado/ Nós tamo entrando sem óleo nem creme/ Precisando a gente se espreme/ Trazendo a farofa e a galinha/ Levando também a vitrolinha/ Separa um lugar nessa areia/ Nós vamos chacoalhar a sua aldeia/ Mistura sua laia/ Ou fuge da raia/ Sai da tocaia/ Pula na baia/ Agora nós vamos invadir sua praia/ Agora se você vai se incomodar/ Então é melhor se mudar/ Não adianta nem nos desprezar/ Se a gente acostumar a gente vai ficar/ A gente tá querendo variar e a sua praia vem bem a calhar/ Não precisa ficar nervoso/ Pode ser que você ache gostoso/ Ficar em companhia tão saudável/ Pode até lhe ser bastante recomendável/ A gente pode te cutucar/ Não tenha medo, não vai machucar.

Em um período no qual havia uma pequena rivalidade entre grupos de rock originários de São Paulo e do Rio de Janeiro, o refrão da canção consolidou a ideia de ser um manifesto paulista quanto à invasão “da praia” carioca - ou

seja, metáfora de adentrar um território tido como hostil. A aparente hostilidade é ressaltada pela biógrafa Andréa Ascenção, ao referenciar o interesse do Ultraje em “conquistar” o Rio de Janeiro, local das grandes gravadoras (incluindo a própria Warner, com quem a banda assinara contrato) e sede do primeiro *Rock in Rio*, uma mega produção com diversos shows de consolidadas bandas do rock internacional e bandas nacionais, particularmente as cariocas: “Talvez por isso, em princípio há uma rixa. As bandas paulistas sentem alguma dificuldade em penetrar no gosto do público carioca e vice-versa, como acontece com o Barão Vermelho em São Paulo.” (ASCENÇÃO, 2011: 68,69).

A letra de “Nós vamos invadir sua praia”, a canção, no entanto, mais do que referenciar uma rixa ou resistência nos regionalismos do *brock*, aborda uma referência nítida a uma disputa por um espaço urbano, o uso de uma praia. Em detrimento a um compositor oriundo das classes médias paulistas - situando a composição, na relação entre os "modos de fazer, os modos de ser e os de dizer" da produção artística, ainda como uma constituição estética que circula das classes médias para as classes médias. Ou seja, um membro da classe média atribuindo a finalidade de ironizar a sua classe -⁵, a primeira pessoa na história cantada pela canção é um habitante do morro em contraposição aos interlocutores litorâneos. Ascenção explicita esta interpretação:

A faixa-título do disco, Nós vamos invadir sua praia, sugere as várias intenções do Ultraje a Rigor. Uma delas se refere à facilidade que os moradores do subúrbio carioca ganham com as novas linhas de ônibus da zona norte para zona sul do Rio de Janeiro. O governador da cidade, Leonel Brizola, garantiu

⁵ A referência aqui é a uma reflexão de Rancière quanto a quem toma parte - e, por consequência, quem é excluído - na posição legítima da partilha do sensível (na produção artística, a quem cabe o visível e o dizível). Dada a complexidade do autor, justifiquemos com suas próprias palavras, apesar da longa citação: "Pelo termo de constituição estética deve-se entender aqui a partilha do sensível que dá forma à comunidade. Partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição de quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas. Antes de ser um sistema de formas constitucionais ou de relações de poder, uma ordem política é uma certa divisão das ocupações, a qual se inscreve, por sua vez, em uma configuração do sensível: em uma relação entre os modos de *fazer*, os modos de *ser* e os de *dizer*; entre a distribuição dos corpos de acordo com suas atribuições e finalidades e a circulação do sentido; entre a ordem do visível e do dizível." In: RANCIÈRE, J. Prefácio. In: *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. pp. 7-8. Grifos do original.

diversão na praia para todos, mas enfrentava reações descontentes da elite bronzeadada que agora dividia a praia com outra laia (ASCENÇÃO, 2011: 68,69).

Em livro do jornalista Ricardo Alexandre, uma obra mais abrangente sobre o rock brasileiro oitentista, uma entrevista com o próprio Roger Moreira atesta as duas mensagens acima pontuadas: “E ‘Nós vamos invadir sua praia’ era um hino a favor da miscigenação, tanto sobre um grupo paulista no Rio de Janeiro, quanto sobre uma linha de ônibus criada pelo Brizola que ligava o subúrbio à zona sul carioca.” (ALEXANDRE, 2002: 225).

Confirmada pelo compositor a relação da canção com uma política pública realizada em seu contexto, situemos o leitor. No ano de 1984 o governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, realizou a estatização das linhas de ônibus que atendiam ao estado, junto à compra de 200 novos veículos. No mês de novembro de tal ano, o governador propôs e criação da linha municipal 461, a primeira a cruzar o Túnel Rebouças, ligando, assim, a Zona Norte à Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.⁶ A possibilidade de criar conexão direta entre espaços que reafirmam uma segregação sócio-econômica também expressa na divisão geográfica da cidade causou rebuliço e oposição dos setores conservadores da Zona Sul, *locus* das classes médias e elites econômicas do estado. Uma reportagem de Joaquim Ferreira dos Santos, publicada em 04 de novembro de 1984, no Caderno B do Jornal do Brasil é simbólica da reação desses setores. Sintomaticamente intitulada *Nuvens suburbanas sob o sol de Ipanema (a que já foi paraíso)*, a reportagem contou com entrevistas a diversos moradores da região de Ipanema:

Ipanema, essa senhora cada vez mais gorda e poluída, reclama de novas estrias e dentes cariados em seu corpanzil: agora é culpa dos ônibus Padron, a linha 461 que, há um mês, está trazendo suburbanos para seu "paraíso", numa viagem de apenas 20 minutos, via Rebouças. É o que dizem seus moradores, inconformados. Ouçam só:- Que gente feia, hein?! (Ronald Mocdes, artista plástico, morador da Garcia D'Ávila, bem em frente ao ponto do ônibus). [...] - É chocante dizer, mas eles estão desacostumados () com os costumes do bairro. Nem vou mais à praia aqui. É farofeiro para tudo quanto é lado, olhando a gente de um modo estranho. Ficam passando aquele bronzeador. A sensação é de que eles estão invadindo o nosso espaço. (Maria Luiza Nunes dos*

⁶ Informações extraídas dos sites: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/2aabd3444f064a4183257ec300675a34?OpenDocument> e <http://negobelchior.cartacapital.com.br/brizola-as-praias-o-racismo-e-a-globo/> Último acesso em 19/06/2018.

Santos, ex-freqüentadora da praia da Garcia D'Ávila e que agora só vai ao Pepino). [...] Os comerciantes estão se organizando e já despacharam diversos abaixo-assinados aos gabinetes de Leonel Brizola, de Jaime Lerner (o secretário que inventou a linha de ônibus), ao Detran, a todos que eles julgam com poderes para erradicar o mal. Reclamam também do inferno que se formou no trânsito. [...] Há muito tempo que Luli não frequenta a praia de Ipanema, preferindo as delícias mais calmas e limpas da Barra da Tijuca. Mas, definitivamente, já não há qualquer gueto de sofisticação sobre nossas areias, lamenta. Pois até a Barra está sendo cortada por outra linha da Padron, diretamente de Madureira. Na praia de domingo passado, Luli já sentiu a diferença. [...] Os moradores de Ipanema sugerem que a Padron faça seus pontos no Jardim de Alá, na Praça General Osório, na Henrique Dumont, na Epitácio Pessoa, locais mais amplos, onde não causam qualquer dano ao fluxo do trânsito. E que a polícia, o 19º Batalhão, dê blitz constantes no bairro. [...] Os depoimentos se sucedem, falam de churrasqueiras na praia, de bóias de pneus, do trânsito emperrado atrás das enormes traseiras dos Padron. Para que tudo melhore há tanto os que sugerem a mudança dos pontos, a retirada dos ônibus, mais polícia nas ruas, assim como mais educação. Mas pedem pressa. Pois o verão está aí e antes dele o Natal, mês que vem. - A gente paga imposto tão caro para eles botarem essa pobreza na porta da gente. parece até a Central do Brasil. De vez em quando a gente passa por eles e grita "Japeri". Eles ficam chateados. (Ronaldo Mocdes, artista plástico). - Fica essa negrinagem aí na porta... (Cristina Campos, vendedora da Spy and Great). [...] - Eles têm direito de ir à praia, mas podem ir de maneira organizada. Ou senão ficar na praia deles, em ramos. O governo podia fazer também um lago artificial pra eles lá no subúrbio (Maria Luiza Nunes dos Santos, vendedora da Faganello).⁷

A longa citação de trechos da reportagem nos permite perceber não apenas uma aproximação com a temática da canção “Nós vamos invadir sua praia”, mas também de termos referenciados na canção, como a designação pejorativa “farofeiros” e a expressão, usada pela vendedora Maria Luiza Nunes dos Santos, de que estão “invadindo o nosso espaço”. Não há confirmação de que Roger tenha lido essa reportagem – embora seja possível e até provável, considerando que o *Jornal do Brasil* era um veículo informativo de destaque. Ou que outros veículos trouxessem notícias parecidas –, mas é perceptível a similitude entre os argumentos queixosos da elite carioca expressos nesta reportagem e a letra da canção citada. Interessante também reafirmar o fato de ser uma canção recente, a única composta pela banda diretamente para o

⁷ Joaquim Ferreira dos Santos. *Nuvens suburbanas sob o sol de Ipanema (A que já foi paraíso)*. JB, 4 de novembro de 1984. Extraído em: <http://www.marcelodamico.com/2013/11/sem-preconceito-mas-que-tal-um.html> Último acesso: 19/06/2018.

disco: “Para o Nós vamos invadir sua praia, apenas a faixa-título do disco é composta, as demais já estavam prontas e incluídas no repertório de shows em barzinhos, danceterias e qualquer outro lugar onde tocassem.” (ASCENÇÃO, 2011: 90).

A hipótese apresentada no presente texto é que a repercussão midiática da polêmica quanto ao uso deste espaço público de lazer, ou ao menos o acontecimento que motivaria as notícias, estimulou a criatividade de Roger Moreira para que, com o uso do tom humorístico característico da banda, pudesse comentar o acontecimento. Lembrando que se trata de uma banda oriunda de São Paulo, ou seja, alheia às repercussões do acontecimento *in loco*. O enredo da canção retrata, pela perspectiva de um *eu lírico* oriundo da Zona Norte, uma situação concreta sobre o uso de um espaço urbano em uma configuração comum às grandes cidades brasileiras: as hierarquias e desigualdades geo e sócio-econômicas inscritas e demarcadas na apropriação do espaço público, a dividir e afirmar quem pode tomar parte neste espaço comum. E ao operar este movimento de interpretação de uma realidade marginalizada, tornando-a objeto de uma expressão artística, a canção é capaz de aproximar essa experiência, então de anônimos (vejamos que na entrevista citada só aparecem nomes dos moradores da Zona Sul, os da Zona Norte aparecem apenas através das imagens e estigmas que lhe são atribuídos), de uma visibilidade efetiva.⁸

A praia mencionada na canção, é tornada, assim, um “enclave fortificado”, aludindo ao termo de Teresa Pires do Rio Caldeira. Um espaço que, embora não seja um local privado, pode sofrer uma espécie de privatização informal por parte de um grupo privilegiado, sendo fechado e monitorado, configurando o principal instrumento de um novo tipo de segregação, justificada pelo medo do crime e da violência. (CALDEIRA, 2000). A proximidade espacial entre grupos heterogêneos que estão cada vez mais separados social e economicamente, conforme a leitura sugerida por Teresa Caldeira, torna-se materializada pela construção de muros. No caso das praias cariocas no contexto abordado não se trata da construção de um muro físico, mas de um muro simbólico que é escancarado pelos moradores através dos

⁸ RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. SP. EXO / Ed. 34, 2005; em especial, cap. 3.

argumentos referenciados na reportagem, particularmente nas solicitações de manutenção da segregação. Contudo, se o muro é simbólico, a iniciativa de Brizola é uma "ponte" concreta, através da linha de ônibus, provocando a reação que explicita e publiciza a existência do muro. Um exemplo eficaz deste "muro", da separação entre quem pode tomar parte, aparece em outra fala de Maria L. N. Santos, “Eles têm direito de ir à praia, mas podem ir de maneira organizada. Ou senão ficar na praia deles, em ramos. O governo podia fazer também um lago artificial pra eles lá no subúrbio”.

O histórico do estereótipo de “favelado” ser atribuído às comunidades habitantes dos conjuntos habitacionais da Zona Norte do Rio de Janeiro remete pelo menos à década de 1960, em meio aos processos de remoção forçada da população de favelas em outras regiões da cidade, particularmente no governo de Carlos Lacerda. Conforme pesquisa do historiador Mário Blum, que resultou no livro *Cidade Alta. História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*, mesmo com a transposição da população para bairros planejados – os conjuntos habitacionais – na Zona Norte do Rio, o estigma de “favelado” seguiria e continuaria a ser imposto à população, estimulando o argumento do historiador de que a favela possa ser definida como um tipo de representação social imposta e não por um tipo de moradia ou agrupamento de lares, carentes de infraestrutura básica. (BRUM, 2012).

O caso do replanejamento de rotas dos transportes coletivos durante o governo de Leonel Brizola no estado do Rio de Janeiro, portanto, esclarece e confirma a validade dos argumentos apresentados nos trabalhos de Teresa Caldeira e Mário Blum acima referenciados. A sedimentação de uma segregação social explícita aos moradores da Zona Norte da cidade do Rio por parte da população da Zona Sul, através da mobilização do estereótipo de “favelado” e da justificativa do receio da violência urbana resultando na apropriação do espaço público de praias enquanto “enclaves fortificados” podem ser exemplificados à luz deste caso. E a fixação e circulação de uma referência ao acontecimento através do formato canção pelo Ultraje a Rigor, em 1985, pôde possibilitar a divulgação do caso para um público mais amplo. Afinal, a canção “Nós vamos invadir sua praia” foi um grande sucesso comercial do Ultraje e é conhecida até os dias de hoje, mais de 30 anos após o

seu lançamento. O disco homônimo na qual a canção foi lançada vendeu 70 mil cópias já no mês seguinte, conforme edição da revista *Veja* de 14 de agosto de 1985 e ainda chegaria às 500 mil cópias vendidas, recebendo disco de ouro. (ASCENÇÃO, 2011: 76).

Abordar um aspecto de teor progressista na obra do grupo *Ultraje a Rigor* – como pode ser lido desde “Inútil” até “Nós vamos invadir sua praia” – pode causar certa estranheza em um leitor contemporâneo. Isso porque o membro central da banda e seu principal compositor, Roger Moreira, consolidou-se em uma imagem conservadora, sobretudo na segunda década do século XXI. A quem acompanhasse ou conhecesse minimamente a produção inicial da banda pode ter sido surpreendente perceber mudanças de comportamento como as agressões feitas por Roger através da rede virtual *Twitter* à artista Adriana Varejão, no ano de 2017, referente à polêmica resultante de uma exposição no Museu de Arte de São Paulo, que abordava uma temática de sexualidade.⁹ Independente dos méritos ou aprovação pessoal à exposição da artista, a reação de Roger, mobilizando o argumento do que “deve ser mostrado à criança” para reivindicar censura à obra, intriga e assombra a quem recorda que o mesmo autor criticava abertamente a censura e o moralismo quanto à sexualidade na canção “Sexo!”, faixa de abertura de um álbum homônimo – o álbum seguinte à *Nós vamos invadir sua praia* na discografia do grupo.

Breve digressão para explicar o comentário. No release distribuído à imprensa quanto ao álbum *Sexo!!*, Roger dizia “essa música não fala propriamente de sexo, mas de censura e daquele moralismo besta tão comum em nossa cultura.” (ASCENÇÃO, 2011: 110). A capa do disco, ilustrando um casal observando um bebê em uma maternidade é explicada pelo compositor: “O lance da criança é para mostrar que a cegonha não existe. Todo mundo faz sexo e, se estamos aqui, é porque alguém transou com alguém. Sexo é uma coisa normal. Abaixo a hipocrisia. Essa é a nossa proposta.” (ASCENÇÃO, 2011: 113). Não cabe a este texto aprofundar em conjecturas sobre as razões para a mudança de posicionamento, rumo ao conservadorismo, de Roger após três décadas, mas difícil resistir a ressaltá-la. Uma conclusão parcial é que,

⁹ As repercussões dos twitters e ações de Roger Moreira podem ser acompanhadas em: <https://www.revistaforum.com.br/roger-o-inutil-ofende-adriana-varejao-pelo-twitter-com-imagens-porno-graficas/e> <https://veja.abril.com.br/entretenimento/com-roger-do-ultraje-debate-sobre-arte-descamba-para-baixaria/> último acesso em 19/06/2018.

seja para uma questão social, quanto o contato entre elite e a população subalternizada no uso de um espaço comum, quanto na crítica à censura e possibilidades de expressão da sexualidade na arte, o posicionamento expresso por Roger, à frente do Ultraje a Rigor, sofreu uma modificação, direcionada ao encontro do perfil das elites brasileiras.

Entre os anos 1980, em um contexto de amplas manifestações sociais e expectativas quanto ao reestabelecimento e significado da democracia no Brasil, os setores dominantes da Nova República emergente, tal qual os setores dominantes na praia da canção estudada, buscaram mecanismos para reafirmar aos historicamente marginalizados que "aquele não era o seu lugar". A democracia inclusiva reivindicada pelos movimentos e atores sociais, ainda que tenha conquistado espaço no importante texto da Constituição de 1988, consolidou ao conteúdo do termo "democracia" mais consolidado a simples ideia de sucessão da representação política através do sufrágio universal. Na década de 2010, após haverem tímidas, mas expressivas e significativas, políticas de governo para inclusão social dos excluídos - levada a cabo pelo Partido dos Trabalhadores -, o cantor e compositor Roger Moreira rumou ao conservadorismo. Sua guinada acompanhou e se aliou ao recrudescimento da direita política mais agressiva e moralmente conservadora no país, reagente ao processo de ampliação inclusiva, democrática, que ocorria no país. O posicionamento recente aproximaram o cantor, curiosamente, da posição e comportamento de atores sociais que na juventude ele criticava, afastando-o da característica marcante de seu posicionamento quando ascendeu ao sucesso profissional.

Referências

ALEXANDRE, Ricardo. *Dias de luta. O rock e o Brasil dos anos 80*. São Paulo: Editora DBA, 2002.

AUGUSTO, Maria H. O. Segregação social e violência urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. Vol. 17, núm. 48, p.216-222, Fev. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000100017> Acesso em: 21 março 2019.

ASCENÇÃO, A bibliográficas: ndrêa. *Ultraje a Rigor: Nós vamos invadir sua praia*. Caxias do Sul: Ed. Belas Artes, 2011.

BRUM, Mario S. I. *Cidade Alta: (História, memória e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro)*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

CALDEIRA, Teresa P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

MARTINS, Aline. É hora do Escracho! O humor democrático da Nova República. In: QUADRAT, Samantha (org.). *Não foi tempo perdido. Os anos 80 em debate*. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, p. 165-185, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *1964. História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental / Editora 34, 2005.

_____. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

_____. Prefácio. In: *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Ed. 34, p. 7-20.1995.

SINGER, P. & BRANT, V. (orgs.) *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.

Páginas eletrônicas (último acesso a todas em 21/03/2018):

<<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2>>

<502/2aab3444f064a4183257ec300675a34?OpenDocument>

<<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/brizola-as-praias-o-racismo-e-a-globo/>>

<<http://www.marcelodamico.com/2013/11/sem-preconceito-mas-que-tal-um.html>>

<<https://www.revistaforum.com.br/2017/09/12/roger-o-inutil-ofende-adriana-varejao-pelotwitter-com-imagens-pornograficas/>>

<<https://veja.abril.com.br/entretenimento/com-roger-do-ultraje-debate-sobre-arte-descambapara-baixaria/>>

“CAMINHANDO PELAS RUAS DE NOSSA CIDADE”: O CLUBE DA ESQUINA E A BELO HORIZONTE DO INÍCIO DOS ANOS 1960

Ciro Augusto Pereira Canton*

Universidade Federal de São João del-Rei

No livro “A Escola de Frankfurt”, o francês Paul-Laurent Assoun introduz suas reflexões com a seguinte questão: “O que é a Escola de Frankfurt?”, e continua:

A pergunta pode parecer paradoxal, porque é comum reconhecer-se uma *existência* historicamente determinada a esta realidade batizada de “Escola de Frankfurt”, porque se lhe fez a *história*, se lhe consagraram estudos, se lhe referem *autores*. O que nos parece faltar é uma interrogação, ao mesmo tempo elementar e fundamental, sobre o *gênero de realidade* que constitui o fenômeno ideológico assinalado por este nome. (ASSOUN, 1991, p. 05)

De maneira semelhante, introduzimos este trabalho: o que é o Clube da Esquina? Em diferentes proporções, também “se lhe fez a história, se lhe consagraram estudos, se lhe referem autores”. Qual seria então o gênero de realidade que constitui o fenômeno estético-ideológico assinalado pelo nome de Clube da Esquina?

Tal questionamento emergiu de nosso trabalho diário com as fontes, sobretudo depoimentos dos artistas, e ironicamente veio de nossa própria dificuldade inicial em responder de maneira objetiva à pergunta¹. No entanto, pudemos perceber que a dificuldade não era só nossa. Conversando com colegas também voltados ao estudo da história da música popular, verificamos a diversidade de interpretações (em alguns casos, a ausência delas) do que

*Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei (PG-HIS-UFSJ). Atualmente, é professor de História na Rede Municipal de Ensino de São João del-Rei.

¹ Tal dificuldade é certamente agravada pela variedade de referências diretas da alcunha Clube da Esquina, que nomeia não só o grupo de artistas, mas também duas de suas canções: “Clube da Esquina” e “Clube da Esquina 2”, e dois de seus álbuns: *Clube da Esquina* (NASCIMENTO e BORGES, 1972) e *Clube da Esquina 2* (NASCIMENTO, 1978).

teria sido o famoso Clube: ele pode ser considerado um *movimento* da MPB, como são comumente vistos a Bossa Nova e a Tropicália? Temos então um importante desdobramento daquela primeira questão, que será retomado posteriormente.

Sabendo-se das limitações de um artigo, remontamos aqui apenas a primeira fase da trajetória do Clube da Esquina. “Caminhando pelas ruas de nossa cidade”, verso da canção “Credo”, de Milton Nascimento e Fernando Brant, remete-nos ao processo de formação do Clube, em sua profunda relação com a Belo Horizonte do início dos anos 1960. Diferentemente da maioria dos trabalhos voltados para a história da música popular do período, que prioriza o enfoque político, concentramo-nos aqui nos espaços de sociabilidade da capital mineira, que serviram de potencial encontro para nossos sujeitos.

Para tanto, fazemos uso da metodologia da História Oral (ALBERTI, 2004), utilizando como fonte primeira as entrevistas realizadas com os artistas arrolados no *site* “Museu Clube da Esquina”, hoje lamentavelmente fora do ar². Também foram consultados o livro de memórias “Os sonhos não envelhecem: Histórias do Clube da Esquina”, de Márcio Borges, um dos principais letristas do grupo, além do “Guia de Belo Horizonte: roteiro Clube da Esquina”, impresso produzido pela associação responsável pelo extinto museu virtual.

Durante sua existência, o *site* dividia os artistas em quatro seções: “Anos 60”³, que tratava da gênese do movimento, com depoimentos dos que viviam na Belo Horizonte do período e presenciaram os primeiros passos daqueles que seriam os protagonistas do Clube, estes organizados, por sua vez, na seção seguinte: “Clube da Esquina”⁴. As duas seções finais, “Clube da Esquina 2” e “Anos 80 em diante” excedem o recorte deste trabalho.

² O *site* constituiu fonte preciosíssima para a pesquisa que resultou em nossa dissertação de mestrado. Àque-la altura, imprimimos todo o material disponível. Uma rápida referência ao projeto que deu origem ao sítio eletrônico encontra-se em <http://www.museudapessoa.net>. Acesso em: fev. 2019.

³ Entrevistados arrolados na seção “Anos 60”: Aécio Flávio, Célio Balona, Chico Lessa, Chiquito Braga, Frederica Guttemberg Guarabyra, Helvius Vilela, José Serra, Lena Horta, Luiz Carlos Pereira de Sá, Marilton Borges, Nico Borges, Nivaldo Ornelas, Novelli, Pacífico Mascarenhas, Solange Borges, Túlio Mourão, Yé Borges, Yuri Popoff, Zé Rodrix.

⁴ Entrevistados arrolados na seção “Clube da Esquina”: Alaíde Costa, Beto Guedes, Cafê, Fernando Brant, Lô Borges, Luiz Alves, Márcio Borges, Milton Nascimento, Nelson Ângelo, Nivaldo Duarte de Lima, Robertinho Silva, Ronaldo Bastos, Rubinho Batera, Tavito, Toninho Horta e Wagner Tiso.

Ao remontar a história da Escola de Frankfurt, Assoun propõe a investigação de dois pontos: o fundador da Escola e seus *compagnons de route*, que podemos traduzir como “companheiros de estrada”. Trazendo esse critério para o caso do Clube, partimos da hipótese, confirmada nos depoimentos de grande parte dos entrevistados, de que Milton Nascimento teria sido o “agregador” do grupo, como denomina Nivaldo Ornelas: “Praticamente o único cantor com quem eu toquei na minha vida foi o Bituca, porque tinha uma cumplicidade. As coisas aconteciam. O Bituca sempre foi um cara agregador” (ORNELAS, 2007, p. 10)⁵.

Essa concepção se repete, como dissemos, no discurso de outros sujeitos, como Novelli: “Ele [Milton] sempre teve uma capacidade muito grande de agrupar pessoas. É o campeão. O negócio do Clube da Esquina é exatamente isso” (NOVELLI, 2007, p. 8); e também Ronaldo Bastos: “O núcleo do que eu chamo Clube da Esquina, eram jovens compositores, instrumentistas, que se reuniram em torno do amor àquela música, que se reuniram em torno de uma figura catalisadora chamada Milton Nascimento” (BASTOS, 2007, p. 8). Márcio Borges arremata, de maneira poética, a relação entre Milton e os demais artistas do Clube: “Eu costumo falar que o Bituca é o sol e nós os planetas gravitando em torno dele” (Márcio BORGES, 2007, p. 2)⁶.

No entanto, como ressaltou Edwin Hollander: “a influência do líder supõe uma contribuição positiva para a obtenção dos objetivos do grupo, por isso qualquer ato de direção é uma forma de influência interindividual” (Apud SILVA, 1987, p. 693) – por isso, ao privilegiar a atuação de Milton Nascimento no Clube, não reduzimos toda a sua diversidade a uma personagem única, apenas vemos no artista uma figura central. Afinal, como destaca Nelson Angelo: “O que agora é chamado Clube da Esquina era uma convivência em torno do Milton *e de pessoas que gostavam de tocar uns com os outros*” [grifo nosso] (ANGELO, 2007, p. 7).

⁵ Na descrição, o *site* mencionava que os depoimentos haviam sido registrados em vídeo em Minas Gerais (Belo Horizonte e Três Pontas) e nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, entre os anos de 2004 e 2007, e em seguida foram transcritos, revisados e indexados por uma equipe de pesquisadores, constando no sítio as transcrições e pequenos trechos em vídeo. Importante esclarecer que a paginação reinicia a cada uma das quatro mencionadas seções de artistas (notas 1 a 4), por isso a recorrência, ao longo do texto, de citações de sujeitos diferentes com o mesmo número de página, tratando-se, na verdade, de seções diferentes.

⁶ O primeiro nome foi adicionado à citação para fazer a distinção entre os entrevistados de uma mesma família.

Noutro momento, Assoun escreve:

O que a define [a Escola de Frankfurt] é uma linguagem e uma impressão que não são imediatamente classificáveis dentro das categorias conhecidas. *De que* fala a Escola, *como* fala disso, eis o que primeiro importa apreender. (ASSOUN, 1991, p. 06)

Antes, porém, o autor se atém àquilo que ele chama de “respostas imediatas”: os sujeitos que fizeram parte da Escola, seus encontros e desencontros. Isso é o que aqui nos interessa. Os conteúdos estético-ideológicos trabalhados pelo Clube da Esquina, que, por sua vez, seriam respostas à questão “de que fala o Clube e como fala disso?”, ficarão para uma próxima oportunidade.

Assim, busquemos nossas “respostas imediatas”.

As três fases

Dividimos a história do Clube da Esquina em três fases. “Belo Horizonte I”, foco deste artigo, fala da aproximação de Milton Nascimento e de seu parceiro Wagner Tiso de sujeitos, que juntos formarão aquilo que podemos chamar de “primeira geração” do Clube; “Rio de Janeiro”, que trata da “debandada geral dos músicos mineiros”, em meados dos anos 1960, para a capital carioca; e finalmente “Belo Horizonte II”, quando Milton volta à “Beagá” e compõe, ao lado dos irmãos Lô e Márcio Borges, a canção que batiza aquele grupo de artistas.

Nossa função aqui foi além da mera organização dos depoimentos numa espécie de biografia do Clube. Procuramos problematizá-los, tendo sempre em vista o caráter dinâmico da memória. Acima de tudo, nossa função foi dar voz aos próprios artífices desta história.

Nascido no Rio de Janeiro em 1942, Milton Nascimento é levado pelos pais adotivos, aos dois anos de idade, para a cidade de Três Pontas, interior de Minas Gerais. Lá, o pequeno Bituca, seu apelido de infância, cresce em um ambiente bastante musical⁷. Ainda criança, Milton conhece um jovem trespontano de nome Wagner Tiso. Na adolescência, os dois formam com

⁷ Antes de migrar para Minas, Lília, mãe adotiva de Milton, foi aluna do grande Heitor Villa-Lobos.

outros amigos o conjunto “Luar de Prata”, chamado posteriormente de “Milton Nascimento e seu conjunto”. Mais tarde, a família Tiso muda-se para Alfenas, o que faz com que Milton se desloque nos fins de semana para aquela cidade. Lá, é formado o conjunto de baile “W’s Boys”, já que todos os integrantes tinham seus nomes iniciados com a letra W. Assim, por um período, Milton torna-se Wilton.

Assim vão se revelando as primeiras referências musicais de Milton e Wagner, somadas àquilo que viam e ouviam nas manifestações populares do interior de Minas. Devido ao grande sucesso do W’s Boys, ambos são convidados, no começo dos anos 1960, para integrar o “Conjunto Holliday”, na capital mineira. Dentro em breve, Milton trocava as idas freqüentes à Belo Horizonte pela mudança definitiva para aquela cidade, no que seria acompanhado por Wagner.

“Belo Horizonte I”

Já fixados na capital mineira, Milton e Wagner instalam-se no Edifício Levy, o primeiro em uma pensão e o segundo no apartamento de seus tios. No último andar, morava a extensa família Borges: pai, mãe e 11 filhos. Não demoraria muito até que o primogênito, Marilton, esbarrasse com Milton pelas escadarias do edifício:

Então um dia eu estou tocando um violão na escada e respondeu outro violão, eu falei: “Uai?!”. Aí fui descendo... Encontrei com um sujeito magrelo, esquisito (risos): Bituca. Foi assim que eu e Bituca nos conhecemos. (Marilton BORGES, 2007, p. 5)

Logo, os dois formariam, ao lado de Wagner Tiso e de um quarto componente, o conjunto vocal de nome “Evolussamba”. Com os ensaios do conjunto, Milton e Wagner tornam-se cada vez mais próximos dos demais membros da família Borges, como o futuro letrista Márcio e o pequeno Lô, com quem Milton dividiria, anos depois, a autoria do álbum *Clube da Esquina*. E é Lô Borges quem narra o primeiro encontro entre os dois:

Nessa mesma época em que me mudei para o Levy, eu conheci o Milton. A diferença de idade dele pra mim é de dez anos, eu tinha 10, ele tinha 20. Um dia minha mãe pediu pra eu comprar leite e, como qualquer garoto de 10 anos, eu dispensava elevador. Quando cheguei no quinto andar, estava lá um sujeito tocando um violão super legal e cantando com uma voz maravilhosa. Ele me perguntou de qual família eu era ali do prédio. Disse que era irmão do Marilton. Ele falou: “Ah, já conheço o Marilton, já conheço o Márcio. Como é que você se chama?”. “Lô.” Ele começou a pedir para eu cantar as coisas com ele, porque ele sacou; já que o Marilton era musical, o Marcinho era musical, ele quis testar a minha musicalidade também. Fiquei cantarolando algumas coisas com ele e ficamos super amigos à primeira vista. (Lô BORGES, 2005, p. 40-41)

Na mesma época, Lô encanta-se pelo patinete de um vizinho, aquele era o início de uma duradoura amizade. O dono do patinete era Beto Guedes. Também vindo de família musical (seu pai, Godofredo Guedes, tocava clarineta em rodas de choro), Beto junta-se a Lô, Yé (apelido de Marcos Borges) e a um quarto componente, e forma o conjunto “The Beavers”, inspirado no grande fenômeno musical dos anos 1960. De acordo com Lô:

Agora, os Beatles foram tão grandes pra mim, que pouco tempo depois que a gente viu o filme [“A Hard Day’s Night”, de 1964, lançado no Brasil com o título “Os Reis do Iê, Iê, Iê”], eu e o Beto fizemos uma banda com o meu irmão Yé e o nosso amigo Márcio Aquino. Fizemos uma banda que chamava “The Beavers”. Garotos de 12, 13 anos que cantavam músicas dos Beatles em programas de auditório, programas de televisão em Belo Horizonte e fizemos o maior sucesso na época... Então, eu acho que ali que se iniciou a primeira coisa semiprofissional, de se apresentar pra público, programas de auditório. Acho que ali que começou a se desenhar um pouco o que viria a ser a minha vida depois... (Lô BORGES, 2007, p. 6)

Enquanto isso, os já mais experientes Milton e Wagner começam a transitar pelo cenário artístico da Belo Horizonte dos anos 1960, despertando a admiração de artistas já consagrados na cidade e com eles começam a se envolver, como conta o veterano Hélius Vilela:

O Bituca, eu conheci assim: eu era muito amigo do Assad de Almeida, que era da Rádio Inconfidência. Então um belo dia eu cheguei lá e o Assad falou assim: “Vem cá que eu vou te apresentar três meninos”. Um tocou uma música, era o Marilton Borges, o outro tocou uma outra música, e o terceiro tocou uma música dele, “Barulho de Trem”. Aí o Assad disse: “Tchau, obrigado. O que você achou?”. “Ah, os caras são bons, o que me impressionou foi o último, porque a música é dele e tal, não é?” Era o Bituca. (VILELA, 2007, p. 4)

Ao lado de outras três canções, “Barulho de Trem” integra o compacto de mesmo nome, gravado em 1964 pelo “Conjunto Holiday”, considerado um dos primeiros registros fonográficos de Milton e Wagner. Mais tarde, os dois são apresentados a Célio Balona, líder do grupo que levava seu nome. Segundo Márcio Borges, o “Conjunto Célio Balona” foi “um dos mais famosos da cidade”, incluindo definitivamente os jovens músicos no cenário artístico de Belo Horizonte. A aproximação é narrada pelo próprio Célio:

Em 1960, 61, eu já tinha o meu conjunto. Eu tinha um programa na TV Itacolomy no domingo à tarde. Desse grupo participavam o Nivaldo Ornelas, o Afonso Maluf, o Ildeu Soares, o Celinho do Trompete, o Helvius Vilela, que é outro campeão, depois entrou o Wagner Tiso. E o Pacífico [Mascarenhas] falou assim comigo: “Olha, tem um cara cantando lá no Maletta, num bar chamado Oxalá, vamos dar um pulo lá pra você ver”. Eu cheguei lá e era o Milton com o violão, magrinho. Ele acabou de tocar, veio na nossa mesa, o Pacífico apresentou e já no outro domingo ele estava cantando com a gente na televisão... (BALONA, 2007, p. 4)

Grupos como o de Célio Balona eram comuns na Belo Horizonte daquele período e normalmente eram constituídos por músicos arregimentados em um local específico da cidade, denominado “Ponto dos Músicos”. Mas não nos enganemos ao idealizá-lo numa sede própria e bem organizada. Ele era apenas uma calçada, “onde os profissionais da música se encontravam para fechar contratos de baile, montar pequenos grupos e também conversar sobre as novidades que ouviam” (TREDICE, 2005, p. 38). Por lá, passaram alguns dos nomes que, mais tarde, viriam a constituir o Clube da Esquina, como Milton, Wagner, Toninho Horta, Nivaldo Ornelas, etc. Outro veterano, Aécio Flávio, nos dá uma impressão de como funcionava o Ponto:

O Ponto dos Músicos era na Afonso Pena com Tupinambás. Então ali se contratava os músicos, ninguém se conhecia. De repente eu fui tocar com oito caras que eu nunca vi na minha vida, entendeu? E ali conheci muita gente boa... Então, aprendi que ali era o lugar dos músicos e comecei a ir lá toda tarde. Cinco horas da tarde já estavam chegando os músicos, trocando ideias, às vezes até o pagamento se fazia lá. (FLÁVIO, 2007, p. 2)

Naquela época, a capital mineira já demonstrava grande efervescência cultural; além do Ponto, a cidade possuía outros polos de fomentação artística,

como, por exemplo, o CEC (Centro de Estudos Cinematográficos), frequentado por Márcio Borges:

O programa das noites de sábado era encontrar o pessoal do CEC na sessão das oito e dali sair para o Maletta. Centro de Estudos Cinematográficos de Minas Gerais era praticamente isso: sábados à noite com Abel Gance, Griffith e Hitchcock, Jean Cocteau, Marcel Carné, Renoir e Bresson, Fellini, Antonioni, Visconti, cinema japonês, os grandes *westerns*, os grandes musicais, *nouvelle-vague*, neorealismo. Se havia uma coisa que funcionava exemplarmente na cidade, essa coisa era o CEC. Não se devia estar vendo, discutindo e estudando coisas muito diferentes na cinemateca de Paris ou no Centro Experimentale de Roma. (BORGES, 2002, p. 84)

Embora fossem separados por áreas específicas da arte, a música e o cinema, o Ponto dos Músicos e o CEC não constituíam, aparentemente, espaços estanques. A circulação dos já “amigos inseparáveis” Milton (músico) e Márcio (aspirante a cineasta e futuro letrista) por ambas as agremiações demonstra que havia um trânsito entre elas. A estreia de “Jules et Jim”, de François Truffaut, é um bom exemplo: segundo Márcio, ao irem assistir ao filme, ele e Milton, maravilhados, permaneceram no cinema por mais duas sessões seguidas. De lá, partiram para o Levy, para o “quarto dos homens” da família Borges, onde compuseram, numa só noite, as três primeiras de uma série de canções que fariam juntos: “Paz do amor que vem” (que mais tarde veio a se chamar “Novena”), “Gira, girou” e “Crença”.

É por meio de um amigo do CEC, Sérvulo Siqueira, que Márcio e Milton conhecem um jovem estudante, colega de Sérvulo no “Colégio Estadual”: Fernando Brant. Lá, estudavam ainda outros sujeitos que viriam a integrar o Clube da Esquina, como o futuro letrista Murilo Antunes, os músicos Toninho Horta e Nelson Angelo, além do próprio Márcio. O Colégio Estadual desempenhou inclusive papel importante na formação de uma futura elite intelectual belo-horizontina: “O bom nível de ensino e o regime de ‘universidade’, pelo qual os alunos tinham liberdade para ir e vir, favoreceram o surgimento de várias gerações de artistas e escritores” (TREDICE, 2005, p. 70).

Desses encontros, nossos sujeitos passam a frequentar as casas uns dos outros, principalmente as dos Borges, dos Brant, dos Horta e dos Ornelas (do

soprista Nivaldo). Assim, as casas passam a constituir importantes espaços de trocas entre artistas que nutriam afinidades estético-ideológicas, como conta Toninho Horta:

O Bituca ia lá em casa, eu tinha 15 anos, ele 19, 20. Isso seis, sete anos antes de o *Clube* acontecer. Eu fazia música com Marcinho Borges. O Lô era menino, jogava botão, usava calça curta. Mas com a orelha desse tamanho aqui, oh! Ficava ouvindo a gente tocar. (Toninho HORTA, 2007, p. 3)

Com o tempo, Lô Borges e Beto Guedes foram adentrando o círculo dos “mais velhos” e passaram a ter aulas de música com Toninho Horta. Esse momento é tido como emblemático por Márcio: “O Toninho ia lá pra casa, dar aula de violão e harmonia para o Lô e o Beto. E nisso, começou a surgir um embrião do Clube da Esquina” (Márcio BORGES, 2007, p. 10). Essa movimentação é também observada pela irmã de Toninho, Lena Horta:

Os músicos compunham e eles se encontravam para um mostrar a música para o outro. Eu acho que essa junção de um ir para a casa do outro, mostrar a música, ir para a casa dos Borges e ficar ali na esquina, na Divinópolis com a Paraisópolis... de ficar ali na esquina mostrando a música para o outro é que foi dando uma unidade. (Lena HORTA, 2007, p. 5)

Lena cita a famosa esquina do bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte, como o lugar por excelência de encontro dos nossos sujeitos. No entanto, de acordo com alguns depoimentos, ela teria sido frequentada sobretudo pela geração mais jovem (Beto, Lô e outros irmãos da família Borges, principalmente), quando os mais velhos já teriam migrado para o Rio de Janeiro. De qualquer forma, a esquina era, volta e meia, também visitada pelos últimos e foi escolhida pelo grupo como a verdadeira síntese do que foi o Clube.

Outro importante espaço de sociabilidade para a movimentação cultural belo-horizontina da época era o já citado Edifício Maletta: “Ponto de intelectuais, jornalistas, políticos e estudantes, que se reuniam nos bares Pelicano, Sagarana e Lua Nova, na Cantina do Lucas, nas livrarias, sebos e inferninhos” (TREDICE, 2005, p. 46). O Maletta reunia a classe intelectual e

artística que viria a se destacar na cidade e no país, como ressalta Márcio Borges:

Ali tinha tudo, né? Desde o pessoal de cinema, o pessoal das artes plásticas, o pessoal da literatura, do jornalismo, todo mundo estava ali e foi o pessoal que saiu depois e aconteceu no Brasil. O pessoal do jornalismo fundou o “Jornal da Tarde” em São Paulo; o pessoal do cinema veio para o Rio de Janeiro... (BORGES, 2005, p. 46)

Dos bares do Maletta, que funcionavam como pontos de encontro entre intelectuais e artistas, aquele que mais nos interessa é o “Berimbau Club”, tido como “o bar dos músicos”. Nivaldo Ornelas – já próximo de Milton e Wagner, pois além de ser freqüentador do Ponto dos Músicos, era também integrante do citado “Conjunto Célio Balona” – era um dos sócios daquele bar:

Sobre a fundação do Berimbau, a história é a seguinte: o Hélius Vilela, pianista, o Paschoal Meirelles, o Paulinho Horta, irmão do Toninho, e eu tínhamos necessidade de um espaço, porque estava efervescendo o negócio. O Paschoal tinha um tio que era marceneiro e sabia fazer bem as coisas; então a gente arranjou uma sala no Maletta, cada um deu uma grana lá e fizemos esse bar. Nós tínhamos um amigo que chamava Bolão, o Antônio Moraes, e esse cara era um gênio da arquitetura. Ele bolou uma parede negra desta altura, com um pôster de cima até o chão; isso mais ou menos em 1966. (...) Enfim, tinha pôster do Coltrane, do Modern Jazz Quartet... (ORNELAS, 2005, p. 48)

E é pelo “Berimbau Club” que Milton e Wagner são contratados como “conjunto da casa”. O episódio é narrado pelo primeiro:

O Wagner chegou e falou: “Bituca, nós fomos contratados pra tocar no Berimbau”, que era o máximo de Belo Horizonte. Eu fiquei muito feliz, aí ele falou assim: “Só que você vai tocar contrabaixo. E nós vamos começar hoje” (risos). Aí eu falei: “Wagner, você está maluco, eu nunca toquei um contrabaixo na minha vida, não sei nem como é que pega naquilo e você quer pra hoje?” (risos). Ele falou: “É hoje, porque senão a gente não pega esse negócio. Se vira, sai atrás de quem tenha contrabaixo, pega emprestado”. Eu fui atrás do Ildeu [Ildeu Soares], que tinha uns dois ou três contrabaixos lá e falei: “Ildeu, como é que pega nisso?”, ele pegou, fez umas três posições diferentes lá. Aí eu aprendi e fui pro Berimbau de noite. Nos primeiros dias, o sangue escorria dos meus dedos, não adiantava botar esparadrapo nem nada que o sangue estava escorrendo. Depois foi melhorando e eu fui pegando gosto pela coisa, e eu acho que foi um dos instrumentos que eu toquei melhor na minha vida. (Apud TREDICE, 2005, p. 48)

Assim é formado o “Berimbau Trio”: Milton, Wagner e o baterista Paulo Braga. Ornelas aponta a casa e o conjunto como responsáveis pelo surgimento do Clube da Esquina: “Do ponto de vista artístico, foi um sucesso. Agora, financeiro, fracasso total. Ficamos devendo, uma loucura. Também, durou um ano só... mas foi dali que resultou o Clube da Esquina”. Acreditamos que tal processo abranja um número maior de espaços e sujeitos; de qualquer forma, a “fase Berimbau” contribuiu para evidenciar a importante vertente jazzística do Clube. Outra contribuição daquela casa seria o estreitamento dos laços entre a capital mineira e outros grandes centros, segundo Ornelas: “... muita gente do Rio e de São Paulo, quando ia a Belo Horizonte, ia ao Berimbau. Já sabiam que existia esse lugar” (ORNELAS, 2007, p. 5).

É inclusive em meados dos anos 1960 que a turma de músicos mineiros é convidada para fazer uma apresentação na capital carioca, que ficou conhecida como o “I Festival de Música Popular de Minas Gerais no Rio de Janeiro”, apelidado pelos músicos de “festival da fome”, dada a pouca expressividade do evento, fruto, segundo eles, de má produção local. Apesar disso, a apresentação acabou rendendo o convite para a gravação do disco “Música Popular Brasileira em Expansão”, em 1965, reunindo Aécio Flávio Sexteto, Berimbau Trio e Quinteto Sambatida, como conta o próprio Aécio:

Nesse festival, nós tivemos o convite de um cara chamado Ismael Correia, que era o produtor da Philips. Ele nos convidou pra fazer um disco, estava lançando um selo. Depois do festival, a gente voltou pra Minas e marquei o dia da gravação. Mandaram uma Kombi pra pegar a gente. Era o Berimbau Trio, o Quinteto Sambatida... E o Bituca gravou comigo. Eu gravei “Canção do Sal”, que ele me mostrou ali e cantou. E ele estava tocando baixo acústico nessa música. Foi a primeira gravação de “Canção do Sal” que houve. (FLÁVIO, 2007, p. 4)

Fator também importante no estreitamento dos laços “Beagá-Rio” é o convite feito por Pacífico Mascarenhas a Milton e Wagner para que gravassem, na capital carioca, ainda em 1965, o segundo disco de seu Quarteto Sambacana, *Muito pra frente*. Mascarenhas é tido – ao lado de outro compositor belo-horizontino, Roberto Guimarães – como uma das mais importantes figuras na difusão da Bossa Nova em Minas Gerais.

Com a gravação, Wagner demonstra sua vontade de permanecer na capital carioca, onde, segundo ele, teria maiores oportunidades de se desenvolver musicalmente. Milton, por outro lado, parecia não concordar com Wagner e preferiu adiar sua mudança, como relata o último:

Eu lembro que o Bituca me falou: “Wagner, não tá na hora ainda, falta não sei o quê...”. Eu falei: “Não, Bituca, eu sei, mas eu tô ansioso, eu quero ficar”. E eu fiquei. Eu sei que um ano depois ele foi pra São Paulo, teve lá a história dele em São Paulo. Aí só fui reencontrar com o Bituca na época do Festival [II Festival Internacional da Canção, de 1967]. (TISO, 2007, p. 7)

Esse momento coincide com a “debandada dos músicos de Belo Horizonte”, citada com frequência nos depoimentos, quando músicos como Wagner, Toninho Horta, Nivaldo Ornelas, Nelson Angelo, Paulo Braga, Helvius Vilela e Paschoal Meireles decidem se mudar para o Rio de Janeiro. Quase que simultaneamente, Milton muda-se para São Paulo, como disse Wagner, onde participa do “Festival Berimbau de Ouro”, defendendo a canção “Cidade Vazia”, de Baden Powel e Lula Freire. Logo, ele também teria que migrar para a capital carioca, por ocasião do “II Festival Internacional da Canção”, que viria a consagrá-lo como o compositor (ao lado do letrista Fernando Brant) e intérprete de um de seus maiores sucessos, a canção “Travessia”.

Um movimento da MPB?

Depois de revisitar a história do Clube em sua primeira fase, voltamos à pergunta inicial: o que é o Clube da Esquina? Em busca de uma resposta que se aproximasse do que o senso comum entende por Clube da Esquina, encontramos a seguinte definição no *site* de buscas “Wikipédia”, que conta com a colaboração dos próprios internautas na elaboração de seus verbetes: “O Clube da Esquina foi um movimento musical nascido na década de 1960 em Minas Gerais...”. Como podemos perceber, para responder à pergunta, é inevitável discutir o controverso conceito de movimento na MPB e sua aplicabilidade ou não ao caso do Clube.

Ao nos depararmos com a bibliografia da história recente da música popular no Brasil, constatamos uma espécie de “vazio cultural” nos anos 70, também observado por Cybelle Tedesco, que chama a atenção para o salto, dado pela literatura da MPB, da Tropicália ao *pop-rock* dos anos 1980, solapando as ricas manifestações da década anterior (TEDESCO, 2000).

Acreditamos que isso aconteça basicamente por dois motivos: em primeiro lugar, o predomínio de uma “história oficial” que ainda se norteia pela ótica do opressor: nos “anos de chumbo” da ditadura militar, período de maior endurecimento do regime, não teria havido qualquer manifestação significativa de arte. Em segundo, mais especificamente, isso se deve a uma concepção da história da música que se apoia nos cânones, nos grandes movimentos, deixando de lado aqueles que poderíamos chamar de “movimentos marginais” e as não menos importantes trajetórias individuais.

Encontramos referências em inúmeras entrevistas à relação história da música/movimentos musicais, como no depoimento do letrista Ronaldo Bastos⁸: “Até hoje não sabem que o Clube da Esquina é uma coisa bacana. Até hoje tem um negócio assim: a Bossa Nova, o Tropicalismo, depois tem a geração 80 e acabou”. Em seguida, o letrista é mais incisivo: “Olha, o meu depoimento é o seguinte, a história da música brasileira não é a Bossa Nova, o Tropicalismo e o rock brasileiro, não é assim que se passou, não é dessa maneira” (BASTOS, 2007, p. 9, 14).

Se pensarmos a história da MPB como sendo constituída por uma sucessão de movimentos estanques, o entendimento é mesmo falho. Mas, se ao invés disso observarmos os sujeitos enquanto “microcosmos de um estrato social” (GINZBURG, 1989), veremos que eles percorrem caminhos que se cruzam e vão de encontro a uma concepção fragmentada de sua história.

A fim de fazermos algumas aproximações, vejamos o que traz o Dicionário de Ciências Sociais no verbete “movimentos sociais”:

Os movimentos sociais logram maior duração e integração. Geralmente são eles que originam as organizações, os clubes, os partidos e as associações. Originam-se de uma consciência de grupo e das afinidades percebidas por indivíduos

⁸ O carioca Ronaldo Bastos passa a integrar o Clube da Esquina em fase posterior à “Belo Horizonte I”, não contemplada neste artigo. Márcio Borges destaca a importância de Ronaldo para a organização do processo criativo do Clube: “Tivemos um grande trabalho de concepção artística geral de Ronaldo Bastos. Ele transformou aquela nossa coisa caótica numa coisa ordenada, sequencial” (Márcio BORGES, 2007, p. 19).

submetidos às mesmas pressões sociais, ou que enfrentam idênticas dificuldades e obstáculos. Não basta, entretanto, a simples conscientização desses problemas comuns, como em casos de defesa de interesses de bairro, de conservação ecológica etc., para criar um movimento social. Este exige uma participação ativa e uma interação constante, que leva em fase posterior a certo grau de estruturação e organização, tudo isso permeado por ideologias que geram estratégias e um programa de ação e que se podem estender além das fronteiras nacionais e até mesmo além de uma área cultural. (SILVA, 1987, p. 788)

Voltemos agora a outro trecho do depoimento de Ronaldo Bastos, onde o compositor busca delinear o Clube:

A gente estava na faculdade, fazia política estudantil e tinha umas coisas que eram o seguinte: a gente via que a esquerda era careta e que a direita não dava. Então nós estávamos ali, naquele caminho da transformação do mundo. E o Clube da Esquina foi isso. E fez isso com uma música, com uma qualidade musical até então não vista no movimento ideológico. Ou seja, foi um movimento sem nunca ter sido um movimento. Foi uma coisa que teve um programa, sem nunca ter tido um programa. E basicamente, nesse momento, sem a gente teorizar muito, mas sabendo um pouco o que estava fazendo, a gente se comportava em relação à música que a gente estava fazendo assim: “Estamos fazendo a melhor música que está se fazendo aqui, agora. E pronto”. (BASTOS, 2007, p. 9)

Aqui podemos observar três elementos importantes na constituição dos movimentos: a origem comum: “A gente estava na faculdade, fazia política estudantil”; a “consciência de grupo”: “Então nós estávamos ali, naquele caminho da transformação do mundo”; e o objetivo comum: “Estamos fazendo a melhor música que está se fazendo aqui, agora”. No entanto, para Ronaldo, o Clube “foi um movimento sem nunca ter sido um movimento. Foi uma coisa que teve um programa, sem nunca ter tido um programa”⁹.

Ainda que não tenha avançado “em fase posterior a certo grau de estruturação e organização”, parece-nos clara a aproximação entre o Clube da Esquina e a ideia de movimento. A sua especificidade está no fato de suas

⁹ O foco na *ação*, em detrimento da *teoria*, é uma das características do romantismo revolucionário, próprio da geração de nossos artistas. Sobre o conceito e sua práxis, Michael Löwy e Robert Sayre afirmam que “ao recusar tanto a ilusão de um retorno puro e simples às comunidades orgânicas do passado, quanto a aceitação resignada do presente burguês ou seu aperfeiçoamento por via de reformas, aspira – de uma forma que pode ser mais ou menos radical, mais ou menos contraditória – à abolição do capitalismo ou ao advento de uma utopia igualitária em que seria possível encontrar algumas características ou valores das sociedades anteriores. (LÖWY e SAYRE, 1995, p. 113)

preocupações girarem em torno de um campo estético-ideológico (movimento artístico, musical) e não propriamente sócio-político (movimento social). Assim – tendo-se em mente as seguintes ressalvas: (1) a existência de um trânsito contínuo entre os movimentos, (2) os quais trazem sempre uma dupla dimensão estética e ideológica, (3) além de serem invariavelmente históricos e, por isso, de caráter dinâmico –, podemos concordar com o colaborador anônimo do *site* Wikipédia: “O Clube da Esquina foi um movimento musical nascido na década de 1960 em Minas Gerais”, e acrescentamos, “contínuo e diverso (constituído por individualidades pensantes)” (ASSOUN, 1991, p. 19), como bem frisou Paul-Laurent Assoun, ao também arriscar uma definição de seu objeto.

Referências

- ALBERTI, V. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ASSOUN, P. *A Escola de Frankfurt*. São Paulo: Ática, 1991.
- BORGES, M. *Os sonhos não envelhecem: História do Clube da Esquina*. 4. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- CANTON, C. “*Nuvem no céu e raiz*”: romantismo revolucionário e mineiridade em Milton Nascimento e no Clube da Esquina (1970-1983). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – UFSJ, São João del-Rei.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- LÖWY, M. e SAYRE, R. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARTINS, B. *Som imaginário: A reinvenção da cidade nas canções do Clube da Esquina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- NASCIMENTO, M. e BORGES, L. *Clube da Esquina*. EMI-ODEON, 1972. LP
- SILVA, B. (Coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1987.
- TEDESCO, C. *De Minas, mundo: a imagem poético-musical do Clube da Esquina*. 2000. Dissertação (Mestrado em Artes) – UNICAMP, Campinas.

TREDICE, S. (Coord.). *Guia de Belo Horizonte: roteiro Clube da Esquina*. Belo Horizonte: Museu Clube da Esquina, 2005.

VAI-SE A CAPITAL MAS “O RIO SERÁ SEMPRE O RIO”: A CRIAÇÃO DE BRASÍLIA E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DO RIO DE JANEIRO COMO CAPITAL CULTURAL (1956-1965)

Cláudia Mesquita

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira.

Introdução.

Com a formação dos primeiros estados modernos nos séculos XVIII e XIX, as fronteiras simbólicas adquirem um significado tão importante quanto a demarcação das suas fronteiras territoriais. Porém, ao tomarmos a noção de território proposta por Milton Santos, a clivagem entre o simbólico e o físico na conformação das fronteiras deixa de existir, na medida em que, na definição do autor, o território compreende “... a identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence” (SANTOS, 2000, p.96). Santos ressalta que a ideia de “...tribo, povo, nação, e depois Estado nacional” decorre dessa relação de pertencimento tornada profunda (SANTOS, 2000, p.96).

Portanto, assim como o território, a ideia de nação não é um fenômeno natural, e caracteriza-se como uma “comunidade política imaginada” (ANDERSON, 1989, p. 14), ou uma “ficção criadora” (THISSE, 2001/2002), um empreendimento de natureza simbólica e política liderado pelos Estados modernos e pelos movimentos nacionalistas. Nesse contexto, a cultura tem um lugar estratégico no sentido de amalgamar as diferenças, criar um sentimento de unidade e pertencimento, “inventar tradições”, criar um “pedigree histórico” como apontam Eric J.Hobsbawm e Terence Range (HOBSBAWM, 1997)

A noção de patrimônio cultural emerge nesse processo, pois é o valor simbólico fornecido pela coletividade que transforma um objeto comum em um bem patrimonial e, por isso mesmo, com uma noção implícita de pertencimento ao grupo, ao todo, e não ao indivíduo (POULOT, 2006). É sabido que toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença e, nesse sentido, a identidade é, sobretudo, uma questão de fronteira. A identidade nacional brasileira se constituiu, em grande medida, em oposição ao estrangeiro, desde o século XIX até os anos de 1960. Porém, segundo Renato Ortiz, dizer o que é diferente não basta, precisamos apontar aquilo que temos em comum, questionar sobre os significados da cultura brasileira, quais os sentidos de uma identidade ou de uma memória que se querem nacionais? Para o autor, a problemática da cultura brasileira é uma questão política, subjacente às relações de poder (ORTIZ, 1985).

Assim, decorrente das tensões políticas inerentes às relações de poder, a construção da nação como uma comunidade de sentimentos ocorre a partir de um processo de longa duração, iniciado com a formação do estado brasileiro, em 1822, e concluído em 1945 (CARVALHO, 1998, p. 233). Os adventos da abolição e da república trouxeram mudanças na tática de construir e definir a nação. O movimento de 1922 foi também crucial ao processo, a partir do entendimento de que "...só se chegaria a universalidade, passando pelo conhecimento do próprio país". (CARVALHO, 1998, p.256). Os primeiros anos da implantação da república vê também surgir o embrião de uma cultura popular urbana, que seria expandida e fixada a partir dos anos de 1930, com a difusão em massa de novos gêneros musicais, festas populares, culinárias, religião, e estilo de vida. Porém, o "batismo popular" para a consolidação da nação brasileira, só viria com o Estado Novo, responsável pela inauguração dos usos políticos da cultura, e a incorporação de elementos da cultura popular à constituição de uma identidade nacional.

A cidade do Rio de Janeiro consolida-se, nesse contexto, como lugar matricial de construção da nação, fixando-se como símbolo da unidade nacional brasileira. Como um "Rio de todos os Brasis", para usar a expressão de Carlos Lessa em livro homônimo (LESSA, 2001), o Rio de Janeiro reafirma o seu papel pedagógico, ideológico e paradigmático, subjacente à "cidade

capital” (ARGAN, 1993)¹ Assim, considerando a cidade do Rio de Janeiro como espaço “onde o Estado nacional se instituiu simbolicamente, tanto da perspectiva da nucleação do poder, como da representação da própria nacionalidade que se queria fundar” (SANTOS, 1992, p. 120), o estado da Guanabara², criado em abril de 1960, representou uma quebra desse paradigma e um momento deressignificação da cidade do Rio de Janeiro no conjunto da federação.

Novacap x Belacap: na fronteira de uma identidade nacional

Ao longo de sua trajetória como cidade capital, a cidade do Rio de Janeiro, e o seu habitante, o carioca, assumiram um caráter tanto paradigmático quanto estigmatizado no bojo dos diferentes projetos e modelos de civilização. Para Euclides da Cunha, por exemplo, autor de “Os sertões”, considerado um cânone da identidade nacional, o Rio e seus habitantes situavam-se no lado oposto do seu heroico “sertanejo”, depreciado por ser litorâneo, contaminado pelo cosmopolitismo, pela presença estrangeira e pela mestiçagem negra. Por outro lado, graças a Coelho Netto, o Rio se constitui pela primeira vez na literatura como uma “cidade maravilhosa”, eternizada no cancionário popular e no imaginário coletivo a partir do artigo “Os Sertanejos”, publicado pelo escritor maranhense no jornal *A Notícia*, em 1908³.

Até a implantação da república a designação oficial para os habitantes dos dois lados da Baía de Guanabara, era de fluminenses, sendo o nome carioca adotado pela população local, após a inauguração do Aqueduto do Carioca, conhecido como Arcos da Lapa. Segundo José de Oliveira Reis, os habitantes da cidade, impressionados com essa obra-prima da arquitetura do século XVIII e orgulhosos dela, passaram a “gostar de ser chamados cariocas” (REIS, 1988-1989, p.43). O apelido aos poucos ganhou o teatro musicado, as crônicas

¹A cidade do Rio de Janeiro foi sediada do poder central no Brasil colônia (1763-1808); Corte do Reino de Portugal (1808-1816) capital do Brasil imperial (1822-1889); e sede do Brasil republicano (1889-1960).

² A Guanabara foi criada pela Lei San Tiago Dantas em 12 de abril de 1960.

³“A Cidade Maravilhosa” é também o título de Coelho Netto, cuja primeira tiragem data de 1928, e reúne contos sobre a cidade do Rio de Janeiro, entre os quais a que dá o título a publicação. Nessa crônica sobre o romance de um jovem casal do interior, o Rio é chamado de “Cidade Maravilhosa”! Cidade sonho, cidade de amor”

impressas, popularizando-se e fixando-se como a designação corrente do habitante do Rio de Janeiro republicano.

De origem popular, o carioca foi sendo “inventado” e atualizado ao longo do século XX, associado a diferentes estigmas e paradigmas criados pelas elites locais e de outras regiões do país, em especial nos momentos de disputa pela hegemonia em torno de uma identidade nacional. Nos anos de 1920, a alegoria de cidade dionisíaca foi criada pelos “verde-amarelos” paulistas que, no cerne da disputa pela hegemonia nacional entre São Paulo e Rio de Janeiro, tomavam o carioca como um ser preguiçoso e hedonista (VELLOSO, 1993). Nas décadas subsequentes, entretanto, com a vitoriosa tese de mestiçagem racial defendida por Gilberto Freire e a valorização do samba como um dos principais elementos da identidade nacional, o Rio e seus habitantes tiveram suas qualidades valorizadas, e as áreas boêmias da cidade, como a Praça XI, Praça Tiradentes e a Lapa foram reabilitadas.

A cidade do Rio de Janeiro no pós-guerra viveu um *boom* de desenvolvimento urbano-industrial e de otimismo, iniciado no segundo governo Vargas (1951- 1954) e acelerado no governo de Juscelino Kubitschek(1956 -1960). Esse processo correspondeu ao surgimento de novos segmentos intelectuais contagiados pelo espírito do novo e a vontade de mudança, que transcenderam as esferas econômica e política e contaminaram o domínio das artes e da cultura. O bairro de Copacabana foi o espaço-síntese dessamodernidade, símbolo da cidade cosmopolita, sofisticada, criadora de modas, que vivia o auge do charme no momento em que o Rio deixava de ser a capital federal (MESQUITA, 2008).

Entretanto, no momento em que o Rio configurava-se como o “principal rosto do Brasil”, para usar a expressão de Afonso Carlos Marque dos Santos (SANTOS, 1997, p.17), Juscelino Kubitschek retomou as determinações da primeira Constituinte republicana de 1891, que chegou a aprovar a demarcação de uma zona de 14.400 km² no Planalto Central para o distrito federal e cria, em 1956, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), empresa responsável por tocar os projetos de construção de Brasília. Desde então, acaloradas discussões tomaram os palanques, as tribunas, a imprensa e as ruas, sobre qual destino deveria tomar o antigo distrito federal.

Os chamados “mudancistas” recuperaram as teses positivistas de desqualificação da cidade como sede da nação, enquanto os "guanabarinós", defensores da autonomia do Rio, reafirmam a força da cidade como base formadora da cultura nacional. Indicado como primeiro candidato a governador da Guanabara pela UDN, Carlos Lacerda adota radicalmente o discurso "guanabarino" e, no contexto de redefinição de uma nova identidade para a cidade do Rio de Janeiro, assume a campanha em defesa da autonomia político administrativa da cidade do Rio de Janeiro, em oposição ao centralismo do poder federal.

Lacerda também percebeu que o mais novo Estado da federação tinha uma história a construir, um passado a recuperar. Portanto, além de provar intimidade com os problemas concretos da população, como falta d' água, energia elétrica, crise de abastecimento de gêneros alimentícios, e deficiência da limpeza pública, Lacerda procurou demonstrar profundo conhecimento da história da cidade e seus aspectos culturais, atrelando-os, de preferência, a sua história pessoal. Além do uso da televisão e do rádio, seus discursos de campanha eram gravados ao vivo e transformados nos discos promocionais intitulados “Rio–Cidade Indomável”, e a “Redenção da Cidade”, nos quais o então candidato coloca-se como principal intérprete, defensor e guardião da memória do Rio.

“A cidade que não é apenas o cérebro, porque é principalmente o coração do Brasil. Não o seu centro frio e geográfico, mas o centro vivo da sua cultura histórica. O centro da sua realidade. O centro da sua penetração no mais fundo da história”. Carlos Lacerda (LP Rio cidade-indomável)⁴

Vai-se a capital mas o Rio será sempre o Rio

Assim, a vocação do Rio como capital é retomada como tema principal da campanha de Lacerda ao governo da Guanabara, revelando um procedimento estratégico de manutenção do Rio “caixa de ressonância” e capital cultural do país. Dentre as estratégias desenvolvidas no processo de institucionalização da

⁴Nessas gravações, Lacerda interpreta trechos selecionados de escritores e cronistas da chamada *belle-époque* carioca, como Machado de Assis, Lima Barreto e João do Rio, e de memorialistas consagrados, como Gastão Cruls e Otávio Tarquínio.

Guanabara, destaca-se a campanha *O Rio Será Sempre o Rio* realizada pelo jornal *O Globo*, por iniciativa do jornalista Péricles de Barros, entre 1959 e 1960.

Dada como inexorável a construção de Brasília e a consequente transferência da capital, a imprensa carioca passou a privilegiar a questão do futuro do distrito federal e o novo estatuto a ser assumido pela cidade do Rio de Janeiro. Nesse contexto, o título da campanha *O Rio Será Sempre o Rio* traduz em si mesmo a ideia de continuidade em relação ao passado, e demonstra a disposição desses formadores de opinião em não abrir mão do lugar matricial do Rio de Janeiro no conjunto da federação. Ilustra também o que apontamos como estratégia de permanência em relação aos atributos da antiga capital federal, a partir da mobilização dos sentimentos de pertencimento da população na defesa das tradições cariocas.

O Rio Será Sempre o Rio, segundo Péricles de Barros, teve como fonte de inspiração uma crônica de Machado de Assis, onde o escritor carioca compara o Rio a Nova York, enaltecendo os atributos cosmopolitas das cidades brasileira e norte americana. O tom da campanha buscava apelar para a exaltação do Rio como capital cultural do país, levantando a autoestima do carioca:

" Havia uma grande tristeza no Rio com a aproximação da transferência da capital...eu li uma crônica do Machado de Assis, em que comparava o Rio de Janeiro à Nova York. Dizia: ' O Rio de Janeiro é a nossa Nova York, com ou sem capital'. Então, o que a gente pretendia, e a gente explicava muito, era que não havia motivo de a população ficar triste. Era bom para o Rio. Não era ruim, era bom. A gente ficava livre daqueles ministérios todos cheios de penduricalhos, da intervenção. Quer dizer, com o presidente aqui tudo era dominado pelo Governo Federal, a cidade não tinha autonomia"⁵.

O Rio Será Sempre o Rio conseguiu um alto grau de mobilização e de participação política do carioca, que respondendo à convocação da campanha, fez do auditório de *O Globo* o fórum das discussões sobre os destinos da cidade, onde representantes das chamadas sociedades amigos de bairros,

⁵Depoimento de Péricles de Barros à autora. in: MESQUITA, Cláudia. Um Museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965). Rio de Janeiro, Editora Folha Seca/Faperj, 2009.

exaltando o "orgulho carioca e o bairrismo", debatiam e influenciavam as propostas parlamentares travadas na Assembleia sobre o futuro do Rio. Questões como a fusão com o estado do Rio de Janeiro, a divisão do Distrito Federal em municípios distintos, e a mudança do nome da cidade, entre outras, eram rechaçadas pelos líderes comunitários em defesa da tradição e da autonomia da cidade do Rio de Janeiro. O jornal *O Globo* exercia a mediação entre a população e os políticos, visando influenciar a opinião pública em defesa da criação do estado da Guanabara, como recorda Péricles de Barros:

" E cada dia a gente lançava manchetes lá no alto: ' Havendo fusão o Rio vai perder' . Cada dia a gente dava um argumento. Um argumento que a gente usou muito, muito mesmo, foram os exemplos de grandes centros, como Brenner, Hamburgo, Hong-Kong, que são cidades-estado. A gente citava muito Hamburgo e Brenner, que são idênticas ao Rio, até hoje. E o alemão não está preocupado em pegar e juntar Brenner e Hamburgo num estado. É uma cidade e... é um estado. E o Rio uma cidade desse tamanho, era a segunda economia do país, porque você não precisa ter um grande território. A Suíça é um território pequeno, e era um exemplo que a gente dava também, um território pequeno e, no entanto, tem aquela prosperidade, aquela solidez econômica"⁶

Uma vez afastado o perigo da fusão, e garantida a criação da Guanabara, a campanha de promoção do jornal *O Globo* lançou-se na mobilização popular para a festa de celebração do nascimento do estado recém-criado. Sempre voltada para a exaltação do bairrismo e para a tese machadiana de que não havia razões para tristezas em deixar de ser o Distrito Federal, essa campanha levou a população do Rio a receber a Guanabara em festa, com “fogos, som , bandas de música”⁷, repiques de sinos, e, como não poderia deixar de ser: muito samba.

" O Rio desceu, parou. Foi para a Avenida Rio Branco. Houve a posse do Sette Câmara, que foi o governador interino nomeado. À meia-noite ele tomou posse. Então criou-se o estado da Guanabara a zero hora. Os jornais saíram à meia-noite. Os jornais saíram à meia noite. *O Globo* deu até uns sinos assim...uns frades tocando. As escolas de samba desceram. A Riotur da época, que era a

⁶Depoimento de Péricles de Barros à autora. in: MESQUITA, Cláudia. Um Museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965). Rio de Janeiro, Editora Folha Seca/Faperj, 2009.

⁷Depoimento de Péricles de Barros à autora. in: MESQUITA, Cláudia. Um Museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965). Rio de Janeiro, Editora Folha Seca/Faperj, 2009.

Secretaria de Turismo, instalou um som ao longo de toda a Avenida. Eu me lembro até do momento em que eu estava no meio da Avenida, lá no meio da multidão, e os alto-falantes, e aquela turma toda, os companheiros lá das comissões todas. ' Por favor Péricles, Péricles venha até aqui, venha até aqui'. E aquela multidão...eu perdido naquela multidão ali"⁸

Enfim, nascia a Guanabara

Empossado em 5 de dezembro de 1960, após o governo provisório de José Sette Câmara, Carlos Lacerda passou a investir no perfil de cidade-capital no processo de demarcação das fronteiras simbólicas da Guanabara, para além da delimitação das suas fronteiras político-administrativas. O capitalidade do Rio foi um elemento central na construção da identidade cultural do novo Estado, e fez parte de um programa político - explícito, ou implícito -, de “enquadramento” da memória, para usar a noção proposta por Michael Pollak como mais adequada ao tratamento da memória como um, portanto, um campo de disputa por excelência (POLLAK, 1992, p.10).

Diferentes agentes estiveram envolvidos no “enquadramento” da memória carioca, porém, Carlos Lacerda ocupou um lugar de destaque na liderança desse empreendimento. A despeito da sua atuação como um grande "tocador de obras", responsável por mudanças profundas no traçado da cidade, Lacerda se destacou pelos usos da memória para fins políticos, cuja eficácia deve ser creditada a sua intimidade com a história do Rio, além de extrema habilidade com a palavra e com a utilização da mídia como estratégia política.

Em dezembro de 1964, Lacerda faz a abertura oficial do IV Centenário, com o lançamento de um bônus que seria vendido nas coletorias do Estado, barraquinhas do IPEG e nas agências do BEG, com direito a sorteio de prêmios mensais e entrada nos principais eventos e espetáculos da cidade. A população carioca, envolvida num clima ufanista e festeiro, pôde optar por uma gama enorme de eventos, variando entre sacros e profanos, eruditos e populares, oficiais ou não, que compreendeu, entre tantos, missa rezada aos pés do túmulo de Estácio de Sá na Igreja dos Capuchinhos, a inauguração da

⁸Depoimento de Péricles de Barros à autora. in: MESQUITA, Cláudia. Um Museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965). Rio de Janeiro, Editora Folha Seca/Faperj, 2009.

estátua de D.João VI como homenagem ao “grande rei, o rei mais popular da dinastia nacional”⁹.

Inúmeros eventos e espetáculos marcaram as comemorações dos quatrocentos anos da antiga capital federal, como o Baile das Nações, com representantes de todas as embaixadas, a estréia no Golden Room do Copacabana Palace de um musical de Carlos Machado chamado “Rio de 400 janeiros”, o espetáculo “Martírio de São Sebastião” no Teatro Municipal, festivais de música, cinema e de teatro, programas especiais de rádio e televisão, publicações extras de jornais e revistas, concurso de *miss*. O carnaval do IV Centenário foi um dos destaques comemorativos, cuja obrigatoriedade da efeméride como tema das escolas de samba, representou um deleite de criatividade e imaginação dos sambistas, e uma reafirmação dos principais elementos constitutivos da saga carioca, com seu passado de glórias, fatos heróicos, personagens e mitos do passado¹⁰.

Salve o Rio de Janeiro,
Seu carnaval, seu quatrocentão,
Feliz abraço do Salgueiro
À cidade de São Sebastião.
Ó abre alas, que eu quero passar,
Eu sou da Lira, não posso negar,
Rosa de Ouro é quem vai ganhar!

Com a estrofe acima termina o samba do Salgueiro “História do Carnaval” de Geraldo Babão e Valdelino Rosa, campeão do carnaval do IV Centenário com o enredo “Carnaval Carioca – Eneida”, desenvolvido pelo carnavalesco Fernando Pamplona. As folias de Momo foram realizadas entre 28 de fevereiro e 01 de março, coincidindo com o aniversário da cidade. A dupla comemoração mereceu do governo uma ornamentação à altura, com a

⁹ LACERDA, Carlos. Discurso de inauguração do monumento a D.João VI. *op.cit.*

¹⁰Relação dos enredos das agremiações carnavalescas no ano do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro: 1) Imperatriz Leopoldinense: “Homenagem ao Brasil no IV Centenário do Rio de Janeiro”;2) Império da Tijuca: “Apoteose ao Rio”;3) Aprendizes de Lucas: “Progresso e Tradições do Rio”;4) Unidos da Capela: “Rio de Ontem e de Hoje”;5)Estação Primeira de Mangueira: “Rio Através dos Séculos”;6) Acadêmicos do Salgueiro: “História do Carnaval Carioca – Eneida”;7) Portela: “História e Tradição do Rio Quatrocentão, do Morro da Cara de Cão a Praça Onze”;8) Império Serrano: “Os Cinco Bailes da História do Rio”;9) União de Jacarepaguá: “Carnaval, Alegria do Rio”;10) Mocidade Independente de Padre Miguel: “Parabéns pra Você, Rio”. Leia mais: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/ha-50-anos-historia-do-rio-de-janeiro-foi-recontada-pelo-samba-2-15330827>. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2019.

decoração do centro da cidade inspirada no pintor francês Jean Batiste Debret, com cenas da corte portuguesa e da sociedade brasileira dos tempos da colônia e do império. De acordo com processo seletivo da memória carioca no ano do seu IV Centenário, a escolha de Debret reforça a visão do Rio como terra de natureza paradisíaca e um legado da civilização portuguesa nos trópicos.

Na galeria dos santos e heróis reverenciados no IV Centenário do Rio, destacam-se as figuras de São Sebastião, padroeiro da cidade, e o seu fundador Estácio de Sá. O padroeiro mereceu a inauguração de uma estátua-altar na Praça do Russel, local onde Estácio de Sá teria sido mortalmente ferido por uma flecha dos tamoiós, cujo exemplo de coragem e heroísmo foi fartamente festejado em artigos de jornais e revistas, discursos e publicações oficiais, tendo sido planejado a construção de uma estátua em sua homenagem, tendo como modelo o carnavalesco Clovis Bornay, criador, naquele ano, de uma fantasia com armadura de metal representando o herói português¹¹.

Como parte do projeto de descentralização das comemorações dos quatrocentos anos do Rio e do envolvimento da população nos eventos, a exposição “Do Rio Antigo ao Novo Rio” percorreu as 21 Regiões Administrativas da cidade, ficando em cartaz quinze dias em cada lugar. Segundo Cybelle Ipanema, então funcionária da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara a mostra itinerante “... além de painéis que contavam a história da cidade, exibiam também o material que coletamos junto aos moradores de cada região administrativa que tinha a ver com a história do Rio”¹². Para comemorar os cinco anos do Estado da Guanabara, em 21 de abril de 1965, o Rio foi brindado com uma inusitada “chuva de livretos” amarrados em miniparaquedas de papel de seda e lançados por pequenos aviões da FAB. A publicação escrita pelo então diretor da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara, Marcelo de Ipanema, intitulava-se “Aspectos da história do Rio de Janeiro”¹³.

¹¹ Depoimento Clóvis Bornay à autora. In: MESQUITA, Cláudia. Um Museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965). Rio de Janeiro, Editora Folha Seca/Faperj, 2009, p.152.

¹² Depoimento Cybelle de Ipanema no **Seminário Memórias do IV Centenário**. Comitê Rio 450 e IRPH (org) Museu de Arte do Rio, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013 <http://www.rio450anos.com.br/centenario/>

¹³ Depoimento Cybelle de Ipanema no **Seminário Memórias do IV Centenário**. Comitê Rio 450 e IRPH (org) Museu de Arte do Rio, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013 <http://www.rio450anos.com.br/centenario/>

A inauguração do Museu da Imagem e do Som, em 03 de setembro de 1965, foi um dos momentos mais aguardados das comemorações do IV Centenário, e um dos últimos do calendário oficial. Amplamente noticiado na imprensa como um museu de vanguarda, o MIS surgiu para os carioca e a museologia da época com um espaço de modernidade total. Na exposição inaugural o público pode conhecer parte do acervo iconográfico sobre a cidade do Rio de Janeiro e parte da sua coleção sonora.

A exposição de abertura foi montada com grandes painéis de fotografias de Augusto Malta sobre o Rio Antigo, com cabines de som onde as pessoas podiam ver as imagens e escutar músicas e discursos políticos simultaneamente. As guias de museu do IV Centenário ajudavam a receber o público, elegantemente vestidas, orientando pessoas de todas as idades, algumas que ainda se reconheciam, como a parentes e amigos, nas fotos ampliadas do Malta. O clima festivo da inauguração do Museu foi animado pelo piano de Guiomar Novaes e pelo otimismo das palavras de Carlos Lacerda, num contexto político cada vez mais difícil para o governador, cuja solenidade de inauguração do MIS foi uma das suas últimas aparições públicas, antes de deixar o governo da Guanabara e a vida política.

“Ao agradecer a presença de todos, ao agradecer o prestígio que nos traz as autoridades que aqui comparecem e o calor afetuoso, simpático e solidário do público que aqui ocorreu, eu me permito salientar sem demérito de nenhum dos que aqui vieram, a presença para nós inesperada e por isso ainda mais honrosa de Guiomar Novais, a extraordinária pianista do Brasil, para a qual eu peço a todos uma salva de palmas [...] gostaria que em alguma hora vaga que possa ter, nos deixasse já um primeiro documento, para o Museu da Imagem e do Som, o som de Guiomar Novais ao piano, no ano do IV Centenário do Rio de Janeiro. Muito obrigada a todos e estão todos convidados a ver o museu. Hoje é grátis”¹⁴

Para além do puro entretenimento, a programação IV Centenário buscou fixar e divulgar os elementos considerados constitutivos da identidade da cidade e do povo carioca, divulgando-os para dentro e fora do país, enaltecendo os "encantos naturais" da terra carioca, com o Pão de Açúcar – principal marca referencial da "cidade maravilhosa" -, e o Corcovado, onde o

¹⁴ LACERDA, Carlos. Discurso de inauguração. In: MESQUITA, Cláudia. Um Museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965). Rio de Janeiro, Editora Folha Seca/Faperj, 2009, p.163.

Cristo Redentor, iluminado pelo Papa Paulo VI por controle remoto, deu o tom religioso ao evento. O futebol, a decantada beleza da carioca, e o tratamento da cidade como personagem-mulher, "cidade miss", aparecem massivamente na imprensa, onde a feliz coincidência da chegada da atriz Brigitte Bardot na qualidade de turista é efusivamente saudada como a "boa estrela" do IV Centenário, grande propagandista na Europa da cidade do Rio de Janeiro.

A evidente preocupação de Lacerda com a memória e a posteridade foram marcas do seu governo, bem como a prática do mecenato público no financiamento dos equipamentos culturais do novo estado, patrocinados, em grande parte, pelos recursos do Banco do Estado da Guanabara (BEG). O Museu da Imagem e do Som e a Pinacoteca do Estado da Guanabara são exemplos dessa prática de financiamento estatal, e emblemáticos do envolvimento pessoal de Lacerda e do então presidente do BEG, Antonio Carlos de Almeida Braga, na seleção e aquisição das coleções de natureza histórico-cultural, bem como a compra e reforma dos prédios para sediá-las.

O Museu da Imagem e do Som era considerado a “menina dos olhos” do ex governador, orgulhoso da criação de “... Um museu novo, quase único no seu gênero no mundo, em todo caso o primeiro no Brasil nessa modalidade [...]”¹⁵. De fato, o MIS representou um projeto inédito para os padrões brasileiros de sua época, rompendo com o modelo dos museus então vigentes e constituindo-se no primeiro museu audiovisual do país. De construção eclética, o prédio ocupado pelo Museu da Imagem e do Som foi o Pavilhão do Distrito Federal na Exposição Internacional de 1922, sendo um dos seus últimos remanescentes. Após a sua ocupação original, o edifício foi utilizado como Instituto Médico Legal, Delegacia de Polícia e Serviço de Registro de Estrangeiros, até ser comprado em 22 de abril de 1964 pelo BEG para sediar o Museu, sendo restaurado pelo arquiteto Yannar Carvalho dos Santos, sob a supervisão do pesquisador de música Maurício Quadrio, um dos mais próximos assessores de Lacerda na idealização do Museu da Imagem e do Som. O MIS representa uma vitrine da memória da Guanabara, fruto do trabalho de construção simbólica da cidade do Rio de Janeiro empreendido

¹⁵ Discurso de Carlos Lacerda por ocasião da inauguração do Museu da Imagem e do Som, em 03 de Setembro de 1965. Fonte: Fitoteca/FMIS/ RJ.

pelo governador Lacerda e sua equipe, materializado, tanto nos objetos adquiridos para o seu acervo, quanto no prédio escolhido para abrigá-lo.

Considerações finais.

A mudança da tradicional condição de sede do poder central da cidade do Rio de Janeiro, somada ao *boom* memorialista que envolveu as comemorações dos seus quatrocentos anos, fez do período compreendido entre 1960 e 1965, um momento especialmente profícuo para a fixação do estado da Guanabara como capital cultural do país. O Rio vivia um período ímpar de autonomia político-administrativa, e de ressignificação simbólica, com o desafio de criar o seu destino político e construir a sua própria identidade regional. Carlos Lacerda, como primeiro governador do novo estado, assumiu a liderança do processo de “enquadramento” da memória carioca como uma das principais iniciativas do seu governo, cujo *ponto alto* ocorreu por ocasião das comemorações do IV Centenário da cidade. A inconfundível logomarca do *designer* Aluísio Magalhães ainda permanece em propagandas antigas, livros, revistas, ou desenhadas nas pedras portuguesas das ruas¹⁶. Lugares de memória, que nos remetem às fronteiras simbólicas de uma Guanabara desaparecida.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BOMENEY, Helena Bomeny (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política Rio de Janeiro*: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista(SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001.

¹⁶Exemplos de nomes e lugares com o nome e a marca do IV Centenário: em Estrada Velha da Pavuna, em Del Castilho, onde está o Condomínio IV Centenário; a calçada da Rua da Estrela (em frente ao Hospital do Amparo Feminino), no Rio Comprido; a Rua Nova Jerusalém, em Bonsucesso, onde está a Escola Municipal IV Centenário; e a Rua Sargento João Lopes, na Ilha do Governador, numa loja de material eletrônico; Hospital do IV Centenário em Santa Teresa.

- CARVALHO, J.M. *Brasil: nações imaginadas*. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis* (uma reflexão em busca de autoestima). Rio de Janeiro, Record, 2001.
- MESQUITA, Cláudia. *Um Museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965)*. Rio de Janeiro, Folha Seca, 2009.
- MESQUITA, Cláudia. *De Copacabana à Boca do Mato: o Rio de Janeiro de Sérgio Porto e Stanislaw Ponte Preta*. Rio de Janeiro. Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 5 (10). 1992.
- POULOT, Dominique. *Une histoire du patrimoine en Occident*. Paris: PUF, 2006.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução de Yara Aun Khoury. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História, São Paulo, 1993, n. 10, p. 13. Projeto História.
- REIS, José de Oliveira. *História urbanística do Rio de Janeiro*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: IHGB, 1988-89
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *Entre a Destruição e a Preservação: Notas para o Debate*. In: SCHIAVO, Cléa, ZETTEL, Jayme. (Coord). *Memória, Cidade e Cultura*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1997, p.17
- SANTOS, Afonso C. Marques dos. *No Rascunho da Nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação/Divisão de Editoração, 1992. p.120.
- SEVERIANO, Jairo e Zuza Homem de Mello. *A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras*, vol.2:1958-1985. São Paulo, Editora 34, 1998.
- TIESSE, Anne-Marie. “Ficcões Criadoras: As identidades nacionais”. *Anos 90*, Porto Alegre, n.15, 2001/2002.
- TURAZZI, Maria Inez; LEITE, João de Souza; Mesquita, Claudia. *Rio 400 + 50 comemorações e percursos de uma cidade*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro : Edições de Janeiro, 2014.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo*

paulista. *Estudos históricos*: os anos 20, Rio de Janeiro: FGV, v. 6, n. 11, 1993.

URBANIZAÇÃO ALIENADA: A CIDADE COMO MERCADORIA

Profª Drª Helenice Pereira Sardenberg e Renan de Souza Cid

Unilasalle/RJ

Pensar a cidade é pensar nas inúmeras possibilidades de nela viver e conviver. Contudo, já faz um tempo que a violência vem se destacando nas diferentes cidades do país, notadamente, no caso agora apresentado, na cidade do Rio de Janeiro, onde os números gritam! Mesmo assim, vê-se que se tem feito muito pouco a respeito, são muitas balas perdidas, são muitos problemas oriundos dos mais diferentes conflitos, estes obstaculizando o ir e vir da população que é impedida de exercer este direito fundamental de primeira geração.

Nota-se, ainda, uma posição de passividade do Estado no que se refere aos problemas urbanos vivenciados, mesmo que o ordenamento jurídico brasileiro permita ao ente estatal se valer se sua posição de superioridade para sanar determinados desvios de conduta ou igualar fruições diferentes da urbe.

Não sem razão, portanto, pensar a cidade pressupõe pensar em fazer uso dos direitos fundamentais, dentre eles o direito ao lazer que se torna subtraído da maioria dos moradores das periferias. Sabe-se, notadamente, que as cidades, em sua maioria, são seletivas e, normalmente, garantem, aparentemente, o ir e vir daquele ou daquela que pertence às categorias hegemônicas.

Gondim e Lima (2007) apontam que:

[...] a segregação espacial nas grandes cidades, associada à exclusão social e à violência crescentes, remetem a uma questão-chave para a governabilidade urbana e para o próprio convívio entre os cidadãos: como garantir a sociabilidade entre os moradores de uma cidade, se eles estão cada vez mais apartados entre si, em razão de suas carências, de seus medos de sua prepotência ou subordinação? (p. 422).

Inegavelmente, tem-se, hoje, a urbanidade como uma das mais complexas e importantes áreas na qual o Estado deve atuar a fim de que a justiça social, pretendida pelo Direito, possa prevalecer.

Na questão urbana, inserem-se matérias referentes à mobilidade dentro do território, acesso ao lazer, meio ambiente, moradia e trabalho, por exemplo. Hodiernamente, entretanto, a forma como estes direitos têm sido tutelados passa pelo, que denominamos Direito à Cidade.

A ideia central do Direito à cidade seria, assim, a prevalência da função social da cidade em detrimento à atuação hegemônica do capital econômico nos rumos da urbe. Como discutiremos ao longo deste trabalho, nota-se que, atualmente, esta garantia possui previsão em muitos documentos internacionais elaborados e no ordenamento jurídico brasileiro.

É de grande valia, antes de adentrarmos na questão da mercantilização do direito à cidade, discorrer, brevemente, acerca da atuação do Estado no domínio privado, tendo em vista que é esta relação, desempenhada de forma séria, que permite com que a fruição dos direitos urbanos seja igualitária. Esta intervenção na propriedade particular deriva de uma evolução, ao longo dos anos, da forma como o interesse privado se relaciona com o Estado, tendo em vista que esta figura, hoje, como um defensor do interesse da coletividade, destacando-se aqui o Direito à cidade.

A defesa do interesse comum, por volta do século XIX, não era uma preocupação estatal. Influenciado pela ideologia predominante do *laissez faire*¹ na ordem econômica e social, o Estado pouco enfrentava as desigualdades percebidas na sociedade da época, de modo que a propriedade privada prevalecia. A partir da concepção de um *welfare state*², no século XX, e com o surgimento dos chamados direitos sociais, o Poder Público passa a ter, como uma de suas funções, a responsabilidade de suavizar desigualdades econômicas e sociais. Para isso, passa a envolver-se na propriedade privada

¹Expressão de origem francesa utilizada para determinar um modelo de intervenção mínima do Estado na ordem econômica, cabendo a este apenas a garantia da ordem institucional e a administração justiça. Neste modelo, o ente estatal deve garantir absolutamente a propriedade privada e assegurar a liberdade econômica, que seria capaz de resultar o interesse individual em benefícios sociais.

²Parte da ideia de que o indivíduo é dotado de um conjunto de direitos, dos quais jamais poderá ser dissociado, os chamados direitos sociais. Nesta concepção, o Estado figura como responsável pelo asseguramento destas garantias e deve atuar, de forma mais incisiva, nas relações e na ordem econômica para regulamentação, a fim de que o objetivo seja alcançado.

com o intuito de defender os interesses da coletividade em detrimento, ao que podemos chamar, de um somatório de individualidades (CARVALHO FILHO, 2016).

Como bem afirma Di Pietro (2014),

O Estado teve que abandonar a sua posição passiva e começar a atuar no âmbito da atividade exclusivamente privada. O direito deixou de ser apenas instrumento de garantia e dos direitos do indivíduo e passou a ser visto como meio para consecução da justiça social, do bem comum, do bem-estar coletivo.

Apesar da possibilidade de interferência pública, a propriedade, tida por muitos como um direito natural, permanece como uma das garantias fundamentais elencadas na CRFB/88, em seu artigo 5º, inc. XXII, portanto, possui imensa proteção jurídica. O que se observa em relação a este direito é que o mesmo, atualmente, já não mais figura como absoluto, visto que sofre limitações impostas pela necessidade de atendimento à função social da propriedade, positivada no artigo 5º, inc. XXIII da CRFB/88.

A função social da propriedade urbana encontra-se regulada pelo artigo 182, §2º da CRFB/88 e será definida pelos Planos Diretores elaborados pelos entes municipais.

Desta forma, ao passo em que esta função social da propriedade se configura como um limitador da propriedade privada, esta funciona, ao mesmo tempo, como instrumento protetor deste mesmo bem, tendo em vista que, a propriedade que cumpre os critérios norteadores de sua função, não pode ser objeto de intervenção estatal, em regra. De modo contrário, quando a função social da propriedade não é observada, surge para o Estado a possibilidade de intervenção ou supressão do domínio particular. É esta intervenção que permitirá com que o ente estatal garanta o acesso igual ao meio urbano entre indivíduos marcados pela notória desigualdade social.

A intervenção no domínio particular se pauta no que chamamos de supremacia do interesse público, atualmente, um dos princípios basilares do Direito Administrativo nacional. Esta atuação, não obstante, deve se pautar na lei, ser realizada pelo Estado e tem que ter como finalidade a adequação da propriedade à sua função social.

O que contemplamos, ainda que hajam ferramentas de combate às desigualdades sociais urbanas, é que sua efetividade se dá de forma limitada, ou seja, atinge parcelas da sociedade de forma diferente, incidindo mais sobre uns e encontrando-se afastada de tantos outros.

Acerca disto cabe mencionar Harvey (2012) quando este diz que:

A absorção de excedente através da transformação urbana tem um aspecto obscuro. Ela tem acarretado repetidas contendas sobre a reestruturação urbana pela “destruição criativa”, que quase sempre tem uma dimensão de classe já que é o pobre, o desprivilegiado e o *marginalizado do poder político* que primeiro sofre com este processo (p. 82, grifo nosso).

Ainda, como diz Harvey (ibidem), “vivemos progressivamente em áreas urbanas divididas e tendentes ao conflito. Três décadas atrás, a reviravolta neoliberal restaurou o poder de classe das elites ricas” (p.81).

Logo vivemos, hoje, a cidade como um produto dos desejos dominantes e subproduto das classes populares.

Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo. (HARVEY, 2012, p. 74)

Não obstante, o espaço, desta forma, não está isento de contradições. Ao contrário, como afirma Gomes (2006) o espaço físico é, mesmo sem ser metrópole,

[...] sempre objeto de conflitos, pois estabelecer um território de domínio de um grupo significa a afirmação de sua diferença em oposição aos demais. Esse fenômeno também é conhecido como tribalização e é em parte o responsável pela transformação da imagem da cidade contemporânea. Hoje, o espaço fragmentado nas divisões impostas por esses grupos de afinidade se ajusta ao

que alguns geógrafos denominam de metrópole pós-moderna. Ela traduz a ideia de mosaico, de unidades independentes justapostas. Trata-se da própria negação do conceito anterior de cidade, unitária, coesa e hierarquizada por funções, classes ou usos, em benefício de uma noção de simples ajuntamento demográfico, a aglomeração (p. 181).

Sabe-se que, apesar dos discursos voltados à melhoria da qualidade de vida da população, o que de fato ocorre é a exclusão das minorias. O espaço público deixa de ser pensado de forma mais ampla, garantindo que todos possam usufruir daqueles a que têm direito, com a ausência do exercício da própria cidadania.

Importante, neste sentido, destacar, portanto, o que diz Wacquant (2005), pois que “a cidadania não é uma condição adquirida ou garantida de uma vez por todas e para todos, mas um ‘processo instituído’ conflituoso e desigual, que precisa ser continuamente conquistado e ressegurado”. (p. 39).

Não sem razão a construção de uma urbe excludente, produzida para poucos, isto é, para camadas hegemônicas que seleciona, de diversas formas, aqueles que poderão utilizar determinados espaços públicos, excluindo daí quem se encontra fora dos grupos dominantes. Nas palavras de MARICATO (2015, p.83), “A representação da cidade é uma ardilosa construção ideológica, na qual parte dela, a “cidade” da elite, toma o lugar do todo”. Desta forma, faz-se necessário refletir acerca das restrições observadas quanto ao habitar nas cidades.

Não sem razão, discutir, portanto, a quem pertence a cidade e como ela se constitui o direito de toda gente. Pois, ainda hoje, o direito à cidade não tem legitimidade no campo do Direito, não sendo a cidade avaliada na sua dimensão política, provocando conflitos territoriais, permitindo que o estado aja de acordo com os interesses particulares.

Pescarolo (2017) reconhece que:

[...] as cidades grandes apresentam dinâmicas semelhantes. Nelas também há grupos que estão em posição de dominação e, por isso, podem segregar aqueles que não se encontram na mesma posição. É claro que essa segregação não precisa ser expressa de forma verbal ou em avisos e placas. Ela é potencialmente pior, por ser simbólica, invisível. Ela é sentida principalmente quando aqueles que estão à margem decidem frequentar os mesmos lugares que as elites [...] (p. 89).

Desta forma, importante destacar o que anuncia Bourdieu (2001) quando fala sobre tal violência, pois que

A violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (portanto, à dominação), quando dispõe apenas, para pensá-lo e para pensar a si mesmo, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de instrumentos de conhecimento partilhados entre si e que fazem surgir essa relação como natural, pelo fato de serem, na verdade, a forma incorporada da estrutura da relação de dominação.

Logo, a vedação de parte da cidade a uma parcela da sociedade vem se solidificando e ampliando na medida em que o grupo hegemônico se utiliza do seu poder de comando sobre as demandas da urbe para que as suas ambições sejam asseguradas. Nas palavras de Harvey (2012, p.87), “O direito à cidade, como está constituído agora, está extremamente, confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto”.

Outrossim, a cidade real fica velada pelos processos de produção da cidade fantasia. Esta última como aquela que é supostamente neutra e eficaz em suas políticas públicas.

Contudo, como afirma Smith (2007)

A expansão econômica se desenvolve hoje não através da expansão geográfica absoluta, mas através da diferenciação interna do espaço geográfico. A produção do espaço, ou desenvolvimento geográfico hoje é, no entanto, um processo absolutamente desigual. (p.18)

Ademais, notadamente, as minorias sofrem o silenciamento imposto pelos grupos hegemônicos, este processo é responsável pelas vozes mudas de diferentes grupos minoritários na cidade, conforme explicitado por Berticelli (apud Sardenberg, 2011), quando diz que:

[...] no discurso se constituem lugares, portanto vozes. Vozes falantes que falam bem alto, vozes que falam mais baixo, vozes que mal sussurram e vozes... mudas. Tudo depende do lugar que cada qual ocupa, por força da interpelação, com graus maiores ou menores de assujeitamento. (p.18).

Assim, este instrumento de silenciamento tem sido deveras eficiente, haja vista que não havendo vozes discordantes, não há de existir conflitos na urbe e esta manterá, invariavelmente, seu *status quo*, favorável sempre a quem detém o poder e, portanto, a dominação.

Diante do exposto até aqui há de se pensar o lazer como sendo direito de todos. Neste sentido, importante destacar que

[...] para tornar a cidade um espaço público de encontro, solidariedade, trabalho cooperativo, lazer, esporte e cultura, entre outras dimensões, na qual os serviços públicos sejam de qualidade, atendam à maioria e sejam considerados de todos, é necessário que estejamos atentos ao conceito de cidadania e que tal situação social esteja na pauta das políticas públicas brasileiras. (RECHIA, 2015, p.46)

Logo, há de se entender que o lazer é um direito social, um direito de todos e não de um grupo.

O lazer é citado nos artigos 6º, 7º, 217 e 227 da Constituição de 1988 (Brasil, 1988). No artigo 6º, é definido como direito social, ao lado da educação, da saúde, da alimentação, da moradia, da segurança, da previdência social, entre outros. O artigo 7º (inciso IV) prevê que os trabalhadores urbanos e rurais e outros sujeitos têm o direito de receber um salário mínimo que dê conta de suprir suas necessidades vitais básicas e as de sua família, incluindo o lazer. No parágrafo terceiro do artigo 217, por sua vez, o lazer figura como responsabilidade do poder público, que deve incentivá-lo como forma de promoção social. Tal atribuição é reforçada no artigo 227, o qual, além de configurar o direito ao lazer como dever do Estado, o coloca como dever da família e da sociedade, que devem assegurá-lo com prioridade à criança, ao adolescente e ao jovem. Outros documentos que adotam a Constituição de 1988 como referência política também reconhecem o lazer como direito social, tais como a Política Nacional do Idoso (Brasil, 1994) e o Estatuto do Idoso (Brasil, 2003), evidenciando sua importância para todos os cidadãos brasileiros, independentemente de faixa etária, etnia, religião e orientação sexual, por exemplo (GOMES e ISAYAMA, 2015).

Apesar de todas as garantias dadas pelas leis, no país, verifica-se que o lazer não se faz presente no cotidiano de boa parte da população e pouco se faz a respeito. Na medida em que a cidade é também mercadoria e desta forma precisa ser “vendida”, não há interesse dos órgãos públicos em disponibilizar o lazer para a população, especialmente, para aquela que vive nas periferias da cidade.

O direito ao lazer significa também que, para ser reconhecido como tal, deve ter asseguradas as condições para sua expressão e exercício. Parafraseando Henri Lefebvre (1969), que cunhou a expressão “direito à cidade”, podemos também falar do direito ao lazer na cidade de nosso tempo, no sentido de que ela própria, para além das opções de entretenimento que possa abrigar e oferecer a seus moradores, é em si mesma um grande equipamento de lazer e, não obstante seus problemas e desigualdades, é objeto de disputas, controvérsias (IBIDEM).

Desta forma, há de se refletir sobre a exclusão no contexto social, fundamentalmente no que concerne à relação entre o território e o exercício da cidadania. Pois, de acordo com Telles (2006)

[...] é aí, nessas dobraduras da vida social, que toda complicação urbana dos tempos que correm pode ser flagrada; é aí que acontecem as exclusões, as fraturas, os bloqueios, e também as capturas na hoje extensa multicentrada malha de ilegalidades que perpassam a cidade inteira e que operam, também elas, como outras tantas formas de junção e conjugação da trama social. Pontos de junção e conjugação da vida social que operam como campos de gravitação de práticas diversas: seus agenciamentos concretos, sempre situados, sempre territorializados, são atravessados pelas linhas de força das tensões e conflitos, dos acertos e desacertos da vida, das possibilidades e bloqueios, e também dos limiares de outros possíveis (p. 72).

Sendo assim, se é excluído pelo não pertencimento às categorias hegemônicas sociais e políticas, pelo desenraizamento, pela ausência de alteridade e pela produção de uma humanidade descartável que se autoinclui numa sociedade que fez da exclusão uma concepção e modo de vida (MARTINS, 2009).

Cabe destacar ainda o que o Estatuto da Cidade, lei 10.257/01, entre outras diretrizes, estabelece em seu art. 2º que

Art. 2º. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

[...]

II – Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Logo, observa-se que é dever do Estado permitir à população que esta participe como protagonista da atividade decisória no que diz respeito aos rumos pensados para as cidades. Entretanto, esta participação encontra-se prejudicada, haja vista que as estruturas orgânicas da Administração Pública pouco espaço conferem à sociedade para que esta possa, de fato, participar das discussões urbanas, ou, quando conferem espaço, pouco peso atribuem às opiniões que da coletividade são emanadas.

Se os maiores afetados pela alienação urbana não são ouvidos, como sanar nossas maiores problemáticas? Afirmamos que um dos caminhos para resolução dos conflitos vividos na urbe seria a atribuição de voz igual aos cidadãos.

O mesmo diploma legal, traz ainda um *rol* dos meios pelos quais a população pode exprimir suas demandas urbanas, em especial, o Art. 43:

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

- I – Órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- II – Debates, audiências e consultas públicas;
- III – Conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- IV – Iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Assim, nota-se que a intenção do legislador, ao conferir à população legitimidade de participação e instrumentos de efetivação desta atividade, é a de permitir que aqueles que vivenciam, na prática, os dilemas das cidades possam oferecer soluções para os mesmos. Ocorre que, além de não oferecer lugar e peso para a fala da sociedade, o Estado tem silenciado as poucas vozes que conseguem se fazer presentes em meio aos processos deliberativos da urbe.

Diante do exposto até aqui, se faz necessário entender de que maneira a cidade, no caso, em especial, a cidade do Rio de Janeiro, diante da exclusão, notadamente, refém da lógica de mercado, pode se tornar uma cidade que garanta o direito à cidadania e, conseqüentemente, o direito ao lazer.

Sabe-se que a cidade do Rio de Janeiro vem enfrentando uma série de constrangimentos dos mais variados, desde a violência como, também, a falta de uma gestão eficiente dos recursos públicos para garantir o mínimo de qualidade de vida para os seus moradores, isto é, os cidadãos locais. A cidade vilipendiada como apontam os noticiários carece de políticas públicas eficazes, capazes de dirimir os problemas típicos provocados pelo aumento populacional e sua interferência no ambiente, além do aumento das demandas pelos serviços da prefeitura, concentradas, fundamentalmente, em saúde, educação e segurança. Não obstante aos dilemas locais, a cidade precisa garantir o mínimo necessário aos seus cidadãos e, sob este aspecto, não há como não incluir o direito ao lazer.

Enfim, para terminar, urge dizer que desejamos uma cidade harmônica, plural e diversa e mais do que leis positivadas, desejamos que o Direito à Cidade ganhe o campo da plena existência a fim de que este seja o pilar mais básico de vivência de todo e qualquer ser humano nas inúmeras urbanidades.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, pp. 206-207.
- CARVALHO FILHO, José dos S., *Manual de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.
- DI PIETRO, Maria S. Z., *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2014, p. 66.
- GOMES, Christianne Luce e ISAYAMA, Hélder Ferreira, (Org.). *O Direito social ao lazer no Brasil*. Campinas, SP : Autores Associados, 2015. – (Coleção educação física e esportes)
- GODIM, L. M. DE P.; LIMA, M. M. B. Espaço público e direitos de cidadania na cidade contemporânea. In: RODRIGUES, Francisco L. L. (Org.). *Estudos de direito constitucional e urbanístico*. São Paulo: RCS Editora, 2007.
- HARVEY, D. O direito à cidade. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.
- MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 2009.
- PESCAROLO, Joyce K. *Sociologia Urbana e da Violência*. Curitiba: InterSaberes, 2017.

- SARDENBERG, H. P. *Uma cidade partida: Itacaré e os dilemas da desterritorialização pelo turismo*. 2011. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- SMITH, N. Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space. In: SMITH, N. e WILLIAMS, P. (orgs.). *Gentrification of the city*. Londres, Allen e Unwin, 2007
- TELLES, Vera da Silva. CABANES, Robert. (Org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

LA FOTOGRAFÍA ANÁLOGA Y DIGITAL EN SALA DE AULA COMO HERRAMIENTA PARA LA COMPRESIÓN DE LA HISTORIA DE LA CIUDAD DE MEDELLÍN Y SUS TRANSFORMACIONES A LO LARGO DEL TIEMPO: PATRIMONIOS MATERIALES, MEMORIAS Y VALORES ESTÉTICOS POPULARES.

Pablo Santamaría Alzate e Maria Isabel Giraldo Vásquez

Universidade Federal de Mato Grosso – Instituto Tecnológico Metropolitano

La ciudad y la experiencia sensible como dispositivo educador. Una introducción

La ciudad es compleja en su forma y contenido. Además de las cosas en cemento, concreto y metal, las gentes que la habitan suman para definir la experiencia urbana. Pensar la ciudad implica pues, además de observar el uso del territorio y el espacio urbano, la gente que la habita: personas que le dan sentido a lo urbano a través de su experiencia corporal y espacial con la ciudad. Y aunque la experiencia es íntima, en la ciudad tal intimidad se junta y convive con otras semejantes. Existen tantas imágenes de ciudad como ciudadanos que la habitan.

La experiencia urbana a la que se hace referencia es memoria y aprendizaje, acontecimientos de la cotidianidad que forman el sujeto en un sentido pedagógico no escolar, tampoco institucional: un tipo de “alfabetización” social que se encarna en tanto se vivifica una intimidad con la ciudad. Digamos pues que la calle enseña, para bien o para mal, y da doctrina de vida; no en vano se le refiere popularmente como la mejor escuela. La sensibilidad contextual es su mayor enseñanza y esta a su vez es respuesta a la contrariedad y la precariedad. La calle es metáfora de la experiencia urbana, de aquella experiencia formadora en un sentido práctico, ético y plural.

La ciudad cultiva a sus habitantes en saberes prácticos y comportamentales, en enseñanzas de vida que se reproducen en narrativas individuales, formas específicas de habitar y darle sentido al espacio urbano: estas diversas historias, en simultáneo, que le son constitutivas a las ciudades de este tiempo, se fijan en la memoria de los ciudadanos y constituyen su capital simbólico, su narrativa social: un sentido y unas significaciones que se transfieren, se cuentan, se comparten. es este pues su patrimonio. La ciudad en tal sentido se asume como un currículo expandido, un dispositivo formador que cuenta con, ya su vez exige, didácticas disruptivas que construyen un tipo de sujeto cultural.

Y si bien las narrativas individuales, los recuerdos, las memorias y los espacios de ciudad, sumados, configuran el discurso del espacio urbano, su experiencia sensible y su potencia formadora prescriben entre generaciones permitiendo nuevas formas de estar juntos en la ciudad. La infraestructura cambia del mismo modo que la experiencia con los espacios también. Así las cosas, las arquitecturas de la ciudad habitadas por sujetos urbanos se movilizan en función del tiempo, dejando en las paredes la huella indeleble de experiencias que formaron subjetividades. Digamos pues que del mismo modo en que la experiencia personal con la ciudad forma, también lo hacen las presencias pasadas de espacio y sujetos que componen el palimpsesto urbano; y al respecto consideramos que experimentar la ciudad y aprender de ella, es también asumir su pasado como parte de la experiencia formadora de la subjetividad urbana.

Ahora bien, también hacen parte de la ciudad instituciones, espacios, colectivos de personas que la piensan para su beneficio; estimulan su uso, apropiación, el sentido plural y la vocación de lo público que la define. Estas instituciones también conforman el campo artístico y cultural de la ciudad, pero a su vez se constituyen en un ámbito específico de agenciamiento de la misma. Estos espacios, regulados, corporativos, programáticos, también forman desde nociones altamente codificadas del deber ser de la ciudad, desde su saber específico, para construir una experiencia de lo urbano, tal vez, desde la norma, tal vez desde el percepto¹ Para el caso, en el centro de la ciudad de

¹ Sobre esto, el artista colombiano Víctor Laignelet, la define como un tipo de: "(...) cognición sensible" (LAIGNELET, 2011, p.88).

Medellín conviven instituciones de formación que, como se ha dicho, tienen por propósito modelar ciudadanos que interactúen de manera positiva con la ciudad. Colegios, escuelas, universidades, son las primeras llamadas a generar una reflexión y un aprendizaje sobre la ciudad desde una teleología del buen ciudadano y de este modo formar un tipo de sujeto social que se articule a la diversidad de la experiencia. Esto sucede indefectiblemente a través de un currículo; pero, ¿existe correspondencia entre la ciudad enseñada desde el aula y la ciudad vivida a pie? O mejor, ¿el sujeto que forman las aulas es el mismo que se forma por la experiencia urbana? Saber académico y saber empírico de nuevo se ponen en tensión, aunque ambos sucedan por medio de acciones educadoras; tal tensión no es ajena al mundo del arte y el campo cultural: "La formación en artes hoy en día se encuentra a mitad de camino entre la potencia del arte de generar sentido por medio de procesos asistemáticos y desterritorializados, y la necesidad de sistematización y generación de normatividad que supone el proceso de su enseñanza" (LAIGNELET, 2011, p.82).

Las acciones educadoras son plurales y no necesariamente suceden en la escuela, de tal modo que no toda educación sucede bajo la escolarización. Tal vez las enseñanzas fundantes de nuestras vidas suceden en la casa, en el barrio, en la ciudad: experiencias que nos dan forma y cultivan nuestra relación específica con el mundo y la cultura. De aquí se desprende que la experiencia formadora es por definición diversa, enmarcada únicamente por los contornos de un momento cultural y por las sensibilidades personales. Por su parte, la educación escolar a pesar de su planificación y orientación hacia la formación vocacional, también es diversa y depende en gran medida de nuestra experiencia con lo que, además del saber, configura el aula: los amigos, la familia, el docente, la memoria.

Si la enseñanza, entendida como la transmisión de la información de un saber, es inoperante, el aprendizaje sí es una empresa posible. De allí se deduce que la aspiración de construir un modelo pedagógico es válida si se vincula principalmente con la noción de aprendizaje y menos con la de enseñanza. (LAIGNELET, 2011, p.82).

Digamos pues que formar es crear para transformar, en donde la sensibilidad personal es el filtro de nuestro memorial de cosas aprendidas.

En tal dirección, nuevamente, Jaime Martínez Bonafé (2010, p.12) plantea que la convivencia de distintas experiencias de formación en la ciudad alimenta la apropiación de lo urbano en un sentido democrático y diverso, y que en ambos casos el propósito redundante en la activación de la ciudadanía para que participe, se movilice y se reinvente desde y para la ciudad. Así las cosas, la experiencia de formación, digamos, es creadora y aviva la imaginación para concebir proyectos de una ciudad posible: toda formación es también una utopía. El arte y la cultura son potencia de cambio y transformadores de sujetos, son pedagógicas por definición, pues en principio expanden los horizontes de comprensión a través de una lúdica del acontecimiento que define sus didácticas.

La pedagogía desde el arte puede aportar a la construcción de un nuevo sujeto que ya no responde más a las coordenadas cartesianas de la lógica tradicional, sino que puede desterritorializar, destemporalizar y deconstruir nociones identitarias fijas, recuperando para sí la definición de sus sistemas de representación y desplazándose creadoramente por las múltiples formas de narración del yo que le permitan a su vez reinventar el mundo o su mundo. (LAIGNELET, 2011, p.85)

No en vano desde el campo de la cultura se habla de formación de públicos para el goce del arte y la cultura misma. El arte y la cultura también enseñan como la calle, no de modo curricular, sino a través del disfrute, del goce, de la experiencia sensorial. Así, es doble el sentido de la gestión artística y cultural en la ciudad, mientras con ella se pueden desarrollar procesos formativos de cultura ciudadana y de usuarios culturales, también el arte se “instrumentaliza” a modo de didáctica para lograr objetivos de formación que vinculen la sensibilidad como mecanismo de aprendizaje.

En tal sentido, el acontecimiento didáctico que comprende esta reflexión, procura conectar de manera sensible a los jóvenes con su ciudad. Hemos mencionado que además de los dispositivos de formación en rigor, la experiencia cotidiana del cuerpo con la ciudad constituye un importante mecanismo de apropiación y por tanto de aprendizaje, de modo tal que la propuesta vincula en lo fundamental una experiencia corporal con la ciudad y su arquitectura al caminarla, al recorrerla, al sentirla y experimentarla visualmente. Así mismo, la experiencia no solo implica la presencia corporal

en el contexto, a modo de una micro-etnografía, sino que además vincula una dimensión creativa en la medida en que a través del dispositivo fotográfico digital re-crea el espacio patrimonial. Este espacio patrimonial de la ciudad, de hecho, es previamente estudiado desde el registro visual disponible en las colecciones fotográficas patrimoniales de la ciudad, de modo tal que implica una dimensión investigativa previa. Así las cosas, la propuesta didáctica articula la experiencia sensible y la acción creadora con el saber situado en el centro de la ciudad de Medellín, y experimenta con nuevas formas de aprehensión, identidad y sentido de pertenencia con el centro patrimonial de la ciudad. Ahora bien, el sentido de tal formación, su teleología, además de procurar el reconocimiento y apropiación de los sitios patrimoniales y el acervo visual se la ciudad de Medellín, es conminar a los estudiantes a aprender recorriendo la ciudad, asunto este que estimula una condición de ciudadanía diferencial, que se apropia de su patrimonio, de su ciudad, la reconoce y la construye. Este aporte, consideramos, construye capital social en el centro patrimonial de Medellín, a partir de experiencias urbanas situadas: pequeños acontecimientos visuales que transitan entre el pasado y el presente expandido a través de la imagen fotográfica.

El caso de una didáctica de aula: la experiencia urbana a través de los dispositivos móviles y la fotografía digital.

Sentir, pensar, vivir en y la ciudad...

La construcción de una propuesta de aula, como en la investigación, parte de una pregunta, que como hemos planteado se orientó bajo los conceptos de ciudad, experiencia urbana, imagen fotográfica y patrimonio cultural en la ciudad de Medellín; así mismo, tales conceptos son articulados en la categoría de narrativas de ciudad, privilegiando en esta categoría el lenguaje visual. De este modo, nos preguntamos: ¿cómo construimos narrativas? ¿cómo concebimos los espacios de la ciudad? ¿cómo se tejen memorias colectivas a través de dispositivos móviles, a través de la fotografía digital?

La fotografía como dispositivo, como lenguaje memorioso, se constituye para esta propuesta como un recurso que proporciona información a través de su misma materialidad, de la condensación del tiempo-espacio, que ella por sí

misma implica. así pues las cosas, las fotografías impresas de la ciudad constituyen el primer acercamiento, no solo a la imagen pasada de Medellín, sino que constituye una experiencia con material de archivo patrimonial, y, digamos, el contacto con la narrativa visual fundacional de la ciudad. El abultado acervo fotográfico de la ciudad de Medellín (más de 1.7000.000 registros fotográficos en el acervo de la Biblioteca Pública Piloto) da cuenta del interés por construir imágenes constantemente, en un devenir narrativo visual en incluso pictórico, como lo plantea Gubern (1996) cuando refiere al “homo-pictor”. Encontramos pues en la fotografía y en la narrativa visual que ella genera una herramienta indispensable que nos permite desarrollar análisis históricos y socio-espaciales, en donde se permite construir una memoria colectiva y trazar los senderos de las memorias individuales de ciudad; en donde es posible también entender el patrimonio material y diversos valores estéticos populares construidos a lo largo del tiempo. Trasciende de esta manera la fotografía, dejando de ser una simple copia congelada del espacio-tiempo, para convertirse en un instrumento de análisis e interpretación, incluso re-creación, pues permite la reconstrucción de un pasado vivido o recreado.

La fotografía entonces, se convierte en documento que proporciona información desde su misma materialidad, que se vislumbra como una “extensión del ojo” y también como una “extensión de la memoria” pues permite preservar un pasado, construir una memoria a partir de esta, y establecer vínculos sociales con el presente, tal como lo afirma Berger (1998, p .280)

Tanto la fotografía como lo recordado dependen de, e igualmente se oponen, al paso del tiempo. Ambos preservan el momento y proponen su propia forma de simultaneidad, en la que todas las imágenes pueden coexistir. Ambos estimulan, y son estimulados por, la interconexión de los sucesos. Ambos buscan instantes de revelación, porque son sólo esos instantes los que dan la razón completa de su propia capacidad de resistir el flujo del tiempo.

Pensar pues la fotografía patrimonial urbana, para el caso de este ejercicio, es pensar en las posibilidades del archivo visual para construir un ejercicio de comunicación y construcción de memoria desde el presente, en donde tienen cabida los espacios de la ciudad registrados en la fotografía patrimonial-análoga reinterpretados y re-creados partir por la fotografía digital-

contemporánea. Creemos, con Bourdieu (2003, p. 52), que por medio de la fotografía es posible “sobrellevar la angustia suscitada por el paso del tiempo”, y generar con ella un acto de comunicación con los demás que deviene en construcción de una memoria colectiva, de una narrativa de ciudad que nos implica.

Es en este diálogo entre pasado y presente de la ciudad, y sus mecanismos de registro visual, debida cuenta de los lenguajes comunicativos contemporáneos, vinculamos a la propuesta didáctica las redes sociales, puesto que es el escenario natural de donde se presenta la fotografía digital de uso habitual, que a su vez aprovecha la masificación de dispositivos celulares con cámaras digitales. La publicación de fotografías digitales, manipuladas con software, y publicadas en diversas redes sociales, ha venido tomando el espacio de los tradicionales medios de comunicación. En este caso puntual, aprovechamos esta práctica como mecanismo para construir narrativas y memorias colectivas a partir de evidencias de fotografías patrimoniales. Se evidencia pues una revolución en torno a nuevas maneras de registrar, conservar, mantener y transmitir el pasado y construir memoria. Es pues esta propuesta didáctica, una estrategia también, para construir, transmitir y tal vez consolidar la memoria colectiva en relación al patrimonio arquitectónico de la ciudad de Medellín. Sin dejar de desconocer ejemplos que ya vienen sucediendo en todas las ciudades del mundo, en donde existen grupos que se dedican a la recopilación y publicación masiva de fotos antiguas de determinados sectores de la ciudad² esta actividad académica particular plantea una relación más cercana y personal con las fotografías documentadas, en donde sea posible también trabajar desde la memoria oral y familiar los registros estudiados y generar en las redes sociales una circulación permanente de imágenes, mensajes y reflexiones, en donde los estudiantes opinen, tanto sobre asuntos relacionados a las fotografías, como temas que guardan relación con sus construcciones en torno a la memoria colectiva y patrimonial.

La experiencia urbana, para el caso, se construye desde el currículo, desde un programa de curso y dentro del ejercicio académico, lo cual hace necesario replantearse las nuevas dinámicas que se tejen entre los estudiantes y su

² Algunos grupos en Facebook creados en la Ciudad de Medellín: Memoria Visual de Medellín, Fotos Antiguas de Medellín (FAM), Fotos Antiguas de Antioquía, Historia Fotográfica de Medellín.

ciudad, del mismo modo que exige pensar estas dinámicas mencionadas desde la virtualidad. Los más jóvenes “habitan la ciudad” de manera distinta, diríamos que la habitan del mismo modo en que habitan la virtualidad; en la actualidad, la experiencia corporal en el espacio se traslada a un escenario virtual en donde el acto mismo de transitar por la ciudad no necesariamente implica un movimiento físico y un recorrido sucede desde otras realidades: dispositivos móviles, aplicativos o plataformas digitales que permiten interacción diferencial y sistemática con la ciudad.

Pues bien, el ejercicio hace parte del curso de “Historia del diseño” en programas académicos de pregrado en Diseño Industrial, Diseño Visual y Diseño Gráfico, programas que comparten una percepción de la historia como un tema lejano, teórico y retórico, ajeno a las cotidianidades de los estudiantes. la misma distancia opera con el patrimonio cultural material e inmaterial, en la medida en que comparte la condición de anacronismo. La problemática se agrava en la medida que los perfiles profesionales de dichos programas se adhieren más a un desarrollo de habilidades prácticas y técnicas, dejando de lado habilidades críticas o teóricas, también necesarias en el ejercicio profesional. La historia se entiende pues desde una dimensión teórica y narrativa, y no desde una dimensión activa y dinámica en relación al presente. Así las cosas, el ejercicio propuesto tiene como objetivo articular narrativas visuales patrimoniales articulando las nuevas formas de comunicación de los jóvenes estudiantes a través de las redes sociales, el acceso a recursos fotográficos digitales sencillos, y el patrimonio visual de la ciudad, para el reconocimiento de la ciudad como espacio generador / constructor de memoria colectiva. de este modo, insistimos, la ciudad y la memoria urbana, educan desde la experiencia visual. Además, se pretende establecer un diálogo entre aplicaciones tecnológicas utilizadas por los alumnos (particularmente Facebook) y las experiencias populares de y en la ciudad. Se propone un juego visual y articulado entre la fotografía patrimonial y la fotografía contemporánea en donde los estudiantes se asuman como parte de la ciudad, que identifiquen los espacios y se reconozcan dentro de ellos.

El ejercicio se propone dentro del plan de curso como un reto, una acción que exige la búsqueda autónoma de información por parte del estudiante. Se publica semanalmente en el grupo de Facebook creado para tal fin, una

fotografía antigua del acervo municipal de un espacio o predio de la ciudad de Medellín; la publicación de esta imagen patrimonial instala el reto para los estudiantes de buscar aquel lugar en su presente urbano. Luego de publicarse, los estudiantes disponen de una semana para intentar reconocer el lugar, obtener información sobre él (historias y memorias, narrativas del pasado y su imaginario en el presente), y además de visitarlo, tomar registro desde un ángulo semejante a la fotografía patrimonial de tal manera que se evidencie el espacio en la actualidad; deben los estudiantes, al final, tomarse una “selfie”, donde se haga explícita su experiencia de sitio, y finalmente publicarla en el grupo de Facebook. En la siguiente sesión de clases, el estudiante comparte su experiencia y sus averiguaciones, la oralidad que se teje en los espacios patrimoniales de la ciudad y las narrativas que ellas generan, pues el ejercicio permite un diálogo de reconocimiento entre familiares, vecinos y amigos para indagar sobre la historia del espacio identificado. El docente, en sesión de clases, termina de completar la información con datos histórico precisos, e información técnica en el caso de bienes arquitectónicos de interés patrimonial. Algunos ejemplos del ejercicio se evidencian a continuación:

Foto 1: La docente publica una fotografía patrimonial en el grupo de Facebook creado para tal fin



Foto 2: El estudiante encuentra el lugar en la actualidad, lo visita y se toma una “selfie” indicando en el grupo de Facebook cual es el lugar en la actualidad.

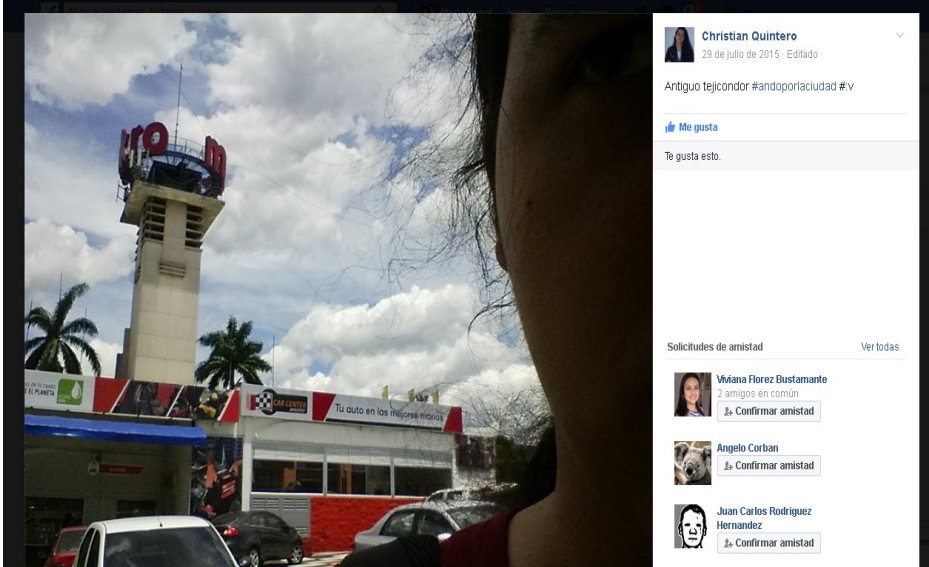


Foto 3: Evidencia del ejercicio realizado durante la semana 7. Se publica una foto y la estudiante replica en los comentarios con su “selfie” en el mismo espacio.



La memoria y el patrimonio arquitectónico: la ciudad como dispositivo de formación en memoria colectiva y patrimonio.

La palabra memoria define una función psíquica y biológica que permite que los seres humanos puedan recordar y aprehender diferentes sucesos del pasado, es la capacidad que se tiene de mantener, conservar y almacenar la información y las experiencias del pasado por medio de imágenes, para así realizar un ejercicio de contemplación del pasado, traer al presente algo o a alguien y planear el futuro con base en las experiencias. La memoria es una construcción tanto individual como colectiva, pues los seres humanos construyen su memoria a partir de las experiencias vividas (propias o compartidas) sumadas a los conocimientos culturales y sociales que se hayan tenido y ligadas a la construcción de una identidad, a la idea de pertenencia territorial y de nacionalidad. La memoria legitima el presente, puesto que se

hace participe en la comprensión de este y de la misma manera es modificada por los intereses del mismo.

Para el sociólogo Maurice Halbwachs (2004), la memoria colectiva es la recopilación de recuerdos que se agrupan y distribuyen en torno a una sociedad limitada en el espacio y en el tiempo y de los cuales son imágenes parciales de la misma. A través de la memoria colectiva se hace referencia a los recuerdos, a la reconstrucción de un pasado vivido y experimentado por un determinado grupo social, que se atesora, se comparte y se transmite para garantizar que el grupo social sigue siendo el mismo. Sin embargo, el autor anteriormente citado no deja de lado la existencia de una memoria individual y su relación recíproca con la memoria colectiva. Para él, la memoria individual está representada por recuerdos personales enteramente propios, sin embargo, llama la atención para entender que dicha memoria no es completamente solitaria y apartada de lo colectivo, pues cada individuo tiene un constructo de vida a partir de su relación con el entorno, y es en ese entorno donde establece una relación con una comunidad determinada. Es así como los individuos participan de la construcción de una memoria colectiva en un proceso articulado que se debe considerar paralelo a la memoria individual, pues ambas se apoyan entre sí para constituirse: “Por lo demás, si la memoria colectiva obtiene su fuerza y duración al apoyarse en un conjunto de hombres, son los individuos los que la recuerdan, como miembros del grupo. [...]Cabe decir que cada memoria individual es un punto de vista sobre la memoria colectiva” (HALBWACHS, 2004, p. 50).

La relación entre memoria individual y colectiva, sus imbricaciones y simbiosis, estimulan pues la acción didáctica propuesta, pues comprendemos que las narrativas memoriosas individuales materializadas en las fotografías del acervo visual de Medellín, describen miradas particulares que condensan un modo de ver social instalado en un pretérito de la ciudad, pero que con la fotografía digital contemporánea y el uso de las redes sociales, esta mirada, patrimonial, definida en el tiempo, se reaviva, re-crea y se interpreta en el presente. En principio, la conciencia sobre el formato fotográfico análogo y la memoria que ella condensa, se contrasta con el medio digital virtual que la imagen digital concreta; esta última, la imagen digital, define también un tipo

de memoria, transitoria tal vez, pero en todo caso diferencial de la memoria que concentra la fotografía análoga de los espacios urbanos:

Es la sola imagen del espacio la que, en razón de su estabilidad, nos da la ilusión de no cambiar a través del tiempo, y de encontrar el pasado dentro del presente, que es precisamente la forma en que puede definirse a la memoria; sólo el espacio es tan estable que puede durar sin envejecer ni perder alguna de sus partes. (HALBWACHS, 2004, p.167)

Acto seguido de la reflexión sobre los formatos fotográficos, la discusión se centra en la construcción de las narrativas, las cuales, asumimos suceden técnicamente en la conjunción entre medios, a saber, imágenes, palabras, textos, los cuales, en su interacción presentan diferentes modos de ver un mismo pasado: para esto se parte de las narraciones familiares respecto al espacio identificado, una construcción individual que se contrasta con lecturas más amplias de dicho espacio, de modo que se pone en tensión la experiencia personal con la experiencia colectiva cuando se asiste al espacio, se autorretrata, e indaga por las modificaciones que han tenido los lugares a lo largo de la historia.

Es importante articular la narrativa visual patrimonial con la oralidad que de ella se genera, de modo tal que se alienta la complementación y la contrastación discursiva sobre el pasado, del mismo modo en que se experimentan los modos de construcción de memoria colectiva. En la práctica, los familiares se vinculan al proceso formativo de los estudiantes mediante la oralidad, narrando vivencias pasadas, propias y colectivas que giran en torno a los espacios de ciudad; así las cosas, el espacio arquitectónico deviene en espacio público, popular, que muta y se transforma y como espacio generador de memoria colectiva. La ciudad, por medio de las fotografías recopiladas, se vuelve en lo que Pierre Nora (2008) llama “lugares de la memoria”: edificios, monumentos, emblemas, fiestas, prácticas sociales o culturales que se definen selectivamente y que a lo largo de un tiempo permanecen como símbolos de lugar, pues poseen múltiples dimensiones que no se limitan simplemente a ser lugares físicos o materiales, sino también lugares de la significación, funcionales y abstractos que expresan continuidad del presente con el pasado. Se piensa la fotografía aquí, como un laboratorio de la memoria en donde se

descubre la carga rememoradora de los lugares y los objetos que los habitan, concibiendo éstos últimos como objetos que estimulan la exploración del sistema simbólico del espacio urbano que materializa un modelo de representaciones en flujo continuo entre pasado y presente, es decir, permite pensar de manera crítica la historia y la memoria.

Construir memoria colectiva exige trabajar desde los pequeños relatos correlativos a los a los macro-procesos sociales; ni las grandes narrativas ni los pequeños relatos preponderan uno sobre otro para la configuración de la memoria cultural, del capital simbólico y el patrimonio de los pueblos. Uno de los elementos claves para que la memoria sea colectiva y común en un grupo social, es que los recuerdos individuales sean compartidos y hayan estado implicados -de forma directa o indirecta- a ellos. Así, según Lifschitz (2012), la memoria social se define por las interacciones que los sujetos establecen a través de narrativas, donde la dimensión sociológica se articula con la oralidad, la pluralidad y la sociedad civil. Sin embargo, el trabajo con estudiantes exige nuevas formas de plantear los procesos históricos desde las micronarrativas, en un intento por generar empatía con el saber histórico y experiencia significativa con el patrimonio local, desde historias cotidianas. Toda fotografía, y en este caso particular, la fotografía patrimonial, tiene la capacidad de documentar e ilustrar la “vida simple” de las pequeñas historias que componen una memoria colectiva y una historia no lineal, lo que posibilita en el estudiante generar conexiones sensibles y relaciones significativas con el pasado de ciudad, además de cautivarlos en el ejercicio investigativo histórico y patrimonial, al observar y comprender dinámicas populares en el tránsito del tiempo que deviene patrimonio material e inmaterial de su ciudad.

Los estudiantes entienden, por mediación del ejercicio, que las comunidades están culturalmente ligadas al espacio geográfico que habitan; y es en estos espacios y en los significados que de ellos se construyen, donde se da una relación de afecto y aprehensión. es decir, a partir de una experiencia sensible con los lugares, los espacios y las unidades de significado que las habitan es que se genera una relación ontológica con su entorno. Pues bien, las comunidades se construyen junto con los lugares que habitan, y esta fenomenología se da cuando acontece sentido ontológico del espacio a través de la experiencia sensible. Es en los lugares suceden las interacciones, se

reconoce la alteridad (y por tanto la mismidad), se tejen redes, suceden -en el tiempo- tradiciones y creencias, y en efecto, se evidencian las transformaciones culturales; es en los lugares donde se configura el sentido de lo propio, de la identidad, como lo revela el ejercicio propuesto, pues se reconocen desde la historia familiar, barrial y personal, los mecanismos de configuración de la historia colectiva y los referentes de identificación con el espacio geográfico que se habita. En efecto, los lugares adquieren especial protagonismo según fechas o días de la semana o según lo acontecido ahí, vivencias, toma de decisiones, lugares sagrados, etc.

Mediante el ejercicio fotográfico se evidencia entonces la construcción de memoria colectiva y patrimonial que un grupo realiza a lo largo del tiempo, la memoria en este caso es una especie de mecanismo cultural que permite fortalecer el sentido de pertenencia de una colectividad, Halbwachs (2004, p.75) lo expresa así: “La memoria colectiva es el grupo visto desde adentro, la memoria “presenta al grupo una pintura de sí mismo que transcurre en el tiempo, puesto que se trata de su pasado, pero de manera que el grupo se reconozca en ella, siempre”.

Al estudiar y analizar las fotografías patrimoniales, los personajes que allí aparecen, las dinámicas que en los lugares se desarrollan, los objetos y la arquitectura, se permite hacer una conexión afectiva con el presente de los estudiantes que desarrollan el ejercicio, al recrear estos espacios y escenas en su propia cotidianidad; así ven representada su historia en espacios urbanos y se permite una apropiación de complejidad memoriosa de la ciudad.

Referencias

- BERGER, J.; MOHR, J. *Otra manera de contar*. Murcia: Mestizo, 1998
- BONAFÉ, J. La ciudad en el currículum y el currículum en la ciudad. In:
- GIMENO, J. (ED) *Saberes e incertidumbres sobre el curriculum*. Madrid: Editorial Morata, 2010
- CATAÑO, G. *Ciencia y compromiso: En torno a la obra de Orlando Fals Borda*. Bogotá, Asociación Colombiana de Sociología, 1987.
- FALS, O. *Acción y conocimiento: rompiendo el monopolio con la IAP*. Bogotá: Rahman, 1991.

- _____. Historia doble de la Costa. Bogotá: Carlos Valencia Editores, v.4, 1979-1986
- GUBERN, R. *Del bisonte a la realidad virtual: la escena y el laberinto*. Barcelona: Anagrama, 1996.
- HALBWACKS, M. *La memoria colectiva*. Zaragoza: Editorial Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004
- LAIGNELET, V. "Pedagogía, arte y academia. Vol. 2" In *Memorias MDE11*. Medellín: Museo de Antioquia. 2011
- LIFSCHITZ, J. La memoria social y la memoria política. *Revista Aletheia*, La Plata: v. 3, n.5, 2012. pp.1-25. Disponível em: <<http://www.aletheia.fahce.unlp.edu.ar/numeros/numero-5/articulos/la-memoriasocial-y-la-memoria-politica>> Acesso em 15 fev. 2016.
- GIRALDO, M.I. *Identidad y Memoria Colectiva en la publicidad de bebidas en Medellín, Colombia (1930-1950)*. 2018. 176 p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- NORA, P. *Los Lugares de la Memoria*. Uruguay: Ediciones Trilce, 2008
- RÜSEN, J. ¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. [Unpublished Spanish version of the German original text in K. Füssmann, H.T. Grütter and J. Rüsen, eds. (1994). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute. Keulen, Weimar and Wenen: Böhlau*, pp. 3-26], 2009. Disponível em: <http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf>. Acesso em 01 fev. 2016.
- SANTAMARIA, P. *La representación del otro: fotografía etnográfica de Graciliano Arcila Vélez entre 1940-1960*. 2017. 254 p. Dissertação (Mestrado em Estudios Humanísticos) Universidad Eafit, Medellín

DESASTRE: DO DESLOCAMENTO INVOLUNTÁRIO AO DESCOLAMENTO SOCIAL¹

Norma Valencio

Universidade Federal de São Carlos-UFSCar

Introdução

Desastres são acontecimentos sociais trágicos associados a um evento físico (QUARANTELLI, 1998). Tais acontecimentos provocam um inusitado estresse coletivo (FRITZ, 1961) o qual se caracteriza por mudanças súbitas, indesejáveis e multifacetadas na vida dos grupos sociais afetados. A considerável movimentação no espaço - isto é, na junção entre os sistemas de ações e de objetos numa dada configuração territorial (SANTOS, 1995) - que se imprime no ápice da crise e ao redor da cena desoladora ocorre em meio à disputa de narrativas. Quanto mais catastrófico for o desastre, mais dominante tenderão a ser as narrativas que enaltecem a atuação governamental, em termos de resposta técnica e financeira para as ações intersetoriais de resposta na emergência, assim como a assistência humanitária prestada por organizações da sociedade civil e/ou pelo voluntariado. Esse enaltecimento encobre as raízes dessas crises.

Embora a justificativa usual para a mobilização excepcional de recursos humanos, materiais e financeiros seja por estar em prol da atenuação mais imediata das circunstâncias variadas de interrupção, há problemas sociais inerentes, como os relativos ao *modus operandi* da resposta técnica de emergência, o qual é passível de suscitar violências e sofrimento social decorrente de requerimentos pouco flexíveis - no mais das vezes, inegociáveis - de ajustamentos constrangedores no modo de vida e nas rotinas da

¹ Apoio: Processo nº 2017/17224-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Processo nº 310976/2017-0, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP e do CNPq.

coletividade atendida. É dizer, não apenas o processo socioambiental, sociopolítico e socioeconômico que desencadeia desastres suscita deslocamentos involuntários de várias naturezas - cindindo lugares, desarranjando bens imóveis, móveis e de valor simbólico, desarticulando relações presenciais significativas no seio da família e da comunidade afetada, desestruturando as condições de sobrevivência e reprodução social -, mas a lógica operativa deflagrada na mobilização de resposta também pode atuar como um elemento incremental do doloroso descolamento social decorrente da sinergia entre tais rupturas.

A partir de revisão de literatura em Sociologia dos Desastres e no intuito de clarificar algumas conexões entre elementos distintos que compõem a problemática acima mencionada, esse estudo aponta três importantes fluxos constituintes da trama de sofrimento social implicada nesses acontecimentos trágicos, a saber: fluxos do espaço, do tempo e das interações sociais. Para efeitos ilustrativos, focalizar-se-á desastres relacionados a inundações e escorregamentos de massa. O espaço é tratado como algo movediço, decomposto e recomposto conforme os deslocamentos de pessoas e de coisas ocorrem. O tempo é examinado através da intensidade e extensão da vivência da crise assim como da rearticulação entre memórias e o devir. Por fim, focaliza-se a lógica social autoritária do contexto de excepcionalidade, cujos agentes públicos forcem múltiplas disjunções e desvinculações sociais (de laços das pessoas entre si, com o lugar e com os sistemas públicos e privados de objetos) enquanto ensejam interações sociais perversas, impondo novos rumos e rotinas aos que se encontram subjugados nessas circunstâncias. Intenta-se elucidar que o entrelaçamento desses fluxos vai revelando constrangimentos multifacetados, nos quais os deslocamentos involuntários provocam descolamentos sociais que interferem de um modo deletério na perspectiva de vida dos grupos afetados.

Desastre como desarranjo e rearranjo do espaço

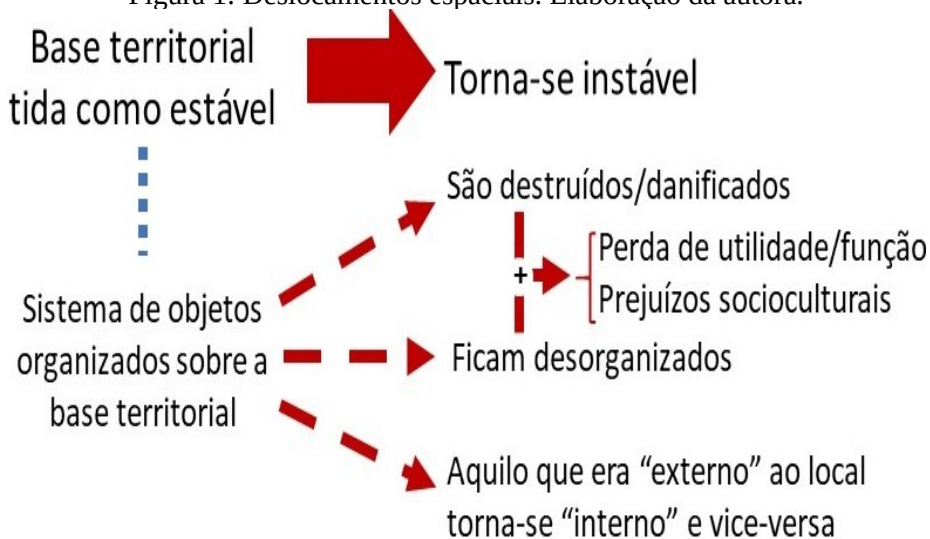
Conforme enfatizado por Santos (1995), o espaço é uma produção social e, por sê-lo, seus elementos são articulados e rearranjados dinamicamente, conforme a eficácia dos mecanismos de coesão bem como os de pressão

acionados pelas diferentes forças sociais que se debruçam, direta e indiretamente, sobre uma dada base física. Sistemas de objetos com diferentes características técnicas e de propriedade são passíveis de inserção, retirada ou substituição na base física compartilhada, conforme tais artefatos se mostrem instrumentais, desnecessários ou incomodativos ao projeto particular ou coletivo dos que atuam naquela configuração territorial. E também os variados atores associados a tais artefatos estão em constante negociação ou disputa de práticas para manter, ampliar ou reduzir o seu campo de interferência, seu e alheio, sobre tal configuração territorial. Isso denota um contexto espacial assaz dinâmico ao ponto em que objetos inseridos no território com uma dada finalidade, numa dada época e pelo interesse de determinado ator podem eventualmente permanecer, mas passarem a estar vinculados a outros propósitos, usos e formas de apropriação.

No que ao concerne aos desastres relacionados à inundações e escorregamentos de massa, sua ocorrência torna perceptível algo que não é fonte de preocupação sistemática, que são as conexões entre as características da base física natural, estrutura técnica dos imóveis e os bens móveis de considerável valor material ou simbólico (Fig.1). Em contextos urbanos, moradores tendem a se preocupar mais imediatamente com a sua capacidade de pagamento ao acesso e posse - por vezes, precária - do bem imóvel e, em seguida, com a estabilidade geológica mínima para sustentar um projeto de construção.

A focalização na relação privada com o imóvel, mesmo quando assessorado por serviços topográficos e de engenharia, é o que retira do morador a sua atenção às características ambientais ao redor e aos problemas de caráter estrutural no contexto de inserção, como os relacionados à drenagem urbana. Longe de ser um comportamento inconsequente, esse modo de proceder se baseia numa sociabilidade na qual, por um lado, as relações de vizinhança exigem que a atenção escape das armadilhas da indiscrição e indagações relativas as estratégias construtivas dos que o cercam e, por outro, em um poder público, cujo modo de atendimento ao cidadão nas repartições é moldado para evitar inquirições abrangentes como estas, privando-os de ter informações prévias sobre como um elemento do espaço interfere e sobre interferência sobre os demais ao seu redor.

Figura 1: Deslocamentos espaciais. Elaboração da autora.



Se por um lado esse tipo de desastre vai revelando combinações insólitas entre a base física e os sistemas de objetos nela repousados - até então, ambos tomados culturalmente como estruturas estáveis assentadas em um terreno sólido -, por outro há arquiteturas institucionais e econômicas que se movimentam de um modo excepcional em vista do que ocorre na cena trágica. A depender da gravidade do caso e da capacidade local de atenuar os danos e prejuízos havidos, a administração pública local decreta *situação de emergência* ou *estado de calamidade pública*, cujo efeito legal é o de respaldar a reorientação das rotinas burocráticas para permitir uma nova forma de canalização dos recursos financeiros, humanos e materiais. Ao engendrar uma desoladora tessitura de danos e perdas coletivos (humanos, materiais e ambientais), o deslocamento dos elementos do espaço deflagra o deslocamento de recursos públicos dentro de uma racionalidade dita *excepcional* e menos sujeita à inspeção ou controle social. Porém, há contextos nacionais, como o brasileiro, no qual essa alegada excepcionalidade administrativa pode estar, ambigualmente, se banalizando e naturalizando formas menos transparentes de gestão da coisa pública (VALENCIO, 2019).

Os tempos ao derredor do desastre: situação e processo

Desastres podem incidir simultânea e deletariamente no destino de indivíduos e nações (LINDELL, 2013). Enquanto as narrativas dominantes sobre desastres repousam sobre a subitaneidade da ocorrência - isto é, se referem àquele exato momento no qual as rotinas do grupo diretamente afetado são subitamente desarrumadas - bem como sobre a instauração de uma *crise aguda*, frequentemente são olvidadas as indagações acerca dos processos sociais considerados *normais* que conduziram àquela crise. Essa disjunção entre o modo de funcionamento usual (o estado normal de balizamento das rotinas no espaço) e suas consequências inesperadas e trágicas é o que incrementa as narrativas sensacionalistas, assentadas em práticas heroicas, solidariedade irrestrita e altruísmo, tão ao gosto da grande mídia. É também o que confere às práticas técnicas de resposta imediata à emergência um sentido de comprometimento público com o bem-estar dos afetados sem a incômoda inquirição acerca de como o ente público foi omissos ou negligente em termos de ações de prevenção ou preparação do grupo afetado diante riscos sabidos ou pressupostos. Assim, a situação crítica não está desconectada dos processos problemáticos, porém, ajustados à vida cotidiana; o estado normal e o excepcional estão entremeados (VALENCIO, 2013) e de tal modo que da normalidade brota uma sucessão de crises agudas, estas se tornam crônicas e o caminho bifurca entre o recrudescimento da normalidade intragável ou da mobilização social que lhe afrente (Fig.2).

Figura 2: Processos sociais e crises. Elaboração da autora.



O processo histórico que perpetra desigualdades e injustiças sociais é o problema de fundo da magnitude de vítimas fatais em desastres relacionados à inundações e escorregamentos de massa em muitos países, incluso no Brasil, tal como as catástrofes no Vale do Itajaí e na Região Serrana fluminense demonstraram. Ademais, há as disjunções entre três tempos que aparentemente correm associados, a saber, o *tempo de ocorrência de um evento*, o qual exprime a plena manifestação de um fato de perigo -, o *tempo administrativo da emergência*, no qual a burocracia pública se organiza para movimentar os recursos emergenciais, e o *tempo propriamente do desastre*, no qual a experiência de sofrimento social se desenrola (VALENCIO e VALENCIO, 2018). A sincronia inicial entre evento, emergência e desastre vai se decompondo em cronologias e temporalidades distintas: o evento cessa conforme a dinâmica física que os desencadeia enquanto a burocracia pública cria a sua própria referência legal de tempo para pautar as suas providências.

No Brasil, desde 2012, as portarias ministeriais de reconhecimento dos decretos de emergência definem cento e oitenta dias como o período padrão de excepcionalidade administrativa para lidar com as mesmas. Já os desastres duram enquanto durar o sofrimento social, composto pela sinergia entre os modos coletivos e específicos de dor, desesperanças e incertezas.

No referente às catástrofes acima mencionadas, as narrativas dominantes reportam, respectivamente, ao período curto de dias em novembro de 2008 e janeiro de 2011 assim como o desastre relacionado ao colapso de barragem de Marina ficou retido na memória social como algo que se passou em novembro de 2015 e o caso Brumadinho ao final de janeiro de 2019. No entanto, trata-se do momento no qual os deslocamentos mais intensos, inesperados e repentinos de objetos e pessoas ocorreram. Água, lama, pedras, galhos de árvores, dejetos orgânicos e inorgânicos invadem moradias e estabelecimentos variados, desorganizando, destruindo e contaminando os objetos ali inseridos e que tinham sentidos e têm usos diversos para aqueles que os desfrutavam; os objetos móveis destruídos, então, vão parar no meio de rua, descartados desoladoramente pelos que lhes ressignificaram como coisas imprestáveis (VALENCIO, 2012). O ambiente entendido como contexto externo desarruma o ambiente interno e este, por se turno, é descartado na via pública, onde objetos que ficam expostos aos olhos de terceiros antes faziam parte da materialidade do mundo privado, numa exposição involuntária de aspectos da intimidade.

Na medida em que as coisas ficam fora do lugar, os grupos afetados se re-situam na vida. Os sentidos atribuídos às suas rotinas se tornam passíveis de revisão, seja na revalorização ou minimização da importância das mesmas. Os arranjos para a administração do tempo interno, subjetivo, e o do tempo cronológico que rege os afazeres privados e públicos também são suscetíveis à modificação. Debruçada sobre o caso do desastre relacionado inundações em São Luiz do Paraitinga, Sartori (2014) relatou a vinculação que os idosos da localidade faziam entre a administração de suas rotinas privadas e o badalar do sino da igreja matriz, edificação que desmoronou por ocasião das fortes inundações. Antes mesmo que o processo de restauração da igreja fosse concretizado, a população local e em especial os idosos mobilizaram-se para que os sinos fossem novamente erguidos, através de uma estrutura provisória,

e voltassem a repicar como de costume a fim de que esse somido preenchesse um sentido mínimo de retorno à normalidade em suas vidas, restaurando o ritmo de fazer as coisas. As dimensões psíquicas e culturais aqui se fundem para alicerçar a vida prática.

Desastre como deflagrador de interações sociais indesejáveis

Em meio às cenas de solidariedade e ajuda mútua, a lógica social autoritária floresce frequentemente no contexto de excepcionalidade que um desastre enseja. Grupos técnicos interferem, sem sutilezas, na vida privada, determinando deslocamentos compulsórios, ditando locais para a acomodação provisória ou para as soluções habitacionais permanentes e práticas afins (SIENA, 2014). Agentes públicos forçam múltiplas disjunções e desvinculações sociais - de laços dos grupos afetados com o lugar de pertencimento, com os sistemas de objetos, com a sua rede de vizinhança - enquanto ensejam interações sociais que impõem novos rumos e rotinas aos que se encontram subjugados nessas circunstâncias, indo das regras ao comportamento em abrigos provisórios à inviabilidade de abertura para a negociação polifônica de soluções de interesse coletivo.

Há simultâneos desafios relacionados às: dimensões materiais/econômicas de privação; dimensões sociopolíticas de opressão; dimensões psicossociais de tristeza, angústia, ansiedade e desamparo; dimensões espaciais de destruição e danificação; dimensões simbólicas de resignificação dos acontecimentos, entre outros. Isso exige que a comunidade afetada e seus membros sejam considerados, pelo Estado, na sua integralidade humana. Entretanto, a administração pública municipal recorrentemente desconsidera essa abordagem humanística e prevalecem considerações relacionadas a obras civis, e nem sempre estas estão de acordo com aquilo que é esperado pelos grupos afetados (VALENCIO, 2012) (Fig.3).

Figura 3: Descolamentos simultâneos em contexto de desastre. Elaboração da autora



Essa circunstância de descolamentos simultâneos pode caracterizar a existência de crises dentro da crise (GRIFFIN *et al*, 2018) que podem exacerbar a percepção pública dos problemas sociais relacionados à fraqueza das políticas públicas (WILLIAMSON, 2018) e um modo que convoque a reconstrução da cidadania mais do que a de moradias colapsadas bem como revele vieses - de classe, gênero e raça – que parecem diluídos na figura do sujeito afetado (VAUGHN, 2012).

Apesar desse horizonte promissor em meio às nuvens densas, aspectos perversos permanecem, tais como a de recrudescimento de tendências centralizadoras e mesmo autoritárias para gerir a coisa pública em meio à emergência (BJORNSKOV e RODE, 2018). Isso pode piorar o quadro material de grupos já economicamente desvalidos e ampliar o ambiente de injustiças sociais praticadas contra estes (DRAKE, 2018) e incidir sobre a trama política para convocar anseios populistas e autocráticos que acabam por

incitar processos socioespaciais mais suscetíveis a novas crises (CURATO e CALAMBA, 2018).

Conclusões

Ao refletirmos sobre entrelaçamento de fluxos espaciotemporais, vemos que a problemática social dos desastres é multifacetada, algo que não é alcançável, em termos de medidas de prevenção e de resposta, pela abordagem setorial convencional das políticas públicas. Essas deixam escapar, em sua lógica burocrática ditada por um ritmo próprio, os nexos significativos entre diferentes tipos de perturbações havidos na vida social dos grupos afetados, isto é, no âmbito da vida privada e pública.

A movimentação inoportuna e intensa de variados elementos ambientais (naturais e construídos) que caracteriza inundações e escorregamentos de massa, mais do que redundar em danos coletivos aos que se encontram no percurso dos eventos, vem confrontar os sentidos institucionais e comunitários de ordem e de controle sobre a configuração territorial estabelecida, reacender ou inaugurar controvérsias, por a pique crenças em uma cultura de segurança tecnicista que se mostra cabalmente falível. No campo das ideias, uma sucessão de desastres de um mesmo tipo indica que os repertórios falhos de estratégias de prevenção deixaram de passar pela revisão merecida no âmbito das instituições que os aninham. Isso também é devido a um foco institucional excessivo em dadas peculiaridades de certas situações concretas, relegando a necessidade de discussão e de entendimento dos processos que têm relações de causalidade com tais situações.

A miríade de perturbações ambientais que se associam a um desastre deflagra deslocamentos involuntários, indo dos mais imediatos, como abandonar às pressas uma rotina significativa e correr a um dado ponto do terreno no afã de salvar a própria vida, aos mais perenes, às práticas técnicas de interdição do lugar onde os moradores querem permanecer. Ambos tipos de deslocamentos têm um rebatimento em outros espaços, desde a mudança de função de escolas e ginásios, que se tornam abrigos provisórios, até a abertura de novas rotas de migração e que são experienciados como tempos de apartação, desvinculação, descolamento, desfiliação social. Visto por uma

perspectiva mais holográfica, essa problemática ainda enseja mais reflexão, sobretudo, oriunda de estudos interdisciplinares resultantes de uma interlocução entre psicólogos, assistentes sociais, geógrafos, sociólogos e historiadores, os quais podem conjuntamente dissecar a tríade espaço-tempo-interações sociais com mais propriedade para amparar as mobilizações que intentam bifurcar os caminhos desastrosos semeados por uma ordem social corroída.

Referências

- BJØRNSKOVAND, C. & RODE, M. Crisis, Ideology, and Interventionist Policy Ratchets. *Political Studies*, Thousand Oaks (CA): SAGE, online first, p. 1–19, 2018. Doi: 10.1177/0032321718807858.
- CURATO, N. & CALAMBA, S.J. Surviving Disasters by Suppressing Political Storms: Participation as Knowledge Transfer in Community-Based Disaster Governance. *Critical Sociology*, Thousand Oaks (CA): SAGE, online first, p. 1–16, 2018. Doi:10.1177/0896920518796167.
- DRAKE, P. Emergent injustices: An evolution of disaster justice in Indonesia's mud volcano. *Environment and Planning E: Nature and Space*, Thousand Oaks (CA): SAGE, v.1, n. 3, p. 307–322, 2018. Doi: 10.1177/2514848618788359.
- FRITZ, C. Disasters. In: MERTON, Robert King; NISBET, Robert (Orgs). *Social problems*. New York: Harcourt Brace, 1961, p. 651-694.
- GRIFFIN, A.R.; DER-MARTIROSIAN, C.; GABLE, A.; WYTE-LAKE, T. & DOBALIAN, A. Crisis Within a Crisis: The Extended Closure of an Opioid Treatment Program After Hurricane Sandy. *Journal of Drug Issues*, Thousand Oaks (CA): SAGE, v. 48, n. 4, p. 536-545, 2018. Doi:10.1177/0022042618779541.
- LINDELL, M.K. Disaster studies. *Current Sociology Review*, Thousand Oaks (CA): SAGE, v. 61, n. 5-6, p. 797–825, 2013. Doi: 10.1177/0011392113484456.
- QUARANTELLI, E. A social science research agenda for the disasters of the 21st century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementation. In: PERRY, Ronald; QUARANTELLI, Enrico (Orgs). *What is a disaster? New answers to old questions*. Washington (DC): International Research Committee on Disasters, 2005, p. 325-396.
- SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- SARTORI, J. *Como esquecer? Memórias de um desastre vivenciado*. (Dissertação de Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental). USP. São Carlos. 2014.

- SIENA, M. A atenção social nos desastres: quando o deslocamento compulsório acontece. In: Valencio, Norma; Siena, M. (Orgs.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas*, v. 3. São Carlos: RiMa, 2014, p. 151-178.
- VALENCIO, N. Decretação de emergência: três alertas diante a banalização de crises. *XVIII ENANPUR*. Natal, maio, 2019.
- VALENCIO, N & VALENCIO, A. O assédio em nome do bem: Dos sofrimentos conectados à dor moral coletiva de vítimas de desastres. *Lumina - Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: UFJF*, v. 12, n. 2, 2018. Disponível em: <<http://ojs2.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/21531/11646>>. Acesso em: 01 mar. 2019.
- VALENCIO, N. A crise social denominada desastre: subsídios para uma rememoração coletiva acerca do foco principal do problema. In: Valencio, Norma (Org.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*, v. 3. São Carlos: RiMa Editora, 2013, p. 3-22.
- VALENCIO, N. *Para além do 'dia do desastre': o caso brasileiro*. Curitiba: Ed. Appris, Coleção Ciências Sociais, 2012.
- VAUGHN, S.E. (2012). Reconstructing the citizen: Disaster, citizenship, and expertise in racial Guyana. *Critique of Anthropology Space*, Thousand Oaks (CA): SAGE, v. 32, n. 4, p. 359–387, 2012. Doi: 10.1177/0308275X12467718.
- WILLIAMSON, F. The politics of disaster: The Great Singapore Flood of 1954. *Environment and Planning E: Nature and Space*, Thousand Oaks (CA): SAGE, v. 1, n. 3, p. 323-339, 2018. Doi: 10.1177/2514848618776872.

O CORONELISMO NA CIDADE DE MURIAÉ-MG DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA.

Pacelli Henrique Silva Lopes

Mestrando em História pela Universidade Salgado de Oliveira – Niterói.

O coronelismo na história brasileira

De acordo com Schwarcz e Starling (2015, p.308), há uma autoimagem deturpada no imaginário da nação brasileira, que ocasiona uma imagem errada dos *locus* público e privado, onde em benefício próprio, vemos questões públicas serem discutidas em âmbito particular. Em razão disso, predominou durante a Primeira República práticas patrimonialistas, que podem ser descritas como a falta de separação e consciência dos espaços públicos e privados. (FAORO, 2013)

As particularidades patrimonialistas reforçaram a nossa característica oligárquica, o que fica claramente exposto na legislação da época, onde o voto era privilégio de poucos, pois dependia do nível de renda e da escolaridade. Devido ao voto não ser secreto e ser censitário, e cabendo aos “mandões” locais formarem as listas eleitorais, a fraude era perpetuada.

Os mecanismos que permitiam a fraude eleitoral têm sua origem no Império, sendo um deles a criação do cargo eletivo de juiz de paz em 1827, e, posteriormente, durante o período Regencial (1831-1940), temos a consolidação dos potentados locais através da criação da Guarda Nacional, que por meio da obtenção dos títulos militares passaram a ter como objetivos legais defender a Constituição e prevenir revoltas. Porém, o que ocorreu foi o aumento do poder das oligarquias, que passaram a prover a organização e manutenção da justiça e do policiamento em níveis locais. (LEAL, 2012, p. 289)

A função de manter a ordem através do policiamento durou até 1842, sendo substituída pela criação da polícia como instituição, a qual tinha sua atuação restrita aos municípios. Os delegados, na sua grande maioria bacharéis em

direito e de livre nomeação política, tinham como uma de suas funções as nomeações dos subordinados. A estrutura legal do policiamento não diminuiu o poder dos coronéis, pois a instituição “estava às sombras dos mandões locais” e funcionava como um estabelecimento partidário, que serviu como sustentáculo do coronelismo. (Idem, *Ibidem*, p.289)

Com a Proclamação da República, os títulos foram extintos, mas na prática os coronéis mantiveram o poder e o prestígio oriundos da posição social que haviam obtido. Sobre a manutenção simbólica dos títulos, Leal (2012, p. 28) comenta que, “o tratamento de coronel começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado. ”

Dessa forma, as origens do coronelismo e o seu surgimento, estão intimamente ligadas aos conceitos de mandonismo e clientelismo. O mandonismo existe desde a colônia. Apesar de ter perdido poder nos últimos anos, ainda existe em cidades do interior e se caracteriza pelo poder centrado nas mãos de um mandão. Já o clientelismo é uma via de troca entre um grupo político e os eleitores, onde os primeiros buscam garantir através de práticas populistas o apoio nas urnas. (CARVALHO, 1997, p. 230)

Dentro do sistema coronelista, percebemos a importância das negociações políticas, pois a dependência dos coronéis em relação ao Estado e a necessidade dos grupos da situação em garantir votos, faziam com que as barganhas eleitorais fossem extremamente importantes. Geralmente as negociações eram feitas pelos líderes das facções, mas a estruturação era variável, a autoria das negociações podia mudar de acordo com a região e a forma de poder exercida.

O autor Jean Blondel destaca a existência de três formas de exercer a liderança: a primeira forma era a do tipo pessoal, onde um coronel exercia a liderança sozinho, delegando diretamente aos seus cabos eleitorais e eleitores. A segunda forma era a indireta, onde um coronel, que exercia o posto de líder da facção, delegava para outros coronéis aliados que ficavam responsáveis por lidar com os cabos eleitorais e os eleitores. Já a terceira via era a colegial, onde cada membro de uma família dominava uma zona, não havendo um único líder, prevalecendo neste modelo de liderança as negociações entre as aristocracias locais. (BLONDEL apud QUEIROZ, 1985, p.157)

Segundo Maria Isaura P. Queiroz (1985, p.158), em locais onde um único coronel exercia o poder, a probabilidade de haver conflitos era muito pequena, o que não ocorria quando dois grupos lutavam pelo poder municipal. Nesses casos o uso da violência era mais frequente. Contudo, onde tinham três ou mais grupos rivais, as ações eram menos brutais, em decorrência da necessidade de alianças, o que tornava o diálogo uma estratégia mais eficaz.

Outra característica do coronelismo é o surgimento dos coronéis no interior das parentelas, que podem ser conceituadas como *famílias extensas*, e que tiveram sua origem no período colonial. A importância dessa forma de organização familiar é descrita da seguinte forma por Eni de Mesquita Samara (2002, p. 01): “A família sempre foi pensada na história do Brasil como a instituição que moldou os padrões da colonização e ditou as normas de conduta e de relações sociais desde o período colonial.”

As famílias têm suas origens vinculadas aos casamentos e compadrios, ótimas maneiras de se manter e conseguir proteção dos potentados locais, assim como de aumentar as fortunas e o capital político. Os matrimônios aconteciam entre os membros da própria parentela. As alianças entre dois grupos poderosos não eram descartadas, pois também eram uma forma de se elevar na hierarquia social vigente. Cabe destacar que os matrimônios ocorriam mesmo entre indivíduos situados a grandes distâncias geográficas. A extensão territorial não limitava a influência, pelo contrário, possibilitava a expansão do poder para novas regiões.

Esse tipo de formação familiar continha uma estrutura complexa. Em alguns casos, era do tipo igualitária, visto que as famílias pertencentes a ela faziam parte de um mesmo nível social, por exemplo, onde todos eram sitiantes. Em outros casos, eram do tipo estratificado, existindo famílias de várias camadas sociais no grupo. Há de se destacar que, em ambos os tipos, uma das características mais relevante é a solidariedade, tanto econômica quanto social. (QUEIROZ, 1985, p.160)

No entanto, esses fortes vínculos de solidariedade não eram suficientes para evitar rupturas internas. A proximidade parental gerava emoções afetivas fortes, como a raiva e ódio, responsáveis por promover um acirramento das competições e rivalidades que desaguava em conflitos sangrentos. Nesses

casos, os rompimentos faziam com que os perdedores se deslocassem para o interior em busca de espaços onde pudessem exercer seu poder de mando.

Em meio às disputas internas pela posição de liderança, algumas pré-condições eram indispensáveis para quem objetivava o posto, entre elas podemos destacar a fortuna, um bom casamento e o carisma, que se resumiam às qualidades naturais de um líder, o qual seria julgado pelo reconhecimento obtido junto a seus pares. A fortuna era um elemento fundamental para se chegar ao posto de comando no interior das parentelas, pois o prestígio de um coronel era medido de acordo com sua capacidade de realizar favores. Geralmente, as fortunas eram obtidas por herança ou através de matrimônio, e a principal fonte de riqueza provinha da posse de terras. (Idem, *Ibidem*)

Outra forma de ascensão social ocorria através do comércio. O relacionamento de comerciantes com o público de diferentes classes sociais, somado ao fato de que podiam realizar favores, como o de vender fiado, os colocava em uma posição privilegiada. Era comum que os forasteiros que montassem uma venda em determinada região criassem, aos poucos, influência e laços sociais que os permitiam tornarem-se cabos eleitorais, e em um espaço médio de tempo, chegar ao posto de coronel.

Mesmo seguindo esses ditames para tornar-se um líder, ou ascendendo socialmente a partir do comércio, o processo de transferência de poder interno não era simples. Nos locais de um único chefe, esse seria o responsável por escolher seu sucessor, que podia estar entre seus próprios filhos, ser uma outra pessoa da parentela, ou até alguém de fora da família. Já em locais onde o poder era exercido através do modelo colegial, uma reunião de coronéis escolhia aquele que detinha as qualidades exigidas para exercer o papel de líder. Em ambos os modelos de escolha, a fortuna era a responsável por abrir todas as portas. (QUEIROZ, 1985, p.177)

A capacidade de exercer influência, expandia-se à esfera judicial, o que manteve o judiciário local a serviço dos potentados rurais. Nesse cenário, a justiça era organizada da seguinte forma: “[...] tribunais de segunda instância nas capitais; juízes de direito nas comarcas; tribunais do júri; juízes municipais nos termos; juízes de paz, em regra eletivos, nos distritos.” (LEAL, 2012, p. 227)

Não eram somente os juizes de paz que estavam sob o mando das lideranças locais, os juizes da comarca e o ministério público local, formado por promotores e adjuntos também estavam sobre o julgo dos coronéis. A presença de profissionais temporários, e por conta das nomeações políticas, os profissionais eram influenciáveis, pois sempre estavam sujeitos a demissões e transferências. A zona de influência se desdobrava até na atuação dos tribunais do júri, que serviam como ferramenta de poder.

Esse contexto começa a se modificar a partir da Lei Federal Nº 3.139 de 02 de agosto de 1916, a qual determinava que o alistamento eleitoral e a apuração das eleições ficariam a cargo do poder judiciário, o que, em longo prazo, diminuiu a atuação dos coronéis. Outro fator que deu maior liberdade de ação ao poder judiciário foi a garantia da inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade aos juizes federais e estaduais, que passou a vigorar a partir de 1926. (Idem, Ibidem, p.254)

Na década de 1920, ocorreram outras mudanças, como a exigência de uma nova característica para alcançar os postos de lideranças das parentelas: a formação em nível superior. A formação acadêmica fez surgir os “novos coronéis”, que tinham estreitos laços com as profissões liberais, com destaque para os cursos de Direito e Medicina.

Em meio ao contexto da Primeira República, percebemos que as composições das parentelas representavam uma parte importante da estrutura social. Queiroz (1985, p.168) a descreve como uma *pirâmide social truncada*, que tem como característica as suas várias camadas sociais que se encontram sobrepostas, apresentando como dinâmica as ascensões e declínios e, principalmente, a subordinação de camadas, onde o prestígio e a fortuna mantinham as diferenças sociais.

A organização familiar constituiu-se na base social do coronelismo, tornando os coronéis senhores quase absolutos em suas regiões, onde agiam como se fossem juizes, delegados ou agiotas. Em sentido amplo, eram protetores responsáveis por trazer para o interior os serviços públicos, bem como indicações para cargos e, por vezes, responsáveis pelo transporte e alimentação. Tais ações só eram possíveis devido à ausência do Estado e à falta de condições básicas, situação que não permitia aos subordinados terem autonomia frente às lideranças.

As ações dos coronéis no interior podem ser conceituadas como uma forma de *paternalismo diplomático*, onde em troca de benefícios, eles esperavam receber votos; assim, em troca do apoio nas urnas, era exigido obediência e fidelidade. Compreendido como uma moeda de barganha, o *voto de cabresto* tornava o período eleitoral extremamente tenso e sujeito a um aumento da violência. (QUEIROZ, 1985, p.163)

Porém, não só com a violência se ganhava uma eleição. A força era reservada aos inimigos, e os aliados recebiam as bênçãos. Isso fica claramente exposto nas *tournées*, momento em que as comitivas formadas por membros das elites locais levavam presentes e envelopes com cédulas de mil-réis para seu eleitorado. Sobre o perfil desse eleitorado, podemos caracterizá-lo como sendo a menor parte da população, que nas cidades interioranas era representada pelos “sitiantes nas zonas rurais, e pelos pequenos funcionários, artífices e vendeiros nos pequenos núcleos e vilarejos, os quais constituíam a camada inferior alfabetizada.” (LEAL, 2012, p.162)

Na prática, as fraudes relacionadas à eleição ocorriam também na formação e atuação das mesas eleitorais. Responsáveis por realizar o alistamento e apuração dos votos, os mesários praticavam o chamado *bico de pena*, onde inventavam nomes, ressuscitavam mortos, e pessoas ausentes também votavam. Outra forma de fraude eleitoral foi a *degola*, formada por candidatos da situação, que, ao compor as mesas dos eleitos no poder legislativo, decidiam se aprovavam ou reprovavam os eleitos, que, por fim, recebiam um diploma reconhecendo sua eleição.

As práticas fraudulentas demonstram como os votos representavam para os coronéis, uma forma de demonstração de poder, na busca de conseguir o apoio da situação política à frente do Estado. Segundo Leal (2012, p.107), a relação do Estado com as facções locais inseria-se na seguinte reciprocidade: “carta-branca, no município, ao chefe local, em troca do seu apoio eleitoral aos candidatos bafejados pelo governo do Estado”.

Se para os coronéis a importância do voto estava na demonstração de poder frente às facções e ao partido estadual, para os eleitores o voto representava a possibilidade de conseguir acesso a algum tipo de benefício. Podiam ser benefícios privados, ou se provenientes dos serviços públicos podiam possibilitar ao indivíduo acesso a serviços básicos, que, na época, não

atingiam todo o território nacional. A população vivia em uma situação de extrema carência, o que abria espaço para atuação paternalista dos coronéis.

O acesso à cidadania tem gerado, de forma lenta, a diminuição do conflito entre o público e o privado, que, junto com o aumento da escolarização, veio enfraquecendo os padrões culturais que por gerações formaram as dinâmicas sociais das parentelas. A principal mudança que ocorreu foi a quebra da solidariedade vertical, a qual passou a ser horizontal, fruto dos novos padrões culturais e sociais que fizeram com que as camadas médias urbanas, fossem lentamente se distanciando dos valores patriarcais.

A Primeira República conservou uma série de estruturas e rituais do Império brasileiro, porém, é inegável que neste período novas formas no jeito de fazer política surgiram. Com isso, o jovem projeto republicano estava em plena construção e trazia no seu bojo continuidades e rupturas em relação ao período anterior, o que permitiu que em diferentes meios, por diferentes formas, e em diferentes temporalidades as transformações ocorressem sempre como resultado dos intensos conflitos das classes sociais envolvidas.

As redes de sociabilidade do coronelismo em Muriaé-MG entre 1990 a 1930

Na última década do século XIX, a cidade de Muriaé era iluminada por lampiões e, pelo fato de ter sido construída às margens de um rio, tinha frequentes pontos de alagamento. Era comum também a presença de animais soltos pelas ruas, o que tornava a cidade com aspecto de desasseio.

Na sede do município ficava o poder institucional, onde eram travadas as lutas entre as facções e parentelas rivais, com o objetivo de dominar as instituições públicas. A sede do município servia como elemento organizador do meio rural circundante, o centro disciplinava as regiões desertas e era um elemento administrativo e comercial que concentrava e distribuía mercadorias, um legítimo polo de relações políticas e econômicas.

No centro da cidade de Muriaé tínhamos a igreja católica Matriz São Paulo, que através de sua imponência e riqueza, demonstrava o tamanho do poder das parentelas que dominavam a região. Nos largos e adjacentes ficavam as casas, geralmente amplas e confortáveis, de propriedade das famílias mais ricas, e na

vizinhança, encontravam-se os prédios públicos. A caminho da periferia tínhamos as casas mais modestas e, ao passar desse ponto, residiam as famílias mais pobres.

Cidades como a descrita acima, constituíam o *habitat natural* do sistema coronelista, onde os fazendeiros, “doutores”, padres, farmacêuticos, comerciantes, meeiros, boias-frias e trabalhadores em geral seguiam uma lógica social regulada pelas parentelas. A lógica era mantida em decorrência desses povoados, vilas e pequenas cidades terem na figura dos coronéis os seus fundadores e/ou protetores, o que gerava acumulação de capital político e prestígio. (QUEIROZ, 1985, p.180)

Esse poder ficava claramente exposto nas cidades menores, quando analisamos as manifestações linguísticas, como nas expressões de apresentação com perguntas do tipo: “quem é você?” Vinham seguidas quase sempre de: “sou gente do coronel fulano de tal.” A expressão “gente” significava uma posição inferior na hierarquia social, pois quando havia um parentesco com os chefes locais esse ficava claro na resposta. (Idem, Ibidem)

É nesse quadro social que as disputas no interior das elites locais aconteciam, formavam-se facções políticas de fortes laços familiares, que disputavam o controle dos órgãos públicos e, com a força da lei, subjugavam seus inimigos. Durante os anos de 1905 a 1930 existiram em Muriaé três facções políticas com fortes laços nas parentelas locais. Em cada uma das facções despontava uma liderança, e em decorrência de não terem um nome específico, iremos denominá-las de acordo com os nomes dos seus líderes.

O primeiro grupo era capitaneado pelo cel. Antônio da Silveira Brum, nascido em 15 de janeiro de 1874 em Carangola-MG e formado em direito pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, localizada em Ouro Preto-MG. Residiu em Muriaé no início do século XX, onde exerceu o cargo de promotor de justiça e também foi proprietário de um comércio. Tinha seus principais ganhos oriundos das suas fazendas e de acordo com Torres, sua renda média anual era de oitenta contos de réis. (TORRES, 2013, p.326)

A atuação política de Antônio da Silveira Brum intensificou durante o mandato do vereador Júlio Brandão, entre 1901 e 1904. Em 1902, Brum foi convidado pelo então presidente de Minas Gerais, Silviano Brandão, a liderar o PRM na cidade. A oposição local era formada por membros das tradicionais

famílias locais, como os Canêdo, os Castro e os Pereira, que controlavam a vida política na região desde do século XIX.

A ascensão política do cel. Antônio da Silveira Brum, começa com a sua candidatura para o cargo de vereador do município em 1905, tendo sido eleito, e segundo Hastenreiter (1979, p.67): “logo na constituição da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo do Muriaé, foi escolhido para ser o seu presidente e o chefe do executivo”. Um ano mais tarde, em 1906, Brum foi “indicado pela Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM), e eleito deputado pela 2ª. Circunscrição, para o período correspondente à 5ª. Legislatura (triênio de 1907 a 1910).” (Idem, *ibidem*, p.67)

Exerceu a função de presidente da câmara de Muriaé durante o período de 1905 a 1920, conciliando na maior parte do tempo com a vida na câmara dos deputados, tanto na instância estadual quanto na federal. Entre os anos de 1905 a 1910 Brum conseguiu governar sem grandes pressões, além de aumentar as rendas municipais realizou grandes investimentos. A recuperação das finanças públicas pode ser constatada a partir da análise das rendas da Câmara Municipal, que anteriormente ao seu mandato eram de 89:235\$000 (oitenta e nove contos e duzentos e trinta e cinco mil réis), subindo em 1910 para 162:525\$576 (cento e sessenta e dois contos quinhentos e vinte e cinco mil quinhentos e setenta e seis réis). (Idem, *ibidem*, p.196-197)

O aumento nas receitas foi proveniente de alguns empréstimos contraídos junto ao governo estadual e a bancos, e também, pela arrecadação de impostos, sendo esses, as principais fontes de recolhimento da câmara. Com o aumento das receitas e devido à posição política que ocupava em Minas Gerais, durante o mandato, Silveira Brum conseguiu realizar várias construções de obras públicas para o melhoramento da infraestrutura da cidade.

Entre as principais obras públicas temos os investimentos no saneamento básico, construção do Colégio Silveira Brum em 1912, construção e concessão da Usina Hidroelétrica Cachoeira da Fumaça em 1908, reforma do cemitério em 1914, construção de linhas telefônicas em 1911 e a construção de um matadouro público em 1914.

A construção da usina hidroelétrica permitiu que chegasse luz elétrica na sede do município e nos distritos de Boa Família e Patrocínio do Muriaé. A

concessão de vinte e cinco anos foi cedida ao engenheiro Dr. Elpídio Lacerda Werneck. As obras de saneamento básico incluíram o abastecimento de água potável, tratamento de esgoto e limpeza dos córregos. Ficou orçada em 300:000\$000 (trezentos contos de réis), financiados junto ao Banco de Crédito Rural de Minas Gerais.

Em 1909, ocorreu nova eleição para o triênio 1910/1912 para o cargo de deputado estadual, Brum candidatou-se na chapa do PRM e conseguiu vencer. Já para a eleição para deputado federal, em 1911, Brum foi “indicado na chapa do PRM para concorrer a uma vaga pelo 2º. Distrito de Minas Gerais, mais uma vez conseguindo ser eleito para o triênio de 1912-1914. (HASTENREITER, 1979,p.68)

Já para o pleito de 1914, o quadro político interno do PRM, que antes era favorável a Brum, passou a ser desfavorável, pois segundo Hastenreiter (1979, p.68), “ao se aproximar o pleito para a renovação dos Deputados Federais e de um terço do Senado, uma forte investida foi feita na cúpula do PRM, no sentido de afastar o Dr. Brum da sua chapa. ” Nesse cenário, Silveira Brum candidatou-se a uma vaga na Câmara Federal dos Deputados, sem o apoio do partido, conseguindo a eleição com 17.000 votos, resultado que foi contestado por outros políticos, mas que o Tribunal Eleitoral reconheceu.

Esse panorama negativo para Brum no PRM foi fruto da concorrência política com Arthur Bernardes, e não ocorreu somente pela renovação política proposta pelos bernardistas, mas também em decorrência das suas aspirações políticas. Ambos almejavam a presidência do estado e, com isso, a disputa no interior do partido foi inevitável, ainda mais por militarem na mesma região, a Zona da Mata Mineira.

De acordo com Hastenreiter (1979, p. 89), na candidatura a deputado federal em 1918 à 10ª. Legislatura, Brum foi “[...] incluída na chapa do PRM, que fora obrigado a reconhecer o seu prestígio político na zona em que militava, apesar da forte campanha contra ele desencadeada. ” Nesse mesmo ano, nas eleições municipais, Antônio da Silveira Brum conseguiu a reeleição, entretanto o clima político mais tenso não fez com que o mandatário mudasse sua postura de se manter ausente da cidade por longas temporadas, para se dedicar a sua legislatura de deputado. Na sua ausência a Câmara Municipal era presidida por Antônio José da Silveira Freitas seu homem de confiança.

Assim, em dezembro de 1919, seu principal correligionário no município, o major Freitas, abdicou do seu cargo de presidente da Câmara Municipal. O que abriu espaço para a indicação realizada pelo senhor José Pacheco de Medeiros, representante do PRM municipal, que recomendou para o cargo o único vereador da oposição o senhor cel. Antônio José Monteiro de Castro, o qual permaneceu de 15 de janeiro a 31 de dezembro de 1920, quando saiu do cargo por implicação de uma doença. Estando novamente vago o cargo de presidente da câmara, assumiu-o o cel. Izalino Romualdo da Silva, permanecendo durante o período de 01 de janeiro de 1921 até 31 de dezembro de 1922. Nesse momento, os vereadores recém empossados tinham um claro objetivo, caçar o mandato do senhor Antônio da Silveira Brum.

O plano para a cassação do mandato começou a ser orquestrado a partir da jurisprudência criada pela câmara municipal no dia 18 de julho de 1921, que

[...] decretou a perda de mandato de dois vereadores, foram eles: Francisco José Pereira Lopes, de Miradouro, e Manoel Neves de Itamuri. Tal fato se deu em consonância com a lei número 2, de 14 de setembro de 1891, artigo 17 que disciplina a perda de mandato de vereadores que deixassem de comparecer às sessões durante seis meses seguidos. (MANOEL, 2011, p.140)

Alguns meses depois, em outubro de 1921, o vereador Itagyba d' Oliveira apresentou um projeto de lei exigindo a cassação do mandato do senhor Antônio da Silveira Brum. A tramitação do projeto ocorreu no mesmo dia e conseguiu maioria dos votos. No dia 03 de novembro de 1921 o projeto foi enviado à comissão de redação sendo sancionado pelo Cel. Izalino em 05 de novembro do mesmo ano. Não foi dado ao cel. Antônio da Silveira Brum prazo para realizar nenhum tipo de defesa.

Em decorrência da perda do cargo, problemas sérios de saúde, e da conjuntura política negativa, tanto municipal quanto estadual, Brum se afastou da política oficial e não se candidatou mais a nenhum cargo público. Voltou a ficar atuante na política municipal somente em 1929, quando participou como orador e principal líder político local no Congresso do Café de Muriaé, evento que serviu como pano de fundo para a atuação da Concentração Conservadora, que estava em plena campanha eleitoral para o pleito de 1930.

Uma outra facção que concorreu no jogo político com a facção citada acima era capitaneada pelo cel. José Pacheco de Medeiros, o qual chefiou um dos grupos políticos que, com a saída do cel. Antônio da Silveira Brum, venceu todos os pleitos políticos durante a década de 1920. De 1921 a 1926, o presidente da Câmara Municipal foi Izalino Romualdo da Silva, e de 1927 a 1930, Edmundo Rodrigues Germano, ambos partidários da facção liderada por Medeiros.

Como era dono de um dos cartórios municipais, o senhor Pacheco de Medeiros não podia, segundo a legislação da época, candidatar-se a cargos no Executivo e Legislativo Municipal. Assim sendo, ele indicava seus representantes para se candidatarem e representarem os interesses do seu grupo político. Entre seus aliados em níveis municipais, podemos destacar o cel. Izalino Romualdo da Silva, cel. Edmundo Rodrigues Germano, dr. Olavo Tostes, cel. Acelino de Andrade, Itagyba d' Oliveira e, em nível estadual, seu principal aliado era o influente político Olegário Maciel, o qual foi deputado federal no período de 1894 a 1911, vice-presidente do Estado de Minas Gerais no período de 1922 a 1924 e presidente de Minas Gerais em duas oportunidades, em 1924 e de 1930 a 1933.

A força política desse coronel ficou claramente notória no processo de esvaziamento político do Antônio da Silveira Brum, pois ele foi um dos principais chefes e articuladores locais responsáveis por afastá-lo dos pleitos políticos. Uma das maneiras encontradas pelo seu grupo para realizar uma oposição pública foi através da imprensa, a partir de 1922, quando o senhor Pacheco de Medeiros passou a dirigir o jornal *Operário*, veículo que se tornou o principal porta-voz do grupo político que liderava.

A aproximação das eleições, em 1922, tornou o clima tenso no município, pois foi a primeira eleição, em dezessete anos, da qual Antônio da Silveira Brum não participaria. A eleição foi polarizada por duas facções, os correligionários do senhor Pacheco de Medeiros, e pelo grupo liderado pela família Canêdo. De acordo com Manoel (2011), mesmo residindo em Petrópolis, Antônio da Silveira Brum orientou seu grupo político a votar e apoiar a facção dos Canêdo, o que demonstrou que a necessidade de ganhar as eleições era mais forte do que as antigas rivalidades.

No dia 23 de novembro de 1922, ocorreram as eleições. Diferentemente das eleições anteriores, esse pleito foi muito parelho, demonstrando um equilíbrio de poder entre os grupos envolvidos. A facção do senhor Pacheco de Medeiros saiu vitoriosa para os cargos de vereadores gerais, e elegeu cinco candidatos. Já a facção dos Canêdo saiu vitoriosa para vereadores especiais/distritais ao eleger seis representantes. A facção dos Canêdo contestou a vitória da oposição e relatou na imprensa que “as eleições do distrito de Miradouro teriam que ser anuladas, local onde os vereadores gerais contrários ao cel. Izalino, num universo de 552 votos, obtiveram somente dois.” (MANOEL, 2011, p.143)

Em meio a esse clima de rivalidade, em janeiro de 1923, os vereadores realizaram uma nova eleição interna com o objetivo de escolher o presidente da câmara, na qual somente os eleitos para vereadores gerais podiam concorrer. Nessa eleição o coronel Izalino Romualdo da Silva recebeu dez votos contra dois do coronel Edmundo Germano, tornando-se presidente da casa. Assumiu como vice-presidente o coronel Francisco Alves de Assis Pereira, correligionário da facção dos Canêdo e filho do Barão do Monte Alto.

A constituição da nova Câmara, dividida entre as duas facções rivais, possibilitou o surgimento de diálogos entre os dois grupos. As negociações foram articuladas pela cúpula do PRM, tendo sido realizadas várias reuniões em Belo Horizonte pelos líderes envolvidos. O acordo firmado consistiu em os Canêdo darem apoio à administração do presidente da câmara Izalino Romualdo da Silva, que, em troca, comprometeu-se a apoiar a candidatura a deputado estadual do Agenor Canêdo.

O acordo, realizado em dezessete de abril de 1927, perdurou durante um mandato, tendo a eleição posterior a ele sido marcada pelo desequilíbrio entre as facções expresso nos resultados. O grupo comandado pelo senhor Pacheco de Medeiros venceu o pleito, elegendo a maioria dos vereadores.

A década de vinte foi marcada, em nível político local, pelo predomínio da facção do senhor Pacheco de Medeiros, que durante esse período teve seus sectários à frente do poder legislativo no município. Porém, com a Revolução de 1930, as forças políticas no município voltaram a se equilibrar, com uma forte atuação da facção da família Canêdo.

A facção representada pela família Canêdo foi oposição às outras duas facções analisadas durante o período de 1905 a 1930. Tinha como liderança as figuras dos senhores Affonso Augusto Canêdo e Agenor Augusto da Silva Canêdo, ambos filhos do desembargador Antônio Augusto da Silva Canêdo que, justamente, “chegou à vila de São Paulo do Muriaé em 1862, como primeiro juiz de direito nomeado para recém-criada comarca. Aí residiu durante dezesseis anos.” (CANÊDO, 1983, p.25)

De acordo com Letícia Bicalho Canêdo,

A vida política de Antônio Augusto da Silva Canêdo teve início em 1853, quando foi eleito deputado à Assembleia Provincial de Minas Gerais, pelo Partido Conservador. Nessa Casa Legislativa exerceu a Secretaria e a Presidência da Mesa. Em 1868 ele ingressou na Assembleia Geral como deputado, tornando-se, assim, membro do Poder Legislativo, o mais importante do Império. (CANÊDO, 1983, p.26)

Além da vida política e do cargo de desembargador, Antônio Augusto da Silva Canêdo foi proprietário da fazenda da Barra Alegre em Muriaé, tendo sido um dos principais produtores de café da região. No período de recorte da pesquisa, a família Canêdo tinha como um dos seus líderes o cel. Agenor Augusto da Silva Canêdo, que de acordo com Faria (1987, p.44), foi vereador da Câmara Municipal de Juiz de Fora e elegeu-se deputado na 9ª Legislatura (1923 a 1926) e na 10ª legislatura (1927 a 1930).

O senhor Agenor Canêdo, além de político, foi diretor do *O Muriaé* e fundou em Juiz de Fora o *Diário do Povo* que, circulou durante nove anos. Foi também funcionário público, e exerceu a função de fiscal de renda da Secretária de Fazenda do Estado de Minas Gerais. (CANÊDO, 1983, p.44)

Já o seu irmão, o comerciante cel. Affonso Augusto da Silva Canêdo, principal chefe político da família em Muriaé, era casado com a senhora Antônia Theodora da Silva Canêdo, descendente da baronesa Regina Theodora da Silva. Era proprietário de um armazém de café responsável pela limpeza, preparo, ensacamento e exportação do produto. Tais empreendimentos rendiam aproximadamente cinquenta contos de réis mensais. (TORRES, 2013, p. 265)

Em nível municipal, o principal aliado da família Canêdo era o cel. Antônio José Monteiro de Castro; já em nível estadual, eram os senhores

Arthur Bernardes e Raul Soares de Moura, com quem o senhor Agenor Canêdo estudou no Colégio do Caraça. As ligações políticas, com esses dois nomes ligados à renovação realizada a partir de 1917 no interior do PRM, serviram para gerar um acirramento das contendas locais com o grupo liderado por Antônio da Silveira Brum.

Compreendemos que as três facções disputavam o poder político e tinham um predomínio econômico, principalmente a partir de 1905, data que marca o início da ascensão política do cel. Silveira Brum, gerando conflitos em vários tipos de arenas, como nas urnas e na imprensa, que resultavam, algumas vezes, em agressões físicas. Contudo, a existência de três grupos rivais fez com que o diálogo e as alianças fossem realizados, em determinada conjuntura, diminuindo a necessidade da violência. Dessa forma, o período da Primeira República em Muriaé se fez sobre o jogo político das elites municipais, que ditavam as regras da política no meio local da forma mais conveniente aos mesmos.

Referências

- BLONDEL, Jean, 1957 apud QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira, Tomo III. O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Difel, vol. I, 1985.
- CANÊDO, Letícia B. Desembargador Antônio Augusto da Silva Canêdo. *Revista de Historiografia Muriaeense*, Muriaé-MG: Fundação Henrique Hastenreiter; n° 05, p.19-44, nov. 1983.
- CARVALHO, José M. de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Revista DADOS*, Rio de Janeiro, vol. 40, n° 2, p.229-150, 1997.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Globo: São Paulo, Edusp, 1975.
- FARIA, Maria Auxiliadora de. Representantes de Muriaé no Legislativo Federal e Estadual. *Revista de Historiografia Muriaeense*, Muriaé-MG: Fundação Henrique Hastenreiter; n° 7º, p.39-66, nov. 1987.
- GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF, Niterói*, v. 13, n° 26, p.11-24, jan/jun. 2009.

- HASTENREITER, José Henrique. Dr. Antônio da Silveira Brum – Um Varão que durante duas décadas engrandeceu a História Política - Administrativa de Muriaé. *Revista de Historiografia Muriaeense*, Muriaé-MG: Fundação Henrique Hastenreiter; nº 02, p.59-89, maio, 1979.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2012.
- MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, vol. I, 2011.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira, Tomo III. O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Difel, vol. I, 1985.
- SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? (Da colônia à atualidade). *Revista Psicologia da Universidade de São Paulo*, São Paulo, vol.13, nº 2, 27-48, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil uma biografia*. 1ª ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.
- TORRES, José. *Muriaé Migrante*. Muriaé: Sem Editora, vol. I, 2013.

PICTOCARTOGRAFAR [PROBLEMATIZAR ARTEVISUALMENTE A CIDADE]

Rogério Rauber

Grupos de Pesquisa GIIP, L.O.T.E. e Criação, Transcrição e Voz Artista visual, doutorando no Instituto de Artes da UNESP - Bolsista CAPES

Minha dissertação de mestrado (RAUBER, 2015)¹ analisa as experiências da série *O Bagaço da Pintura*, que procuram responder ao problema da *morte da arte* e investigam a linguagem pictórica no chamado *campo expandido*. Esta pesquisa, ampliada no ambiente acadêmico, gerou uma nova vertente poética: a série *Pictocartografias*.

Algumas experiências anteriores lançaram suas bases: 1) exercícios profissionais e acadêmicos em arquitetura e urbanismo; 2) engajamento em mobilizações ecológicas; 3) polemizações artísticas e políticas; 4) projeções no espaço urbano, em 2001; 5) o trabalho *Percurso Cartográfico Carioca*, em 2010; 6) o trabalho *Gentrificação Parmera*, de 2010-2015; 7) o trabalho *Artefatiando 1 e 2*, de 2012; 8) o trabalho *Rua Doutor Bento Teobaldo Ferraz 271*, de 2013-2014; 9) os entrecruzamentos poéticos oportunizados pelo ambiente acadêmico durante o mestrado.

Pictocartografia 1: rizomática

As duas primeiras *Pictocartografias* incorporaram os resultados de deambulações, entrevistas com antigos moradores e documentação dos processos de gentrificação do território da Barra Funda, São Paulo, capital, local onde se situa o Instituto de Artes da UNESP. É também a paisagem descortinada a partir das janelas da minha residência/atelier, no bairro Perdizes. A ideia inicial foi trabalhar a partir do caráter *rizomático* (DELEUZE e GUATARRI, 1995) das estruturas do *Bagaço da Pintura*,

¹ A fim de otimizar a leitura deste texto e adequar um extenso conteúdo ao número de páginas definido nas normas de publicação, optei por designar a consulta aos conceitos e referências, bem como os registros fotográficos das obras, dos processos criativos e dos diagramas reflexivos para serem acessados diretamente no arquivo da minha dissertação de mestrado, disponível em <<https://doi.org/10.29327/msc/000852999>>.

usando-as como suporte para projeções. Meu foco de investigação era como o conceito de *rizoma* se potencializaria quando referente ao território, o como e o quanto sua natureza cartográfica assumiria protagonismo. A base da Pictocartografia 1 foi composta por fragmentos de madeira, metal e plástico reciclados, bambu, fios de tricô e nylon amalgamados por tinta acrílica, que são os materiais característicos do Bagaço da Pintura e que foram previamente deixados às intempéries durante 26 meses. Assim, o conjunto assumiu uma pátina cinza provocada pela atmosfera poluída da capital paulista e seu corpo registrou as marcas do embate com agentes naturais: sol, chuva, mudanças de temperatura, quebras, ações de insetos etc. No subsolo da Galeria Marta Traba, no Memorial da América Latina, durante uma residência artística de 30 dias, iniciei a construção a partir da base apoiada no piso. Enquanto construí as ramificações superiores, menos densas e fixadas às vigas que sustentavam o pavimento térreo da Galeria Marta Traba, experimentei projetar animações feitas a partir de registros em desenhos e fotos de deambulações pela Barra Funda. Ensaaios sobre paredes, piso, teto e em diferentes posições sobre a instalação apontaram que apenas a luz azulada do projetor, sozinha, já funcionaria. Assim, a Pictocartografia 1 estabeleceu dialogias: 1) entre o espaço pictórico e o espaço expositivo: tendo o Bagaço da Pintura como plataforma poética inicial, discutii questões pictóricas ligadas à tradição artística e ao transbordamento espacial conhecido como *campo expandido* (KRAUSS, 1984); 2) entre o espaço pictórico e o espaço urbano: este trabalho iniciou uma nova abordagem autoral; 3) entre o tempo de fatura e o cotidiano: a obra carregou índices da sua exposição à atmosfera de São Paulo assim como índices de objetos do cotidiano retrabalhados com intensa artesanaria; 4) entre o conceito de *instalação em situação* e de *obra em processo*: as vivências no espaço cultural, exposições e oficinas realizadas no cotidiano da instituição, envolvendo visitantes habituais ou ocasionais que se tornaram fruidores do trabalho; 5) entre a *obra-objeto* (tradição artística) e a *forma-trajeto* (questão contemporânea): relação processual (item 3) e espacial (itens 2 e 4).

Pictocartografia 2: topológica

As Pictocartografias 1 e 2 integraram a mostra Zonas de Compensação - Versão 1.0. Ao criar duas obras simultâneas para a mesma exposição, uma no Memorial da América Latina e outra no Instituto de Artes da UNESP, pretendi estabelecer uma “ponte poética” entre duas instituições. O local escolhido para a Pictocartografia 2 foi uma das paredes do saguão do IA-UNESP, a fim de: 1) trabalhar numa mídia, a pintura mural, que remete à própria origem da arte, a fim de provocar uma *dialogia* (MORIN, 2007) entre “alta” e “baixa” tecnologia; 2) com esta dialogia, fustigar o nicho autodenominado “arte e tecnologia”, ao qual pertenciam os demais trabalhos da exposição; 3) presentificar, nas próprias paredes do IA-UNESP, as memórias dos vizinhos, ritualizando um anseio de maior convivência com nossa universidade; pois constatamos, em depoimentos colhidos nas imersões pelo território, que eles sempre ficaram alheios, porém curiosos, àquilo que se passava no interior da instituição; 4) mesmo que encoberta por tinta branca ao final da mostra, tais inscrições continuariam incorporadas à parede, podendo ser reveladas numa raspagem, um material para eventual obra posterior; 5) realizar um embate físico com o prédio do IA-UNESP: numa das suas quase imaculadas paredes brancas, riscar, apagar, arranhar, lambuzar, furar, esfregar, pregar e colar com materiais e instrumentos que contêm a fisicalidade característica dos embates em desenho ou pintura; 6) fazer um contraponto ao que chamei de “mapas pró-gentrificação”, aquelas ilustrações das publicidades imobiliárias que usam e abusam de estetizações a fim de comercializar o território, apresentando-o como desconectado da sua história e das suas singularidades culturais. Iniciei desenhando na parede o trajeto de minha casa até o IA-UNESP. O desenho evocou a memória de outros percursos pela região, construindo um mapa com deformações e imprecisões características daqueles traçados topologicamente. Sobre o desenho rememorador das minhas derivas neste território, uma outra camada foi criada quando os vizinhos do IA-UNESP foram convidados a inscrever suas memórias e divagações poéticas no trabalho. Assim, várias ruas e lugares foram redesenhados ou renomeados pelos antigos moradores do local, segundo: 1) memórias, como por exemplo, “Vila do Sapo”, o antigo nome da região; ou “Clube *Tomas Edson* (sic) de Bocha”, entidade esportiva

que funcionava no terreno onde hoje é o IA-UNESP; 2) ludicidades: como “latinha/taco/amarelinha”, “bola de gude”, “mãe de rua” e “acusado”, nomes das brincadeiras de criança que ali aconteciam; 3) aspirações: como “Vila da Paz e Prosperidade”, nomeação fantasiosa feita por uma moradora, que interpretei como uma vontade de refundação utópica.

Pictocartografia 3: paisagem radicante

A Pictocartografia 3 também ocupou o saguão do primeiro pavimento do Instituto de Artes da UNESP. O projeto previa a fruição da obra pelos habituais circulantes e ocupantes daquele espaço, com uma programação de projeções de vídeo que faziam parte da obra. Enquanto a Pictocartografia 1 ficou apoiada no solo, com a base rizomática estendendo suas ramificações para um teto de pouca altura, a Pictocartografia 3 se fixou em 8 pontos no teto. A parte inferior pairava próxima ao piso, pretendendo enfatizar o caráter “aéreo” do conceito *radicante* (BORRIAUD, 2011): raízes móveis, não necessariamente fixadas ao solo. E nem mesmo fixadas ao tempo, ao ponto de uma primeira configuração se desmembrar e deslocar-se do espaço de montagem como Pictocartografia 4, rumo a outro espaço expositivo. Oscilou em contrações e expansões durante toda a construção da obra. Mais do que uma obra no espaço (como os trabalhos da série Bagaço da Pintura), a Pictocartografia 3 objetivou relações visuais e auditivas com a paisagem. Acrescentei a paisagem sonora criada pelo pesquisador uruguaio Francisco Mattos, que usou captações feitas por mim e outros pesquisadores em imersões na Barra Funda, onde registramos comunicados do metrô, ruídos de automóveis, transeuntes, oficinas, pássaros... Deste material, Francisco fez uma composição que, pelas suas características rítmicas e melódicas criava uma atmosfera mântica. Também acrescentei projeções das “animações tecladas” (sucessão de imagens impulsionadas ao vivo, através do teclado) Gentrificação Parmera e Rua Dr. Bento Teobaldo Ferraz 271. A combinação destes dois tipos de projeções, paisagem sonora e animações tecladas provocaram: 1) um aspecto de *fantasmagoria*; 2) novas abordagens à estrutura do Bagaço da Pintura; 3) fricções na ideia de pintura, ao usar projeções que funcionavam como “pele de cor” mutante; 4) distúrbios visuais e espaciais,

provocados pela sobreposição de imagens da cidade, como da animação teclada Gentrificação Parmera à paisagem visível pela janela do saguão; 5) diversas respostas corporais no comportamento de alguns fruidores: 5a) o ritmo mântico da paisagem sonora convidava à dança; 5b) as projeções propunham diversos pontos de observação; 5c) as passagens abertas na obra oportunizavam percursos em seus meandros e adjacências.

Pictocartografia 4: mobilis in mobili

A Pictocartografia 4 operou deslocamentos no tempo e no espaço. Comecei a construí-la como Pictocartografia 3. Ainda no estágio inicial, recebi o convite da Galeria HAG, em Brasília, solicitando um trabalho da série Bagaço da Pintura para uma coletiva que abriria em junho de 2013. Então, o trabalho que comecei a construir como Pictocartografia 3, virou Pictocartografia 4. O 4 veio antes do 3. Uma dobra do tempo. Ao se espelhar no piso reflexivo do ambiente onde era construída, bem como por sua própria forma, a Pictocartografia 4 sugeriu a imagem de um barco, o que foi reafirmado em seus deslocamentos: um broto que se esticou no espaço e se antecipou no tempo. Também se configurou numa *forma-trajeto*, outro conceito de Borriaud (2011), que se conecta ao conceito de *radicante*. Deslocamentos, fluxos caóticos, multiplicações, hibridização, conexões espaciais e temporais, prolongamentos, proliferações... São palavras-chave deste conceito que tenta dar conta de várias práticas artísticas contemporâneas.

Pictocartografia 5: fixos e fluxos

A Pictocartografia 5 foi instalada na exposição coletiva Ocupação Marta Traba 15/30 (Galeria Marta Traba, Memorial da América Latina, 4/10 a 10/10/2013). Meu projeto era uma estrutura do Bagaço da Pintura abrigando uma paisagem sonora. Porém, no avançar das interlocuções curatoriais, optei por uma projeção de vídeo que fizesse uma reflexão sobre os *fixos e fluxos*, conforme Milton Santos (1996). Neste lugar específico, os *fixos* seriam os equipamentos educativos (IA-UNESP, Instituto de Física Teórica e outras

universidades particulares adjacentes), os equipamentos culturais (Memorial da América Latina) e os grandes equipamentos de serviços (metrô, rodoviária e trens da Estação Barra Funda), que tendem a se estabelecer durante muito tempo no território. Já os *fluxos* são operações e ocupações características destes espaços: mobilidade, deslocamento, trânsito.

Pictocartografia 6: antiturismo

A Pictocartografia 6 foi projetada para a exposição Zonas de Compensação 2.0. Problematizei um aspecto negligenciado em exposições de “arte e tecnologia”: o território. O espaço, na sua abordagem generalista, sim, costuma ser abordado. Mas o território, em suas especificidades culturais e políticas, quase nunca. Da mesma forma que as Pictocartografias 1 e 2 estabeleceram dialogias entre “alta” e “baixa” tecnologia, ao participar da Zonas de Compensação 1.0, a Pictocartografia 6 estabeleceu dialogias entre a concepção de espaço genérica e o de lugar/local/território, se posicionando em resistência poética à gentrificação da Barra Funda. Daí a ideia de “antiturismo”, um movimento contrário ao consumismo estetizante do território. Em fevereiro de 2014, após uma deriva pela Barra Funda, elaborei um conjunto de 7 proposições e eventos, mapeados num diagrama registrado em meu caderno de esboços: 1) *corpografia*: vivências multissensoriais que articulam espaços urbanos; 2) *percursos peripatéticos*: derivas performáticas ou introspectivas; 3) *marcas d’água*: notícias e reflexões acerca dos recursos hídricos; 4) *mobilidade urbana > mapeamentos*: instruções para percursos urbanos; 5) *cantoria das águas*: performance vocal com paisagem sonora; 6) *observatório de rios aéreos*: percepção dos fenômenos atmosféricos; 7) *observatório da lua cheia*: percepção do fenômeno lunar. Este conjunto se estendeu do Instituto de Artes da UNESP ao Memorial da América Latina entre abril e maio de 2014. Em função de uma sucessão de entraves burocráticos, provavelmente direcionados a boicotar a obra em função de seu potencial crítico, decidi manter no espaço expositivo do IA-UNESP apenas um índice que, quando poeticamente ativado, remetia aos espaços onde as experimentações tiveram liberdade para se desenvolverem. A construção deste índice se deu no mesmo espaço onde foi instalado, porém numa dobra

processual: as palavras foram coladas, fotografadas, a sequência de fotos gerou um filme e a imagem final foi impressa e colada no próprio local em que foi feita. “Da ideia ao acontecimento: cento e oito mil, duzentos e trinta e sete centímetros” dizia a inscrição, situando uma charada para ser decifrada. Na parede do subsolo da Galeria Marta Traba, redesenhei, ampliado, o diagrama onde estavam mapeados o conjunto de proposições e eventos, que assim se desenrolaram: 1) como uma proposição experimentadora de tatos, cheiros, sabores, olhares e escutas, a *corpografia* foi vivenciada na tarde de 9/05/2014 quando um grupo de não-videntes prospectou várias singularidades espaciais no trajeto da Galeria Marta Traba até a Galeria do IA-UNESP, onde acontecia a exposição Zonas de Compensação 2.0; no trajeto, sensibilizações para as diferenças de temperatura, para os sons que diferentes equipamentos emanavam, para a quantidade de esforço ou de prazer empreendido no caminhar... Enfim, as possibilidades abertas pelo percurso; na chegada ao IA-UNESP, alguns expositores falaram sobre os seus trabalhos e as fruições se estabeleceram; 2) não tive notícia se a proposição *percursos peripatéticos* foi realizada por alguém além de mim; incluída na programação e divulgação, sua proposta vagou ao léu, ao sabor dos eventos e das redundâncias, pois peripatetiar é mesmo vaguear procurando conhecer; 3) criei uma página na rede social Facebook como um local para informações sobre os percursos hídricos pela cidade de São Paulo e que continua em constante atualização: [facebook.com/marcasdaguas](https://www.facebook.com/marcasdaguas); 4) desenhei instruções para *mobilidade urbana > mapeamentos* que seriam percursos urbanos seguindo as seguintes opções: a) em diagonais; b) em serpenteamentos; c) em espirais; 5) no Memorial da América Latina, em 15/05/2014, aconteceu a *cantoria das águas*: o Parlatório, espaço no Memorial da América Latina foi palco de uma performance vocal de Lucila Tragtenberg, que interpretou *Somewhere*, de Leonard Bernstein, acompanhada por uma paisagem sonora do pesquisador catalão Josep Cerdà, que enviou arquivos de vários sons de água captados por ele nas mais diversas situações e locais; 6) numa sensibilização para o fluxo de vapores na atmosfera, o *observatório de rios aéreos* aconteceu num espaço demarcado na rampa da galeria Marta Traba, na tarde de 15/05/2014; 7) a data de 15/05/2014 foi escolhida por ser uma noite de lua cheia, cujo *observatório* aconteceu

também no pátio do Memorial da América Latina, culminando a sequência de eventos com a sua generosa aparição.

Pictocartografia 7: antigrafitite

A Pictocartografia 7 objetivou: 1) fazer um experimento rápido e, na mesma direção, a sua documentação de texto e imagem; depois das experiências anteriores, todas longamente projetadas, executadas, registradas e comentadas, o frescor de um projeto/execução quase instantâneo foi o desafio; 2) acrescentar à sequência de estudos um *antigrafitite*, tema ainda embrionário na Pictocartografia 2; 3) abordar o conceito de *não-lugar* (AUGÉ, 1994), que agrega aspectos importantes aos problemas levantados nas Pictocartografias anteriores; 4) criar uma nova “ponte poética”, tema recorrente nas Pictocartografias, que, desta vez, pudesse conectar um não-lugar ao território da Barra Funda. A primeira etapa de processo criativo ocorreu durante o período das 15:26 às 16:37h do dia 19/05/2015. Com um recipiente tipo bisnaga contendo água numa mão e o celular com o modo “filmar” acionado na outra, me dirigi até o ponto de ônibus mais próximo e escrevi no asfalto, com jatos de água: “este ônibus vai para a Barra Funda?”. Nesta intervenção urbana trabalhei: 1) fricções pessoais: o desconforto do íntimo (um ato que remete simbolicamente ao urinar) colocado em público (uma performance no espaço urbano); 2) um enfoque poético para um impulso instintivo de demarcação territorial, verificado não apenas no comportamento animal, mas também em estudos antropológicos de coletivos urbanos; 3) a poética dos derramamentos, que remetem ao *dripping*, conhecido recurso pictórico; 4) a efemeridade sisifiana que lembra o trabalho de Oscar Muñoz intitulado *Re/trato* (2003), onde o artista desenha retratos de desaparecidos políticos pintando apenas com água sobre uma laje de concreto iluminada pela luz solar direta, num traçado que nunca se completa, devido à evaporação; 5) abstendo-se de fotos, delegar ao vídeo sem edição, *a la prima*, toda a responsabilidade de documentar, sem rebuscamentos; 6) o item anterior foi alterado, quando decidi usar instantâneos do vídeo para criar a imagem. A imagem resultante, composta pelos instantâneos, gera estranhamentos: é uma parede? como foi escrito? A posição dos sapatos pode fornecer pistas. O quê foi escrito? No

meio da frase, a palavra “ônibus” não está completa, ficou “obus” pois o filme foi interrompido por um clicar no lugar errado e no momento errado. Outra falha: o líquido acabou antes de completar a frase. Interrompido pela falha da filmagem, interrompido pela falta de “tinta”, evaporado segundos depois de escrito, uma pergunta que ninguém leu, se lesse não entenderia, se entendesse não saberia responder, se soubesse esta resposta seria: não! Um alguém que ninguém conhece faz algo sabe-se-lá-para-quê. Num não-lugar, uma quase-pergunta rumo a lugar algum.

Pictocartografia 8: projeções

Este projeto foi desenhado para um espaço expositivo tipo *cubo branco* (O'DOHERTY, 2002). No caso, a Galeria do IA-UNESP, onde seria um trabalho sobre o espaço urbano onde o mesmo se insere. Pretendi relacionar dois tipos de mapas: 1) o mapa imposto: aquele de ruas, imposto ao território no processo de urbanização condicionado a interesses políticos e econômicos; 2) o mapa submetido: aquele submerso, submetido ou confinado, o mapa das águas e demais fluxos naturais. Considerei o recurso da anamorfose. Com a sala escura e apenas um ponto de luz, dispor os elementos do *Bagaço da Pintura* de tal forma que a sua sombra projetada desenhasse no chão o mapa da região. Depois, me ocorreu a ideia de usar três projeções: dos mapas de ruas, dos rios naturais e dos rios canalizados. O uso destes três planos também faz referência à projeção ortogonal, o usual sistema de representação planar de um objeto tridimensional em três vistas.

Pictocartografia 9: oculum reflectere

Uma demanda íntima, a ritualização catártica dos conteúdos descortinados na imersão memorativa pelo *Bagaço da Pintura* e prospectiva pelas Pictocartografias abertas pela pesquisa de mestrado foi a motivação para criar uma “caixa de imersão”, onde pudesse habitar uma instalação formada pelos textos, anotações e rascunhos desta pesquisa. Pensei em: 1) uma *merzbau* com função de espacializar minhas próprias divagações desta pesquisa; 2) um lugar

para me debater fisicamente com o material gerado pelo processo criativo; 3) uma instalação processual, introspectiva e catártica que poderia ser transportada para outro espaço, amassada, condensada, depois novamente expandida; 4) uma caixa ortogonal com espelhos para reflexões infinitas sobre o próprio mecanismo de ver, como sugere a antiga expressão *oculum reflectere*, do latim *oculum* (olho) e *reflectere* (refletir), induzindo a ideia de um olhar que vê a si mesmo; 5) uma metabolização das questões que se demonstraram recorrentes nesta pesquisa: recursividade, movimentos inerentes às pulsões vitais, expansão e contração, inversão, dialogia, derramamentos, entropia, conexões poéticas, tensão e distensão, pendurar e amarrar, (re)articular conceitos e experiências, incômodos e sujeira estorvática... A primeira ideia foi criar diversas camadas unindo os papéis que contém diferentes etapas da dissertação, às quais daria configurações de sólidos primários: um cubo, uma esfera e um cilindro. Estes seriam enterrados nas proximidades do IA-UNESP, em mais uma referência aos processos desenvolvidos em torno do território da Barra Funda e retomando a questão da entropia, tema da série O Bagaço da Pintura. As camadas de papéis seriam depois desenterradas e reconfiguradas numa nova instalação. Ao retomar estes escritos na etapa pós-defesa, durante a diagramação desta dissertação, fotografei minhas anotações sobre a Pictocartografia 9 e me deparei com: 1) o motivo pelo qual eu não havia concretizado a “caixa de imersão”: o lugar previsto era claustro demais; 2) trabalhar um ambiente fechado seria algo contraditório naquele momento da pesquisa: o percurso do Bagaço às Pictocartografias era de expansão, da superfície ao espaço, de um fazer especializado (a pintura modernista) para um fazer interdisciplinar (as permeabilidades, contaminações e complexidades da arte contemporânea); 3) da mesma forma, o procedimento de enterrar se conectava à da morte da pintura, temática já quase esgotada em minha poética; 4) no desenho feito do ambiente onde eu pretendia instalar, aparecia muito fortemente a janela dupla, que remetia à palavra “oculum” e, também, para o exterior, não para o interior; 5) na foto das anotações para o trabalho, esta duplicidade da janela e da binocularidade da visão humana reapareceu na divisão das duas páginas. Meu projeto, por fim, elegeu dois conjuntos, cada um formado por dois blocos de líquido congelado. Serão fixados por pregos e elásticos à vértices de uma

parede, sendo uma parede interna, outra externa. Os blocos conterão palavras e frases da pesquisa: no bloco de chimarrão, da vertente Bagaço da Pintura; no bloco de vinho, da vertente Pictocartografias. Os descongelamentos de ambos os blocos formarão uma nova composição de palavras e cores. É um projeto ainda por realizar.

Pictocartografia 10: Estação Araraquara

Esta Pictocartografia foi a primeira a usar o nome do lugar, marcando um aprofundamento na questão da especificidade do sítio. Desenvolvido para o edital “XV Território da Arte - Das trincheiras Não Se Avistam Horizontes”, aberto pela Fundação de Arte e Cultura do Município de Araraquara (FUNDART), foi um dos dez projetos selecionados. Escolhi para lugar de intervenção a estação de trem, lugar de fixos e fluxos, estação desativada, estação museu, estação memória. Sucata, ferrugem, pó. Lembranças, documentos, afetos. Perspectivas em trânsito, desconfiguração e reconfiguração de pontos de vista. É possível retomar o vagar? Retrilhar o olhar? Na composição usei o *trompe l'oeil*, recurso ilusionista que provoca a percepção de tridimensionalidade em uma superfície bidimensional. O fruidor, ainda na porta de entrada da sala se depara com uma marcação para os pés, que é o ponto de vista privilegiado para a ilusão de *trompe l'oeil* na parede oposta, onde uma articulação de linhas verticais e inclinadas sugere uma paisagem em trânsito. Ao adentrar na sala, mudando o ponto de vista, o ilusionismo se mantém. Mas aí outras instâncias assumem o protagonismo: 1) o contato com a materialidade: fios de tricô cobertos por tinta e oxidação, suspensos sobre o plano da parede através de sua fixação com pregos; 2) uma camada anterior, a do desenho direto sobre a parede, feito com fios fixados por fita crepe. 3) os jogos visuais da composição em conexões com referências no repertório histórico da arte (construtivismo, minimalismo, arte povera etc); 4) uma situação inusitada: na sala com cadeiras dispostas para preleções, o que está colocado é um painel; 5) evocação de um passado ferroviário, com linhas que aludem também às sinapses mnemônicas. No momento em que escrevo este artigo, recebo a notícia que, passado quase um ano desde a montagem, a

instalação continua aberta à visitação no Museu. Uma grata surpresa num país onde a arte sofre tantos desprezos e violações.

Pictocartografia 11: folharia

Esta instalação surgiu através de um convite para ministrar uma oficina de pintura na escola infantil dos meus netos, em Goiânia. Visitando o local, com um generoso pomar, decidi instaurar a possibilidade das crianças criarem uma composição com folhas. Preparei uma parede com pedaços de fita adesiva transparente invertida, colocadas de forma a permitir que diferentes folhas de plantas fossem afixadas. Como costuma ser no trabalho com crianças, o resultado foi emocionante.

Pictocartografia 12: poste pictocartográfico

A ideia de uma intervenção na Galeria do Poste, conceituado espaço alternativo em Niterói surgiu durante a redação do resumo deste artigo. Ricardo Pimenta, o curador da Galeria gostou da ideia e aprovou o evento, que está previsto para o mesmo dia da minha comunicação no II Colóquio Internacional Movimentos: Trânsitos e Memórias. No momento em que finalizo a redação deste artigo, várias possibilidades, questionamentos, anseios e recursos aparecem nos esboços para este novo desafio poético.

Reflexões em processo

Nas Pictocartografias, procuro abordar o território a partir das suas dinâmicas, riscos, oposições, fricções, materialidades e significações. Esta vertente poética é impulsionada por: 1) buscas de renovação no meu repertório pessoal, partindo das *instalações em situação rumo ao sítio específico*; 2) eventuais contribuições que desdobramentos destas experiências puderem oferecer aos debates por uma cidade mais humanizada; 3) conexões entre memórias e utopias: a partir de um repertório pessoal que busca problematizar

a linguagem pictórica, motivado pelas minhas inquietações existenciais urbanas.

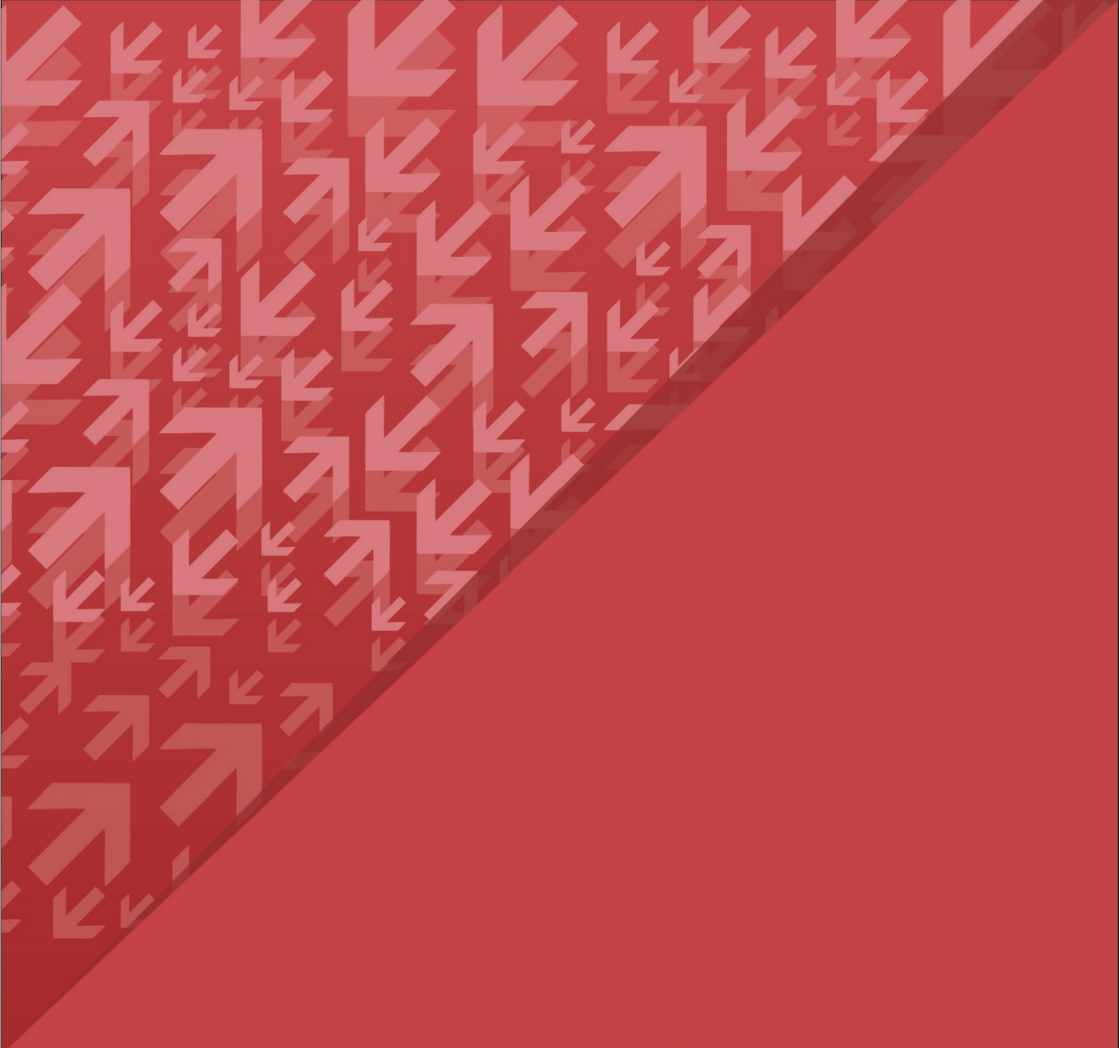
Ao mapear, através das Pictocartografias, camadas alternativas da paisagem, procuro incorporar relações simbólicas. No cotidiano das cidades contemporâneas o mapa tornou-se ferramenta imprescindível, balizando deslocamentos e empoderando a corporeidade integral, versus um suposto privilégio da visualidade.

Quando especifiquei e relacionei graficamente as diversas características das Pictocartografias até agora realizadas, encontrei tendências: 1) decrescentes nos aspectos de constância dimensional, indo de dimensões quantificáveis nas primeiras Pictocartografias até, nas últimas, a diversos níveis de indefinição; 2) crescentes quanto à complexidade processual, pois começaram como instalações, enquanto as quatro últimas se configuraram como eventos, performance e projetos; 3) decrescentes nos aspectos de densidade material: tinham uma aparência mais “pesada” nas primeiras e passaram a ficar mais “rarefeitas”, isto é, tendendo à imaterialidade; 4) crescentes quanto às expansões espaciais, indo de uma residência em espaço expositivo a atos simbólicos.

Referências

- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papyrus, 1994.
- BORRIAUD, Nicolas. *Radicante*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.
- KRAUSS, Rosalind. *A escultura no campo ampliado*. Gávea: Revista semestral do Curso de Especialização em História da Arte e Arquitetura no Brasil, Rio de Janeiro: PUC-RJ, n. 1, p. 92-93, 1984.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2007.
- O'DOHERTY, Brian. *No interior do Cubo Branco: a ideologia do espaço da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

- RAUBER, Rogério. *Do Bagaço da Pintura às Pictocartografias*. São Paulo, 2015. 118f. Dissertação de Mestrado em Processos e Procedimentos Artísticos. Programa de Pós-Graduação em Artes. Instituto de Artes da UNESP, São Paulo, 2015.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.



PARTE 5

GOVERNOS, RELIGIÃO,
MILITARES E FRONTEIRAS

FORMAS E CONTORNOS DA ADMINISTRAÇÃO FLUMINENSE: UM PANORAMA DA INTERVENTORIA AMARAL PEIXOTO NAS PÁGINAS DE “O FLUMINENSE”

José Luís Honorato Lessa

*Doutorando Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens
Culturais. PPHPBC/FGV/CPDOC.*

O objetivo deste texto é promover uma reflexão acerca do *modus operandi* da administração Ernani do Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro (ERJ) no recuo 1937-1945 quando indicado pelo presidente Getúlio Vargas para Interventor Federal (IF) nesta unidade da federação. Para tal, as páginas do jornal O Fluminense auxiliam no entendimento da dinâmica com que Peixoto deu forma e conduziu sua administração¹. Na percepção de um dos seus correligionários, Amaral Peixoto foi “o verdadeiro restaurador da grandeza fluminense”².

A ideia-força aqui é entender e sistematizar o conjunto da dinâmica amaralista em que reformula, amplia bem como institui órgãos, departamentos e secretarias de governo – acompanhado de atos nomeatórios de agentes públicos em diferentes escalas e níveis de hierarquia: ou seja, a montagem de uma sólida, articulada, orgânica, hegemônica e clientelística base política - que, com o passar do Estado Novo (já em tempos democráticos) serviu de sustentáculo do Partido Social Democrático (PSD) tal como para a própria sobrevivência política de Amaral Peixoto por seguidas décadas.

¹ O trabalho aqui proposto trata-se de um desdobramento da pesquisa de doutorado sob o tema – O Comandante em marcha: Amaral Peixoto e a indústria fluminense - desenvolvida na FGV/CPDOC – Programa de Pós Graduação em História, Política e Bens Culturais - sob orientação do Professor Doutor Américo Freire.

² A frase é atribuída a Leal Júnior, liderança política no município de Itaboraí. A fala é sintomática para entendermos o papel desempenhado por Amaral Peixoto e seu grupo - embora o autor a tenha produzido no contexto das eleições estaduais de 1950 em que o Comandante concorria ao cargo de governador. Cf. COSTA, 2008, p.94.

Somado a isso, a estrutura de governo mantada pelo IF buscou a interferência do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) nas esferas produtivas, em especial, agricultura e indústria. E, em tantos outros campos: educacional; saúde pública; habitação; higiene-saneamento (canalização de água); intervenções urbano-rodoviárias; no plano de eletrificação do ERJ, bem como no do assistencialismo. Deste modo, identificamos e perscrutaremos ao longo deste trabalho as principais ações organizativas da administração Amaral Peixoto.

O nosso personagem comandou o executivo fluminense ao longo de todo o percurso estadonovista. Partimos da premissa de que a dinâmica empreendida pelo governo concentrou em capitanear a reestruturação burocrático-administrativa do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um projeto construtivo de uma dada hegemonia. Esta seção visa passar ao (ou pelo) crivo da análise o processo de reestruturação da região fluminense tal como o efeito desta política nos campos organizacional, burocrático, técnico, administrativo, social, financeiro, fiscal e, - de modo especial -, os impactos desta ação de governo sobre os equipamentos industriais fluminenses.

Metodologia aplicada

Esta reflexão será construída a partir da pesquisa ao jornal O Fluminense, principal veículo de comunicação regional à época. Dito isso, acreditamos que a referida fonte contribui para traçarmos um panorama administrativo do período em tela, pois o mesmo nos parece ser um grande termômetro daquela época. Por outro lado, é nossa intenção proceder a interconexão com outras fontes e com uma bibliografia referente ao assunto, ainda que escassa ou esporádica.

A refundação do Estado do Rio de Janeiro

Compreende-se por refundação o projeto político e de poder em curso durante a interventoria amaralista no ERJ. Para tal, o grupo dominante esmerou-se em reestruturar as bases administrativas estaduais, concomitante

ao reordenamento/saneamento das diversas funções do poder público. É interessante notar que este (poder público/Estado) não atuava isoladamente: os interesses privados se fizeram presentes no projeto de reestruturação fluminense, pois, se tratava, sobremaneira, da consolidação capitalista no ERJ. Perceberemos, ao longo do estudo, esta nuance relacional entre grupos dirigentes estaduais e representantes classistas/de instituições privadas.

Embora a literatura concernente ao personagem em si e à administração Amaral Peixoto seja muito escassa, estudiosos como Honorato (1987), Castro (1992 e 1996) e Costa (2008) oferecem valiosos elementos à compreensão do problema aqui suscitado³. Isto é, compreensão e a aplicabilidade do conceito – refundação – para o caso do ERJ.

A espinha dorsal da ossatura estadual: Secretarias de Governo

Por ossatura tomamos com base a análise de Draibe em que analisa alguns dos elementos constitutivos do Estado bem como do capitalismo no Brasil. Sob perspectiva desta autora, ossatura compreende toda moldagem estatal, ou seja, as principais agências governamentais, sua atuação estruturante e no limite dos interesses dos agentes/agências privados. Em nosso estudo, a ossatura, consiste em compreender aqui as secretarias de governo e sua atuação básica:

Secretaria de Interior e Justiça: Castro a coloca como principal secretaria política por justamente fazer articulação do governo. Por um período foi denominada de Secretaria de Justiça e Segurança Pública para voltar ao nome originário em seguida.

Secretaria de Finanças: destinada a organizar a estruturação financeira do ERJ. Sob o comando do Secretário de Fazenda Rezende Silva, Amaral Peixoto dedicou os primeiros meses da administração ao estudo da situação financeira e fiscal do Estado, além da nomeação dos prefeitos, contribuindo para a construção de sua malha política. Nos quatros anos iniciais do governo já se havia conseguido/alcançado o melhoramento das finanças do Estado;

³ Aqui apresentados na sequência cronológica em que os estudos foram produzidos.

construção de dezenas de prédios escolares; o estabelecimento de unidades sanitárias (tópico) por todo o território fluminense (o que seriam estas unidades?) e a ampliação rodoviária.

Secretaria de Educação, Cultura e Saúde Pública (SECSP): de 1938, originária da Secretaria do Interior. Esta ampliou o número de prédios escolares, inclusive as chamadas escolas rurais. Ainda que destinada a levar conhecimentos agrícolas ao pequeno agricultor, revela o peso do setor para a economia fluminense. Não só isso! Por incluir a área de saúde, a aludida secretaria apresentava espectro atuante bem amplo: água, esgoto, higiene, prevenção, somados a atenção à educação física (saúde mental e física), especialmente dos estudantes. Nos campos da higiene e prevenção verificaram-se a ampliação de postos e de hospitais, como: Antônio Pedro (hoje hospital Universitário da Universidade Federal Fluminense) e o hospital Operário do Barreto. A preocupação com os esportes e a saúde física talvez tenha se resumido como projeto-síntese a construção do Estádio Caio Martins na então capital do Estado: Niterói.

Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio (SAIC): originária quando da reformulação da Secretaria do Interior, Justiça e Obras Públicas. Mesmo agregando três setores da atividade produtiva, o referido órgão pareceu dar maior atenção à agricultura e à indústria com tendência prioritária ao primeiro setor. Tanto que, das viagens empreendidas pelo IF pelo território fluminense, a região de Campos foi a que mais “acolheu” o Comandante. Isso porque aquele corte do norte fluminense era o que apresentava maior dinâmica agrícola com produção do açúcar nas suas tradicionais usinas.

Em 1940, tal secretaria é reformulação em que é criada subdivisões. O campo da indústria ganha divisão específica. Contudo, em seu depoimento ao CPDOC Amaral Peixoto deixa claro que, apesar desta secretaria, o campo da indústria mereceu sua atenção especial.

Secretaria de Viação e Obras Públicas (SVOP): além do projeto rodoviário, a aludida secretaria executou o tocou o projeto de construção da hidrelétrica de Macabu. Primeiramente entregue a um consórcio japonês, com a Segunda Guerra, passou ao controle do governo do ERJ. (MOREIRA, In. CÔRTE, 2012, p. 28). Voltaremos a este tema quando analisarmos o campo industrial. Desde sua fundação a SVOP foi chefiada por Hélio de Macedo Soares e Silva.

Desse modo, podemos resumir quanto ao seguinte: as primeiras Secretarias organizadas ou órgãos com funções similares e alguns dos primeiros nomes na chefia dos mesmos: na SIJ – Horácio Gomes de Carvalho Júnior⁴, na SAIC⁵ - Lupério dos Santos que havia ocupado a presidente da Assembleia Legislativa Fluminense⁶; na SF⁷, depois Secretaria de Fazenda - José de Vieira Rezende Silva (tinha sido deputado estadual); Na Chefia de Polícia⁸ – Sr. Antônio Roussoliérs; no Comando da Força Pública⁹ – Capitão do exército Djalma José Alvares da Fonseca e, por fim, na Secretaria da Interventoria em que o primeiro secretário fora Alfredo Neves.¹⁰

Estas articulações, especialmente das primeiras secretarias do novo governo, já haviam sido costuradas nos bastidores políticos antes da indicação e anúncio de Amaral Peixoto para a Interventoria Federal do Rio de Janeiro. É o que revela dossiê manuscrito do Arquivo Ernani do Amaral Peixoto (a partir deste momento EAP) depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) ¹¹.

As ações organizativas: demais campos estruturais do Estado

A estrutura de governo montada pelo IF e seu grupo seguiu a uma dinâmica contornada *pari passu* ao enraizamento da administração. O que se nota era um modo de fazer política muito singular no período. Ainda que consideremos as conjunturas que alçaram o Comandante ao executivo fluminense e, propriamente que seu governo tenha sido em caráter de exceção – a ditadura estadonovista - em regra, medidas estruturantes tomadas pelo IF, em sua maioria, nunca foram arbitradas.

Observa-se que a montagem da estrutura administrativa – primou por um maquinismo ou engrenagem com vistas à ordem política, econômica, social e

⁴ O Fluminense. Edição n. 16.772. 14 nov.1937. p.1

⁵ O Fluminense. Edição n. 16.770. 12 nov.1937. p.1

⁶ Extinta, como todas as Assembleias estaduais durante o Estado Novo.

⁷ O Fluminense. Edição n. 16.770. 12 nov.1937. p.1

⁸ O Fluminense. Edição n. 16.770. 12 nov.1937. p.1

⁹ O Fluminense. Edição n. 16.770. 12 nov.1937. p.1

¹⁰ O Fluminense. Edição n. 16.772. 14 nov.1937. p.1

¹¹ Cf., Dossiê Manuscrito de EAP anterior à intervenção. Int. 1937/45. CPDOC.

assistencial. Desta forma, o governo em tela, isto é, interventoria amaralista, confere muito sentido a uma estrutura administrativa forte, coesa, clientelística, homogênea e hegemônica. O nosso personagem se notabiliza enquanto “articulador e liderança de primeira ordem”. As adjetivações acima podem sugerir determinado dirigismo muito personalizado do IF considerando a ditadura em curso no Brasil. Mas, tal como dito anteriormente, não se percebe forte arbitramento nos principais projetos ou medidas do governo.

Tornou-se comum (a exemplo federal) constituir órgãos consultivos. Curiosamente esta margem pode sugerir a formação de uma espécie de governo de ouvintes. Todavia, o campo de conciliação era bem limitado com fins específicos: consolidar o controle político a partir de certo tipo de burocratismo (CASTRO, 1992, p. 4).

Sendo assim, o processo de arrumação da casa (o ERJ) teve como via de acesso as reformas administrativas empreendidas ao longo do período – vicissitudes nas secretarias e órgãos – com o objetivo de alcançar a meta-síntese: saneamento burocrático-administrativo do Estado e recuperação econômico-financeiro do mesmo.

A montagem desta máquina político-administrativa ocorreu não sem fissuras em suas engrenagens. Castro (1992) e Costa (2008) apontam em seus estudos as lutas renhidas verificadas entre duas correntes políticas e seus respectivos projetos de poder. Estamos falando do amaralismo e do macedismo¹².

Na organização do governo o IF se fez constantemente presente nos municípios, considerando que do ponto de vista territorial o ERJ é relativamente pequeno. Esta arrumação da casa se deu nas ruas e no gabinete. Visitar as diversas regiões do Estado e o contato direto com as lideranças

¹² Grupo político (corrente) capitaneado por José Eduardo de Macedo Soares. A família Macedo Soares ocupou papel de destaque (regional e nacional) ao longo do século XX. A indicação de Amaral Peixoto para a interventoria fluminense deve-se a “Zé Eduardo” – como era conhecido. Os laços entre ambos logo se romperam em 1938. Em 1948 o oponente do Comandante alcança o executivo fluminense, o processo sucessório reconduziu Amaral Peixoto ao governo do Estado em 1951. É interessante notar que um dos principais secretários de Peixoto foi Hélio de Macedo Soares - primo do seu principal oponente. Embora não trate desta última questão apontada, para as nuances entre o amaralismo e o macedismo, veja - CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. **Amaralismo e Pessedismo fluminense**: o PSD de Amaral Peixoto. 1996. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996. E - COSTA, Rafael Navarro. **Tecendo as redes da política**: articulações e projetos na construção do amaralismo. Rio de Janeiro, 2008. 118p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

municipais pró-governo ou não, deu ao Comandante extensa malhar política e melhor entendimento das questões internas do Estado. Isto é enfatizado no próprio depoimento de Amaral Peixoto aos pesquisadores do (CPDOC). Tais visitas deram-lhe melhor penetração nas vísceras políticas fluminenses. Por outro lado, o próprio Palácio do Ingá era o espaço, por excelência, para fazer política: as mesmas e tantas outras lideranças municipais e representantes de diversas frentes – não exclusivamente políticas - foram recebidas na sede do governo fluminense tanto pelo IF quanto pelos secretários. Temos assim, a figura de um interventor anfitrião.

Especificamente quanto as costuras que permitiram o controle sobre os prefeitos/ municípios, aqui é importante chamar a atenção para um órgão denominado Departamento das Municipalidades (DM). Tal agência deu suporte na montagem da máquina administrativa, uma vez que tal departamento possuía ingerência direta sobre os prefeitos, nomeando ou substituindo-os. Neste sentido, a interventoria Amaral Peixoto exerceu forte controle sobre os prefeitos, constantemente supervisionados. O Interventor ou os principais agentes do governo (secretários e ajudantes de ordens) procediam com visitas ou os recepcionavam no Palácio do Ingá. Para tal ou total ingerência sobre os tais foi comum ouvi-los, sabatiná-los, escrevê-los¹³ ou recebê-los: o que contribuiu para ficar raízes do chamado bloco político (COSTA, 2008, p. 67).

Somado ao DM, a primeira reforma administrativa, de 1938, atendeu a sentido duplo: dar uma feição à nova administração, instaurada em 1937 e, por outro espectro, centralizar politicamente as decisões do governo ao instituir, inclusive, “conselhos”, “comissões”, “fundações”, organização social corporativa e o importante órgão denominado Conselho Técnico de Economia e Finanças do ERJ idealizado para organizar as questões econômicas fluminenses¹⁴.

Antecipamos desculpas ao leitor, todavia, convém indicar extensa lista com outras medidas estruturantes:

a) concurso para servidores; b) construção de obras públicas que envolveram a expansão da rede escolar estadual, incluindo as escolas rurais

¹³ Para as cartas trocadas entre o Comando os prefeitos ou lideranças municipais, veja Costa: 2008. p 57 a 61.

¹⁴ Para esta primeira estrutura administrativa, veja Castro: 1992, p 20 a 34.

industriais; c) criação da Companhia Nacional de Álcalis, em Cabo Frio e a conclusão da Usina Hidrelétrica de Macabu no Norte fluminense; d) reabertura da Alfândega de Niterói; e) Serviço de Colonização e Trabalho somado ao Departamento Estadual do Trabalho (depois Secretaria Estadual do Trabalho) cujas primeiras atribuições eram proceder com o registro de desempregados para possível alocação na indústria, comércio e agricultura fluminense; f) plano rodoviário voltado para a expansão da malha viária estadual (ainda havia estradas construídas em parceria com as prefeituras, portanto, estradas municipais); g) urbanização em vários municípios, e, h) construção da Adutora de Laranjal (São Gonçalo) para fornecimento de água a capital fluminense e região.

Os três modelos de enfrentamento da questão social/assistencial

A política assistencialista do governo repousou na criação de variadas instâncias: Hospital Operário do Barreto; Fundação Anchieta, esta, destinava-se a dar ocupação às mulheres do lar através dos cursos de corte, costura e bordado; Comissão para a Organização de Plano para a Construção de Casas Populares na Capital; Centro de Alimentação Operária do Barreto (Niterói); Comissão de Administração do Restaurante Operário do Barreto; Fundação Lar Operário Fluminense e a Fundação Orêncio de Freitas (Para cuidar da saúde). No conjunto, estas instâncias básicas visavam atender a “habitação, saúde e alimentação” (CASTRO, 1992, p. 66).

Parte do financiamento destas assistências era garantida pela loteria fluminense – atual Loterj; Loteria do Estado do Rio de Janeiro. O Estado foi o primeiro da federação a implantar um sistema próprio de loterias. Pensada para financiar algumas das obras sociais do Estado, assim era destinado o lucro líquido da lotérica estadual: 30% para assistência social; 30% maternidade, infância e velhice; 30% educação física e 10% para caixas escolares. Neste sentido, a loteria estadual se materializava como espécie de jogo da vida.

Primeiras ações organizativas do campo econômico

A preocupação do novo governo com as finanças estaduais demonstrou-se imediata. Passados dois dias da posse, O Fluminense se reportava às primeiras ações do interventor e do seu grupo político, em formação, com o fito de reorganizar o Estado e dar feições à Nova Administração. “A situação política: o novo governo do Estado” – o periódico faz uso deste destaque em primeira página para tratar da reunião do Interventor com o novo Secretariado Fluminense em que foi examinada a questão orçamentária do Estado e a nomeação de uma Comissão com vistas à elaboração do orçamento para o próximo ano (“exercício”). Na ocasião discutiu-se igualmente a questão orçamentária dos municípios, uma vez que as câmaras municipais foram extintas com o advento do Estado Novo, a exemplo que ocorrera com os legislativos estaduais e federais. Sendo assim, não deve passar incólume à nossa análise outros substratos da matéria, abaixo indicados: a) elaboração de uma lei para regulamentar o tema/assunto dos orçamentos municipais; b) criação de uma Comissão para revisar a “atual lei judiciária” – e, c) criação de uma Comissão para “adaptar a Constituição do Estado à atual Constituição Federal.”¹⁵

A interventoria é tomada como propulsora da “recuperação econômica e financeira do Estado” (CASTRO, 1992, p.11), no curso do governo vale elencar algumas evidências do progresso que o governo Amaral Peixoto imprimiu no ERJ. A indicação da dinâmica industrial será apresentada no item a seguir.

O campo da atividade industrial na interventoria Amaral Peixoto

O objetivo aqui proposto é o de antecipar ao leitor o comportamento de Amaral Peixoto e sua incidência sobre a questão econômico-industrial. Os doze anos de administração do Comandante foram decisivos na criação de distritos industriais no cenário produtivo fluminense, tais investimentos já tinham sido iniciados quando Peixoto esteve pela primeira vez à frente no

¹⁵ O Fluminense. Edição n. 16.771. 13 nov.1937. p.1

governo fluminense, indicado por Vargas, no início do Estado Novo, em 1937 (11/11/1937). Amaral Peixoto intensificou o parque industrial do ERJ bem como investiu no plano rodoviário do estado¹⁶ - que, ao longo da interventoria alcançou aproximadamente setecentos quilômetros construídos ou reformados.

De ação direta ou não do governo fluminense, quanto aos projetos industriais implantados no ERJ, destacamos: Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); Fábrica Nacional de Motores (FNM), Companhia Nacional de Álcalis (CNA), Companhia Hidrelétrica de Macabu (CHM), a Companhia Vidreira do Brasil (COVIBRA) – instalada em São Gonçalo em 1942 que, com intervenção do governo fluminense venceu a pretensão paulista em sediar este empreendimento. Para além destes exemplos, no campo industrial, dentro da competência do governo estadual coube-lhe como ação central uma política que consistia em isenção de impostos e taxas.

Conclusão

Neste turno, foi nossa intenção percorrer a esteira de organização do ERJ levado a cabo pelo Comandante. Para fins de conclusão é necessário lembrar ao leitor que o texto foi produzido com a pesquisa em curso. Estas e tantas outras formas e contornos da administração amaralista necessariamente carecem de aprofundamento. Tomando de empréstimos Sônia Draibe a ossatura estadual representa a montagem do esqueleto (estrutura) político, administrativo e econômico no curso da interventoria amaralista. Projeto que se insere dentro de uma lógica bem mais ampliada: centralização, burocratização e atendimento as prioridades do capital. Outras formas e contornos que aguardam análise.

¹⁶ GUIA SOCIOCONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. SYDENSTRICKER, Iara (Coord.). Vol. 1. Região Metropolitana. Rio de Janeiro: Graf. JB, 1993. p.5. Sobre a questão rodoviária ver, por exemplo:/ PANTOJA, Silva. *As raízes do pessedismo fluminense: a política do interventor (1937 – 1945)*, Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, 1992.

Referências

Fontes

Jornal O Fluminense

Edições: 16.770; 16.771; 16.772. 14 nov.1937. p.1

Arquivo Ernani do Amaral Peixoto (EAP)

Dossiê Manuscrito de EAP anterior à intervenção. Int. 1937/45. CPDOC.

Bibliografia

CASTRO, S. R. P. S. *As raízes do pessedismo fluminense: a política do interventor (1937-1945)*. Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, 1992.

_____. *Amaralismo e Pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. 1996. 316f. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói.

COSTA, R. N. *Tecendo as redes da política: articulações e projetos na construção do amaralismo*. 2008. 118f. Dissertação (Mestrado em História) - PUC, Rio de Janeiro.

DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HONORATO, C. T. *O novo estado no Estado Novo: análise da interventoria Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro*. 1987. 225f. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói.

MOREIRA, R. L. ...E o Interventor desembarca em Niterói: Amaral Peixoto e o Estado do Rio de Janeiro. In: CÔRTE, A. T. (org.). *Amaral Peixoto: história, memória e política*. Niterói: Funarj; Imprensa Oficial, 2012.

SYDENSTRICKER, I. (Coord.). *Guia socioeconômico dos municípios do Estado do Rio de Janeiro*. vol. 1. Região Metropolitana. Rio de Janeiro: Graf. JB, 1993.

O INSTITUCIONALISMO E AS INSTITUIÇÕES: POR UM DEBATE TEÓRICO

Juliana Foguel Castelo Branco

Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ

Introdução

Os institucionalistas econômicos são um grupo bastante diverso que podem abordar as instituições pelo viés dos custos de transação, direito a propriedade, teoria da firma e do contrato e pela trajetória histórica (*path dependency*). Apesar da multiplicidade de perspectivas, em linhas gerais, há a premissa de que as instituições importam e de que elas são criadas por meio de complexos processos de negociação entre as partes almejando reduzir os custos inerentes às próprias ações, cercear a racionalidade limitada, restringir ações oportunistas e para gerar previsibilidade tanto para as transações comerciais quanto para o comportamento dos atores.

De certo, as contribuições dos economistas institucionais não se restringem aos mercados ou ao campo econômico e não estão dissociadas da política, de sua arquitetura, design institucional e das estruturas institucionais inerentes as múltiplas formas de governo. Instituições, em especial as políticas, são fundamentais para a compreensão tanto da estrutura econômica quanto da estrutura política. O reconhecimento aferido relativo as interconexões entre a economia e a política (AGEMOGLU & ROBISON, 2006; NORTH, 1990) revela-se, ainda, enquanto um importante aporte teórico para este trabalho. Ademais, é fundamental associá-las quando almejamos entender as multiplicidades de formações das sociedades e dos Estados, assim como suas formas organizacionais, tanto micro quanto macrossocial. As instituições demarcam as estruturas políticas e econômicas dando origem, por exemplo, as estruturas de concentração de poder e dos recursos que são determinantes

para o entendimento das arquiteturas do processo decisório, das lutas e das organizações sociais e dos sistemas/regimes de determinado local entre outros.

De forma geral, a análise da estrutura institucional nos ajuda a entender os desenhos institucionais e as formas de organização social dos Estados, assim como, seu desempenhos políticos e econômicos. A análise das instituições nos permite avaliar, dependendo dos objetivos de cada pesquisa, as características políticas e históricas dos Estados, os mecanismos de concentração de poder ou de sua difusão social, os mecanismos de controle, as formas pelas quais há a distribuição do poder e a latência da conflitos e da própria cooperação entre as partes.

Por criarem ambientes de ordem e de possibilidades para a ação política, as instituições são, sobretudo, estruturas cambiantes que são formuladas por complexos processos políticos que ratificam estruturas de poder e as capacidades de cada grupo/ator. Para a análise institucional, além das decisões resultantes das disputas dos atores que compõem a matriz institucional dinâmica¹, as instituições precisam ainda ser legitimadas no seio social o que demonstra a importância da análise institucional para o entendimento dos governos e das suas formas políticas. Revelando, assim, múltiplos aspectos da arquitetura de poder dos Estados e de seu corpo social.

Deve-se salientar que as instituições não são somente regras que geram previsibilidade e mecanismos de conduta futuros e dos aspectos supracitados, cabe considerar ainda que elas assumem papel de destaque para o entendimento dos comportamentos dos atores², das estruturas de identidade,

¹ Cabe destacar que, por serem processos conflitivos, a normatização institucional pode tanto dividir quanto unir grupos conforme os seus interesses e afinidades. Em sociedades multiculturais, há uma enorme dificuldade de proposição de uma arquitetura institucional coesa que contemple todas as nuances identitárias podendo, inclusive, ser um aspecto que atrapalha a própria formação de *nation building*.

² As demarcações para a conduta dos comportamentos podem ser estabelecidas tanto pelas instituições formais quanto por instituições informais (vide debate no ponto 1.2). Dependendo dos custos associados *compliance* e a quebra dos protocolos institucionais, haverá maior ou menor adequabilidade institucional. Para toda escolha feita, há de se considerar os custos inerentes e as consequências das decisões dos atores, ou seja, os seus *payoffs*. Ressaltamos ainda a revisão institucional em momentos de ruptura, crise e/ou de inadequação das próprias instituições. Nesse caso, os custos de *compliance* são maiores que a da própria revisão do arcabouço institucional.

dos sentimentos de pertencimento e de significados sociais³, do conhecimento dos objetivos coletivos e dos modos de agir de determinados grupos.

Alvitrando realizar um debate sobre a corrente da Nova Economia Institucional e as formas de modelos de governo, o presente artigo será dividido em três partes. Na primeira parte, para efeitos didáticos, será realizado um breve debate atinente as críticas da Nova Economia Institucional em relação corrente ortodoxa da economia. O segundo subtítulo tangenciará uma discussão concernente a definição do conceito ‘instituições’. Por fim, será realizado um debate relativo as vinculações institucionais e as formas de organização e arquitetura institucional dos Estados e seus mecanismos de poder.

Novo institucionalismo econômico: críticas a corrente ortodoxa e principais pressupostos teóricos

Almejando estudar as regras ou instituições que normatizam os mercados e as próprias sociedades, um grupo de economistas, conhecidos como institucionalistas econômicos, observando as limitações das correntes econômicas *mainstream*, vem, desde o fim da Segunda Guerra, privilegiando o estudo das instituições e o seu papel no desenvolvimento das sociedades. Inicialmente, os institucionalistas não ambicionavam a criação de uma nova doutrina, e sim rever algumas perspectivas relativas a assuntos que consideravam chaves. O privilegio das instituições para o desenvolvimento das economias impinge ao pesquisador uma nova abordagem metodológica que tem com objeto de pesquisa as próprias instituições, os ambientes, os arranjos institucionais e as suas implicações para o comportamento econômico.

Douglass North (1991), Willianson (1975), Coase (1937) entre outros autores criticam uma série de premissas básicas da teoria economia neoclássica, tais como: 1. O pressuposto de uma racionalidade ilimitada; 2. A capacidade de obtermos informação perfeita; 3. A garantia, pelos mercados, da

³ As instituições prescrevem comportamentos que devem ser analisadas de forma macro e micro. Quando pensamos em relação as identidades e significados, as instituições são permeadas pela legitimidade dos códigos prescritos o que pode empoderar atores em determinadas condições, assim como, podem ainda cercar as suas ações e ou as possibilidades de ação. Há a demarcação do pertencimento e/ou da exclusão.

sobrevivência dos modelos racionais; 4. A incapacidade de explicação das formas ineficientes de troca e; 5. As origens e causas das disparidades dos desempenhos econômicos. Para os autores, há a percepção de que as trocas não ocorrem em ambientes harmoniosos e que há sempre custos de transação - o que justifica a importância das instituições e, conseqüentemente, sua análise teórica.

Devido as características inerentes à própria organização produtiva, há a ampliação das próprias transações e de seus custos. Williamson (1975) afirma que “uma transação ocorre quando um bem ou serviço é transferido de uma interface tecnologicamente separada. Um estágio de atividade termina e o outro se inicia”. Segundo Arrow (1969, pp.48) “os custos de transação são os custos do próprio funcionamento da economia” sendo, desta forma, um custo contínuo e continuado do sistema. Esta premissa é fundamental para pensar a divisão do trabalho, tal como proposto por Adam Smith, os seus custos e, portanto, a importância das instituições para manutenção da seguridade sistêmica. Para Bueno (2004) os custos de transação são custos incorridos entre os atores quando eles deixam de ser autossuficientes e passam a depender dos demais para obter os bens necessários. Os custos de transação incluem, segundo o autor:

- a) Custos de informação, em especial, de restringir informações relativas a eventos futuros que não podem ser previstos em momentos de ratificação de contratos;
- b) Custos de monitoramento do desempenho e da adequação das partes aos acordos estabelecidos;
- c) Custos do comportamento ineficiente de uma das partes como, por exemplo, falhas no fluxo de entrega ou aumento dos custos iniciais; e
- d) Custos relativos a punições decorrentes da quebra das cláusulas contratuais

Destaca-se ainda que as instituições, além de reduzir os custos acima descritos, também ampliam a cooperação sendo uma importante ferramenta para se pensar todas as ações sociais. Quanto maior o custo de determinada transação, maior será o estímulo a formulação de instituições e o aprofundamento da própria cooperação. Quanto maior forem os custos de transação e a necessidade de se formular uma matriz institucional sólida,

maior será a capacidade dos atores de cooperarem reduzindo as possibilidades de ações oportunistas e da própria racionalidade limitada ampliando a própria interdependência do mercado que não se dará de forma livre e autônoma. Schmolter (1990) afirma que as instituições são, sobretudo, parte da ordem da vida comunitária que tem objetivos específicos. Ela oferece a base para a regulação econômica e social. Desta forma, elas não se limitam somente aos aspectos econômicos.

Com processo de aprofundamento dos estudos e desenvolvimento do campo, em especial com a Nova Economia Institucional, os seus autores alargaram o escopo do estudo sendo influenciados, em suma, pelos seguintes conceitos e hipóteses:

a) Os indivíduos contam e tem um importante papel enquanto agentes institucionais, por isso, não é possível pensar somente as organizações por sua coletividade. A importância dos indivíduos se destaca em decorrência de suas preferências, culturas, ideais, crenças e objetivos.

b) Os indivíduos, para galgar os seus objetivos pessoais ou coletivos, atuam em um ambiente com regras ou instituições - como lei ou direitos - que podem ser normativas formais e informais. Há sempre uma estrutura subjacente aos indivíduos.

c) Ao contrário da teoria clássica que pressupõe racionalidade ilimitada, os institucionalistas advogam que os atores têm uma racionalidade limitada. Sendo assim, é impossível que os agentes consigam apreender e mensurar toda a complexidade e as variáveis de uma determinada situação o que lhes confere relativa racionalidade para o processo de tomada de decisões. Os agentes necessitam das instituições por viverem em um ambiente com elevados custos de transação em decorrência das informações incompletas, da atuação em um ambiente de incertezas e por não conseguirem antecipar todas as demandas de determinadas transações. As regras de engajamento e os ambientes institucionais conseguem reduzir os custos minimizando as ações oportunistas e a própria limitação da racionalidade dos indivíduos.

d) Os agentes podem adotar, segundo Williamson (1975), comportamentos oportunistas, ou seja, podem disfarçar preferências, não apresentar dados e pesquisas corretas ou confundir pontos para galgar maiores

ganhos. Os contratos são importantes também para reduzir as ações oportunistas.

e) Vivemos em uma sociedade econômica e os direitos a propriedade são bastante relevantes. Com o aprofundamento das transações internacionais, os direitos de propriedade demandam uma estrutura de governança dentro das fronteiras nacionais e no âmbito internacional, por isso, as instituições vêm, progressivamente, galgando destaque.

f) Organizações são a junção das instituições e das ações humanas sendo apreendida enquanto uma conexão de indivíduos que almejam atender a objetivos ou funções comuns. As regras institucionais internas de cada organização são, portanto, mecanismos de direcionar as ações individuais a atingirem os objetivos fins da própria organização.

g) Há a constatação e defesa de que são as instituições são importantes fatores para a determinação do desenvolvimento econômico dos países. Para Acemoglu e Richardson (2012) existem instituições extrativistas e inclusivas, já para North existem sociedades de acesso limitado ou não. No caso de instituições extrativistas ou nas sociedades de acessos limitado, as próprias instituições mantêm uma estrutura social que não estimula o desenvolvimento e distribuição de poder. Tal fato pode ser negativo, já que, eles não permitem que importantes vetores aprimorem e desenvolvam a própria matriz institucional que pode implicar na melhoria do desempenho nacional.

h) Por fim, com base nas instituições de cada país, é impossível dissociá-las dos Estados Nacionais. A economia, segundo Furubont e Richter (2005) e North (1991), não pode ser separada da política. Ambos os autores afirmam que é impossível prever desenvolvimentos econômicos sem considerar as bases políticas. Para além de consumidores e mercados que atendem a regras de oferta e de procura, somos todos cidadãos.

Instituições: entre funções e percepções

"Institutions" can be defined as the sets of working rules that are used to determine who is eligible to make decisions in some arena, what actions are allowed or constrained, what aggregation rules will be used, what procedures must be followed, what information must or must not be provided, and what

payoffs will be assigned to individuals dependent on their actions [...] All rules contain prescriptions that forbid, permit, or require some action or outcome. Working rules are those actually used, monitored, and enforced when I individuals make choices about the actions they will take (Ostrom, 1990, p.51)

Podemos considerar que as instituições são regras que restringem comportamentos e geram oportunidades (SCHIMID, 2004, p1) ao criar barreiras ao comportamento não racional de atores em um processo de interação. Soma-se a preposição de Schmid, o reconhecimento da complexidade e incerteza do mundo que nem sempre nos permite a melhor escolha o que pode impingir perdas. O propósito das instituições é de direcionar o comportamento individual em uma direção particular (Furubotn & Richter, 2005, p. 7), desta forma, elas estruturam as ações. Bueno afirma que as “instituições” são o termo genérico que os economistas institucionais mobilizam para “representar o comportamento regular e padronizado das pessoas em uma sociedade, bem como as ideias e os valores associados a essas regularidades” (BUENO, 2004, p.1).

Ostrom (1990) complementa ainda que as regras elegem quem pode tomar as decisões em determinadas áreas, quais os procedimentos que devem ser adotados, quais as informações podem e não podem ser divulgadas e os próprios *payoffs*, ou seja, quais são os resultados/recompensas das ações. As instituições regulam e modelam aspectos sociais por determinado tempo demarcando aspectos como: direito a propriedade, mão de obra utilizada em determinado local, mão de obra infantil, horas de trabalho, casamentos, divórcios e guardas dos filhos, o mercado de trabalho, sistema financeiro, regras do mercado, modos de se fazer negócio, sistema político, voto popular, regras de acesso à educação, entre outros. Desta forma, elas, apesar de dinâmicas, são importantes por trazerem relativa previsibilidade das ações e por constituírem identidades e coletividades.

O processo de elaboração e de consolidação das instituições estão imiscuídas por conflitos. Quando pensamos em políticas de Estado, as formas institucionais de governo são fundamentais para entender a própria formação da matriz institucional e os conflitos subjacentes entre as elites políticas, econômicas e a população civil. O resultado dos desenhos institucionais demonstra as formas como os grupos elaboram suas próprias estratégias de

permanência no poder ou como se dão as rupturas. Em relação as mudanças e alterações institucionais, é preciso destacar que elas ocorrem devido a múltiplos fatores, mas, diante de uma situação crítica ou de crise, os custos devem ser mensurados em relação as próprias particularidades conjunturais para determinação da manutenção ou alteração das estruturas institucionais.

Por exemplo, em Estados democráticos que possuem uma grande profusão político partidária e a consolidação da sociedade civil, o processo de elaboração das políticas públicas reflete uma grande multiplicidade de interesses. Desta forma, apesar de existirem conflitos inerentes ao próprio processo político, as alterações institucionais nem sempre promovem uma ruptura das estruturas políticas, sendo, por vezes, mais estáveis. O contrário pode ser percebido em sociedades menos plurais, já que os grupos de poder nem sempre se preocupam com a inclusão/representação social para a formulação de sua arquitetura institucional. Nestes casos, o processo decisório e a própria formação da matriz institucional são mais concentrados em determinada camada social ou grupo que podem convergir o poder político e econômico local. Considerando o espaço da política pública enquanto um *locus* de busca por representatividade, há a tendência por maior instabilidade devido aos choques de interesses que podem ser inerentes as sociedades e grupos. Para esses casos, a distribuição e a estrutura econômica – para além da política – são fundamentais para a demarcação, por vezes, das crises estruturais institucionais.

Além regras formais, fruto de um desenho deliberado das partes, há ainda que se destacar as instituições informais (NORTH, 1991). Ainda segundo o autor, quando existem lacunas nas regras formais, em geral, elas são cobertas por regras informais. Admite-se, pela constatação da limitação dos indivíduos que as instituições serão sempre imperfeitas e/ou incompletas e, por isso, as normativas informais assumem pujança. Ao contrário das instituições formais, as informais podem ser resultantes de ações espontâneas sem a participação do interesse público. Nesse caso, Hayek (1973) enfatiza que essas instituições não são parte das imposições de terceiras partes e sim são *self-enforcement* sendo notoriamente mais estáveis e, por isso, são menos suscetíveis a mudanças. Quando as regras são internalizadas, tal como preceitos culturais e religiosos, por muitas das vezes, elas são seguidas mesmo quando não há

sanções ou imposições. As regras informais não precisam de sanções externas para serem efetivas (ELSTER, 1989).

Os modelos mentais são assim representações que os indivíduos criam para interpretar o ambiente em que vivem, enquanto que as instituições são os mecanismos que desenvolvem para atuar sobre este ambiente (North, 1996, P. 348)

É importante ponderar sobre a agência para o caso das regras informais, já que elas não são totalmente estáticas e sem a ação do sujeito. De certo, as mudanças são sutis e demandam tempo para a alteração da matriz institucional informal. Por vezes, como destacado por North, elas podem fazer parte de um arcabouço institucional mais elevado que abrange a religião, sistemas de valores, crenças, aspectos culturais entre outros que são base ou ajudam na determinação dos aspectos institucionais formais. Furubotn e Richter (2005) destacam que

Self-enforcement can be justified rationally by use of game-theoretic equilibrium concepts. That is what we may call the "institution-as-an-equilibrium-of-a-game" approach: an institution is defined as a salient Nash equilibrium of a recurrent "supergame" about the way a given "underlying game" (e.g., a prisoner's dilemma game) is repeatedly played. Note, however, that the Nash equilibrium is a static concept. It says nothing about how it is achieved. It may be the result of a "made order" or be "originated in an organic way. (p.8)

A percepção das instituições informais como ferramentas que equilibram o jogo e a interação dos atores enquanto um Equilíbrio de Nash⁴ nos traz uma série de ponderações, em especial, quando nos focamos no papel da(s) cultura(s) e/ou da religião(s) para a normatização de comportamentos. Apesar de supormos que vivemos em um ambiente racional, o papel das religiões e das crenças assumem locais centrais para a determinação dos comportamentos, das racionalidades e dos sistemas de interpretação contemporâneos, em especial, quando avaliamos a ação individual. Segundo North, ambos os elementos são bastante interessantes, já que eles podem não

⁴ O equilíbrio de Nash diz respeito ao equilíbrio alcançado quando os jogadores não conseguem obter mais ganhos ao alterar, de forma unilateral, a sua estratégia.

ser, tal como apontado pela ciência cognitiva, variáveis e elementos da racionalidade humana. O autor destaca que

as instituições não apenas possibilitam a interação entre indivíduos, pois sem interação nenhuma atividade social (seja econômica ou política) pode acontecer. As instituições simultaneamente capacitam os indivíduos a realizarem em conjunto aquilo que eles não conseguiriam fazer sozinhos e restringem as formas pelas quais os indivíduos poderiam atuar conjuntamente. (NORTH, 1990, pp.9)

A capacidade de possibilitar as interações e capacitação da própria atuação dos indivíduos a agirem em determinadas conjunturas são aspectos fundamentais para o debate institucional. As instituições formam e são formadas por realidades, crenças, culturas, histórias e aspectos normativos que regulam a própria organização das coisas. Esta estrutura de pensamento é fundamental para a própria formação do corpo social em seus aspectos sociais e identitários que são a base para a agência dos atores.

Para além da tipologia institucional, é importante destacar a sua dinamicidade – apesar da sua estabilidade – e os momentos de crise que são resultantes de contestações sociais ou da ineficiência institucional. As mudanças institucionais nem sempre significam instabilidade sendo preciso refletir sobre as mutações e a própria estabilidade nacional. As alterações das normas podem ser resultantes de um fraco desenho institucional, do declínio ou crescimento econômico decorrente de mudanças técnicas, intelectuais, culturais entre outros ou pela própria competição. North (1990) defende que a matriz institucional é uma matriz dinâmica que é constantemente revisitada por múltiplos atores que são vetores para a sua própria mudança. O autor, por defender que as trajetórias históricas importam, destaca que é fundamental que consideremos as trajetórias individuais nos momentos de imperfeições institucionais ou pela própria atuação enquanto vetor para a adequação da matriz. Diante de tal constatação é fundamental ponderar em relação a reputação, a estratégia *tit-for-tat*, ao *self enforcement* e ao *bad behavior* que adquirem importantes marcos para a antecipação das condutas individuais e para se alcançar equilíbrio das transações.

Por fim, cabe ainda destacar, segundo Furubotn e Richester (1998), as instituições são um “conjunto de regras formais e informais, incluindo os

arranjos que garantem a sua obediência” (pp. 6). Desta forma, a proposta dos atores complementa a proposta de North no início desse capítulo ao propor que as instituições são regras formais, ou seja, aquelas reguladas pelos Estados e suas leis e/ou pelas indústrias e organizações e seus estatutos e regimentos internos, ou regras informais determinadas pelos hábitos, protocolos culturais, convívio social e pela do aparato legal para sua determinação. Além do reconhecimento das instituições formais e informais, é fundamental que elas sejam implementadas e seguidas. A existência de regras de engajamento que não são seguidas acarretam em vulnerabilidades aos arranjos e ambiente institucionais o que fragiliza as próprias instituições e seus agentes.

É preciso que façamos um debate sobre a diferença entre arranjos institucionais, ambientes institucionais e estruturas de governança. Os ambientes institucionais, segundo North, são um conjunto de regras fundamentais que tem natureza política, social e legal que normatiza as bases de determinada sociedade. Os regimes políticos, direito civil, constituição nacional, direitos do trabalhador e regulamentação da previdência social são pontos determinantes e caracterizadores das diferentes sociedades. As instituições informais são bastante importantes quando pensamos nos ambientes institucionais que pode impulsionar ou não os arranjos. Os ambientes institucionais são bastante importantes para as escolhas das indústrias em relação ao seu estabelecimento em determinada sociedade. Os arranjos institucionais, por sua vez, são delimitações das próprias unidades econômicas que demarcam a sua capacidade de cooperação e potencial de competição. Por fim, as estruturas de governança se referem aos próprios “arranjos institucionais que regulam o funcionamento do sistema econômico” (FIANI, 2011, pp. 84). O mercado, ainda segundo o autor, é um exemplo das múltiplas estruturas de governança existentes. Williamson (1986) complementa que as estruturas de governanças é a própria “matriz institucional na qual as transações são negociadas e executadas” (pp. 105).

As estruturas de governança e os ambientes institucionais se retroalimentam (Williamson, 1996). Essa retroalimentação é bastante importante ainda mais quando consideramos a existência de uma matriz institucional, tal como proposta por North, dinâmica. A relação entre o ambiente institucional e as suas implicações para a determinação dos arranjos

institucionais é bastante evidente e claro, contudo, não podemos deixar de considerar o papel da própria estrutura de governança para a alteração do ambiente institucional.

Instituições e Modelos de Estado: O diálogo das instituições políticas e econômicas

Acemoglu e Robinson (2012), em seu livro *Why Nations Fail*, propõem a mensuração do desenvolvimento econômico e, conseqüentemente político, sob a perspectiva institucional. Ambos os autores reconhecem a existência de estruturas políticas e econômicas inclusivistas e exclusivistas, sendo a primeira responsável pelo crescimento econômico e pela prosperidade dos Estados Nacionais. Por outro lado, as instituições exclusivistas tendem a levar o país a pobreza e estagnação. Em obra publicada 2006, há a correlação da estrutura econômica e das formas de governos demonstrando a imbricação das estruturas econômicas à origem dos governos democráticos e não democráticos. Ambas as obras legitimam um importante debate que vincula os padrões de desenvolvimento institucional econômico às formações políticas. Nesta secção, de forma sintética, apresentaremos um debate do trabalho dos autores ressaltando a importância da análise tanto das instituições políticas quanto das econômicas para o entendimento dos diferentes modelos de Estado.

Analisando as tipologias de Estados e de suas feições democráticas ou não, os autores propõem um modelo tipológico de três caminhos para a formação dos regimes políticos, a saber: 1. Governos como o Inglês que nascem de uma não democracia, mas que gradualmente tornam-se democracias sólidas e consolidadas; 2. Democracias que não tem uma base totalmente consolidadas e que podem experienciar colapsos. Para este caso, os autores citam a Argentina no século XX; 3. Países como Singapura não há democracia e não há apelo da sociedade civil que se justifica pelas políticas distributivas o que restringe o questionamento do *status quo* e afasta os caminhos democráticos. Ainda há casos como a África do Sul no período do Apartheid onde os custos para as elites de promover a democratização foram tão altos que as elites usam de todos os mecanismos para evitá-las.

Quando consideramos que o poder político é capacidade dos grupos de influenciar ou determinar a institucionalização das políticas de Estado, o entendimento das formas como as estruturas econômicas e políticas se organizam são fundamentais para entendermos a própria institucionalização política e as múltiplas formas de governo. A democratização do direito ao voto e as eleições regulares são fundamentais para o entendimento do próprio comportamento social, pela possibilidade de participação dos mecanismos políticos. Quando avultamos as instituições e o processo decisório, há a possibilidade de representação e de participação na própria formulação política e na composição das matrizes institucionais. A ratificação de determinadas regras em detrimento de outras é decorrente de um jogo político onde “who wins depends on the distribution of political power in society” (Acemoglu & Robinson, 2012, pp79). As instituições políticas assumem um importante papel para a determinação as instituições econômicas, em especial, as que são dependentes do Estado como as supracitadas, a manutenção da estabilidade social, a promoção da segurança entre outros.

Muitas teorias econômicas tentam explicar o desenvolvimento econômico e os motivos de determinados países serem mais desenvolvidos que outros. Podemos encontrar na literatura abordagens que preconizam aspectos geográficos, climáticos, culturais entre outros, contudo, os autores acreditam que o motivo das diferenças dos desenvolvimentos é decorrente das matrizes institucionais de cada local. A diferença entre o sucesso e o fracasso econômico são as instituições que, para os autores, são “regras que influenciam as formas como a economia funciona e os incentivos que motivam as pessoas” (ACEMOGLU & ROBINSON, 2012, pp. 75). As instituições são encorajadoras para o investimento e para o mercado.

Existem dois tipos de instituições econômicas: as instituições econômicas inclusivas (IEI) e as instituições econômicas exclusivas (IEE). As IEI são

Are those that allow and encourage participation by great mass of people in economic activities that make best use of their talent and skills and that enable individuals to make the choice their wish. To be inclusive, economic institutions must feature secure private property, and unbiased system of law and a provision of public service that provides a level playing tied in which people can exchange and contract; it also must permit the entry of new businesses and

allow people to choose their careers.” (ACEMOGLU & ROBINSON, 2012, pp. 75)

O encorajamento para a participação nas atividades estimula a liberdade individual e a própria divisão das riquezas por entre os empreendedores e/ou pessoas ativas na economia. A possibilidade de equidade econômica, somadas a diversidade de fontes de renda⁵, fortalecimento da sociedade civil, as instituições econômicas, organização das estruturas político-partidárias, composição e atividades exercidas pelas classes médias entre outros, são fatores que são determinantes para o entendimento dos regimes locais.

No caso das IEI, a busca pela atividade econômica, crescimento produtivo e prosperidade são, segundo os autores, traços fundamentais dessas instituições. O direito à propriedade é um aspecto fundamental, já que ela, além de ser assegurada reduzindo os custos do mercado, elas são globalizadas, assim como, o direito a oportunidade. Este, quando avaliado de forma globalizada estimula o crescimento pela inovação destrutiva (SCHUMPETER), pois as empresas competem constantemente e, sempre que há excedente, ocorre o investimento em novas tecnologias e inovações o que previne a estagnação, aumenta a produção e solidificam o mercado. As IEI, destarte, encorajam a liberdade de escolha, encorajam o mercado, criam mercados inclusivos, pavimentam a educação e tecnologia que possibilitam a inovação. A educação e o investimento em tecnologia são fundamentais para o desenvolvimento econômico. A combinação de todos esses fatores é a impulsão a destruição criativa e a inovação e ao desenvolvimento de sociedades com tendências mais democráticas.

O reconhecimento de que as IEI demandam também de serviços públicos, segundo os autores, nos impinge uma importante participação do Estado para o desenvolvimento econômico. Cabe aos Estados desenvolverem uma rede de transporte e estradas para o transporte e escoamento de mercadorias, a sua participação para a criação de uma infraestrutura pública para o florescimento

⁵ As atividades desempenhadas pelos múltiplos atores são fundamentais para entender o padrão econômico e a possibilidade de equidade. Sociedades que não democratizam as instituições econômicas ou que tem a maior parte da riqueza centrada na terra, tende a tem mais concentração de renda nas mãos de poucos. Forma-se uma elite que se dissocia da população civil em relação aos seus interesses e, quando há a concentração de poder nas mãos da mesma, há, segundo os autores, a tendência ao estabelecimento de instituições menos democráticas.

da atividade econômica e para a regulação básica de forma a frear fraudes e desvios. É impossível separar a atividade econômica do Estado. Por outro lado, para entender as EIE, faz-se necessário a realização de um debate concernente as instituições políticas. Conforme previamente exposto, diferentes instituições deflagram diferentes alocações de poder e de recursos e, para tal, a análise dos padrões de desenvolvimento são fulcrais para o entendimento dos modelos dos regimes.

Desta forma os autores reconhecem as Instituições Política Inclusivas (IPI) e Instituições Política Excluvistas (IPE). Ambas as instituições determinam a distribuição de poder social e a própria demarcação das instituições econômicas. As IPI são pluralistas e centralizadas, ou seja, existem muitos grupos de influência formando vetores para a determinação de uma matriz instituição plural, mas existe um Estado forte capaz de gerenciar esses grupos. Em oposição, as IPE são percebidas quando ou não há pluralidade na representação política ou quando não há um poder centralizado.

As sociedades com IPE, em geral, têm o poder concentrado nas mãos de uma elite que sofre poucos entres para a determinação de suas vontades e, por isso, nem sempre formam-se governos democráticos. Essas elites utilizam-se das IEE para extrair recursos da sociedade. As IEE são totalmente dependentes das IPE. Os autores destacam que as IPE “political institutions enable the elite controlling political power to choose economic institutions with few coastrange or opposing force.” (Acemuglo & Robinson, 2012, pp81). As IPI, ao contrário, “vesting power broadly, would tend to uproot economic institutions that expropriate the resources of the many, erect entry barriers, and supreme the functioning of markets so that only few benefit” (Acemuglo & Robinson, 2012, pp81).

A grande dependência das elites extrativistas a políticas que propiciem a continuada concentração de poder é exige o próprio freio ao desenvolvimento nacional. A implementação de IEI em países cujas estruturas são extrativistas é a possibilidade de perda de poder e domínio propiciados pelas IEE. Contudo, os autores reconhecem que, por vezes, as elites extrativistas implementam IEI de forma incompleta. Em geral, isso acontece quando as elites alocam dinheiro em áreas estratégicas controladas por elas mesmos. Para tal, é preciso que as elites sejam bastantes seguras de si e que o investimento e a movimentação

social não forneçam ameaças a sua própria legitimação social. Apesar de ocorrer suposto crescimento no setor, esse não é sustentável e não permite a inovação criativa tão importante para o desenvolvimento.

Conclusão

Os modelos Estatais, as diferentes arquiteturas institucionais e as formas como se organizam as esferas decisórias do poder público podem ser apreendidas por diferentes pressupostos teóricos que determinarão diferentes respostas às questões colocadas. A partir de 1990, com o crescente espaço ocupado pelos institucionalistas, uma série de trabalhos começaram a ser publicados enfocando a importância das instituições para a compreensão tanto das estruturas políticas quanto das econômicas. Considerando o poder político a capacidade de grupos de se legitimarem frente aos demais grupos, a arquitetura institucional de um Estado são fundamentais para entendermos os arranjos, ambientes e estruturas de governanças onde se inserem a atuação social. Contudo, cabe destacar que, por serem processos em inconclusivos, a agência se revela um fator fundamental para a preservação das feições democráticas ou para as rupturas institucionais que podem culminar no próprio fim de estruturas democráticas ou não democráticas.

Referências

- ACEMOGLU, Daron, & ROBINSON, James A. *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty*. New York: Crown, 2012.
- AXELROD, Robert & KEOHANE, Robert O. *Achieving Cooperation: Strategies and Institutions*. In: *World Politics*, Vol. 38, No. 1 (Oct., 1985), pp. 226-254
- BARNETT, Michael; DUVALL, Raymond. *Power in International Politics*. In: *International organization* 59, Winter 2005, pp. 39-75.
- BLEBAWI, H & LUCIANI, G. *The Rentier State*. London: Croom Helm [and] the Istituto Affari Internazionali, 1987.
- BUENO, Newton Paulo. *Lógica das ações coletivas, instituições e Crescimento Econômico: Uma Resenha Temática sobre a nova Economia Institucional*. In: *Revista Economia*, Brasília (DF), v.5, n.2, jul. /dez. 2004, p.361-420.

- COASE, R. H. *The Problem of Social Cost*. Journal of Law and Economics Vol. 3: 144, 1960.
- COASE, R. H.. *The Nature of the Firm*. *Economica* n.4, 1937, pp. 386-405.
- FIANI, Ronaldo. *Cooperação e Conflito*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- FURUBOTN, Eirik G. & RICHTER, Rudolf. *Institutions and Economic Theory the Contribution of the New Institutional Economics*. United States of America: The University of Michigan Press, 2005.
- GALA, Paulo. *A Teoria Institucional de Douglass North*. In: *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº 2 (90), abril-junho/2003, pp. 89- 105.
- HAAS, E. B., and HAAS, P. M. *Pragmatic Constructivism and the Study of International Institutions*, In: *Millenium* 31 (3), 2002, pp 573-60
- JERVIS, Robert. *Cooperation under the security dilemma*. In: *World Politics*, v. 30, n. 2, 1978.
- KEHOANE, Robert O. *Reciprocity in International Relations*. In: *International Organization*, Vol 40, Issue I, 1986, pp. 1-27.
- KRASNER, Stephen D. *Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes*. In: *Revista de Sociologia e Política* v. 20, nº 42: 93-110 jun. 2012.
- KRASNER, Stephen D. *Sovereignty: organized Hyprocrisy*. New Jersey: Princeton Press, 1999.
- NORTH, Douglass C. *Institutions, Institutional Change and Economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. *Institutions*. In: *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 5, No. 1. (Winter, 1991), pp. 97-112.
- _____. *Understanding the process of Economic Change*. In: *Iea Occasional Paper*, London, 1999
- NYE Jr., Joseph & KEOHANE, Robert O. *Power Interdependence*. Longman, 2012
- OSTROM, E. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- WEBER, Max. *Politics as a Vocation*. In: *Essays in Sociology*, pp. 77-128. New York: Oxford University Press, 1946.
- WILLIAMSON, Oliver E. 1975. *Markets and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications*. New York: Free Press, 1975

O DESAFIO POLÍTICO DE CAMPOS SALES: O CONFRONTO NA ARENA DO CONGRESSO NACIONAL – 1898-1902.

Marcos André Gomes.

*Mestrando em História Política pela Universidade Salgado de Oliveira –
UNIVERSO*

Introdução

Francisco Glicério¹, destacado líder republicano histórico de São Paulo, juntamente com outros companheiros propagandistas, como Campos Sales, ousaram e fundaram o PRF, Partido Republicano Federal no ano de 1893. A composição do partido era heterogênea, formado por variados grupos políticos destacados naquela época, desde republicanos históricos até simpatizantes da Revolta da Armada². Segundo José Sebastião Witter, o Partido Republicano Federal era tão somente: “um conglomerado de facções regionais, despidido de elementos programáticos claros, tendo como premissa a unidade por interesses políticos”(WITTER, 1987, p.29)³. Foi este pensamento que prevaleceu sobre a imagem do partido. Esta análise sobre o PRF tem alguns propósitos relevantes para esta pesquisa. Primeiro porque como já vimos a interpretação clássica da Primeira República tinha como fundamento a explicação regionalista, baseada nas oligarquias estaduais; segundo devido esta explicação regionalista apontar diretamente para a Política dos Governadores estratégia utilizado por Campos Sales para vencer os conflitos políticos da época rumo à pacificação e terceiro, esta aliança política tinha sua força porque havia uma carência de unidade e ordem política que a República precisava. É bom lembrar que o Poder Moderador era o equilíbrio no governo monárquico onde a centralização de poder não permitia que determinados distúrbios viessem

¹Para um entendimento sobre a pessoa de Francisco Glicério e sua atuação política, ver José Sebastião Witter. *As idéias políticas de Francisco Glicério*. Brasília: Senado Federal / FCRB, 1982.

²Para um entendimento feito sobre suporte de FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1975; GUANABARA, Alcindo. *A presidência Campos Sales*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1912.

³O único trabalho encontrado foi feito por José Sebastião Witter, o qual defende esta visão referente ao PRF.

acontecer já que se julgava além de uma ordem política, também uma ordem administrativa. É preciso considerar o pensamento de Renato Lessa quando afirma que:

Uma das características estruturantes do modelo político e institucional adotado no Império brasileiro foi a da hipercentralização administrativa, materializada, entre outras formas, no controle do Poder Moderador, através do Poder Executivo, que exercia sobre as administrações das provinciais. (LESSA, 2015, 102)

Sergio Buarque de Holanda observou que estas administrações provinciais, executadas por representantes do governo, obedeciam praticamente um rodízio excessivo: “os presidentes de províncias mandados da Corte só ficavam geralmente o tempo preciso para garantir o predomínio da orientação partidária do ministério no poder” (HOLANDA, 2006, p.9). Com a Constituição de 1891 solidificando o federalismo implantado pela elite republicana, expirou-se o poder Moderador. Agora com a autonomia das províncias, que passaram a ser chamadas de Estados, tornou-se necessário um projeto que mantivesse a centralização e desse ao Presidente da República governabilidade, por isso, a Política dos Governadores posteriormente visava a centralização do poder, como na época da Monarquia com o Poder Moderador. Mas, antes, dois anos depois de promulgada a Constituição de 1891, foi criado o PRF, justamente para solidificar esta centralidade, governabilidade, estabilidade e poder⁴.

Por meio de nossas ideias, procuramos demonstrar neste capítulo que a análise sobre o PRF tem como propósito a criação de uma possível unidade partidária e os problemas sérios enfrentados para estimulá-los; o segundo propósito, destacar a singularidade dos membros que o compunha, bem como, seus respectivos interesses; terceiro, a ruptura acontecida quatro anos depois

⁴O IPEIA, Instituto de Pesquisa econômica aplicada, discorre com propriedade em seu livro – num capítulo intitulado: Poder Executivo – configuração histórico – institucional o seguinte: “esta análise histórico – institucional do Poder Executivo brasileiro considera o presidencialismo e o federalismo como instituições centrais de sua configuração, responsáveis pelo conjunto mais significativo de regras formais e informais de seu estado. Este pressuposto é essencial para a compreensão de arranjos distintos de construção e transformação do Estado e para a explicação das suas situações políticas ou de crise institucional”. *Estado, instituições e democracia: República*. Brasília: Ipeia, 2010, p. 65.

de sua criação em 1897 e, por fim, conceder ao Presidente todo apoio para o seu governo advindo do Congresso Nacional.

PRF – O partido da Unidade republicana.

José Witter destacou a heterogeneidade do partido, em sua visão: “a agremiação se formou tendo em vista as eleições de 1894”(WITTER, 1987, p.135). O autor procurou destacar o compromisso direto com as instituições republicanas não perdendo de vista o contexto vivenciado desde as revoltas contra o governo de Floriano Peixoto até a aliança em torno deste propriamente dito. A novidade deste partido atraiu muitos para a sua composição, inclusive ex-monarquistas, mas a administração e gerência do PRF ficou sob a responsabilidade dos republicanos históricos. Mesmo havendo a presença de inúmeros políticos da Monarquia eles aceitaram a liderança, devido às derrotas sofridas provenientes das revoltas no novo regime no anseio de restabelecer o regime deposto. De acordo com Vamireh Chacon, o propósito de criação do PRF não se limitou apenas às eleições de 1894, ele acrescenta um desafio maior que seria a unidade partidária.

Sendo que o PRF seria a concretização deste propósito. O autor lembra que o Manifesto do Congresso Federal procurou de várias maneiras unificar o movimento no Partido Republicano Brasileiro, todavia, a direção seria entregue a um Congresso Federal composto por: “dois delegados de cada província e dois pelo Município Neutro, o Rio de Janeiro capital, que deveria eleger o Conselho Federal integrado por cinco pessoas” (CHACON, 1981, p.57). No entanto, a unidade não aconteceu. Com o advento da República, houve o esfacelamento dos partidos do Império e o aparecimento de novos partidos políticos nos estados, onde tanto liberais e conservadores, acabaram cerrando fileiras nos partidos republicanos propriamente ditos. Estas adesões ganharam espaço na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro ao relatar com tamanha ênfase e entusiasmo tal situação:

Pois que foi esta a nota dominante da semana – as adesões – convém deixar desde já expressa que a *Chronica*, não tendo razões especiaes para pensar de diverso modo, procura o seu minúsculo lugar no vasto adhesivo em que há

pouco transformou – se este paiz, e vem, sem philarmonica nem discurso engatilhado, dizer aos cidadãos governantes; e aos cidadãos governados que a sua adherencia é completa. A bem dizer, e com franqueza, não adherir seria neste momento a posição mais interessante para aquelle que amasse a notoriedade; tão certo é que do Amazonas ao Prata, salva a excepção impar do da Tribuna Liberal, toda a população brasileira descobriu no dia 16 do andante que era republicana até os ossos, republicana de quatro costados, republicana de familia, como vício ou como herança que fosse. Mas a notoriedade é um perigo, e que o diga o próprio Governo Provisório que mais trabalho tem tido em aturar os adherentes, do que os passados governos monarchicos em colocar os seus parentes. Uma chusma, cidadãos; uma chusma de convencidos, de discursadores e declarantes, que, grupo por grupo, ou um a um, tem vindo ao quartel – general fazer suas declarações e protestos, sem se recordar que de mais importantes assumptos cura neste momento o governo, que sobra seus hombros tomou tão grave responsabilidade! Menos adherentes, um grupo de resistência - e o Governo Provisório teria talvez maior satisfação ao completar a obra estupenda realizada com tal felicidade, com tão assombroso resultado⁵.

Sendo assim, as associações republicanas antecedentes à República formaram a base para a política nacional dos anos iniciais do novo regime e certamente algumas delas já estavam consistentes. Alcindo Guanabara reproduz o mesmo pensamento do jornal *Gazeta de Notícias* ao observar que:

Ao invés dos dois grandes partidos nacionais, regendo uniformemente todos os departamentos administrativo do país, apareceram em cada um deles agremiações diversas, compostas de elementos colhidos indiferentemente dos seus remanescentes, pleiteando ardentemente a posse do poder que, uma vez obtida, era defendida com ardor e ferocidade. A política federal ficou sem unidade (GUANABARA, 1912, p.18).

De acordo com o autor, esta falta de coesão foi responsável em criar um grave problema ao governo federal que, para obter governabilidade tinha que ter um bom relacionamento com o Congresso: “era obrigado a reagir, a ameaçar ou a lisonjear as facções que dominavam nos Estados para obter de seus representantes do Poder Legislativo os elementos necessários para se manter” (GUANABARA, 1912, p.19). E, ainda, estes partidos articulavam-se em alianças tendo o intuito de indicar o candidato a presidência da república.

⁵A Proclamação da República e sua repercussão. “Chronica da Semana”. *Gazeta de Notícias*, in. M.E. de Campos Porto. *Apontamentos para a História da República dos Estados Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 170.

Convém observar as considerações de Rosa Maria Godoy Silveira sobre a falta de coesão e sub-divisão no que se refere aos partidos políticos. No Estado de Goiás depois que a República foi proclamada, criou-se um governo dirigido por republicanos, tudo: “em nome do povo” (SILVEIRA, 1981, p.96). Certamente, não houve tranquilidade para que esta facção pudesse se estabelecer, já que a polêmica tornou-se um fato, e, por isso, esta iniciativa os distanciava e os mantinham ao mesmo tempo independentes dos grupos dominantes que os acusava de trazer: “nos seus ideais questões referentes a monarquia” (MORAES, 1974, p. 39). É o que enunciou Claudia Viscardi observando todos os modos decorrentes em relação à Primeira República. Para a historiadora todas as sucessões presidenciais: “consistiam nos arranjos políticos mais importante da Primeira República onde por meio delas é possível perceber como se compunham e decompunham parcerias entre as unidades federadas, a partir da Constituição de 1891” (VISCARDI, 2012, p.25) Por conseguinte, a fundação do Partido Republicano Federal, na década de 1890, se opunha ao contexto político, na perspectiva de uma unidade nacional ao redor do PRF. Conforme Renato Lessa aponta, cuidava-se que: “a organização em 1893 do primeiro partido político, de caráter nacional, após a dissolução dos partidos monárquicos” (LESSA, 2015, p.133). O autor ainda corrobora o fato de que no princípio o partido obteve sucesso, independente das adesões dos partidos regionais que mantinham resistência e de seu ecletismo porquê do ponto de vista macro político:

O PRF visava resolver duas questões: criar um grupo parlamentar majoritário para sustentar o governo e, mais importante, preparar as eleições gerais de 1894, em que seriam escolhidos o Presidente da República, um terço do Senado e a totalidade da câmara dos Deputados. Diante desses desafios, o PRF foi extremamente bem sucedido. (LESSA, 2015, p.134)

Faz-se necessário destacar que todo suporte e apoio parlamentar concedido a Floriano Peixoto foi pleno, contudo ligado ao direcionamento de sua sucessão, de maneira que o anseio de continuar como Presidente não encontrou apoio nem mesmo entre aqueles que o apoiavam sobremaneira. Muitos foram os motivos que provocaram a criação de um partido de cunho nacional em 1893, e o próprio destaca alguns que entende ser imprescindíveis:

o temor referente ao parlamentarismo; a falta de unidade no Congresso, representados pelos deputados e senadores; o entendimento que precisava para fortalecimento de instituições republicanas; os problemas criados desde o governo de Deodoro da Fonseca; e a necessidade de domínio a partir do Congresso Nacional, controlando as eleições presidenciais. Dessa forma José Witter afirma que:

Embora preenhe mais de erros do que de acertos, embora de curta duração, o PRF teve, a nosso ver, um papel importante na evolução político-partidária da República Velha. Foi ele quem propiciou, durante a gestão da nossa história republicana, aos nossos homens públicos, condições para realização da primeira experiência no campo da organização – partidária em âmbito nacional. (WITTER, 1987, p. 499)

É preciso considerar o pensamento de Fernando Henrique Cardoso, quando esboçou de maneira imperativa o contexto político do governo de Floriano Peixoto, na medida do surgimento do PRF. A cisão das Forças Armadas, o número exorbitante de apóstatas, a indiferença e a falta de cumprimento satisfatório da Constituição de 1891 criavam contendas que eram necessários dirimir. Esta responsabilidade o presidente da República desempenhou através de uma ênfase numa certa crença de ordem republicana a qual, para ser realmente fato, obrigou a uma dupla associação. De um lado, a utilização da força empregada pelo próprio Floriano atendia a facção radical dos setores militares e de outro, a responsabilidade da estrutura constitucional impedia uma ação mais ousada dos jacobinos. Para esta importante e derradeira função, confiada aos republicanos paulistas, foi que nasceu o PRF, como instrumento de domínio da Câmara mediando os atritos entre o Executivo e o Legislativo, um dos específicos dilema deste período de plena instabilidade por qual passava a República. Daí na visão do autor, este partido tinha um duplo propósito; primeiro, o conagraçamento dos políticos numa dimensão de cunho nacional, onde destacava o interesse de eleger o presidente civil, e segundo, fortalecer o regime republicano devido ao clima de pura e temerosa instabilidade:

Depois disso, o desgaste das Forças Armadas e a incapacidade de organização do Partido Republicano Federal como peça básica da estrutura republicana de

poder começaram a desenhar os contornos que a Primeira República iria ter em forma permanente. Especialmente o caso do PRF é significativo. Floriano deixou que Glicério organizasse o partido, mas não viu nele mais do que um instrumento de controle da câmara. Não poderia interessar ao republicanismo militar uma estrutura concorrente ao Exército como forma de sustentação de poder. (CARDOSO, 2006, p.52)

Convém observar que o PRF, precisava controlar o Congresso para conceder governabilidade ao Presidente da República e por outro lado coordenar o processo sucessório de Floriano Peixoto. A escolha promovida pelo PRF no que diz respeito á presidência acabava com os anseios do próprio Floriano Peixoto de manter-se no cargo e colocava um ponto final ao período de domínio militar.

O Sucesso do PRF.

Segundo Witter, a preferência por um candidato motivou distintas facções militares que se alinharam ao PRF: “estamos convencidos que não fosse a proximidade do término do período do Governo de Floriano, dificilmente, em 1893, se teria conseguido reunir os políticos brasileiros para uma composição partidária” (WITTER, 1987, p.135). Sem oponentes, todos os candidatos do Partido Republicano Federal, Prudente de Moraes e Manuel Viorino Pereira, como vice-presidente, foram eleitos em 1894 (CARONE, 1974, p.31). O sucesso inicial do partido reverbera em todo o Brasil aguçando a curiosidade de uns, chamando a atenção de outros para uma possível oportunidade política permitindo-lhes saírem do anonimato e lhes concedendo uma oportunidade na carreira política que precisavam aproveitar. A repercussão do PRF nas eleições na primeira metade da década de 1890 foi tão positiva que, de acordo com Renato Lessa:

Nas eleições de 1894, o PRF conquistou a Presidência da República, o terço do Senado e a totalidade da câmara. Prudente de Moraes foi eleito com cerca de 290.000 votos, em uma população total em torno de 15.000.00 de almas. Os índices de abstenção foram dilatados na própria capital do país. Para um eleitorado potencial de cerca de 110.000 pessoas, votaram em 1894, no Distrito Federal, 7. 857 eleitores. Mas isso parece não configurar um problema algum.

Os principais problemas da República se resumiam a esfera das relações da polis com o governo. (LESSA, 2015, p.135)

Controlado pelo PRP e conduzido por Francisco Glicério, o PRF não passava por rupturas, que, posteriormente, o deixaram fraco e sem vigor para poder resistir às divisões que passaram a ser fator preponderante para derrotas nas eleições posterior. Lessa reitera que Francisco Glicério mediava: “as relações entre o Executivo e o Legislativo, nos três primeiros anos de mandato de Prudente” (LESSA, 2015, p.139).

No entanto, um ano depois, em 1895, as aparências começaram a desfazer-se quando a legislatura entrou em ação, o apoio e a unidade tão propalada desfez-se e o PRF tão presente no governo de Prudente de Moraes optou por se afastar, e este afastamento, conforme Lessa, ocorreu devido à grande ruptura acontecida no seio do partido no qual dele nasceram três facções: “os radicais, fanáticos de Floriano e vencedores das revoltas ocorridas no governo anterior; os reacionários, inimigos dos jacobinos florianistas; e os moderados” (LESSA, 2015, pp. 135-136). É o que concluiu também Claudia Viscardi ao atestar que o mandato do presidente Prudente de Moraes, de 1894 à 1898, foi caracterizado: “pela oposição entre antigos florianistas, reunidos em torno do PRF de Glicério, e anti-florianistas, capitaneados pela liderança de Prudente de Moraes” (VISCARDI, 2012, p. 73). Posteriormente, será o maior problema de Campos Sales em lidar com partido que o elegeu e, também, com o Legislativo que ficará em seu encaixe.

Para José Witter, o PRF era tão somente um partido que se constituía em modelo de agremiação partidária que cresceu durante o início da Primeira República com o objetivo de se tornar um partido de perfil nacional, mas sempre com suas forças centralizadas regionalmente. Na visão do autor, os políticos com grande expressão que compunham o partido, como Campos Sales, eram hostis à disciplina, aos programas políticos, às reuniões e às convenções partidárias. No enfrentamento dos conflitos atravessados pelo PRF, Sales afirmou que: “sem rumo certo, de tendências indefinidas, não revestia nenhuma das condições essenciais dos altos fins a que se destina um partido bem constituído” (SALES, 1998, p.227). Esta declaração de Campos Sales demonstrava à indisciplina anti partidária, pois ele foi um dos políticos a

lutar pela eleição de Prudente de Moraes à presidência da República, em 1893. No momento em que aconteceu a ruptura no partido, Campos Sales foi um ardoroso crítico a ideia uma nova política, não mais, solidificada num conglomerado partidário de interesses nacional apenas, mas fundamentada no domínio operado pelo Governador, a Política dos Governadores. Desde da divisão do PRF o panorama da Primeira República se fortaleceu através do pensamento totalmente anti partidário numa busca desesperada em fortalecer o federalismo e solidificar a República. Por isso Witter afirma que: “este anti partidarismo evidentemente influiu de forma decisiva na formação de entidades políticas que acabam por ser sempre mais estaduais do que nacionais” (WITTER, 1987, p.500). Ainda ressalta a causa da criação do partido vinculando-o à realidade regional.

Analisados os fatos, diferentemente da posição de José Witter, entendemos que não é razoável menosprezar o contexto regional, mais acrescentar que o objetivo principal minimizava-se em duas vertentes, se por um lado o pensamento era criar um grupo de apoio, dando total suporte ao presidente da República, por outro, era se preparar para as eleições um ano depois de sua criação, em 1894, para indicar e eleger o presidente da República. Compreendemos que o PRF foi criado tendo como grande finalidade operar a ordem republicana, já que o período estava em volto a muitas revoltas e o país estava atordoado por causa delas, por causa disto que nasceu o partido, como peça estruturante do poder concedendo ao mandatário do país governabilidade para dirigir a nação. Claudia Viscardi esboça o mesmo pensamento que o nosso porque concluiu que o PRF foi criado tendo como principal objetivo obter um domínio exacerbado de todas as áreas políticas do país. A autora conceitua este domínio como *monopólico*, quer dizer, ocorreu: “no período em que nenhum outro estado ousava ameaçar a hegemonia paulista sobre a federação” (VISCARDI, 2012, p.67). Segundo a historiadora isso aconteceu devido à jovialidade do Partido, manipulando indicações sucessórias e controlando o Executivo.

A Cisão do PRF.

Conforme Tavares Lyra, o PRF expressava a união dos republicanos históricos, mesmo com suas diferenças, num contexto em que a luta política fora definitiva para a preservação e manutenção da República. O PRF era tão somente o partido da República. Fazia apologia de um novo sistema político e econômico, ainda que este novo sistema estimulasse as diversas facções que o compunha. Para o autor, os grupos históricos, os propagandistas construíram uma unidade em volta da República, manifesta diante das várias revoltas acontecidas no período e, também, no Congresso Nacional, por isso, decidiram fortalecer esta união por intermédio da criação do Partido Republicano Federal era: “um partido de governo, que congregava em seu seio o situacionismo das diferentes unidades da Federação, entre cujos representantes se acotovelavam republicanos históricos e adesistas acomodáticos, presidencialistas e parlamentaristas, conservadores e reacionários”⁶. Convém lembrar os variados motivos que levaram à criação do PRF e um desses motivos se baseava na governabilidade atrelada à centralização do poder, concedendo grandes possibilidades de controle do Congresso, poder almejado pelo presidente para estancar as graves crises que eram obstáculos para uma plena pacificação. Por causa disto veremos o desfacelamento do PRF.

Em 1896 Prudente de Moraes, por questões de saúde, se viu na obrigatoriedade de se afastar da Presidência e na linha sucessória assumiu o vice-presidente, Manuel Vitoriano⁷, que de imediato aliou-se aos florianistas⁸. Lessa aponta, que em divergência com o seu vice-presidente, Prudente de Moraes reassumiu repentinamente a presidência, na perspectiva de recobrar o controle do Congresso Nacional. Por meio de uma trama parlamentar, Prudente procurou buscar uma saída para impedir e, ao mesmo tempo, isolar

⁶ LYRA, Tavares. *A cisão do Partido Republicano Federal em 1897*: um documento inédito. (palestras). Revista do IHGB, v.184, p.195-206, julho/setembro. 1944.

⁷Sobre Manoel Vitorino, ver TAVARES, Luis Henrique Dias. *As idéias políticas de Manoel Vitorino*. Brasília: Senado Federal/FCRB, 1981.

⁸ver ARQUIVO NACIONAL. *Os presidentes e a República*: Deodoro da Fonseca a Luis Inácio Lula da Silva. Rio de Janeiro: O arquivo, 2009. “Prudente de Moraes licenciou-se de cargo em Novembro de 1896, por motivos de doença, agravando a crise política, que passou a ser enfrentada pelo vice-presidente Manuel Vitorino. Reassumiu a presidência na nova se de governo, o Palácio do Catete, em 4 de Março de 1897”. p. 14.

às representações florianistas do PRF, pressionando uma divisão: “ao implodir o PRF, o presidente passa a reconhecer apenas os chefes estaduais”.(LESSA, 2015, p.148) Nesta mesma linha de pensamento José Maria Bello destacou com maiores detalhes esta cisão da seguinte maneira: “os castelhistas, positivistas, jacobinos, que eram simpáticos a Floriano, optam por um lado; os republicanos históricos, os deodoristas e os ex-monarquistas vão para outro lado. E os moderados se sub-dividem em duas facções” (BELLO, 1954, p. 228).

Em mensagem ao Congresso Nacional na abertura da primeira seção da terceira legislatura, Prudente de Moraes explicou o seu afastamento e enfatizou o seu retorno imediato. Os Anais da Câmara reverbera na íntegra o seu discurso, confirmando o exercício da presidência:

Cumprindo o preceito da Constituição, venho dar-vos conta da situação do paiz e indicar-vos as providencias e reformas que, devem ocupar, de preferênciã, a vossa illustrada e criteriosa atençaõ. Por achar-me gravemente enfermo, fui forçado, a 10 de Novembro próximo passado, a deixar o exercício da presidência da Republica, que reassumi a 4 de Março, havendo então cessado aquele motivo. Durante o meu impedimento, que foi cerca de quatro meses, fui substituído pelo illustre Sr. Vice- Presidente DA República. A 15 de Novembro de 1894, ao tomar posse do elevado cargo que me foi confiado por sufrágio espontâneo de meus concidadãos, afirmei em manifesto dirigido á nação, que, no desempenho de tão honrosa quanto difícil missãõ que, me fora imposta obedecerei aos princípios e normas... reassumindo o exercício da presidência da Republica, mantenho o mesmo programa, a cuja observância tenho-me dedicado com esforço e perseverança e que sido executado em seus pontos capitais⁹.

O retorno imediato de Prudente de Moraes para o exercício da presidência visava provocar no PRF uma ruptura, mas, para que a divisão pudesse acontecer, o presidente convocou o seu aliado político, J.J. Seabra Filho que tinha como artifício fazer uma apresentação no Congresso de uma moção de apreço e solidariedade a Prudente de Moraes pela imediata punição a um ato de rebeldia e indisciplina dos alunos da escola Militar:

O clima de tensão ocorre em Maio de 1897, com a revolta dos cadetes da escola militar, vencida por Prudente de Moraes, com o apoio do Ministro da Guerra,

⁹Mensagem ao Congresso Nacional por Prudente J. de Moraes Barros. *Anais da Câmara dos Deputados*, 3/5/1897, pp. 3,4.

Marechal Bitencourt. O levante, mínimo se considerada sua extensão objetiva, converte-se em ponto de inflexão do processo político. Após a expulsão dos alunos rebeldes e as prisões dos envolvidos, o governo articulou bem – sucedida manobra parlamentar. A manobra era clara: através dela, Prudente de Moraes procurava livrar-se da tutela do PRF e demonstrar deslealdade do General das 21 brigadas. O requerimento de Seabra foi derrotado, mas foi capaz de provocar a cisão definitiva do primeiro partido nacional formado durante a República. (LESSA, 2015, p. 146)

É importante destacar que a Escola Militar era uma representação relevante para os florianistas, porque: “o legado de Floriano Peixoto foi pródigo em focos de oposição do novo governo” (LESSA, 2015, p. 147). Essa moção foi um ultraje aos florianistas por ter sido colocado em pauta por um parlamentar que havia recebido a anistia devido à sua participação na Revolta da Armada, J.J. Seabra Filho. Convém observar que a direção do PRF diante da moção, ou seja, de uma proposta feita a Assembleia cujo teor deveria ser submetido à votação para que a mesma fosse aprovada ou não, a liderança do partido ficou com uma grande dúvida; e duas difíceis interrogações surgiram necessitando de respostas imediatas. A dúvida era a seguinte: se por acaso o PRF aprovasse a moção, na visão do partido, era voltar-se contra República, já que o requerimento apresentado não fora feito por um dos seus ardorosos críticos? e por conseguinte, se rejeitasse a proposta cujo teor precisava ser submetida a votação, não estaria o PRF fazendo oposição ao Presidente de forma clara e pública? Diante deste embaraço o deputado Luis Domingues, do Maranhão voltando-se ao autor da solicitação, Deputado J.J. Seabra Filho, assim se manifestou nesta assembleia realizada no dia 02/06/1897:

Não faz muito tempo que o honrado Deputado pela Bahia esteve em luta armada contra o Governo do Marechal Floriano Peixoto. Na estacada, ao lado do Marechal, diz o orador, estivemos nós, os do Partido Republicano Liberal e seus companheiros de luta. (trocam-se diversos apartes. O Sr. Presidente reclama a atenção). A anistia não pode apagar a história, que é de ontem. Nessa ocasião, nós, que apoiávamos o Governo constituído, tínhamos ao nosso lado, e tivemos sempre, a Escola Militar¹⁰.

Não era, pois, correto, que o nobre Deputado da Bahia, prevalecendo-se de um movimento de insubordinação desta escola, subscrevesse uma moção de felicitação ao Governo pela manutenção da ordem e prestígio da Constituição,

¹⁰para uma descrição pormenorizada da manobra ver, FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2012, pp. 558-559.

que os alunos haviam a bem pouco feito valer, com seu contingente de dedicação ao governo constituído contra a revolta¹¹.

A decisão tomada foi a de fortalecer o compromisso com os florianistas representados pelo Exército. De imediato, Francisco Glicério orientou os correligionários para não aceitar a solicitação e, com isso, conseguiu a maioria para rejeitá-la. Diante de suposta vitória em rejeitar a tão famigerada moção, os desdobramentos foram fundamentais, visto que: “alegando ter votado pela aprovação do requerimento e, portanto, tendo sido derrotado, o presidente da Câmara, o deputado baiano Artur Rios, renuncia. Quatro dias depois, configura-se a armadilha”³⁸. Na nova eleição para a Câmara dos Deputados Francisco Glicério e Artur Rios, ambos adversários, se enfrentaram para presidir a Casa e com todo o apoio e suporte de Prudente de Moraes, Artur Rios foi reeleito. Diante deste panorama Renato Lessa concluiu que esta manobra premeditada, fortaleceu Prudente de Moraes e enfraqueceu o presidente do PRF, Francisco Glicério reduzindo-o: “a líder de minoria” (LESSA, 2015, p.147). Desta mesma conclusão compartilha José Maria Bello ao afirmar que “a cisão foi operada exatamente para derrotar Glicério e retomar o controle sobre o Congresso e sobre o PRF” (LESSA, 2015, p.147). Sendo assim, todos aqueles que o apoiaram passam a defender veementemente a tese de o dirigente do partido é o presidente.

A divisão do PRF ficou mais clara, com reflexos no poder Executivo. O vice presidente Manoel Vitorino passou a fazer oposição ao presidente, unindo-se aos seguidores de Francisco Glicério. A oposição teve tal dimensão, que foi acusada de ter sido a mandante do atentado contra o Presidente Prudente de Moraes, onde muitos deputados e senadores do PRF foram desterrados sob a acusação em ter participado do atentado, único na história do país, deu ao presidente recursos políticos que não conseguiria obter dentro das dinâmicas constitucionais. As atribuições presidenciais foram ampliadas, graças a um contexto de total fragmentação do tecido político. Foi desta forma que o PRF, em 1897, pouco menos de quatro anos de sua criação, se dividiu em duas facções distintas: de um lado, o grupo de Prudente de Moraes, também denominado de republicanos, que, além de deixar o partido

¹¹Anais da Câmara dos Deputados.2/6/1897, p. 5.

se posicionou como anti-florianista e cunharam uma nova sigla, passando-se a chamar Partido Republicano (PR) ou os prudentistas; e do outro lado, os seguidores de Francisco Glicério, mantendo-se ligados ao PRF, que foram chamados de concentrados. Estes termos apontam diretamente para as respectivas lideranças no cenário político e congressista, Prudente de Moraes e Francisco Glicério.

Segundo o parecer de Edgar Carone a: “cisão definitiva fez com que o Partido Republicano Federal se dividisse em ala majoritária, chamada de concentração pro Prudente e com maioria no Congresso; e minoritária, de gliceristas, chamados de republicanos, que continuam dirigindo o partido” (CARONE, 1970, p.162). É importante salientar que a ruptura foi de cunho ideológico, pois, os *concentrados* possuíam a maioria no Parlamento e saíram em defesa de ações nacionalistas e intervencionistas no Congresso Federal. Campos Sales colocou-se ao lado de Prudente de Moraes, recebendo, entretanto, pressão de todos os lados; Glicério posicionou-se ao lado dos Jacobinos. Diante dos fatos Campos Sales se viu desafiado a escrever uma carta à Bernardino de Campos no segundo semestre de 1896, relatando a situação do cenário político em que estavam inseridos:

A nossa política carece de firmeza e orientação clara, e isso vai nos enfraquecendo e perturbando a nossa marcha. Os elemento agitadores, que se aninham em nosso seio, comprometem-nos, pois que, á sombra de nossa condescendência, vão acarretando a nossa responsabilidade na sua ação, francamente e calculadamente anarquizadora. Isto nos enfraquece, porque nos desacredita, apresentando-nos como incapazes para o governo. Os últimos sucessos, se não produziram desastres deverão servir-nos de advertências. Está claro que não podemos dirigir o elemento agitador e nem devemos presumir que ele chegue a subordinar-se a nossa direção. Eles arranjam as crises e nós agüentamos as responsabilidades delas. Penso que temos que escolher: ou os declaramos adversários e lhes damos combate decisivo, ou renunciemos á aspiração de formar um partido conservador, ordeiro, governamental e orgânico. Ficando nisso que esta aí, que é anarquia, no meio da qual os nosso homens se vão perdendo como incapazes, e a desconfiança que se forma entre nós. Este é o elemento perverso em todas as democracias. Basta de câmaras agitadoras. Precisamos governar bem. (SALES, 1909, p.136)

A ruptura no PRF teve uma influência direta na eleição do ano de 1897. Ambos os grupos gliceristas e prudentistas – apresentaram os seus respectivos

candidatos à presidência da República. Os prudentistas acabaram vencendo a eleição, onde a convenção governista de outubro do mesmo ano escolheu Campos Sales e este saiu vencedor.

Conclusão

Por meio de nossas ideias, é bom lembrar que grandes expectativas estavam concentradas em Floriano Peixoto, antes da criação do PRF. A herança do velho regime monárquico, com um número reduzido de adeptos, ligados às crises sociais e políticas que se seguiram ao golpe republicano, colocavam em risco a República recém criada. O “Marechal de Ferro”, assim era chamado, Floriano Peixoto, enfrentou com rigidez ambas as revoltas que trouxeram instabilidade para a República, a Revolta Federalista e a Revolta da Armada que desestabilizou o Rio de Janeiro, capital da República, mas não alcançou o seu objetivo que era implantar uma ditadura republicana no país.

Na retaguarda do seu poder estava o suporte concedido pela oligarquia paulista, certa de que a continuidade da República poderia garantir a ela o poder definitivo na política nacional. Possivelmente a falta de projeto político, energia suficiente e sagacidade possibilitou com que a oligarquia paulista o substituísse, elegendo Prudente de Moraes para presidente da República. A revolta jacobina apoiada pelo vice de Prudente de Moraes, Manoel Vitorino, e algumas alas militares certamente foram seus grandes desafios no governo. Porém, é relevante destacar que não havia um fundamento ou uma base em que os governos da jovem República brasileira pudessem se sustentar e manter-se firmes. O Poder Moderador exercido no regime monárquico concedia ao Imperador essa firmeza que tanto os governantes republicanos almejavam, contudo com a criação da nova Constituição Federal essa unidade e governabilidade ficou mais difícil já que cada Estado passou a ter seus próprios partidos atendendo seus interesses particular.

Diante deste cenário foi criado o PRF justamente para dar esta unidade, centralidade e governabilidade ao presidente da República. No início do PRF o partido experimentou muito sucesso, aglutinando em seu seio vários grupos políticos na perspectiva de alcançar o seu grande objetivo: controlar o Congresso Nacional sem que houvessem nenhum tipo de oposição e

centralizando o poder na figura do presidente da República. Mas como todo partido, o PRF, teve que enfrentar as crises internas manifestas pela luta de poder entre os dois protagonistas daquela ocasião, Prudente de Moraes, presidente da República e Francisco Glicério, presidente do PRF. As desavenças, contrariedades, e lutas, foram tão inusitadas, que teve como principal consequência a cisão. O partido, “partiu-se”, e sofreu várias derrotas sob o comando de Glicério e em pouco tempo foi caindo no ostracismo, todavia, mesmo com uma representatividade reduzida o PRF lançou Lauro Sodré a candidato para a presidência da República e novamente amargou mais uma derrota para os prudentistas, em que foi eleito Campos Sales.

É neste cenário de derrotas sucessivas e já prevendo um futuro incerto que o que restou para o Partido Republicano Federal era fazer oposição direta e incisiva ao novo governo na representatividade de Campos Sales, já que este tinha um equivalente ao Poder Moderador e ao PRF falido para promover a centralização do poder, era a Política dos Governadores.

Referências

- BELLO, José Maria. *História da República, 1889 1902*. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1954.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Dos Governos Militares a Prudente – Campos Sales. Apud Boris Fausto, *Historia Geral da Civilização brasileira*; t.3;v.8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, 1970.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e praxis dos seus programas*. Brasília: EUB, 1981.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1975.
- GUANABARA, Alcindo. *A presidência Campos Sales*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1912.
- HOLANDA, Buarque Sérgio. Do Império à República. *História Geral da civilização brasileira*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; v.8, n.2, 2006.
- LESSA, Renato. *A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

- LYRA, Tavares. *A cisão do Partido Republicano Federal em 1897: um documento inédito.* (palestras). Revista do IHGB, v.184, p.195-206, julho/setembro. 1944.
- MORAES, Maria Augusta Santana. *História de uma Oligarquia: os Bulhões.* Goiânia: Oriente, 1974.
- SALES, Campos. *Da Propaganda à presidência.* Brasília: Senado Federal, 1998.
- SALES, Campos. *Da propaganda a presidência.* São Paulo: á Editora, 1909.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O federalismo na Política dos Governadores.* São Paulo: USP, 1981.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do café-com-leite.* Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- WITTER, José Sebastião. *Partido Republicano Federal (1893-1897).* São Paulo: Brasiliense, 1987.

Fontes

- A Proclamação da República e sua repercussão.* “Chronica da Semana”. Gazeta de Notícias, in. M.E. de Campos Porto. Apontamentos para a História da República dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.
- ARQUIVO NACIONAL. *Os presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luis Inácio Lula da Silva.* Rio de Janeiro: O arquivo, 2009.
- Anais da Câmara dos Deputados.* 2/6/1897.
- Anais da Câmara dos Deputados,* 3/5/1897, pp. 3,4.
- Estado, instituições e democracia: República.* Brasília: Ipeia, 2010.
- Mensagem ao Congresso Nacional por Prudente J. de Moraes Barros. *Anais da Câmara dos Deputados,* 3/5/1897, pp. 3,4.
- Manoel Vitorino, ver TAVARES, Luis Henrique Dias. *As idéias políticas de Manoel Vitorino.* Brasília: Senado Federal/FCRB, 1981.

RELIGIOSIDADES NA CULTURA INTELLECTUAL BRASILEIRA: UM OLHAR SOBRE A PRIMEIRA REPÚBLICA

Thiago Lenine Tito Tolentino

Pós-Doutorando junto ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS- UFS)

Em tempos nos quais o debate sobre as religiões brasileiras ou a religiosidade do brasileiro e no Brasil ganham contornos políticos e procuram, assim, conformar certas visões sobre a cultura brasileira e suas características “tradicionais”, é papel do historiador tomar tais apreciações a sério e submetê-las ao crivo historiográfico, ou seja, às temporalidades diversas. Neste sentido, afirmar que o país é cristão, católico, protestante, candomblé, animista, umbandista, espírita, “sincrético”, “supersticioso” ou, até mesmo, ateu não é dizer muita coisa para além de uma afirmação peremptória e, dependendo do contexto em que é feita, dogmática e perigosa.

As religiões se efetuam em práticas, discursos, formações de consciência, representações, engajamentos ideológicos, organizações hierárquicas, formação de campos profissionais, determinações de valorações mais ou menos plurais, constituição de espaços e instituições sagradas, monumentos e lugares de memória, produções simbólicas as mais variadas (revistas, livros, panfletos, manifestos, cartas, encíclicas, jornais, programas midiáticos), segundo contextos específicos, de modo que, também no que cabe ao domínio espiritual, tradições são inventadas e, não raro, no debate público pouco refletido sobre a história, assumem caráter de permanências seculares, mas que podem ser muito mais recentes do que se imagina. No caso religioso, o apelo político à história ou ao passado é fundamental e, por isso, como nos demais casos do tipo, não se pode perder de vista que:

[...] na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu

próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a “invenção da tradição” um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea (HOBSBAWN; RANGE, 1984: 10).

A reivindicação de um passado religioso brasileiro, de uma tradição religiosa no Brasil, para se efetivar de maneira historiograficamente legítima, terá, assim, de manter uma relação menos “superficial” entre presente e passado e responder à pergunta: qual passado?

Importantes processos históricos em relação a transformações, reorganizações, embates, disputas, conflitos existenciais, projetos políticos em torno do tema religioso podem ser verificados no período da Primeira República brasileira. A história das religiosidades envolve temáticas que englobam a história política, cultural, social, das sensibilidades, das artes, econômica etc. de modo que se trata de um campo bastante amplo e complexo e, por isso mesmo, bastante profícuo na recomposição e interpretação acerca da formação de um país como um Brasil em âmbitos diversos. Em termos estritamente institucionais e constitucionais, a República de 1889 situa-se entre o fim do regime do padroado Imperial e a retomada da oficialidade do catolicismo como religião do Brasil nos anos 1930.

De maneira geral, notamos que o primeiro regime republicano brasileiro absorveu de maneira variada as demandas intelectuais, culturais e políticas de fins do Império e, ao longo de seus quarenta e um anos de vigência (1889-1930), conheceu uma diversidade significativa de manifestações religiosas na cultura intelectual. Um processo que traz em seu bojo desde o levantamento e divulgação de práticas religiosas em meios de comunicação de massa (notadamente jornais impressos) até a conversão a alguma confissão por parte de seus intelectuais, notadamente ao catolicismo, e, além disso, uma profunda reorganização dos meios católicos que lhes garantiu, ao fim do regime, o retorno de sua oficialidade no estado brasileiro.

Estudos sobre os movimentos culturais e políticos que irromperam nos fins do Império destacam um caráter comum em torno da crítica à religião como obstáculo ao desenvolvimento do país. No interior dos próprios quadros do regime, a “Questão Religiosa” (1872-1875) revelava uma clero dividido, em

que padres maçons se confraternizam com políticos também ligados à maçonaria, instituição condenada pelo vaticano, provocando a reação radical de membros do clero ortodoxos, notadamente na figura de Dom Vital, que acabaram não encontrando o apoio do imperador. Esse acontecimento já deve ser visto como um índice importante acerca do catolicismo e da religiosidade católica no século XIX brasileiro, sobre o qual retornaremos mais à frente.

Nos domínios da opinião pública, ou seja, da produção da imprensa, dos movimentos intelectuais, das manifestações públicas, da produção impressa e dos engajamentos políticos, o cenário político cultural apresentava apreciações bastante críticas ao lugar da religiosidade na conformação social do país. Neste sentido, Maria Chaves de Mello elenca uma série de ações que expunha a oposição entre as reivindicações republicanas, que não param de crescer desde os fins dos anos 1860, e a consolidação de uma imagem do Império brasileiro que, nada mais seria, que a negação dos ímpetos republicanos. Em torno do tema religioso, destacam-se algumas palavras de Saldanha Marinho, em torno de campanha de secularização levada a cabo na *Revista Ilustrada*:

nem creio na mácula universal, só porque D Eva se deixou tentar pela serpente. (...) condenados a cozinhar como um pato no grande forno das chamas eternas” [...] “Eu não farei comentário sobre o ensino religioso que prega a mentira e a superstição; mas acho ridículo essa oferenda do governo à propaganda religiosa. Certamente os jesuítas estão no seu papel; e se os pais de família querem educar suas filhas no histerismo religioso (...) (MARINHO Apud MELLO, 2009: 21-22)

Em seu trabalho sobre os movimentos contestatórios de finais do Império, Angela Alonso sintetiza alguns pontos gerais encontrados em meio às mais diversas manifestações de oposição que, apesar de seu sincretismo e complexidade, defenderiam com ênfases variadas um repertório intelectual segundo uma “política científica”:

1) a *reforma das instituições políticas*: supressão ou esvaziamento político dos postos vitalícios (Poder Moderador, Senado; Conselho de Estado); Judiciário independente do Executivo, que garantisse a lisura das eleições; mudanças dos critérios de representação política; adoção do federalismo/ 2) a *reforma do Estado*: descentralização político-administrativa e tributária e liberalismo econômico; 3) *secularização das instituições*: separação Igreja/Estado; instituição do registro civil de nascimento, casamento e óbito; abolição da

religião de Estado; liberdade de exercício público de cultos e direitos políticos plenos para adeptos de qualquer credo; laicização do ensino público; 4) *a extensão da cidadania* expansão dos direitos civis a estrangeiros e escravos; liberdade civil, religiosa, de imprensa e tribuna; veto à censura; *habeas-corpus* pleno; expansão do direito de voto e de candidatura; expansão do ensino; 5 *questão social*: abolição completa do regime escravista e liberação da imigração; 6 *política externa*, um americanismo pacifista (ALONSO, 2000: 47).

De modo geral, ao romantismo literário imperial, se contrapunha o realismo naturalista, ao regime de teológico, a república científica, aos poderes unificados no Poder Moderador, a divisão republicana e as expectativas democráticas e, sinteticamente, ao passado enrijecido, reivindicava-se a libertação pelo futuro, pela modernização que seria, segundo Chaves de Mello, sinônimo de república. Nesse sentido, segundo as filosofias da história da época que embalavam tais movimentos: “Tanto Comte quanto Spencer entendiam o desenrolar da história humana como uma sucessão escalonada de superações, pelas quais a religião e a monarquia eram valores de um passado caduco”. (MELLO, 2009: 18).

O lema comteano estampado na bandeira brasileira, sobre a ordem e o progresso, traz por trás de si esse contexto de finais do império em que o antigo regime era questionado em seus aspectos os mais diversos, inclusive o religioso. Tais interpretações valorizam, assim, o quanto haveria de novidade no regime republicano e, portanto, de mudanças em relação ao passado. É preciso lembrar a existência de interpretações clássicas e vigorosas que relativizam, e muito, tanto o caráter inovador do regime republicano, seja nas metáforas de uma mera troca de “tabuletas”, ou seja, de meros nomes entre os dois regimes (ASSIS, 1994), seja pelo afastamento da maioria da população dos acontecimentos que ocasionaram a modificação dos sistemas políticos, denunciando o caráter artificioso, elitista e excludente da Proclamação, simbolizada na figura do bestializado (CARVALHO, 2001).

Sintonizado com os lemas da República, Euclides da Cunha associava a superação da religião como meio de consolidação da “civilização” nos trópicos. Neste sentido, a guerra de Canudos revelaria a existência de uma “religião mestiça”, de uma raça atrasada e que, apesar de ter sofrido os ataques bárbaros de uma República de improviso que se desconhecia, abrigaria uma população sertaneja fadada ao desaparecimento, pois inapta tanto à política

imperial, quanto republicana (CUNHA, 1905: 205). Este seria o destino da civilização por aqui:

Estamos destinados à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos sob esse aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos. A afirmativa é segura (CUNHA, 1905: 70).

Dessa forma, obras de sucesso editorial como as de Euclides da Cunha imprimiam um fator ainda mais contundente ao laicismo presente na constituição republicana.

Alguns aspectos sobre as características do catolicismo de finais do Império podem ser retomados a partir de alguns estudos sobre o tema. Gilberto Freyre destaca o fato de os padres serem escritores, políticos, jornalistas, membros da Câmara e do Senado, de modo que as obrigações dos mesmos não iriam muito além de “dizer missas na fresca da manhã e com aquelas vestes leves; em levar o Santíssimo aos moribundos; em acompanhar, quase sempre de carro, enterros ou funerais. E é claro que a batizar, casar, confessar” (FREYRE, 1959: 526). O mesmo autor destaca a passagem dos viajantes Fletcher e Kid, citada por ele em inglês “Não há classe de homens em todo o Império cuja vida e práticas e sejam tão corruptas quanto àquela dos padres” (Cf. FREYRE, 1959: 526).

Nos âmbitos institucionais, Sérgio Miceli destaca como que, até 1890, existia em todo o país doze dioceses e “estavam situadas em dez províncias e nove capitais afora aquela sediada na corte” (MICELI, 1985: 57) . Este tipo de dado pode, por si só, nos fazer refletir sobre o alcance da Igreja Católica em todo o território nacional, ainda que outras formas de catolicismos, nomeados “populares”, pudessem vigorar em meio à população geral do país.

Tal avaliação da precariedade, fragilidade e, mesmo, decadência das instituições católicas durante o Império, era produzida já pelos intelectuais que procuravam rearticular o movimento católico no interior da República. Assim, o padre Júlio Maria, importante figura no processo de restauração e renovação do catolicismo durante a primeira República, considerava fora o “próprio império, isto é, da educação racionalista, da política liberalista, do

materialismo literário que, como se viu, durante um longo período de sessenta anos, entorpeceu o sentimento católico e obliterou mesmo o senso religioso em tantas gerações brasileiras” (MARIA, 1900: 111).

Depois retornaremos a tal articulação católica. Com o estado republicano teoricamente declarado sem uma religião oficial, assistimos no interior da cultural intelectual brasileira uma irrupção de notícias, obras, publicidades, panfletos, livros, revistas, debates e, até mesmo, entretenimentos associados ao diversos cultos, religiões, míticas, superstições e novidades espirituais. Se, é verdade, em obras oficiais fala-se, antes, que o Brasil abrigaria apenas a religião católica e algumas “seitas protestantes”, além do positivismo, judeus e alguns “maronitas” (RODRIGUES, 1901: 91-135), ao abrirmos qualquer jornal de grande circulação da época veríamos desmentida tal viés reducionista.

Nesse sentido, cabe destaque à obra de João do Rio, *As religiões do Rio*, lançada em forma de artigos em 1904 no jornal carioca *Gazeta de Notícias* e enfeixada em volume no mesmo ano. Atuando como repórter, termo que por si só exprimia a ideia de renovação midiática à época, o autor ia a vários templos, igrejas e lugares de culto a fim de descrever crenças, práticas, costumes, organizações, valores e personagens que compunham o cenário da religiosidade na cidade do Rio de Janeiro. Caracterizado por uma nota curiosa, como de quem revela a cidade aos próprios cidadãos que a desconhecem, o repórter tratou do “mundo dos feitiços”, que abrigaria as confissões de afrodescendentes e africanos, tanto nos candomblés, quanto no islamismo. Tratou de do espiritismo “falso” e “verdadeiro”, do “movimento evangélico, dos maronitas, dos positivistas, dos satanistas, da Nova Jerusalém, dos cultuadores do mar, dos judeus, dos fisiólatras, das adivinhas, cartomantes e feiticeiras e também de uma gama de pessoas que seriam exploradoras da fé alheia (RIO, 1976).

O livro teve uma recepção significativa, logo ganhara nova edição e propiciara debates acerca do mundo religioso no Rio de Janeiro. Segundo o próprio João do Rio afirmava naqueles tempos de “República científica”:

A religião? Um misterioso sentimento, misto de terror e de esperança, a simbolização lúgubre ou alegre de um poder que não temos e almejamos ter, o desconhecido avassalador, o equívoco, o medo, a perversidade. O Rio, como

todas as cidades nestes tempos de irreverência, tem em cada rua um templo e em cada homem uma crença diversa. Aos ler os grandes diários, imagina a gente que está num país essencialmente católico, onde alguns matemáticos são positivistas. Entretanto, a cidade pulula de religiões (RIO, 1976: 1-2).

Na verdade, também lendo os grandes diários se poderia perceber tal presença religiosa na capital, Rio de Janeiro. A começar pelos anúncios de cartomantes e adivinhas que pululavam nos jornais com referências garantidoras expressas na origem das profissionais, que poderiam vir de outros estados e países, assim como de sua fama reconhecida:

CARTOMANTE Mme. Luiza [?] espanhola muito conhecida nesta arte. Dá consultas a senhoras das 8 da manhã as 9 da noite; na rua General Caldwell, antiga Formosa, n125, Sobrado,
CARTOMANTE habilitada – Recém-chegada de Montevideu, dá consultas na rua Visconde da Gávea n 36 antiga de S Lourenço. A cartomante perita – Mme. Zizima muito acreditada, trabalha há 14 anos no Rio de Janeiro, com 75 cartas pelo sistema Mme. Josephine, nunca teve discípulas, nem sucessoras Residia por longo tempo na rua General Câmara n 200 e 175, onde tornou-se bastante conhecida, sendo distinguida com referencias honrosas pela ilustrada imprensa desta Capital e de Niteroi. Reside atualmente na rua da Quitanda n 127, 1 andar, onde dá consultas da 11 horas da manhã as 8 da noite (CARTOMANTE, 1908: 7)

Outras confissões, se é que assim se deve chamar, não eram definidas ou não se definiam propriamente como religiões, pois se situavam no entrecruzamento de conhecimentos científicos e mundo espiritual. O próprio positivismo, convertido em religião da Humanidade, compartilharia de tais características. Neste sentido, a República assistiu ao crescimento de associações e organizações ligadas ao ocultismo, à teosofia e ao espiritismo. Uma produção bibliográfica a respeito era assim anunciada em meio a outros tipos de livros:

Compra-se somente na Casa Dixie, rua do Rosário n 99, Capital Federal, os seguintes livros: Criação de Animais; Criação de Aves; Criação de Abelhas e Bichos da Seda; Sinonímia das Substâncias Químicas e Farmacopeia Homeopática; Ocultismo e Teosofia (altos e secretos ensinamentos do magnetismo, espiritismo, ciências e religiões.) (COMPRA-SE, 1905: 7).

Como dissemos acima, porém, o movimento católico rearticulava-se de maneira bastante vigorosa no interior da República brasileira. A esse respeito, Sérgio Miceli destaca que:

Entre 1890 e 1930, foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 3 prefeituras apostólicas, para as quais foram designados, no mesmo período, aproximadamente 100 bispos, cabendo, respectivamente, ao conjunto dos estados nordestinos, a São Paulo e a Minas Gerais, os percentuais mais elevados no reparte de circunscrições e prelados (MICELI, 1985: 57).

Neste sentido, a ofensiva católica era contundente: além da criação de seminários, dioceses, prelazias, escolas confessionais, recrutou-se junto a países estrangeiros um grande número de missionários, padres e freiras que deveriam refundar a o catolicismo no país.

Trata-se, por assim, de dizer de uma orientação religiosa que irá combater a tradição do catolicismo popular no país, da falta de ortodoxia, das práticas tradicionais de padres relapsos com a fé e com os dogmas mais rigorosos da Igreja Católica brasileira que, a partir do Vaticano, e não mais dos poderes do padroado, como era no império, receberia suas orientações maiores. Tal processo em virtude de um ultramontanismo aplicado ou de uma romanização do catolicismo brasileiro é importante e decisivo para a compreensão dos desdobramentos do papel da religiosidade e do catolicismo nos sucessos políticos que a primeira república encontrará ao longo de seus 41 anos, culminando em sua ruína.

Intelectuais engajados na causa católica ocuparão as páginas da imprensa, assim como criarão suas próprias instituições e publicações, como o Centro D Vital e sua revista *A Ordem*, ambos organizados por Jackson de Figueiredo no início dos anos 1920, na defesa de um catolicismo integral. Isso implicou no combate àquela variedade religiosa assistida nos princípios da República. Assim, o coronel Raimundo Seidl saía em defesa da Seção Brasileira da Sociedade Teosófica, argumentando que esta era apenas uma maneira de se “fazer o estudo comparativo das religiões, das filosofias e das ciências” e que qualquer doutrina só poderia ser aceita “em conformidade com nossa razão” (SEIDL, 1922: 1).

Seidl procurava rebater os ataques do intelectual católico Perilo Gomes, discípulo e amigo de Jackson de Figueiredo, que dizia ser a teosofia o fruto de um “pensamento doente”. Baseava tal afirmação no fato de tal religião [?] ter sua origem nos trabalhos de Mme H P Blavatsky, em Londres, e que teria sido “acusada de ser uma impostora pela Society for Psychical Research” (GOMES, 1922: 1). Além disso, o autor católico acusa a referida madame de ter sido casada por três vezes, que viajara muito, as vezes mentindo sobre alguns destinos. Neste sentido, ele suspeita que, apesar de a autora ter contado sobre estadia no Tibete para ler, estudar e fazer trabalhos em torno dos quatro elementos terra, água, ar e fogo, ela, na verdade, teria feito “as mais loucas aventuras da Europa ao Egito” (GOMES, 1922: 1).

Com relação ao espiritismo, sua divulgação era maior, assim como os debates mobilizados no interior da cultura intelectual. Havia mesmo campos distintos do espiritismo, devendo-se falar em “espiritismos”, já naquele período, como, aliás, indicara João do Rio ao mencionar a distinção, que nós não subscrevemos, de “verdadeiros” e “falsos” espíritas. Assim falava a respeito uma publicidade muito divulgada nos anos 1920 no Brasil:

É nesse Centro e seus Filiados que se pratica o Espiritismo Racional e Científico (Cristão), que normaliza e cura loucos (obsedados) feitos pelos Cangerês, Feiticeiros e Kardecistas que fazem espiritismo em família, desde as baixas baiucas aos Salões atapetados da alta sociedade (CENTRO, 1927: 4)

O mesmo Perillo Gomes vinha combater o espiritismo, dizendo que ele estaria crescendo entre nós, sendo “incrementado”, comentando que ele começara como investigação científica e tornara-se religião. Alertava que teriam sido pegos em “fraude”, “todos os grandes médiuns de fama universal” (GOMES, 1921: 1). Além disso, Gomes denunciava que os médiuns espíritas teriam “organização mental anormal” que a “frenologia moderna e os recentes progressos do magnetismo e da telepatia explicam os fatos espíritas sem intervenção do sobrenatural”, assim, “só consegue subsistir porque agrada à credence e ao leviano proselitismo da incultura religiosa” (GOMES, 1921: 1).

Os espíritas, por sua vez, atacavam abertamente a igreja católica, como na publicidade de circulação nacional, mencionada acima, que afirmava:

Para evitar a loucura, a maior peste que está grassando por toda a parte, preciso se torna conhecer, ler e estudar as seguintes obras: Espiritismo Racional e Científico (Cristão) Conferências sobre ciência e religião Cartas ao Cardeal Arcoverde (provando a nulidade do Vaticano e a perversidade dos Cardeais) (CENTRO, 1927: 4).

Um tema sensível a católicos ou não, como o do divórcio, era assim analisado pelos espíritas nas páginas de jornais de grande circulação, num verdadeiro panfleto anticlerical assinado pelo mencionado Centro Espírita Redentor, que reproduzimos praticamente na íntegra:

Não assiste o direito a uma seita como a “Católica”, influenciar no espírito de legisladores, seus escravos, o voto contra a Lei do Divórcio em nosso país. O casamento não passa de um contrato feito entre as duas partes, Homem e Mulher, e que ambos têm por dever de saber cumprir e respeitar em **totum**. Portanto, não se pode admitir que a parte que der causa a descontentamento e desrespeito ao compromisso assumido, continue unida à outra, que honesta e honradamente cumpre o seu dever! O catolicismo, o Vaticano, os padres e bispos, não vem em público defender a moral do povo, pois maiores imorais não conhecemos! Vem é defender o seu negócio grandemente rendoso que se sente em vésperas da ruína. Ruína sim! porque à medida que à humanidade vai conhecendo a sua composição astral e física, à medida que ela vai conhecendo a sua composição astral e física, à medida que ela vai se esclarecendo sobre os sérios porquês da vida, principia atirando às ortigas as religiões e os preconceitos sociais e fica sabendo então que o batismo e o casamento na Igreja nada vale, é uma burla, é uma palhaçada que imperando vinha desde quando passou esta seita, a ser religião do estado, e que esses vendilhões, duzentos anos após a desencarnação de Cristo, de seu nome desonestamente se serviram para fazer negócio, tudo deturpando e escravizando aos seus interesses e aos seus desejos impuros. Em seu nome, se faz rapinagem, em seu nome se mata, em seu nome se absolvem bandidos da pior espécie: logo que a paga seja gorda. Tomar, pois a sério semelhante seita cujo maioral, o Papa, chefe desse rancho carnavalesco acaba de apoiar a pena de morte decretada pelos decrépitos legisladores Romanos, que não a serviço da Pátria, mas sim, da vontade perversa e criminosa dos instrumentos servis do Vaticano, eles a sancionam. Analisem pois, todas as criaturas sensatas, livres de paixões sectaristas, se pode ter opinião, tão ladravaz, criminosa e vingativa seita, cujo chefe obsedado apoia o estrangulamento de menores inocentes e pratica mil e outras atrocidades!... (A PEDIDOS,

Tais palavras saíram na seção “apedidos” de um dos maiores jornais do Rio de Janeiro àquela época. Tais colunas davam o tom das tonalidades democráticas da imprensa à época, uma vez que publicavam textos de autores,

não raro, anônimos e sob pseudônimos acerca dos mais variados temas políticos, culturais, sociais e religiosos. O divórcio era uma que perpassava todos esses campos e como se sabe demorará muitas décadas ainda para se consolidar efetivamente na realidade jurídica brasileira.

Os católicos, porém, mobilizados em suas instituições reorganizadas, fortalecidos pela presença e cooptação de importantes intelectuais, políticos, empresários e outros agentes sociais e, também, conectados com importantes mudanças culturais, políticas, econômicas e sociais que marcam a história do ocidente do pós-Primeira Guerra Mundial (Cf. TOLENTINO, 2016) conseguirão ocupar os postos centrais da República, a partir da Revolução de 1930 e terão sucesso na implementação daquele “catolicismo integral” pregado pelos ortodoxos ultramontanos. Trata-se, porém, de outra religiosidade e, mesmo, de outro catolicismo, de modo que tal tradição também será inventada a partir de tais anos finais de Primeira República e consolidada nas décadas posteriores.

Referências

- ALONSO, Ângela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 15, nº 44, pp. 35-55, outubro 2000.
- ASSIS, Machado de. Esaú e Jacó. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994. Disponível em: machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/romance/marm09.pdf Acesso em: 22 mar. 2019.
- CARTOMANTE, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 abr. 1908, p. 7.
- CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- Centro Espírita Redentor, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 nov. 1927, p. 4.
- COMPRA-SE, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 dez. 1905, p. 7.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Laemmert, 1905.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Vol II. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962. 1ª edição 1959.
- GOMES, Perilo. Teosofia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 de mar 1922, p 1.

- HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MARIA, Júlio. A Religião. Ordens religiosas. Instituições pias e beneficentes. ASSOCIAÇÃO DO QUARTO CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL. *Livro do Centenário*. (1500-1900). I. Rio de Janeiro: Imprensa oficial, 1900.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, vol 15, n 26, Rio de Janeiro, pp. 15-31, janeiro 2009.
- MICELI, Sergio. A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930. 1985. 222f. Tese (livre-docencia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.
- RIO, João do. *As religiões do Rio*. São Paulo: Nova Aguilar, 1976.
- RODRIGUES, José Carlos. Religiões Acatólicas. ASSOCIAÇÃO DO QUARTO CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL. *Livro do Centenário*. (1500-1900). I. Rio de Janeiro: Imprensa oficial, 1901.
- SEIDL, Coronel Raimundo. Teosofia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1922, p. 1.
- TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. *Do ceticismo aos extremos: cultura intelectual brasileira nos escritos de Tristão de Athayde (1916-1928)*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2016.

GOVERNO E PRÁTICAS POLÍTICAS: AZEVEDO AMARAL, UM INTELLECTUAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTADO NACIONAL DE GETÚLIO VARGAS

Nara Maria Carlos de Santana

A autora é pós-doutora, professora e pesquisadora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET RJ – Campus Petrópolis e Maracanã, no Bacharelado de Turismo e nos Programas Stricto Sensu, Mestrado em Relações Étnico-raciais (PPRER) e em Filosofia e Ensino (PPFEN).

A participação dos intelectuais na construção da brasilidade foi uma das características marcantes de todo o período Vargas. As atividades políticas dos intelectuais preocupados com a questão nacional foram iniciadas ainda no século XIX, tiveram um lugar de destaque nos anos 20 do século XX e durante o período de Vargas adquiriram um status inclusive profissional. A idéia era de que os intelectuais como elite poderiam fomentar o desenvolvimento social, a partir de seus conhecimentos e da observação da prática de manifestações culturais autenticamente “superiores”. Por isso, a política cultural de Vargas “envolveu a nomeação de intelectuais para postos de destaque e a criação de diversos órgãos capazes de atraí-los para junto do governo”.¹

Durante o Estado Novo, este grupo social teve relevância, tanto para a legitimação da ditadura varguista, quanto para a própria concepção do regime que se fundou. Dentre os intelectuais que participaram deste período, me ocuparei de dois de seus idealizadores, Francisco Campos e Azevedo Amaral, privilegiando a obra de Amaral: Getúlio Vargas, estadista. Para tanto, inicio destacando uma análise de Bobbio, sobre o conceito de ideólogo e de expert.

¹ Disponível em: <www.cpdoc.br>. Acesso em: 21. ago. 2003. Por outro lado, isso não significou liberdade no campo intelectual. O governo de Getúlio Vargas esteve propício ao autoritarismo desde a Revolução de 30, não só por ideologia, mas também por acreditar ser necessária uma política rígida para se impor às oligarquias regionais. Por isso, desde os anos 30 as atividades culturais eram vigiadas e a repressão e a propaganda eram usadas largamente. Somente os intelectuais, considerados propensos a contribuir fosse na elaboração dos projetos de governo ou na propaganda, conseguiam respirar ares de liberdade, caso contrário, também eram reprimidos e presos como inimigos do regime.

A que distingue ideólogos de *experts*. Os primeiros regidos pela ética das convicções (os *intelligenti*), os segundos, pela das responsabilidades (os intelectocratas), ainda que estes termos devam ser tomados com reservas, pois os *intelligenti* são também responsáveis – por seus projetos e organizações e, no limite, por suas vidas –, enquanto os intelectocratas não raro reagem movidos por convicções e assumem as conseqüências de seus atos. (REIS, 2000, p.13)

Pela definição de Bobbio poderíamos também considerar os ideólogos do Estado Novo como intelectocratas, por terem sido chamados para a elaboração teórica do regime e oferecerem uma formulação oficial e uma explicação da razão de ser do Estado Nacional, sem, contudo, deixar de lado suas convicções pessoais. Estes intelectuais mostravam-se preocupados com o problema da identidade nacional e, exercendo um papel político, propuseram-se a “civilizar por cima”. (PÉCAUT, 1990, p.39)

Ao analisar a participação dos ideólogos Campos e Amaral, vale destacar que nenhuma realização social é feita sem a participação da sociedade, que segundo Pécaut (1990, p.39) ao observar este aspecto da participação popular, destaca:

Voltamos, com isso, às qualificações reivindicadas pelos intelectuais. Tinham uma vocação dirigente porque conseguiam, melhor do que qualquer outra elite, captar e interpretar os sinais que demonstravam que já existia uma nação inscrita na realidade, mesmo que ainda desprovida de expressão cultural e política: do implícito, vangloriavam-se de produzir o explícito. (PÉCAUT, 1990, p.38)

Neste sentido, para a construção de uma concepção de nação, foram utilizados elementos já existentes na estrutura social brasileira e por isso mesmo mais facilmente aceitos pelo povo. O nacional-estatismo construiu assim um projeto de nação a partir de elementos presentes na sociedade: o futebol, o samba e a mestiçagem, manifestações culturais e práticas sociais (intercurso sexual inter-racial, por exemplo) de grupos sociais integrados e excluídos, que foram apropriados e organizados em um projeto político que teve intelectuais em todos os setores.²

² O termo “intercurso sexual” foi usado por Gilberto Freyre no livro *Casa-grande e senzala*, publicado pela primeira vez em 1933. Neste livro, Freyre explica a formação social brasileira e como a mestiçagem, principal elemento de diferenciação da identidade nacional, é possível pela “facilidade” com que as relações inter-raciais se realizam na sociedade brasileira. Apesar deste livro ter sido uma verdadeira contribuição ao projeto de afirmação da brasilidade do período de Getúlio, por seu enfoque positivo das questões raciais, da idéia de democracia racial, Freyre foi preso durante o Estado Novo devido a suas divergências com os rumos que

É amplamente sabido que a nação, como constructo cultural, é sempre o trabalho coletivo de muitos. Comunidades letradas e iletradas, grupos dominantes e dominados, nacionalmente integrados ou excluídos, todos contribuem com distinta intensidade, de modo diferente e em ocasiões diversas, para a produção desse dinâmico e mutável “caldo” cultural ao qual o nacionalismo costuma vir identificado. (PAMPLONA, 2003, P.3)

O Estado Nacional e seus ideólogos: o papel de Francisco Campos

As propostas varguistas foram sistematizadas por seus ideólogos, Francisco Campos e Azevedo Amaral. Em 1940, Azevedo Amaral já havia publicado a obra na qual apresentava a ideologia do Estado Novo, *O estado autoritário e a realidade nacional*, e em 1941 publicou o livro *Getúlio Vargas: estadista*, explicando e enaltecendo o caráter de condutor político de Vargas. Em seus trabalhos, Campos e Amaral concluíram que somente uma elite intelectual seria capaz de interpretar os sentimentos e os interesses do povo e, ao mesmo tempo, discipliná-lo. Se, por um lado, os intelectuais se “atribuíram a função de agentes da consciência e do discurso”, por outro, a organização social brasileira contribuiu para reforçar estas concepções, que partiram de características latentes na sociedade brasileira e provocaram, segundo os autores:

[...] uma transformação brusca e de caráter revolucionário em que a concepção das finalidades do movimento e a sua execução têm lugar pela iniciativa de um homem superior ou de um limitado círculo de personalidades, não há revolução, mas um golpe de Estado, que, aliás, produz ou pelo menos pode produzir, se o seu êxito se torna definitivo, os mesmos efeitos renovadores de uma autêntica revolução na qual sob a **direção de elementos de elite** tomam parte massas populares. (grifo meu) (AMARAL, 1941, P.26)

Numa conjunção de concepções de caráter conservador surgido nos anos 30, os ideólogos do Estado Novo construíram sua proposta de Estado.

a política de Vargas vinha tomando. Ver CHACON, Vamireh. *A construção da brasilidade* (Gilberto Freyre e sua geração). Brasília/São Paulo: Paralelo 15/Marco Zero, 2001.

Campos (1941, P.16) sugere a existência da necessidade de um líder que interprete o comportamento das massas, baseado não só na influência dos pensamentos conservadores que marcaram a intelectualidade brasileira desde o século XIX, mas também no reflexo indubitável dos regimes de massa que se desenvolveram ao longo das duas últimas décadas de 20 e 30 no Ocidente e a maneira como estes se organizaram.³ Assim, dentro desta perspectiva, este ideólogo discute outro ponto fundamental, tanto para o Estado Novo, quanto para os governos e regimes que despontaram neste período, que é o antiliberalismo. No início de sua justificativa sobre a participação popular nos modelos liberais, o autor destaca de que maneira a “entrada das massas no cenário político”, através principalmente do voto e do plebiscito, foram responsáveis pela separação (ou fracasso) da democracia e do liberalismo. É importante ressaltar que o antiliberalismo brasileiro esquece de relatar que no país não existiu um liberalismo de fato e que foi a ausência de uma República liberal, com os mecanismos presentes neste modelo, tal como o voto e o acesso à cidadania, que levaram Vargas ao poder no começo dos anos 30.⁴ Por isso, no Brasil, o antiliberalismo dos ideólogos do regime de Vargas segue primeiro uma tendência mundial, e segundo, atende a uma necessidade de legitimação de um governante que assumiu com a promessa de fazer valer os direitos liberais democráticos da população brasileira, mas que no meio do caminho interrompeu este compromisso em nome de outros que classificou como maiores.

Dentre as suas explicações, Campos afirma que o pensamento liberal construiu o mundo político de forma similar ao universo jurídico ou forense. Sendo assim, as tomadas de decisões ficariam circunscritas a foros comuns ou de organização, em que as opiniões individuais seriam submetidas ao julgamento da maioria. No liberalismo, as decisões seriam tomadas segundo a razão “ou ao critério de justiça ou de verdade”, fundando para isso uma

³ Vale destacar que apesar de utilizar em seu discurso elementos presentes nas falas totalitárias, Francisco Campos desenvolve uma adaptação de vários modelos para o caso brasileiro, tentando adaptá-lo a realidade autoritária que desejava imprimir. De qualquer modo, seu discurso faz uma crítica ao totalitarismo. Cf. CAMPOS, 1941.

⁴ Só a título de curiosidade e como exemplo do estágio do liberalismo no país, citarei uma expressão utilizada por Oliveira Vianna, em um trabalho sobre o nacionalismo. No Brasil “os elementos liberais [...] inspiram-se em teorias e idéias exóticas [...]”. Entre nós, liberalismo significa praticamente, e de fato, nada mais do que o caudilhismo local e provincial. (Cf. VIANNA, Oliveira, Nacionalismo e questão social. In: *Pequenos estudos de psicologia social*. São Paulo, 1943. p. 3).

democracia com base na liberdade de associação, de imprensa e das demais manifestações do pensamento. Estes são, segundo Campos, alguns dos empecilhos para o bom funcionamento da democracia liberal. Para ele, o sistema liberal-democrático não pode ser eficaz por muito tempo, já que “se limitava a reduzidas zonas humanas e o seu conteúdo não envolvia senão estados de tensão ou de conflito de interesses (...)”, representando interesses setoriais em detrimento dos interesses gerais – no caso – da nação. Além disso, o crescimento das massas urbanas dificultou a eficiência do processo político, alargando as zonas de interesse individuais e aumentando o constante “estado de conflito”. Como resultado, segundo o ideólogo, a democracia liberal viabilizou a ascensão dos regimes totalitários.

Assim, porém, como o processo democrático de integração política deixou de funcionar quando cresceu em extensão e intensidade a área dos antagonismos das tensões e dos conflitos internos, nós vemos, no domínio internacional, avolumar-se a massa das tensões econômicas e políticas, particularmente as determinadas pela ressurreição do mytho nacional e do conseqüente Estado totalitário ou estado de massas. (CAMPOS, 1941, P.30)

“O novo Estado brasileiro resultou de um imperativo de salvação Nacional.” Ao começar desta forma o capítulo em que aborda as bases fundamentais do que ele chama “o novo Estado brasileiro”, o autor consegue justificar as decisões e rumos do Estado, apelando para o sentimento da nacionalidade. (CAMPOS, 1941, p.30) Após os preâmbulos iniciais onde introduz alguns aspectos deste novo Estado já vistos anteriormente, a importância da participação de um líder e o antiliberalismo, o ideólogo passa a definir as características deste Estado Novo. Com a finalidade de conduzir o “imperativo de salvação nacional”, no manifesto de 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas assume o governo, identificado com o “destino da pátria”. (CAMPOS, 1941, p.36)

Neste manifesto, Vargas define as bases da ditadura estadonovista, segundo Francisco Campos, “exprimindo o consenso nacional”. Um dos primeiros pontos destacados neste documento foi a necessidade de extinguir os partidos políticos. A justificativa de Getúlio Vargas, que se baseou nas idéias apresentadas por seus ideólogos, foi a de que os partidos políticos já não representavam os interesses da população, e “nada exprimiam

ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais e de predomínios localistas (...)”.(CAMPOS, 1941, p.38) Com base na estrutura da representação popular de períodos anteriores, principalmente do pré-30, os pressupostos do Estado Novo legitimaram o fim da representação partidária.

Francisco Campos (1941) classifica a democracia do século XIX como negativa, visto ter propiciado uma “atitude de revolta contra a ordem estabelecida”. O motivo, de acordo com este ideólogo, era a definição constitucional de direitos e garantias individuais que submetiam o governo (presente nestas constituições como inimigo) aos interesses particulares. Ou seja, “em que o indivíduo só podia ser afirmado pela negação do Estado”. (CAMPOS, 1941. P.54) De acordo com estas afirmativas, o autor desenvolve sua concepção de democracia, que será definida por ele como de caráter social. Esta espécie de interesse individual que também será confrontada por Azevedo Amaral e uma das bases de seu pensamento.

Getúlio Vargas: Estadista ou a contribuição de Azevedo Amaral no governo e em suas práticas políticas

Uma das questões fundamentais para Estado Novo ou Estado Nacional era ampliar as conquistas intelectuais e tecnológicas – resultado da Revolução Industrial – através de uma Constituição que garantisse ao cidadão novos direitos que lhe permitissem o acesso aos benefícios sociais.

O problema constitucional não é mais o de como prender e obstar o poder, mas o de criar-lhe novos deveres, e aos indivíduos novos direitos. O poder deixa de ser o inimigo, para ser o servidor, e o cidadão deixa de ser o homem livre, ou o homem em revolta contra o poder, para ser o titular de novos direitos, positivos e concretos, que lhe garantam uma justa participação nos bens da civilização e da cultura. (CAMPOS, 1941, p.55)

A fim de atingir e ampliar os benefícios técnicos e intelectuais, o Estado deve combater não só o liberalismo, como foi visto anteriormente, como também o marxismo, segundo Amaral e Campos. Para isso, sugerem os ideólogos, seria implantado o corporativismo. Ao contrário do comunismo, que, para estes pensadores, fundamenta-se na generalização da economia

como explicação dos fenômenos políticos e sociais mais gerais e preconiza o conflito de classes, o corporativismo tem a função de proteger os interesses dos grupos sociais, evitando o conflito. Motivo, aliás, que serve para explicar sua oposição também ao liberalismo que prevê a liberdade individual em detrimento de interesses gerais, no caso, da nação. O corporativismo combate a livre-concorrência e limita a liberdade do indivíduo em nome de um interesse maior: o interesse nacional.

Na organização corporativa, o poder econômico tem expressão legal: não precisa negociar e corromper, insinuar-se nos interstícios ou usar de meios oblíquos e clandestinos. Tendo o poder, tem a responsabilidade, e o seu poder e a sua responsabilidade encontram limite e sanção no Estado independente, autoritário e justo. (CAMPOS, 1941, p.64)

O trabalho de Azevedo Amaral, *Getúlio Vargas: estadista*, publicado durante o regime em 1941, se propõe a propagandear o Estado Nacional e ainda, segundo as palavras do próprio autor, lançar “algumas reflexões sobre certos traços da mentalidade e do temperamento do Presidente que mais fortemente se destacam”. (AMARAL,1941, P.46)

A base das reflexões de Azevedo Amaral acerca da personalidade de Getúlio coincide com as ideias fundamentais do pensamento de Francisco Campos sobre as qualidades do líder político. Neste trabalho, Amaral também destaca os aspectos negativos do liberalismo, a importância de um líder condutor das mudanças políticas, o anticomunismo, o surgimento de uma nova concepção de “democracia” e a oposição ao totalitarismo.

É importante notar que, apesar de suas críticas ao liberalismo, o ideólogo – assim como Francisco Campos anteriormente destaca – faz questão de ressaltar que no Brasil este modelo nunca se concretizou em práticas do Estado. Além disso, acentua o autor, o liberalismo vigente nos países onde este foi adotado fracassou, principalmente na produção de representantes competentes para a execução de políticas sociais positivas.

No século XIX e ainda hoje, nos países onde subsiste o liberalismo democrático com a sua maquinaria eleitoral e parlamentar, os políticos dotados de capacidade para elevarem-se a um plano superior viram-se e continuam a ver-se constrangidos a fingir-se de medíocres, para não serem destruídos pelas forças

inerentes à própria essência do sistema em que se acham integrados. O fato aqui apontado constitui o traço mais característico da vida pública na era democrática. O sucesso dos medíocres na esfera política tornou-se na democracia eleitoral e parlamentar tão generalizado e invariável, que nenhum dos pensadores de maior sagacidade e profundidade na análise deixou de assinalar esse aspecto do regime liberal, como o mais significativo talvez da sua natureza e das suas tendências. (AMARAL, 1941, P.23)

O ideólogo Azevedo Amaral entende que “a maquinaria eleitoral” do processo representativo impede as ações do chefe do poder Executivo, condições geradas pelo “eleitoralismo” e parlamentarismo. Amaral (1941) foi um dos mais reconhecidos analistas sócio-políticos da década de 30, sendo considerado o mais eloquente apologista do regime de Vargas. Jornalista e pensador, destacou-se como escritor desde o final da década de 20, discutindo os problemas políticos brasileiros e a realidade social do país. Em 1936, começou a trabalhar como propagandista do governo e após o golpe de 10 de novembro, teve papel de destaque na explicação do novo regime. Para ele, “o novo regime era inteiramente moderno e, ao mesmo tempo, perfeitamente brasileiro. Representava a identificação final do Estado com a nação”. (LAUERHASSA, 1986, p.138) Ao tratar do processo representativo e da chefia do executivo, Amaral afirma que:

O erro fundamental de todo o sistema igualitário da democracia provinda da Revolução Francesa foi admitir o absurdo de formas de governo, em que fosse possível a entrega do poder supremo a quem representasse apenas o papel de mandatário das massas e executor dócil da sua vontade. (AMARAL, 1941, P.38)

Em vista disso, ao apontar a fragilidade do poder Executivo presente nas democracias liberais, o autor pretende justificar o governo ditatorial e o destacado papel de Getúlio Vargas na condução dos objetivos do povo brasileiro. Amaral explica o quadro político em que se encontrava o país até 1930, apresenta os antecedentes mundiais do fracasso do liberalismo, as consequências da crise e a importância de Getúlio Vargas para implementação de uma política nacional que possibilitasse o estabelecimento da ordem e dos ideais da nação.

A experiência democrático-liberal, concretizada nas eleições da constituinte de 1933 e na da primeira Câmara Constitucional no ano seguinte, veio dar ao Brasil a prova insofismável de que a autêntica democracia liberal era incomparavelmente pior que a sua deformação pela fraude eleitoral e pelo abuso no reconhecimento de poderes. (AMARAL, 1941, P.110)

Além de concluir que a política democrática do modo como se apresentava era antinacionalista, este ideólogo entendeu que a partir deste modelo foi instaurado no país o “espírito da desordem”. Para o autor, o restabelecimento da ordem só se tornou possível em virtude de Getúlio Vargas possuir o “instinto da ordem”. O destaque dado a “personalidade excepcional” de Vargas, tanto em Francisco Campos quanto em Azevedo Amaral, sofreu influência de uma corrente de pensamento vigente desde o final do século XIX e que legitimava a ideia na qual alguns homens estavam mais aptos para o exercício do poder de que outros. Esta concepção foi chamada de teoria das elites. Vejamos com mais detalhes esse ponto.

Dentro do pensamento conservador, a teoria das elites representa uma interpretação antidemocrática e antissocialista, constituindo-se assim como um ponto de referência para a construção do projeto dos intelectuais a serviço do Estado Novo e não foi a única teoria conservadora na qual estes teóricos buscaram inspiração. No Brasil, desde o século XIX, todas as teorias em voga na Europa, como o darwinismo social, o evolucionismo de Spencer, as concepções de *Vacher De Lapouge* ou de *Gumplowiz*, a psicologia das massas de Lê Bon influenciavam a *intelligentsia* nacional. (PÉCAUT, 1990, p.35) No começo do século XX, aliás, desde 1880, o positivismo difundiu-se no país e, assim como a teoria das elites, inspirou intelectuais e serviu para disseminar a ideia de que política e ciência estavam associadas. O próprio Azevedo Amaral propõe “a investigação positiva do desenvolvimento sociológico”. (PÉCAUT, 1990, p.34) As inspirações destas teorias servem para justificar, não só a necessidade da presença dos intelectuais nos quadros tradicionais do governo onde está presença é comumente exigida – como no Ministério da Cultura –, como também em diversos outros setores do Estado. Apoio-me aqui na definição proposta por Norberto Bobbio.

Por teoria das elites ou elitista de onde também o nome elitismo se entende a teoria segundo a qual, em toda a sociedade existe, sempre e apenas, uma minoria

que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. (BOBBIO, 2004, P.385)

A teoria das elites foi desenvolvida por três pensadores principais. O primeiro deles foi Gaetano Mosca, em 1896, com o clássico *Elementi di Scienza Política*, o segundo Vilfredo Pareto, em 1916, com o *Tratatto di Sociologia Generale*, e o último foi o norte-americano Robert Mitchels que, em 1910, publicou *La Sociologia Del Partito Político nelle Democrazia Moderna*. Cada um deles partiu da formulação original de Gaetano Mosca, desenvolvendo e acrescentando novas análises à teoria. Os trabalhos de Francisco Campos e Azevedo Amaral foram influenciados pelas teses destes elitistas, principalmente de Vilfredo Pareto que pareciam as mais adequadas às propostas destes intelectuais. Segundo este teórico,

Sendo os homens desiguais em todo o campo de sua atividade, dispõem-se, em vários níveis, que vão do superior ao inferior; chamou de elites aqueles que fazem parte do grau superior, deteve-se particularmente sobre os indivíduos que, ocupando os graus superiores de riqueza e do poder, constituem a elite política ou aristocracia. (BOBBIO, 2004, P.386)

Este pressuposto de Pareto que diferencia os homens em grupos parece inspirar o discurso de Amaral:

Os homens dividem-se a esse respeito em duas categorias facilmente diferenciáveis uma da outra. Uns são os que poucas impressões recebem da falta de coordenação dos objetos, que a observação do mundo exterior lhes proporciona. Os outros, os que não podem resistir à influência penosa e por vezes mesmo intolerável dessa falta de concatenação, que se manifesta no que chamamos a desordem. Os primeiros poderiam ser qualificados como sofrendo de uma cegueira mental, inibindo-os de sentir o efeito perturbador e desconcertante da subversão do encadeamento hierárquico, que a natureza nos apresenta em todas as suas expressões. Os segundos têm em maior ou menor escala desenvolvido o instinto da ordem, que melhor poderíamos chamar de sentido da coordenação hierárquica. (AMARAL, 1941, pp.48/49)

Sobre a questão da hierarquia e da ordem, os dois ideólogos do Estado Novo não pararam por aí. Na perspectiva destes intelectuais – tal como naquela da teoria das elites e nas demais teorias inspiradoras – os homens superiores assim o seriam por uma “espécie de capacidade biológica e

psíquica”. Ou seja, a superioridade, “o instinto de ordem”, a “coordenação hierárquica” são aspectos “naturais” que diferenciam o homem superior do inferior e os capacitam a conduzir os destinos das massas.

Segundo Azevedo Amaral, a importância de Getúlio Vargas como homem capaz de dirigir o país à situação da ordem induziu-o a combater os males que ameaçavam a sociedade brasileira. Males estes resultantes da inépcia, do descompromisso com o povo brasileiro dos governos da República Velha e da entrada de ideologias alienígenas, como o comunismo. Nos trabalhos de Francisco Campos e Azevedo Amaral, não são feitas menções diretas ao nazismo, contudo já se estabelecem critérios para a nacionalização dos estrangeiros no país, a ocupação de cargos públicos é traçada uma previsão de interação racial e assimilação cultural. Quanto ao nazismo, a documentação policial refere-se a este movimento no Brasil como uma destas ideologias “alienígenas” e perigosas, e a repressão aumenta a medida em que avança a política nacionalista e as relações com os Estados Unidos da América são estreitados. O movimento é visto para além de uma ideologia perigosa, como uma ideologia de estrangeiros, uma ameaça ao “imperativo nacional”, um “quisto étnico”, reproduzindo aqui o jargão documental.

Nos trabalhos destes ideólogos, as análises acerca do comunismo apontam como característica deste sistema, a desordem. É importante notar que um regime que destaca a superioridade de alguns homens em relação a outros e que já não aprovava a idéia de igualdade presente no liberalismo, não aprovaria a idéia de um igualitarismo radical do comunismo. É interessante observar a coerência das formulações dos dois intelectuais, que não perdem de vista nenhuma das críticas desenvolvidas em suas teses e seus fundamentos, conseguindo com seus trabalhos difundir e legitimar a “democracia” ditatorial de Vargas. Para eles, no liberalismo, mas principalmente no comunismo, a idéia do igualitarismo serviria apenas para “encantar” os elementos inferiores da sociedade, alimentando a ilusão da possibilidade do exercício político eficiente através da representação ou da participação direta e que permitisse conquistas sociais.

Para finalizar, na concepção dos intelectuais idealizadores desta proposta de Estado, o “gênio político” de Vargas foi destinado a dirigir as transformações políticas necessárias à construção de um Brasil novo e à

efetivação do Estado Nacional. Para tanto, além do combate ao comunismo e às ideologias alienígenas, o governo introduziu mudanças no mundo do trabalho através das leis trabalhistas (que no ano de 1941, ano das publicações acima, sofreria uma reestruturação) e do corporativismo, que definiria as relações entre o capital e o trabalho. Os dois ideólogos também estabelecem um critério para definição do que eles chamam de “o nacionalismo positivo”. Para estes autores, o nacionalismo do século XIX (aliado ao liberalismo) era negativo, pois tinha caráter sentimental e destituído de um “dinamismo criador”. (AMARAL, 1941, P.152) O atual nacionalismo, ao contrário do vigente no século XIX, possibilitava a participação efetiva do Estado nas transformações sociais, através do poder Executivo. Com vistas a realizar o ideal da nação, descreve Azevedo Amaral:

No nacionalismo, embora entrem em escala sempre muito apreciável fatores intelectuais, o que prepondera é o instinto – o instinto da terra e o instinto da raça, as duas bases insubstituíveis da estrutura moral do patriotismo. Na idéia nacional há mais alguma coisa. Ela se apóia naquelas fundações vitais e instintivas, mas eleva-se até o plano da intelectualidade, transformando em idéia no espírito das elites o que é apenas sentimento na alma ardente das massas populares. (AMARAL, 1941, P.156)

Esta concepção de Amaral sobre o nacionalismo resume todas as concepções do autor apresentadas no trabalho *Getúlio Vargas*: estadista, e ainda destaca a importância dos intelectuais e das elites. Pécaut (1999, P.37) afirma que, ao desqualificar os pressupostos da “razão triunfante do iluminismo e os valores universalistas por ela criados”, adotando pressupostos biossociológicos, os ideólogos o fizeram porque estes serviam as suas causas. Com certeza, os idealizadores do Estado Nacional varguista absorveram as teses que convergiam com os interesses por eles planejados. (PÉCAUT, 1990, P.37) Mas, é digno de nota observar que estes intelectuais estiveram alinhados com o contexto mundial que apresentava no geral um quadro de antiliberalismo, anticomunismo, nacionalismo e autoritarismo.

Como participantes da construção de um ideal de nação, os dois intelectuais tiveram uma importância singular no projeto nacional. Em nome do “imperativo nacional”, Campos e Amaral desenvolveram novas formas de “exclusão e criaram adaptações locais das teorias do século XIX, a fim não só

de favorecer o projeto nacional, como também a proposta de ‘homem novo’ brasileiro”. Destaco ainda que estes intelectuais, preocupados com o consenso social, utilizaram como instrumentos de unificação e legitimação desta proposta de nação a educação e a propaganda.

Referências:

- AMARAL, Azevedo. *Getúlio Vargas: Estadista*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 2004.
- CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional - Sua estrutura, Seu conteúdo ideológico*. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio. 1941.
- CHACON, Vamireh. *A Construção da Brasilidade* (Gilberto Freyre e sua geração). Brasília/São Paulo: Paralelo 15/ Marco Zero, 2001.
- LAUERHASS, Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do Nacionalismo Brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 1986.
- PAMPLONA, Marco A. *Ambiguidades do Pensamento Latino-Americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.32, 2003.
- PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais História e Política: Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

CRIMES CONTRA A ORDEM POLÍTICA E SOCIAL: POLÍCIAS NA ERA VARGAS¹

Vivian Zampa

Universidade Salgado de Oliveira e Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Quando assumiu a presidência provisória do Brasil, em 1930, Vargas iniciou um processo de redefinição do Estado, na direção de uma maior intervenção governamental. Para isso, foram criadas inúmeras agências estatais, ligadas, cada uma, a diferentes dimensões da sociedade. Foi o período de nascimento de institutos e comissões responsáveis pelo crescimento industrial, pela regulamentação do trabalho e pela legislação social, entre outros. Nesse contexto também se insere a especialização policial, herdeira de mudanças iniciadas no início do século XX. (REZNIK, 2004).

Esse processo de intervenção, portanto, também atingiu a instituição policial. A nova estrutura administrativa do Ministério da Justiça e a formal subordinação dos corpos policiais aos governadores foram, aos poucos, superadas pela Chefia de Polícia do Distrito Federal. Há de se ressaltar que, a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, motivou uma preocupação do governo federal com as polícias militares, tendo em vista a atuação dos agentes militares de São Paulo. Essa questão, aliada a um projeto centralizador maior, levou desde o aviso nº 102, de 17 de junho de 1933 até a Lei 192, de 1936, a determinação do número do efetivo das Polícias Militares, sua organização, instrução e ensino, bem como o seu emprego e definição de finalidades (Aviso 102; Lei nº 192).

Logo, se por um lado a primeira Constituição republicana, de 1891, foi composta por artigos que enfraqueceram o poder central, favorecendo o poderio regional dos governadores dos estados federados, com destaque para o fortalecimento de seu braço armado, isto é, de suas polícias militares; a elaborada no governo Vargas, de 1934, notabilizou-se pelo intervencionismo,

¹ Esse texto trata-se de uma versão do Capítulo II da minha tese de Doutorado “*Poder Político e Monopólio da Violência: a militarização da Polícia do Rio de Janeiro*”, defendida em 2014 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

tratando, pela primeira vez, de forma constitucional, das questões relativas às Polícias Militares estaduais. Conforme o artigo 167: “as Polícias Militares são consideradas reservas do Exército e gozarão das mesmas vantagens a este atribuídas, quando mobilizadas ou a serviço da nação”. (Constituição de 1934, Artigo 167)

O decreto-lei, de nº 192, em 1936, determinou a estruturação das Polícias Militares, segundo as unidades de infantaria e cavalaria do Exército regular, vedando-lhe possuir artilharia, aviação e carros de combate. Também definiu seu uniforme de campanha e suas missões específicas, pelo Artigo 2º:

Art. 2º - Compete às Polícias Militares:

- a) exercer as funções de vigilância e garantia da ordem pública, de acordo com as Leis vigentes.
- b) garantir o cumprimento da lei, a segurança das instituições e o exercício dos poderes constituídos;
- c) atender a convocação do governo federal *em caso de guerra externa ou grave comoção intestina*, segundo a lei de mobilização (Artigo 2º do Decreto-Lei 192, de 17 de janeiro de 1936).

Assim, a ação policial militar, como um braço forte dos governos estaduais, foi perdendo espaço, nesse período, para um modelo ligado a uma lógica de combate aos inimigos do Estado, personificados em torno de comunistas, estrangeiros, liberais ou quaisquer grupos que representassem uma ameaça ao governo instituído.

Junto à reorientação da estrutura das Polícias Militares estaduais, Vargas deu continuidade à busca de especialização dos órgãos de inteligência voltados para as atividades políticas, utilizando, sobretudo, as estruturas da Polícia do Distrito Federal, mais precisamente de seu segmento de “Segurança Política e Social”, o que levou a criação da *Delegacia Especial de Segurança Política e Social* (DESPS), por determinação do decreto nº 22.332 de 10 de janeiro de 1933.

Esta Delegacia, criada pelo Decreto n. 22332 de 10 de Janeiro de 1933 que reajustou o Serviço Policial do Distrito Federal, é como se dispõe no artigo 18 desse Decreto, independente da Polícia administrativa e Judiciária, estando diretamente subordinada ao Chefe de Polícia.

Sentinela avançada do Estado, exerce, em caráter preventivo, vigilância ativa e discreta contra os elementos que possam atentar contra a integridade territorial

do país, a sua constituição ou forma de governo e o exercício dos poderes políticos. Rastreia, assim, a marcha de planos que por ventura sejam engendrados, para fazer fracassar no momento oportuno. Nessa ocasião, operando ostensivamente, faz prender os autores de tais planos, para atuando repressivamente, processá-los e entregá-los aos tribunais de justiça (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas. Série DESPS. Setor Administração. Notação 1-cont, Relatório Anual de 1942).

Segundo Marília Xavier, “a polícia política seria resultante de um processo de ‘especialização’ dos órgãos da instituição policial, surgindo [...] em 1933 com a criação [...] da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS)” (XAVIER, 1993, p. 32).

Formada a partir da Polícia Civil do Distrito Federal, a DESPS era independente da polícia administrativa e da polícia judiciária, estando subordinada diretamente ao chefe de polícia civil do Distrito Federal. Estava ligada, dessa forma, à Seção de Segurança Política e à Seção de Segurança Social para tratar de crimes políticos e sociais. Essa nova composição, que estrutura a polícia política, contribuiu para a reformulação de toda a estrutura policial do país, a partir do Distrito Federal, já que o modelo concretizado na capital serviu de referência para as demais delegacias estaduais (CONCEIÇÃO, 2011, p. 6).

Um passo decisivo para a referida organização foi a realização, em outubro de 1936, do Congresso Nacional de Autoridades Policiais, no Rio de Janeiro, com o objetivo de unificar o trabalho policial, promover entendimento entre as lideranças regionais, transformar, de forma legal, a Polícia Civil do Distrito Federal em central de informações e ações, além de definir os métodos de perseguição de estrangeiros e indesejáveis, sobretudo anarquistas e comunistas. (CANCELLI, 1999, p. 312)

Essa trajetória de alterações, no entanto, não impediu que instituições policiais de nações da América-Latina, como Brasil, Argentina e Peru mantivessem contato e trocassem informações políticas de interesse comum. O tratado assinado na Conferência Policial de Buenos Aires pelos governos dos citados países com a Bolívia, o Paraguai, e Uruguai, em fevereiro de 1920, por exemplo, já demonstrava esse comprometimento. Mais tarde, esse

(...) pacto foi ratificado por Vargas no decreto nº 22.388, de 24 de janeiro de 1933, através de novo acordo feito em 1932. Nele, os países ficavam comprometidos a enviar, de forma permanente, informações úteis sobre tentativas ou execução de feitos anárquicos [...] tendentes à alteração da ordem social [...] ou qualquer outro movimento que se possa considerar subversivo (CASSOL, 2009, p. 2).

Assim, o controle policial, por meio da referida especialização, passou a ser essencial para a centralização do poder político por parte de líderes em prol da segurança interna. Foi por intermédio da DESPS que o Estado brasileiro estruturou os mecanismos operacionais e os recursos humanos necessários, por meio de investigadores, policiais, informantes e técnicos especializados em diversas áreas, para o exercício das atividades de inteligência e repressão. Institucionalmente, portanto, a Polícia Política, na década de 30, constituiu-se como um órgão da Polícia Civil do Distrito Federal, mediante Delegacias Especializadas, que compunham as Polícias Cíveis de cada Estado do Brasil. Por meio das seções Política (S-1), Social (S-2), de Armas e Explosivos (S-3), Arquivo Geral de Segurança Política e Social (S-4), Serviço de Ronda e Serviço Reservado (S-R), desenvolveram-se as funções das referidas Delegacias Especiais. Em relação às atividades desempenhadas pelas Seções, a S-1 e a S-2 trabalhavam próximas, atuando em áreas que iam da investigação, instauração de inquéritos, operações de busca, apreensão e prisão, até aquelas ligadas à segurança de embaixadas e personalidades políticas. A S-3, por sua vez, tinha por finalidade principal fiscalizar e monitorar os produtos químicos e inflamáveis, além de controlar a produção, comercialização e circulação de armas de fogo. Era, ainda, responsável pela instrução de tiros e do manuseio dos artefatos eletrônicos dos componentes da DESPS, administrando cursos de formação para a mesma. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas. Série DESPS. Setor Administração. Pasta 1-f, Relatório do ano de 1941. Serviço Reservado, Confidencial e Setor Administração, dossiê 1. pasta 1-g. Relatório anual de 1940).

O Arquivo Geral de Segurança Política e Social, S-4, compunha o banco de dados com pastas sobre indivíduos suspeitos ou já investigados, a partir de um departamento que cuidava diretamente das suas fichas, e de outro que fazia o levantamento de informações. Segundo Thiago da Silva Pacheco, quando se

desconfiava de uma pessoa, “procurava-se produzir uma ficha para ela, onde constavam informações mais básicas e se ela já tivesse sido presa, então se produzia um prontuário: ali estariam os antecedentes do indivíduo e outras informações mais detalhadas”. Nesse processo, procedimentos que iam desde a espionagem até a coação de partidos políticos, entidades representativas e órgãos de categorias profissionais também faziam parte da esfera de atuação da Polícia Política, diante da contenção de ameaças à segurança pública (PACHECO, 2010, p. 24 e 28).

Observa-se que, nesse mesmo período, durante o governo Vargas, fora construído um discurso nacionalista, em uma tentativa de se obter maior autonomia financeira, devido à crise que assolava as nações capitalistas. A conjuntura econômica internacional demandava um projeto político-econômico com vistas a suprir internamente às necessidades advindas da falta de mercado exportador. Concomitante, a política de Vargas buscava, ainda, frear ações *subversivas* no seio da sociedade civil, por meio da ideologia do trabalhismo – em um processo de “construção da nação pela incorporação da classe trabalhadora, através de maior ou menor controle do Estado” – e do uso efetivo da coerção física, pois “o poder de polícia foi um dos pilares do Estado Novo” (XAVIER, 1993, p. 34).

Após a vitória do movimento liderado por Vargas, as intervenções nos estados e as alterações no exercício de poder criaram um verdadeiro vazio partidário. A agitação política era realizada por ações individuais ou de grupo, desenvolvendo-se sem a organização de um partido que a representasse. A necessidade de um partido que pudesse assumir essa tarefa, entretanto, apareceu com grande força. Dessa forma, em 1932, foi fundado o partido direitista Ação Integralista Brasileira (AIB)² e, a partir de 1935, surgiram as primeiras notícias acerca da Aliança Nacional Libertadora (ANL).³ Diante de

² Agrupamento partidário, de inspiração fascista, que reunia grande parte da classe média brasileira e grupos do interior, seduzidos pelo apelo de um nacionalismo exagerado e a afirmação de valores tradicionais, reacionários e moralistas, denotados em seu grande lema: *Deus, Pátria e Família*. Ver: Ver: ZAMPA, Vivian. *Questionando o Inquestionável: a Desestalinização do PCB (1956-1958)*. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003, p. 78-79.

³ A partir de 1935, surgiram as primeiras notícias acerca da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em sua composição estavam os grupos que viam a necessidade urgente de reformas sociais, dentre eles socialistas, sindicalistas e tenentistas. Dessa forma, a aliança apresentava-se, acima de tudo, como um amplo movimento popular que surgira da inevitabilidade de libertar o Brasil das explorações estrangeiras e evitar a aprovação da Lei de Segurança Nacional, em votação no Congresso, além do combate ao fascismo, representado

muitas críticas e da instabilidade política gerada pela atuação da ANL e da AIB, em 1935 foi promulgada a primeira Lei de Segurança Nacional, definidora de crimes contra a ordem política e social:

Crimes contra a ordem política – tentar mudar por meios violentos a Constituição da República ou a forma de governo; opor-se ao livre funcionamento dos poderes da união [...] divulgar notícias falsas que possam gerar temor à população; fabricar, possuir, comprar ou vender, sem licença, armas e explosivos.

Crimes contra a ordem social – incitar o ódio entre as classes sociais; incitar ou preparar atentado contra pessoa ou bens, por motivos doutrinários políticos ou religiosos; incitar ou preparar a paralização de serviços públicos ou de abastecimento da população; induzir empregadores ou empregados à cessação do trabalho; promover, organizar ou dirigir a sociedade no sentido de subverter ou modificar a ordem política e social [...] (Lei nº 38, de 04/04/1935).

A tentativa de golpe organizada por militantes da ANL junto aos treinados pelo Partido Comunista do Brasil (PCB)⁴ e a alguns militares, em 1935, na chamada Insurreição Comunista, portanto, estimulou a reação direta do governo, que, a partir da Lei de Segurança Nacional, passou a indicar os crimes contra a ordem política e social, que deveriam ser investigados e encaminhados pela polícia política. Um ano depois fora criado o Tribunal de Segurança Nacional, visando a tornar mais ágeis os processos jurídicos abertos contra suspeitos de ameaçar a segurança do país. Em relação aos detidos no movimento conhecido pejorativamente como Intentona Comunista pelos

no Brasil pela Ação Integralista Brasileira (AIB). Ver: ZAMPA, Vivian. *Questionando o Inquestionável: a Desestalinização do PCB (1956-1958)*. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003, p. 78.

⁴ Fundado em um congresso realizado nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922, o Partido Comunista do Brasil foi criado por inspiração do *Comintern* (Termo que designa a Terceira Internacional Comunista – 1919-1943 – com o objetivo de reunir diferentes partidos comunistas do mundo); embora sua admissão à Internacional não tenha sido imediata. Suas primeiras sessões foram realizadas no Sindicato dos Alfaiates e Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, e a reunião final, com vistas à sua formalização institucional, na casa da família do jornalista Astrogildo Pereira, no centro de Niterói. Participaram do movimento de criação nove delegados, representando os grupos comunistas de Porto Alegre, Cruzeiro, Recife, São Paulo, Niterói e Distrito Federal. Os fundadores do Partido foram: Astrogildo Pereira, jornalista do Rio de Janeiro; Cristiano Cordeiro, professor, de Pernambuco; João da Costa Pimenta, gráfico, de São Paulo; José Elias da Silva, sapateiro e operário, natural de Pernambuco, mas residente no Rio de Janeiro; Joaquim Barbosa, alfaiate natural de Sergipe e residente no Rio de Janeiro; Luis Peres, vassoureiro, do Rio de Janeiro; Hermogêneo da Silva, electricista de Cruzeiro em Minas Gerais, Abílio de Sequete, barbeiro nascido na Síria e residente em Porto Alegre, a Manoel Cedón, nascido na Espanha, e que a exceção dos demais não possuiu ligações com o movimento anarco-sindicalista. Maiores detalhes em: PEREIRA, Astrogildo. *Ensaio Histórico e Político*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1979, p. 71.

militares, em 1935, figuravam inimigos “subversivos” de diferentes ideologias político-partidárias:

Os presos não eram só homens como Miranda, Caetano Machado, Prestes Ewert, Ghiold, Agliberto Vieira de Azevedo e Agildo Barata, responsáveis ou coadjuvantes da insurreição. Cristiano Cordeiro, que fora contra o movimento, foi parar debaixo de sete chaves, em vez de ocupar a cadeira no Conselho Municipal de Recife, que conquistara recentemente. Os trotskistas, que tampouco deram apoio à revolta, foram vítimas da repressão policial, sendo presos alguns de seus dirigentes. Entre os anarquistas presos estavam José Oiticica, Oreste Ristori (DULLES, 1977, p. 27).

Nesse período, a insurreição comunista, aliada à divulgação de um falso plano de tomada de poder pelos mesmos – o Plano Cohen⁵ – constituir-se-iam os argumentos mais fortes para a instalação do Estado Novo, em 1937. A partir de bases autoritárias, a nova etapa política da presidência de Vargas foi marcada pelo fechamento de todos os partidos políticos e a condenação à clandestinidade das atividades contrárias ao governo (CARNEIRO, 1999, p. 331). Em meio à grande tensão social então vivenciada e amplamente difundida pelos meios de comunicação do país, a DESPS/DF deu início a um amplo processo de investigação e prisão de suspeitos ligados ao comunismo, o que fica evidenciado nos relatórios administrativos encaminhados pelos delegados especiais aos chefes de polícia, nos quais os comunistas eram indicados como os grandes “inimigos nacionais”, figurando no mesmo patamar de indesejáveis como os “desocupados”, “malandros”, “desordeiros”, “bêbados” e “vadios”, entre outros (CONCEIÇÃO, 2011, p. 5). Assim,

Comunistas e estrangeiros seriam os objetos primordiais de vigilância e repressão nos anos 1930 até meados dos anos 1940. Foram os atores principais de dois conflitos que marcaram o cenário político brasileiro e internacional no período: a Intentona Comunista e a II Guerra Mundial. A maioria dos agentes internos, dos contatos nacionais e internacionais se relacionavam com esta problemática. Entre fins de 1935 a 1937, promoveu-se uma verdadeira caça aos comunistas, ao Partido Comunista do Brasil, à Aliança Nacional Libertadora, às

⁵ O principal recurso empregado para o Golpe de 1937 foi a organização de um documento, que teorizava uma revolução comunista no país, o “Plano Cohen”. Uma vez nas mãos do capitão Olímpio Mourão Filho, o Plano foi entregue a Góes Monteiro, ao ministro de guerra Eurico Gaspar Dutra e ao presidente Getúlio Vargas. Após a divulgação do falso plano, iniciou-se a Ditadura do Estado Novo e um processo de combate ainda maior ao comunismo no Brasil. Ver: ZAMPA, Vivian. *Questionando o Inquestionável: a Desestabilização do PCB (1956-1958)*. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003, p.82.

supostas associações culturais, sociais, sindicais. O ano de 1938 foi marcado pela repressão aos integralistas. Durante a guerra foram esquadrihados os indivíduos, grupos e associações originários do exterior, especialmente dos países do Eixo: desde redes de espionagem internas até empresas comerciais legalizadas (REZNIK, 2004, p. 108).

Na conjuntura do entreguerras, marcada pelo extremismo político tanto de setores da dita “esquerda” quanto dos da “direita”, foi realizado um congresso reunindo Secretários de Segurança e chefes de polícia de todo o país, em 1936. Esses, entre outros, elegeram como questões fundamentais a serem trabalhadas pela polícia política: “a propaganda extremista e sua ação nos sindicatos e associações”, a “produção, importação, posse e venda de armas e explosivos”, e a “centralização e padronização das atividades policiais” (REZNIK, 2004, p. 108).

Por ocasião da implantação do Estado Novo, as Polícias Militares estaduais encontravam-se organizadas em boa medida à semelhança do Exército. Aquarteladas, eram instruídas para atuarem como reserva operacional das tropas de infantaria e de cavalaria, com seus BI, Batalhão de Infantaria, BC, Batalhão de Caçadores, BG, Batalhão de Guarda, e RG, Regimento de Cavalaria. Utilizavam uniforme de campanha e recebiam de munições a equipamentos de combate, como a referida Força Armada. Essa modificação doutrinária, entretanto, levou-a muito mais a uma preparação para o cumprimento de sua missão de “garantir a ordem pública” e zelar pela segurança das Instituições, do que a um treinamento que a levasse a ter as mesmas condições operacionais do Exército (SOUZA, 1986, p. 38).

À mesma época, a Constituição de 1937 fortaleceu ainda mais o executivo, habilitando-o a fazer frente às agitações internas, questões político-ideológicas e às questões externas do entreguerras. A intervenção ainda mais direta do governo federal no controle das polícias militares visava, naquele momento, a impedir qualquer possibilidade de que os agrupamentos políticos insatisfeitos com o regime instalado se sentissem em condições e motivados para utilizar a força pública estadual, em uma ocasional contestação ao presidente da República (SENA, 1980, p. 115).

Dois anos depois, o Decreto-Lei nº 1202, ampliou a competência da União para intervir, diretamente, na organização das forças policiais militares dos

estados, de acordo com a sua competência de “legislar sobre o bem estar, a ordem, a tranquilidade e a segurança pública” (Decreto-Lei nº 1202), uma vez que estas sofriam as ameaças diretas de comunistas e de estrangeiros.

Em 1938, o governo Vargas promulgou pelo menos cinco medidas legais para o controle das atividades de estrangeiros. O Decreto nº 341, de 17 de março, regulava, de forma específica, a abertura de firmas por estrangeiros. O Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril, proibia a atuação de estrangeiros em atividades de caráter público, tais como a criação e manutenção de sociedades, fundações e clubes, entre outros, com o intuito de propagar regulamentos ou normas de ação de seus países de origem. No mesmo mês de abril, no Decreto-Lei, do dia 27, foi regulamentada a expulsão de estrangeiros do Brasil, caso fosse prevista legalmente. Pelo Decreto-Lei nº 406, de quatro de maio, foram indicadas as referências sobre a admissão e a permanência de estrangeiros no país. E, ainda versando sobre a situação dos estrangeiros, o Decreto nº 868, de 18 de novembro, instituiu a nacionalização do ensino primário em todos os núcleos de população de origem estrangeira. Um ano depois, mais três serviços rotineiros foram integrados à DESPS: o Serviço Reservado (SR), para o qual o delegado especial encaminhava serviços diversos, visando a reforçar o trabalho das seções; o Serviço de Ronda, composto por um corpo de agentes paisana, que circulava pela capital Federal com pistolas e rádios comunicadores, com as funções de patrulhar as ruas da cidade, indicar atividades suspeitas e neutralizar possíveis reuniões secretas; e o Serviço Secreto, formado por agentes infiltrados que deveriam inserir-se em diferentes grupos conspiradores (REZNIK, 2004, p. 109).

Somadas essas atribuições às já desenvolvidas pela DESPS, houve um significativo aumento do número de seus investigadores e em torno de sua estrutura. Assim, duas outras seções foram criadas: a Secção de Investigações Secretas (S-5), e a secção de Pesquisas (S-6). À primeira, cabiam as operações reservadas e as infiltrações, por meio do uso de espíões; já a segunda, constituía um setor de arquivo e pesquisa, na tentativa de reformular as atividades de informações. Esses órgãos, todavia, não tiveram uma longa vida na DESPS, uma vez que a S-1 e a S-2 já tinham serviços secretos próprios, e a Secção de Arquivos (S-4), de alguma forma, já exercia as atividades destinadas à Secção de Pesquisa. Assim, a S-5 teve uma sobrevida de seis anos,

exercendo atividades de 1942 a 1944 e a S-6, somente de um ano, nos idos de 1942 a 1943 (ARAÚJO, 2000, p. 4).

Em relação à Seção Serviço Reservado, é significativo destacar seu treinamento e atividades. Encarregada das missões sigilosas e pela infiltração de pessoal, era também responsável pelas operações de espionagem, infiltração e escutas telefônicas, por meio de espiões, que se colocavam de forma estratégica em diferentes espaços socioculturais. Estes agentes, para se infiltrarem sem risco em grupos indicados pela DESPS, eram munidos por uma estrutura bem articulada, que se apoiava tanto por antecedentes fabricados quanto por documentos falsos, como uma ficha “subversiva”, entre outros. Dessa forma, eles posicionavam-se em locais de “proliferação de ideias de esquerda”. Assim, em sindicatos, aglomerações de trabalhadores em geral e nos meios intelectuais, possíveis criminosos políticos eram observados e acompanhados por agentes que se comportavam e que, igualmente, compunham seus agrupamentos (ARAÚJO; DUARTE, 2000, p. 4).

Segundo Paulo Roberto de Araújo e Leila Menezes Duarte, duas eram as possibilidades para a criação de um agente: a primeira, ligada ao “modo inglês”, de preparação, e a segunda ao “modo americano”, de compra. No Brasil, foi preponderante a prática do modo inglês, segundo o qual, na maior parte das vezes, a polícia selecionava um indivíduo e o munia de informações sobre um determinado grupo, como os comunistas. Uma vez conhecendo-o, esse agente era posicionado, de forma estratégica, onde a polícia julgasse mais conveniente, normalmente em sindicatos ou determinados bares próximos a fábricas suspeitas. Nesse processo, por um lado, o indivíduo “recrutado” levava informações para a polícia e, por outro, especializava-se em outras funções, de forma a se inserir, com o tempo, em outros órgãos da DESPS (ARAÚJO; DUARTE, 2000, p. 5).

Apesar de ter a mesma finalidade, o método americano partia de uma premissa inversa. A polícia levantava um indivíduo bem posicionado em determinado grupo ou situação que estava sendo averiguada e escolhia-o, aliciando-o, oferecendo-lhe favores e comprando-o, para que o mesmo fornecesse as informações necessárias. A despeito de ser uma estratégia menos utilizada que a primeira em quantidade, tendo em vista a falta de recursos para a compra de agentes, esse método era incorporado quando se encontravam

muitas dificuldades para a infiltração de pessoal no meio focado (ARAÚJO; DUARTE, 2000, p. 5).

Ressalta-se que a função primordial desses agentes era a produção de informações. As demais, como a prisão e o interrogatório, pertenciam a outros setores da Polícia, tais como o Serviço Reservado ou o Serviço de Ronda, de acordo com a circunstância apresentada. Destaca-se, ainda que, a despeito do local ou da forma como eram selecionados, os referidos informantes, a partir de então, tornavam-se ligados diretamente à chefia da DESPS que os angariava. Esse procedimento, normalmente, levava à dispensa dos referidos agentes, quando um componente do alto escalão da polícia aposentava-se e, ao mesmo tempo, indicava a necessidade do recrutamento de outros agentes, a partir das demandas dos novos policiais (ARAÚJO; DUARTE, 2000, p. 6).

Uma vez estruturada e pormenorizadamente pensada em suas diferentes atribuições, a DESPS alcançaria, com o tempo, um grau de organização e de importância estratégica única no Brasil. Também de forma pioneira em relação às outras instituições próximas que a antecederam, como fora posto, muitos foram os investimentos ligados à eficiência de seus serviços de informação e à valorização de seus profissionais, incluindo um plano de carreira estabelecido por Filinto Müller, de forma diferente a outros órgãos policiais do período (CONCEIÇÃO, 2011, p. 7).

Assim, a DESPS constituiu-se em uma agência com mais de cem funcionários, distribuídos em diferentes seções e serviços, após dez anos de funcionamento. Por meio do estabelecimento e do repasse de seus métodos, formou profissionais especializados e manteve contatos com grupos próximos nacionais e internacionais, com a finalidade de angariar redes e informações imprescindíveis para sua missão maior: “manter a ordem e a segurança política e social” (REZNIK, 2004, p. 109).

A reorientação de parte das funções das polícias civil e militar durante o primeiro governo Vargas demonstram o quanto os corpos policiais foram determinantes no processo de centralização do Estado sob a sua presidência, sobretudo a partir do Estado Novo. Constituiu-se nessa época, portanto, um modelo de polícia com bases em saberes técnicos e em especializações, voltadas aos interesses do executivo e uma de suas metas principais, o combate aos opositores políticos, considerados inimigos da nação.

Referências

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas. Série DESPS. Setor Administração. Pasta 1-f, Relatório do ano de 1941. Serviço Reservado, Confidencial e Setor Administração, dossiê 1. pasta 1-g. Relatório anual de 1940.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas. Série DESPS. Setor Administração. Notação 1-cont, Relatório Anual de 1942.

Artigo 167, da Constituição de 1934. <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 20 de junho de 2013.

Artigo 2º do Decreto-Lei 192, de 17 de janeiro de 1936. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L192.htm>. Acesso em 15 de abril de 2012.

Decreto nº 22.232, de 10 de Janeiro de 1933. <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2122186/pg-58-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-31-07-1933?ref=previous_button>. Acesso em 10 de março de 2019.

Decreto nº 24.531, de 02 de Junho de 1934. <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24531-2-julho-1934-498209-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 05 de janeiro de 2014.

Decreto-Lei nº 1202, de 08 de abril de 1939. <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1202-8-abril-1939-349366-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

Lei nº 38, de 04 de abril de 1935. <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-norma-pl.html>>. Acesso em 20 de junho de 2013.

Lei nº 192, de janeiro de 1936. <<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-192-17-janeiro-1936-501765-publicacaooriginal-1-pl.html>>> Acesso em 13 de junho de 2012.

Bibliografia

ARAÚJO, Paulo Roberto de; DUARTE, Leila Menezes. *Ação e investigação: polícia política e comunismo no Brasil: 1945-1964*. Rio de Janeiro: APERJ, 2000.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional”. PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

- CASSOL, G. Uruguai “verde-amarelo”: brasileiros presos em terra estrangeira. *ESTUDIOS HISTORICOS*, Rivera – Uruguai, n. 1, mayo 2009.
- CONCEIÇÃO, T. F. B. da. A Delegacia Especial de Segurança Pública e Social do Distrito Federal: permanências e rupturas na construção da polícia política brasileira. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.
- DULLES, J. W. F. *Anarquista e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- CANCELLI, Elizabeth. “Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente”. PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- HUGGINS, Martha. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.
- PACHECO, Thiago da Silva. *As duas faces da repressão: Semelhanças e diferenças da Polícia Política durante o Estado Novo (1937-1945) e durante a Ditadura Militar (1964-1983)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. (Dissertação de Mestrado)
- SENA, Davis Ribeiro de. “As Polícias Militares e sua distinção legal”. In: *Revista Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Centro de Documentação do Exército, vol. 117, 1980.
- SOUZA, Benedito Celso de. *A Polícia Militar na Constituição*. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 1986.
- ZAMPA, Vivian. *Questionando o Inquestionável: a Desestalinização do PCB (1956-1958)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- _____. Poder Político e Monopólio da Violência: a militarização da Polícia do Rio de Janeiro. 2014. Tese (Doutorado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

O DESPERTAR PENTECOSTAL PARA A POLÍTICA: A ASSEMBLEIA DE DEUS NA CRISTA DA ONDA

Max David Rangel Cassin

Mestrando em História – UNIVERSO

Introdução

Os pentecostais clássicos¹ chegaram ao Brasil nas primeiras décadas do século XX. Estes não apareceram no cenário político nos primeiros anos de fundação devido os seus ensinamentos ascéticos mais radicais, pois tanto Daniel Berg e Gunnar Vingren, quanto Luigi Francescon, pioneiros do pentecostalismo no Brasil, não concordavam com a intromissão da igreja na política.

Existe da mesma forma uma hipótese para esse desinteresse pela política da parte dos pentecostais, é que os mesmos não lutaram como as igrejas históricas para ter no Brasil um Estado Laico, pois quando aqui chegaram já havia sido instituída a República, ou seja, Igreja e Estado já estavam separados.

Esse artigo tem por objetivo analisar onde e o porquê se deu o “despertar político” da denominação Assembleia de Deus no Brasil.

¹ Nessa pesquisa serão chamados de “pentecostais clássicos” os que pertencem à denominação “Assembleia de Deus”, que será o objeto de pesquisa, pois, em uma análise teológica, existem algumas igrejas que levam o nome de Assembléia de Deus, porém aderiram ao neopentecostalismo. Exemplo disso é a *Assembléia de Deus Vitória em Cristo*, presidida pelo pastor Silas Malafaia.

Política? Coisa do Demônio!

Os assembleianos começaram a ter uma postura diferente, do que era normal no pentecostalismo clássico, no período da redemocratização, se aproveitando do número de membros e da força histórica, sendo a primeira a entrar na política com uma força expressiva, barganhando com partidos e avançando até os dias de hoje.²

Devido os seus ensinamentos ascéticos e rígidos, formou uma cultura apolítica, ensinando que política era coisa do “diabo”. Com isso, a denominação ficou ausente de manifestações ou expressões políticas até o período da redemocratização.³

Silas Malafaia, pastor presidente da *Assembleia de Deus Vitória em Cristo* (ADVEC), fez um comentário sobre isso em uma entrevista para um site gospel:

Lamentavelmente, cresci ouvindo muitos dizerem que política é coisa do diabo. Mas isso não é culpa dos cristãos, e sim dos pastores que não ensinaram ao seu rebanho a importância de exercerem a cidadania. Por causa disso, todos que estão em evidência, os ministros, os políticos, os professores, os filósofos, a mídia e os artistas, podem influenciar o povo a respeito das eleições. Mas o pastor não, porque isso seria um equívoco.⁴

O bispo Abner Ferreira, atual presidente da *Assembleia de Deus Madureira*, no Rio de Janeiro, explicou em uma entrevista como era cômoda à situação para os antigos pastores não se envolverem com a política e como essa situação mudou:

A Constituição de 1988 foi um grande divisor de águas. Antes dela, vivíamos a ditadura então para os pastores evangélicos era muito cômodo dizer que política era pecado, pois não tinha eleição, não tinha democracia, o povo não votava em ninguém. Na época era cômodo falar que a política era do demônio mesmo! Até

² FRANCISCO, Adilson José. *Trânsitos Religiosos, Cultura e Mídia*. A Expansão Neopentecostal. São Paulo. Paulus, 2014. – (Coleção Sociologia e Religião). p. 194.

³ Em uma pesquisa de campo um pastor presidente de uma das igrejas matrizes da Assembleia de Deus Madureira, disse que os primeiros líderes erraram muito no quesito da política, pois se os membros tivessem sido orientados e incentivados aos estudos, hoje muitos desses é que seriam os ministros do STF, STE e etc. ou juízes do TJ-RJ, TRE e etc... e não os ateus que lá estão.

⁴ Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/pastor-silas-malafaia-cristaos-devem-envolver-politica-62630.html>> Acesso 11/01/2019.

porque tudo era indicação. A democracia no Brasil é uma coisa muito recente, agora é que nós estamos nos acostumando com a política. Agora temos a chance de colocar pessoas que façam a diferença em prol da sociedade e dos evangélicos. Hoje eu vejo sim esse amadurecimento nas igrejas e com isso a mudança na democracia. Até porque o problema não está na política, e sim nos que fazem a política se tornar uma coisa ruim. Ou a igreja acorda e faz a diferença, ou vamos continuar sendo governados por malignos e com certeza perderemos o direito de culto livre. Na Assembléia de Deus eu sinto um avanço e amadurecimento muito grande quanto à política.⁵

Já no período em que se encerrava a ditadura militar no Brasil, os assembleianos perceberam a importância da política, e o quanto eles poderiam lucrar com isso, despertando, assim, o interesse que os possibilitavam de atender seus interesses e executar seus projetos.

O Despertar Político

O pastor José Wellington Bezerra, presidente da *Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil* (CGADB)⁶, explicou melhor como e o porquê se deu esse “despertar”:

A Assembléia de Deus sempre foi apolítica, em virtude de nossa origem. [...] Mas quando tivemos agora esta última reforma de nossa Carta Magna, da Constituição, nós descobrimos que havia um pacto da religião maior no Brasil para querer se assenhorear do direito de culto religioso no país. Eles queriam simplesmente, eu não digo ligar novamente o Estado à Igreja, mas eles queriam prioridade. A prioridade, eles queriam isto aí. Foi quando nós acordamos e dissemos: “Nós vamos eleger os nossos representantes para que eles nos representem na política nacional. E aí fizemos. [...] Eles queriam o domínio, tornar a Igreja Católica obrigatória no país. [Pergunta: Obrigatória?] É, obrigatória. Hoje a nossa constituição dá liberdade de culto, mas o que eles

⁵ Disponível em: < <https://regionalevangélico.com.br/entrevista-com-o-pastor-abner-ferreira/> > Acesso 11/01/2019.

⁶ A história oficial: “CGADB dá-se no ano de 1930. Após três décadas do surgimento no país das Assembleias de Deus, devido ao estuendo crescimento do movimento pentecostal iniciado pelos missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, os pastores das Assembleias de Deus resolveram que já era tempo de se criar uma organização que estabeleceria o espaço para discussão de temas de máxima relevância para o crescimento da denominação.” Disponível em: < <http://www.cgadb.org.br/2018a/index.php/inst/historia-da-cgadb.html> > Acesso em 14/01/2019. Ao que dá entender no decorrer da história extra-oficial, é que Gunnar Vingren não era a favor de uma Convenção institucionalizada, tanto que ela está com a data de fundação no ano em que Gunnar não é mais o líder da igreja em Belém. ALENCAR, Gedeon Freire. *Assembléias Brasileiras de Deus: Teorização, História e Tipologia – 1911 – 2011*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2012. p. 114.

queriam era fazer como havia na Argentina, agora está mais enfraquecido, mas a religião oficial é a religião católica. [...] Eles queriam fazer isso para o Brasil. E daí veio a nossa reação. A verdade é que a Igreja Católica manda no Brasil ainda. É muito forte, o clero aqui é muito. [...] A coisa começou na eleição do Tancredo Neves. Ali estava o forte, a cúpula da Igreja Católica tinha a mão ali dentro. E foi ali que nasceu a coisa. E nós temos isso até como Providência Divina. Pode-se dizer que foi Deus que não deixou Tancredo Neves governar o país. Porque ele ia entregar isso aqui na mão dos padres. Eles hoje mandam e, se estivesse na mão de Tancredo, não sei o que seria dos evangélicos nesse país.⁷

Através desse “despertar” e inserção na política nacional, os assembleianos aparelhou-se da política para receberem privilégios, como concessões de canais de rádios e TV, doações de terrenos, materiais de construção, cestas básicas, recursos públicos e etc.⁸

Os assembleianos, a princípio, não tinham nenhum projeto político, e a fala para justificar a entrada da igreja na política era a liberdade religiosa, fazendo muitas vezes o uso de discursos anticomunistas para causar medo⁹, impulsionando os membros da denominação a votar nos candidatos que eram escolhidos e, até hoje, essa fala é usada algumas vezes.

Em 1985, a Assembleia de Deus ainda era unida em uma única Convenção, que nesse caso era a *Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil* (CGADB), onde os principais líderes e alguns obreiros se reuniram em Brasília, com o intuito de debater a entrada na política nacional.

Depois dessa reunião, ficou oficializada a participação política e emitiu o posicionamento no órgão oficial da denominação, o jornal *Mensageiro da Paz*:

A nossa igreja tem suficiente potencial para colocar um representante em cada Estado no Parlamento... O compromisso da igreja, nesse caso, não pressupõe um

⁷ Entrevista concedida em 28 de fevereiro de 1992, pelo pastor José Wellington, então presidente da CGADB. apud. MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. O Envolvimento dos Pentecostais na Eleição do Collor. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 34, novembro 1992. p. 105.

⁸No final da década de 1980, foi denunciado um esquema de corrupção que favorecia o governo Sarney, onde muitos deputados pentecostais estavam envolvidos, pois fizeram do parlamento um “balcão de negócios”, recebendo assim cargos públicos, verbas federais e concessões de canais de rádio e televisão. DAN-TAS, Bruna Suruagy do Amaral. *Religião e Política: Ideologia e Ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – PUC-SP. São Paulo, 2011. p. 25.

⁹ Antes do golpe militar de 64, o discurso dos parlamentares protestantes eram apenas anticatólico, justificando pela luta da liberdade religiosa. Já na redemocratização, o discurso anticatólico e anticomunismo. MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. O Envolvimento dos Pentecostais na Eleição do Collor... p. 99. Essa questão de usar o “medo” como um instrumento no meio pentecostal, está presente em muitos dos seus ensinamentos, e até mesmo em sua teologia. Exemplo disso é o ensinamento sobre dízimos e ofertas.

envolvimento político-partidário, pois a nossa segurança está em Deus, mas representa um esforço da igreja manifestar sua benéfica influência nas mais altas esferas da vida pública.¹⁰

O que também era difundido entre os pentecostais como justificativa para participar da política, era a questão da liberdade religiosa e a guerra contra os católicos, com muitas falas sem embasamento, como consta na entrevista do pastor José Wellington Costa:

Tínhamos informações de que a CNBB estava com um esquema armado para estabelecer a religião católica como a única religião oficial.¹¹

[A Igreja Católica dará apoio] a deputados católicos, ateus, comunistas e até satanistas desde que sejam contra os pentecostais.¹²

Recentemente, em uma cidade do Nordeste, determinado sacerdote católico disse a um pastor que os evangélicos, dentro em breve, não poderão mais pregar ao ar-livre, porque a futura Constituição proibirá reuniões de caráter religioso em... logradouros públicos.¹³

Devido à crise financeira que o Brasil se encontrava nos anos 80, as igrejas ficaram enfraquecidas financeiramente, pois elas são mantidas pelos seus membros, e, com isso, surgem argumentos persuasivos para tentar mostrar o benefício financeiro que a igreja iria receber, caso os pentecostais conseguisse colocar um número expressivo de representantes no parlamento, como consta no trecho do livro:

O imposto que o crente paga... vai financiar a idolatria [o catolicismo] e a feitiçaria [a umbanda]... Cada parlamentar federal... recebe, anualmente, no Orçamento da União, uma parcela de recursos... Vejam que volume fabuloso de recursos poderiam estar ajudando nossas organizações no setor social e educacional.¹⁴

¹⁰ *Mensageiro da Paz*, maio de 1985, p. 1. apud. FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1993. p. 210.

¹¹ Entrevista com o pastor José Wellington Bezerra da Costa. apud. FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil...* p. 213.

¹² “Por que a Assembleia de Deus lançou candidatos em todo o Brasil”, (volante), Recife, outubro de 1986. apud. FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil...* p. 213.

¹³ *Mensageiro da Paz*, julho de 1985, pp. 12. FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil...* p. 213.

¹⁴ Livro *Irmão Vota em Irmão*. Sylvestre. 1986, pp. 62-64. apud. FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil...* p. 216.

Se elegermos evangélicos [para as funções executivas e legislativas]... sem dúvida que nos dedicaremos melhor ao nosso trabalho de evangelizar o povo.¹⁵ [Não] nos imiscuiremos em assuntos políticos... [levaremos] avante o movimento pentecostal... Conseguiremos a liberação de salários missionários, via rede bancária e de forma oficial.¹⁶ Imaginem como será benéfico termos pessoas crentes... legislando em favor de nossa causa e pelo progresso da pátria! O evangelho se expandirá com mais facilidade por todo o país e atingirá o exterior com incentivos e facilidades ao envio de missionários.¹⁷

Com o passar do tempo, o discurso dos assembleianos envolvidos com a política começou a mudar, pois no princípio defendiam apenas a “liberdade religiosa”, e depois agregou a fala de viés moral, como fica claro na entrevista concedida pelo pastor Joel Silva ao jornal da CGADB, *Mensageiro da Paz*¹⁸:

O objetivo agora é outro: assegurar leis que protejam os direitos das igrejas e não permitam costumes que afrontem a Palavra de Deus. Com isso, a sociedade recebe influências positivas dos conceitos bíblicos, que condenam, por exemplo, o vício do fumo e o alcoolismo, cujos danos têm dado prejuízo, inclusive financeiro, à nação.¹⁹

A Assembleia de Deus iniciou sua maneira de trabalhar a política um pouco diferente da *Igreja Universal do Reino de Deus* (IURD) no quesito de escolha de candidatos, pois podia se candidatar qualquer membro da denominação, sendo que uma única igreja poderia ter vários candidatos e diversos partidos.

Geralmente as ADs buscavam fazer alianças com quem já tinha uma carreira política, que será chamado nessa pesquisa de “candidato terceirizado”,

¹⁵ Livro *Irmão Vota em Irmão*. Sylvestre. 1986, pp. 24. apud. FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil...* p. 216.

¹⁶ *Mensageiro da Paz*, maio de 1985, p. 23. apud. FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil...* p. 216.

¹⁷ *Mensageiro da Paz*, julho de 1985, p. 4 (carta de leitor). apud. FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil...* p. 216.

¹⁸ Na mesma reunião de fundação da CGADB, “a liderança nacional decidiu criar um veículo de divulgação do evangelho e também dos trabalhos então realizados pelas Assembleias de Deus em todo o território nacional. Estava lançada a semente do que viria a ser o atual jornal *Mensageiro da Paz*. Com a rápida repercussão nacional, o periódico, então dirigido pelo missionário Gunnar Vingren, tornou-se o órgão oficial das Assembleias de Deus no Brasil”, sendo fundamental para manter coesa a Assembleia de Deus que ainda estava se iniciando. Disponível em: < <http://www.cgadb.org.br/2018a/index.php/features-2/historia-da-cgadb.html> > Acesso 14/01/2019.

¹⁹ Entrevista do pastor Joel Silva. apud. MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e Religião: A Participação dos Evangélicos Nas Eleições*. Rio de Janeiro. FGV Editora. 2006. p. 25. (Versão Digital).

pois, diferente da IURD, que escolhe algum líder e faz um investimento, preparando-o para a política, os assembleianos recorreram (e de vez em quando ainda recorrem) a aqueles que já estão na política.

Esses pré-candidatos passariam por uma pré-avaliação e, depois, o pastor presidente, junto com o ministério composto de pastores e obreiros de todos os escalões, fazia uma preliminar.

Os candidatos escolhidos na pré-avaliação assinam um documento, onde se comprometem a renunciar a sua candidatura, caso não sejam escolhidos pelo ministério, para que não venha lançar uma candidatura independente e, com isso, quebrar a estrutura que será montada para o candidato escolhido.

Mediante a escolha pelo ministério, oficializam a candidatura, sendo esse um processo um pouco mais democrático do que o da Universal, que fazem a escolha baseado apenas nos votos do Conselho de Bispos.²⁰

Diferente da IURD, os candidatos da Assembleia de Deus que lançam suas candidaturas independentes, por insatisfação com a escolha do candidato pelo ministério, não são repelidos, pois, caso ele ganhe, pode ser aproveitado pela denominação. A única objeção imposta sobre ele é que não poderá fazer o uso dos espaços do templo, ou aos redores, para fazer a sua campanha.

O fato de haver candidaturas independentes, de haver vários candidatos oficiais em um único templo e de não existir uma liderança única na denominação, como a do bispo Edir Macedo na IURD, dificulta a AD de manter uma crescente representatividade na política nacional.

No início, a Assembléia de Deus no Brasil possuía apenas uma Convenção, que era a Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil (CGADB). Porém, em consequência das disputas internas, brigas políticas e judiciais entre os principais pastores, a Convenção sofreu divisões, surgindo assim outras Convenções, o que acarretou em fragmentação da liderança única.

Podemos dizer que hoje existem três Convenções que controlam as principais Assembleias de Deus no Brasil:

1. Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), atualmente presidida pelo pastor José Wellington Junior;²¹

²⁰ ARAUJO, Isael de. *100 Acontecimentos Que Marcaram a História das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro, CPAD, 2011. p. 524.

²¹ Disponível em: < <http://www.cgadb.org.br/2018a/> > Acesso 12/01/2019.

2. Convenção Nacional das Assembleias de Deus Madureira (CONAMAD), atualmente presidida pelo bispo Samuel Ferreira;²²
3. Convenção da Assembleia de Deus no Brasil (CADB), atualmente presidida pelo pastor Samuel Câmara.²³

Evidente que foram citados apenas as três principais Convenções de nível nacional, pois existem muitas outras, tanto de nível nacional, como estadual, dissidentes das mesmas.

O Lançamento do Projeto Político “Cidadania AD Brasil” da CGADB

No ano de 2001, a CGADB montou uma Comissão de Política Nacional e lançou um projeto que é descrito como alcance de curto, médio e longo prazo, com o intuito de se organizar, diminuir o número de candidatos nas igrejas e superar algumas frustrações políticas para as eleições de 2002 e, com isso, alcançar maior expressão política no país.

Para as eleições de 2002, o objetivo era articular um trabalho para que as ADs de todo o Brasil, ligados a CGADB, se unissem e elegessem um deputado estadual e um deputado federal em todos os Estados Federativo, além de senadores. O próximo passo seria as eleições municipais de 2004.

A ideia era de dar continuidade para os próximos pleitos, pois, tendo os seus candidatos constituídos em suas devidas atribuições políticas, articulariam meios para chegar a lugares táticos em que eles pudessem participar e influenciar das políticas públicas do Brasil, segundo eles, sob os princípios da Palavra de Deus.

A Comissão Política Nacional da CGADB, querendo alcançar todo o país, criou e organizou outras comissões em cada Estado, de menores portes, para que houvesse controle e organização na escolha dos seus candidatos locais.

Os candidatos escolhidos pelas comissões, e sendo eles aprovados pela Convenção, deveriam assinar um Termo de Compromisso com a CGADB, se submetendo as regras determinadas e depois receberiam credenciais de

²² Disponível em: < <https://www.madureiranacional.com.br/> > Acesso 12/01/2019.

²³ Disponível em: < <http://portalcadb.com/> > Acesso 12/01/2019.

candidatos aprovados. A quebra desse Termo acarretaria para o candidato perda de apoio político para as próximas eleições.²⁴

Eleito os candidatos, ficaria sobre a sua responsabilidade emitir um relatório sistemático, com todas as suas atividades políticas realizadas, com data e local, para que a igreja acompanhasse o dia a dia do político.

Para isso, a CGADB, através de uma Comissão Política, disponibilizaria esse relatório através das suas mídias próprias e evangélicas, para que aqueles que votaram nos candidatos fizessem também suas cobranças, fossem elas até mesmo atitudes relacionadas à fé cristã e obrigações correlacionadas a Convenção.

No receio de alguns candidatos de fora se aproveitarem da ingenuidade do povo, a Comissão aprovou que os candidatos escolhidos pela CGADB, viessem com uma divisa, mostrando que ele era parte do projeto “Cidadania AD Brasil”, sendo assim, não restariam dúvidas que era um candidato da Convenção.

O projeto também tinha a preocupação de orientar aos pastores de não fazerem dos seus púlpitos um palanque, e nem de seus cultos um comício, algo que se vê com frequência em períodos eleitorais no país em boa parte das igrejas de todas as denominações.

Segundo consta em registros, a CGADB alega que o projeto “Cidadania AD Brasil” obteve êxito já no pleito de 2002, elegendo 20 deputados federais, 29 deputados estaduais, uma senadora e um vice-governador.

Nos registros, dá-se um destaque maior para a então senadora eleita Marina Silva, que pertence é missionária da Assembléia de Deus, pois escolhida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para assumir o Ministério do Meio Ambiente se tornou o primeiro membro da Assembléia de Deus a ocupar um lugar no primeiro escalão do Governo Federal.²⁵

²⁴ ARAUJO, Isael de. *100 Acontecimentos Que Marcaram a História das Assembléias de Deus no Brasil*. p. 524.

²⁵ ARAUJO, Isael de. *100 Acontecimentos Que Marcaram a História das Assembléias de Deus no Brasil*. p. 525.

Política Fez Bem a Assembleia de Deus

Em uma entrevista concedida em 2012, o pastor José Wellington Bezerra, agora presidente da CGADB, comenta sobre como as ADs foram favorecidas com a entrada na política que, segundo sua fala, isso aconteceu depois de ter sido empossado na presidência da Convenção:

Nós, da Assembléia de Deus, não participávamos da vida política do país. Só depois, quando eu assumi a presidência... (...) Quando eu cheguei, com o crescimento da Assembléia de Deus, eu entendi que precisávamos colocar alguém para nos representar. E isso foi feito. Hoje (2012) temos 28 deputados federais ‘assembleianos’ (...) Templos nossos foram destruídos, entravam nas casas do crente, arrancavam as bíblias, faziam fogueira de bíblias nas praças, isso aí nós chegamos a conhecer no meu tempo. De lá para cá melhorou muito. Por quê? Ontem, nossa penetração social era classe D para baixo. Hoje, pela graça de Deus, conseguimos alcançar uma classe social mais alta. A nossa igreja tem juiz de direito, tenho 14 netos e todos eles formados, quatro médicos. Então essa penetração social, ela mudou a visão da Assembléia de Deus.²⁶

Referências

- ALENCAR, Gedeon Freire. *Assembléias Brasileiras de Deus: Teorização, História e Tipologia – 1911 – 2011*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2012.
- ARAUJO, Israel de. *100 Acontecimentos Que Marcaram a História das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro, CPAD. 2011.
- DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. *Religião e Política: Ideologia e Ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – PUC-SP. São Paulo, 2011
- FRANCISCO, Adilson José. *Trânsitos Religiosos, Cultura e Mídia. A Expansão Neopentecostal*. São Paulo. Paulus, 2014. – (Coleção Sociologia e Religião).
- FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1993.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e Religião: A Participação dos Evangélicos Nas Eleições*. Rio de Janeiro. FGV Editora. 2006.

²⁶ Disponível em: < <https://noticias.gospelmais.com.br/jose-wellington-envolvimento-assembleia-deus-com-politica-52733.html> > Acesso 12/01/2019.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. O Envolvimento dos Pentecostais na Eleição do Collor. *Novos Estudos CEBRAP*, n° 34, novembro 1992.

UMA ABORDAGEM CONCEITUAL SOBRE A HISTÓRIA MILITAR E FRONTEIRAS: A GUERRA DO CHACO E A QUESTÃO LETÍCIA

Fabio da Silva Pereira e Edna da Costa Silva

Universidade Salgado de Oliveira

O presente artigo tem como objetivos fazer uma revisão bibliográfica e uma pesquisa documental para abordar as diferentes concepções de fronteira e seus desdobramentos políticos e militares nos séculos XX e XXI. A abordagem teórica, no entanto, remonta ao século XIX, onde obras literárias forneceram concepções sobre a história e a geopolítica que nortearam as decisões políticas dos governantes, sobretudo na primeira metade do século XX, onde a Guerra do Chaco (1932-1935) e a Questão Letícia (1932-1934) foram o nosso alvo da pesquisa. A concepção tradicional de fronteira aponta para a ideia de um limite entre Estados soberanos. Esse limite se faz respeitar e recorda a própria etimologia da palavra *frontière*, que vem do francês e aponta para um sentido bélico, ou seja, a fronteira está sendo guardada, protegida por uma praça armada (HOUAISS, 2001).

Quando se debate sobre fronteira encontramos implícito o princípio de territorialidade que, segundo Alberto do Amaral Júnior protege o interior do exterior, separa o nacional do estrangeiro que pode ser o amigo e o inimigo, mas que precisa manter o equilíbrio, onde “na origem da guerra e da paz, o princípio da territorialidade conduz à formação de um sistema internacional composto por territórios delimitados por fronteiras nacionais, que são reconhecidos como iguais” (JÚNIOR, 2008, p. 28 - 29).

Entre as causas que promovem os conflitos armados e os alvos das conferências de paz, estão os problemas relacionados com a disputa por territórios de fronteiras. Diferente da concepção tradicional abordada, a historiografia mais recente ampliou a discussão sobre a temática e um leque de novos conceitos foi aberto, baseado inclusive, na observação das populações fronteiriças com ênfase na América Latina.

A fronteira como um lugar, conforme revelou Fábio Aristimunho Vargas, é um espaço entre os Estados soberanos onde elementos econômicos e culturais são compartilhados até criar uma identidade própria, porém múltipla e distinta do espaço original de pertencimento. Não se pensa em aculturação, sabe-se de sua impossibilidade sociológica, pois os indivíduos não perdem suas origens, mas de uma adaptação ao outro e ao espaço comum.

“Mais do que o mero limite de um lugar, a fronteira seria ela mesma um lugar em si.” (...) A proximidade geográfica entre dois povos proporcionada pela fronteira permite a criação de um espaço comum onde naturalmente se desenvolvem relações de diversas ordens, onde a integração é um dado da vida, gerando uma cultura peculiar, *sui generis*, “fronteiriça”, que se distingue na essência das culturas dos diversos países que conformam a fronteira. Não se trata, aqui, de “apropriação cultural”, a adoção de elementos de uma cultura por um grupo cultural distinto. (VARGAS, 2017, p. 45 - 46)

Apesar do conceito de porosidade ser relativamente recente, entender fronteira como um local significa reconhecer uma construção histórica. As cidades fronteiriças da Amazônia possuem processos semelhantes de ocupação e exploração econômica. Esse é o caso de Tabatinga, no Brasil e Letícia, na Colômbia. Ambas têm nascimento indígena e exploração do *caucho* (Domínguez Gómez, 1985, p. 110) e da borracha (Menezes 2009; Oliveira 1995, p.110).

As mais recentes abordagens do tema fronteiras ainda trazem a questão da porosidade territorial. Trata-se de uma fronteira permeável, ou seja, aquela que, ao menos de forma pragmática é pulverizada de contatos diretos entre as comunidades locais de ambos os lados. Esse modelo de fronteira interessa aos Estados Nacionais porque permite o fluxo de suas mercadorias, pessoas e informações com o exterior. No entanto, todos os poros são selecionados e controlados pela ação dos agentes desse mesmo Estado a fim de promover uma regulamentação que o beneficie.

Nenhum laço se estabelece, nenhuma fronteira é ultrapassada sem passar antes pelo crivo atento das legislações aduaneiras, de imigração, de segurança alimentar, ambiental, saúde, etc. Trata-se, dessa forma, de “uma nova regulação e não de uma desregulação”, termo com o qual se vulgarizou esse processo. “Um território fluido e poroso é a condição necessária para fazer parte do circuito das finanças mundiais no período atual” (ARROYO 2006, p. 6).

Segundo Vargas, “por formalização de fronteiras designa-se o conjunto de atos emanados de autoridade competente, seja nacional ou internacional, com vistas a estabelecer as linhas de fronteiras, entendidas em sua acepção jurídico-política de limite do território, vinculando uma ou mais Estados, à luz do Direito Internacional”. Contudo, para além do conceito concreto, o autor analisa outras formas de conceituação sobre fronteiras, explorando o conceito de espaço e não de limite, onde cita:

“Se desenvolve uma comunidade peculiar, com costumes e práticas que, embora não neguem as origens nacionais diversas que lhe deram origem, são de certo modo delas diferenciadas. Busca-se com isso caracterizar a fronteira como um espaço de socialização, composto por uma comunidade imaginada dotada de identidade própria” (VARGAS, 2017, p. 35).

Para Emerson Flávio Euzébio a globalização das relações sociais, políticas, econômicas e culturais exigem novas formas de abordagens e metodologias no tocante aos limites dos Estados e as fronteiras. Os fluxos de pessoas e informações constantes levaram à reformulação das rígidas leis que regulam o trânsito pelas fronteiras terrestres. Os novos arranjos diplomáticos combinados às demandas de produção internacional formularam o conceito da Porosidade Fronteiriça (EUZÉBIO, 2014, p. 112).

Fronteiras porosas são as regiões limítrofes, onde historicamente há um significativo fluxo de bens e informações. E que a partir de acordos jurídico-diplomáticos entre os Estados, que passam a fomentar o este tráfego, segundo os interesses dos países envolvidos.

Corroborando com os argumentos apresentados por Vargas, Euzébio demonstra, através de uma análise estatística, o entrelaçamento das populações fronteiriças das cidade de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). Onde a conurbação do espaço criou uma nova identidade das populações. As singularidades desta região de fronteira viabilizam aspectos econômicos próprios da localidade, revelando a porosidade desta região de fronteira. Fato que justificou a criação da Zona de Regime Especial Fronteiriço para as localidades de Tabatinga e Letícia, em maio de 2008, ratificando através de ato formal jurídico o que antes ocorria ilegalmente.

No Brasil, o exemplo de maior expressão é a cidade fronteiriça Tabatinga (AM) e sua cidade-irmã Letícia – Colômbia. Tabatinga passou a ser considerada estratégica, no contexto da segurança nacional. Com isso passou a receber incentivos, principalmente, no sentido da ocupação humana e militar.

Entretanto, o isolamento quase equidistante dos centros administrativos mais importantes, a falta de vias de comunicação terrestre, as tradições indígenas e as relações sociais e econômicas comuns, logo despertou a atenção para o emprego de novas metodologias nas relações diplomáticas em cidades gêmeas.

As relações jurídico-diplomáticas entre Brasil e Colômbia datam de 1907 com o Tratado de Bogotá que estabelecia os limites entre os países. Posteriormente, em 1922, o de Lozano-Salomón regulou a tríplice fronteira. Já no final do século XX o Tratado de Cooperação da Amazônia, 1978 e a 1º Declaração da Amazônia de 1989, em resposta a alguns estudos que propunham a gerência internacional sobre a floresta amazônica.

Neste mesmo ano foram criadas a Zona Franca de Manaus e a cidade de Tabatinga foi transformada em Área de Livre Comércio, gozando de privilégios para a indústria e o comércio com reduções do imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS); imposto sobre os produtos industrializados (IPI); e demais taxas que incidem sobre a importação.

Na Colômbia, foram criadas as Unidades Especiais de Desenvolvimento Fronteiriços somente no ano de 1995. A cidade colombiana de Letícia só recebeu este título em 1999, na qual desde então percebe-se um franco crescimento dos indicadores econômicos e sociais. No ano de 2008 o Brasil propôs a criação da Zona de Regime Especial fronteiriço – proposta que visa reduzir os embaraços burocráticos e facilitar a livre circulação de bens e serviços destinados ao uso familiar e cotidiano.

A despeito dos esforços para melhorar as relações comerciais e a qualidade de vida dos moradores das regiões fronteiriças. O Governo brasileiro manteve-se preocupado com o fator segurança nas fronteiras a Constituição Federal de 1988 dedica atenção especial ao tema e o associa a riscos externos e internos, tais como: contrabando, imigração, segurança e saúde. Com isso, as políticas relativas à ocupação territorial da Amazônia e o desenvolvimento sustentável das cidades fronteiriças foram atualizadas atendendo as demandas do século

XXI. A proteção dos recursos amazônicos está presente em legislações recentes ou atualizações de programas já iniciados, por exemplo: Política de Defesa Nacional /2005; Estratégia de Defesa Nacional/2008; Livro Branco de Defesa Nacional/2010; Programa Calha Norte/2004.

Portanto, fronteira porosa é um conceito que se traduz em uma nova abordagem, que visa integrar as cidades situadas nas zonas fronteira aos centros administrativos e ao modo de produção de capital internacional, oficializando e regulando relações que já se desenvolviam de modo tradicional. Sem, contudo, abandonar a velha doutrina de rigidez dos limites nacionais. Cria-se um modelo híbrido, onde se seleciona uma determinada localidade e nela se desenvolve o modelo de porosidade, enquanto nas demais áreas limítrofes a forma de ocupação é tradicional: presença militar, rigidez no controle dos fluxos, pouco ou nenhum trânsito de bens ou pessoas, além de baixa densidade populacional.

Com o avanço da historiografia, é mister a apresentação de uma bibliografia renovada que lance novos esclarecimentos sobre o desenvolvimento das nações Latino Americanas, mas qualquer estudo sobre o tema seria vago se não abordasse em primeiro lugar os fatos que permitiram a configuração cartográfica dos estados que aí estão, bem como os aspectos jurídicos fundamentais para resguardar os referidos territórios. Desta forma, o diálogo da História com pesquisadores de outras ciências, como Fábio Aristimunho Vargas e Emerson Flávio Euzébio.

A revisão de literatura e o aprofundamento na apresentação de conceitos que tratam da problemática do estabelecimento das fronteiras dos vinte países da América Latina são abordados por Vargas, que reuniu inúmeras informações tanto de contextos históricos, como questões jurídicas e conceituais acerca da complexa demarcação dos limites entre os citados territórios.

Uma vez ampliado o conhecimento através da análise da obra de Vargas, o diálogo com o artigo de Euzébio permite uma reflexão mais otimizada do tema tratado por este autor, que propõe o conceito que define a fronteira como um local de permeabilidade no cenário econômico global, caracterizado pelo entrelaçamento das nações através de acordos e estreitamento de relações. Onde o fluxo de bens, serviços e pessoas corresponde a uma dinâmica natural para a atualidade. Sobre o tema, o autor defende que “para os Estados

Nacionais, acentuar a porosidade territorial de suas fronteiras faz parte da atual conjuntura econômica globalizante e visa facilitar os fluxos com o exterior” (EUZÉBIO, 2014, p.110).

Disputas por territórios fronteiriços, quando não resolvidos pela diplomacia dos Estados envolvidos, originam conflitos armados. Iniciando uma evidente disputa pela soberania em territórios requeridos como áreas de pertencimento das nações em conflito. Por soberania, Norberto Bobbio define:

O conceito fundamental de onde se há de partir é que, se a SOBERANIA (V.), ou monopólio internacional da força, é o poder de garantir, em última instância, a eficácia de um ordenamento jurídico, sendo por isso a garantia da manutenção de relações pacíficas dentro do Estado, ela é também, por outro lado, a causa da guerra nas relações entre os Estados (Kant) (BOBBIO, 2004, p. 1089).

Antes de se proceder a uma análise sobre alguns desses eventos, principalmente na América Latina, é preciso uma abordagem, mesmo que breve, sobre o que se entende por guerra e as mudanças que ocorreram nesse sentido até chegar ao atual pensamento de seus principais intérpretes.

Carl Von Clausewitz, foi um militar estrategista prussiano que viveu no fim do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, escrevendo a obra “Da Guerra”, usada largamente nos círculos de estudiosos sobre o tema.

Durante sua experiência Clausewitz defendeu, em suas célebres frases que “*a guerra é a continuação da política por outros meios*”. Na época de Clausewitz o fazer história era pela vertente política e não cultural. O autor é contemporâneo de Leopold von Ranke, historiador alemão que forneceu o modelo de história científica tradicional, narrativa, política usando apenas fontes oficiais sem problematizações.

As principais preocupações de Clausewitz estavam voltadas para as guerras da Revolução Francesa e napoleônicas, principalmente sob a ótica dos países ameaçados por elas. Eram guerras políticas que envolviam sociedades. Essa poderia ser a razão das improváveis, porém, reais e sucessivas vitórias francesas. A partir dessas observações baseadas nas experiências vivenciadas Clausewitz se expressou da seguinte forma:

“Nova participação do povo nos grandes negócios de Estado; essa participação, por sua vez, resultou, em parte, do impacto que a Revolução teve sobre condição

interna de cada Estado e, por outro lado, do perigo que a França representou para todos. Será sempre assim no futuro? A partir de agora, cada guerra na Europa será travado com todos os recursos do Estado e, portanto, deverá ter como motivo apenas as grandes questões que afetam o povo?” (KEEGAN, 2006, p. 44).

Clausewitz defendeu, portanto, a ideia de uma guerra total, ou seja, aquela que recruta todos os meios disponíveis por um Estado: seus homens em condições de lutar, seus meios materiais, sua economia e, em uma esfera superior, a política. Se Clausewitz produz “Da Guerra”, em 1820, já em um contexto de relativa paz, sua obra vai repercutir nas próximas gerações como na I Guerra Mundial.

Carl Von Clausewitz, responsável pelo “manual de guerra” mais referenciado pelos especialistas militares do século XX, possivelmente sofreu influência tanto das obras de Maquiavel como também de Sun Tzu, ambas intituladas A Arte da Guerra, onde o objeto de estudo era tratado de modo pragmático.

Clausewitz defendeu em sua obra que a guerra fomentava a própria política, dando movimento e dinâmica a desdobramentos políticos, ideia essa defendida em inúmeras frases célebres do autor, dentre as quais vale também citar que “a arte da guerra, no seu ponto máximo, é a política, mas a política que trava batalhas, e não a política que escreve notas” (Clausewitz, 2005, p. 292).

Opondo-se a Clausewitz encontramos o atual trabalho de John Keegan, *Uma História da Guerra*, de 1993. Apesar de não ter a mesma experiência do campo de combate, era admirador dos estudos sobre a guerra e se tornou professor das principais academias de História Militar, tendo se tornado um dos maiores especialistas sobre o tema. Keegan diz que a guerra mesmo estando ligada à política, economia e a diplomacia, vai muito mais além porque os homens que a fazem no campo de combate são diferentes dos demais, eles são movidos por seus costumes e tradições, suas próprias culturas. (KEEGAN, 2006, p. 16). Keegan discorda de Clausewitz sobre ser a guerra uma continuação da política por outros meios porque a guerra é anterior e existe desde que o homem está sobre a terra. Entre as principais críticas está a que Clausewitz não tinha preparo filosófico, mas militar.

“A guerra não é a continuação da política por outros meios. (...) O pensamento de Clausewitz está incompleto. Ele implica a existência de Estados, de interesses de Estados e de cálculos racionais sobre como eles podem ser atingidos. Contudo a guerra precede o Estado, a diplomacia e a estratégia por vários milênios. A guerra é quase tão antigo quanto o próprio homem e atinge os lugares mais secretos do coração humano, lugares em que o ego dissolve os propósitos racionais, onde reina o orgulho, onde a emoção é suprema, onde o instinto é rei. (KEEGAN, 2006, p. 18)

A guerra não é sempre regular e os homens em combate nem sempre obedecerão as estratégias dos gabinetes. Por vezes ela foi e será sem escrúpulos e selvagem, obedecendo as características culturais dos povos e de seus guerreiros. Clausewitz representava o homem símbolo dos exércitos regulares contra a falência da organização anterior estruturada no dom da nobreza em fazer a guerra com sua cavalaria e obedecendo o sistema de vassalagem ainda medieval.

Para Keegan, Clausewitz deixou de observar o fenômeno da guerra nos cantos do mundo, onde outros fatores diferentes dos políticos entram em ação. É o caso da Ilha de Páscoa onde havia uma espécie de política teocrática que vivia de forma pacífica, mas que acabou iniciando um período de guerra endêmica que destruiu sua cultura e sua gente. Então o princípio de Clausewitz que a guerra é uma continuação da política não se aplica, não funciona. Na Ilha de Páscoa foi usada o conceito de guerra total no sentido de que toda aquela sociedade entrou em guerra e todos também morreram. A guerra endêmica, atestada pelos navegadores europeus que lá chegaram, não era uma continuação da política baseada no líder que descendia dos deuses e que gerava o *maná*, o equilíbrio da vida na ilha. Quando essa guerra foi instaurada, ela levou a política, a cultura e a própria vida ao fim, como escreveu Keegan:

“Maná e tabu fixavam um equilíbrio entre os papéis e chefe, guerreiro e membro de clã, com benefício para os três; se suas interrelações podem ser chamadas de ‘política’ da vida polinésia, então a guerra não era sua continuação. A guerra, quando chegou, em sua forma ‘verdadeira’ àquele cantinho da Polinésia chamado Ilha de Páscoa, revelou-se o fim primeiro da política, depois da cultura, e finalmente quase da própria vida. (KEEGAN, 2006, p. 51)

Outro exemplo usado por Keegan foi sobre os zulus africanos. Em uma nação pastoril e tranquila, a ascensão de seu líder militar Shaka, os organizou em regimentos violentos com novas armas, vocação para matar e destruir, em nome e defesa de seu povo particular. Milhares de mortos e membros de tribos, perderam seus território e membros, fugindo para longas distâncias. Além da destruição dos vizinhos, outra consequência foi a desorganização sócio econômica dos próprios zulus, pois os guerreiros ficavam no serviço militar por longo tempo, até os 40 anos, sem poder casar e, portanto, fora da sociedade. Após a morte de Shaka, seus guerreiros continuaram a usar seu modelo. Posteriormente, chegaram a adquirir armas de fogo, mas nunca conseguiram se adaptar e continuaram a usar sua arma letal que tanto os fizeram temíveis - a lança de estocar. Esse foi outro modelo de Clausewitz que, segundo Keegan, não funcionou. Observe sua citação:

Shaka era um clausewitziano perfeito. Criou um sistema militar para servir e proteger um modo de vida particular, o que fez com eficácia impressionante. A cultura zulu, ao dar destaque aos valores guerreiros, ao ligar esses valores à preservação de uma economia pastoril e ao prender a energia e a imaginação dos membros mais dinâmicos da comunidade numa servidão militar estéril até bem depois da maturidade, negou a si mesma a chance de evoluir e adaptar-se ao mundo circundante. Em suma, a ascensão e a queda da nação zulu oferecem uma advertência terrível às deficiências da análise de Clausewitz. (KEEGAN, 2006, p. 56)

Tais exemplos usados por Keegan para criticar as ideias de Clausewitz estão situados em diferentes tempos e espaços. No entanto as análises chegam a um tempo mais próximo com foi o caso da destruição causada pela I Guerra Mundial. Para Keegan, Clausewitz foi o ideólogo da Primeira Guerra. Ele diz que o século XIX havia uma cultura de fazer uma sociedade guerreira onde todos estariam preparados para pegar em armas. Um século de relativa paz, mas que se preparava ideologicamente para alcançar uma sociedade de guerreiros que estariam prontos para lutar até não conseguir mais. A prosperidade alcançada foi esgotada em uma destruição sem precedentes que se consumiu em quatro anos. Para Keegan as ideias de Clausewitz sobre a organização e a relação do Estado e do regimento, não poderiam se adaptar a

todas as sociedades pois guerra não se fecha ou se resume com exclusividade a política porque o homem é também um ser cultural.

Tendo se tornado um dos maiores especialistas dos estudos da guerra na atualidade o historiador John Keegan, falecido em agosto de 2012, desenvolvendo oposição às ideias de Clausewitz, formulou também o conceito de que a guerra ocuparia um papel de protagonista tanto na sociedade quanto na política, onde afirmava que “a história escrita das sociedades é em grande medida, uma história das guerras” (KEEGAN, 2006 p. 492).

Com a análise das obras de John Keegan e Carl Von Clausewitz, percebe-se a grandiosidade da contribuição destes dois historiadores para com os estudos de história militar, cada qual a seu tempo em realidades distintas, como já elucidadas neste artigo. Contudo, cabe ressaltar que tanto em história militar como em outros campos da história, novas abordagens e discussões sobre seus objetos, ainda produzirão debates e entendimento ampliado sobre as guerras e a história de modo geral. Em conformidade com os argumentos de Vainfas, onde cita:

Mas talvez o campo dessa nova história militar (NHM) seja mesmo um dos que mais promete novidades, quer teoricamente, quer no tocante a seus objetos de estudo, como veremos a seu tempo. Em contrapartida, é possível dizer que a *história militar* já nasceu *velha*, na medida em que a guerra é tão antiga quanto a história da humanidade e, sobretudo, porque a guerra foi o grande objeto dos historiadores na aurora da história, enquanto gênero narrativo, pelo menos no mundo ocidental (CARDOSO e VAINFAS, 2012 p. 114).

Um das causas que figuram no seio da humanidade, levando as sociedades em diferentes tempos-espacos a guerra, estão as disputas por territórios. Essas experiências nos ligam às fronteiras, aos limites que, como já estudados, definem o espaço de soberania dos Estados. Nesse ínterim, o acontecimento de um passado recente, nos leva ao estudo de caso sobre disputa por fronteiras, que provocou um conflito armado entre dois Estados latino-americanos - a Bolívia e o Paraguai, nos anos de 1932 a 1935, a Guerra do Chaco.

A região do Chaco Boreal é uma planície entre os citados países que permaneceu como fronteira indecisa. Segundo o conceito expresso por Michel Foucher (2005) é o tipo de fronteira que não coincide com a ocupação humana ou com o controle do Estado. Os problemas fronteiriços entre a Bolívia e o

Paraguai têm ligações com sua história desde a fase colonial, como criticou o general Waldomiro Castilho de Lima, ao produzir um estudo sigiloso sobre *A Questão do Chaco Boreal*, em 1934. Desde o século XIX, as questões sobre o domínio da região não foram resolvidas o que os levou ao conflito. Os autores oscilam sobre as causas principais e citam as dificuldades econômicas do Paraguai e a necessidade de passagem da Bolívia para o mar através do rio Paraguai e a bacia do Prata.

Para além dos protagonistas estão os demais Estados vizinhos com interesses sobre a hegemonia na região. Brasil e Argentina viveram momentos de cooperação e, principalmente de rivalidades para garantir sua influência e interesses regionais.

Para Mário Travassos a política brasileira era indissociável da continental o que justificava a ação de sua diplomacia junto aos beligerantes do Chaco. Dialogando com essa ideia estava o próprio Exército que analisava a questão sob a ótica da geopolítica. Os principais problemas apontados para o Brasil se referiam ao vazio demográfico no interior e nas fronteiras, a vulnerabilidade dos países vizinhos e o despreparo do próprio Brasil diante dessa situação. Para exemplificar, Travassos aponta uma Argentina melhor organizada na economia e na interligação com sua rede de transportes no início do século XX. No caso do Brasil a rede fluvial estava melhor qualificada.

O reconhecimento das debilidades fronteiriças levou o Brasil, na década de 1930, a inspecionar seus limites com os vizinhos, momento concretizado nas expedições de inspeção de fronteiras do general Cândido Rondon, por determinação do presidente Washington Luís. Importava assegurar a soberania nas extremidades implicitamente ameaçadas por tensões ou vazios demográficos, como era o caso da região amazônica. Junto a esse movimento, a instalação do telégrafo para integrar o interior, permitiu que o Brasil desenvolvesse ações diplomáticas fundamentais na Guerra do Chaco e na Questão Letícia, o que também colaborou para manter-se no diálogo pela hegemonia continental.

Travassos ainda o domínio sobre o triângulo formado pelas cidades de Santa Cruz de La Sierra, Cochabamba e Sucre era fundamental para tornar o Brasil à frente da Argentina. O triângulo estava nas fronteiras com o Mato Grosso e sua importância geopolítica estava na comunicação com a bacia do

Prata e com a região amazônica. A solução estava na construção de uma ferrovia ou de uma rede fluvial que comunicasse tais cidades bolivianas com os portos brasileiros. Os debates aumentaram as rivalidades com a Argentina, onde o chanceler Saavedra Lamas foi o principal articulador da maior parte do processo das negociações de paz entre 1935 e 1938.

Na Guerra do Chaco a Argentina, devido ao seu envolvimento econômico com o Paraguai, o apoiava. O Brasil, apesar da neutralidade, ficava mantinha-se mais próximo da Bolívia devido a sua ação diplomática. De forma diferente o Paraguai ainda guardava resquício de sua derrota na Guerra da Tríplice Aliança, acusando o Brasil de ser imperialista e expansionista.

O estudo sigiloso do Acervo Pessoal do general Waldomiro Castilho de Lima (BRASIL, 1934), salientava a tensão Brasil-Argentina mostrando os perigos de uma invasão de ambos pelo Mato Grosso, o que exemplificou com a montagem da empresa “Matte Larangeira” nas proximidades do Forte de Coimbra, o que representava um obstáculo à segurança nacional (RODRIGUES, 2018, p. 39). Como solução Waldomiro sugeriu a reorganização e o reforço das tropas brasileiras na região e no próprio Forte de Coimbra.

O general chega a elaborar um esboço tático onde simula uma ocupação do território nacional por uma força de invasão estrangeira. As tropas invasoras poderiam se beneficiar dos meios de transportes de empresas de navegação e ferroviárias, que desenvolvem suas atividades na região, e formavam uma vasta rede de comunicação que se estendia desde o oeste do Rio Grande do Sul e Paraná até as regiões do Triângulo Mineiro e sul de Minas Gerais. O relatório do general Waldomiro destaca a importância do conflito para as políticas de segurança nacional e, principalmente, serve como alerta para o Estado Brasileiro deveria ficar vigilante e prontificar uma rápida resposta contra um eventual agressão estrangeira.

Com o objetivo de detalhar a questão do Chaco, o General Waldomiro não observou apenas os fatos contemporâneos ao desenvolvimento do estudo, buscou os antecedentes históricos que poderiam subsidiar um justo entendimento sobre o assunto. Nesta linha de pesquisa, a investigação retrocedeu não só até o sistema de colonização espanhola como também a

todos os fatos históricos subsequentes e que, de alguma maneira, corroboraram para o conflito permanente na região.

O estudo feito sob a direção do general Waldomiro demonstra como ponto de partida para todo conflito, o próprio modelo de colonização espanhola, onde, segundo a pesquisa, tinha como única preocupação o recebimento de tributos e não as lides entre os *adelantados*, mesmo sendo eles os conquistadores e desbravadores autorizados pela Coroa a explorar a colônia, lidando com situações geográficas desconhecidas dos espanhóis e oportunizando espaços que em momento futuro iriam gerar as contestações.

O estudo avança no tempo e faz um inventário minucioso das teses que justificaram a reclamação do território do Chaco pelas partes mais interessadas, sobretudo, Paraguai e Bolívia. Há ainda uma avaliação subjetiva sobre um tipo de caráter impetuoso atribuído ao Paraguai em suas ações em prol da conquista do Chaco, mesmo com a argumentação da chancelaria paraguaia qualificando-a. Em outro ponto, fica demonstrada a preocupação do General Waldomiro com assuntos pertinentes à própria soberania do território brasileiro onde é reforçada a ideia de aparelhamento de tropas, instalações (com atenção especial para o Forte Coimbra) e ampliação de recursos de defesa na região precavendo-se de um possível ataque por parte dos paraguaios.

Situação interessante também, é a caracterização do papel da Argentina frente ao conflito do Chaco, onde fica evidenciada sua articulação política em favor do Paraguai por se tratar de uma área de influência dos argentinos e de interesse econômico. Alguns trechos do documento justificam a conclusão apresentando com os seguintes argumentos:

Para a Argentina, esse país é um prolongamento dos seus impérios (sic) comerciais e seu território constitue (sic) indiretamente um elemento geográfico tributário da sua própria economia política. [...] Por aí se vê como o governo apoia e oficialisa (sic) as tendências (sic) da opinião pública em considerar o território do Paraguai como prolongamento dos domínios argentinos. (LIMA, 1934, p.10-11).

São enumerados as tratativas que antecederam ao conflito Paraguai x Bolívia, que envolveram não só a chancelaria dos países envolvidos como também dos países vizinhos apoiados, até mesmo pela Liga das Nações. O

embate entre os países não pode ser evitado e tampouco as inúmeras baixas no campo de batalha. O Estudo faz um manifesto descritivo das ofensivas de batalha e dos excessos de guerra aviltados pelo Paraguai.

Com uma linha de trabalho contundente e que prima pela preservação dos limites, fronteiras e interesses do Brasil, o Estudo também faz uma longa explanação das situações de risco pontuando a maneira como devem ser salvaguardadas as fronteiras do país próximas ao Chaco.

Considerações Finais

A análise dos textos consultados para a construção deste artigo, que privilegiou alguns autores e obras consagradas na historiografia sobre fronteiras e guerras, demonstrou a elasticidade que o conceito de fronteira ganhou com o passar dos anos, sobretudo, no período entre os séculos XIX e XXI, passando pela mais remota abordagem onde a designação fronteira representa, tão somente, limite entre estados, sendo origem de conflitos por demarcação de áreas de interesse econômico, cultural ou religioso, definindo-a como limite de território, lugar, fator de segurança e caracterizando todos os tipos de fronteira. O conceito explicitado neste documento através da análise do artigo de Emerson Flávio Euzébio argumentou sobre a integração de regiões fronteiriças através do que define como porosidade de fronteira. Dessa forma, a ideia de elasticidade do conceito de fronteira é a sinergia da integração e da diferença político-econômico e cultural, reverberando essas características na vertente político-militar.

Como exemplos dessa elasticidade, temos as questões históricas relacionadas ao *casus belli* na Amazônia Ocidental e no Chaco na década de 1930 e a gradativa mudança durante a década de 1990 após diversas negociações. Nesse ponto, a geopolítica internacional ainda colhe frutos do ideal de globalizante e estabelece como condição de desenvolvimento um maior entrosamento entre as nações, estabelecido através de acordos econômicos, diminuição de restrições em fronteiras e sempre orientados pela necessidade de maior fluxo de pessoas, mercadorias e serviços. A definição de porosidade utilizada a designa como característica de territórios nacionais que proporciona e favorece sua relação com o exterior, considerando uma

legislação específica que ampare a ampliação do fluxo econômico e social. Isso proporcionou uma característica única para cada ponto da fronteira, onde as características regionais somam-se aos fatores políticos, econômicos e sociais naquele setor, livrando a generalização das características homogêneas dos estudos do século XIX, em que a fronteira marcava o fim, o limite. A Guerra do Chaco envolveu esses antigos conceitos, gerando a guerra entre estados e a atenção de vários países pelo seu desenrolar, como o Brasil, a Argentina e os Estados Unidos. No que tange aos conflitos armados sobre a disputa por fronteiras, a Guerra do Chaco não está isolada, vários outros conflitos de natureza e com objetivos semelhantes foram travados. Para se compreender a essência da guerra comparamos o pensamento de Clausewitz com John Keegan.

Foi relevante observar que o Brasil acompanhou os eventos e formulou documentos que revelaram a preocupação, naquele contexto de tensões latino-americanas, com a guarda e a integração de suas próprias fronteiras. Autores como Mário Travassos e o Gen Waldomiro mostraram as debilidades do Brasil frente aos seus vizinhos e a disputa com a Argentina, apoiadora do Paraguai na Guerra que ora se desenvolvia pelo território do Chaco Boreal.

Assim, as possíveis respostas ficaram nos grandes projetos de ligação litoral-sertão para preencher o vazio demográfico e na melhor proteção das fronteiras. Para tanto o desenvolvimento da rede fluvial na Amazônia brasileira e a integração pelas estradas de ferro seriam fundamentais para proporcionar a segurança estratégica das próprias fronteiras e facilitar a integração com os países de interior e com o Pacífico, como foi o caso da Bolívia e do Peru.

Referências

- AMARAL JÚNIOR, Alberto do. *Introdução ao Direito Internacional Público*. São Paulo: Atlas, 2008. p. 28-29.
- BRASIL. Ministério da Guerra. *A Questão do Chaco Boreal (Estudo Sigiloso)*. Rio de Janeiro: Inspetoria do 1º Grupo de Regiões Militares, 1934.
- BRASIL. Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. 518 p.

Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em 01 abr. 2018.

- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Tamy, 2005.
- DE LIMA, Castilho Waldomiro. *A Questão do Chaco Boreal*. Rio de Janeiro: Estado Maior do Exército, 1934.
- DOMÍNGUES, Camilo Augusto Gómez. *Amazonía Colombiana: visión general*. Bogotá: Banco Popular. 1985.
- EUZÉBIO, Emerson Flávio. *A porosidade territorial na fronteira da Amazônia: as cidades gêmeas Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)*. Cuadernos de Geografía. Revista Colombiana de Geografía. Bogotá, jun - 2014, Vol. 23, p. 109-124.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 492.
- MENEZES, Maria Lúcia Pires. *Pequenas cidades em faixa de fronteira na Amazônia: o caso de Tabatinga e Benjamin Constant*. *Em Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*, Org. José Ademir de Oliveira, vol. 1, Manaus: EDUA, 2009.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. *As cidades amazônicas: a ilusão da busca*. *AGB Boletim Amazonense de Geografia* nº 2 , 1995.
- RODRIGUES, F.S. *Fronteiras como desafio histórico para o Exército: da geopolítica de Mário Travassos à Defesa do território brasileiro na primeira metade do século XX*. *In: Análise estratégica, volume 10 (4)*. Brasília CEEEx, set-nov 2018. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEExAE/article/download/1839/1487/>. Acesso em 01 fev. 2019.
- VARGAS, F. A. *Formação das fronteiras latino-americanas* - Brasília: FUNAG, 2017.

EXILADOS DA COLUNA PRESTES

Isabel L. Aragão

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Introdução

A temática da natureza das identidades torna-se um desafio, à medida que uma análise pacienzosa e contínua da realidade de um sujeito exige a consideração das conexões individuais que realiza e destas com os fenômenos sociais com que este indivíduo estabelece contato. Ou seja, exige a percepção do modo como esses indivíduos estão inseridos na sociedade, incluindo-se aí aparentes contradições, que na realidade são níveis de adesão a projetos individuais e/ou coletivos, ao longo de suas vidas em sociedade.

Todavia, existem grupos de pessoas, no Brasil e em todo o globo terrestre, que vivenciam a situação *sui generis* de inadaptação ao mundo em que vivem. Isso costuma acontecer de modo voluntário ou não, quando se encontram em situações em que têm a sua identidade posta em cheque, ou, quando, por razões outras, não podem exercer sua identidade, seja ela profissional, de nacionalidade, etc. São os prisioneiros políticos, os exilados, expatriados, refugiados, imigrantes, judeus, homossexuais, entre outros, estrangeiros compulsórios que estão nessa condição.

Sobre esses grupos, podemos afirmar que teriam sido compulsoriamente obrigados a abandonar suas *comunidades de vida e de destino*, onde seus membros possuem, de fato, uma ligação intensa, formadora de suas identidades, sendo obrigados a reformularem suas vidas, a noção de pertencimento, reinventarem sua realidade. (BAUMAN, 2000, p. 17)

Segundo Zigmum Bauman, ele próprio teria compartilhado da condição de estrangeiro com milhares de refugiados e migrantes do mundo globalizado. Para ele, as comunidades, as quais as identidades se referem como sendo as entidades que as definem, dividem-se em dois tipos. Algumas seriam *de vida e de destino*, conforme mencionado, onde seus membros possuem, de fato,

uma ligação profunda. Outras, seriam *fundidas unicamente por ideias ou por uma variedade de princípios*.¹ Estas últimas, seriam as comunidades nas quais o sujeito, após ser impedido de exercer sua identidade, precisa se adaptar a uma nova realidade, buscando algum tipo de identificação naquilo que é novo para ele e, dependendo do caso, exigindo uma reformulação de sua identidade profissional, de seus laços familiares, além da adaptação à novas referências de cunho geográfico, cultural, material, psíquico e emocional, dessa nova realidade.

As primeiras, as comunidades *de vida e de destino* são as de origem e de escolha do indivíduo, que por alguma razão é obrigado a se afastar dela. No segundo caso, Bauman nos chama a atenção para a existência de “incontáveis ideias ou princípios obrigando os indivíduos a comparar, fazer escolhas, reiterá-las, reconsiderá-las, tentar conciliar demandas contraditórias e frequentemente incompatíveis”.

Nessa situação se encontram os excluídos dos padrões sociais criados, como legítimos, pois, a deliberação de quem é o outro se dá a partir da definição do que ele é que, por sua vez, obedece a classificações, a padrões pré-estabelecidos, à hierarquização. É a utilização da autoridade efetiva, determinante daquilo que é aceito e constituída a partir da negação do outro, através da criação de estereótipos ou da apresentação de um padrão legal, por exemplo. Havendo o padrão social pré-estabelecido, os estereótipos ou a própria lei são acionados sempre que a sociedade deseja marginalizar alguém, ou um grupo, que não se adéqua às normas ou aos tipos considerados normais ou aceitáveis, ou que fere interesses de poder, gerando um movimento classificatório da sociedade e uma massa de excluídos políticos, sociais, de gênero, raciais, etc.

Dentro desse quadro estão os prisioneiros e exilados políticos que veem sua vida em suspenso, sem perspectiva de futuro, tendo apenas a certeza de que terão que recomeçá-las, deixando muito para trás e carregando consigo somente os elementos constitutivos de sua identidade, adquiridos durante seu percurso, formadores de seu interior e de seu modo de ver e ser no mundo. Seguem adiante, ainda que não possam externar o que pensam, para que

¹ O exemplo de Bauman é mencionado, mas outros segmentos, que não os expatriados, como judeus, homossexuais, entre outros, estão nessa condição. Ibid, ibidem.

possam existir socialmente, mesmo ocultando componentes distintivos de sua identidade, ou de parte dela, para sobreviver de algum modo, em algum lugar.

Gostaria de propor, então, uma análise acerca da condição dos exilados, revoltosos militares da Primeira República brasileira, que se sublevaram entre 1922 e 1930, tendo, na Revolução de 1930, a culminância das revoltas travadas durante essas duas décadas em que protagonizam uma luta armada.

Diante da proposta de análise, é importante frisar que, a construção identitária dos militares revoltosos, mesmo antes da condição de prisioneiros e exilados, sofre uma reelaboração, partindo para uma ação militar-revoltosa.

Inicia-se aí um processo de reformulação que molda suas identidades profissionais, forjadas num ambiente fundamentado na obediência e alicerçado em bases profundamente hierárquicas, rumo a uma identidade militar-revoltosa, consolidada ao longo da conspiração e combates e da situação posterior aos levantes, quando são considerados *desertores*, vivenciando a experiência de prisioneiros ou exilados.

Embora possa citar outros exemplos de exclusão política, gostaria de abordar a experiência vivenciada pelos combatentes da Coluna Prestes, ao chegarem ao exílio, como mote para a análise de alguns aspectos da sua condição de exilados, especialmente do grupo que vai adentrando a Bolívia sob o comando de Luís Carlos Prestes.

Após a participação em diversos levantes em todo país, seguindo por uma caminhada de 36 mil quilômetros, por todo o Brasil, no período de dois anos e meio, os revoltosos decidem exilar-se, espalhando-se por diversos países da América Latina, dentre eles a Bolívia, o Paraguai, o Uruguai, a Argentina, um contingente que se iniciara com aproximadamente 1500 homens, a maioria de homens simples, soldados e trabalhadores do campo, além de 50 mulheres, alguns analfabetos, outros semianalfabetos. São em aproximadamente 600 homens, em andrajos, feridos, magros, enfraquecidos, doentes. (PRESTES, A., 2009, p. 128).

O exílio

A partir da decisão de deixar o Brasil, na segunda quinzena de janeiro de 1927, os componentes da Coluna Prestes iniciam uma longa marcha em

direção à fronteira boliviana. Cruzaram o pantanal de Mato Grosso, montados em bois de sela, animais que transportavam, além dos homens, a carga, as padiolas com feridos, e imensas canoas esculpidas em ubás. Vencidos pela fome e pelo cansaço, alguns caminhavam amarrados aos animais e à noite dormiam amarrados a galhos de árvores, para não caírem na água durante o sono e morrerem afogados. Num lugar onde a temperatura noturna caía bruscamente, se estivessem molhados sofreriam ainda mais com o frio. Ainda assim, havia incontáveis mosquitos na floresta e os homens, alguns seminus, envoltos em cobertores, dormiam pouco. Tudo isso somado a escassez de provisões formava um quadro de miséria e sofrimento, de homens exaustos, famintos, alguns gravemente doentes e feridos. Sem comida e com pouca munição, não havia opção a não ser o exílio. (MEIRELLES, 2006, p. 54).

Assim que chegaram à La Gaiba foram contratados pela companhia Bolivian Concessions Limited, que arrendara vasta extensão de terras no meio da floresta, obtendo uma concessão para explorar a região por 25 anos. A companhia pretendia abrir uma estrada de rodagem com aproximadamente setenta quilômetros de extensão, entre La Gaiba e Santo Corazón. Juan Clouzet, gerente da companhia, absorveu a quase totalidade da tropa da Coluna Prestes, a pedido de Luís Carlos Prestes, que, logo em seguida, no dia 3 de fevereiro, encaminhou um pedido formal de asilo, em nome do Alto-Comando Revolucionário, ao comando militar mais próximo, na cidade de San Mathias. Ali começaram uma nova etapa de suas vidas, num local inóspito, de floresta semelhante a do Pantanal. Ali abriram picadas na mata, cultivaram para sua subsistência e enquanto os doentes e feridos recebiam tratamento, amontoaram-se em dez barracões, construídos com troncos e cobertos com folhas de palmeiras e sapê, tornando-se operários na abertura da estrada. (IBID, p. 52).

Viviam uma realidade sem horizontes, mas, nesse primeiro momento, mantiveram-se unidos, reunindo-se à noite, fora dos barracões, em torno das fogueiras, como faziam nos tempos da Coluna, uma Coluna que aos poucos se desfazia, cujos combatentes traziam sequelas da longa campanha e estavam sem condições de voltar a lutar. Provavelmente esse encontro fosse uma tentativa de reter o passado, já que o futuro era desconhecido, e reviver os tempos de revoltosos, através das conversas e da rememoração das

experiências vividas durante a marcha, das amizades e cumplicidades construídas e perdidas, das práticas cotidianas, pois, na condição de exilados ainda não havia definição do que seria dali para frente.

Os lenços vermelhos dos exilados também permaneceram por longos meses em volta do pescoço:

(...) continuavam fiéis aos velhos e inadequados chapéus de feltro de aba larga e copa alta, que usavam durante a campanha. (...) Mesmo longe do inimigo, jamais abandonavam os lenços vermelhos em volta do pescoço. O lenço e os esgarçados bonés militares pareciam dar expressão e passagem ao orgulho revolucionário que lhes permitia suportar as agruras do exílio. (IBID, IBIDEM).

O relato de Levi, ao chegar a Auschwitz, em janeiro de 1944, mostra curiosa semelhança com esse fato. Após alguns “rituais” de acomodação, promovidos pela SS, que visavam anular a indivíduo como ser humano, ele decide juntamente com os italianos, transferidos com ele da prisão anterior, que aos domingos à noite, nos raros momentos reservados a repouso, se encontrariam num canto do Campo de Concentração onde estavam. Era uma forma de manterem algum laço do passado que os fortalecesse, alguma lembrança do que tinham sido. Todavia, após um tempo desistiram da iniciativa, porque toda vez que se encontravam percebiam estar em menor número, e os que restavam, a cada dia, mais *disformes*. (LEVI, 1988, p. 35).

Trata-se de um momento na vida de um exilado ou prisioneiro político, ou mesmo um fugitivo da justiça por crime comum, no qual as vidas se encontram em suspenso. Não há perspectiva de futuro. Ao contrário disso, “pensar num futuro longínquo perde toda importância diante das incertezas de um futuro imediato, com seus problemas bem mais urgentes e concretos, como, por exemplo, a necessidade de como se alimentar hoje”. (LEVI, 1988, p. 34).

Em relação aos exilados, Prestes tenta amenizar isso, conseguindo trabalho para todos, dividindo tudo o que possuía com seus soldados: desde o dinheiro até alimentos, ferramentas. Distribuía o trabalho de acordo com a aptidão de cada um, fixava os salários, mantinha uma reserva para feridos e doentes, além de criar um fundo de reserva para emergências. Alguns se organizaram sob a forma de cooperativas de produção e consumo, desenvolvendo habilidades

pessoais adquiridas anteriormente, atuando como marceneiros, alfaiates, sapateiros, relojoeiros e criando um pequeno armazém, evitando, assim, que fossem explorados por comerciantes bolivianos, e dividindo o lucro obtido entre eles. (MEIRELLES, 2006, p. 63).

Após solucionarem os problemas de ordem material, tiveram que lidar com uma nova realidade, a de rever a identidade profissional, construída em bases fortes, que marcam o sujeito em sua trajetória no mundo, devido às especificidades do tipo de socialização. Uma identidade nunca abandonada, que levava os militares ao extremo da revolta em defesa do *ethos* (Cf. GUEERTZ, 1978) militar, em que o respeito à hierarquia e obediência aos superiores e aos regulamentos militares, a que estão sujeitos, são pilares que sucumbiram diante de um novo projeto político de moralização do Exército e da República.

Na condição em que eles se encontravam os estudos, o treinamento e todo o preparo que tiveram para o exercício profissional precisava ser esquecido, pois tinham que trabalhar para sobrevivência imediata.

É, também, o momento de relembrar da família, nesse período de trégua das refregas violentas e longas caminhadas, mesmo sabendo que por algum tempo ainda se manterão distantes, de sonhar em rever esposas e filhos, de conhecer aquele que não se viu nascer e crescer ou de receber a notícia daqueles que se foram, sem que se pudesse estar presente na hora da partida.

Imagine-se, agora, um homem privado não apenas dos entes queridos, mas de sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo o que possuía; ele será um ser vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido de dignidade e discernimento – pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo (...). (LEVI, 1988, p.25).

Após um período de adaptação, o Alto-Comando da Coluna pouco a pouco vai se separando no exílio, indo para países diferentes. Miguel Costa e João Alberto ficaram na Argentina, em Pasos de Los Libres; Isidoro Dias Lopes e Alfredo Simas Enéas, em Assunção, Paraguai. Siqueira Campos se exila em Assunção, levando consigo o último destacamento da Coluna a sair do país e depois segue para Buenos Aires. Tentavam sobreviver, cada um de acordo com as possibilidades que se lhes apresentavam. Por fim, Prestes também vai

para a Argentina. E nessa condição permaneceram, por oito anos, de 1922 a 1930, quando ocorre a Revolução de 1930.

Mas, a nova condição de exilado, não apaga seu passado rebelde. Tanto oficiais, como praças levaram consigo essa bagagem pesada de “revolucionários” e tiveram que conviver com simpatizantes e inimigos dessa causa. Não são mais militares, tampouco se consideram civis. Para o exército, são revoltosos desertores; para a Polícia Política, marginais, criminosos furtivos; nos países que os receberam, são asilados políticos. Talvez para a família sejam os mesmos, embora nem isso possam afirmar devido aos anos de distância que se passaram. Estão deslocados no mundo.

Essa condição foi vivenciada por diversos exilados e prisioneiros, dentre eles Zigmum Bauman. Perseguido pelo nazismo e depois pelo Partido Comunista da Polônia mudou-se para a Inglaterra. A partir de sua própria experiência em entrevista a Benedetto Vecchi, no ano de 2000, exemplifica a existência de um sujeito *deslocado* no mundo, afirmando sentir-se “um estrangeiro, um recém-chegado – não fazia muito tempo, um refugiado de outro país, um estranho”, mesmo depois de muitos anos vivendo na Inglaterra. Refugiado e expulso do próprio país, o sociólogo desenvolve o conceito de *deslocamento*. (BAUMAN, 2000, p. 15).

Em todo e qualquer lugar eu estava – algumas vezes ligeiramente, outras ostensivamente – deslocado. (...) Eu compartilho essa sorte com milhões de refugiados e migrantes que o nosso mundo em rápido processo de globalização produz em escala bastante acelerada. (...) Estar total ou parcialmente “deslocado” em toda a parte, não estar totalmente em lugar algum (ou seja, sem restrições e embargos, sem que alguns aspectos da pessoa “se sobressaiam” e seja vistos por outras como estranhos), pode ser uma experiência desconfortável, por vezes perturbadora. (IBID, p. 18-19).

A identidade em cheque

Bauman, recém-chegado à Grã-Bretanha, se apresentou, à comunidade universitária, onde lecionou, como tendo nacionalidade polonesa, mesmo após ter perdido a cidadania em seu país e se naturalizado inglês. Não queria se passar por um inglês, fingindo ter outra nacionalidade. Mas, em outra ocasião,

anos depois, em uma solenidade, na qual foi homenageado com o título de doutor *honoris causa*, na Universidade de Charles, de Praga, diante do costume de que tocassem o hino nacional da nacionalidade do homenageado, viveu um impasse. Qual hino seria tocado, o inglês ou o polonês? Esse era mais um, dos muitos momentos em que sua identidade era confrontada, exigindo-se dele uma autodefinição. A primeira vez que experimentara isso foi quando perdera a cidadania, há trinta anos.

Não me recordo de dar muita atenção à questão de minha “identidade”, pelo menos do ponto de vista da nacionalidade, antes do brutal despertar de março de 1968, quando o meu polonesismo foi publicamente posto em dúvida. Imagino que até então eu esperava, prosaicamente, e sem qualquer ansiedade ou astúcia, aposentar-me por tempo de serviço na Universidade de Varsóvia e ser enterrado, chegada a hora, num cemitério da cidade. Mas, desde março de 1968, o que todos esperavam de mim, e ainda esperam, é que eu me autodefinia, e que eu tenha uma visão ponderada, cuidadosamente equilibrada e ardentemente defendida da minha identidade. Por quê? Porque, uma vez tendo sido obrigado a me mudar, expulso de algum lugar que pudesse passar pelo meu “habitat natural” não haveria um espaço a que pudessem considerar-me ajustado, como dizem, cem por cento. Em todo e qualquer lugar eu estava - algumas vezes ligeiramente, outras ostensivamente - “deslocado”. (IBID, p. 15).

Embora seja possível ocupar lugares de aceitação na sociedade, assumindo identidades outras, que não as suas e, em muitos casos, essa possa significar a única saída encontrada para que as pessoas possam existir socialmente, isso significa a ocultação de sua identidade, ou de parte dela. Esse último caso ocorre quando se abre mão de revelar experiências passadas, constituintes de sua identidade, para ser aceito sem discriminações, perseguições, para não perder oportunidades de trabalho ou sofrer preconceitos de ordem social, moral, etc.. Ainda que na maioria dos casos se lance mão desse expediente em nome de uma sobrevivência social, ou visando-se evitar constrangimentos, é uma ação que constrange o próprio indivíduo a recalcar a diferença que o distingue como sujeito, omitindo suas experiências de constituição identitária. E esse constrangimento ocorre para que o indivíduo, portador da diferença, que não se encaixa nas classificações existentes, se aproxime de um padrão social.

A posição tomada por Bauman, após ouvir Janina Bauman, sua companheira de toda a vida, foi discreta. Janina havia sobrevivido ao gueto de

Varsóvia. Vítima da segregação e do ódio, acostumada, portanto, a buscar saídas para se salvar, ou seja, “uma pessoa que já refletiu muito sobre as armadilhas e privações da autodefinição”, sugere que seja tocado o Hino Europeu, durante o evento em Praga. O Hino abraçava os dois pontos de referência alternativos de sua nacionalidade, pois não havia nenhum órgão europeu com autoridade para “conceder ou negar o direito de nos autodenominarmos europeus”. Foi uma decisão consciente, na qual Bauman cedeu à ideia de aproximar-se de um padrão social, com vistas a evitar constrangimentos e que, ainda segundo ele, “tirava da pauta uma identidade definida em termos de nacionalidade.” Dando-lhe a alternativa de autodefinição como europeu, escondia o tipo de identidade, o que lhe fora “negado e tornado inacessível” e o quão não estava “ajustado” a uma nacionalidade, escondia, enfim, o seu “deslocamento” no mundo. São circunstâncias que não raro surgem, nas quais “sempre há alguma coisa a explicar, desculpar, esconder ou, pelo contrário, corajosamente ostentar, negociar, oferecer, barganhar. Há diferenças a serem atenuadas ou desculpadas ou, pelo contrário, ressaltadas e tornadas mais claras”. (IBID, p. 18-19).

Bauman opõe a esse ser “deslocado” um sentir-se *chez soi*, “em casa”, mas alerta que mesmo esse sentimento é superficial e bastante fluído, porque “o preço a ser pago é a aceitação de que em lugar algum se vai estar total e plenamente em casa”, quando se é um estrangeiro. (IBID, p. 20).

Quanto mais praticamos e dominamos as difíceis habilidades necessárias para enfrentar essa condição reconhecidamente ambivalente, menos agudas e dolorosas as arestas ásperas parecem, menos grandiosos os desafios e menos irritantes os efeitos. Pode-se até começar a sentir-se *chez soi*, “em casa”, em qualquer lugar - mas o preço a ser pago é a aceitação de que em lugar algum se vai estar total e plenamente em casa. (IBID, IBIDEM).

O *homo sacer* ou o “direito do inimigo”

A experiência que os exilados da Coluna Prestes e de outros levantes iniciavam por vivenciar enquadrava-se nesse processo de deslocamento do

mundo. Mas havia um problema ainda maior, a ameaça de morte a que estavam sujeitos constantemente.

Quando o major Heliódoro Carmona Rodó, chefe da guarnição local de La Gaiba recolheu as armas dos exilados, diante das graves ameaças que sofriam, decidiu deixar em seu poder as armas de cano curto para defesa pessoal. Dias depois, uma patrulha teria encontrado um numeroso grupo de pistoleiros baianos acampado em território boliviano. Meirelles afirma que o bando chegara a pedir autorização para pernoite numa fazenda local a dez quilômetros da fronteira com o Brasil, mas teria sido instado a deixar a Bolívia, sob pena de *serem expulsos a tiros*. (MEIRELLES, 2006, p. 55).

Diversos *batalhões patrióticos* chefiados por *coronéis* e seus jagunços, tinham empreendido violenta perseguição contra a Coluna pelo interior do Brasil. Dentre eles, alguns compostos por cangaceiros, sob o comando de coronéis do Nordeste, empenharam-se numa perseguição violenta aos revoltosos, partindo do sertão baiano. Todos eram pagos pelo governo federal e armados pelo Ministério da Guerra e tinham se transformado no “principal instrumento do governo na luta contra os revoltosos” por causa dos insucessos das forças legalistas. (PRESTES, A., 2009, p. 121).

O objetivo fica claro: não era a captura, mas a morte dos rebeldes:

Com o objetivo de destroçá-los, todos os meios tornaram-se válidos e o dinheiro correu a rodo, sendo fartamente distribuído entre os “coronéis” a serviço da “legalidade”. Chegou-se a oferecer 100 contos de réis pela cabeça de cada um dos comandantes da Coluna. Os “batalhões” de jagunços, juntamente com as tropas do Exército e das polícias estaduais, formaram um contingente de cerca de 20 mil homens, que, nas palavras de Moreira Lima, “nos agrediram, quase diariamente, de dentro das caatingas, nos desfiladeiros, por detrás das penedias,² numa fúria satânica” (MOREIRA LIMA, 1979, p. 293, apud PRESTES A., 2009, p. 121).

² Rochas.

Haviam se tornado como a figura do *homo sacer*,³ com suas vidas sob condenação constante, em completo estado de vulnerabilidade, expostos à violência e à morte, desprovidos do direito de serem presos e julgados.

Embora, o conceito de *homo sacer* suscite debates em torno da dupla exceção (vontade soberana acima da lei e sacer excluído do direito) e ou mesmo acerca da dualidade que existe em torno da oposição entre sua condição de insacrificabilidade e a impunidade por matá-lo, não desejo me ater a essas questões, utilizando-me do conceito para exemplificar como os exilados estavam excluídos do Direito, posto que existia a ordem para que fossem assassinados, havendo inclusive a oferta de recompensa para quem atendesse a esse intento. (ROMANDIN, 20013, p. 238).

Em 1924, um episódio emblemático revela o modo como estavam instruídos os legalistas, em relação aos revoltosos, e como tinham sua impunidade garantida. Os marinheiros do encouraçado São Paulo, após atracarem o navio no Uruguai, ficam hospedados em Montevidéu, para se juntarem às tropas rebeldes. Decidem aguardar instruções para se unirem às tropas de Prestes, mas, alguns marinheiros são convidados por um maragato, Júlio de Barros, para realizaram uma incursão, pois diversos líderes gaúchos lutavam contra o governo, nesse mesmo período, em nome da Revolução. Mas os marinheiros não sabiam montar e desconheciam a região. Ao serem repelidos com violência pelas Forças Estaduais e Batalhões Patrióticos, atravessaram a fronteira, mas foram deixados para trás e se perderam na região conhecida por Los Galpones. Os Batalhões Provisórios invadiram o território uruguaio e promovem um massacre. Alguns foram arrancados de dentro de casas de colonos, onde haviam se escondido e executados diante de mulheres e crianças. (MEIRELLES, 1999, 298-300).

A edição de 13 de dezembro (1924) de El Diário revela que os ferimentos encontrados nos corpos das vítimas mostram que elas foram executadas de forma selvagem. Os 17 mortos tinham sido baleados à queima roupa, com tiros na cabeça, e em seguida degolados. Muitos além de degolados foram

³ O *homo sacer* é um conceito-limite do direito romano que delimita o limiar da ordem social e da vida humana. Uma figura jurídico-política pela qual uma pessoa, ao ser proclamada *sacer*, era legalmente excluída do direito (e conseqüentemente da política da cidade). Tal condição de *sacer* impedia que ela pudesse ser legalmente morta (sacrificada), porém qualquer um poderia matá-la sem que a lei o culpasse por isso. Ver mais em: RUIZ, Castor. **Homo sacer. O poder soberano e a vida nua. Disponível em:** http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4044&secas=371

esquartejados, como Amaro Assis Brasil, que teve a cabeça arrancada do corpo. (IBID p. 299-300).

Como consequência, obviamente, o massacre transformou-se num grave incidente diplomático, e o Tenente Herculino Cascardo, líder do levante do encouraçado, e o restante dos marinheiros, ficam perplexos com o destino de seus companheiros, mas, passado o tempo, ninguém seria responsabilizado pelas mortes. (Ibid, p. 300)

Segundo Günthers Jakobs, certas pessoas, por serem inimigas da sociedade (ou do Estado), não devem ter direito a todas as proteções penais e processuais que são dadas aos demais indivíduos. Jakobs propõe a distinção entre um direito penal do cidadão (*Bürgerstrafrecht*), e um direito penal para inimigos (*Feindstrafrecht*), que permite que qualquer meio disponível seja utilizado para punir tais inimigos. Ou seja, o “direito penal do inimigo” significaria, se adotado, a suspensão da obrigação da aplicação de leis para estes indivíduos, mediante a justificativa de proteger a sociedade ou o Estado contra determinados perigos, cuja natureza ou especificação não se encontram abordagem do autor. Em *Bürgerstrafrecht* und *Feindstrafrecht*, Jakobs propõe que qualquer pessoa que não respeite as leis e a ordem legal de um Estado, de modo persistente ou através da reincidência, deva perder todos os direitos como cidadão e como ser humano. Cita Kant em seu ensaio *A Paz perpétua*, onde este afirmaria que uma pessoa que representa constante ameaça, deve ser tratado como inimigo, (JAKOBS, 2005, s/p) e Hobbes, utilizando-se da concepção deste de que ações de insubmissão ao Estado significam a quebra do contrato social e, conseqüentemente, um retorno ao “estado de guerra”, sendo portanto, a solução, para tal condição, a criação de um “direito penal do inimigo” (ou o que Jakobs denomina por “dissidentes de princípios”), que deverá ser julgado “tendo-se excluído o seu *status* de pessoa”. (JAKOBS, 2005, s/p).

Isso significa, por exemplo, que um prisioneiro de guerra não teria direito à vida, que um terrorista ou um membro da máfia que só respeite as regras de sua organização, todos devem ser designados como *não pessoas* e não mais merecem ser tratados como cidadãos, mas como inimigos do Estado.

Quem não presta uma segurança cognitiva suficiente de um comportamento pessoal, não só não pode esperar ser tratado ainda como pessoa, mas o Estado não ‘deve’ tratá-lo, como pessoa, já que do contrário vulneraria o direito à segurança das demais pessoas. (...) Portanto, seria completamente errôneo demonizar aquilo que aqui se tem denominado Direito penal do inimigo. Com isso, não se pode resolver o problema de como tratar os indivíduos que não permitem sua inclusão em uma constituição cidadã. Como já se tem indicado, Kant exige a separação deles, cujo significado é de que deve haver proteção frente aos inimigos. (JAKOBS, 2005, s/p).

Diante da ausência de definição de quais seriam os “inimigos” aos quais Jakobs se refere, essa teoria poderia se estender a qualquer indivíduo que queira subverter as normas da sociedade, a qualquer criminoso que ignore as leis e seja interpretado como um “inimigo do estado.” Embora o autor assuma uma posição de concordância com tal ideia, o que parece assustador, para um pensamento contemporâneo, advindo de um acadêmico e professor universitário de Direito, de certo modo, ele apenas descreve algo que já existe, embora não de modo oficial, podendo-se constatar essas práticas, por exemplo, em extermínios por questões raciais diversas, como no *apartheid*⁴; sociais, como os assassinatos recentes e constantes de jovens de comunidades ocorridos no Brasil (Cf. ANISTIA INTERNACIONAL);⁵ ou no holocausto judeu, onde a vida dos prisioneiros estava à mercê de seus carcereiros e um homem era “transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses, considerando puros critérios de conveniência.” (LEVI, 1988, p. 25).

⁴ Regime de segregação racial adotado de 1948 a 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional, na África do Sul, no qual os direitos da maioria dos habitantes foram cerceados por governos formados por uma minoria branca.

⁵ Em 2012, 56.000 pessoas foram assassinadas no Brasil. Destas, 30.000 são jovens entre 15 a 29 anos e, desse total, 77% são negros. A maioria dos homicídios é praticado por armas de fogo, e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados.” Disponível em: <https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>. “As forças policiais brasileiras utilizam métodos violentos e repressivos que constantemente violam os direitos humanos de uma grande parte da população. Milhares de pessoas foram mortas por integrantes da Polícia Militar, muitas das quais estavam desarmadas e não apresentavam qualquer ameaça. Antes do ocorrido na Baixada Fluminense, outros quatro massacres de grande repercussão chocaram o mundo: o de detentos desarmados no Centro de Detenção do Carandiru, em 1992; o das crianças que dormiam nas escadarias da Igreja da Candelária, em 1993; o dos moradores da favela Vigário Geral, em 1993; e o de ativistas rurais em Eldorado dos Carajás, em 1997. São incalculáveis as mortes que nunca foram registradas.” Anistia Internacional. AI Index: AMR 19/025/2005 **Brasil: “Eles entram atirando”: Policiamento de comunidades socialmente excluídas.** Disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/80000/amr190252005pt.pdf>

Rodeado pela morte, era frequente o deportado não estar em condições de avaliar as proporções da matança que se desenrolava diante dos seus olhos. Em resumo, sentia-se dominado por um enorme edifício de violência e ameaça, mas não podia construir uma representação deste, porque seus olhos estavam pregados ao chão da necessidade de todos os minutos. (LEVI, 2008, p. 13)

Conclusão

Cada categoria mencionada durante o trabalho possui suas especificidades e, conseqüentemente, diferentes critérios de análise. Entretanto, observa-se que algumas características podem ser consideradas comuns entre elas. A condição de refugiados, exilados, prisioneiros, etc., traz consigo um abalo na possibilidade de exercerem suas identidades profissionais, políticas e sociais. Gera uma quebra naquilo que consideram mais importante em termos de pertencimento, sua nação, sua família, sua casa, seus pertences, tudo lhes escorre pelas mãos. Há ainda, a ser considerada em sua condição, a rejeição social que sofrem, e que talvez, para alguns, nunca seja possível recuperar. E por fim, há a morte, sempre à espreita desses indivíduos, mostrando que não merecem o convívio e a aceitação social, restando-lhes muitas vezes o extermínio.

Os exilados e prisioneiros políticos das revoltas militares, ocorridas nas décadas de 20/30, foram tratados sem nenhum apreço às suas vidas. Havia uma autorização, ainda que velada, para que suas vidas fossem extintas e isso foi posto em prática em todos os momentos: nas prisões, onde sofreram tortura e doenças; quando eram abandonados em lhas de desterro, sem alimentação, remédios e acomodações, como ocorreu na Ilha de Trindade e no Lazareto (Ilha Grande); nos navios-prisões, onde sofreram um tratamento de escravos e viviam entulhados em porões, como ocorreu com os praças no navio *Campos*; ou no exílio, onde sofreram perseguições implacáveis, sempre com suas vidas ameaçadas, tendo que viver em clandestinidade, mudando-se com frequência de país, ou quando encontrados pelas polícias estaduais, batalhões patrióticos ou pela polícia política que sempre rondava as fronteiras.

Faziam parte de um grupo de seres humanos classificados como indesejáveis à sociedade, pois representavam o que descrevem as palavras do

inspetor Javert a Jean Valjean, em *Os miseráveis*, de Vitor Hugo: “quando sair, você levará o cárcere consigo por toda parte. Ele o seguirá como um cão, até o dia em que irá retornar. Todos acabam por voltar. São irrecuperáveis.”

Referências

- ANISTIA INTERNACIONAL. AI Index: AMR 19/02/2005 *Brasil: “Eles entram atirando”:* *Policimento de comunidades socialmente excluídas*. Disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/80000/amr190252005pt.pdf>
- BAUMAN, Z. *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- GUEERTZ, C. A *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- <https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2013v10n2p238> .Acesso em: janeiro de 2017.
- JAKOBS, G; CANCIO MELIÁ, M. *Derecho penal del enemigo*. Madrid: Civitas, 2005.
- JAKOBS, G. *Bürgerstrafrecht und Feindstrafrecht*. In: HRRS 3/2004 p. 88-95: Disponível em: <http://www.hrr-strafrrecht.de/hrr/archiv/04-03/index.php3?seite=6#>. Acesso em: 01/03/2017.
- LEVI, P. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- _____. *Os que sucumbem e os que se salvam*. Lisboa: Editorial Teorema, 2008.
- MEIRELLES, D. *1930: os órfãos da revolução*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- MOREIRA LIMA, L. *A Coluna Prestes: marchas e combates*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 293, apud PRESTES, Anita. *Uma epopéia brasileira: a Coluna Prestes*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- PRESTES, A. *Uma epopéia brasileira: a Coluna Prestes*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- ROMANDIN, F. L. Do homo sacer ao iustitium: deslocamentos na interpretação do direito romano na filosofia de Giorgio Agamben. *Revista Interthesis* (PPGICH). Disponível: <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2013v10n2p238>. Acesso em fev/2017.
- RUIZ, C. *Homo Sacer*. O poder soberano e a vida nua. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4044&secao=371

A ASSISTÊNCIA RELIGIOSA DA FEB, ATRAVÉS DO CAPELÃO MILITAR, E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O MORAL DA TROPA NA 2ª GM

Ricieri Alberici Neto

*Universidade Salgado de Oliveira
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História*

Introdução

A presente pesquisa se destina a estudar o trabalho da Assistência Religiosa, através do Capelão Militar da Força Expedicionária Brasileira, durante os eventos ocorridos na 2ª Guerra Mundial, no teatro de operações italiano, nos anos de 1944 e 1945. O foco principal está direcionado para os resultados que os capelães obtiveram sobre o moral da tropa, entendida como parte do emocional e do ânimo que o soldado precisa ter para suportar as adversidades próprias do combate. É relevante saber se o tenente-capelão conseguiu influenciar o moral da tropa e quais os impactos produzidos sobre seus integrantes. A questão é identificar em que a cultura, mas especificamente a religião, nesse caso o cristianismo, por ser na época a principal expressão de fé do brasileiro, ajudou os combatentes na guerra. Torna-se relevante entender se esta influência operou sobre a disciplina, a resistência ou em ambos os aspectos.

Para responder as questões propostas faz-se duas principais análises. Primeiro sobre as dificuldades enfrentadas pelos militares brasileiros, desde sua mobilização até ao Teatro de Operações Italiano. Entre essas estavam a instrução e o adestramentos incompletos, doenças, intempéries, terreno desconhecido, medo da morte iminente e dos companheiros. Em segundo se buscou conhecer o comportamento do combatente e sua relação com a religião nessas difíceis situações. Para isso foi preciso refazer a história do Serviço de Assistência Religiosa e as ações da capelania.

Na bibliografia específica estão presentes obras como: A FEB por seu Comandante, do Marechal Mascarenhas de Moraes; Estou Ferido, de Joaquim J. Dourado; Matar, Um Estudo Sobre o Ato de Matar, de Dave Grossman; Frei Orlando, O Capelão que não voltou, de Gentil Palhares; e Vivência de um Ex-Capelão da FEB, de Emílio Jacob Schneider; além de outros estudos como as pesquisas de Alcemar Ferreira Junior, sobre o recrutamento e as análises de Francisco César Alves Ferraz, que deram origem ao trabalho Os Brasileiros e a II Guerra Mundial. Alguns desses autores estiveram nos combates e acompanharam, como testemunhas oculares, o sofrimento provocado pela guerra.

O Mal Mascarenhas de Moraes forneceu dados sobre as dificuldades da mobilização, o estado de saúde da tropa e os reveses iniciais sofridos pela FEB. Dourado e Jacob Schneider eram padres, capelães militares que escreveram diários sobre suas experiências na guerra, juntos com Palhares, que era tenente do Regimento de Frei Orlando e biógrafo do mesmo, forneceram informações sobre o trabalho diário dos capelães e sua convivência com os pracinhas.

Houve harmonia no diálogo entre os autores de forma que concordavam, mesmo sob diferentes pontos de vista, sobre a importância do acompanhamento religioso para elevar ou recuperar o moral da tropa. Somente o Padre Manuel Inocêncio Santos, ao escrever um capítulo em Depoimentos de Oficiais da Reserva sobre a FEB, criticou a ociosidade que os pracinhas ficavam em sua concentração no Morro do Capistrano. Nesta questão discordou Palhares, que relatou a defesa que Frei Orlando fazia àquele espaço e a harmonia da tropa.

Da obra de Dave Grossman foram usados elementos que atuavam sobre o psicológico dos homens na guerra. Em trabalho singular o autor escreveu sobre as dificuldades de atirar e de matar o inimigo mesmo no combate. O livro também mostrou as consequências do impacto da exaustão, produzida pelas adversidades da guerra, sobre o moral dos combatentes.

Alcemar Ferreira Junior trabalhou com a organização do recrutamento da FEB. Questões como o clientelismo e os apadrinhamentos para escapar da guerra e o insuficiente estado de saúde do brasileiro, atrapalharam a formação da tropa expedicionária. O texto de Ferraz se harmoniza no que tangencia

esses aspectos, acrescentando o desenrolar dos acontecimentos que introduziram o Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Além dos relatos de memórias já mencionados, existem importantes fontes documentais guardadas no Arquivo Histórico do Exército. As fontes selecionadas foram os relatórios dos capelães militares, informando sobre suas atividades, como missas celebradas e o relacionamento individual com os combatentes no teatro de operações. Uma segunda fonte são os documentos produzidos pelo Pelotão de Sepultamento. Estes recolheram e catalogaram objetos religiosos que os militares portavam ao morrer e que revelaram seu apego ao divino e ao sagrado.

As fontes indicadas são trabalhadas de forma quantitativa, como no número de missas celebradas, militares presentes e os objetos religiosos encontrados com os mortos porque demonstravam sua crença no divino. Mas também de forma qualitativa, ao se analisar os relatos dos ex-combatentes e dos capelães, esforçando-se por alcançar a íntima relação de três componentes – o guerreiro, a religião, e o moral para o combate.

Na obra organizada por Jacques Legoff e Pierre Nora – Novos Objetos – e ainda com Phillipe Ariès, ao estudar o Homem diante da Morte, encontram-se os pressupostos teóricos que embasem esta pesquisa. Os autores abordam a história da doença, a morbidade e o sentimento de medo que envolvem.

Conforme veremos, boa parte dos soldados mobilizados para compor a Força Expedicionária Brasileira, eram de populações do interior e viviam em precárias condições.

Muitos eram vítimas das doenças, que também estavam relacionadas com a falta de costumes de higiene, comuns na época. Mesmo assim, devido as necessidades de organização da FEB, doentes foram aprovados nos exames médicos e enviados à Itália. Conforme dito em um capítulo escrito por Jacques Revel e Jean Pierre Peter, citado por Legoff “mesmo doente, todo homem é um homem.”

Nem todas as mazelas podiam ser explicadas pela medicina. Os doentes que não encontravam recurso nela, precisavam procurar ajuda em outra área. O homem, que na Idade Média procurava a religião, a Igreja e o padre, voltou a fazê-lo quando a ciência negou-lhe a cura para os problemas da alma e do espírito. Isto não era novidade, François Lebrun tentou explicar atitudes

populares diante da doença e da morte, através da doutrina da igreja e das idéias científicas (LEGOFF, 1976, p. 152)

Segundo as idéias de Revel e Peter, o historiador não pode fazer a história das doenças apenas analisando os sintomas físicos aparentes ou orientados pela medicina. É preciso perceber os acontecimentos em volta do homem. Depois de Sigmond Freud a história não pode mais abrir mão do psicoemocional, da alma e do espírito humano.

Para Michelet é papel do historiador desvendar “as palavras que permanecem no fundo do coração” (Apud LEGOFF, 1976, p. 154). Referiu-se ao pensamento humano, quando este pode ser expresso e observado nas atitudes. Com isso o historiador pode examinar relatórios eclesiásticos, desde que o faça em busca da objetividade e atentando para a articulação do documento. (LEGOFF, 1976, p. 147)

Na guerra as doenças psicológicas e emocionais ocupam um lugar de peso dentro dos homens. Os combatentes possuem dificuldade de resistir a realidade da morte imediata ou de estarem face a face com ela. Isso degenerava sua moral para continuar na batalha. As instituições precisavam amenizar o impacto que a guerra trazia sobre o homem, buscando dentro dele mesmo o suporte para enfrentar a situação.

Nesse caso foi a religião que, usando da fé e da crença interior, descodificando-a através do rito, conseguiu ajudar o combatente a se manter equilibrado e com moral nas situações que o levavam ao limite.

Envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial

Segundo Ferraz, o Brasil fazia parte de um grupo interessado em fornecer aos Estados diretamente envolvidos no conflito, matérias-primas em condições vantajosas. Por isso manteve uma política dúbia, ao mesmo tempo que tinha conhecimento de que possuía uma posição estratégica, devido ao extenso litoral banhado pelo Atlântico, com o continente africano do outro lado, também poderia ganhar economicamente por meio de um comércio cujas relações já existiam com os europeus.

A situação começou a se alterar em janeiro de 1942, quando o Brasil rompeu relações com o Eixo, após o ataque japonês à base americana em Pearl

Harbor, ocorrido no mês anterior. O Brasil, cumprindo suas obrigações firmadas na conferência das nações americanas, assumiu o compromisso de solidariedade e apresentou seu apoio ao governo norte-americano, decidindo pelo rompimento das relações diplomáticas com o Eixo. A neutralidade estava encerrada, mas ainda não havia uma declaração de guerra, esta só chegaria com a ofensa direta da Alemanha, através do torpedeamento dos navios mercantes brasileiros.

Logo após o fim das relações com o Eixo, os submarinos alemães começaram a afundar os navios mercantes brasileiros, alguns, inclusive, próximos ao litoral. Houve consternação do povo brasileiro exigindo uma dura resposta do governo Vargas. O sentimento de indignação, apesar de ter existido, como pode ser percebido em manifestações públicas da época e nos jornais, não ressoou por muito tempo, nem se instalou no íntimo daqueles que, posteriormente, seriam convocados para compor a Força Expedicionária Brasileira, como veremos mais adiante ao falar sobre o recrutamento.

Fatores negativos para a moral da FEB

O Recrutamento

O planejamento inicial era que a Força Expedicionária Brasileira fosse composta por 60.000 homens com três divisões de Infantaria. No entanto, partiram para a guerra pouco mais de 25.000. Castelo Branco mostrou que o efetivo da época era de cerca de 90.000, portanto 60.000, como pretendido, seria uma cifra demasiadamente ambiciosa para enviar. Apesar do pequeno efetivo em relação as potências envolvidas na guerra, outras condicionantes foram preponderantes para dificultar a captação dos reservistas e a formação da Força Expedicionária.

Ao iniciar as convocações pode se notar alguns problemas que atrapalharam a formação da FEB. Primeiro muitos militares profissionais de carreira ou aqueles que no momento das convocações estavam prestando o serviço militar, procuraram escapar das Unidades convocadas para a guerra. Vários artifícios eram usados como os pedidos de transferência ou o licenciamento. Em segundo, Ferreira Junior explica que existiram casos de

clientelismo, que se manifestavam nas empresas que negociavam a liberação de seus funcionários convocados:

“Por acordo entre o Comando da 9ª Região Militar e a Diretoria da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, responsável pelo transporte das Unidades enviadas para o Mato Grosso na época da guerra, todos os empregados dessa empresa foram licenciados a fim de não interromper o fluxo de tropas. Esse mesmo Comandante licenciou todos os funcionários do Banco do Brasil que tinham sido incorporados no Mato Grosso. Prova eloqüente do clientelismo é a do Diretor do Banco do Brasil que solicitou o licenciamento desses funcionários, alegando que não havia qualquer amparo legal para tal ato, mas como já havia outros precedentes então ele se sentia seguro para fazer a solicitação e assim mesmo foi atendido.” (FERREIRA JUNIOR, 2006, p. 3)

Se os militares profissionais pediam transferência ou licenciamento, o grosso da tropa foi composto por convocados da reserva, porém com o clientelismo e os apadrinhamentos, foram os mais pobres, como relatado abaixo em citação de Cássio Viotti, que montaram a composição da FEB:

Muitos chegavam da roça descalços, Mal vestiam uma calça cerca-frango, curta pela canela, e uma camisa miserável, ambas de brim, já rotas. Grande parte deles, desdentados, ou com grandes falhas de dentes, Havia os papudos, os enfeados, os nanicos, todos crianças imberbes, cabeludos (não tinham dinheiro para cortar os cabelos), bobos, gogos, grande número de analfabetos. (VIOTTI, 1998, p.16)

Diante de todas as dificuldades do Brasil para convocar elementos para a guerra na Itália, Ferreira Junior esclarece que o recrutamento foi fruto de uma difícil negociação do Exército com os grupos sociais. (FERREIRA JUNIOR, 2006, p. 5)

Adestramento e instrução insuficientes

Ao estourar a II Guerra Mundial faltava ao Brasil estruturas políticas, econômicas e sociais para enfrentar um conflito bélico. O “Brasil não estava preparado para uma guerra. Aliás, nunca esteve. (...) Quanto a logística, nem se fale!” (PAULA, 2010, p. 97). Vários foram os condicionantes históricos que explicaram esse despreparo.

A falta de conhecimento entre os militares, recrutados das diversas regiões do país, gerava ausência do espírito de corpo. Conhecendo pouco aqueles que lutariam juntos, a lealdade, importante valor militar, ficava comprometida gerando falta de sincronia das tropas. As consequências eram as possíveis deserções no caso de guerra. Somente na concentração da Força Expedicionária Brasileira as tropas começaram a se conhecer melhor para cimentar o espírito de corpo e a coesão. Mesmo assim, para Arruda, foi somente “nos acampamentos da Itália que o regimento iria conhecer a vida em comum das suas subunidades.” (ARRUDA, 1949, p. 18)

Enquanto havia naturais dificuldades de relacionamentos, resolvidos somente quando a tropa estava reunida, ocorreu também a falta de prática com o armamento e material que foram empregados no combate. Esse material foi fornecido pelos EUA, mas seu atraso provocou o retardamento da instrução para o expedicionário. É importante recordar que a doutrina do Exército Brasileiro espelhava-se na francesa e não na americana. Mesmo quando havia material, este era em pequena quantidade e não suficiente para os efetivos.

O Capitão Mário Amaral, que seguiu no primeiro escalão da FEB como comandante de pelotão de fuzileiros, ao ministrar instrução registrou o seguinte:

Aguardamos com intensa ansiedade a propalada chegada de abundante material com o qual poderíamos então dar à tropa o preparo necessário e cumprir a missão que lhe era imposta; o material chegou, mas em doses homeopáticas e insuficiente, para que todos os soldados e oficiais pudessem ter a oportunidade de com ele travar um mínimo de conhecimento exigível para utilizá-lo convenientemente. (AMARAL, 1949, p. 150)

A FEB foi a única tropa que compunha a força americana na Itália sem o devido adestramento. Para o comandante da FEB o problema do adestramento repercutiu negativamente sobre o moral dos expedicionários levando-os até aos primeiros reveses, conforme registrou em sua obra:

Se em nossa pátria as dificuldades de organização, a seleção física, a escassez de material e fatores outros impediram que alcançássemos os objetivos finais da instrução, na Itália o retardamento da entrega do material e as necessidades prementes da frente de combate forçaram a nossa DI a entrar em linha num estado de adestramento reconhecidamente incompleto. Sobrevieram, sem

dúvida, conseqüências imponderáveis na formação tática e psicológica de nossa tropa. Amargávamos, nessa aprendizagem, alguns reveses decerto inevitáveis. (MORAES, 2005, p. 64)

Dificuldades específicas na Instrução Moral do Expedicionário

Ainda no Brasil o moral da FEB foi atacado pela Quinta coluna, que tentava desmobilizar qualquer investida brasileira no sentido de apoiar os aliados contra o Eixo. Em suas ações usavam ideologias ou mesmo boatos como os que chegavam aos pracinhas dizendo “para que vai você lutar e morrer longe de sua pátria para a liberdade, se dentro de sua própria terra vive amarrado por uma ditadura?” (PALHARES, 1982, p. 130). Faziam uma comparação entre o totalitarismo europeu e o governo ditatorial de Vargas com o Estado Novo, para tentar desestimular os expedicionários. Foi criado o slogan “a guerra não é nossa, nada temos com isso, e os americanos que se arranjem por lá.” (PALHARES, 1982, p. 96). Para os membros da Quinta Coluna o envolvimento do Brasil na guerra só seria justificável se o território nacional fosse palco dos combates. O que ocorria era a tentativa de minar na base as forças morais da FEB, impedindo sua partida para o teatro de operações.

Ouvindo tais argumentos e sem instrução moral, muitos convocados sentiam-se vítimas, não entendiam o porquê da guerra. Muitos soldados só entenderam quando lhes disseram que lutariam contra um novo tipo de escravidão. (SANTOS, 1949, p. 365)

Para o homem do interior, sem participação política, em precárias condições sociais, com pouca instrução intelectual e cívico-militar, a influência da Quinta Coluna operava negativamente em sua moral. O pracinha desconhecia sua missão em detalhes, pois faltava-lhe o discernimento para entender a dimensão da guerra e sua complexidade, devido ao baixo nível instrução.

A ação da Quinta Coluna ajudou a aumentar as deserções. Elas ocorriam ainda quando os soldados, que estavam acampados no Morro do Capistrano, conseguiam uma licença para visitar a família e não retornavam. Outros não aguardavam as licenças e voltavam para casa sem permissão.

As desconfianças de muitos sobre as condições do combatente brasileiro eram fomentadas devido ao conturbado recrutamento, com tantos apadrinhamentos e isenções que deixavam evidentes a “fuga” ou “escape” dos homens à guerra. Também a difícil seleção médica por causa das precárias condições de saúde dos homens e a falta de material adequado à uma guerra de tão grande proporção, fundamentavam mais o descrédito sobre aqueles que se preparavam para o embarque.

A instrução mais difícil de ser ministrada era a moral. Como fazer tantos homens entenderem porque e contra quem lutariam? A instrução moral precisava de mais tempo para colher bons resultados, porque era um elemento interiorizado de forma subjetiva pelo militar. O Brasil não dispôs desse tempo para imprimir esse sentimento no expedicionário.

Condições de Saúde do Pracinha

Outro problema que afetou o moral da FEB foram as condições de saúde da tropa.

Desde o recrutamento as juntas médicas enfrentavam dificuldades na seleção dos efetivos. Havia um padrão de saúde, norteado pelo americano, para ser aprovado na seleção médica. Devido a precariedade do povo brasileiro da época, sua má alimentação e hábitos de higiene, os soldados chegaram ao teatro de operações italiano com diversas doenças. Casos graves como tuberculose, úlcera no estômago, epilepsia, problemas cardíacos, varicela, caxumba, sarampo e falta de dentição conseguiram passar pelo exame médico e chegar à Itália. (GARCIA, 1949, p. 266 e 267).

As doenças venéreas eram também comuns no soldado brasileiro. Era um problema cultural e decorrente do baixo nível de instrução. O jovem, recém saído da adolescência, procurava se afirmar como homem. Como somente através da manifestação dos sintomas a medicina podia tratar esses males, muitos soldados embarcaram com o problema venéreo, manifestando-o a caminho da Itália.

Segundo o Marechal Mascarenhas de Moraes, esses males podiam até ameaçar o equilíbrio físico da tropa, além de causar má impressão para as autoridades sanitárias norte-americanas. (MORAES, 2005, p. 48). Para não

lotar os hospitais, muitos permaneciam doentes na tropa ameaçando seu rendimento, conforme registro de Garcia:

Com a ordem sobrevinda, proibindo baixar os doentes, para não superlotar com brasileiros, apenas recém chegados, os hospitais americanos, a situação ficou aflitiva. Um soldado do meu pelotão esteve doente vários dias, com febre acima de 39°, dormindo numa desconfortável barraca. O que nos valeu foi a pequena farmácia individual, composta de comprimidos e desinfetantes, que a experiência de manobras no Brasil nos aconselhara a levar. (GARCIA, 1948, p. 267)

Dave Grossman, ao analisar as causas da exaustão e do desgaste emocional dos combatentes na guerra, chegou a seguinte conclusão:

No entanto, a doença constitui-se no mais mortífero de todos esses inimigos naturais. Até a Segunda Guerra Mundial, em todos os conflitos dos quais os Estados Unidos participaram, morreram mais soldados vitimados por doenças do que pela ação do inimigo. (GROSSMAN, 2007, p. 121)

O mesmo autor ainda conclui dizendo: “Essa carga, precisa ser levada em conta como capaz de predispor a mente do soldado a buscar refúgio dos sofrimentos que o cercam.” O refúgio que Grossman se refere não são os hospitais ou o tratamento físico da doença, mas ações subjetivas que atingissem o moral abalado. Por isso fazia-se necessário o apoio da Assistência Religiosa, conforme abordagem posterior.

Imposições da Guerra para o Expedicionário

A Itália tinha clima adverso para o brasileiro. Mesmo os filhos do sul não estavam acostumados às baixas temperaturas do inverno europeu. Predominava na paisagem gelo e neve. Palhares informou que a temperatura era de 25 graus abaixo de zero e “tudo era sangue e neve, gemidos, dores e lágrimas, confusão.” (PALHARES, 1982, p. 140). Outro relato dizia: “Tinha-se a impressão de que fugia o nosso raciocínio, a nossa capacidade de pensar e de agir, como se num relaxamento ou num abandono da própria vontade, ali aniquilada, vencida!”

Na guerra um problema constante para os expedicionários foi o *pé-de-trincheira*. Era uma espécie de granguena provocada pelo gelo e neve nos pés daqueles que permaneciam por certo tempo dentro dos *fox-hole* (trincheiras).

O sofrimento não era apenas físico, mas também moral. Os homens precisavam ser levados aos hospitais, muitas vezes saíam das trincheiras nos ombros de outros, se contorcendo de dor. Muitos não retornavam, perdiam os membros inferiores. Os que permaneciam ficavam emocionalmente abalados ao ver a situação dos companheiros e temendo em sofrer o mesmo mal.

Os episódios de derrotas, além dos prejuízos humanos com a morte dos companheiros, provocavam repercussão negativa para o moral dos expedicionários e o natural de todo esse esforço de combate foi a exaustão. O psicólogo F.C. Bartlétia chamou o esgotamento provocado pela ações de guerra de “*peso da exaustão*”. Enumerou quatro fatores que, atuando em conjunto em tempo prolongado, contribuem para o extremo cansaço e a consequente redução do moral dos combatentes. São eles as consequências das tensões de ter que lutar ou fugir, que agem sobre a atividade fisiológica dos indivíduos; o efeito cumulativo da perda de sono; a redução do consumo de calorias e; as intempéries de frio, calor, chuva e escuridão.

A chuva, o frio intenso e a escuridão, fazem parte da vida do soldado. Mas esses elementos naturais podem causar “uma sensação de desamparo em grau de intensidade jamais imaginado por aqueles que nunca a conheceram”. Para Simon Murry, um francês veterano da Argélia, o frio era o inimigo número um, “O sofrimento de enfiar-se, em plena escuridão e no topo de uma elevação, num saco de dormir encharcado, debaixo de chuva torrencial, produzia sensação de desalento sem paralelo.” (GROSSMAN, 2007, p. 119)

Lorde Moran dizia:

“Os exércitos definham, quando expostos à fúria dos elementos (...) a cruel violência do inverno (...) capaz de revelar fraquezas até em homens selecionados”; “os homens ficam tão enferrujados pela umidade quanto os fuzis só que mais lenta e profundamente.” (apud. GROSSMAN, 2007, p. 119)

A moral dos combatentes era abalada por tudo que seus sentidos captavam sobre a morte. A violência e o impacto de sua proximidade era detonador para o emocional dos homens.

William Manchester conseguiu narrar o horror da guerra no seguinte trecho:

Você tropeçava em tripas com cinco metros de comprimento e em corpos cortados ao meio pela cintura. Braços, pernas e cabeças que não iam além do pescoço estavam a pouco mais de 15 metros dos troncos mais próximos. E quando a noite caía, a cabeça recendia com o mau cheiro de carne queimada. (Apud. GROSSMAN, 2007, p. 119)

As piores ações sofridas foram as provocadas pela artilharia. Gemidos, lamentações, barulho insuportável, gosto de sangue e lágrimas, contemplação de amigos violentamente mortos e a sensação da iminência da própria morte são os sentidos captados pelo combatente no *front*.

O desgaste emocional provocado pelo combate levava o indivíduo a buscar refúgio para seus sofrimentos e se não o encontrasse, podia se tornar baixa psiquiátrica ou desertor. O estado de alerta provocava tensão nervosa que só poderia ser aliviado com os planos de repouso, mas esses levavam tempo para ocorrer e dependiam do andamento dos combates. O contato constante e intenso com a morte era amenizado com as ações do Serviço de Assistência Religiosa que se expressava no trabalho do capelão militar.

Ação dos capelães militares sobre a moral dos expedicionários brasileiros

A responsabilidade dos capelães com a força moral dos combatentes era alcançada principalmente através das missas, palestras, conselhos, cartas, conversas individuais ou com grupos e visitas aos hospitais de campanha.

As missas eram as principais atividades realizadas com grandes grupos. Congregavam bom número de expedicionários em todas as fases da guerra. Segundo o relatório do Serviço de Assistência Religiosa, ainda durante a viagem as missas chagaram a ser celebradas três vezes ao dia, sendo que, entre os dias 22 de novembro a 02 de dezembro de 1944, foram dadas 300 comunhões, ouvidas 300 confissões, 1 batizado e 12 primeiras comunhões. O número não foi maior por falta de espaço e disponibilidade de horário.

No teatro de operações os capelães continuaram a celebrar missas de manhã, antes da alvorada, e às 18:00h, quando não havia manobras previstas

nesses horários. O resultado foi favorável pois o moral da tropa estava alto na última investida que tomou Monte Castelo. Tinha-se, na ocasião, um sentimento de certeza da vitória e os homens resistiram horas e dias de ofensiva contra os alemães que estavam em posições bem montadas.

As missas não eram de presença obrigatória por isso sua assistência indicava o apego religioso do pracinha. As mensagens eram simples para fácil assimilação e envolviam a necessidade da fé, da coragem, lealdade e compromisso com os companheiros e com a nação.

Vale ressaltar que o apego ao divino diante da morte sempre foi comum aos homens, e o soldado brasileiro tinha variados traços que demonstravam sua religiosidade. Sempre era encontrado em seu bolso o Manual de Orações dado pela FEB. Houve caso, relatado por Dourado, que estilhaços de granada atingiram um pracinha perfurando apenas o livro que estava em seu bolso, salvando-o do ferimento e da morte. Esses manuais apresentavam desgaste decorrente do uso contínuo por seu portador.

Essa movimentação religiosa, que demonstrava a fé dos homens, também indicava a necessidade de apoio espiritual. Devidamente direcionado e trabalhado, esse apoio dado pelos capelães militares se transformou em combustível moral para a situação de guerra que se encontravam os expedicionários.

Conclusão

Rui Barbosa, por ocasião da criação do Serviço de Assistência Religiosa, ainda nos moldes do século XIX, disse que “A Pátria tem o direito de pedir aos seus filhos a vida, mas não tem o direito de pedir também a alma.”

A Assistência Religiosa foi relevante para o tratamento do moral dos combatentes que seguiram com a FEB para o Teatro de Operações Italiano. Embora não tivesse um plano de trabalho em conjunto, os capelães exerceram suas atividades no mesmo compasso dos interesses do Exército, da sociedade que enviava seus filhos e dos próprios expedicionários.

A capelania foi o eixo principal do Serviço de Assistência Religiosa. Os capelães militares usaram da fé dos expedicionários para, através da religião,

impulsioná-los a cumprir suas tarefas de guerra, sustentando seu moral, para não se tornarem possíveis doentes emocionais e baixas psiquiátricas.

Suas principais práticas foram as missas, aconselhamentos, cartas e visitas nos hospitais. O acompanhamento junto a tropa, mesmo em situações difíceis, ignorando os alertas do comando, faziam o capelão ter espírito de corpo com os militares, o que lhe dava maior prestígio e força para se fazer ouvido e atendido.

As funções do capelão eram requeridas pelos próprios expedicionários porque buscavam refúgio emocional e psicológico para elevar o ânimo e continuar no combate.

A religião tem o poder de confortar o homem e de sustentar sua força moral. Com a FEB não foi diferente.

Referências

- ARIÈIS, Philippe. *O Homem diante da Morte*. São Paulo: Unesp, 2014.
- CORVISIER, André. *A Guerra*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1999;
- DOURADO, J.J. *Estou Ferido*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1945;
- FERRAZ, Francisco César Alves. *A Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. São Paulo: USP, 2003
- FERREIRA JUNIOR, Alcemar. *Uma visceral rebeldia: clientelismo e isenções no recrutamento da Força Expedicionária Brasileira (1943-1944)*. Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006
- FROTA, G. A. *Quinhentos Anos de História do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2000;
- GROSSMAN, Dave. *Matar, Um Estudo Sobre o Ato de Matar*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2007;
- KEEGAN, John. *A Face da Batalha* Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2000;
- KELLETT, Anthony. *Motivação para o Combate*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1987;
- LEGOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- MORAES, J. B. Mascarenhas de. *A FEB por seu Comandante*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2005;

- MORAIS, Berta; ARRUDA, Demócrito C.; COLLIER, Eduardo; VAROLI, Emílio; GONÇALVES, José; SANTOS, Manuel Inocêncio; AMARAL, Mário; SOUSA, Túlio C. de. *Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB*. São Paulo: IPÊ – Instituto Progresso, 1949
- PALHARES, Gentil. *Frei Orlando, O Capelão que não voltou*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1982;
- PAULA, Luiz C. C. de. (Org) *História Militar Brasileira II: período republicano*: livro didático. Palhoça/SC: UNISUL, 2010;
- _____. *Tópicos Especiais: memórias e representações militares*. Palhoça: UNISUL, 2010;
- POLLAK, Michael. *Estudo sobre o Combate*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2000;
- SCHNEIDER, Jacob Emílio. *Vivência de um Ex-Capelão da FEB*. Curitiba: Rosário, 1983;
- SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *A FEB por um Soldado*. Rio de Janeiro: BIBLIEx e Editora Expressão Cultural, 2001.
- VIOTTI, Cássio A. “A Consciência”. In: Idem. *Crônicas de Guerra. A Força Expedicionária Brasileira na Itália*. Belo Horizonte: sem editora, 1998.



PARTE 6

MOVIMENTOS SOCIAIS
E SEUS DESDOBRAMENTOS

O MOVIMENTO INDÍGENA NOS ESTADOS UNIDOS (1970): MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior

*Professor de História da América
Universidade Federal do Amapá*

Introdução

A ideia para o trabalho apresentado no *II Colóquio Internacional Movimentos, Trânsitos e Memórias* surgiu após convite para participar de uma mesa sobre História Indígena na Semana de Extensão promovida pelo curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá – Campus Binacional do Oiapoque. O convite se deu devido ao meu percurso na pesquisa sobre a História dos Estados Unidos, o que possibilitaria apresentar aos estudantes um panorama (posto que não era minha especialidade) acerca da história e da historiografia indígena naquele país; pouco conhecida e debatida no Brasil.

Ao revisitar obras importantes para a preparação da minha fala naquela ocasião, ficou evidente que a temática indígena tendia a desaparecer em recortes cronológicos mais recentes. Por exemplo, sem obviamente pretender desqualificar a brilhante obra do historiador norte-americano Eric Foner, - *The Story of American Freedom* (1999) -, me pareceu sintomático que no capítulo dedicado ao movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, os indígenas tenham recebido apenas duas linhas de sua atenção; embora não estivessem alheios ao contexto de fortes protestos por mudanças sociais e econômicas nos anos 1960 e 1970; como veremos adiante.

De acordo com Blackhawk (2011, p.376)

Ao longo da maior parte da história dos EUA, os historiadores geralmente consideraram os indígenas [norte] americanos muito diferentes culturalmente ou muito pouco importantes para uma investigação histórica rigorosa. As distinções

etnográficas, culturais, linguísticas e políticas, que caracterizaram as sociedades indígenas [norte] americanas por milênios, aparentemente impediram a investigação histórica, enquanto áreas mais amplas da cultura popular [norte] americana reforçavam os retratos negativos e unidimensionais dos povos nativos¹.

A construção de uma visão estereotipada dos povos indígenas, representando a antítese do progresso cultural e material de um “Estados Unidos” que se compreende como de tradição cristã e anglo-saxã, reforçadas por interpretações maniqueístas sobre o período colonial e sobre a expansão para o Oeste no século XIX, observada na literatura e no cinema, por exemplo, é algo bastante analisado, e vale ressaltar importantes esforços de revisão historiográfica².

Entretanto, ao longo do século XX, as narrativas históricas gradualmente abandonam as questões indígenas, contribuindo para uma relativa invisibilidade da participação dos povos nativos nos grandes temas que envolveram a sociedade dos Estados Unidos, principalmente na segunda metade do século XX.

Este trabalho, fruto de uma pesquisa ainda em fase inicial, pretende, portanto, colaborar para a contextualização da ocupação de Alcatraz, analisar o documento *The Proclamation*, lido para a imprensa após a chegada dos indígenas na ilha, e tecer algumas considerações acerca do (não) lugar do movimento indígena dos Estados Unidos na historiografia sobre o período das lutas pelos direitos civis.

A Ocupação/Libertação de Alcatraz

Em 20 de novembro de 1969, um grupo de 89 pessoas, intitulando-se “Índigenas de todas as Tribos”³, ocupou a icônica Ilha de Alcatraz, antiga

¹ No original: *Throughout most of U.S. history, historians generally considered American Indians either too culturally different or too unimportant for rigorous historical investigation. The ethnographic, cultural, linguistic, and political distinctions that have characterized American Indian societies for millennia seemingly prohibited historical inquiry while broader venues of U.S. popular culture reinforced timeless, negative, and one-dimensional portraits of native people.*

² Cf. BENDER, Thomas (ed.). *Rethinking American History in a Global Age*. Berkeley: University of California, 2002.

³ Indians of all tribes (IAT)

prisão federal. A ocupação foi acompanhada de performances artísticas e declarações à imprensa. Como aponta Casey Kelly (2014), a maior parte dos militantes era formada por estudantes universitários de diferentes grupos étnicos, engajados em programas de pesquisa sobre as sociedades e culturas indígenas nos EUA na costa Oeste.

De acordo Jace Weaver (2009, p.16), naquela noite, ao assistirem o noticiário, grande parte da população ficou chocada com a ocupação da antiga prisão Federal.

A surpresa resultava não tanto do ato de ativismo radical — em 1969 os norte-americanos tinham se acostumado a ver protestos na TV — mas do fato de ainda existirem indígenas. Para muitos norte-americanos, os indígenas não haviam sobrevivido ao século XIX. Eles esqueceram de sua existência desde a declaração do fim das guerras indígenas em 1890.

Henry Luce, editor-chefe das revistas *Life* e *Time*, proibiu qualquer publicação acerca da ocupação da ilha, pois considerava *não verdadeiros* os indígenas contemporâneos.

Em sua maioria, os jovens indígenas formavam a primeira geração após o início da Política do Término (1945), que, *grosso modo*, pôs fim ao reconhecimento da soberania das nações indígenas na organização e administração das suas terras. A partir de um contínuo esforço de assimilação, o governo federal e governos estaduais procuraram encerrar o estatuto especial das populações indígenas, incentivando o abandono de suas terras para se integrem à vida urbana (*Indian Relocation Act* – 1956), com quase nenhum apoio governamental, o que gerou uma forte pauperização das populações indígenas em várias cidades do país.

De fato, durante 233 anos, as políticas governamentais em relação aos habitantes originais do país oscilaram como um pêndulo entre o incentivo à sobrevivência cultural e a assimilação agressiva. À medida que cada política dava lugar à seguinte, o objetivo era, todas as vezes, resolver o “problema indígena”. (WEAVER, 2009, p.16)

A ocupação de Alcatraz, que durou 19 meses, inspirou diversas outras ações posteriores, e é considerada um marco por ter sido o primeiro movimento a conquistar amplo interesse da mídia e receber o apoio de

diferentes grupos étnicos; vale ressaltar ainda o desejo deliberado de forjar uma unidade indígena na América do Norte (Canadá – Estados Unidos – México). (CASTILE, 1988)

Na verdade, Alcatraz não representou um “despertar nativo”: nas décadas anteriores é possível localizar inúmeras ações e protestos de grupos indígenas em diferentes regiões do país, e até mesmo ações no exterior⁴. A especificidade de Alcatraz foi a percepção compartilhada de que a ilha não estava sendo ocupada, mas sim libertada. Como afirma Forbes (1997, p.129)

Uma coisa que tornou Alcatraz tão significativo foi o fato de que quando você saía do cais, você deixava os Estados Unidos, e logo chegava a uma ilha administrada por nativos, temporariamente fora da jurisdição de qualquer autoridade branca. Outro aspecto significativo de Alcatraz foi o fato de ter liberado a psiquê dos povos nativos, tornando “tudo bem o fato de ser indígena”. Finalmente, foi um experimento de autodeterminação nativa, em um sentido comunal e político⁵.

Embora não houvesse uma liderança formal, o estudante Richard Oakes tornou-se o personagem principal da ocupação no primeiro momento, ao chegar nadando até Alcatraz. Oakes passou a receber bastante atenção da imprensa, atuando como uma espécie de porta-voz do movimento.

Após alcançar a ilha, Oakes, cercado pelas câmeras de diferentes veículos da imprensa, anunciou que lia o manifesto: *A Proclamação*⁶, contendo as razões para a ocupação/libertação da ilha de Alcatraz e as propostas e projeto que ali seriam desenvolvidos após firmarem um “tratado” com o governo dos Estados Unidos.

⁴ Em julho de 1958, líderes dos povos que compunham o grupo das “Seis Nações” aceitaram o convite de Fidel Castro e visitaram Cuba, pouco antes da destituição de Fulgêncio Batista.

⁵ No original: *One thing that made Alcatraz so significant was the fact that, when you left the pier, you left the United States and soon arrived on a native-ruled island, temporarily beyond the jurisdiction of any white authorities. Another significant aspect of Alcatraz was that it liberated the psyche of native peoples, making it "all right to be Indian". Finally, it was an experiment in native self-determination in a communal and political sense.*

⁶ No original: *The Proclamation.*

Imagem 1: Ativista Richard Oakes cercado pela mídia para ler o manifesto
The Proclamation



Fonte: Young Broadcasting of San Francisco, Inc.

A Proclamação para o grande pai Branco

Em uma clara referência ao preâmbulo da Constituição dos Estados Unidos, o manifesto continha em seu início a seguinte frase: “Nós, os americanos nativos, reivindicamos a terra conhecida como Ilha de Alcatraz, em nome de todos os indígenas americanos por direito de descoberta”⁷.

A jurisprudência no direito de descoberta foi responsável pela ocupação contínua no período colonial de terras indígenas. Como afirma Watson (2012, p. 996-997),

A doutrina - que foi elaborada pelas nações europeias para justificar o processo de dominação e colonização - estabelecia que os europeus recém-chegados

⁷ Indians of all Nations. The Proclamation to the great White father and his People. In: <https://arts-sciences.und.edu/native-media-center/files/docs/1950-1970/1969alcatrazproclamation.pdf> No original: *We, the native Americans, reclaim the land known as Alcatraz Island in the name of all American Indians by right of discovery*

adquiriam imediata e automaticamente direitos de propriedade em terras indígenas e, também, ganhavam direitos governamental, político e comerciais sobre os habitantes, sem o conhecimento ou a consentimento dos povos indígenas⁸.

Vale ressaltar que nos Estados Unidos independente, a ocupação das terras indígenas se deu através de diferentes métodos: guerras, anexações, compras, tratados, etc.; porém, a referência ao “direito de descoberta” sobre Alcatraz foi uma clara alusão à contradição do pensamento colonial Ocidental, que se outorgava a prerrogativa de descobrir terras já ocupadas.

Para justificar a ocupação, os militantes indígenas se apropriaram dos termos do Tratado de Fort Laramie (1868), firmado entre os povos Sioux e Lakota com o governo Federal, no qual ficou estabelecido o direito dos povos signatários de recuperar territórios nos estados de Dakota e Nebraska, e ocupar terras Federais abandonadas que tivessem pertencido aos indígenas anteriormente.

Porém, diferentemente da chamada “era das descobertas”, os ativistas indígenas pretendiam respeitar os ocupantes da ilha. “Queremos ser justos e honrados em nossas relações com os habitantes caucasianos desta terra, e desse modo oferecer o seguinte tratado [...]”⁹

O parágrafo inicial do documento apresenta dois pontos extremamente relevantes: 1º. Ao substituir o “*Nós, o povo dos Estados Unidos*” por “*Nós, os nativos americanos*”, os ativistas não se reconheciam como parte dos Estados Unidos; 2º. Ao referenciar o direito de descoberta, mas oferecer um tratado justo, sinalizavam não pretender repetir o pensamento colonial Ocidental.

História e identidade foram redefinidos para estabelecer uma relação horizontal com o governo dos Estados Unidos, optando, portanto, por ignorar os tradicionais instrumentos federais de representação dos interesses dos povos indígenas, como o *Bureau of Indian Affairs* (BIA), assim como forjar

⁸ No original: *The doctrine—which was developed by European nations to justify the process of colonization and dominion—provides “that newly arrived Europeans immediately and automatically acquired legally recognized property rights in native lands and also gained governmental, political, and commercial rights over the inhabitants without the knowledge or the consent of the Indigenous peoples.*

⁹ Indians of all Nations. The Proclamation to the great White father and his People. No original: *We wish to be fair and honorable in our dealings with the Caucasian inhabitants of this land, and hereby offer the following treaty.*

uma identidade indígena americana, para além das diferenças culturais entre os povos.

O preâmbulo do Tratado apontava, assim, para o carácter excludente do conceito de “povo americano” presente na Constituição. De fato, a Constituição dos Estados Unidos tornou-se historicamente um documento catalizador de conflitos entre o governo Federal e os povos indígenas.

Como aponta Kelly (2014,p.09)

A constituição contém referências esparsas às tribos indígenas americanas. Ao tratar tecnicamente as tribos como nações estrangeiras, a Constituição as reconhece textualmente como entidades soberanas separadas. No entanto, inúmeras decisões da Suprema Corte interpretaram a Constituição como justificativa para incorporar os povos indígenas contra a sua vontade¹⁰.

Na continuação do documento, percebe-se a denúncia irônica acerca da condição de vida das populações indígenas:

Vamos comprar a Ilha de Alcatraz por vinte e quatro dólares (US \$ 24) em miçangas de vidro e tecidos vermelhos, um precedente estabelecido pela compra de uma ilha semelhante cerca de 300 anos atrás pelo homem branco. Sabemos que US \$ 24 em produtos comerciais por estes 16 acres é mais do que foi pago quando a ilha de Manhattan foi vendida, mas sabemos que o valor das terras tem aumentado ao longo dos anos.

A nossa oferta de US \$ 1,24 por acre de terra é maior do que os 47 ¢ que homens brancos estão agora pagando aos índios da Califórnia pelas suas terras. Mas daremos aos habitantes desta ilha uma parcela de terra para o seu próprio uso. Vamos orientar os habitantes brancos sobre a maneira correta de viver. Vamos oferecer-lhes a nossa religião, a nossa educação, os nossos costumes, a fim de ajudá-los a alcançar o nosso nível de civilização e, assim, elevá-los acima de seu infeliz estado de selvageria.

Nós oferecemos este tratado de boa fé e desejamos ser justos e honrados nas nossas relações com todos os homens brancos. Nós acreditamos que a chamada Ilha de Alcatraz é mais do que adequada para uma reserva indígena, determinada pelas próprias normas do homem branco.

Queremos dizer com isto que este lugar se assemelha às atuais reservas indígenas:

1. Não possui instalações modernas, e não tem meios de transporte adequado;
2. Não tem água corrente;

¹⁰ No original: *The constitution contains sparse references to American indian tribes. By technically treating tribes as a foreign nations, the Constitution textually acknowledges them as a separate sovereign entities. Yet numerous of Supreme Court decisions have interpreted the Constitution as a justification for absorbing Native peoples against their will.*

3. Tem instalações sanitárias inadequadas;
 4. Não há petróleo ou minerais;
 5. Não há nenhuma indústria e o desemprego é muito grande;
 6. Não há instalações para a saúde;
 7. O solo é rochoso e não produtivo; e a terra não possui cassino;
 8. Não há instalações educacionais;
 9. A população sempre excedeu o tamanho das terras;
 10. *A população têm sido sempre mantida como prisioneira e dependente;*
- Além disso, seria apropriado e simbólico que os navios de todo o mundo, entrando no Golden Gate, vejam em primeiro lugar uma terra indígena, e, assim, serão lembrados da verdadeira história desta nação. Esta pequena ilha seria um símbolo das grandes terras que uma vez foram governadas por indígenas livres e nobres¹¹.

¹¹ Indians of all Nations. The Proclamation to the great White father and his People. In: <https://arts-sciences.und.edu/native-media-center/files/docs/1950-1970/1969alcatrazproclamation.pdf> No original: *We will purchase said Alcatraz Island for twenty-four dollars in glass beads and red cloth, a precedent set by the white man's purchase of a similar island about 300 years ago. We know that \$24 in trade goods for these 16 acres is more than was paid when Manhattan Island was sold, but we know that land values have risen over the years. Our offer of \$1.24 per acres is greater than the \$0.47 per acre the white men are now paying the California Indians for their lands. We will give to the inhabitants of this island a portion of the land for their own to be held in trust...by the Bureau of Caucasian Affairs...in perpetuity -- for as long as the sun shall rise and the rivers go down to the sea. We will further guide the inhabitants in the proper way of living. We will offer them our religion, our education, our life-ways in order to help them achieve our level of civilization and thus raise them and all their white brothers up from their savage and unhappy state. We offer this treaty in good faith and wish to be fair and honorable in our dealings with all white men. We feel that this so-called Alcatraz Island is more than suitable for an Indian reservation, as determined by the white man's own standards. By this, we mean that this place resembles most Indian reservations in that: 1. It is isolated from modern facilities, and without adequate means of transportation. 2. It has no fresh running water. 3. It has inadequate sanitation facilities. 4. There are no oil or mineral rights. 5. There is no industry and so unemployment is very great. 6. There are no health-care facilities. 7. The soil is rocky and non-productive, and the land does not support game. 8. There are no educational facilities. 9. The population has always exceeded the land base. 10. The population has always been held as prisoners and kept dependent upon others. Further, it would be fitting and symbolic that ships from all over the world, entering the Golden Gate, would first see Indian land, and thus be reminded of the true history of this nation. This tiny island would be a symbol of the great lands once ruled by free and noble Indians.*

Imagem 2: Visão panorâmica da ocupação



Fonte: <https://nativeamericancr.weebly.com/overview-of-movement.html>

Referências diretas aos tratados históricos indicam a apropriação do pensamento colonialista como forma de denunciar as contradições as quais os povos indígenas no passado foram expostos pelo governo. De fato, no contexto dos anos 1960 e 1970, as populações indígenas configuravam-se como as únicas minorias que poderiam solicitar a assinatura de tratados para negociar com o governo federal, posto que se tratava de um instrumento amplamente utilizado no passado.

A comparação irônica entre a estrutura da ilha e as condições presentes nas reversas indígenas naquele momento, apontando para o abandono no qual encontravam-se as populações indígenas, baseou-se no conceito *detournement*, quando se busca caracterizar uma determinada imagem ou situação para subverter seu significado.

Neste sentido, ao subverter os textos oficiais, instrumentalizava-se o movimento indígena para contestar não só as condições materiais e jurídicas em que se encontravam naquele momento, mas também importantes aspectos das relações históricas estabelecidas com o governo dos Estados Unidos.

Imagem 3: Visão interna da ocupação



Fonte: <https://nativeamericancr.weebly.com/overview-of-movement.html>

Conclusão

Como aponta François Dosse (2013, p148),

Esfinge, o acontecimento é igualmente fênix que na realidade nunca desaparece. Deixando múltiplos vestígios, ele volta constantemente, com sua presença espectral, para brincar com acontecimentos subsequentes, provocando configurações sempre inéditas. Nesse sentido, poucos são os acontecimentos que podemos afirmar que terminaram porque estão ainda suscetíveis de novas atuações.

Desse modo, tomando-se como ponto de partida a ocupação de Alcatraz em 1969, e a análise do documento *The Proclamation*, pretendeu-se apresentar as principais questões envolvendo a agenda do movimento indígena nos Estados Unidos na virada das décadas de 1960 e 1970.

Ao conclamar os povos indígenas a lutarem pelos por melhores condições de vida juntos, a ocupação de Alcatraz consolidou a tendência de se construir uma agenda unificada, com o objetivo de promover o reconhecimento pelo governo dos Estados Unidos pela autodeterminação dos povos nativos.

A operação retórica observada no documento inaugural da ocupação revela a tendência a subverter as narrativas históricas estabelecidas acerca da conflituosa relação com o governo Federal, denunciando tratados antigos como forma de dominação histórica travestida de respeito à soberania dos indígenas.

Como aponta Gary Gerstle (2001), o movimento pelos direitos civis deve ser compreendido também em um contexto internacional mais amplo como uma reação à ideia de dominação Ocidental e à supremacia branca. Desse modo, os militantes que ocuparam Alcatraz não pretendiam defender uma reforma ou a integração aos Estados Unidos, mas constituir-se como uma entidade soberana, radicalizando o discurso.

A ocupação, que durou quase dois anos, não logrou resultados objetivos, mas, como demonstram livros de memórias publicados posteriormente, inspirou o movimento indígena ao longo dos anos 1970, resultando em importantes vitórias dos povos nativos na direção do reconhecimento de sua autodeterminação.

Referências

- BENDER, Thomas (ed.). *Rethinking American History in a Global Age*. Berkeley: University of California, 2002.
- BLACKHAWK, Ned. American Indians and the study of U.S. History. In: FONER, Eric.MCGIRR, Lisa. *American History Now*. Philadelphia: Temple University Press, 2011.
- CASTILE, George Pierre. *To Show Heart: native American self-determination and Federal Indian Policy, 1960 -1975*. Tucson: The University of Arizona Press, 1998.

- DOSSE, François. *O Renascimento do acontecimento. Um desafio para o historiador entre a Esfinge e a Fênix*. São Paulo: Unesp, 2013.
- FONER, Eric. *The Story of American Freedom*. New York: WW Norton, 1999.
- FORBES, Jack D. The native struggle for liberation: Alcatraz. In: JOHNSON, Troy. NAGEL, Joane. CHAMPAGNE, Duane. *American Indian Activism: Alcatraz to the longest walk*. Chicago: University of Illinois Press, 1997.
- GERSTLE, Gary. *American Crucible: race and nation in the twentieth century*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- KELLY, Casey. Détournement, Decolonization, and the American Indian occupation of Alcatraz Island (1969 – 1971). In: *Scholarship and Professional Work*, 2014.
- WATSON, Blake A. The doctrine of discovery and the elusive definition of Indian title. In: *Lewis & Clark Law Review*, Vol 15:4, 2012.
- WEAVER, Jace. O vaivém da política indigenista. In: *E-Journal USA*. Departamento de Estado dos EUA. Vol.14, No.6, Jun.2009.

RELIGIÕES AFRODESCENDENTES NA AGENDA POLÍTICA BRASILEIRA 2003-2006: UMA ANÁLISE DE SUAS ABORDAGENS.

Caio Isidoro da Silva

*Mestrando do programa de pós-graduação em História da Unesp/Assis
Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq*

Introdução

As religiões afrodescendentes têm sido ao longo da história do Brasil perseguidas e discriminadas, assim como, cenário de lutas e resistências da população negra na defesa da continuidade de suas heranças culturais. Na segunda metade do século XX com o processo de retomada da negritude que atingiu os movimentos negros brasileiros a partir da década de 1970, os elementos associados às culturas afro-brasileiras, inclusive as manifestações religiosas passaram a ser valorizadas dentro dessas organizações militantes enquanto importantes formadoras das identidades negras no Brasil, em especial o candomblé. De acordo com Munanga (1988, p. 06) a negritude é uma resposta racial negra a uma agressão racial branca, além do mais, acrescenta que a retomada da negritude existiu em todos os lugares, mas sem um nome.

Dessa forma, a busca pela negritude fez com que as religiões afrodescendentes e suas especificidades, tal como a luta contra a intolerância, fossem incorporadas nos discursos da luta antirracista considerando-as importantes aliadas nesse decurso. Posteriormente, no bojo das políticas de promoção da igualdade racial que passaram a se institucionalizar na década de 1990 e início do anos 2000, essas religiões passaram a ser debatidas na agenda política brasileira, do mesmo modo que obtiveram ações afirmativas específicas, especialmente voltadas para o combate à intolerância religiosa, no qual, iremos abordar enquanto racismo religioso.

A exigência por um Estado comprometido com a diminuição das desigualdades econômico-sociais vem se tornando cada vez mais constante, tanto pela sociedade civil, como por organizações não governamentais e movimentos sociais. É nesse cenário no qual a demanda por políticas públicas obteve sua crescente valorização, pois como aponta Heidemann (2010, p. 25):

“No século XX quando o mercado como força quase exclusiva de condução da economia entrou em crise, no período entre duas guerras mundiais, os Estados e os mercados passaram a promover em conjunto o desenvolvimento das sociedades, é então que aparecem as assim chamadas políticas governamentais, mais tarde melhor entendidas como políticas públicas”.

Políticas públicas de caráter específico, nesse caso, as políticas de promoção da igualdade racial, percorrem um longo caminho iniciado há décadas de lutas e reivindicações, sobretudo pela grande atuação dos movimentos negros e de organizações de mulheres negras, como nos aponta Matilde Ribeiro (2013, p. 134), pesquisadora e ex-ministra da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) da Presidência da República.

No âmbito internacional a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e as Intolerâncias Correlatas (Conferência de Durban), realizada em 2001, na África do Sul, deu um grande impulso para a implementação dessas políticas. O temário da conferência retratou ampla agenda política e a Declaração de Ação de Durban. O ponto de partida foi o reconhecimento de quem são as vítimas de racismo, da discriminação racial, da xenofobia e outras formas de intolerância. Essas declarações estimularam os estados signatários a se movimentarem para a implementação de políticas de igualdade racial, dentre eles o Brasil (RIBEIRO: 2013, p. 149).

Diante disto, o objetivo da presente pesquisa é examinar as fontes eleitas para análise. A primeira é o relatório de gestão da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), correspondente às políticas de promoção da igualdade racial implementadas e avaliadas entre os anos de 2003-2006. Ademais, esse relatório também indica a inserção das abordagens sobre as religiões afrodescendentes na agenda política brasileira. Essa secretaria, a SEPPIR, possuía o status de ministério e após a sua criação

no ano de 2003 era o principal órgão federal responsável pela formulação, implementação e avaliação de políticas de promoção da igualdade racial a nível nacional.

A outra fonte selecionada é o relatório final da I CONAPIR (Congresso Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), evento realizado em 2005, no qual, o referido documento consta as propostas a serem implementadas no que diz respeito às ações afirmativas voltadas para a população negra e por conseguinte para as religiões afrodescendentes. Ambas as fontes permitem verificar sobre o que estava sendo implementado, debatido e discutido, além do que deveria estar sendo realizado no tocante às políticas de promoção da igualdade racial, inclusive no campo religioso.

Essas ações afirmativas ajudam a compreender o processo de valorização das religiões afrodescendentes não só nas discussões dos movimentos negros, mas, também na agenda política brasileira, visto que, propostas voltadas para suas especificidades foram discutidas durante a primeira gestão do ex-presidente Lula (2003-2006). O desenvolvimento da presente pesquisa, está em processo de elaboração de escrita da dissertação, buscando compreender como a luta antirracista, ou seja, a ação principalmente dos movimentos negros e de organizações afro-religiosas, sobretudo a partir da década de 1970 levaram essas religiões a conquistarem políticas públicas específicas nos anos 2000.

Diante do que foi realizado, procurou-se historicizar o objeto de estudo em questão, as religiões afrodescendentes, especialmente no decorrer do século XX, indicando-as na qualidade de centros de resistência cultural dos negros no Brasil, visto o extenso histórico de perseguições e discriminações direcionadas à essas religiões. Ademais, realiza-se um breve levantamento bibliográfico do assunto, indicando alguns autores, assim como, os principais temas e inovações de seus trabalhos.

Por meio de reflexões estabelecidas mediante a perspectiva afrocêntrica, na qual, possibilita a agência dos afrodescendentes, enquanto sujeitos de suas próprias histórias, indica-se que as transformações sofridas pelas religiões afrodescendentes correspondem a um processo de resistência cultural, inclusive nos dias atuais. No desdobramento da história do Brasil, a população negra reagiu de diferentes maneiras para manter suas tradições religiosas vivas

na memória de seus descendentes, portanto, a atribuição ao papel desenvolvido por esses indivíduos, tal como, as organizações militantes antirracistas não é por acaso, mas sim, estabelecer o papel ativo que o povo negro mantém e mantiveram em suas histórias.

As religiões afrodescendentes e as políticas de promoção da igualdade racial

As políticas de promoção da igualdade racial começaram a se institucionalizar no Brasil com maior regularidade no início do século XXI. A criação do programa Brasil sem Racismo no ano de 2002 durante a transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o governo Lula foi um grande marco e influenciou na elaboração de outras medidas governamentais como a Lei 10.639/03¹, a criação da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) em março de 2003², o programa Brasil Quilombola³ e a realização de um dos maiores eventos sobre igualdade racial a I CONAPIR (Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial) em 2005⁴. Diante desse contexto, observa-se uma constância cada vez mais frequente sobre a implementação de ações afirmativas na esfera política brasileira.

¹ **LEI Nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm - acesso em 23 de janeiro de 2019.

² Lei nº 10.678/03 23 de maio de 2003. Brasília/DF: Senado Federal, 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.678.htm - acesso em 23 de janeiro de 2019.

³ O Programa Brasil Quilombola foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Como seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola> -acesso em 23 de janeiro de 2019.

⁴ Organizada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e pelo Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a **I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial** (Conapir), realizada em Brasília, em 30 de junho, 1º e 2 de julho de 2005, constituiu um marco das relações étnico-raciais para a nação brasileira. Sediada no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, a I Conapir reuniu cidadãs(aos) pertencentes a diversos grupos étnico-raciais de todo o território nacional – o Brasil de todas as raças e cores – para participar, discutir e deliberar sobre os rumos das políticas públicas de promoção da igualdade racial.

Conforme apontado por Silva (2010, p. 19) “Essas medidas administrativas palpáveis, embora desprovidas de uma política e de orientação governamental começaram a proliferar, fortalecendo a reivindicação por medidas positivas voltadas para a promoção da igualdade, há décadas pleiteadas pelo Movimento Negro”. As religiões afrodescendentes passaram então, a adquirir espaços nas discussões por ações relacionadas à diminuição do preconceito racial e da intolerância, observado nos temas de debates em órgãos governamentais como aponta o relatório de gestão da SEPPPIR 2003-2006 e o relatório final da I CONAPIR, ambos os relatórios evidenciam tal tendência.

Portanto, a proposta de pesquisa é analisar o relatório de gestão da SEPPPIR (2003-2006) e identificar as ações afirmativas voltadas para as religiões afrodescendentes, além disso, esse documento revela a importância atribuída às mesmas no início do século XXI, evidenciando o que pretendo propor, a inserção dessas religiões na agenda política do Brasil durante o período referido, ademais, procura-se estabelecer um paralelo com o relatório final da I CONAPIR, evento realizado no ano de 2005, visto que, tal relatório indica as proposições que foram discutidas acerca das políticas de promoção da igualdade racial, inclusive no tocante às religiões afrodescendentes, isto é, sobre o que deveria ser realizado, buscando apontar sobre quais temas têm se voltado essas discussões a respeito das religiosidades negras.

As práticas religiosas de acordo com Burke (2008, p. 79), “há muito vem sendo uma preocupação dos historiadores da religião”, portanto, para buscar compreender esse processo que chamo de resistência das religiões afrodescendentes na história do Brasil contemporâneo é interessante compreendê-las também enquanto objeto de estudo utilizado por pesquisadores, principalmente no decorrer do século XX. É óbvio que realizar uma busca detalhadamente em todos os que já se debruçaram academicamente sobre as religiões afrodescendentes seria um trabalho muito extenso, por isso, selecionei apenas algumas dessas obras, seja por possuírem um grande alcance acadêmico e social, ou mesmo por questão de escolha buscando uma perspectiva similar à pesquisa realizada, isto é, considerar as religiões afrodescendentes enquanto centros de resistência cultural do negro no Brasil.

A tentativa foi estabelecer um percurso de Nina Rodrigues e Manuel Querino aos antropólogos da década de 1930, Arthur Ramos e Édison

Carneiro, passando por algumas produções no período de 1950 como Pierre Verger e Roger Bastide às contribuições de Vivaldo da Costa Lima já no decênio de 1970, atingindo por fim, o final do século XX, no qual, são destacados os trabalhos de Júlio Braga, Vagner Gonçalves Silva e Reginaldo Prandi.

Entretanto, não são todos esses pesquisadores que adotam a perspectiva de considerar as religiões afrodescendentes enquanto centros de resistência do negro na história do Brasil. Por mais que seus trabalhos tiveram e ainda tem grande alcance acadêmico e social, grande parte, salvo raras exceções, reproduzem a perspectiva ocidental do homem branco, isto é, as enxergam como objetos de estudo a serem estudadas e exploradas, não atribuindo aos afrodescendentes a agência de transformação que essas religiões sofreram ao longo da história do Brasil.

Procurou-se historicizar o objeto de estudo em questão, as religiões afrodescendentes, indicando-as na qualidade de centros de resistência cultural dos negros no Brasil. Essas religiões sofreram mudanças de paradigmas em alguns setores sociais, dentre eles, os movimentos negros e algumas instituições oficiais, conforme citadas anteriormente. Ileana Limonta (2009), analisa os perfis identitários de duas expressões religiosas de origem africana (o candomblé brasileiro e *santeria* cubana), como culturas de resistência ante a uma cultura imposta durante séculos de colonialismo pelas elites do poder, no período histórico que vai de 1950 a 2000. A pesquisa de Limonta indica que essas expressões religiosas sofreram, ao longo da história, todo o tipo de desvalorização, contudo no fim do século XX, algumas transformações começam a se apresentar para essas religiões.

As religiões afrodescendentes e a negritude: a busca por uma identidade afro-brasileira

Para entender o processo de mudança no qual essas religiões sofreram de estigmatizadas na sociedade a possuírem ações afirmativas específicas é fundamental desdobrar-se em estudos sobre negritude, pois, auxiliam na compreensão da emergente valorização de elementos associados às culturas afro-brasileiras, nesse caso, as manifestações religiosas em especial o

Candomblé. De acordo com Munanga (1988) no Brasil, o retorno à negritude tem como objetivo buscar a identidade afro-brasileira e africana, além de protestar contra a ordem colonial; lutar pela emancipação de seus povos oprimidos e lançar o apelo a uma revisão das relações entre os povos (MUNANGA: 1988, p. 43).

A busca da identidade adquiriu grande importância, pois congregou os elementos de um povo, nesse caso os afrodescendentes, por meio de elementos em comuns vivenciados por essa coletividade. Desse modo, as religiões afrodescendentes passaram a ser vistas por diferentes entidades relacionadas à militância negra como importantes centros de resistência negra e aglutinadoras da identidade afro-brasileira (SANTOS: 2011).

Na sociedade brasileira, a busca pela negritude irá repercutir fortemente nos movimentos negros organizados. Para essas instituições, o processo de superação do racismo passa, indubitavelmente, pela etapa de (re)encontro do afro-brasileiro com sua identidade étnica⁵. Em consequência disso, essas organizações militantes passam a incorporar as religiões afrodescendentes em seus discursos, associando-as como uma importante ferramenta na luta contra o racismo, de acordo com o historiador Petrônio Domingues:

“Até no terreno religioso houve um processo revisionista. Se nas etapas anteriores o movimento negro era notadamente cristão, impôs-se a cobrança moral para que a nova geração de ativistas assumisse as religiões de matriz africana, particularmente o candomblé, tomado como principal guardião da fé ancestral”. (DOMINGUES: 2007, p. 116)

O papel que essas instituições tiveram com as religiões afrodescendentes foi crucial, dado que, além de tornarem-nas indispensáveis aliadas na luta antirracista, contribuíram para a emergência sobre suas particularidades, no qual, mais tardiamente algumas dessas especificidades se tornaram parte de políticas de promoção da igualdade racial.

A retomada da negritude pelos movimentos e organizações negras e o surgimento de novas identidades culturais, as identidades étnicas, são perspectivas que proporcionaram um rompimento com o ideal de homem, cisgênero, heterossexual, branco e europeu como exemplo de progresso e

⁵DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 12, 2007, pp. 113-136.

desenvolvimento, manifestando-se grupos e indivíduos que historicamente foram e ainda são discriminados e/ou silenciados e no contexto da sociedade brasileira, grande parcela da população do país, os afrodescendentes a busca pela ancestralidade africana se tornou fundamental para a construção desses sujeitos no final do século XX.

As reflexões estabelecidas procura-se estar baseadas pela perspectiva afrocêntrica, em que, possibilita a agência dos afrodescendentes, isto é, o papel ativo que esses povos mantêm e mantiveram em suas histórias (ASANTE: 2014, p. 93). Sendo assim, a tentativa é estabelecer os afrodescendentes e afro-religiosos enquanto sujeitos de transformação de suas histórias, não necessitando da ordem de outrem, por isso, além de considerar essas religiões enquanto centros de resistência cultural do povo negro no Brasil, procura-se verificar as constantes lutas para a garantia de direitos voltados para as religiões afrodescendentes e o papel que esses indivíduos realizaram, especialmente no fim do século XX e início do Século XXI.

A constante luta contra o racismo religioso

As fontes eleitas para análise abordam as políticas de promoção da igualdade racial, implementadas entre os anos de 2003 e 2006, consequentemente as ações afirmativas voltadas para as religiões afrodescendentes, tal como, discussões e debates sobre proposições que necessitam ser realizadas. Diante disso, a proposta de análise das fontes é identificar, diante das questões discutidas, sobre as comunidades de terreiro⁶ na agenda política brasileira durante a primeira gestão do governo Lula, entre os anos de 2003 e 2006, quais temáticas têm sido abordadas, ou seja, examinar as fontes inseridas em seu contexto sócio histórico, favorável à implementação de ações afirmativas, verificando então quais os discursos reproduzidos em relação às religiões afrodescendentes durante o período proposto.

Pretende-se analisar a Relatório de Gestão da SEPPIR 2003-2006, publicado no ano de 2007 pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. O documento contém

⁶ Comunidades de terreiro é como são chamadas as religiões afrodescendentes nas fontes analisadas.

avaliações das ações de promoção da igualdade racial correspondentes aos anos de 2003-2006 e pode ser encontrado online no site da SEPPIR ⁷. Essas políticas respondem questões históricas da sociedade com o objetivo amplo de institucionalizar formas de superação do racismo, discriminações e intolerâncias correlatas. Portanto, ao iniciar a segunda gestão, é imprescindível efetuar um balanço das experiências de implementação dessas políticas, dado o seu caráter inédito e desbravador⁸. Esse relatório vai apresentar descrição e análise dos processos de construção e os resultados obtidos na promoção das políticas de igualdade racial e também reformular futuras diretrizes.

Os trabalhos desenvolvidos e avaliados são divididos em três partes: Quilombos e outras comunidades tradicionais; políticas de ações afirmativas; e intercâmbios e relações internacionais, além de conter subdivisões dentro desses segmentos. As religiões afrodescendentes, assim como as ações desenvolvidas a seu respeito, estão na segunda seção da primeira parte, intitulada de “apoio às comunidades de terreiro”.

Conseqüentemente, todas as medidas realizadas são voltadas para a diminuição do preconceito e da discriminação, porém, das dez ações avaliadas⁹, quatro são diretamente direcionadas ao combate à intolerância religiosa. A campanha pela liberdade de crença e contra a intolerância; a cartilha da diversidade religiosa; a realização de um ato público no mês de dezembro de 2006 na “prainha”, em homenagem a Iemanjá, atividade que contou com sacerdotes das religiões afrodescendentes, a ex-ministra da SEPPIR, Matilde Ribeiro e o ex-ministro dos direitos humanos, Paulo de Tarso Vanuchi, com o objetivo de protestar contra a intolerância religiosa e a depredação de imagens de orixás ocorrida naquele local; e por fim, no mesmo ano é criado o Núcleo de enfrentamento à Discriminação (NED), resultado de uma parceria da SEPPIR com o Ministério Público com o intuito de promover troca de experiências institucionais no campo da promoção da igualdade racial, do combate ao racismo, da discriminação étnico-racial e da intolerância religiosa.

⁷ Relatório de gestão SEPPIR 2003-2006. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR. Brasília/DF, 2007, p.66. Disponível em: http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/publicacoes/relatorio_gestao - Acesso em: 08 de março de 2018.

⁸ Relatório de Gestão da SEPPIR (2003-2006). p. 06

⁹ Ver todas as ações no relatório de gestão da SEPPIR 2003-2006.

A outra fonte a ser analisada é o relatório final da I CONAPIR. A realização desse evento envolveu indivíduos oriundos de diferentes instituições; órgãos institucionais, ONGs, militantes negros e dos direitos humanos, pesquisadores e a sociedade civil como um estímulo à implementação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial deliberada em 2003, também sendo uma ação conseguinte da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata¹⁰.

As propostas foram divididas de acordo com o eixo temático, nesse caso, doze diferentes seções foram criadas: Trabalho e desenvolvimento econômico da população negra; educação; saúde; diversidade cultural; direitos humanos e segurança pública; comunidades remanescentes de quilombos; população indígena; juventude negra; mulher negra; religiões de matriz africana; política internacional; fortalecimento das organizações antirracismo. Apesar da existência de uma parte específica voltada para a religiosidade, conforme analisado o relatório, observa-se a inclusão de debates sobre ações afirmativas das comunidades de terreiro em outras seções.

Na seção singular aos povos de terreiro, o eixo 10, é dividido em treze partes: diretrizes gerais; fortalecimento das religiões de matriz africana; políticas públicas; educação; espaço e meio ambiente; controle social; produção de dados e pesquisa; expressão da religiosidade cigana; religiosidade dos povos indígenas; religião muçulmana; campanhas de combate à intolerância religiosa e de divulgação das religiões de matriz africana; reconhecimento dos casamentos nas comunidades de terreiro; conferência nacional de promoção da igualdade racial. Dessas, três são direcionadas a outras expressões religiosas, todavia, a predominância é de operações para o combate ao preconceito sofrido pelas religiões afrodescendentes.

¹⁰ Evento realizado na cidade de Durban na África do Sul, no ano de 2001. Contou com expressiva participação brasileira, onde se discutiram estratégias de combate ao racismo, discriminação, xenofobia e intolerância, além de estimularem os estados signatários a se movimentarem para a implementação de políticas de igualdade racial. Sobre a ressonância da Conferência de Durban na construção de uma agenda local de promoção da igualdade racial ver: RIBEIRO, Matilde. Ressonâncias da Conferência de Durban na construção de agendas globais e locais de promoção da igualdade racial. In: *Institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: percursos e estratégias – 1986 a 2010*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – PUC – SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), São Paulo, 2013, pp. 149-159; sobre a conferência de Durban ver: ALVES, J. A. Lindgren. A conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos. *Rev. Bras. Polit. Int.* 45 (2): 2002, pp. 198-223.

Sessenta e três propostas são elaboradas nesse eixo temático, subtraindo-se cinco, no qual se referem às religiões ciganas, indígenas e muçulmanas, restam cinquenta e oito pontos a respeito de particularidades das religiões afrodescendentes. A garantia de direitos fundamentais como a liberdade de crença, direito à diversidade religiosa, sua valorização e resgate, assim como o combate à discriminação orientam a elaboração do relatório. Dos projetos deliberados, verifica-se um número relevante de abordagens sobre a luta contra o preconceito religioso, lembrando que proposições relativas à garantia de direitos também podem ser vistas como aliadas nesse confronto. Portanto, medidas diretas de ação contra a discriminação são identificadas em pelo menos vinte e cinco das cinquenta e oito propostas; sendo que a intolerância religiosa é abarcada em doze proposições, além das outras oito citadas anteriormente. Totalizando são oitenta e sete indicadores sobre as religiões de matrizes africanas debatidas na CONAPIR e vinte delas, ou seja, 23% concernem à luta contra intolerância religiosa.

Conforme indicado nota-se que proporcionalmente a luta contra a intolerância é uma frequente demanda das especificidades que atingem as religiões afrodescendentes em comparação com as demais questões que também dizem respeito às comunidades de terreiro. Desde a chegada dos primeiros africanos no Brasil até os dias atuais a perseguição continuou, apenas modificou sua dinâmica no decorrer da história. Sendo assim, diante do contexto analisado percebe-se a necessidade da realização de políticas de combate ao racismo religioso, visto o bojo de discussões acerca dessas religiões.

Considerações finais

O processo de formação e o surgimento das religiões afrodescendentes no país se deu por meio de lutas e resistências do povo negro para manter suas tradições fora do continente africano em meio a uma cultura imposta, a cultura do branco, europeu e colonizador. Desde os calundus no Brasil Colonial até a emergência do candomblé e outras denominações de matrizes africanas pelo Brasil no século XIX e posteriormente o surgimento da umbanda e demais

religiões afro-brasileiras, essas diversas organizações religiosas sofreram diferentes tipos de ataques e perseguições na história do país.

A escravidão ocidental e a diáspora forçada dos africanos desestruturaram diversas sociedades, grupos e famílias. Por si só, esse sistema já pode ser considerado suficiente para o desmantelamento e aniquilação dos diferentes povos africanos que foram escravizados, assim como, seus descendentes nascidos fora da África, os afrodescendentes. As feridas ainda não estão cicatrizadas, visto que, é necessário percorrer um longo percurso na luta antirracista não só no Brasil, mas pelo mundo afora. Nesse contexto, as práticas religiosas afrodescendentes que foram transplantadas para fora do continente também padeceram e padecem do mesmo destino cruel à que foram submetidas essas populações.

Entretanto, o povo negro resistiu e ainda resiste, e essa resistência se deu por meio de diversas lutas desses povos¹¹. No cenário religioso afrodescendente, as justificativas para as perseguições se fundamentava no catolicismo em conjunto com o sistema escravista, posteriormente, após a criação do Estado Laico em 1891, os argumentos para a repressão eram baseados em ideais eugenistas e influenciadas pelo racismo científico. A repressão passa a vir do próprio Estado, seja pelo aparato policial ou até mesmo pelo aparelho jurídico, no qual, condenavam diversos praticantes dessas religiões alegando charlatanismos e curandeirismos, algo a ser combatido pelo Estado brasileiro. Recentemente as principais ondas de ataques de intolerância religiosa que denominamos de racismo religioso são oriundas principalmente de grupos neopentecostais que fazem o uso de meios midiáticos para propagar a violência e a intolerância contra as religiões afrodescendentes.

No início do século XXI, com a institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial, essas religiões passaram a presenciar algumas de suas demandas debatidas na agenda política brasileira e como observado, o

¹¹ Não cabe agora listar os inúmeros movimentos de resistência do povo afrodescendente na história do Brasil, pois, foram numerosos. Porém, adota-se a perspectiva que a resistência negra começou desde a chegada dos primeiros africanos em terras brasileiras, passando por todo o período colonial (revoltas nas fazendas e engenhos, surgimento de quilombos, organização de irmandades e confrarias religiosas, dentre outros movimentos), durante o império do Brasil (revolta dos malês, balaiaada, conjuração baiana, etc), e não se encerrando no período republicano, uma vez que, até os dias atuais a população negra enfrenta inúmeros empecilhos para a conquista da promoção da igualdade racial.

direito à diversidade religiosa e a luta contra intolerância, assim como a reivindicação por medidas de combate à discriminação são predominantes, como aponta o relatório de gestão da SEPPIR correspondente aos anos de 2003 a 2006 e o relatório final da I CONAPIR. Desta maneira, os apontamentos apresentados para a justificativa da proposta do projeto de pesquisa indicam que houve uma inserção das discussões sobre as religiões de matrizes africanas na agenda política brasileira na primeira gestão do ex-presidente Lula, porém, a constante dessas reivindicações se desdobra para a luta contra a intolerância religiosa no começo deste novo século, sendo então necessárias providências concretas para a garantia de direitos fundamentais como a liberdade de crença em um Estado que se diz democrático e de direito, nesse caso, a sociedade brasileira.

Referências

- ALMEIDA, Elga Lessa de. *A inserção de políticas públicas étnicas para terreiros de candomblé na agenda brasileira: os entrecruzamentos entre o global e o local*. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFBA (Universidade Federal da Bahia), Salvador, 2011.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. *Histórias do Movimento Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.
- ALVES, J. A. Lindgren. A conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos. *Rev. Bras. Polít. Int.* 45 (2): 2002, pp. 198-223.
- ASANTE, Molefi Kete. *Afrocentricidade: a teoria de mudança social*. Tradução de: Ana Monteiro-Ferreira, Ama Mizami, Ana Luzia. Filadélfia: Afrocentricity International, 2014.
- _____. Afrocentricidade como Crítica do Paradigma Hegemônico Ocidental: Introdução a uma Ideia. Tradução: Renato Nogueira, Marcelo J. D. Moraes e Aline Carmo. *Ensaios Filosóficos*, Volume XIV – Dezembro/2016, pp. 09-18.
- BASTIDE, Roger. *O candomblé da Bahia*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- _____. *As religiões africanas no Brasil: Contribuição a uma sociologia das interpretações e civilizações*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. Editora da Universidade de São Paulo, 1960.
- BRAGA, Júlio. *Fuxico de Candomblé*. Feira de Santana: Editora UEFS, 1998.
- _____. *Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 1995.

- _____. *Oritamejé: o antropólogo na encruzilhada*. Feira de Santana: Editora UEFS, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 10.639/03* 09 de janeiro de 2003. Brasília/DF: Senado Federal, 2003.
- _____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR. *Lei nº 10.678/03* 23 de maio de 2003. Brasília/DF: Senado Federal, 2003.
- _____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR. *Programa Brasil Quilombola*. Brasília/DF, 2004.
- _____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR. *Relatório de Gestão 2003-2006*. Brasília/DF, 2007.
- _____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR. *Relatório final da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial/CONAPIR*. Brasília/DF, 2005.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CARNEIRO, Edison. *Candomblés da Bahia*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1978.
- _____. *Negros Bantos: notas de etnografia religiosa e de folclore*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.
- _____. *Religiões negras: notas de etnografia religiosa*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1936.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 12, 2007 p. 113-136.
- HEIDEMANN, Francisco; SALM, José Francisco. *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- LARKIN, Elisa. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira, vol. 4).
- LIMA, Vivaldo da Costa. *A família de santo nos candomblés jejes-nagôs da Bahia*. 2ª ed. Salvador: Editora Corrupio, 2008.
- LIMONTA, Ileana de las Mercedes Hodge. *Cultura de resistência e resistência de uma identidade cultural: a santería cubana e o candomblé brasileiro (1950-2000)*, Tese (História Social) – UFBA (Universidade Federal da Bahia), Salvador, 2009.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.
- PRANDI, Reginaldo. *Herdeiras do axé: sociologia das religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. *Estudos Avançados*, 18 (52), 2004, pp. 223-238.

- _____. *Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização*. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jun - 1998, p. 151-167.
- _____. *Segredos guardados: orixás na alma brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- QUERINO, Manuel. *A raça africana e os seus costumes*. Salvador: Editora da Livraria da Progresso, 1955.
- _____. *O colono preto como fator da civilização brasileira*. Disponível em: <https://rigs.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/20815/13416> - acesso em 03 de novembro de 2018.
- RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- RIBEIRO, Matilde. *Institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: percursos e estratégias – 1986 a 2010*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – PUC – SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), São Paulo, 2013.
- RODRIGUES, Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.
- _____. *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- SANTOS, Magnaldo Oliveira dos. Religiões de matrizes africanas – territorialidades de afirmação de ancestralidade africano-brasileira. In: *Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (des)igualdades*, Salvador 07 a 10 de Agosto de 2011.
- SILVA, Hédio Jr. Conceito e demarcação histórica. In: ORG: SILVA, Hédio Jr; BENTO, Maria A. S.; SILVA, Mário Rogério. *Políticas públicas de promoção da igualdade racial*, São Paulo: CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), 2010.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira*. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. *Intolerância religiosa, impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- VERGER, Pierre. *Notas sobre o culto aos orixás e voduns*, 2ª ed, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2000.
- XAVIER, Juarez Tadeu de Paula. Limites conceituais no estudo das religiões afrodescendentes. In: *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI*. SANTOS, Gevanilda; SILVA, Maria Palmira da. (Orgs). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, pp. 111-117.

O MOVIMENTO DIRETAS JÁ E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL¹

Daniela de Campos

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul –
Campus Farroupilha.*

Introdução

Em fevereiro de 1983, uma pesquisa feita pelo Instituto Gallup, indicava que 74% da população brasileira preferiam eleições diretas para presidência da República. Esse percentual vinha aumentando, desde abril de 1980, quando a consulta passou a ser realizada, que apontava ser essa a preferência de 63% da população (SOARES, 1984, p. 59). Esse tipo de pesquisa podia ser feita nesse período, pois, como se sabe, desde 1979, a ditadura vinha sofrendo um processo de abertura política, ainda que controlada pelo próprio governo.

O sociólogo Gláucio Soares, em análise desses indicadores, ao longo do ano de 1983, e, portanto, em contexto que antecipava a movimentação pelas eleições diretas, dizia que:

No ritmo atual, os favoráveis às eleições indiretas, de acordo com a interpolação linear, serão apenas 5% em novembro de 1984! Para qualquer pessoa com um mínimo de fé democrática é inconcebível que se pretenda fazer uma eleição indireta que contraria frontalmente maioria tão devastadora. (SOARES, 1984, p. 60)

Ainda contemplando essa análise, Soares (1984) afirma que a ideia de eleições diretas extrapolava o binarismo de quem estava a favor ou contra o governo, o que podia ser representado, em termos partidários, pelos defensores do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e do PDS (Partido Democrático Social), respectivamente. A defesa do voto direto era algo que perpassava a sociedade como um todo.

¹ Projeto de Pesquisa desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *Campus* Farroupilha, com apoio financeiro da instituição por meio de bolsa de fomento interno e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS, com bolsa de iniciação científica.

Mesmo com previsão otimista, que por certo, era compartilhada por muitos brasileiros, o Brasil teve ainda que passar por mais uma eleição indireta para Presidente da República, em 1985, ocasião em que saiu vitorioso o candidato do PMDB, Tancredo Neves. Com seu falecimento antes da posse, assumiu a presidência o vice, José Sarney, antigo aliado dos militares. Apesar da derrota sofrida pelos que queriam o retorno absoluto à democracia política, com eleições diretas ainda naquele ano, os acontecimentos de 1983 e início do ano seguinte foram emblemáticos e constituem um dos mais importantes movimentos sociais do país: a campanha Diretas Já.

Esse texto é resultado de pesquisa intitulada Diretas Já: a Campanha nas páginas do jornal Zero Hora, desenvolvido no âmbito do IFRS – *Campus Farroupilha*, com apoio institucional e bolsa de fomento externo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS.

Uma abertura consentida

Vivemos hoje um momento político em que uma direita conservadora chegou ao poder, possibilitando a emergência de determinadas opiniões que defendem, de forma ambígua, menor presença do Estado, ao mesmo tempo em que setores flertam com a possibilidade de retorno dos militares ao poder. Compreender os acontecimentos que levaram ao fim da ditadura civil-militar no Brasil, no início dos anos 1980, pode ajudar a qualificar o debate que hoje se impõe sobre os limites da democracia no Brasil.

Assim, entende-se que o final dos anos 1970 demonstrou que muitos aspectos vinham se modificando no cenário político brasileiro. Pode-se afirmar que o primeiro indício foi a retomada do movimento sindical ocorrida com as greves da região do ABC paulista², a partir de 1978. A política econômica levada a termo pelo governo militar, que onerou fortemente os trabalhadores, promovendo um forte arrocho salarial, pois a recomposição salarial não acompanhava os índices de inflação e o aumento do custo de vida levou fatalmente a mobilização dos operários por melhores salários.

² O termo faz referência aos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, que integram a região metropolitana de São Paulo. Essas cidades agregavam várias indústrias metalúrgicas no final dos anos 1970 e início da década seguinte.

Em 1978 aconteceu a greve dos trabalhadores da fábrica da Scania, localizada na cidade de São Bernardo. Foi como um rastilho de pólvora. Nos anos seguintes novas greves eclodiram, atingindo também cidades próximas como Santo André, São Caetano e a capital do estado, São Paulo. Esse movimento fez surgir novos líderes sindicais e revitalizou o movimento sindical abafado pelos anos de governo autoritário.

Para muitos estudiosos do período esse foi o primeiro indício de peso de que o regime se esboroava. A partir desses movimentos de trabalhadores, outros surgiriam: a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, (MST), a revogação do AI-5 em janeiro de 1979, a lei da Anistia, também em 1979 e, é claro, a campanha Diretas Já.

No que tange à historiografia brasileira sobre o retorno ao estado democrático, segundo Denise Rollemberg (2010), apresenta-se em três vertentes. A primeira, em que o Estado aparece como um ente coercitivo, o protagonismo está colocado nos movimentos sociais, que ressurgem, especialmente, por força da crise do regime, mais especificamente, pela crise econômica causada pelo fim do período do milagre econômico.³

A segunda corrente explicativa, ainda que considere o papel dos movimentos sociais, especialmente dos trabalhadores, percebe o momento de abertura política como tributário do sucesso da política econômica (milagre econômico) e não de sua crise, invertendo assim a lógica de análise. A explicação está mais relacionada às dissensões do próprio grupo militar no poder (linha dura, linha moderada). Para os autores que adotam essa perspectiva, “mais complexa e sofisticada”, segundo Rollemberg, “os militares só perderiam o controle da situação no governo João Figueiredo, marcado por um elemento importante no cenário político: o movimento sindical do ABC paulista, surgido em 1978, ou seja, ainda sob Geisel.” (ROLLEMBERG, 2010, p. 100) Nessa linha de interpretação, considera-se fundamental o peso que os militares da linha dura tiveram no processo de abertura, isto é, posicionando-se de forma contrária, ditando o ritmo lento e controlado como ele ocorreu.

³ Período compreendido entre 1967-1974, em que a economia brasileira presenciou elevadas taxas de crescimento anuais calcadas no setor industrial. Após 1974, houve drástica desaceleração econômica, provocando uma também radical redução no nível de vida da classe trabalhadora.

Já o terceiro eixo historiográfico explica a transição para a democracia como fruto dos conflitos que existiam “dentro da corporação militar, nas disputas entre projetos rivais alternativos e excludentes” (ROLLEMBERG, 2010, p. 101). Os autores que se vinculam a essa corrente não descartam a importância dos movimentos sociais de oposição ao regime, como, por exemplo, o das Diretas, mas veem, nos anos que se seguem ao fim da ditadura, mais continuidades do que rupturas.

De certa forma, as duas últimas vertentes explicativas dão a ideia de como ocorreu a transição entre esses dois momentos políticos (o do final da ditadura e o de retorno da democracia) no Brasil. Foi, muito antes, uma forma conciliatória de acabar com um regime extremamente autoritário, do que uma guinada histórica e política. A lei da Anistia (1979)⁴ bem prova isso, conforme nos indica o historiador Daniel Aarão Reis Filho (2014).

O governo civil que se estabeleceu em 1985, por meio de eleições indiretas (colégio eleitoral⁵), também é um reflexo dessa continuidade, pois os candidatos da chapa de oposição ao regime eram velhos aliados dos militares e garantiriam uma política de não revanchismo aos antigos ocupantes do poder central.

A campanha pelas eleições diretas no Brasil

Para o jornalista e escritor Elio Gaspari (2016, p. 270), a campanha Diretas Já foi uma espécie de união entre vários setores políticos que se colocavam em

⁴ Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979. Essa lei concedia anistia àqueles que cometeram crimes políticos entre 1961 e 1979, excetuando-se os denominados crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. Também anistiou entes públicos que cometeram prisões arbitrárias, atos de tortura e assassinatos em nome do regime. A Comissão Nacional da Verdade solicitou em 2014 a revisão dessa lei, pois em documento datado daquele ano afirma que a lei infringe leis internacionais, pois, “não poderia incluir agentes públicos que realizaram crimes como “detenções ilegais e arbitrárias, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres”, pois tais ilícitos são “incompatíveis com o direito brasileiro e a ordem jurídica internacional”, uma vez que se tratam de crimes contra a humanidade, “imprescritíveis e não passíveis de anistia.” (REIS FILHO, 2014)

⁵ Desde a Constituição de 1967 os presidentes eram escolhidos por meio de Colégio Eleitoral, composto por “membros do Congresso Nacional e de delegados indicados pelas assembleias legislativas dos estados, cujo número final era determinado pela proporcionalidade do número de eleitores inscritos em cada estado.” (DIRETAS JÁ, Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro). Após 1982 essa representação por estado foi uniformizada: eram seis representantes por assembleia.

oposição – ainda que em momentos anteriores possam ter prestado apoio - ao governo militar, e o povo.

De toda forma, a campanha, ainda que tenha contado com forte participação popular, também teve suas disputas internas. O regime estava em seus momentos finais, a despeito da posição do presidente Figueiredo que insistia em algumas manobras para se manter mais alguns anos no poder. Políticos que antes eram aliados dos militares viam agora a possibilidade de passar para a oposição. Outros mantiveram sua posição de apoio à ditadura vislumbrando mais alguns anos de regime autoritário. Novos políticos também surgiam, uma oposição mais aguerrida e que se misturava a essa oposição “requeitada”.

Além dos políticos “profissionais” a campanha pelas Diretas contou também com a participação efetiva de intelectuais, jornalistas, juristas, artistas, sindicalistas, lideranças religiosas e, até, torcida organizada de times de futebol. Todos tinham o mesmo objetivo, porém nem sempre concordavam no caminho a tomar para alcançá-lo. O jogador Sócrates, vinculado ao time paulistano Corinthians, foi uma das figuras notórias presente às manifestações.

Figura 4: Sócrates em comício no Vale do Anhangabaú, 16 de abril de 1984.



Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Socrates_\(futebolista\)_participando_do_movimento_pol%C3%ADtico_Diretas_J%C3%A1.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Socrates_(futebolista)_participando_do_movimento_pol%C3%ADtico_Diretas_J%C3%A1.jpg)

No dia 2 de março de 1983 o deputado federal Dante de Oliveira do PMDB (Mato Grosso) apresentou ao Congresso Nacional proposta de emenda que visava estabelecer eleições diretas para presidência da República. No mês seguinte o diretório nacional do partido decidiu por encampar a bandeira pela eleição direta. O governo militar, dois meses depois, por meio de uma proposição feita por um ministro, propôs a reeleição do presidente Figueiredo. Esse era o clima político no ano de 1983, quando se começou a discutir abertamente a possibilidade do retorno às eleições diretas para presidente no Brasil.

Assim, ainda neste ano formou-se um comitê suprapartidário para organizar as ações em prol das eleições diretas. Integravam essa frente o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, Lula, presidente do PT, o governador de São Paulo, Franco Montoro, o deputado e presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, entre outros.

A primeira manifestação pública pelas Diretas aconteceu em Goiânia, após um debate sobre o tema no qual compareceram representantes do PT e Ulysses

Guimarães. Nesse evento os participantes ocuparam as ruas da cidade exigindo o retorno à ordem democrática. A partir daí uma série de comícios e ações, alguns de grandes proporções, tomaram conta das grandes cidades brasileiras. O PMDB, que se estabeleceu como liderança do movimento, tinha um grande aparato para dar conta da mobilidade que era exigida de seus líderes, e da montagem das estruturas para os eventos.

Figura 5: Comício a favor das eleições diretas na praça Charles Muller, em São Paulo, 27 de novembro de 1983.



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/agenciasenado/12745580324/in/photostream/>

Em relação à imprensa, de acordo com as fontes consultadas e, especialmente, com Elio Gaspari, poucos foram os veículos que, inicialmente, deram destaque aos comícios e atividades que reivindicavam as eleições diretas; muitos ainda estavam fortemente comprometidos com o governo instituído. Conforme as manifestações iam aumentando, ficava mais difícil ignorar o fato, mas podia-se dedicar pouco espaço a ele. Essa era a prática, por

exemplo, da Rede Globo (televisão e jornais). Tática diferente adotou a TV Bandeirantes⁶ e também a Folha de São Paulo (GASPARI, 2016).

O movimento pelas Diretas, embora de curta existência, pois teve duração de cerca de dois anos, foi prolífico, com constantes atos nas principais cidades do país. Livros e artigos que se dedicam à Campanha Diretas Já informam que os grandes momentos da campanha ocorreram na região Sudeste: Minas Gerais (24 de fevereiro de 1984), Rio de Janeiro (10 de abril de 1984) e São Paulo (16 de abril de 1984). A bibliografia indica, inclusive, uma “disputa”, especialmente entre São Paulo e Rio de Janeiro, pela maior manifestação. Ainda assim, eventos ocorreram por todo o Brasil, de Norte a Sul. Isso dá a dimensão social que a Campanha Diretas Já obteve, pois conseguiu mobilizar multidões em torno do objetivo da obtenção das eleições diretas para presidente⁷.

No sul do Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, ocorreram dois eventos “oficiais” da Campanha, uma passeata em Porto Alegre em janeiro de 1984 e, em 19 de fevereiro, uma caminhada pelas ruas do município litorâneo de Capão da Canoa. Mas, assim como se percebe no que diz respeito a temas da história política da historiografia mais recente, como, por exemplo, o período da ditadura militar, a produção acadêmica que localiza seus estudos na região Sul do Brasil é menor quando comparada àquela sobre acontecimentos relacionados aos estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Dessa forma, ainda que o campo de pesquisa seja farto para os historiadores e para pesquisadores de outras áreas, há poucos parâmetros de diálogos que oportunizem comparações entre as análises.

Considerações finais

Compreender o período final da ditadura civil-militar e o processo que levou à redemocratização do país é fundamental, não só para os profissionais

⁶ A TV Bandeirantes sofreu retaliação do governo pela cobertura dada aos comícios pelas Diretas. Segundo Gaspari (2016), teve negada concessão para abertura de sucursal em Brasília.

⁷ O comício de Belo Horizonte (24 de fevereiro) contou com mais de 300 mil pessoas; o evento da Candelária, no Rio de Janeiro contabilizou em torno de 1 milhão de presentes; o de São Paulo, em 16 de fevereiro, teve em torno de 1,5 milhão de pessoas. O último comício realizado em Porto Alegre contou com 200 mil participantes. (LEONELLI; OLIVEIRA, 2004)

da História, mas para toda a sociedade brasileira. O movimento pelas eleições diretas, apesar de sua grandeza, saiu derrotado. A votação da Emenda Dante de Oliveira, iniciada no dia 25 de abril de 1984, só terminou na madrugada do dia seguinte, e não obteve os dois terços dos votos necessários para sua aprovação. A Emenda recebeu 298 votos de um total de 479 deputados. Precisava de 320 para ser aprovada. Ausentes na sessão 113 deputados. Apenas 65 congressistas foram contrários à proposta e 3 se abstiveram. (LEONELLI; OLIVEIRA, 2004). Tudo isso, sob forte esquema de segurança montado pelo governo do Presidente Figueiredo, a fim de impedir manifestações populares, com o Congresso cercado por tropas do Exército. Com os números da votação, compreende-se o que o sociólogo Gláucio Soares escreveu à época:

Democracia é o governo do povo, da maioria, respeitados os direitos das minorias. Quando a vontade de qualquer minoria se sobrepõe à vontade da maioria não há democracia. No Brasil, não há democracia. Impera a aritmética da ditadura, na qual a minoria ganha sempre, sem respeito aos direitos da maioria. (SOARES, 1984, p. 108)

Em janeiro do ano seguinte, em pleito indireto no Colégio Eleitoral, Tancredo Neves foi eleito Presidente da República. Como se sabe, não chegou à Presidência, pois morreu sem tomar posse, no dia 21 de abril. Assumiu seu vice, José Sarney, um político que se alinhava à ditadura que se estabeleceu em 1964.

O ciclo inaugurado com o golpe civil-militar na primeira metade dos anos 1960 não se fechou completamente. Ainda vivemos em meio aos entulhos autoritários, expressão de Daniel Aarão Reis Filho (2014), visto que com a derrota da emenda constitucional que propunha o retorno às eleições diretas para Presidente, teve êxito uma vertente conciliatória, “favorável ao ‘esquecimento do passado’” (REIS FILHO, 2014, p. 104). Mais uma vez, a transição se fez por meio de acordos que acomodaram antigos e novos interesses. O resultado, para a nossa sociedade, é um “passado que não passa”, um esquecimento de processos sócio-históricos fundamentais para a identidade da Nação, e, não menos importante, a emergência de discursos que

louvam um período triste de nossa História. Por ser triste, não deve ser esquecido, apagado, deve ser lembrado para que não se repita.

Referências

- BAUER, C. S. Ditadura civil-militar e imprensa gaúcha: a construção de uma conciliação com o passado (1979-1988). *Escritas*. Araguaína, vol. 7, n. 1, p. 149-170, 2015.
- CAPELATO, M. H. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, L. A. N; FERREIRA, M. M. (orgs). *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: FGV, 20-14, p. 299-315.
- CAUDURO, D. H. O papel dos jornais Zero Hora e Correio do Povo no começo da ditadura militar. *Alcar 2015: Anais*. Porto Alegre, 2015.
- CRUZ, H. F. PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*. São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez 2007.
- DOSSE, F. História do Tempo Presente e Historiografia. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan/jun 2012.
- GASPARI, E. *A Ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- GIOVANAZ, D. P. *Da conquista do canal 12 à compra do jornal A Notícia: As articulações políticas que consolidaram o oligopólio da RBS em Santa Catarina*. Florianópolis, 2015. 289 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina.
- IOKI, Z. M. G. A longa tradição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade. In: SANTOS, C. M.; TELES, E; TELES, J. A. *Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009, p. 499-523.
- KOTSHO, R. *Explode um Novo Brasil*. Diário da Campanha das Diretas. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- KUSCHICK, C. L. B. *Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais*. São Paulo, maio de 1996. Tese de Doutorado. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- LEONELLI, D. OLIVEIRA, D. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LOHN, R. L. Um longo presente: O papel da imprensa no processo de redemocratização - a Folha de São Paulo em 1974. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 72 - 107.
- PIRES, E. M. Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004). *Projeto História*. São Paulo, n. 35, p. 305-313, dez 2007.

- REIS FILHO, D. A. A vida política. In: REIS FILHO, D. A (org). *História do Brasil Nação: 1808-2010 Volume 5 Modernização, Ditadura e Democracia 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- RODRIGUES, A. T. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ROLLEMBERG, D. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). ROLLEMBERG, D. QUADRAT, S. V. *A construção social dos Regimes Autoritários*. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.97-144.
- SILVA, F. C. T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, J. DELGADO, L. A. N. (orgs). *O Brasil Republicano*. Vol.4 – O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 243-282.
- SILVA, M. P. FRANCO, G. Y. Imprensa e Política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. *História em Reflexão*. Dourados, vol. 4, n. 8, jul/dez 2010.
- SOARES, G. A. D. *Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- TELES, J. A. As disputas pela interpretação da Lei de Anistia de 1979. *Ideias*, Campinas, n. 1, jan/jun 2010.
- TILLY, C. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 133-160, jan-jul 2010.
- VINYES, R. *Sobre víctimas y vacíos; ideologías y reconciliaciones; privatizaciones e impunidades*. 2008, mimeo.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO SENSO COMUM SOBRE AS PSICOPATIAS.

Fernanda Raposos Braga e Dr^a. Helenice Pereira Sardenberg

Unilasalle – Rio de Janeiro¹

Conceituação do termo psicopatia:

A psicopatia é um transtorno de personalidade presente em muitos indivíduos e, muitas das vezes, sem diagnóstico imediato. A psicopatia é uma síndrome que pode ser definida em termos de uma combinação de certos traços de personalidade e conduta socialmente desviante. Devemos salientar que não se trata de uma doença mental e, sim, um desvio de caráter.

Psicopatas, aparentemente, são pessoas envolventes, dotadas de um extremo grau de inteligência capaz de envolver e atrair as pessoas pela qual se sintam interessados, são pessoas que possuem uma diminuição na capacidade de sentir empatia e remorso, além de estarem buscando sempre uma atitude de dominância perante outras pessoas, são indivíduos que não possuem nenhuma sensação de culpa diante dos atos cometidos.

O primeiro conceito formulado sobre a psicopatia a classificou como sendo uma perturbação mental de caráter hereditário. Este conceito foi formulado por Philippe Pinel pioneiro no tratamento de doenças mentais e um dos percussores da psiquiatria moderna.

Benedict Augustin Morel, na mesma época, emprega a expressão “folie des dégénérés” (1857). Esquirol (1838) criou o termo Monomania para descrever aqueles pacientes que apresentavam um transtorno da mente, mas que se encontravam intactas em todos os outros aspectos.

A síndrome descrita por Morel era dividida em três tipos: delirante, raciocinante e instintiva. As duas primeiras são referências de dois diagnósticos atuais, respectivamente, transtorno delirante não esquizofrênico e

¹ Fernanda Raposos Braga é Graduada em Direito pela Unilasalle Rio de Janeiro e Helenice Pereira Sardenberg é Professora do Curso de Direito e Administração do Unilasalle do Rio de Janeiro

transtorno obsessivo-compulsivo (TOC). Porém, por ser um termo que reunia síndromes psicóticas e não psicóticas, se tornou muito abrangente e seu conceito foi abandonado. Mas o pensamento acerca da monomania instintiva, ainda, permaneceu e se tonou básica para a mesma linha de pensamento de outros autores franceses.

Este entendimento predominou na escola francesa durante todo o século XIX, influenciando ainda os trabalhos de Magnan (1893) sobre degenerados e desequilibrados em assim como os de Delmas (início do século XX), Dupré (1909) etc.

O conceito se refere como o aspecto principal à não-incorporação dos valores morais vigentes e à conduta amoral.

Surgimento do termo psicopata na psiquiatria clássica:

As primeiras alusões às desordens psicopáticas como entidade clínica predominam fortemente nos diagnósticos durante o século XIX. Mas a doença já pode ser constatada academicamente em *Traité médico-philosophique sur l'alienation mentale ou a manie*, de Philippe Pinel, desde sua primeira edição em 1801.

Trata-se da obra que tem sua análise na “mania” e é sinônimo de alienação mental e apresenta uma descrição da psicopatia, como “mania sem delírio” ou “mania pensante”, na qual as funções do entendimento permanecem intactas, não existindo nada mais do que a alteração da afetividade. (Bercherie,1986)

Dentro da mesma ideia de distúrbio hereditário situa-se o pensamento de Pritchard, psiquiatra inglês que lança o conceito de moral “insanity”. Para este autor, os loucos morais se caracterizam pela falta de sentimentos, de capacidade de autocontrole e do mais elementar senso ético. Tratam-se, de pessoas normais, mas próximos da doença mental, porém em um grau diferente.

Em 1835, James Pritchard publicou em Londres o seu *Tratado da loucura e dos demais transtornos que afetam a mente*. Este trabalho tem sua importância no transtorno descrito por Pinel como mania se delírio e pelo criador da psiquiatria americana, Benjamín Rush, como depravação moral inata, em 1812.

Pritchard foi o primeiro a descrever com precisão em que consiste o transtorno moral e os comportamentos sociais inadequados, atos delituosos, que não afetam a inteligência e que não produzem manifestações delirantes.

Em *Traité des malades mentales* encontra-se também a descrição do mal físico e moral, além de deformidades de crânio e de rosto (influência das teses de Lombroso) divididas em quatro categorias, que posteriormente serão chamadas de neuropatias, paranoias, psicopatias e imbecilidades. (Bercherie, 1986).

Dupré, em 1912, apresentou as “perversões instintivas” como uma alteração cerebral que constituiu uma doença ineducável e incurável também. (Dupré, 1912) .

Kraft-Ebing, em 1870, já tinha estabelecido os estados psicopáticos como doenças psíquicas, relacionados a estados de degeneração. Por seu turno, Lombroso, procurando uma característica física, já tinha dedicado um capítulo intitulado “Psicopatie sessuali” (Lombroso, 1912).

Mas foi Emil Kraepelin que se ocupou de diferentes quadros, durante os anos de 1896 a 1899, para, em 1904, apresentar uma versão definitiva das “personalidades psicopáticas” diferente dos “estados psicóticos”, nas quais incluía os criminosos natos, instáveis, mentirosos e excêntricos. Já na oitava edição, os tipos de personalidades psicopáticas aumentam e se estendem a outros quadros mais definidos. (Schneider,1962)

Em 1923, Kurt Schneider publica um livro chamado *As personalidades psicopáticas*, neste trabalho Schneider antecipa que os tipos psicopáticos descritos não implicam, necessariamente, um diagnóstico. As personalidades não podem ser etiquetadas diagnosticamente como doenças ou como sintomas e consequências psíquicas das enfermidades.

A psicopatia ao se manifestar como um transtorno da personalidade distingue-se das doenças mentais que Schneider reserva para a psicose para as afeições orgânicas. Na personalidade anormal do psicopata influenciam para o seu desenvolvimento, fatores de disposição, embora nem sempre hereditários. Nesse sentido, a psicopatia implicaria em reações anormais a vivências ou questões externas.

O psicopata é anti-social e incorrigível. Cleckley (1950), destaca como fator predominante a incapacidade do indivíduo em criar laços afetivos.

O criador do termo psicopático foi Koch (1891). O autor alemão que no mesmo ano publicou o livro *Die Psychopatischen Minderwertigkeiten*². Koch rotula da seguinte forma:

Uma série de anormalidades congênicas ou adquiridas, inclusive a oligofrenia, (deficiência do desenvolvimento mental, congênita ou adquirida em idade precoce, que abrange toda a personalidade, inclusive afetando a parte intelectual) mas que não constituem uma doença mental no sentido estrito.

Em 1904, Kraepelin foi o primeiro a se referir a uma “personalidade psicopática”, afirmando que a psicopatia é um campo intermediário entre os estados patológicos manifestos e os estados no limite das neuroses. Kraepelin ao isolar alguns tipos de personalidade psicopática as considerou como sendo um tipo frustrado de psicose, ou então como um desvio na direção normal do desenvolvimento.

A delimitação da psicopatia em relação à psicose foi objeto de grandes controvérsias. Num levantamento das principais posições, Alonso-Fernandez (1972), destaca que as distinções principais entre as diferentes escolas psiquiátricas se encontram no fato de que é a escola alemã que possui os trabalhos mais relevantes.

Kraepelin também considera o patológico em termos de grau e valor: para ele, o patológico é um desvio dentro do ponto de vista da realização das metas gerais de um indivíduo (Schneider;1948), em grau suficiente para afetar a vida corporal ou psíquica.

Desta forma a psicopatia, dentro da concepção kraepeliniana, constitui deste modo “um grau prévio de psicose”. Portanto, diante do exposto, pode-se verificar que embora a psicopatia se refira a uma origem constitucional, as abordagens divergem quanto a conceituação da natureza do problema.

Na medida em que o conhecimento psiquiátrico foi evoluindo, o conceito de psicopatia como uma instância anormal do caráter, hereditária, e pouco modificável, ao foi sendo criticado, mas por parte de alguns autores foi aceita, somada a outros fatores também co-determinantes do quadro.

Zac (1977) destaca que “A confluência de elementos endógenos e externos que atuam sobre o ser humano como totalidade facilitou o enfoque de uma

² As inferioridades psicopáticas. (Em tradução livre)

série de fatores que deviam ser considerados operantes para a eclosão da doença mental”.

É dessa forma que o conceito de constituição aparece ganhando destaque no trabalho de Kurt Schneider, publicado em 1923. Nesse sentido o termo constitucional aqui ganha o sentido de “totalidade do organismo, com suas funções espontâneas e reativas”. Esse entendimento da constituição como uma totalidade de organismo se torna de suma importância para o desenvolvimento da psicopatia que passa a ser considerada, pelo próprio Schneider, como resultado da interação entre uma instalação inata e a experiência de vida.

A introdução deste aspecto de interação representa o ponto mais importante da contribuição de Schneider ao desenvolvimento do conceito de psicopatia, é a partir de então que a anormalidade passa a se referir à personalidade como um todo, embora ainda dentro de uma visão que a limita aos “sentimentos, valores, tendências e volições”. Pela sua grande contribuição e importância histórica, o entendimento de Kurt Schneider é sempre lembrado quando se aborda o tema da psicopatia.

Psicopatia na visão psicanalítica:

A psicopatia é uma organização da personalidade determinada historicamente por uma distorção infantil, na evolução do ego, possuindo uma estrutura narcisista egosintônica, com intolerância a frustração, também dotados de uma impulsividade psicopatologicamente caracterizada pelo predomínio intrapsíquico de uma situação básica, que estrutura a neurose da infância (psicose), como resultado surge a deterioração da identidade do sujeito, a simbolização da socialização, o controle da agressão, a comunicação, com condutas concretas resultantes da interação inicial da criança, em seu âmbito familiar e grupal, com um super eu deficitário.

De acordo com as palavras de Zac (1977), a teoria psicanalítica “permitiu o conhecimento dos problemas da articulação das emoções, pelo estudo das fantasias inconscientes, dos mecanismos de defesa, do superego como representante interno dos fatores sociais”.

A partir desse entendimento, acredita-se que a anormalidade do psicopata pode ser vista como decorrente de distúrbios no plano inconsciente, cujas

repercussões chegam até o plano consciente, expressando-se em termos de afetos que sofreram o processo de modificação para as defesas utilizadas.

A primeira concepção psicogenética da psicopatia se encontra em um trabalho de Aichhorn *Verwahrloste Jugend*, publicado em 1925, onde o autor estabelece um ponto de ligação entre a delinquência juvenil e perturbações na relação com os pais na infância, enfatizando a importância do fator afetivo na constituição do distúrbio.

Em relação à contribuição de Freud, pouca coisa se encontra em sua obra, a não ser sob forma de ideias não desenvolvidas sobre o tema. Refere-se aos “criminosos por sentimento de culpa” (1916), distinguindo-os daqueles que cometem o crime sem culpa, ou por não terem desenvolvido padrões morais, ou por considerarem justificado seu ato. O “criminoso por sentimento de culpa” estaria procurando uma ligação da sua culpa, de origem inconsciente, com algo concreto, o que traria alívio.

Vale destacar que foi, portanto, no século XIX que surgiu o termo psicopatia (do grego *psyché*= alma; *pathos*= doença) designada para toda e qualquer referência à doença mental.

Com as contribuições de autores como Kraepelin, Birnbaum e Gruhle, foi estabelecida uma forte separação entre os termos psicopatia e psicose. A explicação estaria que a psicopatia seria uma manifestação inata ao indivíduo, podendo se manifestar ou não ao longo da vida, sendo suscetível a fatores ambientais externos, potencializando ou atuando com uma atenuante da gravidade da psicopatia. Porém a psicopatia nunca evoluiria para um quadro de psicose, o rompimento com a realidade, sendo este último uma esfera separada, de outra ordem, da vida da pessoa.

Este fato não descarta a soma das duas condições – psicopatia e psicose - em uma pessoa, porém não há necessariamente ligação entre elas.

Schneider contribuiu com importantes descobertas em relação a psicopatia, utilizando o termo “personalidade psicótica” como uma parte integrante de algumas patologias, apresentando uma distinção entre doença mental e psicopatia. Sendo errado classificar como doença mental uma perturbação que apresenta traços psíquicos. (CANTERO,1993)

Com a crescente influência da psicanálise e da fenomenologia no campo psiquiátrico ocidental, a partir da segunda metade do século XX, durante o

Pós-Guerra, os conceitos germânicos sobre psicopatia tiveram um declínio de importância, em vista da maior ênfase concedida aos fatores externos na formação da subjetividade. O conceito de psicopatia foi se restringindo e se associando ao antissocial, que passou a predominar a partir de então, conforme anuncia Henriques (2009).

Desta forma, primeiramente, será conceituado o que é psicanálise para depois ser definido o entendimento da corrente psicanalítica sobre a psicopatia.

Freud (1895) criador da psicanálise definiu-a como sendo um método de estudo e investigação interpretativo onde por meio da fala, ou por meio de ações, busca-se seu significado oculto, do qual a própria pessoa desconhece, é utilizado como meio de investigação na interpretação dos sonhos, atos falhos e na associação livre que consiste em expressar verbalmente aquilo que vier a mente, sem elaboração prévia com pontuações feitas pelo analista, iniciando o processo de trazer à consciência aquilo que estava inconsciente.

A psicanálise, que se faz através da conversação, trata as doenças mentais a partir da interpretação desses fenômenos, levando o paciente a identificar as origens de seu problema, o que pode ser o primeiro passo para a “cura”. (SILVA,2012).

Santos (2013) diz que:

A psicanálise, por valorizar uma clínica na qual o sujeito é o protagonista que transmite um saber sobre o seu sofrimento, deixa de lado, etiquetas diagnósticas que amíúde enquadram e silenciam o indivíduo, fato que, em certa medida, explica o porquê de seu tratamento em empreender pesquisas sobre psicopatia.

Freud discute a questão em três tempos lógicos em sua obra: o primeiro seria o instante do olhar, nesse momento se percebe que há algo de diferente daquilo que a comunidade científica da época pregava em relação a perversão, esse tempo descrito por Freud é encontrado em seu texto em 1905, três ensaios sobre a teoria da sexualidade, distinguindo a perversão sexual da perversidade encontrada no ser humano. O segundo, mostra o tempo para compreender uma mudança significativa no desenvolvimento teórico do pensamento referente a neurose e a perversão. Evidenciado em um estudo baseado na gênese das

perversões, através do texto *Bate-se numa criança: uma contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais*, de 1919.

O terceiro tempo seria o momento de concluir, nesse Freud amplia suas concepções sobre o fetichismo com a publicação de um texto intitulado, com o mesmo nome, *Fetichismo* (1927). Nesse momento, através do seu estudo, a perversão ganha o espaço na categoria clínica, sendo somada a outros dois termos: neurose e psicose.

Assim, a perversão não é só uma questão de infração da lei, mas refere-se a um desejo nítido, ao modo como nos colocamos e situamos o outro diante do que fazemos. Seguindo a trilha freudiana, podemos dizer que o conceito definidor da perversão é o desmentido que o sujeito opera sobre a angústia de castração. (ROSÁRIO; NETO, 2004)

Ou seja, para Freud a perversão é uma estrutura psíquica, pois que ninguém nasce perverso, mas, sim, converte-se em um, herdando de uma história do coletivo ou singular com misturas de outros fatores como educação, inconsciente e traumas. A variante de como essa perversão irá se manifestar dependerá de como cada sujeito irá lidar com a perversão que carrega dentro de si: rebelião, superação ou seu extremo crime e autodestruição.

Os neuróticos, ou seja, os não perversos ou psicóticos se adequam às exigências do ego em relação às exigências socialmente aceitas do meio externo, evitando conteúdos conflitantes. No perverso, o ego fica dominado pelo id (nossos impulsos primários, destruidores e instintivos) rejeita-se a realidade e cria-se uma substituta, aquela que o indivíduo perverso quer, propiciando desta maneira as alucinações e os delírios. Na perversão o desejo aparece como vontade de gozo e o ato é praticado geralmente como vitorioso, isento de culpa. O perverso sabe o que quer, enquanto o neurótico reprime esse desejo. (FERREIRA; MENEZES,2011)

Representações sociais: A teoria de Serge Moscovici

A teoria das Representações Sociais originou-se na Europa, especificamente, na França, com a representação social da Psicanálise (1961). Moscovici iniciou seu trabalho analisando as representações dos franceses sobre a psicanálise. Seu objetivo central com esse estudo era observar como

uma nova área de conhecimento se desenvolvia e como seria seu impacto para as pessoas.

Os resultados mostram que algumas atitudes ou reações possibilitam dizer que um indivíduo é neurótico, recalcado ou complexado, visto que estes são termos psicanalíticos, demonstrando a participação ativa das representações sociais.

Ou seja, a partir de um conceito surge uma série de valores que adquirem um caráter simbólico e remetem a uma determinada realidade. A representação social é um ensaio para uma ação, construindo os elementos do meio para que um determinado comportamento tenha um lugar.

Durkheim (1978) foi o primeiro que trabalhou o conceito das representações, fazendo uma distinção entre representações individuais e coletivas. As representações sociais individuais estariam no campo da Psicologia enquanto que as representações sociais coletivas fariam parte do estudo da Sociologia.

As representações coletivas se referem, portanto, em como a sociedade se manifesta sobre sua realidade ou determinada categoria de pensamento, ligada a fatos sociais. De acordo com a visão de Durkheim temos presente em cada um de nós a representação individual e a coletiva.

O individual se refere aos estados mentais de nós mesmos, a fatos de nossa vida pessoal enquanto que o ser social compõe um sistema de ideias, sentimentos e hábitos que traduzem o grupo ao qual fazemos parte, ou seja, as crenças religiosas, as tradições culturais, profissionais, as opiniões coletivas.

Portanto, o modelo de representação social, segundo Moscovici, parte do pressuposto que a imagem mental que temos sobre determinado comportamento, que pode ser entendido como crenças, modelo, ideias, não se distancia da opinião individual presente em cada um.

Diante do exposto, pode-se afirmar que as representações sociais são as teorias do senso comum, são os saberes construídos na cotidianidade, sem embasamento teórico e que se reproduzem em determinado tempo histórico, baseadas apenas na aparência que as coisas, pessoas possuem e apresentam.

Moscovici (1978) explica que formar uma representação do conhecimento é animá-lo de duas formas. Primeiro, vinculando-o a um sistema de valores, de noções práticas que confere aos indivíduos as formas de se orientarem no meio

social e material e o dominarem. Essa também é a função da memória coletiva, que aglutina em torno de si valores, noções práticas que permitem o reconhecimento de uma identidade cultural. Em segundo lugar, propondo-o aos membros de uma comunidade a título de veículo para suas trocas e de códigos para denominar e classificar de maneira clara as partes do seu mundo, de sua história individual ou coletiva.

Moscovici (1978) conclui que as representações sociais constituem um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social e inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação. (SARDENBERG, 2011)

No que tange as representações sociais sobre a psicopatia, vemos que o senso comum acaba estereotipando todos aqueles que possuem algum tipo de doença psíquica. De acordo com Moscovici, “nós percebemos o mundo tal como é e todas nossas percepções, ideias e atribuições são respostas a estímulos do ambiente físico ou quase-físico, em que nós vivemos”. (p.30)

Vale destacar ainda, conforme Sardenberg (2003), que a realidade “é de produção social, consolidada pelo próprio imaginário social que vai sendo internalizado na medida em que, também, vai sendo vivenciado, captando e fixando aspectos fenomênicos da realidade através das noções criadas por intermédio das representações”.

Não sem razão, o senso comum não distinguir as diferenças que são vistas e analisadas pela ciência.

Considerações Finais

Conclui-se que, diante do exposto, sendo as representações sociais teorias do senso comum, estas são criadas, muitas vezes, sem embasamento científico ou teórico a respeito de um assunto específico, se perpetua ao longo dos anos.

Essa propagação de uma imagem única e específica a respeito de alguém ou de alguma coisa contribui para a construção de preconceitos – estereótipos – que não geram soluções ou desvelamento sobre questões lançadas no cotidiano, visto que tudo possui uma imagem, inclusive, imagens relacionadas ao conceito de psicopatia.

A conceituação de uma imagem por um estereótipo contribui, sobremaneira, para uma maior dificuldade de percepção da essência, da coisa

em si, obstaculizando a prevenção contra, efetivamente, aqueles que têm a psicopatia ou personalidade psicopática. Até porque, na maioria das vezes, os sujeitos que mais se distanciam de características relacionadas à agressividade e impulsividade e que, também, transitam pelo extremo oposto se apresentando como pessoas muito amáveis, prestativas e envolventes podem ser os mais perigosos e, justamente, por se adaptarem sem grandes problemas por diferentes meios, não geram desconfianças. Isto, ainda, somado a falta de pudor e culpa.

Portanto, cada vez mais se faz necessário políticas públicas, com conteúdo sobre o assunto para um maior esclarecimento da população leiga.

Referências

- ALONSO-FERNANDEZ, F. *Fundamentos de la psiquiatria actual*. Madrid, Paz Montalvo, 1972.
- BIRMAN, J. *A psiquiatria e o discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- BERCHERIE, P *Los fundamentos de la clínica*, Buenos Aires, Manantial,1986.
- CLECKLEY, H, *The Mask of Sanity* .5 ed. Augusta, Emily S. Cleckly,1988.
- DUPRÉ, E, *Les perversions instinctives*, Paris,Masson, 1912.
- DURKHEIM, É , *Las formas elementales de la vida religiosa*, Madrid, Akal, 1982.
- ESQUIRINOL, J, É *Des maladies mentales*, Paris,J-B.Bailliére, 1828.
- DURKHEIM, E. *Sociologia e filosofia* São Paulo, Ícone, p.50, 1994. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, e Steven Lukes, “*Bases para a interpretação de Durkheim*”, em Conh, G (org.), *Para ler os clássicos* Rio de Janeiro/São Paulo, Livros Técnicos e Científicos, 1977, pp. 15-46, 1977,1895.
- FERREIRA, S. M. S. *Sobre o inconsciente a partir da teoria da sedução generalizada*. Cadernos de Psicologia. Belo Horizonte: UFMG, v.7, n. 1, p. 137 153, dez. 1997.
- FREUD, S. *Obras completas de S. Freud*. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1996.
- FREUD, “*Recordar, repetir e elaborar*”, v. XII, p.161-171, 1914.
- FREUD, *Criminosos em consequência de um sentimento de culpa*. Ed. standard das obras Feud, 1916.

- FREUD, “*Além do princípio do prazer*”. Ed. Imago, v. XVIII, p.13-75,1920.
- FREUD, *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Ed. Imago, 1905, 1978.
- HARE, R. D. *Psychopathy and Antisocial Personality Disorder: a case of diagnostic confusion*. *Psychiatric Times*, v. 13, n. 2, p. 39-40, 1996.
- KOCH R. *Zur Aetiologie des Milzbrandes*. Mitteilungen aus dem Kaiserliche Gesundheitsamte, 1881.
- KOCH R. *Die Aetiologie der Milzbrand-Krankheit*, begründet auf die Entwicklungsgeschichte des Bacillus anthracis. Beiträge zur Biologie der Pflanzen. ; 1:277–308, 1876.
- KOCH R. *Lecture at the first conference for discussion of the cholera question* In: Carter KC, editor. *Essays of Robert Koch*. Westport: Greenwood Press; 1987.
- MOREL, B. A. *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l’espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés malades*. Paris: Baillière, 1857.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- PASCAL, B, *Pensamentos*, Buenos Aires, Losada, 1879.
- PINEL Ph. *Traité médico-philosophique sur l’alienation mentale*. Paris: Brosson, 2ª edição, 1809.
- PINEL, P. *Traité médico-philosophique sur l’aliénation mentale*. 1ère Edition.Paris, Richard, 1800.
- PINEL, P. *Traité médico-philosophique sur l’aliénation mentale*. 2ème Edition. Paris, Les empêcheurs de penser en rond. (Original published 1809.) Henriques, 2009.
- PIAGET, J. *La Naissance" de l'intelligence chez l'enfant*. Neuchatel, Delachaux et Niestlé, 1966.
- ROUDINESCO, E. *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000
- ROSARIO, Â. B. do. (2010). *Grupo com adolescentes em privação de liberdade: circulação da palavra como possibilidade de ressignificação do ato infracional*. *Revista da SPAGESP – Sociedade de psicoterapias analíticas grupais do estado de São Paulo*, 11(1), 66-76. Recuperado em 13 junho, 2013,
- SCHNEIDER, K, *Las personalidades psicopáticas*, Madrid,Morata, 1962.
- SANTOS, João. *Prevenir a Doença e Promover a Saúde*. Organização: Paula Grijó, 2014.
- SANTOS MAIA LOBO. Lisboa: *Coisas de Ler*, 2013.
- SANTOS, João. *A Casa da Praia: o psicanalista na escola*. 4ª edição. Lisboa: Livros.

- SARDENBERG, H. P. *Uma cidade partida: Itacaré e os dilemas da desterritorialização pelo turismo*. 2011. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- SARDENBERG, Helenice P. Cotidianidade, memória e representações Sociais. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio B. (Org.) *América plural: caminhos da latinidade*. Rio de Janeiro: ABE Graph, 2003.
- SILVA, JOSE HENRIQUE P. e ; *A contra-transferência e os processos psíquicos do analista durante a análise*. São Paulo: Centro de Estudos Psicanalíticos, 2010.
- SCHNEIDER, K. *Las personalidades psicopáticas*. Madrid, Morata, 1948. Zac, J. El impostor. *Revista de Psicanálises*, 1964. Psicopatía. Buenos Aires, Kargieman, 1977.
- SCHNEIDER, K. *Psicopatología clínica*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- ZAC, J (1964), ``O impostor. Contribuição ao estudo das psicopatias´´. *Revista de psicanálises*, t.1, 1964.

A FORMAÇÃO DO LATIFÚNDIO NO BRASIL E A REFORMA AGRÁRIA: REFLEXÕES A PARTIR DO ASSENTAMENTO PAPUAM II DE ABELARDO LUZ/SC¹

Jordan Brasil dos Santos

Mestrando em História pelo Programa de Pós Graduação – UFFS - Chapecó/SC

O presente artigo tem por objetivo analisar a formação e consolidação do latifúndio no Brasil através das políticas públicas que o Estado executou ou não. Ao mesmo tempo, de que maneira, essas ações, impactaram a distribuição de terras no país, acentuando as desigualdades sociais, econômicas. Conectado a isso, acentua-se o êxodo rural, as dificuldades de produção e a mecanização do campo, fatores que originaram a luta dos camponeses pela posse da terra, em atrito com os grandes proprietários. Através das lutas surge um movimento nacional, o MST, que unificará as pautas, transformando a vida de muitas pessoas que lutavam pelo seu pedaço de terra, para produzir, caracterizando um movimento Nacional. O objeto de análise será o assentamento Papuan II, na cidade do oeste de Santa Catarina, Abelardo Luz, mais especificamente a família Lavrati, e como esse assentamento, através do MST, conseguiu criar focos de novos modelos de desenvolvimento econômico, sendo assim, uma possibilidade de re-pensar o modelo econômico que a agricultura está inserida.

A consolidação dos latifúndios no Brasil

A desigualdade na distribuição de terras no Brasil é histórica, com a abolição da escravidão em 1888, o país precisava de mão de obra para substituir os escravos e começou a expropriação do trabalhador, a exemplo os camponeses, caboclos, dentre outras minorias. Com o modelo de produção escravista, as colônias portuguesas adotaram o sistema de sesmarias, que é um

¹ Artigo apresentado à disciplina de Processo de desenvolvimento socioeconômico da Fronteira Sul ministrada pelo Dr^o. Humberto José da Rocha e Dr^a Monica Hass.

modelo de grandes propriedades, segundo Maestri (2012) as sesmarias eram propriedades de cerca de uns 13 mil hectares de terra e a posse das sesmarias garantiu o domínio latifundiário da propriedade, local da exploração da mão de obra escravizada.

Segundo Linhares e Silva (1999), os liberais (como Ruy Barbosa, o então ministro das finanças na época de 1889 e 1891) tinham uma concepção de mundo agrário influenciada pelas experiências de países novos e de fronteiras abertas. Houve no país, nos primeiros anos da República, um projeto modernizador e progressista, rompendo com o passado colonial, implantando um novo padrão de desenvolvimento agrário, a via *farmer*. Linhares e Silva (1999, p. 72) afirmam que os liberais propuseram essa via que consistia em “a terra seria totalmente mercantilizada pelo capital que lhe atribuiria um preço (e não um valor: valor seria própria das mercadorias produzidas pelo trabalho humano; ora, a terra não é produzida, logo não é mercadoria).” Mas, esse projeto foi derrotado pela elite plantacionista. Para essa elite a intangibilidade da propriedade fundiária era o que substituíria a escravidão, tal concepção representava: “não ao imposto territorial e a qualquer cadastro que o viabilizasse e não a qualquer programa de distribuição de terras para os libertos, pobres e imigrantes.” (LINHARES; SILVA, 1999, p. 74). A hegemonia da elite plantacionista era fechar por completo o acesso a terra pelas camadas mais pobres.

Não houve políticas fundiárias para os escravos libertos, mas a União começou após 1850 com a Lei de Terras (que consolida a concentração de terras), a passar para os estados e para particulares (grande posseiros com grandes quantidades de terras) a transferência de patrimônio fundiário, com isso aumentou consideravelmente “os ‘grilos’ e as posses irregulares e continuou o processo de passagem das terras devolutas para o domínio privado, sem controle dos poderes públicos e sem que estes manifestassem grande preocupação com o uso anti-social das terras apropriadas.” (SILVA, 1997, p. 17). Isso se torna o principal momento da construção dos latifúndios no país. Para Silva (1997) a multiplicação dos latifúndios improdutivos se deu pela ausência de uma legislação que regulasse o acesso a terra durante a independência até 1850. Em 1913, com a revisão da lei de terras (cada Estado brasileiros adotou tempos diferentes para lidar com a regularização fundiária),

passou reconhecer a titulação da posse da terra não somente pela compra, mas agora, outros meios seriam válidos como a invasão das terras devolutas. O governo federal legitimou a ocupação pelos grandes latifundiários ao acesso da terra. A Era Vargas foi essencial para a mudança de alguns aspectos no campo e para o surgimento da questão agrária.

O modelo agrário brasileiro

Ao governo federal não cabia legislar sobre a questão agrária (esse era o desejo dos latifundiários brasileiros) e logo no começo da República, os grandes detentores de terras, estrategicamente, passaram a ocupar os cargos para legitimar seu pensamento elitista. A república velha fica então: “como um período marcado pela hegemonia agrário-exportadora, de violenta exploração de camponeses e trabalhadores rurais.” (LINHARES; SILVA, 1999, p.97)

O estado novo traz importantes mudanças para a questão agrária, a política desenvolvimentista de Vargas se mostra necessária para fortalecer o mercado interno, pois era o “primeiro patamar para o desenvolvimento econômico, e ao mesmo tempo, como defesa contra os efeitos adversos das flutuações econômicas internacionais.” (LINHARES; SILVA, 1999, p.108). O campo brasileiro deveria atender a esse novo momento econômico do país onde houve uma substituição das importações e a solidificação do modelo fordista de produção, impulsionando a liberação do trabalhador rural do plantacionismo e instituindo uma nova organização fabril. De acordo com Linhares; Silva (1999) não era o melhor projeto político, mas não poderia entrar em conflito com muitos interesses de uma vez só, e isso gerou uma base fabril e camponesa. Trazendo os trabalhadores urbanos para o centro do debate, o campo entraria pela transversal, não ocupando o centro das atenções.

Por isso, consolidou-se a grande crítica ao modelo agro-exportador, para resolvê-la, era necessária uma intervenção estatal nessa situação, as ações ocorriam principalmente na questão de povoar áreas de fronteiras, interligando-as através de uma rede viária, viabilizando a expansão da fronteira econômica. O Estado Novo incentivou e favoreceu os projetos de colonização e não concretizou a ideia de uma reforma agrária.

De acordo com Linhares; Silva (1999) a partilha de terras da União e a Colonização criaram uma resistência por parte da elite agrária que estavam contrariadas com essas políticas do governo Vargas. Colocar o campo como uma questão importante para o desenvolvimento econômico do País fez nascer o debate da questão agrária. Com diversas leis, o Estado começa a exigir os títulos de posse, por parte dos latifundiários, que invadira as terras públicas. Com isso a expansão dos latifúndios estava limitada e a produção dos pequenos produtores era incentivada nas regiões de fronteira, “mas abstinha-se de promover, no conjunto do país, a modernização da estrutura agrária ou mesmo uma reforma agrária, deixando, assim, o latifúndio tradicional intocável.” (LINHARES; SILVA, 1999, p.129). A economia foi claramente modificada pelas políticas agrárias de Vargas, quase todas essas medidas foram revogadas na constituinte de 1946, deixando muitos camponeses em situação precária e os latifundiários puderam reconquistar o espaço perdido com a legislação de Vargas.

Houve, no pós-guerra, uma inversão populacional com um grande êxodo rural. Esse êxodo rural se deu em boa parte porque os problemas eram muitos entre eles como os “problemas decorrentes do monopólio da terra, na precariedade da vida no campo e na falta de oportunidades, principalmente de emprego, no setor agrícola.” (LINHARES; SILVA, 1999, p.151). E por isso o campo sofreria mudanças irreversíveis, de acordo com Linhares; Silva (1999), como o assalariamento da população rural (maior parte trabalhadores temporários e bóias frias) geralmente de pessoas que moram nas periferias das cidades e vão ao campo para trabalhar.

Em 1960, o latifúndio era muito inexpressivo economicamente para a nação, “as pequenas propriedades concentravam o grosso do número de trabalhadores e respondiam pela maior parte da produção, em especial de alimentos, enquanto o latifúndio pouco representava economicamente para o país.” (LINHARES; SILVA, 1999, p.171). Isso gera uma profunda crise de abastecimento de alimentos no país. Nos anos de chumbo dos governos militares, o latifúndio ganhou força, pois era expressamente proibida qualquer iniciativa em favor da reforma agrária, com isso, os latifundiários começaram a explorar ‘livremente’ as terras e o trabalho agrícola. Deu-se uma resposta técnica a questão da agricultura com mais incentivos financeiros e isso

modifica, novamente, a questão do campo no país. O novo padrão econômico, com a ascensão do liberalismo e do *agribusiness*, visava, para o campo, o acesso a financiamento e insumos, aumentando a produtividade e o uso de defensivos químicos. A década de 1980 foi marcada por um novo ciclo de protestos que mudaria novamente a questão da reforma agrária e a vida no campo.

A luta pela reforma agrária

As lutas camponesas, no Brasil, pelo acesso a terra começam a partir da década de 1950, em 1960 no Rio Grande do Sul, funda-se um dos primeiros núcleos do Movimento dos Agricultores Sem Terra – Master, esse movimento passa então a reunir grupos de trabalhadores sem terra para pensar e planejar acampamentos, tentando pressionar pela desapropriação de latifúndios da região. Em 1962 começa os primeiros acampamentos no Rio Grande do Sul. A partir de então, a próxima atuação da luta pela terra que o movimento fez, foi em 1979 no Norte Gaúcho (Ronda Alta) e em 1981 em Encruzilhada Natalino, mesmo em período ditatorial os agricultores sem terras reuniram-se em torno de 15.000 mil pessoas.

Com os governos militares, apoiado pelos latifundiários, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi submetida ao controle do Estado. De acordo com Carter (2010) o governo promulga uma lei de reforma agrária com alguns avanços, mas com o objetivo de incentivar a colonização na Amazônia. Mas isso, “proporcionou aos defensores da reforma – em especial a CONTAG, a Igreja e os líderes dos partidos de oposição – uma plataforma jurídica para a defesa dos posseiros e para a reivindicação em favor da distribuição de terras.” (CARTER, 2010, p. 38)

A década de 1980 marca um novo momento na história do país. O novo ciclo de oportunidades faz com que em 1984 surja o MST – Movimento Sem Terra, num encontro nacional em Cascavel/PR. Em 1985 ocorre o 1º Congresso Nacional do MST, onde foi um marco no movimento, pois, dele ocorrem as políticas de atuação. A partir de então, as ocupações tornam-se necessárias. Percebem-se os impactos oriundos da institucionalização do movimento, segundo site oficial, já em maio de 2015 ocorreram 12 ocupações

com 2.500 famílias em Santa Catarina e em Outubro do mesmo ano, no Rio Grande do Sul, houve a ocupação da Fazenda Anoni, no mesmo ano houve a eleição do primeiro presidente civil após 21 anos de governos militares. Sarney foi eleito com a pauta da reforma agrária, mas só cumpriu 6% da meta do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) no final de seu mandato.

Os anos de 1990 começam com a eleição de Collor em 1989 e com o aumento da repressão contra agricultores e agricultoras sem terras que estavam na luta pela reforma agrária. Em 1994 sobe ao poder Fernando Henrique Cardoso e junto com ele a política liberal toma conta do país. Isso acarretou na expulsão dos agricultores endividados das suas terras, os bancos tomavam posse das terras em troca da quitação das dívidas. O empobrecimento da população rural foi acentuado. Os anos 90 foram intensos na luta pela reforma agrária, muitas marchas foram realizadas na intenção de mostrar a desigualdade social e de distribuição das terras no país e alguns massacres foram empreendidos contra os trabalhadores rurais: Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996).

Em 2002 houve a eleição de Lula à presidência da República e com ele a expectativa de intensificar a reforma agrária no país. Mas, os pequenos produtores continuaram sofrendo. Nesse contexto “o MST não é só um fenômeno rural. Assomando por trás das suas marchas disciplinadas e o brilho das suas bandeiras vermelhas, há um fantasma que desafia as desigualdades seculares do Brasil.” (CARTER, 2010, p. 37)

De acordo com os dados do INCRA, disponibilizados no seu sítio na internet, depreende-se a evolução das famílias assentadas e a grande evolução nos anos de 1998 passando de 100 mil famílias assentadas. Mas, nos anos seguintes houve um declínio, voltando a crescer nos anos de 2004 em diante, e após 2008 nota-se uma redução gradativa na quantidade de famílias assentadas, chegando em 2016 com apenas 1.686 famílias assentadas, o menor número dessa série disponibilizada pelo INCRA. No período de 2002 a 2016, têm-se dois governos progressistas, Lula e Dilma, e nesse período, percebe-se que o MST esteve de certa forma, mais contido, porque muitas lideranças do movimento foram ao governo e isso gerou uma compreensão de que era possível concretizar, eficazmente, a reforma agrária, mas não foi o que aconteceu. Além disso, os governos do PT ampliaram as classes médias

urbanas, priorizaram pelos incentivos aos setores: da indústria e de serviços, e os pequenos agricultores sofreram mais desvalorização ainda, pois optavam pela industrialização (e com isso, a prática de monoculturas) ou tinham dificuldades de obter créditos e investimentos. A reforma agrária é essencial para que novos modelos de economias se desenvolvam. As privações e a necessidade de subsistência fazem com que as famílias assentadas desenvolvam novas formas de organização econômica e social. Esse é o caso do assentamento Papuan II em Abelardo Luz/SC.

A reforma agrária e assentamentos

Após um período de mecanização da agricultura, “a revolução verde”, provocou o aumento da migração campo/cidade, pois os agricultores não conseguiam entrar nessa nova lógica de grandes investimentos tecnológicos, e os que permaneceram no campo “foram incluídos numa relação capitalista de trabalho”. (BAVARESCO, 2003). A suinocultura e a avicultura eram as principais atividades das famílias. A crise teve seu apogeu quando em 1978 o governo começa a eliminar alguns suínos por medo de contaminação da peste Suína e isso forçou a saída de muitos agricultores do campo, abandonando a suinocultura. Houve alguns protestos contra essa política do governo, segundo Siqueira (2014), em 1979 reuniram-se em Chapecó 20 mil agricultores. Isso foi o estopim para a criação, na região, de movimentos sociais importantes como o MST.

Nesse momento está surgindo no seio da Igreja Católica a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que começa a organizar trabalhos junto com os agricultores e isso incomoda os latifundiários. Os encontros de formação da CPT, dos sindicatos, dos partidos políticos, a criação do MST nacional e os exemplos de ocupações já feitas pelos agricultores, fizeram com que o dia 25 de maio de 1985 ficasse marcado pelas ocupações realizadas em diversas cidades do estado, inclusive em Abelardo Luz.

Segundo Fabrini (2002) a ocupação da terra é uma etapa deste processo, o assentamento, é uma etapa posterior a ocupação e é a materialização desse espaço, e a partir da conquista da terra que é possível construir novas relações sociais e econômicas. Um assentamento não surge por iniciativa do governo

ou dos grandes latifundiários, mas, segundo Sauer (2005), ele é fruto dos conflitos e lutas das pessoas pelo direito de acesso a terra.

Apesar de muitos avanços, na quantidade de propriedade adquirida pelo governo para a reforma agrária, ainda existe muito a avançar quando se fala em quantidade de famílias assentadas. De acordo com dados disponibilizados pelo INCRA, em seu site oficial, percebe-se a quantidade de famílias assentadas no período de 1994 a 2016, o estado do Pará é o que mais teve famílias assentadas com 22,85% do total de assentados, já o estado de Santa Catarina está com apenas 0,62% das famílias assentadas no país. Isso revela a quantidade de avanço que ainda precisa ser conquistada. O estado com menor quantidade de famílias assentadas é o Espírito Santo com 0,46% do total.

A cidade de Abelardo Luz tem a sua economia baseada na agropecuária (produção de milho, soja e gado de corte), e nos assentamentos da reforma agrária o leite é um dos principais produtos produzidos. Sua abrangência territorial é de aproximadamente 955,37 km², o município é um dos que mais possuem assentamentos da reforma agrária, 23 ao total (Siqueira, 2014) e os assentamentos representam aproximadamente 47% da população do município. (REYDON; ESCOBAR; BERTO, 2007) A primeira ocupação deu-se na fazenda de Papuan e após na fazenda Sandra. De acordo com Reydon; Escobar; Berto (2007), o assentamento Papuan II foi criado em 1987 com 890 ha de terra com aproximadamente 63 famílias.

Formas de organização econômica do assentamento Papuan II

A luta não era somente pela conquista da terra, mas era necessário focar atenção também, para as ações que as pessoas iam desempenhar sobre ela, a produção agrícola nos assentamentos “passou a ser entendida como uma forma de sustentação do projeto político dos sem-terra.” FABRINI, 2002, p. 86. As famílias que formam o assentamento Papuan II possuem diversas origens e isso é um fator importante para entender a forma de organização que o movimento deseja, pois muitos não possuem uma consciência corporativa e tem dificuldades com as atividades coletivas. De acordo com Fabrini (2002) o MST acredita que no processo de produção camponesa é que se firma uma consciência corporativa e coletiva, ele afirma também, que deve haver uma

força que une e torna coesa a participação política dos camponeses, essa força vem através das cooperativas, com a economia solidária.

A economia solidária, de acordo com Carvalho (2011), é uma tentativa de responder as constantes mudanças do mercado de trabalho, pautado numa nova forma de desenvolvimento econômico, convivendo com o capitalismo e respondendo as mazelas que dele surgem. O objetivo principal da economia solidária é conciliar o crescimento econômico com o desenvolvimento humano. Para a Carvalho (2011, p. 12) é importante estar atento a uma questão importante a de que nem todos os empreendimentos podem ser considerados economia solidária, mas somente os que possuem um “referencial ideológico e sua inserção em um movimento político anticapitalista mais amplo”, pois o capitalismo necessita adaptar-se para continuar a sua exploração da mais-valia, ela continua “ainda assim, formas com um viés anticapitalista ainda dependem, estando no interior da sociedade capitalista, do mercado capitalista e, mais ainda, quanto maior a magnitude produtiva, maior a sua inserção no mercado”, mas mesmo estando nesse processo ainda permanece “a consciência de classe e a capacidade de mobilização dos trabalhadores.”

Para Singer, teórico da economia solidária, o cooperativismo é merecedor de grande cuidado, pois, para o autor a economia solidária é anticapitalista. Segundo Carvalho, (2011, p. 5) a economia solidária “possui suas raízes históricas no século XIX, a partir do advento do cooperativismo – entendido pelo autor como um modo de produção alternativo ao capitalismo.” Esse modelo de produção está inserido no capitalismo, graças aos vácuos deixados pelo capitalismo. Então, a economia solidária na visão de Singer é uma alternativa “superior ao capitalismo, como se pode perceber, moralmente.” (CARVALHO, 2011, p.6)

A economia solidária nasce frente às desigualdades sociais existentes e para mostrar que é possível ofertar e demandar produtos “para além do circuito do mercado (capitalista), pois a sociedade atual é plural e permite a convivência de modelos econômicos (e políticos) diversos.” (CARVALHO, 2011, p.11). Mas, segundo Carvalho (2011), apesar dos eixos estruturantes da economia solidária como a valorização das identidades humanas, esse projeto não busca a transformação das formas de dominação política e econômica. Ela

não apresenta alternativas reais para além do capitalismo, porque em muitos casos a economia solidária está voltada para a subsistência, incentivando ainda mais as relações capitalistas de produção (precarização da mão de obra) e a desigualdade social.

De acordo com o relato da família Lavrati percebe-se a tentativa de trabalho coletivo desde o início do assentamento, “[...] chegamos em 93 [...] já tava encaminhado o assentamento, as famílias, aí quando a gente chegou a gente entrou junto com o grupo da família, na mesma família, nós éramos em seis, [...]a gente trabalhava tudo junto, trabalhava com a fitinha né pra serrar as madeiras, [...]. Eliane Lavrati ainda continua afirmando que as primeiras compras de infra-estrutura foram possíveis graças a união financeira das famílias “[...]com o dinheiro que veio pra comprar as casas, a gente usou, juntou de todas as famílias do grupo e comprou essa fitinha, essa serra fita, então a gente serrou a madeira pras casas do grupo e pras casas das pessoas também, dos outros demais assentados.” Solange Lavrati afirma ainda que “quando nós viemos, [...] então era só mato, não tinha nada de propriedade, [...] em 96 que a gente fez, que o INCRA nós dividiu os lotes pras famílias então ai gente começou trabalhar, mas naquela época essas terras não produziam nada [...] porque era uma terra muito ácida, [...]” as dificuldades iniciais ainda marcam a vida dos assentados, como afirma Solange sobre os primeiros anos no assentamento, “[...]então os primeiros anos foram bem difíceis aqui.” Para Eliana Lavrati, tinha também a questão da baixa renda, no começo, do assentamento “[...] não sobrava muito né porque a terra também não produzia, até inclusive nós trabalhava de bóia fria no começo, nós saia daqui nós ia limpar soja que antigamente não usava veneno.”

O trabalho coletivo nos assentamentos é a forma de resistência que eles desenvolvem, pois ela é fruto de uma consciência coletiva de que o modelo de produção deve ser diferente. Frabrini (2002, p.90) acredita que “a consciência coletiva camponesa é construída no processo de enfrentamentos com o capital e os proprietários de terra. A raiz camponesa dos sem-terra é que sustenta sua disponibilidade de luta.” Essa consciência coletiva está presente em quase todos os assentamentos. Em Papuan II era esse grupo de sete famílias (todos os homens eram irmãos) que trabalhavam juntos: produziam e repartiam o valor das vendas. Solange afirma, em sua entrevista, que “[...] a gente sempre

produziu todo mundo junto né. [...] Sete. Seis no caso, mas depois sete famílias que daí depois logo em seguida eles vieram né [Família da Eliana.]” E esse processo, de trabalho coletivo, começou ainda no acampamento “[...] quando nós tava no acampamento, a gente já se organizou por núcleo eles diziam, então nós era um núcleo de famílias então desde lá a gente já veio com essa ideia que quando a gente tinha terra a gente ia trabalhar todo mundo junto [...].

O processo de luta faz com que as famílias e os grupos de assentados estejam unidos, não só pela produção agrícola, mas pela identidade construída no processo de luta. O grupo, segundo Fabrini (2002, p.90), não é somente um espaço de produção agrícola, mas, também um espaço de construção da identidade política que é símbolo de resistência ao capitalismo. É a “identidade política e social construída na trajetória de lutas dos assentados que forma a coesão nos núcleos e grupos de assentados que caracterizam o território camponês no espaço dos assentamentos.”

As limitações de créditos e também de tecnologias dificultavam ainda mais, a vida dos assentados, para superar isso o papel do grupo foi fundamental, forjaram na luta, a sua identidade. A união na produção é a forma ideal para MST, que seja incentivada a economia solidária como prática dos assentamentos. Para Solange a consciência veio das experiências da vida [...] a gente começou a aprender que o trabalho coletivo ia ser melhor, porque cada um compra um trator não tinha condições, mas se nós juntasse mais famílias, com o recurso que vinha nós conseguia compra um trator, e a trabalhar os sete lotes das sete famílias, [...]” Bruna Lavrati, afirma que “[...] eu acho que fez o grupo durar bastante tempo é você sempre pensar no coletivo, não pensar no individual, se fosse pensar só na família individual, no crescimento individual eles iam ter vamo dize, dispor dum salário maior durante o mês e iam investir menos na produção [...]” ela continua sua análise sobre o trabalho coletivo na família afirmando que só o trabalho coletivo possibilita maior investimento “[...] aí como o pessoal vai ficando mais velhinho é [choro] vai precisar de mais maquinário pra não fazer tanta força, [...] então que isso precisa de investimento, e se você não pensa no coletivo e você pensa no individual vai se acabando com o tempo.”

Sauer (2005) afirma que a tendência é focar no trabalho e na produção individualizados, até porque isso exige pouco investimento. Em Papuan II não foi diferente, esse grupo de 7 famílias, ficaram apenas 2 famílias que tinham um projeto de trabalho e produção coletiva, “[...] hoje a gente tá só em duas famílias, [...] a gente pensou só nos casais, naquela época nós tinha eles [os filhos] pequeno, e a gente não pensou né, no financeiro dos filhos, e por esse motivo que eu acredito que as famílias que se afastaram do grupo [...]” essa percepção da Solange Lavrati, é importante, pois ela afirma que uns dos motivos, da saída das outras famílias, era a renda para o filhos, mas a própria Eliane afirma em outro momento que “[...] porque iam em busca de mais, sobrevivência dava, mas queriam ir em busca de mais. [...] buscar um capital maior, foi por isso que as pessoas resolveram se retirar dali.”

A lógica por trás da desistência de viver um processo coletivo se dá pela intenção de trabalhar individualmente, na mesma lógica de produção capitalista. As famílias que permaneceram na terra vivendo de forma coletiva afirmam que mesmo vivendo dessa forma foi possível dar estudos e outras possibilidades para os filhos. Na fala da Eliane e da Solange Lavrati encontram-se muitos aspectos que reafirmam essa ideia de que o coletivo favorece a família como um todo, Solange afirma que “[...] hoje temos só uma companheira nossa que é a Bruna que trabalha aqui [...] então meu filho até ficou um tempo depois que ele voltou do colégio dai a gente discutiu entre a gente a gente remunerou ele, [...] um salário pra ele poder também se manter ali na família, [...]” Para Eliane “[...] as outras filhas [...] uma estuda em Cuba então a gente ajuda ela pra se manter lá né na alimentação e alguma coisa extra que precisa [...] e a que estuda e trabalha também na Austrália dai já é casada, já tem o salário dela já se sustenta né, [...]”

Um dos grandes problemas da agricultura, atualmente é a sucessão familiar. A juventude está saindo em direção à cidade para estudar e trabalhar e não retorna para o campo. Os principais motivos, para não retornar para o campo, é a quantidade de trabalho e baixa remuneração da mão de obra. Eliane afirma que o trabalho é feito em conjunto com as duas famílias, [...] então, na lavoura, o piquete, plantagem de pasto, milho, silagem essas coisas de lavoura mesmo é só os homens né, só os dois homens, e no tira o leite, fazer a ordenha, de manhã cedo é o casal e no final da tarde, nós duas

mulheres ou três conforme precisa né. [...]”, isso é essencial para a continuidade da produção, pois as famílias que vivem na campo, no oeste de Santa Catarina, possuem poucas pessoas para o trabalho e muitas atividades para serem vencidas, esse exemplo vai além do trabalho durante a semana, nos finais de semana esse modelo funciona perfeitamente, conforme relato da Eliane, “é um casal, sábado e domingo. Daí o outro casal ta livre se precisar sair ou precisar visitar um parente ou receber uma visita mais [...] futuramente devolve os dias e o salário continua o mesmo [...] cada família recebe dois mil reais todo mês [...] e o resto do dinheiro paga as dívidas”. Para o coletivo realizar suas incumbências é necessário que haja planejamento, organização e disciplina e também, que cada membro da família tenha e cumpra a sua função.

Além de cada família receber um valor como salário ainda há os investimentos que ocorrem nas duas propriedades, Eliane relata como ocorre a divisão financeira da família, “tem investimento no trator, máquinas, ordenha, [...], resfriador [...] sempre tem despesa né, semente, pasto, adubo, [...] e o restante que sobra vai pro coletivo, quando sobra alguma coisa a mais a gente divide um pouco a mais pra comprar alguma coisa diferente [...].” Se depois de pagar as despesas, retirar os salários e realizar os investimentos necessários se ainda sobrar valores esses são divididos como uma forma de “remuneração extra” para compras que são mais específicas de cada família, como afirma a Eliane, “[...] quer mudar de carro, quer compra uma máquina ou uma máquina de lavar roupa melhor, os móveis dentro de casa”. É necessário observar, que segundo GROFF; MAHEIRIE, PRIM, (2009, p. 122) pertencer ao grupo coletivo é estar envolvido além das obrigações individuais e isso, “gera compromisso e autonomia, sobrando tempo para fazer as coisas de interesse individual, pois o coletivo, quando não homogeneiza as particularidades, garante o respeito às diferenças e a racionalização do trabalho.”

A família Lavrati relata ainda a importância das políticas governamentais para o desenvolvimento do assentamento e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, para Eliane “[...] mas sempre pra gente ter essas ajuda a gente sempre foi com luta né, sempre se a gente quiser a casa, a moradia que chamam né, a gente tinha que ir pra fora, ir pra Florianópolis, ir pra Chapecó

no INCRA, ir pedir, reivindicar e daí diz que vinha e não vinha, [...]” todas as políticas que chegaram até os assentamentos foi graças as pressões populares e também ao olhar popular do governo “[...]mas sempre puxado pelo movimento, pela liderança da pastoral da terra, do movimento sem terra, por essas pessoas que tinham essa visão né, que a gente não sabia que tinha que pedir pro governo que a gente tem direito a isso, que o governo tem a obrigação de atender o povo [...].” Então, nessas lutas, como já dito anteriormente, é que se forma a identidade “[...]então por isso que ela [Solange] disse que através do movimento que abriu a nossa cabeça.” A formação da identidade favorece para o fortalecimento de novas relações sócio-econômicas.

Considerações finais

Os latifúndios no Brasil foram responsáveis pela grande exclusão social que existe e que afeta o campo e a cidade, mas não fizeram isso sozinho, pois o Estado legitimou essa prática. A maior parte dos latifúndios não produz alimentos para a população, pois são monoculturas, e geralmente plantam soja, trigo ou milho ou ainda são usadas para criar gado de corte. A agricultura familiar é responsável por boa parte da produção de gêneros alimentícios no país.

Os assentamentos são possibilidades, dentro do capitalismo, para tentar viver formas de relação econômica e social diferentes das que o capitalismo incentiva. Criando possibilidades de cultivo de alimentos agro ecológicos, e relacionando-se de forma mais harmoniosa com a natureza.

Além disso, os assentamentos sofrem uma grande discriminação por parte da população, que os rejeita e dificulta ainda mais a vida dos acampados e assentados. A mídia, em grande parte, é responsável por colocar a opinião pública contra aos acampados e assentados. Apesar das inúmeras dificuldades de organização e de conquista de vida digna, os assentados conseguem, através da luta, conquistar alguns direitos que lhes eram negados. E a partir daí, construir novas possibilidades.

O assentamento e o trabalho coletivo mudam a história toda da família e também do município onde estão inseridos. Através do processo de formação

que o MST oferece aos militantes é possível perceber que as mudanças acontecem, no pensamento e nas ações dos assentados. As perspectivas de uma produção sem uso de agrotóxico é sonhado na família entrevistada. As relações sociais, ambientais e econômicas tornam-se mais solidárias quando se percebe a necessidade de construir novas formas de organização, uma sociedade mais justa e fraterna.

Mas, nem sempre isso é uma realidade nos assentamentos, já que inseridos na lógica capitalista de produção, necessitam ser competitivos e são incentivados a ter aumentada a sua produtividade e diminuir os custos, utilizando os defensores químicos para a produção. A percepção de que o trabalho coletivo é essencial num novo modelo de produção, não é presente em todas as famílias, pois, o modelo capitalista não permite que a solidariedade seja um valor nas relações econômicas.

Referências

- ALVES, P. A. MATTEI L. F. Migrações no oeste catarinense: história e elementos explicativos. *XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*. MG, set. 2006.
- BAVARESCO, P. R. Os ciclos econômicos do extremo oeste catarinense: modernização, progresso e empobrecimento. *Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)* – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2003.
- BAVARESCO, P. R. FRANZEN, D. O. FRANZEN, T. E. Políticas de colonização no extremo oeste catarinense e seus reflexos na formação da sociedade regional. *Revista Trilhas da História*, Três Lagoas, v.3, nº5 p.86-104, jul-dez, 2013.
- CARVALHO, K. L. DE. Economia solidária como estratégia de desenvolvimento Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile. *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, Code, Ipea, 2011*.
- FABRINI, J. E. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. *Terra Livre*, Ano 18, n. 19 p. 75-94, São Paulo jul./dez. 2002.
- GOULARTI FILHO, A. A formação econômica de Santa Catarina. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 977-1007, 2002.
- GROFF, A.; MAHEIRIE, K.; PRIM, L. A Experiência de Coletivização em um Assentamento de Reforma Agrária do MST. *Psicologia Política*, vol. 9, nº17, 2009.

- INCRA. Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria>. Acesso em 4/12/2018.
- LINHARES, M. Y; SILVA, F. C. T. DA. Terra Prometida. Uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro, *Editora Campus*, 1999.
- MAESTRI, M. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, J. P. (org). A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ONGHERO, A. L. Colonização e constituição do espaço rural no oeste de Santa Catarina. *XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e diálogo Social*. Natal, RN, jul. 2013.
- PAIM, E. A. Aspectos da constituição histórica da região Oeste de Santa Catarina. *Saeculun – Revista de História*, João Pessoa, n.14, p. 121-138, 2006.
- PIMENTA, S. D. C. Identidades em trajetória: Gênero e processos emancipatórios na reforma agrária. In: WOORTMANN, E. F; HEREDIA, B; MENASHE, R (orgs). *Margarida Alves, Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. NEAD especial, Brasília. MDA, IICA, 2006.
- POLI, O. *Leituras em Movimentos Sociais*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2008.
- RADIN, J. C; VALENTINI, D. J; ZARTH, P. A. *História da Fronteira Sul*. Editora Letra e Vida, UFFS, 2015.
- SAUER, S. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Assentamentos em debate. Brasília: NEAD, 2005.
- SILVA, L. O. As leis agrárias e o latifúndio. *São Paulo em Perspectiva* 11(2), São Paulo, 1997.

“DEMOCRACIA TAMBÉM PARA AS LÉSBICAS”: O ATIVISMO DO GALF E A RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR

Julia Aleksandra Martucci Kumpere

Universidade Estadual de Campinas

Introdução

Ao longo da década de 1970, novos atores sociais começaram a ocupar espaços da política brasileira, sobretudo no contexto da redemocratização. A ditadura civil-militar já não resistia às pressões interpostas pelos novos movimentos sociais, que reagiam com inconformismo à repressão, à censura e ao conservadorismo recrudescido daqueles anos. Paralelamente, o país vivia as influências do movimento hippie, as rupturas promovidas pelo maio de 68, pela contracultura e o impacto político do movimento pelos direitos civis das pessoas negras nos EUA, entre outros, que contribuíram para criar um ambiente de ampla contestação cultural e de certo otimismo frente às mudanças pelas quais atravessava o país (MACRAE, 1990: 19-31).

Foi em oposição à ditadura no Brasil que o movimento homossexual brasileiro começou a se organizar, procurando definir um projeto de politização da homossexualidade. O presente trabalho, resultado parcial de minha pesquisa de mestrado, se propõe a analisar a trajetória do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), considerando-o uma das vozes dissidentes que se alçou contra o regime militar. As ativistas atuaram durante a década de 1980 na cidade de São Paulo, intervindo nos movimentos feminista e homossexual e inserindo-se na luta pela redemocratização do país.

Durante quase uma década as ativistas do grupo editaram um boletim, em formato tabloide, denominado Chanacomchana, no qual produziram sentidos para a lesbianidade, registraram sua militância e fomentaram debates sobre feminismo, sexualidade, militância e política. A publicação, distribuída de

mão em mão entre as lésbicas paulistanas, enviada às principais capitais do país e compartilhada com grupos estrangeiros, buscava construir, sobretudo, redes de solidariedade e apoio mútuo entre lésbicas.

Paralelamente à produção e venda do boletim, o GALF buscou articular-se com os movimentos feminista e homossexual, visando construir novas formas de atuação política. E também se inseriu nas lutas contra o autoritarismo repressivo do regime e pela redemocratização do Brasil, como veremos adiante. Neste sentido, buscaremos compreender os sentidos políticos do ativismo lésbico-feminista no contexto da redemocratização.

Uma publicação lésbica durante a ditadura?

O GALF, primeiro grupo lésbico-feminista do Brasil, surgiu no interior do Somos, o principal grupo homossexual dos anos 1970. Em 1979, as lésbicas começaram a reunir-se em um subgrupo exclusivo de mulheres, o Lésbico Feminista (LF), motivadas pela necessidade de refletir sobre as especificidades da opressão contra as lésbicas. Assumindo uma postura feminista, para as ativistas tornara-se insuficiente analisar o preconceito que sofriam a partir de uma perspectiva homossexual: era necessária uma reflexão própria, calcada na compreensão de que estavam inseridas em uma sociedade profundamente patriarcal e misógina.

No Chanacomchana n. 3 (1983), em artigo intitulado “GALF: 4 anos de atuação”, busca-se historicizar as lutas do GALF, a ruptura com o movimento homossexual e a atuação no movimento feminista. Nas palavras de Míriam Martinho, se rememora como se deu a formação do grupo exclusivo:

Nossa separação dos homens, naquela época em se supunha poder haver uma igualdade no encaminhamento das questões das lésbicas e dos bichas, foi considerada separatista, divisionista e radical (...). Mas, acontece que já naquele ano, percebíamos a grande diferença entre ser uma mulher lésbica em nossa sociedade falocrática e ser um homem bicha nessa mesma instituição. A consciência de nossa opressão enquanto mulheres, em primeiro lugar, nos levou, podemos dizer que quase naturalmente, ao feminismo e ao aprofundamento da análise da situação das mulheres num sistema que as nega constantemente enquanto sujeitos sociais, determinou nosso afastamento dos bichas e

aproximação com o movimento feminista onde também nos esperava uma batalha campal. (CHANACOMCHANA, 1983, p. 2)

Portanto, a constituição de um grupo lésbico implicou em uma postura irreverente, que rendeu muita polêmica com o movimento feminista. Segundo Patricia Lessa, as lésbicas provocavam o feminismo ao questionarem a invisibilidade lésbica, enfrentarem a lesbofobia do movimento e proporem que as vivências lésbicas enriquecem os modos de ser mulher (LESSA, 2007, p. 119).

Em maio do mesmo ano, um mês após o surgimento do LF, as lésbicas publicaram uma matéria na décima segunda edição do jornal homossexual *Lampião da Esquina*¹, sua primeira aparição em um veículo da imprensa alternativa. Em “Amor entre mulheres: elas dizem onde, quando, como e porquê”, as autoras protestaram contra o apagamento da existência lésbica, as instituições sociais que o produzem e a repressão cotidiana que sofrem. Elas afirmavam que estavam chegando “atrasadas”, não só porque o periódico já existia há um ano, mas porque “vivemos na clandestinidade”:

Nós estamos atrasadas porque temos medo, receio, cagaço mesmo de viver o que somos. Porque não construímos o espaço do nosso viver. Porque vivemos na clandestinidade. Nós estamos atrasadas, mas não queremos fazer isso virar um **mea culpa**, um muro de lamentações.

Sabemos e conhecemos a existência da repressão. E não falamos apenas daquela do camburão, do cassetete, da bomba de gás. Falamos daquela que está presente nas nossas relações na família, no emprego, com os amigos, na escola. Falamos da repressão que, pelos mais variados mecanismos – meio de comunicação, educação, religião, etc. –, nos diz o que somos ou devemos ser, querer, desejar, na tentativa de nos amoldar. Diz o que é natural, normal, certo, justo e bom para nós mulheres. (LAMPIÃO, 1979: 7)

Assim, o “atraso” das lésbicas devia-se à repressão que se expressava tanto no autoritarismo da ditadura militar, quanto nas práticas sociais e culturais reforçadas pela heterossexualidade obrigatória², que delimita os lugares

¹ Todas as edições do jornal estão disponíveis em formato digital na página do Grupo Dignidade: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>.

² A heterossexualidade compulsória é entendida como um regime político que norteia a vivência da sexualidade e as definições de gênero, extrapolando a ideia de orientação sexual. Trata-se de uma matriz de dominação, calcada na naturalização da diferença sexual e sua suposta complementaridade, cujo objetivo é manutenção do poder masculino na sociedade e seu acesso irrestrito ao corpo e trabalho reprodutivo das mulheres.

designados às mulheres dentro dos limites estabelecidos pelo patriarcado (RICH, 2012, p. 23-34). Nega-se, assim, a existência lésbica por meio do tabu da homossexualidade feminina, do reforço ao casamento e da presunção de que todas as mulheres são heterossexuais. As lésbicas são forçadas a negar sua existência nos âmbitos público e privado, devendo desempenhar um papel feminino, caso contrário sua “condição” de mulher será questionada. (RICH, 2012, p. 28).

Contra os “atrasos”, a repressão e o silenciamento, um grupo de lésbicas apostou na força da coletividade e, a partir do final da década de 1970, começou a elaborar estratégias de visibilidade e ação política. O surgimento do boletim Chanacomchana esteve intrinsecamente atrelado ao desejo de criar um espaço de articulação entre lésbicas, onde poderiam compartilhar experiências, ter acesso à informação crítica e acompanhar a movimentação lésbica na cidade de São Paulo e em outras partes do mundo. Na primeira edição, em 1981, elas definiram o que buscavam – anseios que seriam reiterados nas publicações subsequentes:

O BOLETIM CHANACOMCHANA é um espaço criado por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas e todas as pessoas que queiram debater, conversar e se divertir conosco. Queremos que ele seja um veículo de informação, discussão, humor, namoro, poesia e sonho para todas que o fizerem e para quem for lê-lo também. (CHANACOMCHANA, 1981, p.1)

Elas não sonhavam com pouco. Diante de uma série de dificuldades, como o financiamento e a distribuição dos boletins, e sua periodicidade irregular (CARDOSO, 2004, p. 46), a presença de uma publicação lésbico-feminista, em um contexto autoritário, moralista e repressivo como o brasileiro, já constituía uma ação transgressora. Uma voz dissonante, a princípio solitária, mas que se juntava a outras, por meio da palavra escrita, para proclamar sua recusa a modos compulsórios de vida, bem como à violência da ditadura militar, questionando e intervindo nos processos políticos do período.

Efetivamente, nas páginas do Chanacomchana seria possível acompanhar as ações do movimento feminista e os principais debates políticos nacionais, como veremos mais adiante. Também havia uma longa seção de informes, na qual se compartilhavam notícias sobre a atuação de diversos grupos lésbicos

latino-americanos, os debates em torno da homossexualidade no exterior e as ações do Serviço de Informação Lésbica Internacional (ILIS, em inglês).

O Chanacomchana, conseqüentemente, foi muito mais do que um simples jornal alternativo. As cartas das leitoras, também publicadas nas edições, demonstram a importância que o jornal possuía para elas, sobretudo porque promovia um sentimento de ruptura com o isolamento e a solidão das lésbicas. E permitiram perceber a ampla circulação que ele teve no país.

Além disso, parece-nos que uma das principais potências do jornal consistiu em nomear a lesbianidade e atribuir-lhe sentidos políticos, contrapondo-se às concepções médicas e sexológicas instaladas socialmente.³ Já no primeiro número, no artigo “O lesbianismo é um barato”, a lesbianidade foi entendida como um amor entre mulheres orientado a uma solidariedade política entre elas, na perspectiva do *continuum* lésbico definido por Adrienne Rich (2010)⁴:

O lesbianismo é um barato porque propõe o amor entre mulheres de qualquer maneira, seja através do amor físico, da ternura e do respeito pela individualidade da companheira, seja através da solidariedade e da luta organizada contra a opressão que sofrem todas as mulheres. (CHANACOMCHANA, 1981)

Ecoss desta definição da lesbianidade se encontram em diversos números do Chanacomchana, mas no número 8 (1985) elas elaboraram uma noção ainda mais transgressora:

Para nós, a palavra lésbica significa muito mais do que a designação dada a uma pessoa pertencente a um grupo com uma preferência sexual específica. Quer dizer, para nós, a palavra lésbica significa mais do que simplesmente mulher que transa com mulher. Ela designa também uma mulher comprometida com a luta das mulheres por seus direitos, sua autonomia e auto-determinação. (CHANACOMCHANA, 1985, p. 4)

³ Essas concepções, estabelecidas no final do século XIX, definiam a lesbianidade como uma anomalia congênita, que possuía determinantes psicológicos – como a inveja do pênis, o que a transformava em um desvio sexual e mental. Conferir Sheila Jeffreys, *La herejía lesbiana: una perspectiva de la revolución sexual lesbiana*, capítulo 1, 1993.

⁴ O *continuum* lésbico abarca um amplo escopo de experiências de identificação entre mulheres, não necessariamente de caráter sexual, orientadas para o apoio mútuo, a solidariedade e o fortalecimento coletivo.

Tratava-se de uma afronta. Uma definição da lesbianidade que fugia ao caráter sexual e aproximava-se do político. A palavra lésbica significa uma recusa das prescrições patriarcais, inclusive em relação ao que é ser mulher, um sinônimo de heterossexual. Uma definição, inclusive, que presumia a sua própria politização: a resistência contra o apagamento e a patologização, em defesa de um amor político entre mulheres. E, ainda mais, a lesbianidade significava independência frente aos homens, novas possibilidades de invenção da vida e “uma alternativa de vida perfeitamente possível e saudável para todas as mulheres” (CHANACOMCHANA, 1986, p. 5).

Encontrando o ativismo lésbico-feminista

Após a formação do LF, as ativistas passaram a integrar a Comissão Organizadora do II Congresso da Mulher Paulista (março de 1980) – o primeiro momento de aproximação entre feministas heterossexuais e lésbicas. Contudo, a participação das lésbicas não foi bem aceita. Segundo Marisa Fernandes, o motivo de tal resistência explicava-se por ser a primeira em que se discutiria sexualidade e prazer como uma possibilidade e um direito (2015, p. 129). Por sua vez, Edward MacRae argumenta que algumas organizações expressaram o seu “receio” com a inclusão das lésbicas por conta das mulheres da periferia, “que ainda seriam muito preconceituosas” (1990, p. 148). Ou seja, um argumento cujo objetivo era desviar-se do real temor que existia: incluir as lésbicas na agenda do movimento feminista. É neste sentido que Marisa Fernandes afirma que aparição pública do LF foi um escândalo, inclusive para as feministas:

Nesses congressos, as lésbicas defendiam que as mulheres lutassem pelo direito ao prazer e à sua sexualidade; que rompessem com o círculo de opressão e subordinação masculina que não aceitava o desejo da mulher e que tomassem conhecimento de que heterossexualidade era imposta a todas as mulheres como a única sexualidade “normal”. Mas essas ideias não eram bem-aceitas pela maior parte do movimento de mulheres e soava radical para as feministas. (FERNANDES, 2018)

Também existiram conflitos durante o Congresso. Um painel produzido pelo GALF, intitulado “Amor entre mulheres”, foi completamente destruído (FERNANDES, 2015, p. 130). E, durante a plenária final, onde seriam definidas as bandeiras políticas tiradas do evento, houve irrupção de violência física e verbal (PINAFI, 2012). No Chanacomchana n. 3, edição comemorativa de quatro anos do GALF, Míriam Martinho relatou o clima de tensão no Congresso:

(...) imbuídas do mais espírito cara de pau, entramos de “sola” no II Congresso da Mulher Paulista, entre arrepios, chiliques e a perplexidade irritada ou divertida das feministas heterossexuais (?), colocando a questão “inusitada” da sexualidade (...). De pronto nos solidarizamos com as outras feministas pela independência de nossas reivindicações específicas, mas, mesmo assim, ainda parecíamos como OVNIS (...). De qualquer forma, saímos de lá fortalecidas (...). (CHANACOMCHANA, 1983, p. 2)

O III Congresso da Mulher Paulista (1981), organizado pelos grupos que ficaram conhecidos como “autonomistas”, por não se alinharem a nenhum partido político, não seria muito diferente. Neste momento, o GALF enfrentava um processo de reestruturação interna e redefinição das prioridades do grupo, de modo que sua participação teve como maior objetivo a troca de experiências com outras militantes. Ainda assim, os enfrentamentos por conta da lesbofobia do movimento feminista e da esquerda estiveram muito presentes. De acordo com o relato na terceira edição do Chanacomchana, podemos observar que:

Aprendemos realmente muito sobre “organização” nesse Congresso, pois (...) tivemos que nos deparar não só com os insultos proferidos pelas militantes do jornal Hora do Povo, porta voz do proscrito MR-8 (...) como também a falta de solidariedade das outras feministas. Enquanto as “HPistas” nos acusavam de imitar os homens no que eles tem de mais caricatural, de não assumirmos nossa “condição de mulheres” e de comprometermos a representatividade do Movimento porque éramos “sapatões”, por outro lado, um dos mais conceituados e tradicionais dos grupos feministas de São Paulo ameaçava sair da organização do Congresso por considerarem haver um excesso de lésbicas na ocasião. (CHANACOMCHANA, 1983, p. 3)

Já no número 4 do boletim (1983), se sobressai a luta que o GALF travou para conseguir vender o boletim no Ferro’s Bar, um dos lugares de

sociabilidade mais frequentado pelas lésbicas paulistanas. Em julho de 1983, as militantes foram hostilizadas pelos donos do bar e os seguranças, que tentaram expulsá-las por meio de agressões físicas – uma situação que já durava meses. Em resposta ao ocorrido, as militantes do GALF organizaram a primeira manifestação política lésbica do Brasil, em 19 de agosto de 1983. Segundo o relato de Vanda, com o apoio de feministas heterossexuais e militantes gays, as lésbicas conseguiram entrar no bar, apesar da tentativa do porteiro de impedi-lo. As agressões físicas foram denunciadas e se exigiu que o dono se explicasse diante da imprensa. Finalmente, ele se comprometeu a permitir a venda dos boletins no interior do bar (CHANACOMCHANA, 1983, p. 1-3).

A “retomada” do Ferro’s significou, para as ativistas, muito mais do que a possibilidade de continuar a vender os boletins no local: uma vitória em prol da democracia. No artigo, sugestivamente nomeado “Democracia também para as lésbicas: uma luta no Ferros’ Bar”, observamos a defesa de uma noção ampla de democracia, que não se restringe à política institucional. A luta pela democracia se faz no cotidiano, nas ruas, e esta só se torna efetiva quando é garantida a liberdade de expressão e de organização (CHANACOMCHANA, 1983, p. 1-3). Uma democracia que não contemple as lésbicas não é efetiva, um bar que não permita a entrada das lésbicas não é democrático. A associação entre luta pela democracia e ativismo lésbico é de complementaridade. A democracia também é uma luta das lésbicas e o GALF parece demonstrar sua vontade de intervir neste debate.

Estes são alguns dos episódios que marcaram significativamente a trajetória das lésbicas feministas, na primeira metade dos anos 1980, ecoando nas páginas do boletim. A riqueza de informações e discussões presentes nos boletins aponta para a grande atuação política do GALF e sua constante visibilidade social. Podemos afirmar que nas primeiras edições, até a metade da década de 1980, prevaleceram os registros sobre as convergências e os conflitos com o movimento feminista. A predominância da questão “feminismo e lesbianismo” também se deve ao momento político de efervescência que atravessava o movimento, com a realização de diversas ações, e com a emergência de uma multiplicidade de debates políticos que definiriam os rumos do movimento e o posicionamento dos grupos.

Ampliando as redes

Para Gilberta Soares e Jussara Costa, a segunda metade da década de 1980 marcou uma nova fase na trajetória do GALF. As autoras afirmam que o grupo voltou-se para a organização lésbica autônoma. Manteve-se a participação em eventos feministas, mas, ao contrário do período anterior, sem assumir a organização dos mesmos. Além disso, o estreitamento de laços com grupos e ativistas lésbicas do exterior propiciou um fortalecimento expressivo do grupo e de suas ações (SOARES & COSTA, 2012).

Em 1985, o Brasil sediou o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (EFLAC), que aconteceu em Bertioga com a presença de mulheres de diversos países do continente. Os EFLACs têm funcionado como marcadores históricos que destacam os principais debates organizacionais e teóricos dos feminismos latino-americanos. Mais do que um simples espaço de confluência de ativistas, nos Encontros emergem coalizões, conflitos e controvérsias que determinam as trajetórias dos grupos feministas da região (ALVAREZ et al, 2003, p. 543-544).

No Encontro realizado em Bertioga, pela primeira vez o tema “lesbianismo” apareceu na programação. De acordo com o relato publicado na nona edição do Chanacomchana, houve três espaços de discussão sobre o tema: uma comunicação da argentina Hilda Rais, intitulada “Lesbianismo, apuntes para una discusión feminista”; uma reunião mista de mulheres lésbicas e heterossexuais, o debate oficial do Encontro; e uma reunião exclusiva para lésbicas, convocada pelo GALF-Brasil e o Grupo de Autoconciencia de Lesbianas Feministas (GALF-Peru). Foram destacados os principais temas abordados, entre eles a conflituosa relação com o movimento feminista nos países, debates sobre papéis sexuais *butch/femme* e os trabalhos políticos realizados pelos grupos presentes (CHANACOMCHANA, 1986, p. 8).

Apesar da reunião exclusiva de lésbicas não ter merecido tanta atenção no artigo publicado no boletim, a ocasião impactou ativistas latino-americanas, por ter sido o primeiro momento onde se vislumbrou a necessidade de criar um encontro próprio (MOGROVEJO, 2000, p. 237). Por exemplo, Cecilia

Riquelme, ativista lésbica-feminista chilena, atribui grande potencial à ocasião:

Nuevamente compartimos experiencias, pero nos dimos cuenta que no era suficiente, entonces vislumbramos la necesidad de un encuentro propio, sólo para trabajar las preguntas que teníamos las lesbianas e en donde intentar darnos desde nosotras mismas las respuestas. Rescatamos lo que el lesbianismo aportaba al feminismo latinoamericano, es decir, ver el amor entre mujeres como una cuestión político ideológica y no como una mera opción sexual, hablamos de un estilo de vida posible para cualquier mujer. (RIQUELME, 2004)

Foi um acontecimento duplamente importante. Por um lado, realizado a partir de uma articulação internacional entre brasileiras e peruanas, possibilitaria um estreitamento de laços entre os grupos. Por outro, dois anos depois, se concretizaria a realização do I Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe (México, 1987). A troca de experiências e os debates fomentados no III EFLAC impulsionaram a produção de novas práticas políticas e o fortalecimento do movimento lésbico-feminista internacional.

Nas três últimas edições do Chanacomchana (entre julho de 1986 e maio de 1987), a seção “Em movimento” registrou o ativismo lésbico-feminista no exterior. Há notícias sobre as mudanças internas do ILIS; os preparativos para a realização do I Encontro Lésbico Feminista da América Latina e Caribe; a incorporação do GALF à Associação Gay e Lésbica Internacional (ILGA, em inglês); uma articulação com um grupo homossexual peruano, o MOHL; e a nova edição da revista lésbica canadense *Amazones d’hier, lesbiennes d’aujourd’hui*. São alguns exemplos que permitem inferir que o GALF esteve frequentemente em contato com diversos grupos lésbicos fora do Brasil, recebendo muito material informativo sobre a movimentação internacional.

A democracia também é das lésbicas

Nas últimas edições do Chanacomchana também ganharam centralidade os debates relacionados à Assembleia Constituinte, que estava mobilizando amplos setores da sociedade brasileira na busca por fazer pressão política em

prol de demandas sociais. No longo processo de redemocratização do país, multiplicaram-se tanto as reivindicações como as próprias organizações sociais. Sindicatos, partidos e movimentos sociais se mobilizaram com o objetivo de garantir a participação popular no processo constituinte, inclusive pelas vias institucionais, como no caso das emendas populares, apesar de terem sofrido forte oposição dos partidos conservadores (BRANDÃO, 2011, p. 80-83).

O número 10 do boletim, lançado em junho de 1986, precedeu as eleições para deputados federais, estaduais e senadores que se realizaria neste mesmo ano.⁵ Nele encontramos o artigo “Homossexualidade nas leis”, escrito por Rosely Roth, no qual analisou as leis vigentes no país que poderiam ser utilizadas para punir gays e lésbicas. Motivada pela “importância do atual momento histórico para as mulheres e os homens homossexuais”, Rosely pretendia mostrar “que temos a chance de participar dos acontecimentos, formulando e levantando uma proposta de inserção de um item na nova Constituição contra a discriminação à homossexualidade” (CHANACOMCHANA, 1986, p. 8).

Assim, por meio de uma articulação conjunta entre GALF, Grupo Gay da Bahia e Triângulo Rosa (RJ), os grupos fizeram uma campanha pela alteração no parágrafo 153 da Constituição, com a inserção do trecho “contra a discriminação por preferência ou orientação sexual”. Uma alteração legal deste tipo representaria uma importante conquista, abrindo caminho para a transformação de outros ordenamentos jurídicos e, conseqüentemente, para uma maior proteção dos direitos de gays e lésbicas. Vale lembrar que nesse contexto, o Grupo Gay da Bahia liderava uma campanha nacional pela revogação do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do INAMPS que rotulava a homossexualidade como “desvio e transtorno sexual” (CARNEIRO, 2014). Sem depositar toda sua confiança em uma alteração legal, Rosely defendia que ela poderia “servir de instrumento de luta para que nós combatamos várias das atitudes preconceituosas existentes” (CHANACOMCHANA, 1986, p. 13).

⁵ As eleições de 1986 elegeriam um Congresso com poderes constituintes, determinação fixada pela Emenda Constitucional n. 26, fruto da aliança entre PMDB e PFL. A situação gerou protestos por seu caráter conservador e por favorecer os mencionados partidos. Não é casualidade que o PMDB elegeu a maior bancada no Congresso e quase todos os governadores, com exceção do estado de Sergipe, onde o PFL venceu (AARÃO REIS, 2014, pp. 149-153).

Para a seguinte edição (n.11), lançada em outubro do mesmo ano, Rosely, Maria Luiza e Célia realizaram uma entrevista com três candidatas: Cassandra Rios (deputada estadual – PDT), Irede Cardoso (deputada federal – PT) e Dulce Cardoso (deputada federal – PT). Pretendia-se ampliar o debate em relação às propostas existentes sobre feminismo, homossexualidade, ecologia, racismo e terras indígenas. “Neste número, nós, do Chanacomchana, não poderíamos ficar à margem deste processo” (CHANACOMCHANA, 1986/1987, p. 10). Palavras que expressam, por um lado, o desejo de vinculação aos processos políticos do país e, por outro, o sentimento de pertença aos mesmos, de possibilidade de intervenção.⁶

No último número do Chanacomchana (1987) foi publicada uma matéria que avaliava de maneira abrangente o resultado das eleições de novembro de 1986, destacando os seus impactos para os movimentos sociais. Primeiro, analisa a situação das candidatas apoiadas pelo GALF – nenhuma conseguiu se eleger. Segundo, considera os limites do processo constituinte, a partir de como foram encaminhadas as etapas até a realização das eleições. A posição do grupo ecoa a inconformidade de diferentes movimentos sociais, que questionavam os mecanismos de participação:

Os movimentos populares, de uma maneira geral, foram bastante prejudicados com a estrutura elitista e partidária destas eleições. Muitos integrantes destes movimentos, eu me incluo neste caso, defendiam a idéia (sic) da realização de duas eleições: uma para senadores e deputados federais e outra para os constituintes, desvinculando a necessidade dos candidatos a Constituinte pertencerem a partidos políticos. Assim, alguém poderia se eleger, como representante de um grupo ou do movimento de mulheres, negros, ou de ecologistas (...). Dentro desta proposta (...), os que tinham sido eleitos (as) para essa função voltariam aos seus afazeres anteriores. (CHANACOMCHANA, 1987, p. 18)

Em seguida, critica-se a hegemonia conquistada pelo PMDB e PFL no legislativo, considerada uma “manobra do governo”. Para o GALF, a vitória destes partidos significava que seria “quase impossível” que as reivindicações do movimento homossexual fossem atendidas na Assembleia Constituinte.

⁶ No mesmo artigo também se menciona a organização de um debate na Câmara Municipal com candidatas/as à Assembleia Constituinte mas, infelizmente, não encontramos mais informações a respeito.

Em 1987, o Chanacomchana cedeu lugar ao boletim Um Outro Olhar, que continuou a ser editada pelo GALF até 1990, com um total de nove edições. Passado o processo de redemocratização do Brasil e com o acúmulo de experiências de quase uma década, o grupo se transformaria, assim como o conteúdo de duas publicações. Como elas afirmaram em seu primeiro editorial:

Um Outro Olhar é nossa nova publicação que vem dar continuidade e desenvolvimento ao caminho corajosamente trilhado pelo boletim Chanacomchana. Chanacomchana surgiu no período de “abertura” da ditadura militar, e refletiu o espírito de afirmação da homossexualidade que vigorava no Movimento Homossexual da época, de onde o GALF se originou (...). Hoje, entretanto, os tempos são outros, e é outro o nosso olhar.

Queremos que esta nova publicação transparea nossa visão cada vez mais límpida de que as vivências lésbicas extrapolam em muito as relações sexuais, determinando por um lado, uma postura de resistência ao papel limitante que nos é imposto pela sociedade machista e, por outro, possibilitando alternativas de vida mais gratificantes, em vários aspectos, para todas as mulheres.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, buscamos analisar algumas questões de grande visibilidade no boletim Chanacomchana, consideradas centrais para compreender a trajetória do GALF. Os conflitos com o movimento feminista fomentaram reflexões para o grupo que contribuíram para o aprofundamento de suas perspectivas políticas no ativismo. Um espaço próprio de auto-organização tornou-se uma necessidade urgente, que mobilizou os esforços do grupo ao longo da década de 1980⁷, ao passo em que também implicou em enfrentamentos com outros movimentos, uma vez que suas demandas eram consideradas “secundárias, não-representativas, divisionistas e, no mais, um entrave à luta pelas liberdades democráticas no país” (PINAFI, 2012).

Ao mesmo tempo, é visível como o discurso e a prática lésbica foram incitaram uma série de questões até então pouco exploradas pelas feministas heterossexuais. Não à toa a presença do GALF foi um escândalo no II

⁷ Segundo Mogrovejo (2004), este é um processo comum enfrentado pelos grupos lésbico-feministas nas décadas de 1970 e 1980 na América Latina.

Congresso da Mulher Paulista. Neste sentido, nota-se como os legados do ativismo lésbico-feminista e suas contribuições aos movimentos sociais têm sido constantemente apagados da memória social. A crítica à heterossexualidade compulsória, um dos pilares do pensamento lésbico-feminista, permanece pouco incorporada pelos feminismos como um todo. Sobre a questão, Jules Falquet aponta que:

Assim, o primeiro tipo de contribuição do movimento lésbico para os outros movimentos sociais não é outro senão lhes permitir se interrogar sobre seus limites e sobre o que não foi pensado tanto nas suas práticas cotidianas quanto nos seus objetivos políticos, muito particularmente no domínio da sexualidade, da família, da divisão sexual do trabalho ou da definição dos papéis masculinos e femininos. As inumeráveis críticas formuladas sobre o assunto pelas lésbicas, dentre as quais a maior parte também foi articulada pelo movimento feminista, são um espelho estendido aos diferentes movimentos e militantes que poderia lhes permitir dar realmente a seus projetos toda a amplitude política que eles ostentam. (FALQUET, 2012, p. 15-16)

Neste sentido, também se objetivou examinar os modos de intervenção do GALF no processo de redemocratização do Brasil. As lésbicas não só se sentiram convocadas pelo discurso de defesa da democracia, como se mobilizaram e tomaram partido nessa luta. Assim, também é possível desconstruir a visão, assentada socialmente, de que os partidos políticos foram os principais atores para que a ditadura desse seus últimos respiros.

Neste artigo evidenciaram-se quão complexas são as questões que permearam as lutas das mulheres lésbicas no contexto da abertura política. Como sinalizado na primeira edição do boletim Um Outro Olhar, o novo momento histórico do país reordenaria a militância lésbicas.

Referências

- AARÃO REIS, D. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- ALVAREZ, S. et all. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC; vol. 11, n. 2, jul./dez. 2003, p. 541-575.

- BRANDÃO, L. *Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo: [s/n], 2011.
- CARDOSO, E. Imprensa feminista brasileira pós-1974. *Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC; vol. 12, set./dez. 2004, p. 37-55.
- CARNEIRO, A. A morte da clínica: movimento homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28; Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: ANPUH, 23-31, jul. 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866235_ARQUIVO_Artigo-Amortedaclinica.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- FALQUET, J. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. *Cadernos de Crítica Feminista*, ano 6, n. 5, dez. 2012, p. 8-31.
- FERNANDES, M. O movimento das mulheres lésbicas feministas no Brasil. *Revista Cult*, jun. 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-lesbicas-feministas-brasil/>>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- GREEN, J. e QUINALHA, R. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: Edufscar, 2016.
- LESSA, Patricia. *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)*. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Brasília: [s.n.], 2007.
- MACRAE, Edward. *A construção social da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- MOGROVEJO, N. *Un amor que se atrevió a decir su nombre*. La lucha de las lesbianas y su relación con los movimientos homosexual y feminista en América Latina. Cidade do México: Plaza y Valdés, 2000.
- PINAFI, T. Conflitos, estigmas e discriminação: lésbicas e feministas em lutas por direitos nos anos de 1970 e 1980. *Labrys*, jul./dez. 2011 – jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/pinafi.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Trad. Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas*, n. 05, 2010, pp. 17-44. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>>. Acesso em: 19 fev. 2019
- RIQUELME, C. Apuntes para la historia del movimiento lésbico en América Latina. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Mov_sociales/mov_mujeres/doc_muj_otros/MSdocmujotros0015.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2019.
- SOARES, G.; COSTA, J. Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. *Labrys*, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/gilberta%20jussara.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

O FÓRUM MUNDIAL DO TRABALHO DO MOVIMENTO LAUSANNE E A (FALTA DE) RESPONSABILIDADE SOCIAL COM OS TRABALHADORES.

Kelly Barreto Videira Chaves
Universidade Salgado de Oliveira

Introdução

Esse artigo discute alguns pontos de uma pesquisa em andamento que tem por objeto a análise do PL e a responsabilidade social dos cristãos protestantes ao conciliar evangelização e ações contra as injustiças sociais.

Nosso objetivo é analisar a proposta do FMT e relacioná-la aos eixos norteadores do PL que conciliam a luta contra as injustiças sociais e a pregação do evangelho.

Iniciaremos nossa contribuição ao tema apresentando o FMT através da análise dos documentos disponibilizados pelo evento em um site específico e no tópico seguinte, onde faremos a análise do PL e do documento *Compromisso da Cidade do Cabo-CCC*, discutiremos os objetivos do FMT dentro do contexto teórico no qual ele foi planejado.

O referencial teórico-metodológico adotado é materialismo histórico-dialético, uma vez que nossa pesquisa buscará as contradições, as mediações simbólicas, culturais e socioeconômicas na implementação dos ideais do PL sobre a “responsabilidade social” da igreja. As principais fontes a serem trabalhadas são os documentos produzidos pelos Congressos Mundiais de Evangelização e os documentos disponíveis no site do FMT.

Fórum Mundial do Trabalho

O FMT é organizado pelo Movimento de Lausanne-ML¹ que tem como base teórica o PL² com as diretrizes para a conciliação entre pregação do evangelho e luta contra as desigualdades sociais.

O FMT será realizado em Manila, nas Filipinas, de 25 a 29 de junho de 2019 e pretende reunir influenciadores que possam mobilizar os trabalhadores cristãos para pregarem o evangelho em seus locais de trabalho, em todas as partes do mundo. (LAUSANNE, 2018).

A análise das fontes divulgadas pelo FMT revela que há preocupação em demonstrar que os participantes escolhidos irão representar uma diversidade de pessoas. Segundo a organização do FMT, serão mais de 750 participantes de 120 países, desses, setenta por cento serão de trabalhadores seculares, não vinculados a uma organização religiosa, como pastores que recebem salário, por exemplo, mais de 35% de mulheres, quase 35% de líderes jovens (40 anos ou menos). Alguns participantes seletos participarão apenas virtualmente. O idioma oficial será inglês e haverá suporte limitado em espanhol e francês. (LAUSANNE, 2018).

Um dos aspectos mais únicos do FMT será a representação de mulheres e homens de todos os cantos do mercado de trabalho – de fato, 70% de todos os participantes serão do mercado de trabalho, um recorde nos grandes encontros de Lausanne. Esta grande representação é deliberada e essencial. (LAUSANNE, 2018, on line).

O objetivo do FMT é: 1. Energizar o movimento evangelístico no local de trabalho (impulsionando os crentes a imaginarem e desejarem uma mudança de paradigmas), 2. Equipar os participantes com as ferramentas e recursos corretos (baseados nas melhores práticas de mercado do mundo todo, focados na colaboração) e 3. Engajar a igreja global em um projeto missionário em seu local de trabalho (após se energizarem e equiparem, os participantes usarão sua inspiração e recursos para catalisar parcerias e desenvolver estratégias

¹ O Movimento de Lausanne-ML foi criado logo após a finalização do Primeiro Congresso Mundial de Evangelização, realizado em 1974, em Lausanne, cidade suíça, para dar continuidade as discussões iniciadas no Congresso e consolidadas no documento oficial Pacto de Lausanne. Desde a sua criação, o ML organiza encontros mundiais de evangelização, sendo o FMT o próximo.

² O Pacto de Lausanne será discutido no próximo tópico.

concretas e localizadas para o discipulado no local de trabalho). (LAUSANNE, 2018).

Não é possível se inscrever ou se auto indicar para o evento, a forma utilizada para participação é a indicação, por e-mail, de terceiros que se adequem ao perfil esperado. A etapa de indicação de participantes foi finalizada em 30 de abril de 2018 e segundo a organização do Fórum as indicações mais proveitosas foram realizadas por pessoas que já possuíam contato com o ML. (LAUSANNE, 2018).

Os indicados aceitos ora serão palestrantes ora serão participantes, pois será um fórum participativo e não uma conferência tradicional e esses trabalhadores serão das seguintes áreas:

Cristãos que influenciam seu ambiente de trabalho dentre profissões de trabalho braçal/operário ou de colarinho branco, levando Cristo ao ambiente de trabalho e além. Líderes e influenciadores de ministérios no trabalho, envolvidos em redes de trabalho como pessoas que geram e gerenciam ideias de testemunho cristão no ambiente de trabalho. Cristãos do lar com amplas esferas de influência missionária através de blogs e/ou mídias sociais. Jovens inovadores (40 anos ou menos) no trabalho, vindos de todas as regiões; estes jovens são empreendedores que estão criando novas formas de trabalho, redefinindo o trabalho e apontando ao seu futuro. Cristãos responsáveis pela criação de regulamentos nos setores público e privado, por exemplo, governo, indústria e empreendimentos privados. Líderes cristãos trabalhistas do que lidam com questões do ambiente de trabalho, defendendo e advogando pela resolução de disputas. Educadores teológicos e praticantes da Teologia do Trabalho (*TOW*) (Por exemplo, líderes de cristãos locais do Golfo). Professores de ensino superior e acadêmicos com foco especial em equipar pessoas para o ministério no local e mercado de trabalho. Artistas e atletas cristãos, além dos que trabalham no setor de entretenimento que possuem paixão pela missão mundial e integração holística entre fé e trabalho. Pastores e líderes de igreja com visão focada no treinamento e equipagem de cristãos para missão e testemunho no ambiente de trabalho. (LAUSANNE, 2018, on line).

O processo de escolha dos participantes, que envolveu indicações e posteriores convites da organização, foi rigoroso e baseado inclusive na oração. No documento “Critérios de indicação para participantes do FMT” ficaram estabelecidos os requisitos mínimos necessários, são eles:

Todos os participantes indicados devem cumprir com os seguintes critérios:
Vida espiritual ativa e vibrante com um compromisso dedicado ao evangelismo

e testemunha mundial. Pessoas de caráter exemplar, respeitadas no local de trabalho e reconhecidas na comunidade. Ampla experiência e expansão da esfera de influência para Cristo além do seu principal ambiente de trabalho. Histórico de servidão e resultados no campo de testemunho no trabalho. Pensamento voltado para o ministério de cooperação para o Reino. Integração holística de fé e trabalho. Afirmação do Pacto de Lausanne e Compromisso da Cidade do Cabo. (LAUSANNE, 2018, on line).

Destacaremos nesse artigo o último requisito necessário para o participante do FMT: ele precisa afirmar o PL e o CCC. (LAUSANNE, 2018). Ambos os documentos são frutos de Congressos Mundiais de Evangelização organizados pelo ML desde a sua criação. O CCC possui diversos trechos baseados no PL e também afirma diretamente a concordância com temas específicos do PL. No próximo tópico será exposto de forma sucinta o teor desses dois documentos citados desenhando o contexto teórico de criação do FMT e seus objetivos, na conclusão discutiremos a relação desses documentos com a proposta efetiva do FMT.

Com um espectro tão diverso de participantes, o Fórum Mundial do Trabalho será uma oportunidade única para colaborar e refletir sobre como os resultados poderão ser implementados em contextos regionais, locais e em contextos específicos das temáticas. Os participantes poderão explorar pesquisas e recursos para desenvolver novas iniciativas sobre como o povo de Deus poderá “viver, pensar, trabalhar e falar a partir de uma perspectiva bíblica e com eficiência missionária”. (LAUSANNE, 2018, on line)

Segundo as fontes analisadas, até mesmo os trabalhadores escravizados serão ouvidos no FMT. (LAUSANNE, 2018). Entretanto até o momento não há esclarecimento sobre o nome ou a nacionalidade dos possíveis trabalhadores escravizados, ou representantes de outras categorias, escolhidos para participarem.

No passado, discussões formais sobre fé e trabalho aconteceram somente entre líderes de igrejas, teólogos e profissionais de colarinho branco, excluindo a vasta categoria, como os que trabalham no lar, ou com voluntariado ou até maioria, cujas vozes não foram ouvidas. Isto inclui os operários ou trabalhadores sem mesmo pessoas escravizadas. No FMT, suas vozes serão ouvidas. Além de participantes representando todas as áreas de trabalho, o FMT também irá escolher participantes de todas as gerações, de todas as regiões do mundo (incluindo as regiões onde encontros/discussões sobre fé e trabalho ainda

não ocorrerem), além de termos a representação das 35 redes sobre temáticas urgentes de missões. (LAUSANNE, 2018, on line)

Não consta nas fontes analisadas a quantidade de participantes que representarão cada um dos 120 países esperados no evento. O idioma inglês será o principal, opção que poderá limitar a participação efetiva de alguns países ou categorias de trabalhadores de determinadas regiões. Também não é clara a informação sobre a representatividade de cada categoria profissional.

O FMT baseia sua proposta afirmando o contínuo compromisso com o PL e exige que os participantes façam o mesmo, entretanto não identificamos nos documentos oficiais divulgados em seu site qualquer menção sobre o ponto fundamental do PL que é conciliar evangelização e posicionamentos contra possíveis injustiças sofridas nas relações trabalhistas dos participantes do evento. (LAUSANNE, 2018). Entendemos ser essa uma importante contradição não resolvida até o momento pela documentação pesquisada.

Pacto de Lausanne

O PL e o Compromisso da Cidade do Cabo são documentos importantes. Ambos são as sistematizações de eventos mundiais de evangelização promovidos pelo ML. O PL foi criado em 1974, antecede e dá origem ao ML. O segundo documento, criado em 2010, se baseia no PL. Isso posto, faremos uma breve exposição de suas características e suas relações com o contexto teórico de criação do FMT e seus objetivos.

O PL é o documento final do Primeiro Congresso Internacional de Evangelização Mundial, que aconteceu em 1974, na cidade suíça de Lausanne e tornou-se um dos documentos mais significativos da história moderna da igreja protestante. (LAUSANNE, 1974).

O PL contém a reflexão de diversos líderes evangélicos protestantes de todo o mundo e tem sido considerado, ao lado do Credo Niceno³ e da

³O Credo Niceno foi adotado pela Igreja de Cristo como resposta contra vários ensinamentos falsos, como os de Ário, que negou a divindade de Jesus Cristo. A heresia dele foi condenada no Concílio de Nicéia no ano 325. A forma atual deste credo se desenvolveu alguns anos mais tarde. Disponível em: < <http://igrejasreformadasdobrasil.org/doutrina/credos/credo-niceno>>. Acesso em: 16/11/2018.

Confissão de fé de Westminster⁴, como um dos três mais importantes documentos confessionais da História do Cristianismo (CAVALCANTI, 1990). No PL são anunciadas as novas diretrizes para que a igreja protestante leve “evangelho integral ao mundo todo”, com destaque para a “responsabilidade social” e a evangelização com vistas a direcionar o envolvimento sócio-político e do anúncio do evangelho de Cristo, ambos considerados dever de todo o cristão e expressão das doutrinas sobre Deus e o homem, sobre o amor ao próximo e a obediência a Jesus Cristo.

No tocante à “responsabilidade social” da igreja, o PL apresenta como diretriz para as igrejas protestantes o combate a todas as formas de alienação, opressão e discriminação entendendo ser um dever cristão se posicionar contra as injustiças (libertação dos oprimidos e marginalizados, sem distinção de raça, religião, cor, cultura, classe social, sexo ou idade), considerando que toda a humanidade é criada à imagem e semelhança de Deus e por isso, possui dignidade intrínseca. (LAUSANNE, 1974). Assim, evangelizar e combater as desigualdades sociais configurariam a ação da igreja no mundo:

Afirmamos que Deus é o Criador e o Juiz de todos os homens. Portanto, devemos partilhar o seu interesse pela justiça e pela conciliação em toda a sociedade humana, e pela libertação dos homens de todo tipo de opressão. Porque a humanidade foi feita à imagem de Deus, toda pessoa, sem distinção de raça, religião, cor, cultura, classe social, sexo ou idade possui uma dignidade intrínseca em razão da qual deve ser respeitada e servida, e não explorada. Aqui também nos arrependemos de nossa negligência e de termos algumas vezes considerado a evangelização e a atividade social mutuamente exclusivas. Embora a reconciliação com o homem não seja reconciliação com Deus, nem a ação social evangelização, nem a libertação política salvação, afirmamos que a evangelização e o envolvimento sociopolítico são ambos parte do nosso dever cristão. Pois ambos são necessárias expressões de nossas doutrinas acerca de Deus e do homem, de nosso amor por nosso próximo e de nossa obediência a Jesus Cristo. A mensagem da salvação implica também uma mensagem de juízo sobre toda forma de alienação, de opressão e de discriminação, e não devemos ter medo de denunciar o mal e a injustiça onde quer que existam. Quando as pessoas recebem Cristo, nascem de novo em seu reino e devem procurar não só evidenciar, mas também divulgar a retidão do reino em meio a um mundo injusto. A salvação que alegamos possuir deve estar nos transformando na

⁴A Confissão de Fé de Westminster é uma confissão de fé [reformada](#), de orientação [calvinista](#). Adotada por muitas [igrejas presbiterianas](#) e [reformadas](#) ao redor do mundo, esta Confissão de Fé foi produzida pelos teólogos de Westminster com o propósito de uniformidade de adoração e política da igreja. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Confiss%C3%A3o_de_F%C3%A9_de_Westminster>. Acesso em: 16/11/2018.

totalidade de nossas responsabilidades pessoais e sociais. A fé sem obras é morta. (LAUSANNE, 19+74, on line)

Segundo o que foi discutido no Primeiro Congresso e em seguida consolidado em seu documento final, o cristão salvo deve ter um posicionamento firme sobre toda forma de alienação, de opressão e de discriminação e é necessária uma ação prática, a de denunciar o mal e a injustiça onde quer que existam. Essa prática representaria, segundo o PL, a retidão do Reino Celestial no mundo injusto que os cristãos vivem e os comprometeriam com ações na sociedade pois a fé precisa ser viva. Com esse embasamento teórico, pretendemos prosseguir na análise do contexto de formação dos objetivos do FMT através da análise do documento Compromisso da Cidade do Cabo.

Compromisso da Cidade do Cabo

Daremos destaque ao documento CCC, produzido no Terceiro Congresso de Lausanne sobre Evangelização Mundial, sediado na Cidade do Cabo (África do Sul), em 2010, por ser considerado fundamental, junto com o Pacto de Lausanne, o seu conhecimento e a afirmação de suas diretrizes enquanto critério de escolha dos participantes do FMT. (LAUSANNE, 2018).

O CCC, nove anos antes, definiu a maior parte das diretrizes que seriam postas em prática na proposta do Fórum através do objetivo principal de desafiar a igreja protestante no mundo inteiro para testemunhar de Cristo em todas as esferas da sociedade, incluindo o ambiente de trabalho. (LAUSANNE, 2010).

O ML estabeleceu o prazo de 10 anos para que esse objetivo fosse alcançado e o FMT será realizado dentro da validade proposta (2010 a 2020) cumprindo o que foi planejado.

Para melhor compreensão do documento CCC analisaremos a sua estrutura: a primeira parte do documento estabelece as convicções bíblicas e a segunda parte estrutura o chamado à ação.

Como a Parte I tomou forma? Ela foi discutida pela primeira vez em Minneapolis, em dezembro de 2009, num encontro entre 18 teólogos e líderes evangélicos trazidos de todos os continentes. Um grupo menor, liderado por Dr. Christopher J H Wright, presidente do Grupo de Trabalho Teológico Lausanne, foi convidado para elaborar o documento final, a ser apresentado ao Congresso [...] Podemos distinguir entre o que está no cerne do evangelho cristão, ou seja, as verdades básicas sobre as quais devemos estar unidos, e as questões secundárias, onde há divergência entre cristãos sinceros no que se refere à interpretação do que a Bíblia ensina ou exige. Trabalhamos aqui para formular o princípio Lausanne de “liberdade dentro dos limites” e na Parte I esses limites estão claramente definidos. (LAUSANNE, 2010, on line).

Enfatizaremos a segunda parte do documento CCC sobre o chamado à ação, entendemos que essa parte foi determinante para a decisão de realizar o FMT e programar seus objetivos.

Na Bíblia vemos a verdade de Deus a respeito do trabalho humano, como parte do bom propósito de Deus na criação. A Bíblia traz para a esfera de ministério, todo o trabalho que executamos, como serviço para Deus em diferentes vocações. Por outro lado, a falsidade da “divisão entre secular e sagrado” tem permeado o pensamento e o comportamento da Igreja. Essa divisão nos diz que a atividade religiosa pertence a Deus, ao contrário do que acontece com outras atividades. A maioria dos cristãos passa quase todo o seu tempo no trabalho, que consideram de baixo valor espiritual (o chamado trabalho secular). Mas Deus é Senhor de *toda* a vida. “Tudo o que fizerem, façam de todo coração, como para o Senhor, e não para homens”[58], Paulo falou, dirigindo-se a escravos no local de trabalho pagão. Apesar da enorme oportunidade de evangelismo e transformação no local de trabalho, onde adultos cristãos têm a maioria dos seus relacionamentos com não cristãos, poucas igrejas têm a visão de preparar sua congregação para aproveitar essa oportunidade. Falhamos em considerar o trabalho propriamente dito como intrínseca e bíblicamente importante, pois falhamos em colocar a totalidade da nossa vida sob o Senhorio de Cristo. (LAUSANNE, 2010, on line).

O CCC entendeu que o trabalhador cristão trabalha para Deus em qualquer vocação que ele tenha e como ele passa bastante tempo no trabalho secular e se relaciona com colegas não cristãos ele deveria unir o sagrado e o secular através da evangelização no local do trabalho, isso significaria viver a totalidade da vida em Cristo.

Com essa interpretação foi organizado o FMT e seus objetivos:

A Bíblia afirma que o trabalho por si só é um chamado legítimo de Deus, trazendo nossas ocupações – e nossas vidas no trabalho – para a esfera de ministério e missão. No entanto, um dos maiores escândalos de nossos tempos, é a errônea “divisão entre o sagrado e secular” que “permeia o pensamento e ação da igreja”, nos dizendo que “as atividades religiosas pertencem a Deus, e as outras atividades não” (de O Compromisso da Cidade do Cabo). Devemos recuperar a verdade bíblica de que todo trabalho legítimo – e não somente o ministério profissional – é intrinsecamente valorizado e integral para o trabalho missionário do reino de Deus. O ponto de vista de muitos é que 99% dos cristãos existem somente para apoiar o ministério profissional do 1% restante. É hora de recalibrarmos nossas perspectivas para ver que na verdade o 1% apoia os 99% (Ef 4:11-12). Além disso, precisamos trabalhar rumo a uma visão mais ampla do local de trabalho que inclui as vozes de todas as ocupações, especialmente as que não são ouvidas. Assim como há 500 anos a reforma protestante chamou os fiéis de volta à palavra de Deus, assim também devemos retornar à verdade bíblica de que cada fiel está envolvido no trabalho de Deus. Somente quando cada cristão está vivendo integralmente em todas as esferas da existência humana – incluindo o local de trabalho – é que a igreja toda pode verdadeiramente levar todo o evangelho para o mundo todo. (LAUSANNE, 2018, on line).

O CCC proporcionou os objetivos que seriam executados na realização do FMT, ali fora estabelecida a convicção de que o local de trabalho deve ser o espaço de pregação do evangelho, pois os cristãos passam a maior parte do seu dia nos seus trabalhos seculares e convivem com colegas que deveriam ser evangelizados por eles.

Tanto o FMT quanto o CCC citam intensamente a importância do PL, entretanto não conseguimos identificar nenhuma ação prática para conciliar com a pregação do evangelho no local de trabalho um posicionamento de proteção ou orientação aos trabalhadores cristãos em relação às possíveis injustiças ou opressões sofridas por eles.

Conclusão

A análise dos documentos divulgados pela organização do Fórum revela que apesar de ser um evento com a nomenclatura ligada ao mundo do trabalho, os objetivos descritos estão vinculados ao evangelismo no ambiente do trabalho, conforme estava previsto no documento Compromisso da Cidade do Cabo.

Apesar de haver preocupação do FMT em demonstrar a representatividade dos participantes e a defesa dos direitos dos pobres e oprimidos, inclusive citando o PL com a luta por justiça social, percebemos que o FMT não elegeu os trabalhadores cristãos participantes do Fórum como os pobres, oprimidos e injustiçados que poderiam ser objetos de reflexões e ações específicas contra as opressões e injustiças praticadas em âmbito trabalhista.

Entendemos que no Capitalismo, a reprodução da sociedade se baseia na exploração do homem pelo homem, o trabalho perde seu caráter de centralidade na vida humana, de transformador da natureza, passando a ser mero instrumento de exploração, dominação e acúmulo de riquezas pela classe dominante e fonte única de sobrevivência da classe trabalhadora sob a lógica do capital. Nessa relação de assalariamento e mercantilização surge como mero valor de troca, coisificado, alienado, estranho a quem o produziu, de forma funcional ao capital, como processo de valorização do mesmo. (LESSA, 1999, p.29).

Nessa dinâmica, não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas são as condições de trabalho que usam o trabalhador. E esse processo, por sua vez, institui e ratifica a relação desigual entre capital e trabalho, fonte de exploração e subalternização da classe trabalhadora. (BENEVIDES; LIMA, 2014, p.59).

Priorizando exclusivamente a evangelização no local de trabalho e desprezando qualquer preocupação quanto à situação de trabalho do participante do evento, o FMT não põe em prática as principais recomendações do Pacto de Lausanne sobre conciliação de evangelização e justiça social como dever do cristão.

Referências

BENEVIDES, G.; LIMA, M. J.O. As transformações no mundo do trabalho e os desdobramentos no trabalho do Assistente Social. In: JUNIOR, A. C.; PIANA, M. C.; LIMA, M. J. O. (Orgs.). *Trabalho, Educação e Formação Profissional: Um debate do Serviço Social*. Bauru: Canal 6, 2014.

BONINO, J. M. *Rostos do Protestantismo Latino-Americano*. São Leopoldo: Sinodal, 2002.

- CAVALCANTI, R. Lausanne: Caminhos e descaminhos do Evangelismo. *Boletim Evangélico*. São Leopoldo, n. 12, p. 29-36, ano 4, ago. 1990.
- _____. *Cristianismo e Política: teoria bíblica e prática histórica*. Viçosa: Ultimato, 2004.
- ESCOBAR, S. *Desafios da igreja na América Latina*. Viçosa: Ultimato, 1997.
- FILHO, A. J. N. *O papel da ação social na evangelização e missão na América Latina*. Campinas: LPC. 1999.
- GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- LESSA, S. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In CFESS; ABEPSS; CEAD/NED-UnB. Capacitação em Serviço Social e Política. Módulo 02. Brasília: CEAD, 1999, p.21-33.
- LONGUINI NETO, L. O novo rosto da missão: Os movimentos ecumênico e evangelical no protestantismo latino-americano. Viçosa: Ultimato, 2002.
- LÖWY, M. Marxismo e teologia da libertação. São Paulo: Cortez, 1991.
- MARX, K. A miséria da filosofia. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- _____. *O Capital: crítica de economia política*. 2.ed.Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez (Biblioteca básica do Serviço Social), 2010.
- LAUSANNE, M. de. *Pacto de Lausanne*. Orlando: Biblioteca de Conteúdo Missional de Lausanne, 1974. Disponível em: <<https://www.lausanne.org/pt-br/recursos-multimedia-pt-br/pacto-de-lausanne-pt-br/pacto-de-lausanne>>. Acesso em: 05 mar. 2019.
- _____. *Compromisso da Cidade do Cabo*. Orlando: Biblioteca de Conteúdo Missional de Lausanne, 2010. Disponível em: <<https://www.lausanne.org/pt-br/recursos-multimedia-pt-br/compromisso-da-cidade-do-cabo-pt-br/compromisso>>. Acesso em: 06 mar. 2019.
- _____. *Fórum Mundial do Trabalho*. Orlando: Biblioteca de Conteúdo Missional de Lausanne, 2018. Disponível em: <<https://www.lausanne.org/pt-br/encontros-pt-br/lausanne-forum-mundial-do-trabalho>>. Acesso em: 06 mar. 2019.
- NETTO, J. P. Introdução ao Estudo do Método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PADILLA, R. Missão Integral. Ensaios sobre o Reino e a Igreja. FTL-B/Temática, 1992.

_____. O que é missão integral? Viçosa: Ultimato, 2009.

STOTT, J. A missão da igreja no mundo de hoje. São Paulo: ABU Editora, 1982

_____. O pacto de Lausanne. Belo Horizonte: Visão Mundial, 1984.

WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras (Tradução de José Marcos Mariani de Macedo), 2004.

SANTA DICA DE GOIÁS: A REVOLUCIONÁRIA PRODIGIOSA QUE DESPERTOU ATENÇÃO DAS AUTORIDADES GOIANAS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Ubirajara Sampaio Bragança

*Doutorando em História – Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO
Niterói, Rio de Janeiro.*

Lattes:<http://lattes.cnpq.br/9218325833011963>

A formação do reduto de Santa Dica em Lagolândia, interior de Goiás

Nas primeiras décadas do século XX um reduto formado por camponeses despertou a atenção das principais autoridades do Estado de Goiás. A comunidade se formou numa fazenda chamada Mozondó, em Pirenópolis. O curioso para época é que o reduto era liderado por uma mulher ainda muito jovem, esta atendia pelo nome de Benedita Cipriano Gomes, mas tornou-se conhecida como “Santa Dica” de Goiás.

No reduto as pessoas viviam de forma fraterna, trabalhando a terra e dividindo tudo aquilo que produziam. Benedita era vista na região como uma pessoa iluminada, pois segundo a crença popular tinha poderes especiais. Diziam que a moça era milagreira, curava enfermidades e também recebia revelações vinda dos anjos, com quem conferenciava as margens do Rio do Peixe, conhecido entre os seus seguidores como Rio Jordão.

A jovem lutava pela igualdade entre as pessoas e era completamente contra a concentração de poder nas mãos de poucos. Em consequência do seu pensamento revolucionário, enfrentou a ira dos coronéis e esteve envolvida em várias questões políticas do país. Pela sua determinação e competência a jovem goiana chegou a ser comparada com líderes famosos como Lenin e Joana D’Arc. Em 1925 seu reduto foi metralhado pela Força Pública de Goiás,

mas, curiosamente, foi chamada juntamente com seus seguidores para auxiliar o governo em conflitos perigosos, entre eles, a Revolução de 30 e a Revolução Constitucionalista de 1932 — nesta última recebeu inclusive patente de cabo¹ do Exército brasileiro para comandar uma companhia de 150 homens.

Segundo as informações que chegaram até nós, Benedita Cipriano começou a ser reverenciada na região onde morava quando ainda era muito pequena. De acordo com o testemunho de pessoas que conviveram com a menina, ela teria “ressuscitado” depois de ter sido confirmada à sua morte. Sua irmã, conhecida como Beringélia, conta que o fenômeno aconteceu no seu nascimento e na ocasião fizeram de tudo para reanimá-la, inclusive enfiando agulhas debaixo das unhas, mas a menina não reagia (DOC. SANTA DICA DO SERTÃO, 1986). De acordo com as pesquisas de Waldetes Aparecida Rezende, historiadora e moradora do distrito de Lagolândia, além do ocorrido no nascimento, o mesmo fenômeno morte/ressurreição teria se repetido em mais três ocasiões: a) quando a menina tinha dois anos de idade, b) em 1920, na sua juventude e c) quando já havia se mudado para a cidade de Goiânia (REZENDE, 2011, pp.16,17, 51). Para a medicina estes seriam casos de catalepsia².

As notícias sobre os ressuscitamentos de Benedita Cipriano percorriam o povoado local, e a crença no milagre despertava a curiosidade nas pessoas que começaram a procurar a menina em busca de soluções imediatas para suas mazelas, pois acreditavam que verdadeiramente estavam diante de uma santa milagreira. Dica, segundo testemunho de seu irmão, recebia a todos aqueles que chegavam ao arraial de igual forma, sem discriminações e preconceitos. Seu acolhimento aos que buscavam nela esperança de uma vida melhor foi um dos fatores importantes para o crescimento do reduto.

¹ Pompeu de Pina escreve em seu texto que Dica depois de combater em São Paulo recebeu patente de Cabo do Exército Nacional. Ver: CARVALHO, Adelmo de. *Pirenópolis coletânea 1727-2000: História, Turismo e Curiosidades*. Editora Kelps, 2000, p.177. Mas segundo João Moreira Damasceno, que foi comandado por Dica em São Paulo, a jovem recebeu patente de capitão em Uberaba, MG. Ver: *Morre o último soldado de Santa Dica*. Disponível em: <<http://www.dm.com.br/politica/2015/11/morre-o-ultimo-soldado-de-santa-dica.html>> Acesso em: 13 fev. 2019.

²Distúrbio neurológico em que o paciente apresenta incapacidade de mover os membros, pois os músculos permanecem enrijecidos. Ver:< <https://www.minhavidacom.br/saude/temas/catalepsia>> Acesso em: 17 fev. 2019.

A crença em torno da jovem aumentava dia após dia, atraindo centenas de peregrinos, inclusive de outros estados, que começaram a migrar para Lagolândia. Benedita, a líder desses camponeses, pregava que a terra era de Deus, portanto, deveria ser distribuída para todos; também lutava contra a cobrança de impostos e as injustiças praticadas pela classe dominante. Os camponeses desse reduto chegaram a pensar em uma república autônoma, uma vez que alegavam que não tinham mais nada a ver com as autoridades do país. O reduto chegou a produzir um jornal manuscrito chamado “*Estrela do Jordão. Órgãos dos Anjos da Corte de Santa Dica*”.

Com o crescimento da comunidade a jovem começou também a ganhar força política na região. Num primeiro momento os políticos tentaram até usar a influência de Benedita para se beneficiarem em suas campanhas. Mas aos poucos o reduto da jovem Dica começou a ganhar notoriedade na região e, com isso, passou a despertar atenção não somente dos grandes latifundiários, que perdiam a mão de obra barata, mas também da Igreja e das autoridades locais.

Os conflitos com o catolicismo

Embora Dica e o povo do reduto de Lagolândia tivessem sentimento de pertença à religião católica, muito cedo a jovem se viu envolvida num conflito com a Igreja oficial, representada pelos padres redentoristas³. Esse conflito está muito ligado com o processo de romanização no Brasil a partir da metade do século XIX, visto que a mudança para o Estado laico mexeu com a estrutura da igreja no país. Segundo o professor Faustino Teatino Cavalcante Neto a Constituição republicana estabeleceu o Estado laico no Brasil e, sendo assim, colocou o antigo poder da Igreja Católica em uma situação desconfortável, já que ela perdera sua posição de religião oficial, e sua rede de ação e de influência na sociedade diminuía (NETO, 2014, p.8).

³ A Congregação do Santíssimo Redentor foi fundada na Itália em 1732 por santo Afonso Maria de Ligório. Os redentoristas chegaram no Brasil em 1893, para a região de Minas Gerais. Em 1894, Dom Eduardo Duarte da Silva, bispo de Goyaz viajou a Europa em busca de padres para atender a romaria do Divino Pai Eterno do Barro Preto, realizar as santas missões na região sul da diocese, e cuidar da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campininhas de Goiás. Ver: Redentoristas – Província de Goiás. Disponível em: <<https://redentorista.com.br/institucional/historia/>> Acesso em: 13 fev. 2018.

Neste sentido, a Igreja oficial reagiu com a implantação de algumas reformas que entendeu serem necessárias para recuperar seu prestígio, como por exemplo, a separação do que considerava sagrado e o que julgava ser profano, praticado pelo chamado catolicismo popular. Para Robson Rodrigues G. Filho, pesquisador do caso de Santa Dica em Goiás, “a missão redentorista objetivava controlar o catolicismo popular presente nas romarias e desta forma, conseguir a fidelidade dos romeiros católicos às doutrinas oficiais romanas” (FILHO, 2009, p.63). Essas reformas implantadas no Brasil acabaram abrindo espaço para o aparecimento de alguns líderes carismáticos, dado que, os padres da Igreja, nesse momento com uma mentalidade bem mais próxima de Roma, se distanciaram cada vez mais do povo simples e necessitado. Segundo Marcelo Barzola Trabaj: “Essa omissão clerical ou falta de comunicação entre os fiéis surte efeito paradoxal. A religiosidade popular, alheia a Roma, nutre-se no seu sentimento místico, messiânico, folclórico, mítico e até supersticioso” (TRABAJ, 1997, p.581). Ainda segundo ele por conta disso desenvolve-se um catolicismo popular, liderado por beatos, beatas, rezadores, “monges”, capelães, carismáticos que gozam de grande prestígio principalmente entre as massas rurais (TRABAJ, 1997, p.581). O aparecimento de Dica no reduto de Lagolândia pode ser classificado como um desses casos, que na ocasião vai ser combatido pelos padres redentoristas e seu instrumento ideológico, o jornal *O Santuário de Trindade*.

Este jornal tratou de desclassificar Dica, chegando a fazer um pedido de intervenção das atividades no reduto no decorrer do ano de 1924: O artigo a seguir demonstra toda a insatisfação da Igreja:

[...] e nem a tal mulher é santa [...], contudo é assim conhecida a moça hystérica, impostora, visionária que vive lá para as bandas do rio do Peixe. O povo ignorante e supersticioso se deixa prender por suas baboseiras e asneiras e em grande número para lá se dirige para ser baptizado, chrismado e casado sob auspícios da tal embusteira. É caso para intervenção da polícia (sic.) (*O Santuário da Trindade* em 1924, nº 66).

O jornal continuou com ataques constantes à Benedita, na intenção de pressionar as autoridades locais a por fim ao reduto:

Si não se tomar sérias providências a questão se complicará, e nos veremos em um buraco sem saída. E não será por falta de aviso; nós, os da imprensa cumprimos com nosso dever, dando o alarme.

Compete agora a polícia pôr cõbro a essas baboseiras que impressionam os ignorantes e simples. A nossa história e a de outros paizes está cheia desses fatos tristes e de suas conseqüências perniciosas; basta lembrar a história dos Canudos, na Bahia, com seu Antônio Conselheiro e dos Muckers, no Rio Grande do Sul com seu João Maurer (sic.) (*O Santuário da Trindade* em 1924, nº 81).

Segundo Eleonora Zicari:

Foram 13 artigos produzidos com o intuito de denunciar os acontecimentos que se desenvolviam na Lagoa, ao mesmo tempo em que os construíam. Pode-se mesmo afirmar que o Santuário de Trindade “criou” o “acontecimento” Santa Dica e a Corte dos Anjos, pois foi seu grande divulgador. É somente mais tarde que a imprensa local, já devidamente alimentada pela propaganda do Santuário, passará a ocupar o caso (BRITO, 2001, p.69).

Os conflitos com os padres redentoristas se estenderam por um longo tempo. Em 1925, por ocasião da convocação de Benedita para defender o Estado, o jornal voltou a se manifestar, desta vez para lembrar que já havia alertado o governo sobre o caso e que por não tomarem as devidas providências agora estavam sofrendo com a imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo. A edição de 25/09/1925 diz o seguinte:

Bem feito! Quiseram dar ouvidos às nossas reclamações a respeito de tal hystérica “Dica dos Anjos” e agora tem que sofrer as conseqüências. A imprensa do Rio e São Paulo dá boas chacinadas da credence e insensatez dos que cultuam a grande santa. Os motejos e sarcasmos indicando nome e narrando as homenagens prestadas à Dica na capital do estado, são verdadeiramente desconcertantes e humilhantes para os foros cultos de Goyaz. Já os títulos que dão as chronicas, em typos gordos e alarmantes, chamam a atenção do leitor e expõem ao ridículo o procedimento dos goyanos que se deixaram levar pela lãbia de Dica. E a história não ficará nisso: daqui a dias essa imprensa collocará nosso estado no rol das tribos soviéticas que acreditam em feiticeiras e bruxas e nós teremos que engulir a pílula porque os próprios goyanos deram a mão á palmatória (sic.) (REZENDE, 2011, p.28).

A preocupação dos padres redentoristas se deu muito em razão de Benedita se tornar uma liderança forte entre o povo, pois estes acreditavam verdadeiramente em suas palavras, e mais, no seu poder de cura para todos os

males. Esse desassossego dos padres aumentava a cada dia, não somente pelo prestígio que a moça adquiriu no seu reduto em Lagolândia e no município de Pirenópolis, mas agora em todo o Estado de Goiás.

Os conflitos com os coronéis

Os coronéis reclamam a falta de braços para a lavoura, além do mais, muitos trabalhadores seguindo os conselhos de Dica, recusavam trabalhar no dia de sábado, causando assim grandes prejuízos aos proprietários de terra. Há também notícias de que muitos deixaram para trás seus antigos empregos e passaram a aderir o movimento, preferindo trabalhar coletivamente as terras da comunidade (BRITO, 2001, p.66). O jornal *O Democrata* denunciava que Dica ensinava que a terra era um bem coletivo e que seu povo desobedecia as leis civis, invadiam terras e desafiavam as autoridades locais (CARVALHO, 2003, p.2722).

A religiosidade praticada no reduto de Dica procurava realçar a vida prática e também previa a igualdade entre todos os homens, mas essa não era a mesma leitura feita pela Igreja e a classe dominante. Segundo a antropóloga Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros:

Essa tendência de enfatizar uma vida social prática, por parte do catolicismo popular, se manifesta em todos os níveis e em todos os lugares onde camadas populares manipulam a utopia do catolicismo. A classe dominante, para tornar eternas sua dominação, sua hegemonia, quando se refere ao tempo final, do mundo da igualdade prometido pela tradição cristã, desloca-os sempre para mais distante, para após a morte. As classes dominadas quando galvanizadas pela ação dos movimentos religiosos, tentam atualizar esse tempo escatológico, realizar no “ agora” as promessas do bem comum (BARROS, 1988, p.144).

Essa abreviação do tempo por parte dos dominados para instituir um mundo de igualdades, certamente traz a reboque um conflito inevitável, não apenas com a Igreja, mas também com os proprietários de terras, que não se viam com iguais, além de necessitarem imprescindivelmente da força de trabalho para que suas terras continuassem a produzir riquezas. O pai de Dica chegou a ser intimado a comparecer na cidade de Pirenópolis por conta das denúncias que eram feitas contra a comunidade. Em Pirenópolis o primeiro

superintendente do Delegado de Polícia o ameaçou, para que pedisse a sua filha que mandasse toda aquela gente de volta para seus lugares de origem, dando fim aquele reduto (REZENDE, 2011, p.28).

Os conflitos com o Estado

Apesar das perseguições sofridas por Dica e sua comunidade, em 1925 ela foi chamada pelo senador Antônio de Ramos Caiado, Totó Caiado, juntamente com outros coronéis para defender o governo contra os revoltosos da “Coluna Prestes”. A chegada da moça de Lagolândia na capital provocou sentimentos diversos. Segundo Maria Meire de Carvalho:

Ao chegar na capital de Goiás , santa dica foi recebida com pompas, fato que intrigou o senador Totó Caiado, já que sua presença era para ser motivo de demonstração de força política de sua oligarquia, mas Santa dica recebeu mais atenção do que a elite política local e foi saudada com admiração pelo povo da capital (CARVALHO, 2003, p.2726).

Os padres redentoristas ficaram indignados com a aliança entre Dica, uma mulher desvalorizada por eles, e o Estado. Comentando sobre esta aparição de Dica numa sociedade elitista e excludente, a pesquisadora Eleonora Zicari, escreve:

Ao decidir assumir um papel que não se inseria no script do teatro social regido pelas normas e valores dessa sociedade que a marginalizava – onde já se viu mulher lutar ao lado de homens? -, Dica expõe-se ao papel mais temível que pode caber a uma mulher. Ela vira a “marafona”, a “prostituta”, procedendo até mesmo” pior que elas” (BRITO, 2001, p.76).

Na oportunidade Dica esteve à frente de um grupo de aproximadamente quatrocentos homens armados, integrando o “Batalhão Patriota”(REZENDE, 2011, p.26). Não houve confronto entre os comandados de Dica e os revoltosos da Coluna Prestes. Sobre esse episódio o documentário *Santa Dica do Sertão* trás um relato intrigante sobre uma suposta aliança entre ela e os revoltosos:

Ela segue levando aliados da polícia militar em direção a Anápolis, por onde passaria o grupo liderado por Siqueira Campos. O encontro se deu na segunda noite de espera. Santa Dica deslocada da tropa é pega de surpresa por Siqueira Campos que já a conhecia de nome pelos seus trabalhos, acabam fazendo uma aliança (DOC. SANTA DICA DO SERTÃO, 1986).

Após retornar a capital, Dica e seus seguidores foram conduzidos à chefia de polícia, foi exigido o afastamento de suas práticas religiosas. Além disso, tiveram de retornar ao lugar de origem sem armas e com ordens de refazerem o trajeto a pé (VASCONCELOS, 1991, pp.147,148). Dica novamente não se intimidou com o que fora ordenado pelas autoridades da capital e continuou trabalhando com seus seguidores até o dia de conhecer de perto a fúria de seus opositores.

No dia 14 de outubro de 1925 o reduto foi atacado. Este episódio ficou conhecido como “*Dia do fogo*”. Rezende, descrevendo o acontecimento, diz que:

Um batalhão com cerca de 100 homens, formado por militares e jagunços que prestavam serviço a coronéis da região, contrários às ideologias de Santa dica e seus seguidores, chegando ao local, se posicionaram na serra onde fica o cemitério do distrito e de lá vigiavam o reduto, e dali metralharam as casas, na época quase todas de capim. O tio de Dica, José Cipriano Gomes, reagiu e foi baleado, caindo morto na rua. Também morreu José Silva Belos. E quanto ao número de afogados alguns afirmam não ter ocorrido, enquanto outros garantem que pereceram muitos (REZENDE, 2011, p.29).

Santa Dica não foi ferida no ataque e, por conta disso, muitas histórias foram criadas a seu respeito. Em uma delas dizem que as balas batiam no vestido da santa e ricocheteavam, acertando apenas as partes altas das casas e os anjos que vieram em seu socorro não permitiam que as balas alcançassem os fiéis, por isso elas subiam (BRITO, 2001, p.67). Quanto ao número de mortos no “*Dia do Fogo*” ainda há muita divergência nos relatos.

Dica depois de ficar escondida no mato por cerca de uma semana se apresenta a polícia para prestar depoimento sobre o ocorrido. A jovem foi condenada a um ano e dois meses de detenção, mas ficou presa apenas nove meses, sendo libertada em meados de 1926. Apesar de cumprir sua pena Santa Dica foi obrigada a deixar Goiás, pois foi considerada pessoa não grata ao

Estado. Benedita veio para o Rio de Janeiro onde conheceu Mário Mendes⁴, repórter do *Correio da Manhã*, com quem se casou em 1928.

Santa Dica volta a Goiás e participa das Revoluções de 1930 e 1932

Santa dica voltou para Goiás em 1927 para dar continuidade ao seu trabalho na comunidade. Embora já tendo cumprido sua pena, Dica não se livrou das perseguições, pois continuou sendo alvo de ataques da imprensa local e nacional. Ela e Mário Mendes passaram a ser acusados de praticarem charlatanismo no reduto. João de Minas, em seu escrito publicado pelo jornal *O Paiz* em 19 de fevereiro de 1928, acusa Mário Mendes de planejar juntos aos adeptos de Santa Dica um golpe revolucionário no Brasil Central. O autor do texto inclusive faz ligação entre Dica e Mário Mendes com Luiz Carlos Prestes, supondo que os três tinham um plano para a tomada de Goiás.

Apesar dos conflitos com Estado, Igreja e coronéis e da perseguição da imprensa, Dica sempre foi interpretada como uma mulher ousada e dotada de enorme coragem. Segundo Christovam de Pina, em 1930 por ocasião da Revolução, foi chamada juntamente com seus adeptos a participarem do movimento, desta vez ao lado do Governo (CARVALHO, 2000, p.178). Na ocasião partiram de Lagolândia 40 homens seguindo a Jovem nesta missão (REZENDE, 2011, p.93). Na Revolução Constitucionalista de 1932 novamente estava lá a Santa de Lagolândia para defender o governo contra os revoltosos paulistas. Rezende diz que Santa Dica e Mário Mendes, considerados experientes por terem participado da Revolução de 1930 em Goiás e influentes politicamente, são convidados a se juntarem as tropas oficiais do governo estadual e federal (REZENDE, 2011, p.94). Dica formou uma companhia de 150 homens com autorização para usar as fardas do exército nacional e se incorporou ao destacamento Manoel Rabelo em operações de guerra do batalhão goiano Siqueira Campos (DOC. SANTA DICA DO SERTÃO, 1986).

⁴ Mário Mendes chegou a ser prefeito de Pirenópolis em 1934. Acredita-se que sua ascensão na política se deu por conta da influência de Benedita na região.

Os seguidores de Dica ficaram conhecidos como *Pés de Palha e Pés sem Palha*, método usado por ela para que pudessem distinguir entre esquerda e direita. Dica foi para o combate em três frentes: na Ponte do Jaraguá, Itajobi e Chapadão. Voltou de São Paulo sem nenhuma baixa (PAIVA & MARTINS, 2010, p.41). O retorno de Dica para Goiás com todos os seus comandados aumentou ainda mais a sua fama. Ana Ramos, uma seguidora de Dica, conta que ao aproximar o dia do retorno dos que partiram com Dica, a comunidade preparou uma grande homenagem para ela. Quando o batalhão entrou perfilado na cidade, o povo gritava “vivas” e aplaudia (REZENDE, 2011, 96). Digno de nota é que foi em São Paulo durante a Revolução que Dica conheceu Juscelino Kubitschek, médico que trabalhava na época socorrendo os feridos da guerra e que se tornou presidente do Brasil. Segundo Bernarda Cipriano, irmã de Dica, Juscelino após tomar posse como presidente do Brasil, desfilava com ela pelas ruas de Goiânia, passeando e conversando como velhos amigos (REZENDE, 2011, p.94).

Considerações finais

Dica faleceu em nove de novembro de 1970, ao passar por uma cirurgia no intestino. Ela acabou não resistindo e morreu antes do final da operação (REZENDE, 2011, p.52). Segundo o historiador Jayme Câmara, no anonimato dos últimos dias, buscava ainda socorrer aos necessitados que a procuravam. Para ele a popularidade de Dica se manteve durante muitos anos, graças à bondade e ao respeito que imprimiu sempre aos seus hábitos de sertaneja modesta (CÂMARA, 1973, p.157).

Benedita foi sepultada em frente a sua casa e até hoje seu túmulo é visitado por muitas pessoas que de alguma forma tomaram conhecimento da sua história. Atualmente uma senhora chamada Divina Soares da Silva, que reside na antiga casa de Dica, acredita ser sua sucessora e, sendo assim, procura juntamente com outras mulheres dar seguimento aos seus trabalhos⁵.

⁵ Segundo relatos orais existe hoje uma associação em Lagolândia de aproximadamente sessenta mulheres que se reúnem todos os sábados na antiga casa de Dica . Ver: CARVALHO, Maria Meire de. “*Em Goiás como em Canudos: Santa Dica – A conselheira de saia...* p.2727.

A liderança de Benedita Cipriano mostrou para a sociedade goiana de seu tempo um modelo de convívio e trabalho, baseado no sistema de mutirões dos seus moradores, que tocou profundamente na vida de todos os que viveram de perto aquela experiência. O historiador Paulo Bertran, em entrevista para o cineasta Carlos Del Pino, comenta sobre o ethos social e a liderança carismática exercida por Dica no reduto de Lagolândia. Diz ele: “As pessoas precisam dela, ela representa a esperança daquele povo, pois aglomera os despossuídos, a gente pobre, expulsa pela cerca de arame. Ela catalisa toda insatisfação gerada pela perda, pela ameaça de destruição do sistema de subsistência”(DOC. SANTA DICA DO SERTÃO, 1986). Realmente esta é uma boa síntese do que essa líder messiânica representou para sua gente nas primeiras décadas do século XX.

Apesar das particularidades encontradas neste movimento, são poucos os historiadores brasileiros que se dedicaram a estudar os acontecimentos que se desenrolaram durante a vida de Benedita Cipriano. Para Lauro de Vasconcellos, um dos poucos pesquisadores a se debruçar sobre o tema:

No Brasil, somente os movimentos sociais nos quais o poder central foi chamado a intervir através de sua força militar é que se tornaram objeto de estudo por parte dos mais diferentes profissionais, motivo por que não foram apagados da memória nacional (VASCONCELLOS, 1991, p.22).

Diferentemente dos movimentos sociais de Canudos e Contestado, que sofreram intervenções do poder central, a comunidade liderada por Santa Dica, sofreu apenas a intervenção das forças policiais de Goiás em 1925. Pode ser que esse seja um dos motivos do movimento social de Lagolândia ter sido eclipsado pelos outros que se tornaram bem mais conhecidos no Brasil. Sendo assim, permanece ainda sem despertar maiores interesses por parte dos pesquisadores atuais.

Benedita Cipriano Gomes, Santa Dica de Goiás, que chegou a ser considerada pelos órgãos de imprensa como “Joana d’Arc brasileira”, mesmo não encontrando o lugar que merecia na historiografia brasileira, com certeza nos deixou um legado enorme para a compreensão da fé popular praticada por grande parte do povo brasileiro.

Referências

- ARAÚJO, Sérgio & Montesano, Sueli de A. “*Benedita Cypriano: bruxa ou guerreira?*” Artigo apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História (ANPUH) – Londrina, 2005. Em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0937.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2017.
- ARRAIS, C. P. A. *Mobilidade discursiva: o periodismo político em Goiás*. Goiânia: UFG, 2013.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti *A terra da mãe de Deus*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: INL, 1988.
- BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Tradução: José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulus, 1985.
- BLOCH, Enerst. *Thomas Münzer: teólogo da revolução*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário 34, 1973.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução: Maria Helena Kühner. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Cavalcadas de Pirenópolis*. Goiânia, Editora Oriente, 1974.
- _____. *Memória do Sagrado: Estudos de Religião e Ritual*. Disponível em: <http://sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/memoria_sagrado.pdf> Acesso em: 27 abr. 2017.
- BRITO, Eleonora Zicari C. de. *Santa Dica, Relação de Gênero e Campo Religioso*, p. 61-79. In: COUTINHO, Sérgio Ricardo (org). *Religiosidades, misticismo e história no Brasil Central*. Brasília: CEHILA, 2001.
- BRITO, Enio José da Costa e TENÓRIO, Waldecy. *Milenarismos e messianismo ontem e hoje*. São Paulo: Loyola, 2001, versão digital. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=8515022710>> Acesso em: 14 nov. 2017.
- BRITO, Gilmário Moreira. *Pau de colher: na letra e na voz*. São Paulo: EDUC, 1999.
- CÂMARA, Jaime. *Nos Tempos do Frei Germano*. Editora: Cultura Goiana, 1973.
- CAMPOS, F. Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia, Ed. Universidade Federal de Goiás, 1987.
- CARVALHO, Adelmo de. *Pirenópolis coletânea 1727-2000: História, Turismo e Curiosidades*. Editora Kelps, 2000.
- CARVALHO, Maria Meire de. “*Em Goiás como em Canudos: Santa Dica – A conselheira de saias*”. *Rev. Hist. UEG*, Anápolis, v3, n.2. pp.128-146, jul/dez, 2014. Disponível em: <http://www.academia.edu/26855582/Santa_Dica_de_Goi>

%C3%A1s_o_germinar_de_um_movimento_messi%C3%A2nico_1923-1925_ > Acesso em: 17 mar. 2014.

CATROGA, Fernando. *História, memória e historiografia*. 1ª ed. Coimbra. Quarteto Editora, 2001.

COMBLIN, Joseph Jules. *Padre Ibiapina*. São Paulo: Paulus, 2011.

CURADO, João Guilherme da Trindade; MAIA, Carlos Eduardo Santos. *Marcas da “Santa Dica” nas paisagens de festas em Lagolândia, GO*. Textos escolhidos de cultura e artes populares, Rio de Janeiro, v.8, n.1, pp.67-77, maio. 2011. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/viewFile/10453/8209>> Acesso em: 6 jun. 2018.

DOBRORUKA, Vicente. *História e Milenarismo: ensaios sobre tempo, história e o milênio*. Brasília: Editora da Unb, 2004.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Volume 1. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

FILHO, Robson Rodrigues G. *A manipulação do sagrado em Goiás: Santa Dica e a ordem redentorista*. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Goiás - Unidade Universitária de Ciências Humanas e Sócio-Econômicas de Anápolis, Goiás, 2009. Disponível em: <http://www2.unucseh.ueg.br/bibliotecaunucseh/acervo/monografias/graduacao/historia/ano/ano_2009/tcchist_santadica_ordem_redentorista_filho_2009.pdf> Acesso em: 15 fev. 2019.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro – 1550-1800: Ensaio de interpretação a partir dos oprimidos*. Petrópolis. Vozes, 1974.

NETO, Faustino Teatino Cavalcante. *A Igreja Católica na Paraíba republicana: romanização e “males” a serem combatidos*. *Revista paraibana de História*, ano I, n.1, 2º semestre de 2014, ANPUH-PB, p.8. Disponível em: <www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rph/article/view/23810> Acesso em: 14 fev. 2018.

MILLARCH, Aramis. *Santa Dica, a messiânica revolucionária de Goiás*. Artigo originalmente publicado em 25 de novembro de 1989. Disponível em: <<http://www.millarch.org/artigo/santa-dica-messianica-revolucionaria-de-goias>> Acesso em: 7 jun. 2017.

PAIVA, Rafael Jacob de & MARTINS, Rubens de Oliveira. *Santa Dica e a República dos Anjos: um paraíso no Cerrado*. *Revista Múltipla*, Brasília, ISSN 1414 – 6304. Ano XV, 22 (28): pp. 29-53, junho, 2010. Disponível em: <http://ssystem08.upis.br/repositorio/media/revistas/revista_multipla/multipla28.pdf> Acesso em: 12 jan. 2018.

REZENDE, Waldetes Aparecida. *Santa Dica: história e encantamentos*. 2ª ed. Goiânia: Kelps, 2011.

SUESS, Paulo Guenter. *O Catolicismo Popular no Brasil: Tipologia de Religiosidade Vivida*. Tradução: Antonio Steffen. São Paulo: Edições Loyola, 1979, versão digital.

VASCONCELOS, Lauro de. *Santa Dica: Encantamento de mundo ou coisa do povo*. 2ª ed. Goiânia; CEGRAF/UFG, 1991.

Documentário

SANTA DICA DO SERTÃO. Carlos Del Pino, 1986. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=87Ql2yy3qyU>> Acesso em: 12 mar. 2017.

ESCOLA SEM PARTIDO: CONFUSÃO ENTRE NEUTRALIDADE E OBJETIVIDADE.

David Santos Pereira Chaves

Doutorando, PPGE/UFRJ

Introdução

Pensando a escola como instituição mediadora, pretendemos, brevemente, discutir a ideia e verdade universal como uma construção histórica, abordando a educação como um ato político mediador da materialização de projetos societários em disputa na sociedade civil. Não estamos querendo dizer com isso que a educação é sempre reprodutora da hegemonia dominante, embora esse seja o objetivo num grau mais alto de abstração, porque há processos de mediação entre o que fora idealizado e o que é materializado no dia a dia das escolas.

Para tanto, recorreremos ao método materialista histórico e dialético com a finalidade de se chegar à raiz das determinações da realidade, procurando suas contradições, é um ir além das aparências imediatas que se nos apresentam como verdades explicativas, buscando a interpretação do mundo real sem desconsiderar que o conhecimento é produzido historicamente, portanto, é parcial. A análise dialética não busca a relação causa-efeito como produto final de um fenômeno, mas parte da revisão desse fenômeno em direção à busca pela sua essência na construção e desenvolvimento do conhecimento.

Embora adotemos o método materialista histórico dialético, não nos furtamos de recorrer a autores com enfoque histórico-culturalista que, mesmo tendo divergências teóricas em pontos específicos, têm o mérito de abordar a construção da epistemologia sob um olhar historicista, o que nos ajuda a pontuar as diferenças entre uma concepção que segue aos padrões de objetividade científica e uma concepção que se pretende neutra.

Dividiremos nossa reflexão em duas partes: (i). Discutiremos a ideia de verdade universal no campo científico e a relacionaremos com os processos de

formação de professores; (ii). Abordaremos a proposta de neutralidade político-científica que o projeto de Lei Escola Sem Partido pretende introduzir na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.

A objetividade da formação dos professores não se confunde com neutralidade

Adotamos uma epistemologia que concebe o conhecimento científico como transitório e carregado de historicidade, conforme salientam Cardoso (1971) e Kosik (1976). Dentro dessa perspectiva epistemológica, discutimos a possibilidade de se chegar à realidade através do exercício proposto por Marx (2003) de aprofundar os diversos graus de abstração, de forma a voltar com um novo olhar, cheio de mediações, ao que se apresentou na imediaticidade da aparência como verdade inicial.

A partir das reflexões de Cardoso (1971), Latour (2001), Weber (1979) e Wagner (2010) percebemos que a concepção platônica de verdade – algo a ser descoberto que estaria posto no mundo das ideias – permeia alguns trabalhos científicos e tem direcionado propostas de construções de currículos nos diferentes níveis educacionais. Dessa forma, para Weber (1979, p. 88), não existiriam descobertas, mas sim a compreensão dos processos sociais, em função de “todo o conhecimento reflexivo da realidade infinita realizado pelo espírito humano finito baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica”; já para Latour (2001, p. 20), a realidade é relativizada à medida que “depende daquilo que a massa considera certo em determinada época”. Por sua vez, para Cardoso (1971, p. 04), “o conhecimento é sempre menos rico que a realidade”; e, por fim, para Wagner (2010, p. 09), “o homem inventa as suas próprias realidades”. Assim como os autores supracitados, entendemos que a concepção de *verdade absoluta* é relativa e possui influências históricas, sociais e, inclusive, motivações político-econômicas.

Dentro dessa perspectiva de verdade historicamente construída, destacamos a importância de as Diretrizes Curriculares Nacionais para as Licenciaturas (DCNL) defenderem o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”

(CNE, 2015, p. 1) e o diálogo constante entre diferentes visões de mundo" (CNE, 2015, p. 3) na formação dos futuros professores. O pluralismo de ideias e visões de mundo funcionam como importante selo de concepção da realidade como algo construído, que não existe *a priori* sem a interferência do homem e, portanto, é mediada pela história.

Ao partirmos da negação da ideia da existência de uma mente extirpada e privilegiada na contemplação dos objetos de pesquisa, “recusamo-nos a conceder-lhe a existência a-histórica, isolada, inumana, fria e objetiva [...]”. (LATOUR, 2001, p. 28). Nessa mesma direção, Weber (2011, p. 40) argumenta que a ciência não parte de revelações ou certezas, mas da dúvida; assim, mesmo tendo construído hipóteses consistentes, não pretendemos espremer a realidade para confirmar ou refutá-las.

Diante dessa breve localização do problema científico dentro de uma perspectiva histórica, acreditamos que a Resolução CNE/CP 2/2015 (CNE, 2015, p. 3) atende a essa demanda em torno da necessidade de diálogo entre as diferentes concepções de mundo como forma de enfrentamento a movimentos que surgem na sociedade civil e postulam uma suposta neutralidade científica na busca pela verdade (que estaria posta e deveria ser descoberta, como se o objeto científico estivesse ali, independentemente da vontade do pesquisador).

Essa busca pelo conhecimento científico está impregnada de historicidade, assim como o objeto de estudo, também, é construído pelo pesquisador e não está posto *a priori* (WEBER, 2011). Bruno Latour (2001) argumenta que o pesquisador é modificado por seu objeto de estudo também, ou seja, assim como Pasteur modificou os micróbios, também não foi mais o mesmo pesquisador depois da descoberta dos micróbios – foi modificado por eles também. Diante disso, a realidade não é um “jogo zerado” e a construção dos currículos de formação de professores também parte de uma determinada concepção de mundo (GATTI, 2001).

Quando estamos argumentando que a *verdade* deve ser historicizada, não estamos dizendo que o método de pesquisa não deve atender a critérios objetivos e de controle das subjetividades. É fundamental a pluralidade de ideias e métodos de pesquisa, desde que o pesquisador seja rigoroso na aplicação do método e da teoria que utiliza na pesquisa, a fim de produzir resultados consistentes. Essa busca pelo rigor científico na pesquisa requer a

clareza conceitual do método e sua aplicação, tais como “estratégias de produção de conhecimento científico, incluindo a geração e a validação de teorias. Teorias seriam formas padronizadas de coleta e análise de dados, com a mesma finalidade, a de produzir conhecimento válido”. (CANO, 2012, p. 5).

A partir desse rigor na aplicação do método, procuramos a objetividade na pesquisa, tendo em mente, conforme Weber (1979), que não se confundiria com neutralidade, mas seria o controle rigoroso da pesquisa, através de métodos sistematizados de trabalho; dessa forma, a escolha do objeto, a escolha do método, a construção das categorias, conceitos e noções até poderia ser subjetivo, mas o resultado teria que ser objetivo.

“Escola Sem Partido”: confusão entre objetividade e neutralidade na atuação dos professores.

A objetividade na formação dos professores não existe dentro dos parâmetros positivistas, mas existe a partir do reconhecimento dos juízos de valores dos quais estamos partindo e de seu controle rigoroso, pois “sempre que um homem da ciência permite que se manifestem seus próprios juízos de valor, ele perde a compreensão integral dos fatos”. (WEBER, 2011, p. 40). Esse é o ponto que queremos chegar: o professor/pesquisador precisa ter a consciência de que o ponto de partida é subjetivo – escolhas de formas de análise e até do objeto –, mas a chegada tem que ser objetivada pelo controle rigoroso do método e da teoria. Em outras palavras: a objetividade não se confunde com neutralidade.

Essa mesma premissa pode ser estendida para a construção dos currículos de formação dos futuros professores: a objetividade deve existir, mas sem se confundir com uma suposta neutralidade político-ideológica dos referenciais teórico-metodológicos utilizados nas construções das diferentes concepções pedagógicas. A partir dessa premissa, entendemos que os futuros professores serão formados dentro de uma concepção pedagógica plural, mas que não é neutra, embora carregue consigo os devidos controles demandados pela objetividade científica.

Essa confusão entre objetividade e neutralidade tem sido tema de algumas propostas de movimentos da sociedade civil que compreendem a educação

como um *serviço* apenas *técnico* e destituído de mediações políticas e socioeconômicas. Um movimento da sociedade civil que tem se destacado em propor uma suposta neutralidade científica objetivada na construção e disseminação do conhecimento é o denominado *Movimento Escola Sem Partido* (MESP).¹ O MESP se auto-intitula como uma associação sem finalidade lucrativa e sem vinculação partidário-ideológica² que teria a finalidade de coibir a *doutrinação política e ideológica* que os professores fariam em sala de aula, conforme citação abaixo:

A doutrinação política e ideológica em sala de aula ofende a liberdade de consciência do estudante; afronta o princípio da **neutralidade** política e ideológica do Estado; e ameaça o próprio regime democrático, na medida em que instrumentaliza o sistema de ensino com o objetivo de desequilibrar o jogo político em favor de um dos competidores. (ESP, s.d, online).

A principal a proposta do MESP é o *Projeto Escola Sem Partido* (PESP) que se constitui em um conjunto de medidas que visam *combater* a doutrinação ideológica nas salas de aula e garantir aos pais a primazia sobre a educação moral de seus filhos. Por essa linha de raciocínio, o Estado, materializado na ação dos professores em sala de aula, deveria ser revestido de “neutralidade político-ideológica e religiosa”. (ESP, s.d, online). Dessa maneira, o

Programa Escola sem Partido é um conjunto de medidas previsto num anteprojeto de lei elaborado pelo Movimento Escola sem Partido, que tem por objetivo inibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a **educação moral** dos seus filhos. (ESP, s.d, online).

Dentre as proposições com origem nas reflexões do MESP, destacamos o Projeto de Lei 867/2015 proposto pelo Deputado Federal Izalci Lucas Ferreira (PSDB/DF) que inclui o *Programa Escola Sem Partido*, cuja origem está no Movimento Escola Sem Partido, entre as diretrizes e bases da educação

¹ “**EscolasemPartido.org** é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. (ESP, s.d, online).

²O **EscolasemPartido.org** [é] uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária”. (ESP, s.d, online).

nacional. O Projeto de Lei 867/2015 traz consigo uma das premissas estruturantes do PESP: “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado” (BRASIL, 2015, Art. 2, I) e “pluralismo de ideias no ambiente acadêmico”. (BRASIL, Art. 2, II). Um dos principais focos do PESP é justamente fazer o Estado, materializado na ação dos professores, atuar de forma *neutra*, mas num pluralismo de ideias.

Acreditamos que a pluralidade de ideias estaria de acordo com a Resolução CNE/CP 2/2015 e é benéfica à formação de novos professores nos cursos de licenciatura, à medida que restringe a possibilidade de cairmos no jogo cínico do pensamento único. O problema está justamente na defesa da “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado” (CNE, 2015, Art. 2, I). A neutralidade política se apresenta, inicialmente, como uma verdade inquestionável. Aprofundando nosso raciocínio, nos questionamos: o Estado é neutro? Aprofundando ainda mais os graus de abstração: o que será ensinado na sala de aula não seria também uma construção político-histórica sob a máscara da neutralidade? Sendo uma construção político-histórica, não estaria a serviço de interesses de um determinado grupo?

A primeira questão que pretendemos abordar aqui é sobre a concepção de Estado que o PESP traz consigo. O projeto se desenvolve em torno da premissa de que o Estado seria uma entidade neutra e, portanto, “a doutrinação política e ideológica em sala de aula ofende a liberdade de consciência do estudante; afronta o princípio da **neutralidade** política e ideológica do Estado”. (ESP, s.d, online). A ideia da existência de um Estado neutro está assentada na visão hegeliana de que o Estado seria um conciliador de diferentes interesses, a fim de garantir o bem comum, ou seja, atuaria de forma imparcial, sem refletir projetos societários específicos. Diante disso, Coutinho (2011) afirma que Marx, partindo da ideia de uma contradição irreconciliável entre os interesses do Estado e os interesses particularistas, já percebera

[...] que a dominação da particularidade na sociedade civil-burguesa impõe necessariamente a dominação da particularidade também no Estado, o que torna impossível a emergência nesse último de uma vontade geral: o que Hegel chama de “vontade universal” não passa do equilíbrio recíproco, através da arbitragem burocrática, de diferentes particularidades (COUTINHO, 2011, p. 123).

Na mesma direção teórica que Gramsci (1968) compreendemos a sociedade civil como local de disputa por projetos societários e construção de hegemonia. Diante disso, os diferentes atores da sociedade civil disputam a hegemonia que irá prevalecer na sociedade política (Estado), a partir de relações simbióticas com as organizações empresariais (mercado), mediante financiamento desses projetos societários sob a forma de filantropia. Assim, as organizações empresariais projetam seus interesses no apoio à representação política, anteriormente no financiamento de campanha e, agora, no financiamento de movimentos da sociedade civil que apoiam determinada hegemonia.

Negar o caráter político-ideológico do Estado é justamente uma concepção ideológica do MESP, cuja ideologia da racionalidade-objetividade é estruturada numa concepção de que o Estado é “neutro, representante da vontade e dos interesses gerais, árbitro entre as classes em luta [...]”. (POULANTZAS, 1985, p. 179). Com essa afirmação, não estamos querendo dizer que o Estado não é permeável a interesses de grupos não-hegemônicos em determinadas conjunturas, mas estamos conduzindo nossa reflexão na direção de que o Estado é alinhado política e ideologicamente com a concepção hegemônica gestada na sociedade civil.

Uma primeira premissa que utilizamos aqui é a de que a neutralidade política na educação pública porque o Estado não é neutro. Para desenvolver o nosso argumento, recorreremos às análises de Codato & Perissinotto (2001) que compreendem as políticas públicas, inclusive as que definem a construção curricular, como desdobramento das correlações de forças no interior do Estado. Um dos principais problemas que identificamos no PESP é que a defesa de que uma educação *neutra* e que não atenderia a uma ideologia específica considera o Estado como um árbitro, conciliador de classes em disputas e ignora, inclusive, que há disputas, também, dentro do Estado na consolidação de projetos societários.

Por essa linha de pensamento, o Estado seria neutro porque não estaria a serviço de nenhum grupo específico da sociedade civil ou do mercado, mas a serviço do *bem comum*. Segundo Carnoy (1986, p. 23):

[...] para a teoria do Estado Liberal, baseada nos direitos individuais e na ação do Estado de acordo com o “bem comum” a fim de controlar as paixões dos homens [...] o papel do Estado que melhor serviria à humanidade era aquele que desse conta disso e garantisse o funcionamento de um mercado livre na sociedade civil.

A compreensão desse Estado *neutro*, pelo PESP, se estende para uma sociedade civil, também *neutra*, que não se relacionaria com Estado e mercado na construção de projetos societários. Uma das fragilidades do argumento utilizado pelos idealizadores do PESP é a suposta neutralidade deveria se estender na abordagem de um determinado assunto por parte de professores e dos livros didáticos. Essa premissa é frágil porque desconsidera que a sociedade civil é local de produção da hegemonia e local de disputa por projetos societários, conforme aponta Gramsci (1968). Em outras palavras: os movimentos da sociedade civil não são neutros, mas postulam a supremacia de uma determinada hegemonia sobre os demais projetos societários e, dessa forma, sua atuação é política e economicamente orientada, quer seja na construção dos currículos (do que deve ser ensinado nas escolas), quer seja na construção dos livros didáticos.

Na justificativa que apresenta os motivos pelos quais o PESP (Projeto de Lei 867/2015) deveria ser incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o então Deputado Federal Izalci Lucas Ferreira (PSDB/DF) argumenta que “é fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas”. (BRASIL, 2015, p. 5). Por essa linha de pensamento, os professores e os livros didáticos seriam parciais por estar associado a uma determinada visão de mundo, o que deveria ser combatido em função da parcialidade no desenvolvimento das atividades educacionais, o que seria incompatível com a ação do Estado.

A fragilidade da proposta do PESP é identificar a educação como um serviço *neutro*, destituído de mediações e que o cumprimento do currículo de forma isenta seria o ato educativo em si, desconsiderando que o próprio currículo é a materialização de um projeto societário que fora disputado nos diferentes segmentos da sociedade civil. Essa fragilidade se estende ao ataque que o PESP faz aos cursos de formação de professores e aos autores de livros

didáticos, uma vez que não enxerga que estão imbricados em projetos societários.

Qual seria a relação do PESP com os processos de formação de professores? Conforme abordamos anteriormente, os cursos de licenciatura no Brasil atendem às orientações previstas na Resolução CNE/CP 2/2015, cujas diretrizes básicas estão assentadas sobre “pluralismos de ideias e concepções pedagógicas” (CNE, 2015, p. 1), justamente com a finalidade de impedir o pensamento único no percurso formativo dos futuros professores. Assim, os futuros professores poderiam ter acesso a diferentes concepções de mundo, de currículo e de verdade, possibilitando que diferentes temas sejam abordados por diferentes ângulos, mas sem deixar de considerar que a ideia de *verdade* é um ponto que pode mudar de acordo com o referencial. Nesse ponto específico, a objetividade está em reconhecer que a própria ideia de verdade científica pode variar de acordo com o referencial teórico-metodológico adotado, cabendo ao professor criar os controles necessários para que o conhecimento produzido e discutido atenda aos critérios necessários à objetividade na pesquisa científica.

Esses controles não significam que os conhecimentos produzidos e debatidos em sala de aula são neutros e constituintes de uma visão de mundo supraclassista. Diante disso, argumentamos que a formação dos professores atende a critérios de objetividade, assim como a confecção dos livros didáticos, mas jamais se confundem com a suposta neutralidade que professores e livros didáticos deveriam ter, uma vez que os próprios critérios de seleção dos instrumentos de pesquisa partem de escolhas subjetivas.

Esse é justamente um dos pontos que o PESP parece não compreender muito bem, uma vez que se define como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de **contaminação político-ideológica** das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. (BRASIL, 2015, p. 5). O problema está em denominar de ideologia tudo o que supostamente não seria neutro, que supostamente reportasse a uma moral específica, e identificar como um projeto puro àquilo que não tivesse mediação no campo político. Dito de outra maneira: a educação seria um serviço técnico, baseado na neutralidade política e de visão de mundo, incluindo os livros didáticos e os currículos.

Conforme nos propusemos no início, agora voltamos ao que se apresentou na imediaticidade como verdade (pureza política-ideológica do Estado), após buscar as mediações nos diferentes graus de abstrações e questionarmos o que se apresentou como verdade inicialmente, percebemos que a argumentação central do PESP não se sustenta à luz dos questionamentos à medida que verificamos clara parcialidade na definição do que seria ou não neutralidade, uma vez que a pureza científica estaria em não questionar problemas do cotidiano, como os aspectos comportamentais, trazendo à tona que o argumento central já nasce morto em si mesmo, pois se auto-refuta na tese de que há neutralidade para um só lado. A esse respeito o PESP acredita que a falta de pureza estaria na doutrinação ideológica promovida por uma “esquerda organizada”, uma vez que

Existem professores de direita que usam a sala de aula para fazer a cabeça dos alunos. Mas são franco-atiradores, trabalham por conta própria. No Brasil, quem promove a doutrinação político-ideológica em sala de aula, de forma sistemática e organizada, com apoio **teórico** (Gramsci, Althusser, Freire, Saviani, etc.), **político** (governos e partidos de esquerda, PT à frente), **burocrático** (MEC e secretarias de educação), **editorial** (indústria do livro didático) e **sindical** é a esquerda. (ESP, s.d, online).

Parecemos que há uma clara confusão, propositada ou não, entre neutralidade e objetividade das políticas de educação. O fato de uma pesquisa não confirmar àquilo que desejamos ou apresentar um outro olhar, não a torna menos científica; todavia, o que legitima uma pesquisa é o controle rigoroso do método e, partindo de forma subjetiva – escolha dos objetos, das categorias, conceitos e noções – o resultado é objetivo, mas nunca neutro.

Como falamos anteriormente, o pesquisador deve informar de que ponto de partida está iniciando, mas não deixar que seus juízos de valor determinem o rumo da pesquisa; para isso, defendemos um controle rigoroso do método. Da mesma forma, os professores são dotados de juízo de valor – não são neutros como queriam os defensores de um método único de pesquisa baseado no positivismo – e devem informar de onde partem, o porquê partem desses pontos, sem se furtar de apresentar as visões divergentes das suas, sem deixar que seus juízos de valor apareçam como verdades absolutas e reveladas direto da eternidade.

Um dos grandes problemas envolvendo a ideia de uma suposta neutralidade fincada em cima de um método único de conhecimento da realidade é justamente o perigo do abandono, nos cursos de licenciatura, de alguns clássicos que poderiam ser considerados como defensores dos movimentos de esquerda³, em função de supostamente servirem de apoio para doutrinação político-ideológica. Consideramos as propostas do ESP como um ataque à possibilidade de um contraponto ao que está estabelecido como verdade. Justificamos essa afirmativa na tentativa desse movimento em desmobilizar revisões históricas e políticas de alguns grupos e instituições que não deveriam ser tocadas, conforme citação abaixo:

Como se sabe, a visão crítica dos estudantes é direcionada sempre e invariavelmente para os mesmos alvos: a civilização ocidental, o cristianismo, os valores cristãos, a Igreja Católica, a ‘burguesia’, a família tradicional, a propriedade privada, o capitalismo, o livre-mercado, o agronegócio, o regime militar, os Estados Unidos, etc. (ESP, s.d, online).

Entendemos que a imposição aos professores de uma visão de mundo única, à medida que os professores deveriam ensinar os *fatos* como se fossem verdades absolutas e reveladas, funcionaria como uma contradição originária ao próprio projeto de lei (867/2015) que prevê “pluralismo de ideias no ambiente acadêmico” (PL 867/2015, Art. 2, II).

Realizando o *détour* (KOSIK, 1976), percebemos que aquilo que se apresenta como concreto na imediaticidade como verdade (só a esquerda exerceria doutrinação sobre os alunos), aprofundamos nosso raciocínio e levantamos as seguintes questões: (i). Qual a concepção de conhecimento científico que está presente nessa afirmação? (ii). Existiria um conhecimento científico *puro* , desprovido de influências humanas? (iii) Caso exista esse conhecimento *puro* , como se chegar a ele? O que seria considerado como fato verdadeiro, despido de visões de mundo? Por que a visão do mundo da dita esquerda seria deturpada e a visão de mundo das demais correntes políticas seria *pura, verdadeira* , espelho da realidade?

³ Não entraremos em detalhes sobre a concepção de esquerda. Aqui, apenas estamos fazendo referência ao conceito de esquerda utilizado pelo ESP - movimento de contestação da forma capitalista de organizar a sociedade.

Voltando ao que se apresentou como concreto na imediaticidade, percebemos que esse concreto inicial não foi devidamente historicizado e a concepção de *verdade* estaria centrada na ideia de descoberta de algo que está posto no mundo das ideias e que se aplicado o método de pesquisa com rigor, a realidade se revelaria desprovida de ideologias, como o néctar mais puro da natureza à mente brilhante que foi capaz de captá-la. A noção de realidade que o movimento ESP defende desconsidera, o que tratamos anteriormente, a influência do indivíduo na pesquisa e que isso não tira a objetividade do conhecimento científico; ao contrário, a objetividade estaria justamente em saber de onde estamos partindo, dos nossos juízos de valor, de nossa cultura.

A concepção de verdade presente no ESP nos leva a pensar, como os positivistas, que se seguirmos o método com afinco, teremos a realidade desprovida de erros e de mitos; contudo, esse movimento esquece-se que os erros, também, fazem parte do processo científico e podem ser “altamente positivos” (CARDOSO, 1971, p. 18) na formulação de novas teorias e teses. Ainda dentro dessa concepção epistemológica, defendemos a necessidade da construção de uma ciência historicamente orientada, que valorize, relate e reflita sobre os “erros, mitos e embates da comunidade acadêmica” em torno das pesquisas. (KHUN, 1994, p. 21).

Assim, discutir, inclusive, o que hoje se tem como erro, nas salas de aulas, é fundamental para o desenvolvimento do conhecimento de alunos e professores, dos caminhos trilhados para se chegar até determinado patamar do conhecimento; entretantes, para que isso ocorra, é fundamental a liberdade de se discutir um fato sob vários olhares, sem a ideia de uma verdade neutra, pois essa, poderá em breve se tornar um equívoco do passado, inclusive no que diz respeito aos aspectos morais.

Conclusão:

O PESP está estruturado sobre um pressuposto muito frágil que confunde objetividade do conhecimento e da atuação do professor com neutralidade científica. Essa confusão está ancorada, em grande parte, por uma compreensão equivocada do que seria o Estado e sua atuação na educação, materializada em currículos e na atuação dos professores em sala de aula.

Essa fragilidade se dá porque a compreensão de Estado que acompanha o PESP é aquela que o vê como uma entidade *quase espiritual*, neutra e que deveria administrar as diferenças individuais para garantir o bem comum, ignorando que os movimentos da sociedade civil, inclusive o MESP, são aparelhos que disputam a construção da hegemonia que será projetada para dentro do aparato estatal.

Diante disso, o arquivamento do Projeto de Lei 867/2015 em 31.02.2019 (BRASIL, 2015), por ora, contém a normatização dos ímpetus cínicos que associam a educação como um ato apenas técnico e destituído de mediações nos campos simbólico, cultural, político e econômico, sob a bandeira da neutralidade ideológica.

Referências:

- BRASIL. Projeto de Lei nº 867, de 2015 que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>. Acesso em 06/08/2016.
- CANO, I. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. *Sociologias* [online], vol.14, n.31, pp. 94-119, 2012. ISSN 1517-4522. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222012000300005>.
- CARDOSO, M. L. O mito do método. In: SEMINÁRIO DE METODOLOGIA ESTATÍSTICA, 1971, Rio de Janeiro. *Anais...Niterói*: UFF, 1971.
- CODATO, A; N. PERISSINOTTO, R. M. “O estado como instituição. Uma leitura das obras históricas de Marx”, *Crítica Marxista*, São Paulo: Editora Revan, n.º 13, p. 09-28, 2001.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/07/2015&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=72>.
- COUTINHO, C.N. De *Rousseau a Gramsci*: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ESP (ESCOLA SEM PARTIDO). *Escola Sem Partido*. s.d. Disponível em: <<http://escolasempartido.org>>. Acesso em 15.03.2019.

- GATTI, B. A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo USP, n. 113, p. 65-81, jul. 2001.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KUHN. T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- LATOUR, B. *A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru, SP. EDUSC, 2001.
- MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- WAGNER, R. A Presunção da Cultura. In WAGNER, R. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, G. Weber. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1979.
- WEBER, M. A ciência como Vocação. In: WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2011.